



República Federativa do Brasil
Estado do Piauí
Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
Diário da Justiça



Secretário Geral: José Wilson Ferreira de Araújo Júnior

PRESIDENTE

Des. Sebastião Ribeiro Martins

VICE-PRESIDENTE

Des. Haroldo Oliveira Rehem

CORREGEDOR

Des. Hilo de Almeida Sousa

VICE-CORREGEDOR

Des. Oton Mário José Lustosa Torres

TRIBUNAL PLENO

Des. Presidente

Des. Brandão de Carvalho

Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar

Des. Edvaldo Pereira de Moura

Desa. Eulália Maria Pinheiro

Des. José Ribamar Oliveira

Des. Fernando Carvalho Mendes

Des. Haroldo Oliveira Rehem

Des. Raimundo Eufrásio Alves Filho

Des. Joaquim Dias de Santana Filho

Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho

Des. Sebastião Ribeiro Martins

Des. José James Gomes Pereira

Des. Erivan José da Silva Lopes

Des. Pedro de Alcântara Macêdo

Des. José Francisco do Nascimento

Des. Hilo de Almeida Sousa

Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas

Des. Oton Mário José Lustosa Torres

Des. Fernando Lopes e Silva Neto

Des. Olímpio José Passos Galvão

1. EXPEDIENTES DA PRESIDÊNCIA**1.1. Portaria (Presidência) Nº 1901/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE, de 13 de outubro de 2020**

O Desembargador **SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS**, Presidente do EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições regimentais;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 230/2017, de 29 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí;

CONSIDERANDO a Solicitação Nº 6859/2020 - PJPI/COM/TER/FORTER/4VARFAMTER (1966025), a Informação Nº 50948/2020 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SEAD (1978225) e a Decisão Nº 10821/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE (1989539), nos autos do Processo Sei 20.0.000077791-0,

RESOLVE:

PRORROGAR os efeitos da **Portaria (Presidência) nº 1600/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE**, de 28.08.2020, publicada no DJ n. 8976, em 31.08.2020, designando o servidor HÉLDER DE ARAÚJO LUZ, matrícula 4138970, lotado na 4ª Vara de Família e Sucessões desta Capital, para exercer, em substituição, a Função de Confiança de Secretário de Vara, FC/02, da referida Vara, por mais 14 (quatorze) dias, a contar do dia 29.09.2020, em virtude de licença médica da titular.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 13 de outubro de 2020.

Desembargador **SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS**

Presidente do TJ/PI

Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Ribeiro Martins, Presidente**, em 13/10/2020, às 09:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **1989599** e o código CRC **D7291D07**.

1.2. Portaria (Presidência) Nº 1903/2020 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SEJU/COOJUDPLE, de 13 de outubro de 2020

O Excelentíssimo Desembargador **SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS**, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Requerimento (1981647) da Juíza de Direito ANNA VICTÓRIA MUylaert Saraiva Cavalcanti Dias, titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba, de entrância final - Processo SEI nº 20.0.000080203-5;

CONSIDERANDO a informação prestadas pela Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas - SEAD (1985734);

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, da Resolução nº 45/2016,

RESOLVE:

CONCEDER 05 (cinco) dias de folga à Juíza de Direito **ANNA VICTÓRIA MUylaert Saraiva Cavalcanti Dias**, titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba, de entrância final, de entrância final, referente ao exercício da judicatura no plantão judiciário nos dias 23.03, 21.04.2018, 02.01, 02.02, e 11.03.2020, devendo serem gozados entre os dias **05, 06, 09, 10 e 11.11.2020**.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 13 de outubro 2020.

Desembargador **SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS**

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Ribeiro Martins, Presidente**, em 13/10/2020, às 11:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

1.3. Portaria (Presidência) Nº 1905/2020 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SEJU/COOJUDPLE, de 13 de outubro de 2020

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS**, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Solicitação (1989760), SEI nº 20.0.000081515-3;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 5.711/07, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 218/2017,

RESOLVE:

DESIGNAR o Juiz de Direito **FRANCO MORETTE FELÍCIO DE AZEVEDO**, titular da Vara Criminal da Comarca de Valença do Piauí, de entrância intermediária, para atuar junto à Justiça Itinerante no período entre **15.10 a 20.11.2020**, na cidade de Teresina.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 13 de outubro de 2020.

Desembargador **SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS**

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Ribeiro Martins, Presidente**, em 13/10/2020, às 11:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

2. CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ**2.1. Portaria Nº 3000/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 09 de outubro de 2020**

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel HENRIQUE LUIZ DA SILVA NETO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Nº 581/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 20 de fevereiro de 2020, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.853, de 21/02/2020;

CONSIDERANDO a Decisão Nº 10706/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR proferida nos autos do Processo SEI nº 20.0.000080237-0,

R E S O L V E :

ADIAR, com fundamento no Provimento nº 24, de 04 de julho de 2019, o gozo de **30 (trinta) dias de férias** regulamentares do servidor **PAULO**

JORGE BRAGA PINHEIRO, Assessor de Magistrado, matrícula nº 29336, lotado na 1ª Vara da Comarca de São Raimundo Nonato-PI, relativas ao exercício de 2019/2020, marcadas anteriormente para o período de 02/11/2020 a 01/12/2020, nos termos da Escala de Férias publicada no DJe nº. 8796, de 18/11/2019, **a fim de que sejam usufruídas em momento oportuno.**

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 09 de outubro de 2020.

Bacharel HENRIQUE LUIZ DA SILVA NETO

Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

Documento assinado eletronicamente por **Henrique Luiz da Silva Neto, Secretário da Corregedoria**, em 13/10/2020, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **1987574** e o código CRC **FB8D40CC**.

2.2. Portaria Nº 3002/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 09 de outubro de 2020

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel HENRIQUE LUIZ DA SILVA NETO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Nº 581/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 20 de fevereiro de 2020, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.853, de 21/02/2020,

CONSIDERANDO a Decisão Nº 10740/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR proferida nos autos do Processo SEI nº20.0.000080364-3,

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor **FELIPE GUIMARÃES MARTINS HOLANDA**, Diretor de Secretaria, matrícula nº 3804, lotado no Juizado Especial de Teresina - Zona Leste 2 (Unidade IX) - Anexo I (AESPI), **15 (quinze) dias** de licença para tratamento de saúde, **a partir de 07 de outubro 2020**, nos termos do Atestado Médico (1982554) apresentado e Despacho Nº10740/2020 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SEAD/SUGESQ .

DETERMINAR que os efeitos desta portaria retroajam ao dia 07 de outubro 2020.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 09 de outubro de 2020.

Bacharel HENRIQUE LUIZ DA SILVA NETO

Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

Documento assinado eletronicamente por **Henrique Luiz da Silva Neto, Secretário da Corregedoria**, em 13/10/2020, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **1987693** e o código CRC **251E4CA5**.

2.3. Portaria Nº 3003/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 09 de outubro de 2020

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel HENRIQUE LUIZ DA SILVA NETO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Nº 581/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 20 de fevereiro de 2020, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.853, de 21/02/2020;

CONSIDERANDO a declaração da Organização Mundial de Saúde - OMS, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o coronavírus, causador da COVID-19, caracteriza pandemia e situação de comoção interna;

CONSIDERANDO a Decisão Nº 10773/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR e as demais informações constantes nos autos do Processo SEI nº20.0.000080472-0 ,

RESOLVE:

ADIAR, em caráter excepcional, o gozo de **30 (trinta) dias** de férias regulamentares da servidora **ALDENORA DE ARAUJO CUNHA**, Analista Judicial, matrícula nº 4242602, lotada na Central de Inquéritos da Comarca de Teresina-PI, relativas ao exercício de 2019/2020, marcadas anteriormente para o período de 03/11/2020 a 02/12/2020, nos termos da Escala de Férias publicada no DJe nº. 8796, de 18/11/2019, **a fim de que sejam usufruídas em momento oportuno.**

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 09 de outubro de 2020

Bacharel HENRIQUE LUIZ DA SILVA NETO

Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

Documento assinado eletronicamente por **Henrique Luiz da Silva Neto, Secretário da Corregedoria**, em 13/10/2020, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **1987886** e o código CRC **11392B6A**.

2.4. Portaria Nº 3001/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 09 de outubro de 2020

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel HENRIQUE LUIZ DA SILVA NETO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Nº 581/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 20 de fevereiro de 2020, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.853, de 21/02/2020;

CONSIDERANDO a declaração da Organização Mundial de Saúde - OMS, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o coronavírus, causador da COVID-19, caracteriza pandemia e situação de comoção interna;

CONSIDERANDO a Decisão Nº 10721/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR e as demais informações constantes nos autos do Processo SEI nº 20.0.000079989-1,

RESOLVE:

ADIAR, em caráter excepcional, o gozo de **10 (dez) dias** de férias regulamentares da servidora **BEATRIZ FERREIRA PINTO ANDRADE**, Oficial de Gabinete de Magistrado, matrícula nº 28155, lotada na Vara Agrária com sede na Comarca de Bom Jesus-PI, relativas ao exercício de 2019/2020, marcadas anteriormente para o período de 13/10/2020 a 23/10/2020 (2ª fração), nos termos da Escala de Férias publicada no DJe nº. 8796, de 18/11/2019, **a fim de que sejam usufruídas em momento oportuno.**

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 09 de outubro de 2020

Bacharel HENRIQUE LUIZ DA SILVA NETO

Secretário da Corregedoria Geral da Justiça



Diário da Justiça do Estado do Piauí

ANO XLII - Nº 9006 Disponibilização: Terça-feira, 13 de Outubro de 2020 Publicação: Quarta-feira, 14 de Outubro de 2020

Documento assinado eletronicamente por **Henrique Luiz da Silva Neto, Secretário da Corregedoria**, em 13/10/2020, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **1987646** e o código CRC **D95768A1**.

2.5. Portaria Nº 3005/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 09 de outubro de 2020

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel HENRIQUE LUIZ DA SILVA NETO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Nº 581/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 20 de fevereiro de 2020, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.853, de 21/02/2020,

CONSIDERANDO a Decisão Nº 10776/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR proferida nos autos do Processo SEI nº 20.0.000079214-5,

RESOLVE:

CONCEDER à servidora **KATIA LEILA CARVALHO DE OLIVEIRA**, Analista Judicial, matrícula nº 4142063, lotado no Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Teresina-PI, **14 (quatorze) dias** de licença para tratamento de saúde, **a partir de 05 de outubro 2020**, nos termos do Despacho Nº 60030/2020 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SEAD/SUGESQ.

DETERMINAR que os efeitos desta portaria retroajam ao dia 05 de outubro 2020.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 09 de outubro de 2020.

Bacharel HENRIQUE LUIZ DA SILVA NETO

Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

Documento assinado eletronicamente por **Henrique Luiz da Silva Neto, Secretário da Corregedoria**, em 13/10/2020, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **1988298** e o código CRC **1136C87E**.

2.6. Portaria Nº 3008/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 09 de outubro de 2020

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel HENRIQUE LUIZ DA SILVA NETO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Nº 581/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 20 de fevereiro de 2020, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.853, de 21/02/2020;

CONSIDERANDO a declaração da Organização Mundial de Saúde - OMS, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o coronavírus, causador da COVID-19, caracteriza pandemia e situação de comoção interna;

CONSIDERANDO a Decisão Nº 10767/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR proferida nos autos do Processo SEI nº 20.0.000080355-4,

RESOLVE:

ADIAR, em caráter excepcional, o gozo de **10 (dez) dias de férias** regulamentares da servidora **CARLUCIA COELHO MOUZINHO MOURA**, Oficial de Justiça Avaliadora, matrícula nº 50890, lotada na Central de Mandados de Teresina-PI, relativas ao exercício de 2019/2020 (3ª fração), marcadas anteriormente para o período de 20/10/2020 a 29/10/2020, nos termos da Escala de Férias publicada no DJe nº. 8796, de 18/11/2019, **a fim de que sejam usufruídas em momento oportuno**.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 09 de outubro de 2020.

Bacharel HENRIQUE LUIZ DA SILVA NETO

Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

Documento assinado eletronicamente por **Henrique Luiz da Silva Neto, Secretário da Corregedoria**, em 13/10/2020, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **1988374** e o código CRC **09B9BEAE**.

2.7. Portaria Nº 3006/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 09 de outubro de 2020

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel HENRIQUE LUIZ DA SILVA NETO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Nº 581/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 20 de fevereiro de 2020, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.853, de 21/02/2020,

CONSIDERANDO a Decisão Nº 10742/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR proferida nos autos do Processo SEI nº 20.0.000080625-1,

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor **GILBERTO DA SILVA DIAS**, Analista Judiciário/Oficial Judiciário, matrícula nº 4144945, lotado na Vara Única da Comarca de Caracol (PI), **05 (cinco) dias** de licença para tratamento de saúde, **a partir de 05 de outubro 2020**, nos termos do Despacho Nº 60997/2020 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SEAD/SUGESQ.

DETERMINAR que os efeitos desta portaria retroajam ao dia 05 de outubro 2020.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 09 de outubro de 2020.

Bacharel HENRIQUE LUIZ DA SILVA NETO

Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

Documento assinado eletronicamente por **Henrique Luiz da Silva Neto, Secretário da Corregedoria**, em 13/10/2020, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **1988354** e o código CRC **5D5A7D3B**.

2.8. Portaria Nº 3009/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 09 de outubro de 2020

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel HENRIQUE LUIZ DA SILVA NETO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Nº 581/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 20 de fevereiro de 2020, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.853, de 21/02/2020;

CONSIDERANDO a Decisão Nº 10701/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR, a Informação Nº 49833/2020 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SEAD (evento nº



Diário da Justiça do Estado do Piauí

ANO XLII - Nº 9006 Disponibilização: Terça-feira, 13 de Outubro de 2020 Publicação: Quarta-feira, 14 de Outubro de 2020

1968818) e as demais informações constantes nos autos do Processo SEI nº 20.0.000073958-9,

RESOLVE:

AUTORIZAR o afastamento do servidor **ANTONIO MESSIAS LEAL DE CARVALHO**, Oficial de Justiça e Avaliador, matrícula nº 4050703, lotado na Central de Mandados da Comarca de Teresina-PI, para gozo de **60 (sessenta) dias da Licença Prêmio**, concedida pela Portaria nº 33/12-SEAD, a partir de 08 de outubro de 2020.

DETERMINAR que os efeitos deste portaria retroajam ao dia 08 de outubro de 2020.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 09 de outubro de 2020.

Bacharel HENRIQUE LUIZ DA SILVA NETO

Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

Documento assinado eletronicamente por **Henrique Luiz da Silva Neto, Secretário da Corregedoria**, em 13/10/2020, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **1988457** e o código CRC **BB714E26**.

2.9. Portaria Nº 3007/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 09 de outubro de 2020

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel HENRIQUE LUIZ DA SILVA NETO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Nº 581/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 20 de fevereiro de 2020, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.853, de 21/02/2020;

CONSIDERANDO a declaração da Organização Mundial de Saúde - OMS, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o coronavírus, causador da COVID-19, caracteriza pandemia e situação de comoção interna;

CONSIDERANDO a Decisão Nº 10734/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR proferida nos autos do Processo SEI nº 20.0.000080105-5,

RESOLVE:

ADIAR, em caráter excepcional, o gozo de **15 (quinze) dias de férias** regulamentares da servidora **EVA EXCELSA PEREIRA BARROS**, Analista Judicial, matrícula nº 4123867, lotada na Vara Única da Comarca de Cristino Castro-PI, relativas ao exercício de 2019/2020 (2ª fração), marcadas anteriormente para o período de 03/11/2020 a 17/11/2020, nos termos da Escala de Férias publicada no DJe nº. 8796, de 18/11/2019, a fim de que sejam usufruídas em momento oportuno.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 09 de outubro de 2020.

Bacharel HENRIQUE LUIZ DA SILVA NETO

Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

Documento assinado eletronicamente por **Henrique Luiz da Silva Neto, Secretário da Corregedoria**, em 13/10/2020, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **1988370** e o código CRC **8CADE902**.

2.10. Portaria Nº 3010/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 09 de outubro de 2020

O SECRETÁRIO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bacharel HENRIQUE LUIZ DA SILVA NETO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Nº 581/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ, de 20 de fevereiro de 2020, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 8.853, de 21/02/2020,

CONSIDERANDO a Decisão Nº 10779/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR proferida nos autos do Processo SEI nº 20.0.000079522-5,

RESOLVE:

CONCEDER à servidora **SANDRA MARIA DE GUADALUPE ALMEIDA VILAR PINTO**, Analista Judicial, matrícula nº 4102606, lotada na Vara Única da Comarca de Jerumenha (PI), **10 (dez) dias** de licença para tratamento de saúde, em prorrogação, a partir de 06 de outubro 2020, nos termos do Despacho Nº 60231/2020 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SEAD/SUGESQ.

DETERMINAR que os efeitos desta portaria retroajam ao dia 06 de outubro 2020.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 09 de outubro de 2020.

Bacharel HENRIQUE LUIZ DA SILVA NETO

Secretário da Corregedoria Geral da Justiça

Documento assinado eletronicamente por **Henrique Luiz da Silva Neto, Secretário da Corregedoria**, em 13/10/2020, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **1988463** e o código CRC **6318E647**.

3. EXPEDIENTES DA SECRETARIA GERAL

3.1. Portaria Nº 3018/2020 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER, de 13 de outubro de 2020

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Bel. JOSÉ WILSON FERREIRA DE ARAÚJO JÚNIOR, no uso de suas atribuições legais, etc.,

CONSIDERANDO as disposições contidas na Portaria (Presidência) Nº 879/2019 - PJPI/TJPI/SECPRE, de 11 de março de 2019, publicada no dia 14 de Março de 2019;

CONSIDERANDO o Encaminhamento Nº 10441/2020 (1989401) e a Informação Nº 52231/2020 (1989622),

RESOLVE:

DESIGNAR servidores deste Tribunal de Justiça, para atuarem como fiscal e suplente da Ordem de Fornecimento (Contrato) Nº 31/2020 (1967906), *Coquetel da solenidade da Posse da nova mesa Diretora*, a saber:

- **Fiscal**: MARIA MADALENA MARTINS DE CARVALHO - matrícula nº 1134809;

- **Suplente de Fiscal**: NAIADÉ MARIA DA SILVA REZENDE - matrícula nº 28951.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Teresina, 13 de outubro de 2020.



Diário da Justiça do Estado do Piauí

ANO XLII - Nº 9006 Disponibilização: Terça-feira, 13 de Outubro de 2020 Publicação: Quarta-feira, 14 de Outubro de 2020

Bel. JOSÉ WILSON FERREIRA DE ARAÚJO JÚNIOR
Secretário - Geral do TJPI

Documento assinado eletronicamente por **José Wilson Ferreira de Araújo Júnior, Secretário(a) Geral**, em 13/10/2020, às 09:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **1989799** e o código CRC **F24EDCCD**.

20.0.000071328-8

4. FERMOJUPI/SECOF

4.1. Ato Concessório Nº 228/2020 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SOF/DEPORCPRO

Em 13 de outubro de 2020.

PROPONENTE: Dr. Rodolfo Ferreira Lavor Rodrigues da Cruz- Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Avelino Lopes .

SUPRIDO: ODETE TORRES DO NASCIMENTO - Analista Judicial

JUSTIFICATIVA: Concessão para atender despesas urgentes e inadiáveis, dentro dos limites estabelecidos na Portaria GP nº 481/2011 e demais legislação pertinente, para utilização na aquisição de serviços de competência da **Vara Única da Comarca de Avelino Lopes** .

FUNDAMENTOS LEGAIS: Lei nº 4.320/64, Decreto-Lei nº 200/67, Decreto Estadual nº 11.758/05, Portaria GP nº 481/2011.

NATUREZA DA DESPESA VALOR CONCEDIDO

339030 - Material de Consumo - **R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)**

PROCESSO Nº 20.0.000079709-0

EMPENHO: 2020NE02597 (1990262)

DATA DA CONCESSÃO: 13/10/2020

PERÍODO DE APLICAÇÃO: 13/10 a 10/12/2020.

PERÍODO DE PRESTAÇÃO CONTAS: somente 10/12/2020*

***Limite para prestação de contas, devido ao prazo anual de encerramento de exercício 2020.**

CONSIDERANDO os poderes delegados pela Presidência do TJPI através da Portaria nº 1.831/2016, AUTORIZO a concessão do Suprimento de Fundos acima descritos. Fica o Suprido sujeito ao cumprimento da legislação aplicável à concessão de Suprimento de Fundos, em especial aos dispositivos que regulam sua finalidade e prazos de utilização e de prestação de contas.

José Wilson Ferreira de Araújo Júnior

Secretário Geral do TJPI

5. CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

5.1. PUBLICAÇÃO/APOSTILAMENTO Nº 28/2020/CONTRATO Nº

46/2020/PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/SLC-APOIO

Apostilamento Nº 28/2020 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/SLC-APOIO

APOSTILAMENTO Nº 28/2020

ATO APOSTILADO: CONTRATO Nº 46/2020 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/SLC-APOIO (1715844)

OBJETIVO: RETIFICAR O ITEM 2.1 DA CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR - DO CONTRATO 46/2020

VINCULAÇÃO: PROCESSO SEI Nº 19.0.000007055-9

Em revisão aos termos do Contrato Nº 46/2020 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/SLC-APOIO (1715844), este Tribunal de Justiça do Piauí verificou a necessidade de retificar a Cláusula Segunda - "Do Valor" - do referido instrumento contratual, tendo em vista a ambiguidade causada pela redação da referida cláusula, consoante exposto na Informação Nº 50791/2020 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/SLC-APOIO (1977097).

Isto posto, resolve-se apostilar o Contrato 46/2020 para sanar a incorreção citada, conforme segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. Constitui o objeto deste apostilamento a retificação do valor unitário da cláusula 2.1 do Contrato 46/2020/SECGER/SLC/SLC-APOIO (1715844), conforme especificado abaixo:

ONDE SE LÊ:

"CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1. O CONTRATANTE pagará pelos serviços objeto deste contrato o **valor mensal estimado de R\$ 259.018,95 (duzentos e cinquenta e nove mil dezoito reais e noventa e cinco centavos), conforme quantitativo descrito na ordem de serviço."**

LEIA-SE:

"CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1. O CONTRATANTE pagará pelos serviços objeto deste contrato o valor mensal estimado de **R\$ 518.819,78 (quinhentos e dezoito mil oitocentos e dezenove reais e setenta e oito centavos)."**

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO Nº 46/2020 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/SLC-APOIO.

2.1. Ficam mantidas as demais cláusulas do Contrato Nº 46/2020 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/SLC-APOIO (1715844), vinculado ao Processo SEI nº 19.0.000007055-9 que com este termo de apostilamento não se conflitem.

Cientifiquem-se a empresa beneficiária da retificação, bem como os demais setores interessados deste Tribunal de Justiça e junte-se ao Contrato nº 46/2020 (1715844).

DES. SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS

Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí

Documento assinado eletronicamente por **Sebastião Ribeiro Martins, Presidente**, em 09/10/2020, às 12:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **1985360** e o código CRC **C2446CC6**.

19.0.000007055-9

6. GESTÃO DE CONTRATOS

6.1. EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 32/2020 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SGC/CONV
PROCESSO SEI Nº 20.0.000059654-0

PARTÍCIPIES:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

REPRESENTANTE: Desembargador SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS

CNPJ Nº: 06.981.344/0001-05

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

REPRESENTANTE: Procuradora - Geral CARMELINA MARIA MENDES DE MOURA

CNPJ Nº: 05.805.924/0001-89

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ

REPRESENTANTE: Defensor Público Geral ERISVALDO MARQUES DOS REIS

OBJETO: Cooperação técnica entre o **TJPI**, o **MPPI**, e a **DPE-PI** para compartilhamento de informações acerca de casos de infecção de seus membros, servidores, estagiários e empregados terceirizados por COVID-19, a fim de possibilitar providências no tocante à saúde dessas pessoas e medidas de desinfecção dos espaços por onde transitaram, ressaltando a necessidade de que tais informações sejam tratadas sigilosamente e administradas por pessoas capacitadas e devidamente indicadas por cada instituição.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no Diário da Justiça

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2020

6.2. EXTRATO DE REVOGAÇÃO

Em conformidade com a Decisão Nº 9611/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE (1930011) **FICA REVOGADA** a Publicação do Termo de Compromisso de Pagamento, publicado no DJ nº 8985, de 14 de setembro de 2020.

PROCESSO SEI Nº 20.0.000058465-8

Partes:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

Representante: Desembargador **SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS**

CNPJ: 06.981.344/0001-05

CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

Representante: Ver. **JEOVÁ BARBOSA DE CARVALHO ALENCAR**

CNPJ: 05.521.463/0001-12

7. ESCOLA JUDICIÁRIA DO PIAUÍ

7.1. Portaria Nº 3032/2020 - PJPI/EJUD-PI, de 13 de outubro de 2020

O desembargador **FERNANDO LOPES E SILVA NETO**, Diretor Geral da Escola Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a eleição dos novos dirigentes da Escola Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, ocorrida em Sessão do Tribunal Pleno da Corte de Justiça Estadual, em data de 5 de outubro fluente, como Diretor Geral: Desembargador **SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS** e Vice-Diretor: **ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES**, para o biênio 2021/2022;

CONSIDERANDO as indicações feitas pelo desembargador **SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS**, eleito Diretor Geral da Escola Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, para o biênio 2021/2022, na Sessão Plenária do dia 5 de outubro de 2020, nos termos do Ofício Nº 36089/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE, de 13 de outubro de 2020;

CONSIDERANDO o Despacho Nº 61849/2020 - PJPI/EJUD-PI, proferido nos autos do Processo SEI No. 20.0.000081473-4; e

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução Nº 95, de 29 de outubro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os membros adiante indicados para comporem a COMISSÃO DE TRANSIÇÃO e a COMISSÃO DE INTERLOCUÇÃO destinadas a aprimorarem o planejamento das ações da Escola Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, para o biênio 2021/2022:

COMISSÃO DE TRANSIÇÃO

JOÃO MANOEL DE MOURA AYRES - JUIZ DE DIREITO/COORDENADOR

ÉRIKA DE LIMA GONÇALVES OLIVEIRA - MEMBRO

SÍLVIA SANTANA DE OLIVEIRA COSTA - MEMBRO

COMISSÃO DE INTERLOCUÇÃO

MARIA EVANGILINA BARROSO DE ARAÚJO DIAS - COORDENADORA

DAIANE DA SILVA ALGARVES CASTELO BRANCO - COORDENADORA

LUCILENE BASTOS DE PAIVA CARVALHO - MEMBRO

SANDRA MARQUES SILVEIRA - MEMBRO

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário piauiense.

GABINETE DO DIRETOR GERAL DA ESCOLA JUDICIÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, aos treze(13) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte (2020).

Desembargador **FERNANDO LOPES E SILVA NETO**

Diretor Geral da EJUD/TJPI.

Documento assinado eletronicamente por **Fernando Lopes e Silva Neto**, Diretor Geral da EJUD, em 13/10/2020, às 14:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **1992188** e o código CRC **9AE6C855**.

8. PAUTA DE JULGAMENTO



Diário da Justiça do Estado do Piauí

ANO XLII - Nº 9006 Disponibilização: Terça-feira, 13 de Outubro de 2020 Publicação: Quarta-feira, 14 de Outubro de 2020

8.1. PAUTA DE JULGAMENTO - SESSÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA - 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 22/10/2020

PAUTA DE JULGAMENTO

3ª Câmara de Direito Público

A Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí torna pública a relação dos processos que serão apreciados em **Sessão Ordinária da 3ª Câmara de Direito Público, em formato de videoconferência**, a ser realizada no dia **22 de outubro de 2020**, a partir das **9h**. Os processos adiados ficam automaticamente incluídos na próxima pauta, independentemente de nova publicação.

INFORMAÇÕES GERAIS:

Conforme determina a Portaria (Presidência) Nº 1450/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE, de 04 de agosto de 2020, seguem as instruções para acompanhamento e acesso à sessão:

- Aqueles que estiverem aptos a realizar sustentação oral, nos termos regimentais, devem requerer inscrição em até 24h (vinte e quatro horas) antes do início da sessão por videoconferência, mediante o e-mail camara.direito.publico3@tjpi.jus.br, ou whatsapp (86) 98844-7688;

- **Em caso de excepcional impossibilidade de comparecimento em tempo real na sessão por videoconferência, demonstrada através de petição e, desde que deferido o pedido pelo relator, o advogado, procurador ou defensor poderá encaminhar gravação audiovisual a ser exibida na sessão;**

- **A gravação audiovisual deverá obedecer ao tempo regimental para sustentação e observar o arquivo de vídeo em formato AVI ou MP4, com tamanho máximo de até 100mb;**

- É de responsabilidade do interessado providenciar os aparatos necessários para a realização da sustentação oral por videoconferência, constituídos, no mínimo, por microcomputador, notebook, netbook, tablet ou smartphone equipados com microfone, webcam e acesso à internet de alta velocidade, que possibilite a transmissão de voz e imagem;

- O representante do Ministério Público, o procurador do órgão público, os defensores públicos e os patronos das partes, poderão requerer, até 24h (vinte e quatro horas) antes do início da sessão, por meio de petição e, desde que o referido pedido seja deferido pelo relator, o envio dos processos à pauta presencial.

01. 2018.0001.002369-7 - Embargos de Declaração na Apelação Cível

Origem: Teresina / 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública

Embargantes: PACÍFICO NETO DA COSTA e outros

Advogados: Marcelo Augusto Cavalcante de Souza (OAB/PI nº 16.161) e outros

Embargado: ESTADO DO PIAUÍ

Procuradoria-Geral do Estado do Piauí

Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas

02. 2015.0001.002830-0 - Embargos de Declaração na Apelação Cível

Origem: Canto do Buriti / Vara Única

Embargante: MUNICÍPIO DE CANTO DO BURITI - PIAUÍ

Advogadas: Maira Castelo Branco Leite (OAB/PI nº 3.276) e outra

Embargada: CRISTINIANA FERNANDES DE SOUSA

Advogados: Flavio Almeida Martins (OAB/PI nº 3.161) e outro

Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas

03. 2017.0001.005622-4 - Embargos de Declaração na Apelação Cível

Origem: Teresina / 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública

Embargante: ESTADO DO PIAUÍ

Procuradoria-Geral do Estado do Piauí

Embargada: ANA MARIA DOS SANTOS E SILVA

Advogados: Mauro Monção da Silva (OAB/CE nº 22.502) e outra

Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas

04. 2018.0001.003054-9 - Apelação Cível

Origem: Picos / 1ª Vara

Apelante: ESTADO DO PIAUÍ

Procuradoria-Geral do Estado do Piauí

Apelado: RAIMUNDO A. DE SOUSA & CIA LTDA.

Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas

05. 2016.0001.013483-8 - Remessa Necessária

Origem: Teresina / 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública

Requerente: OTON MARLOS ROCHA MASCARENHAS - ME / CASA DO VAQUEIRO

Advogado: Marcos André Lima Ramos (OAB/PI nº 3.839) e outros

Requerida: AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ - ADAP

Advogado: Ivonaldo da Silva Mesquita (OAB/PI nº 4.063)

Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas

06. 2015.0001.011588-8 - Embargos de Declaração na Apelação Cível

Origem: Barro Duro / Vara Única

Embargantes: GILMAR MENDES LEAL e outro

Advogado: José Amâncio de Assunção Neto (OAB/PI nº 5.292)

Embargado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas

SECRETARIA JUDICIÁRIA, em Teresina, 13 de outubro de 2020

Jéssica Santos Villar

Analista Administrativa

8.2. PAUTA DE JULGAMENTO - SESSÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA - 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 22/10/2020

PAUTA DE JULGAMENTO

2ª Câmara de Direito Público

A Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí torna pública a relação dos processos que serão apreciados em Sessão Ordinária da **2ª Câmara de Direito Público, em formato de videoconferência**, a ser realizada no dia **22 de outubro de 2020**, a partir das **9h**. Os processos adiados ficam automaticamente incluídos na próxima pauta, independentemente de nova publicação.

INFORMAÇÕES GERAIS:

Conforme determina a Portaria (Presidência) Nº 1450/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE, de 04 de agosto de 2020, seguem as instruções para acompanhamento e acesso à sessão:

- Aqueles que estiverem aptos a realizar sustentação oral, nos termos regimentais, devem requerer inscrição em até 24h (vinte e quatro horas) antes do início da sessão por videoconferência, mediante o e-mail camara.direito@tjpi.jus.br, e/ou godofredo.carvalho@tjpi.jus.br;
- **Em caso de excepcional impossibilidade de comparecimento em tempo real na sessão por videoconferência, demonstrada através de petição e, desde que deferido o pedido pelo relator, o advogado, procurador ou defensor poderá encaminhar gravação audiovisual a ser exibida na sessão;**
- **A gravação audiovisual deverá obedecer ao tempo regimental para sustentação e observar o arquivo de vídeo em formato AVI ou MP4, com tamanho máximo de até 100mb;**
- É de responsabilidade do interessado providenciar os aparatos necessários para a realização da sustentação oral por videoconferência, constituídos, no mínimo, por microcomputador, notebook, netbook, tablet ou smartphone equipados com microfone, webcam e acesso à internet de alta velocidade, que possibilite a transmissão de voz e imagem;
- O representante do Ministério Público, o procurador do órgão público, os defensores públicos e os patronos das partes, poderão requerer, até 24h (vinte e quatro horas) antes do início da sessão, por meio de petição e, desde que o referido pedido seja deferido pelo relator, o envio dos processos à pauta presencial.

Processos PJE

01. 0707804-73.2018.8.18.0000 - Mandado de Segurança Cível

Origem: Teresina / 2º Vara dos Feitos da Fazenda Pública

Impetrante: LUANNA FERNANDES LIMA BARRETO

Advogada: Agnes da Rocha Luz Lima (OAB/PI nº 10.736)

Impetrados: ESTADO DO PIAUÍ e outros

Procuradoria-Geral do Estado do Piauí

Relator: Des. José Ribamar Oliveira

02. 0001176-54.2011.8.18.0033 - Apelação Cível

Origem: Piripiri / 3º Vara

Apelante: ESPÓLIO DE MAXWELL DA SILVA ARÊA LEÃO

Advogado: José Bezerra Pereira (OAB/PI nº 1.923)

Apelado: ESTADO DO PIAUÍ

Procuradoria-Geral do Estado do Piauí

Relator: Des. José Ribamar Oliveira

03. 0001283-30.2013.8.18.0033 - Apelação Cível

Origem: Piripiri / 3º Vara

Apelante: ESTADO DO PIAUÍ

Procuradoria-Geral do Estado do Piauí

Apelada: MARIA DE FÁTIMA PEREIRA

Advogados: Francisco Andrade de Melo (OAB/PI nº 6.432) e outro

Relator: Des. José Ribamar Oliveira

04. 0711719-96.2019.8.18.0000 - Remessa Necessária Cível

Origem: Teresina / 4º Vara dos Feitos da Fazenda Pública

Requerente: CURTUME EUROPA LTDA

Advogada: Carolina Lago Castello Branco (OAB/PI nº 3.405)

Requerido: SUPERINTENDENTE DA RECEITA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ - SUPREC

Relator: Des. José James Gomes Pereira

05. 0708424-85.2018.8.18.0000 - Apelação Cível

Origem: Picos / 1º Vara Cível

Apelante: MUNICÍPIO DE PICOS

Advogado: Felipe Roney de Carvalho Alencar (OAB/PI nº 8824)

Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Relator: Des. José James Gomes Pereira

06. 0710905-21.2018.8.18.0000 - Apelação Cível

Origem: Teresina / 2º Vara dos Feitos da Fazenda Pública

Apelantes: PEDRO LUSTOSA MIRANDA e outros

Advogados: Juarez Chaves de Azevedo Júnior (OAB/PI 8.699) e outros

Apelado: ESTADO DO PIAUÍ

Procuradoria-Geral do Estado do Piauí

Relator: José James Gomes Pereira

07. 0704990-88.2018.8.18.0000 - Apelação Cível

Origem: Campinas do Piauí / Vara Única

Apelante: ESTADO DO PIAUÍ

Procuradoria-Geral do Estado do Piauí

Apelado: MARIA ARTEMISA E SILVA

Advogada: Emmanuelle Ane Sousa Silva (OAB/PI nº 18.364)

Relator: Des. José James Gomes Pereira

08. 0700419-74.2018.8.18.0000 - Cumprimento de Sentença Contra a Fazenda Pública

Exequentes: HILDA BONFIM MACHADO e outra

Advogado: Kaic Pimentel Dias (OAB/PI nº 14.974)

Executado: ESTADO DO PIAUÍ

Procuradoria-Geral do Estado do Piauí

Relator: Des. José James Gomes Pereira

SECRETARIA JUDICIÁRIA, em Teresina/PI, 13 de outubro de 2020

Jéssica Santos Villar

Analista Administrativa

COMPLEMENTAÇÃO DE PAUTA

Serão apreciados na **33ª sessão extraordinária administrativa** do Tribunal Pleno, **em formato de videoconferência**, a ser realizada no dia **20 de outubro de 2020, às 12h**, os processos administrativos pautados abaixo.

INFORMAÇÕES GERAIS:

Conforme determina a Portaria (Presidência) Nº 1450/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE, de 04 de agosto de 2020, segue as instruções para acompanhamento e acesso à sessão:

- Aqueles que estiverem aptos a realizar sustentação oral, nos termos regimentais, devem requerer inscrição em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão por videoconferência, pelo e-mail secretaria.pleno@tjpi.jus.br, ou whatsapp 86 98876-1487;
- É de responsabilidade do interessado providenciar os aparatos necessários para a realização da sustentação oral por videoconferência, constituídos, no mínimo, por microcomputador, notebook, netbook, tablet ou smartphone equipados com microfone, webcam e acesso à internet de alta velocidade, que possibilite a transmissão de voz e imagem.

BLOCO II - REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS

01. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 20.0.000080760-6

Requerente: Des. Hilo de Almeida Sousa, Corregedor Geral da Justiça

Assunto: proposição de autoridades para serem agraciados com a "Medalha de Colaborador Emérito - Desembargador JOÃO DE DEUS LIMA"

Relator: Des. Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 13 de outubro de 2020.

Marcos da Silva Venancio

Coordenador Judiciário do Tribunal Pleno

8.4. PAUTA DE JULGAMENTO - SESSÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA - 6ª Câmara de Direito Público - dia 22/10/2020

PAUTA DE JULGAMENTO

6ª Câmara de Direito Público

A Secretária Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí torna pública a relação dos processos que serão apreciados em Sessão Ordinária da 6ª Câmara de Direito Público, **em formato de videoconferência**, a ser realizada no dia 22 de outubro de 2020, a partir das 9h. Os processos adiados ficam automaticamente incluídos na próxima pauta, independentemente de nova publicação.

INFORMAÇÕES GERAIS:

Conforme determina a Portaria (Presidência) Nº 1450/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE, de 04 de agosto de 2020, seguem as instruções para acompanhamento e acesso à sessão:

- Aqueles que estiverem aptos a realizar sustentação oral, nos termos regimentais, devem requerer inscrição em até 24h (vinte e quatro horas) antes do início da sessão por videoconferência, mediante o e-mail camara.direito.publico6@tjpi.jus.br, ou whatsapp (86) 99993-5619;
- **Em caso de excepcional impossibilidade de comparecimento em tempo real na sessão por videoconferência, demonstrada através de petição e, desde que deferido o pedido pelo relator, o advogado, procurador ou defensor poderá encaminhar gravação audiovisual a ser exibida na sessão;**

- **A gravação audiovisual deverá obedecer ao tempo regimental para sustentação e observar o arquivo de vídeo em formato AVI ou MP4, com tamanho máximo de até 100mb;**

- É de responsabilidade do interessado providenciar os aparatos necessários para a realização da sustentação oral por videoconferência, constituídos, no mínimo, por microcomputador, notebook, netbook, tablet ou smartphone equipados com microfone, webcam e acesso à internet de alta velocidade, que possibilite a transmissão de voz e imagem;

- O representante do Ministério Público, o procurador do órgão público, os defensores públicos e os patronos das partes, poderão requerer, até 24h (vinte e quatro horas) antes do início da sessão, por meio de petição e, desde que o referido pedido seja deferido pelo relator, o envio dos processos à pauta presencial.

01. 0707245-82.2019.8.18.0000 - Apelação Cível

Processo de referência: 0000797-16.2011.8.18.0033

Origem: Piripiri / 3º Vara

Apelante: FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO FRANCISCO

Advogados: Ricardo Ilton Correia dos Santos (OAB/PI nº 3.047) e Cristiane Maria Martins Furtado (OAB/PI nº 3.323)

Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Relator: Des. Joaquim Dias de Santana Filho

02. 0713111-71.2019.8.18.0000 - Mandado de Segurança Cível

Impetrantes: ALCYLENE RIBEIRO COSTA MELO e outros

Advogados: Ozaldino Martins Fernandes Júnior (OAB/PI nº 17.574) e outros

Impetrados: GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ E SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ

Litisconsorte Passivo: ESTADO DO PIAUÍ

Procuradoria-Geral do Estado do Piauí

Relator: Des. Erivan José da Silva Lopes

03. 0703546-83.2019.8.18.0000 - Mandado de Segurança Cível

Impetrante: REJANE DOS SANTOS BARBOSA

Advogados: Joaquim Lopes da Silva Neto (OAB/PI nº 12.458) e outros

Impetrados: GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ e SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ

Litisconsorte Passivo: ESTADO DO PIAUÍ

Procuradoria-Geral do Estado do Piauí

Relator: Des. Erivan José da Silva Lopes

04. 0714306-91.2019.8.18.0000 - Mandado de Segurança Cível

Impetrante: RUI LARRION NECO DE SOUSA

Advogados: Larissa Laiana Dias Lopes Parente (OAB/PI nº 13.057) e outros

Impetrado: GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

Litisconsorte Passivo: ESTADO DO PIAUÍ

Procuradoria-Geral do Estado do Piauí

Relator: Des. Joaquim Dias de Santana Filho

SECRETARIA JUDICIÁRIA, em Teresina/PI, 13 de outubro de 2020

Jéssica Santos Villar

Analista Administrativa

9. ATA DE JULGAMENTO

9.1. AVISO - 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
SALA VIDEOCONFERÊNCIA
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
AVISO

A Secretaria Judiciária - SEJU, por determinação do Exmo. Sr. Des. José Ribamar Oliveira, presidente em exercício, da Egrégia 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, AVISA ao membro do Ministério Público, aos Senhores Advogados, as partes e os demais interessados, que não haverá sessão ordinária da 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO por VIDEOCONFERÊNCIA no dia 15 de outubro de 2020, em razão da ausência justificada do Exmo. Sr. Des. José James Gomes Pereira, relator de todos os processos constantes da pauta. A Secretaria Judiciária - SEJU, também, AVISA que todos os processos constantes da pauta de julgamento do dia 15 de outubro de 2020, da Egrégia 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO por VIDEOCONFERÊNCIA, ficam pautados para julgamento na próxima Sessão Ordinária da 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO por VIDEOCONFERÊNCIA do dia 22 de outubro de 2020.

Teresina, 13 de outubro de 2020

Bel. Godofredo C. F. de Carvalho Neto Secretário da 2ª Câmara de Direito Público

9.2. Ata da 20ª sessão ordinária de julgamento da 4ª Câmara Especializada Cível, por videoconferência, realizada no dia 06 de outubro de 2020.

Aos seis (06) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, reuniu-se às 10h07min (dez horas e sete minutos), em Sessão Ordinária, por videoconferência, a 4ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL, por videoconferência, sob a presidência do Exmo. Sr. Des. RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR, em exercício. Participaram do julgamento os Exmos. Srs. Deses. Fernando Lopes e Silva Neto e Joaquim Dias de Santana Filho (convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, no gozo de férias regulamentares. Presente a Exma. Sra. Procuradora de Justiça, Dra. Teresinha de Jesus Marques, comigo, Bacharela Izabel Fernanda Nunes Sá de Oliveira, Secretária, foi aberta a Sessão, com as formalidades legais. Presentes os servidores Antonino Santana Barbosa Neto e Ronald do Vale Miranda (Gabinete do Des. Alencar), Joaquim Oliveira Silva Neto (Gabinete Des. Fernando Lopes), bem como o estagiário Sr. José Gabriel Neto, lotado na SEJU. ATA DA SESSÃO ANTERIOR realizada no dia 29 de setembro de 2020, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 9000, disponibilizada no dia 02 de outubro de 2020 e publicada no dia 03 de outubro de 2020, e, até a presente data, não foi impugnada APROVADA, sem restrições. **PROCESSOS PAUTADOS/ADIADOS/RETIRADOS: 0000418-66.2017.8.18.0065 - Apelação Cível. Origem: Pedro II / Vara Única. Apelante: RAIMUNDO NONATO DE MELO. Advogados: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB/PI nº 4.027-A) e outra**

Apelado: BANCO ITAU CONSIGNADO S/A

Advogado: Eny Ange Soledade Bittencourt De Araújo (OAB/BA nº 29.442)

Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. ADIADO o julgamento do processo em epígrafe, a pedido do Relator. A Dra. Lorena Pitanga realizou sustentação oral pelo Banco ITAU CONSIGNADO S/A (Apelado). Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente, em exercício/Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Joaquim Dias de Santana Filho (convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, no gozo de férias regulamentares. Presente a Exma. Sra. Procuradora de Justiça, Dra. Teresinha de Jesus Marques. Impedimento/suspeição: não houve. Sustentação oral: Dra. Lorena Pitanga (Apelado). 0708509-71.2018.8.18.0000 - Apelação Cível

Origem: Teresina / 4ª Vara Cível

Apelante: MEDPLAN ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.

Advogado: Paulo Gustavo Coelho Sepúlveda (OAB/PI nº 3.923)

Apelada: SIRLEY MARIA MORAIS DE MENEZES MAGALHÃES

Defensora Pública: Myrtes Maria de Freitas e Silva

Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. RETIRADO DE PAUTA o julgamento do processo em epígrafe, a fim de que sejam os autos encaminhados à Coordenadoria Judiciária Cível, para cumprimento da determinação constante da Certidão de Id. nº 876184. Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente, em exercício/Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Joaquim Dias de Santana Filho (convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, no gozo de férias regulamentares. Presente a Exma. Sra. Procuradora de Justiça, Dra. Teresinha de Jesus Marques.// 2017.0001.010568-5 - Embargos de Declaração na Apelação Cível

Origem: Teresina / 4ª Vara Cível. Embargante: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.

Advogados: Diogo Elvas Falcão Oliveira (OAB/PI nº 6.088) e outro

Embargado: JEFFERSON CLERK LOPES CAMPELO

Advogado: Francisco Soares Campelo Filho (OAB/PI nº 2.734)

Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. RETIRADO DE PAUTA o julgamento do processo em epígrafe, em razão da ausência justificada do Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que está vinculado ao processo. Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente, em exercício/Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Joaquim Dias de Santana Filho (convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, no gozo de férias regulamentares. Presente a Exma. Sra. Procuradora de Justiça, Dra. Teresinha de Jesus Marques.// 2016.0001.012663-5 - Embargos de Declaração na Apelação Cível

Origem: Teresina / 4ª Vara Cível.

Embargante: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.

Advogados: Diogo Elvas Falcão Oliveira (OAB/PI nº 6.088) e outro

Embargado: JEFFERSON CLERK LOPES CAMPELO

Advogado: Francisco Soares Campelo Filho (OAB/PI nº 2.734)

Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. RETIRADO DE PAUTA o julgamento do processo em epígrafe, em razão da ausência justificada do Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que está vinculado ao processo. Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente, em exercício/Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Joaquim Dias de Santana Filho (convocado). Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, no gozo de férias regulamentares. Presente a Exma. Sra. Procuradora de Justiça, Dra. Teresinha de Jesus Marques. // 2016.0001.012671-4 - Embargos de Declaração na Apelação Cível

Origem: Teresina / 4ª Vara Cível.

Embargante: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.

Advogados: Diogo Elvas Falcão Oliveira (OAB/PI nº 6.088) e outro

Embargado: JEFFERSON CLERK LOPES CAMPELO

Advogado: Francisco Soares Campelo Filho (OAB/PI nº 2.734)

Relator: Des. Raimundo Nonato da Costa Alencar. RETIRADO DE PAUTA o julgamento do processo em epígrafe, em razão da ausência

justificada do Excelentíssimo Senhor Desembargador Oton Mário José Lustosa Torres, que está vinculado ao processo. **Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores** Raimundo Nonato da Costa Alencar (Presidente, em exercício/Relator), Fernando Lopes e Silva Neto e Joaquim Dias de Santana Filho (convocado). **Ausente justificadamente o Excelentíssimo Senhor Desembargador** Oton Mário José Lustosa Torres, no gozo de férias regulamentares. **Presente a Exma. Sra. Procuradora de Justiça**, Dra. Teresinha de Jesus Marques. // Nada mais a tratar, o Exmo. Senhor Desembargador Presidente agradeceu a presença de todos, e encerrou a presente sessão às dez horas e trinta e cinco (10h35h). Do que, para constar, eu, _____ (Bela. Izabel Fernanda Nunes Sá de Oliveira), Secretária, lavrei a presente Ata, sendo por mim subscrita, que, após a sua publicação no Diário da Justiça e não havendo impugnação, será assinada pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente.

10. CONCLUSÕES DE ACÓRDÃOS

10.1. APELAÇÃO CÍVEL

ÓRGÃO JULGADOR : 4ª Câmara Especializada Cível

APELAÇÃO CÍVEL (198) No 0815394-43.2019.8.18.0140

APELANTE: LUIZ CUNHA NOGUEIRA FILHO

Advogado(s) do reclamante: HENRY WALL GOMES FREITAS

APELADO: BANCO DO BRASIL SA

REPRESENTANTE: BANCO DO BRASIL SA

Advogado(s) do reclamado: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

RELATOR(A): Desembargador RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - VALORES DEPOSITADOS EM CONTA PASEP - PEDIDO INTENTADO APÓS CINCO ANOS - PRESCRIÇÃO QUINQUENAL CONFIGURADA - RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Tratando-se de demanda que envolva restituição dos valores eventualmente depositados a menor ou tidos como subtraídos indevidamente da conta PASEP, aplica-se o prazo quinquenal previsto no art. 1º, do Decreto 20.910/32.
2. O termo inicial do prazo prescricional deve ser contado, a partir do momento em que a parte autora tem ciência dos fatos que levaram-na a propor a ação de cobrança. Incidência do princípio da actio nata.
3. Sentença mantida.

DECISÃO

EX POSITIS e sendo o quanto se me afigura necessário asseverar, **VOTO** pelo **não provimento** do recurso, mantendo-se incólume a decisão recorrida, por seus próprios e jurídicos fundamentos, majorando-se, ainda, os honorários advocatícios, para 11% sobre o valor da causa, os quais, no entanto, devem ficar com a cobrança suspensa, em razão do deferimento da gratuidade de justiça.

10.2. APELAÇÃO CÍVEL

ÓRGÃO JULGADOR : 4ª Câmara Especializada Cível

APELAÇÃO CÍVEL (198) No 0001058-33.2016.8.18.0056

APELANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

Advogado(s) do reclamante: JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR

APELADO: FRANCISCO ALVES DE MOURA

Advogado(s) do reclamado: ALEXANDRE BUCAR DA SILVA, CLAUDIO ROBERTO CASTELO BRANCO

RELATOR(A): Desembargador RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - NEGÓCIOS BANCÁRIOS - AUSÊNCIA DE PROVA DA REGULARIDADE DO EMPRÉSTIMO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 18 DO TJ-PI - RESTITUIÇÃO EM DOBRO - POSSIBILIDADE - DANOS MORAIS - QUANTUM PROPORCIONAL - RECURSO DESPROVIDO.

1. A ausência de comprovação, pela instituição financeira, da transferência do valor do empréstimo para a conta bancária do consumidor/mutuário, garantidos o contraditório e a ampla defesa, enseja a declaração de nulidade da avença, com os consectários legais, nos termos da Súmula n. 18 do TJPI.
2. Sendo ilegal a cobrança, por não decorrer de negócio jurídico válido, é cabível a restituição em dobro dos valores indevidamente pagos. Inteligência do artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.
3. O valor da condenação por danos morais deve ser fixado em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a fim de cumprir a sua função punitiva-pedagógica, sem, contudo, representar enriquecimento sem causa para aquele que suportou o dano causado.
4. Sentença mantida.

DECISÃO

EX POSITIS e sendo o quanto necessário asseverar, **VOTO** para que seja **DENEGADO provimento** à apelação, mantendo-se incólume a decisão hostilizada, mercê dos seus próprios e jurídicos fundamentos, devendo-se, ainda, em atenção ao artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, majorar de 10% para 15%, os honorários advocatícios com os quais terá de arcar o apelante.

10.3. APELAÇÃO CÍVEL

ÓRGÃO JULGADOR : 4ª Câmara Especializada Cível

APELAÇÃO CÍVEL (198) No 0700363-07.2019.8.18.0000

APELANTE: SEBASTIAO FRANCISCO DA COSTA

Advogado(s) do reclamante: FRANCISCO ROBERTO MENDES OLIVEIRA

APELADO: PAN ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

Advogado(s) do reclamado: ZULMIRA DO ESPIRITO SANTO CORREIA

RELATOR(A): Desembargador RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - NEGÓCIO BANCÁRIO - CONTRATO DESFEITO - DESCONTOS NÃO INICIADOS - REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANO MORAL - PEDIDOS INADMISSÍVEIS - RECURSO IMPROVIDO.

1. Comprovado que o contrato bancário objeto da lide foi desconstituído, antes de qualquer desconto no benefício previdenciário do consumidor ou antes de lhe ocasionar qualquer prejuízo, não se pode cogitar de repetição do indébito e nem da existência de dano moral.
2. Sentença mantida.

DECISÃO

EX POSITIS e sendo o quanto necessário asseverar, **VOTO** para que seja **DENEGADO provimento** à apelação, mantendo-se incólume a sentença, mercê dos seus próprios e jurídicos fundamentos, deixando-se, contudo, de majorar os honorários advocatícios, porquanto o

magistrado sentenciante deferiu ao apelante os benefícios da justiça gratuita.

10.4. APELAÇÃO CÍVEL

ÓRGÃO JULGADOR : 4ª Câmara Especializada Cível

APELAÇÃO CÍVEL (198) No 0817044-96.2017.8.18.0140

APELANTE: RAIMUNDA MATIAS DA SILVA

Advogado(s) do reclamante: DARIO DOS SANTOS BISPO

APELADO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Advogado(s) do reclamado: ELISIA HELENA DE MELO MARTINI

RELATOR(A): Desembargador RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR

EMENTA

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - NEGÓCIO BANCÁRIO - ANALFABETISMO - DESCONHECIMENTO DOS TERMOS DO CONTRATO - ALEGAÇÃO IMPROCEDENTE - EMPRÉSTIMO REGULARMENTE CONTRAÍDO - RECURSO IMPROVIDO.

1. Em regra, o alegado analfabetismo da parte não implica em incapacidade absoluta e tampouco em nulidade do negócio bancário por ela celebrado.

2. Os atos praticados por pessoas analfabetas são, em tese, válidos e eficazes. Logo a sua retirada do mundo jurídico depende de prova bastante, quanto ao vício de vontade.

3. Impõe-se afastar a alegação de fraude ou de não realização de negócio bancário, se comprovadas a existência e a regularidade do respectivo contrato, além do repasse da quantia objeto do empréstimo.

4. Sentença mantida, à unanimidade.

DECISÃO

EX POSITIS e sendo o quanto necessário asseverar, **VOTO**, para que seja **DENEGADO provimento** à apelação, mantendo-se incólume a decisão hostilizada, mercê dos seus próprios e jurídicos fundamentos, majorando-se, ainda, em atenção ao artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, de 10% (dez por cento) para 12% (doze por cento), os honorários advocatícios, suspendendo-se a exigibilidade, no entanto, em face do deferimento da gratuidade judiciária.

10.5. APELAÇÃO CÍVEL

ÓRGÃO JULGADOR : 4ª Câmara Especializada Cível

APELAÇÃO CÍVEL (198) No 0006049-91.2016.8.18.0140

APELANTE: MARYLLIA DA CONCEICAO CARVALHO DE SOUSA

Advogado(s) do reclamante: MARCOS LUIZ DE SA REGO

APELADO: BANCO HONDA S/A.

Advogado(s) do reclamado: SILVIA VALERIA PINTO SCAPIN, JULIANO JOSE HIPOLITI

RELATOR(A): Desembargador RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - EMENDA À INICIAL - NÃO ATENDIMENTO - EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - DECISÃO RECORRIDA POR RECURSO IMPRÓPRIO - DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO - RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Constatado defeito na petição inicial, inclusive, pela não juntada dos documentos entendidos necessários à instrução da causa, e não tendo a parte autora corrigido-o, embora regularmente intimada, deve-se extinguir o processo, sem resolução de mérito.

2. Não tendo sido intentado o recurso próprio, contra decisão interlocutória, fica defeso à parte renovar a discussão, mediante a interposição de apelação, eis que sobre a matéria já incidira a preclusão temporal, sendo, ainda, desnecessária a sua prévia intimação. Incidência do art. 507 do CPC.

3. Sentença mantida.

DECISÃO

EX POSITIS e sendo o quanto necessário asseverar, **VOTO** para que seja **DENEGADO provimento** à presente apelação, mantendo-se incólume a decisão hostilizada, mercê dos seus próprios e jurídicos fundamentos, **deixando-se, contudo, de cogitar da majoração de honorários advocatícios, eis que não foram fixados em primeiro grau.**

10.6. APELAÇÃO CÍVEL

ÓRGÃO JULGADOR : 4ª Câmara Especializada Cível

APELAÇÃO CÍVEL (198) No 0014498-72.2015.8.18.0140

APELANTE: JOAO BARBOSA DA SILVA

Advogado(s) do reclamante: MARCOS LUIZ DE SA REGO

APELADO: BANCO BRADESCO S.A.

Advogado(s) do reclamado: JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR, PATRICIA GURGEL PORTELA MENDES

RELATOR(A): Desembargador RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - EMENDA À INICIAL - NÃO ATENDIMENTO - EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - DECISÃO RECORRIDA POR RECURSO IMPRÓPRIO - DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO - RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Constatado defeito na petição inicial, inclusive, pela não juntada dos documentos entendidos necessários à instrução da causa, e não tendo a parte autora corrigido-o, embora regularmente intimada, deve-se extinguir o processo, sem resolução de mérito.

2. Não tendo sido intentado o recurso próprio, contra decisão interlocutória, fica defeso à parte renovar a discussão, mediante a interposição de apelação, eis que sobre a matéria já incidira a preclusão temporal, sendo, ainda, desnecessária a sua prévia intimação. Incidência do art. 507 do CPC.

3. Sentença mantida.

DECISÃO

EX POSITIS e sendo o quanto necessário asseverar, **VOTO** para que seja **DENEGADO provimento** à presente apelação, mantendo-se incólume a decisão hostilizada, mercê dos seus próprios e jurídicos fundamentos, **deixando-se, contudo, de cogitar da majoração de honorários advocatícios, eis que não foram fixados em primeiro grau.**

10.7. APELAÇÃO CÍVEL

ÓRGÃO JULGADOR : 4ª Câmara Especializada Cível

APELAÇÃO CÍVEL (198) No 0809776-88.2017.8.18.0140

APELANTE: BANCO BRADESCO S.A.

Advogado(s) do reclamante: ALESSANDRA AZEVEDO ARAUJO FURTUNATO

APELADO: ANTONIO CARLOS SOARES DE MACEDO

Advogado(s) do reclamado: LEONARDO CARVALHO QUEIROZ

RELATOR(A): Desembargador RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO - BUSCA E APREENSÃO - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - DETERMINAÇÃO DE JUNTADA DA VIA ORIGINAL - DESNECESSIDADE - SENTENÇA ANULADA.

1. É medida desnecessária a determinação de apresentação, na via original, da cédula de crédito bancário a fim de instruir a inicial da ação de busca e apreensão. Precedentes.

2. Recurso Provido.

DECISÃO

EX POSITIS, e sendo o quanto necessário asseverar, **VOTO** pelo **provimento** do recurso, a fim de se anular a sentença e determinar o retorno dos autos ao juízo de origem, para o regular processamento do feito.

10.8. APELAÇÃO CÍVEL

ÓRGÃO JULGADOR : 4ª Câmara Especializada Cível

APELAÇÃO CÍVEL (198) No 0826025-80.2018.8.18.0140

APELANTE: BANCO RCI BRASIL S.A

Advogado(s) do reclamante: ALESSANDRA AZEVEDO ARAUJO FURTUNATO

APELADO: FABIO MARCIO PAZ DOS SANTOS

RELATOR(A): Desembargador RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO - BUSCA E APREENSÃO - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - DETERMINAÇÃO DE JUNTADA DA VIA ORIGINAL - DESNECESSIDADE - SENTENÇA ANULADA.

1. É medida desnecessária a determinação de apresentação, na via original, da cédula de crédito bancário a fim de instruir a inicial da ação de busca e apreensão. Precedentes.

2. Recurso Provido.

DECISÃO

EX POSITIS, e sendo o quanto necessário asseverar, **VOTO** pelo **provimento** do recurso, a fim de se anular a sentença e determinar o retorno dos autos ao juízo de origem, para o regular processamento do feito.

10.9. APELAÇÃO CÍVEL

ÓRGÃO JULGADOR : 4ª Câmara Especializada Cível

APELAÇÃO CÍVEL (198) No 0016681-79.2016.8.18.0140

APELANTE: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA

Advogado(s) do reclamante: LAURISSE MENDES RIBEIRO, HIRAN LEO DUARTE, ELIETE SANTANA MATOS

APELADO: SAMUEL LINCONS CARDOSO DE LIMA

RELATOR(A): Desembargador RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO - BUSCA E APREENSÃO - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - DETERMINAÇÃO DE JUNTADA DA VIA ORIGINAL - DESNECESSIDADE - SENTENÇA ANULADA.

1. É medida desnecessária a determinação de apresentação, na via original, da cédula de crédito bancário a fim de instruir a inicial da ação de busca e apreensão. Precedentes.

2. Recurso Provido.

DECISÃO

EX POSITIS, e sendo o quanto necessário asseverar, **VOTO** pelo **provimento** do recurso, a fim de se anular a sentença e determinar o retorno dos autos ao juízo de origem, para o regular processamento do feito.

10.10. APELAÇÃO CÍVEL

ÓRGÃO JULGADOR : 4ª Câmara Especializada Cível

APELAÇÃO CÍVEL (198) No 0800927-64.2016.8.18.0140

APELANTE: NATHALINO PACHECO BRITO, NATHANIEL MEMORIA DE BRITTO NETO

Advogado(s) do reclamante: THIAGO ANASTACIO CARCARA

APELADO: NATHALINO PACHECO BRITO, NATHANIEL MEMORIA DE BRITTO NETO

Advogado(s) do reclamado: THIAGO ANASTACIO CARCARA

RELATOR(A): Desembargador RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - GRATUIDADE DE JUSTIÇA EM GRAU RECURSAL - POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE VÍCIOS - PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA - INADMISSIBILIDADE - PREQUESTIONAMENTO FICTO - RECURSO IMPROVIDO.

1. O pedido de gratuidade de justiça pode ser apreciado e deferido a qualquer tempo e grau de jurisdição, porém, a benesse só produzirá efeitos, relativamente aos atos processuais que se lhe seguirem, não sendo admitida, portanto, a retroatividade.

2. Desmerecem guarida os aclaratórios que, a pretexto de sanar vício no julgado, tencionam, na verdade, apenas revisitar questões já decididas. Precedentes.

3. O art. 1.025, do CPC, consagrou a tese do prequestionamento ficto. Logo, não haverá nenhum prejuízo, caso seja intentado recurso junto aos Tribunais Superiores. Precedentes.

4. Embargos não providos.

DECISÃO

EX POSITIS e sendo o quanto basta asseverar, **VOTO** pelo **não provimento** deste recurso, de sorte a que se mantenha incólume, portanto, a decisão embargada.

10.11. HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) No 0753155-98.2020.8.18.0000

ÓRGÃO JULGADOR : 2ª Câmara Especializada Criminal

HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) No 0753155-98.2020.8.18.0000

PACIENTE: ROMALIO RICARDO DA SILVA

Advogado(s) do reclamante: JO ERIDAN BEZERRA MELO FERNANDES

IMPETRADO: DR. DIOCLECIO SOUSA DA SILVA

RELATOR(A): Desembargador JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

EMENTA: HABEAS CORPUS. CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 313 DO CPP. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. LIBERDADE PROVISÓRIA. OBRIGATORIEDADE. IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA DE OFÍCIO. ILEGALIDADE. INOCORRÊNCIA.

1. No processo penal brasileiro, a prisão cautelar, antes do trânsito em julgado, deve ser entendida como medida excepcional, sendo cabível exclusivamente quando comprovada a sua real necessidade, pautando-se em fatos e circunstâncias concretas do processo, que preencham os requisitos previstos nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal;

2. Evidencia-se o constrangimento ilegal se a prisão preventiva é decretada ante a ausência dos pressupostos legais contidos no art. 313, do CPP, mormente se o acusado é primário e o crime a ele imputado não prevê pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos;

3. Conquanto existentes os indícios mínimos de autoria do crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, haja vista a prisão em estado de flagrância, além de sua materialidade, deve-se ponderar que a simples menção de reiteração delitiva do paciente sem apontar dado concreto, revela-se fundamentação lacônica e genérica, uma vez que a autoridade coatora não declinou elementos concretos e individualizados capazes de comprovar a imprescindibilidade da medida cautelar extrema;

4. Ausentes os requisitos para a segregação preventiva do paciente, é cabível a sua substituição por medidas cautelares diversas da prisão, as quais são necessárias para resguardar a ordem pública e a efetividade do processo;

5. O Juiz, mesmo sem provocação da autoridade policial ou da acusação, ao receber o auto de prisão em flagrante, poderá, quando presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, converter a prisão em flagrante em preventiva sem que este ato gere qualquer nulidade, tendo em vista que a conversão da Prisão em Flagrante em Preventiva, autorizada pelo art. 310, II, do Código de Processo Penal, não se confunde com a decretação da Prisão Preventiva, de ofício.

6. Ordem concedida com cautelares. Decisão unânime.

Decisão: Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Criminal, à unanimidade, em dissonância com o parecer da Procuradoria-Geral de Justiça, pela concessão da ordem de *Habeas Corpus* para deferir a liberdade em favor do paciente ROMALIO RICARDO DA SILVA, aplicando-lhe as seguintes medidas cautelares diversas da prisão: a) Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades (art. 319, inciso I, do CPP); b) Proibição de ausentar-se da comarca (art. 319, inciso IV, do CPP); c) Recolhimento domiciliar noturno, a partir das 20hs, inclusive nos dias de folga (art. 319, inciso V do CPP), sob pena de, caso descumpridas, ser decretada sua prisão preventiva (art. 282, §4º do CPP). Comunique-se a decisão ao juízo de primeiro grau para fiscalizar o cumprimento das medidas cautelares aplicadas.

10.12. HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) No 0755580-98.2020.8.18.0000

ÓRGÃO JULGADOR : 2ª Câmara Especializada Criminal

HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) No 0755580-98.2020.8.18.0000

PACIENTE: BRENO LEAL

Advogado(s) do reclamante: ICLIS DE MOURA SOUSA

IMPETRADO: JUIZ DA 1 VARA DA COMARCA DE FLORIANO

RELATOR(A): Desembargador JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE. ILEGALIDADE DA PRISÃO POR INVASÃO DE DOMICÍLIO. APREENSÃO DE ENTORPECENTE. NATUREZA E VARIEDADE. PACIENTE QUE RESPONDE A OUTROS PROCESSOS. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. NÃO REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. 1. Não se verifica ilegalidade no auto de prisão em flagrante, quando policiais adentram na residência do paciente e se deparam com expressiva e variedade de entorpecente em seu poder. 2. O fato de o paciente responder a outros procedimentos criminais justificam a decretação da prisão preventiva para garantia da ordem pública. Precedentes do STJ e enunciado n.º 03, GMF/TJPI. 3. A quantidade ou a natureza da droga pode evidenciar a gravidade concreta do crime de tráfico de drogas, justificando a imposição da prisão preventiva para garantia da ordem pública, conforme enunciado n.º 04, do GMF/TJPI. 4. A Recomendação CNJ n.º 62/2020, no art. 8.º, determinou a não realização das audiências de custódia no país, em razão da pandemia causada pelo Covid-19. 5. Ordem parcialmente conhecida e, nesta extensão, denegada. Decisão unânime.

DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 2ª. Câmara Especializada Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer parcialmente da ordem, e nesta extensão, pela sua denegação por não vislumbrar constrangimento ilegal a que se encontre submetido o paciente.

10.13. HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) No 0754568-49.2020.8.18.0000

ÓRGÃO JULGADOR : 2ª Câmara Especializada Criminal

HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) No 0754568-49.2020.8.18.0000

PACIENTE: FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA

Advogado(s) do reclamante: ACELINO DE PAULA VANDERLEI FILHO

IMPETRADO: JUIZ DA 1ª VARA DE FLORIANO

RELATOR(A): Desembargador JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

EMENTA: HABEAS CORPUS. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E DOS REQUISITOS NA DECISÃO QUE CONVERTEU O FLAGRANTE EM PREVENTIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. WRIT DENEGADO.

1) É cediço que a liberdade é a regra em nosso ordenamento constitucional, somente sendo possível sua mitigação em hipóteses estritamente necessárias, e justificadas com base no art. 312 do CPP.

2) O *decisum* impugnado, ainda que conciso e sucinto, fundamenta o preenchimento do requisito de garantia da ordem pública na significativa quantidade de droga apreendida (221 tablets, totalizando 151,0 kg de maconha), característica que revela a gravidade concreta do delito, justificando assim a necessidade da custódia cautelar.

3) Quanto a alegação de que o paciente possui diabetes e, portanto, se encontra no grupo de risco, verifico que o laudo médico de ID 1920771, pág. 2 não demonstra o estado clínico geral e atual do mesmo, de forma a verificar a doença está descompensada e possibilitar a aferição do risco na permanência do mesmo no cárcere.

4) O impetrante acostou aos autos, posteriormente, resultado de exames para comprovar que é portador de diabetes, porém o exame data de 02/07/2019 (ID 2136194, pág. 10/13), data anterior ao crime, e não demonstra também se na presente data a enfermidade se encontra descontrolada ou se é possível ou não o tratamento e controle da mesma no estabelecimento prisional.

5) Ressalte-se, que não é razoável a colocação do réu em liberdade em função do novo coronavírus-Covid-19, eis que já cumpre a recomendação das autoridades sanitárias, qual seja, de ficar em isolamento (mesmo que involuntário).

6) Ademais, colocá-lo em liberdade nesse momento aumentaria o risco do mesmo se infectar na rua, e, conseqüentemente, propagar o vírus para outras pessoas que pode vir a entrar em contato, sendo imprescindível, no momento, não apenas a preservação da integridade das pessoas custodiadas, mas também da sociedade em geral.

7) Ressalta-se, inclusive, que o paciente é acusado pela prática do delito de tráfico ocorrido em 16/07/2020, portanto, em plena Pandemia.

8) Assim, a Pandemia não pode servir de salvo conduto para o cometimento de crimes graves.

9) Ordem denegada.

Decisão: Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Criminal, à unanimidade, em não vislumbrando o alegado constrangimento ilegal a que estaria submetido o paciente e, em harmonia com o parecer da Procuradoria-Geral de Justiça, pela DENEGAÇÃO da ordem impetrada, comunicando-se esta decisão a autoridade coatora.

10.14. APELAÇÃO CRIMINAL (417) No 0001234-82.2019.8.18.0031

ÓRGÃO JULGADOR : 2ª Câmara Especializada Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL (417) No 0001234-82.2019.8.18.0031

APELANTE: ALEX NASCIMENTO BRITO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR(A): Desembargador JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE ROUBO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CRIME DE ROUBO. MATERIALIDADE E AUTORIA DEMONSTRADA. PALAVRA DA VÍTIMA FIRME E CONSISTENTE SEM QUALQUER SUSPEITA DE FALSA IMPUTAÇÃO, ALIADA A CONFISSÃO PARCIAL DO RÉU.

1) Quanto à alegada afronta ao artigo 226 do Código Penal, compartilho do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a inobservância das formalidades do reconhecimento pessoal não enseja nulidade, por se tratar apenas de uma recomendação legal, de forma que o reconhecimento e a identificação da autoria podem ser realizados de outra forma. (Precedente do STJ: AgRg no REsp 1371800/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 27/10/2017).

2) Embora a vítima tenha dito em juízo que tem "quase certeza" que o réu era um dos indivíduos que praticou o delito de roubo e que era o mesmo quem portava a arma, não há que se falar em dúvida quanto a autoria a justificar uma absolvição. Isso porque, toda a circunstância em que ocorreu o delito e a prisão do réu demonstram que o mesmo foi um dos autores do delito, vez que como dito pela vítima, a mesma e um policial à paisana perseguiram o réu e o outro indivíduo logo após o roubo e avistaram Alex adentrando no mato. Ademais, a guarnição da Polícia Militar encontrou Alex escondido na mata, conforme depoimento do Policial Militar Rivelino Oliveira Silva em juízo (ID 1243687), o que corrobora com as declarações da vítima, no sentido de que o réu havia se escondido no matagal. Além disso, o referido policial afirmou que a vítima reconheceu o réu Alex no momento da prisão.

3) Nesse contexto, mostra-se inverossímil a versão apresentada pelo réu no seu interrogatório, ao dizer que correu e se escondeu porque ficou com medo dos populares e do rapaz na motocicleta que efetuava disparos. Por outro lado, as declarações da vítima são firmes e detalhadas ao afirmar que o delito foi praticado por dois indivíduos e que um deles conseguiu se evadir, de forma que não há que se falar em exclusão da causa de aumento relativa ao concurso de pessoas (art. 157, § 2º, II do Código Penal).

4) Assim, não há que se falar em absolvição por insuficiência probatória, bem como em exclusão da majorante relativa ao concurso de pessoas (art. 157, § 2º, II do CP), pois, como dito alhures, a vítima foi firme ao declarar que o delito de roubo foi cometido em concurso com outro indivíduo e o réu fora preso em perseguição logo após o crime. Além disso, o pedido para que seja reconhecida a participação de menor importância do réu (art. 29, § 1º do Código Penal) não merece prosperar, vez que resta claro que o réu não fora mero partícipe, mas sim autor do delito junto com o outro indivíduo ao realizar o núcleo do tipo, atuando inclusive com o emprego da arma branca para constranger a vítima a entregar o seu aparelho celular.

5) Da análise dos autos, constata-se que o apelante foi condenado pela prática do crime tipificado no art. 157, § 2º, II do Código Penal (roubo majorado), o qual prevê, além da pena privativa de liberdade, a pena de multa

Assim o pedido de desconsideração da pena de multa imposta ao apelante na sentença apelada, não pode ser acatado, tendo em vista, que a multa no delito pelo qual o apelante foi denunciado e condenado é parte integrante do tipo penal, ou seja, a norma penal prevê a aplicação cumulativa com pena privativa de liberdade, portanto, é defeso ao Magistrado sentenciante decotar da condenação a pena de multa, sendo, assim, indispensável seu arbitramento, independentemente da situação financeira do condenado. No mesmo sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, do qual compartilho, quanto ao pagamento das custas (AgRg no REsp 1803332/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 02/09/2019).

6) Recurso conhecido e parcialmente provido, apenas para fixar pena definitiva de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão de reclusão, em regime inicial semiaberto, mais 13 dias-multa, no valor de 1/30 do salário-mínimo à época dos fatos, mantendo-se incólume os demais termos da sentença condenatória.

Decisão: Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Criminal, à unanimidade, em consonância com o parecer da Procuradoria-Geral de Justiça, pelo CONHECIMENTO e PARCIAL PROVIMENTO do recurso de apelação criminal interposto, apenas para fixar pena definitiva de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão de reclusão, em regime inicial semiaberto, mais 13 dias-multa, no valor de 1/30 do salário-mínimo à época dos fatos, mantendo-se incólume os demais termos da sentença condenatória.

10.15. APELAÇÃO CRIMINAL (417) No 0701991-94.2020.8.18.0000

ÓRGÃO JULGADOR : 2ª Câmara Especializada Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL (417) No 0701991-94.2020.8.18.0000

APELANTE: ÍCARO GUILHERME DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR(A): Desembargador JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE ROUBO MAJORADO. PRELIMINAR: DA NÃO INCIDÊNCIA DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA DO EMPREGO DE ARMA DE FOGO PELA AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL DE POTENCIAL LESIVO. NO MÉRITO PROPRIAMENTE DITO REVISÃO DA DOSIMETRIA DA PENA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Despicienda a existência de laudo pericial atestando lesividade de arma de fogo utilizada no crime de roubo, quando outras provas nos autos comprovam sua utilização e de que a mesma foi capaz de imprimir grave ameaça a vítima.

2. A análise da circunstância judicial das consequências crime para fins de abalo psicológico da vítima deve ter fundamento concreto nos autos.

3. Apelo conhecido, e parcialmente provido. Decisão unânime.

Decisão: Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Criminal, à unanimidade, em parcial consonância, com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, pelo CONHECIMENTO e PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO, para modificar a pena definitiva do apelante para 06 (seis) anos e 08 (oito) meses de reclusão, em regime inicial de cumprimento de pena, e, 22 (vinte e dois) dias-multa, sendo cada dia-multa 1/30 do salário-mínimo vigente à época dos fatos devidamente corrigido, mantendo *in totum* os demais termos da sentença apelada. Outrossim, em determinar que seja compatibilizada sua segregação cautelar com o regime de cumprimento de pena ora imposto.

10.16. APELAÇÃO CRIMINAL (417) No 0700193-98.2020.8.18.0000

ÓRGÃO JULGADOR : 2ª Câmara Especializada Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL (417) No 0700193-98.2020.8.18.0000

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, CESAR HENRIQUE FILOMENO

APELADO: CESAR HENRIQUE FILOMENO, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR(A): Desembargador JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

EMENTA: DUPLA APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSO DO MP: MODIFICAÇÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITO DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. RÉU HIPOSSUFICIENTE ECONOMICAMENTE E ASSISTIDO PELA DEFENSORIA PÚBLICA. RECURSO DA DEFESA: PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. IMPOSSIBILIDADE. NÃO OCORRÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO PARA ACUSAÇÃO. RECURSOS CONHECIDOS. RECURSO MINISTERIAL PROVIDO E DA DEFESA IMPROVIDO.

1. Inadequada a pena restritiva de direito de prestação pecuniária a condenado pobre nos termos da lei assistido pela Defensoria Pública, pela sua notória hipossuficiência econômica.
2. Impossível o reconhecimento de prescrição da pretensão punitiva na modalidade retroativa quando não houve o trânsito em julgado da sentença, eis que pendente análise de recurso ministerial.
3. Inteligência da Súmula 146 do C.STF.
4. Recursos conhecidos, provido o da acusação e improvido o da defesa. Decisão unânime.

Decisão: Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Criminal, à unanimidade, em harmonia com o parecer ministerial, PELO CONHECIMENTO DE AMBOS OS RECURSOS INTERPOSTOS, DANDO PROVIMENTO A APELAÇÃO CRIMINAL MINISTERIAL e modificando a pena restritiva de direito de prestação pecuniária fixada pelo juízo a quo pela limitação de fim de semana, nos termos do art. 43, inciso III do CP, devendo o juízo das execuções penais estabelecer os horários de seu recolhimento, pelo prazo da pena fixada e PELO IMPROVIMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL DA DEFESA face a não ocorrência de trânsito em julgado da condenação para a acusação, mantendo-se incólume os demais termos do decisum inquinado.

10.17. APELAÇÃO CRIMINAL (417) No 0000980-86.2013.8.18.0042

ÓRGÃO JULGADOR : 2ª Câmara Especializada Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL (417) No 0000980-86.2013.8.18.0042

APELANTE: JOSE CARLOS PIABA DA SILVA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PIAUI

APELADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

RELATOR(A): Desembargador JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE FURTO QUALIFICADO. EXCLUSÃO PENA DE MULTA. IMPOSSIBILIDADE. REDUÇÃO. ADEQUAÇÃO AOS PARÂMETROS DA PENA CORPORAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

- 1) Não pode ser excluída a pena de multa de crimes contra o patrimônio, em virtude de fazer parte do tipo penal. Inteligência Sumula 7 do C.TJPI.
- 2) Porém, a fixação da pena de multa segue os mesmos parâmetros da pena corporal. Multa reduzida.
- 3) Recurso conhecido e parcialmente provido. Decisão unânime.

Decisão: Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Criminal, à unanimidade, em contrariamente ao parecer da Procuradoria Geral de Justiça, pelo CONHECIMENTO DO RECURSO, E PARCIAL PROVIMENTO DO MESMO para modificar a pena definitiva de multa do acusado para 25 (vinte e cinco) dias-multa, sendo cada dia-multa 1/30 do salário-mínimo vigente à época dos fatos, devidamente corrigido, mantendo-se incólume os demais termos da sentença de primeiro grau.

10.18. APELAÇÃO CRIMINAL (417) No 0701426-33.2020.8.18.0000

ÓRGÃO JULGADOR : 2ª Câmara Especializada Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL (417) No 0701426-33.2020.8.18.0000

APELANTE: FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA DA CONCEIÇÃO

APELADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

RELATOR(A): Desembargador JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE ROUBO SIMPLES. ABSOLVIÇÃO NEGATIVA DE AUTORIA E/OU INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. ATIPICIDADE CRIME DE FALSA IDENTIDADE. NÃO ACOLHIMENTO. DOSIMETRIA DA PENA READEQUADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Tanto a materialidade quanto a autoria estão devidamente comprovadas nos autos.
2. Em crimes de roubo, o reconhecimento pelas vítimas constitui peça basilar para a condenação, na medida em que tais delitos, quase sempre cometidos na clandestinidade, a palavra da vítima tem enorme importância, sobretudo quando harmoniosa e coincidente com o conjunto probatório.
4. Ainda que por autodefesa, é considerado típico, culpável e punível o ato do réu informar nome diverso, perante a autoridade policial com fins de evitar possível responsabilização criminal, configurando assim o crime de falsa identidade. Inteligência da Súmula 522 do C.STJ.
5. Pena readequada.
6. Apelo conhecido, e parcialmente provido. Decisão unânime.

Decisão: Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Criminal, à unanimidade, em consonância, com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, pelo CONHECIMENTO e PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO, para modificar a pena definitiva do apelante para o crime de roubo simples para 04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, bem como corrigir, de ofício, por se tratar de matéria de ordem pública, no tocante a dosimetria da pena do crime de falsa identidade, onde consta "reclusão", leia-se "detenção", decotando-se a pena de multa fixada já que já aplicada pena corporal, nos exatos termos do art. 307 do CP, mantendo in totum os demais termos da sentença apelada.

10.19. APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) No 0820555-68.2018.8.18.0140

ÓRGÃO JULGADOR : 6ª Câmara de Direito Público

APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) No 0820555-68.2018.8.18.0140

APELANTE: ELIZA MARIA DE SOUZA MENEZES

Advogado(s) do reclamante: HENRY WALL GOMES FREITAS

APELADO: ESTADO DO PIAUI

REPRESENTANTE: ESTADO DO PIAUI

RELATOR(A): Desembargador JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL. AÇÃO REVISIONAL DE GRATIFICAÇÃO ADICIONAL. PREJUDICIAL DE MÉRITO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO DA AUTORA. INOCORRÊNCIA. OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. EXEGESE DA SÚMULA Nº 85 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. LEGITIMIDADE DE ALTERAÇÃO DA FÓRMULA DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO, DESDE QUE RESPEITADA A IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. DANO MORAL INEXISTENTE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Com efeito, a apelante não pleiteia um direito suprimido, mas, sim, a correção de uma relação jurídica e periódica já consolidada por lei. Portanto, não ocorrerá, propriamente, a prescrição do fundo de direito, mas, tão somente, a prescrição das parcelas anteriores aos (cinco) anos do ajuizamento da ação.
2. A apelante não acusa a supressão do adicional de tempo de serviço. Pretende-se, na verdade, a complementação de valores relacionados ao referido adicional, pois entende que vem recebendo a menor. Assim sendo, a prescrição a ser considerada é realmente a de trato sucessivo,

estando prescritas, portanto, todas as parcelas vencidas há mais de cinco anos antes do ajuizamento desta ação. Inteligência da Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Não há direito adquirido a regime jurídico, sendo legítima a alteração da fórmula de cálculo da remuneração, desde que não provoque decesso remuneratório.

4. Demonstrada a legalidade da conduta do Estado do Piauí, que preservou o valor até então recebido pela servidora a título de gratificação adicional, respeitando a regra da irredutibilidade remuneratória, inexistente ato ilícito a demandar a reparação de dano extrapatrimonial.

5. Recursos conhecidos e improvidos.

Decisão: Acordam os componentes da Egrégia 6ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, pelo CONHECIMENTO e IMPROVIMENTO do recurso de apelação cível interposto por ELIZA MARIA DE SOUZA MENEZES, mantendo-se integralmente os termos do decisum vergastado

10.20. APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) No 0816007-97.2018.8.18.0140

ÓRGÃO JULGADOR : 6ª Câmara de Direito Público

APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) No 0816007-97.2018.8.18.0140

APELANTE: FRANCISCA SUELI DE OLIVEIRA

Advogado(s) do reclamante: HENRY WALL GOMES FREITAS

APELADO: ESTADO DO PIAUÍ

REPRESENTANTE: ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR(A): Desembargador JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

EMENTA: EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE VERBAS SALARIAIS DE SERVIDOR. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. O art. 3º da lei complementar do estado do Piauí nº 33/2003 dispõe que os valores percebidos na data da publicação da lei, a título de vantagens, continuarão a ser pagos "sem nenhuma redução", a partir da vigência da mesma lei.

2. O termo "sem nenhuma redução" empregado pelo supracitado artigo se refere aos valores pecuniários legalmente percebidos pelos servidores civis a título de vantagem remuneratória, os quais não podem sofrer redução nominal. O referido artigo não garante aos servidores demandantes que o percentual relativo ao adicional por tempo de serviço seja calculado com base no valor dos vencimentos e que seja corrigido de acordo com o aumento destes.

3. Dessa forma, a vedação da vinculação de vantagens remuneratórias ao vencimento dos cargos dos servidores públicos civis do Estado do Piauí, imposta pelo art. 1º da Lei nº 33/2003, se aplica também aos servidores que recebiam o adicional por tempo de serviço à época da publicação da norma, sendo garantido aos mesmos somente a proteção quanto a redução do valor nominal.

4. Ademais, não há que se falar em direito adquirido à forma de cálculo remuneratório de servidor público, de forma que pode o Poder Público alterar a estrutura remuneratória dos seus servidores, desde que não implique em redução nominal.

5. Recurso conhecido e improvido, mantendo incólumes todos os termos da sentença.

Decisão: Acordam os componentes da Egrégia 6ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, em pelo conhecimento e IMPROVIMENTO do recurso, mantendo incólumes todos os termos da sentença condenatória.

10.21. APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) No 0821153-22.2018.8.18.0140

ÓRGÃO JULGADOR : 6ª Câmara de Direito Público

APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) No 0821153-22.2018.8.18.0140

APELANTE: ANA AMÉLIA PEREIRA LIMA, ARLETE DE JESUS FRAZAO LIMA, CLARICE ALVES DE SOUSA, DINAH DOS SANTOS FREIRE, DORALICE ARAUJO E SOUZA, MARIA DAS GRACAS MOURA PAIVA, MARIA DAS GRACAS SOUZA MELO SILVA, MARIA EXCELSA ORSANO, SONIA MARIA ROCHA DO NASCIMENTO, VALDENES MENDES DE MORAIS

Advogado(s) do reclamante: HENRY WALL GOMES FREITAS

APELADO: ESTADO DO PIAUÍ

REPRESENTANTE: ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR(A): Desembargador JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. AÇÃO REVISIONAL DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. PREJUDICIAL DE MÉRITO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO DOS AUTORES. INOCORRÊNCIA. OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. DANO MORAL INEXISTENTE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Com efeito, os apelantes não pleiteiam um direito suprimido, mas, sim, a correção de uma relação jurídica e periódica já consolidada por lei. Portanto, não ocorrerá, propriamente, a prescrição do fundo de direito, mas, tão somente, a prescrição das parcelas anteriores aos (cinco) anos do ajuizamento da ação.

2. Os apelantes não acusam a supressão do adicional de tempo de serviço. Pretende-se, na verdade, a complementação de valores relacionados ao referido adicional, pois entendem que vêm recebendo a menor. Assim sendo, a prescrição a ser considerada é realmente a de trato sucessivo, estando prescritas, portanto, todas as parcelas vencidas há mais de cinco anos antes do ajuizamento desta ação. Inteligência da Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Não há direito adquirido a regime jurídico, sendo legítima a alteração da fórmula de cálculo da remuneração, desde que não provoque decesso remuneratório.

4. Demonstrada a legalidade da conduta do Estado do Piauí, que preservou o valor até então recebido pelos servidores a título de gratificação adicional, respeitando a regra da irredutibilidade remuneratória, inexistente ato ilícito a demandar a reparação de dano extrapatrimonial.

5. Recursos conhecidos e improvidos.

Decisão: Acordam os componentes da Egrégia 6ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, pelo CONHECIMENTO e IMPROVIMENTO do recurso de apelação cível interposto por ANA AMÉLIA PEREIRA LIMA e outros, mantendo-se integralmente os termos do decisum vergastado

10.22. AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) No 0711751-04.2019.8.18.0000

ÓRGÃO JULGADOR : 6ª Câmara de Direito Público

AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) No 0711751-04.2019.8.18.0000

AGRAVANTE: CONSTRUTORA & IMOBILIÁRIA CANAA LTDA - EPP

Advogado(s) do reclamante: MOISES ANGELO DE MOURA REIS

AGRAVADO: MUNICÍPIO DE TERESINA

RELATOR(A): Desembargador JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. PROMITENTE VENDEDOR DE IMÓVEL. IPTU. INDEFERIMENTO.

1) Nota-se, em uma análise do citado trecho da decisão, que o magistrado a quo fundamentou adequadamente a decisão que rejeitou o pedido de tutela de urgência. Isso porque, conforme estabelece o artigo 34 do CTN (Código Tributário Nacional), o contribuinte do IPTU é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

2) Ademais, a Súmula 399 do Superior Tribunal de Justiça dispõe que compete à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do IPTU.

Destarte, a lei municipal pode, de fato, eleger ordem de preferência quanto ao contribuinte do IPTU, de forma a facilitar a arrecadação.

3) Todavia, a legislação tributária do município de Teresina não estabelece ordem de preferência de contribuinte do IPTU, pelo contrário, prevê como sujeito passivo do tributo os mesmos que constam no artigo 34 do CTN, quais sejam, o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título, além de estabelecer a responsabilidade solidária do promitente vendedor.

4) Assim, conforme a legislação pátria, a jurisprudência e a doutrina o promitente vendedor é responsável solidário pelo pagamento do IPTU, de forma que não há como se excluir o mesmo da responsabilidade tributária.

5) Ressalta-se, por fim, que não merece prosperar o argumento do agravante que afirma que não é mais proprietário do imóvel porque o promitente comprador (ADH) vem exercendo a posse há muitos anos com verdadeiro *animus domini*. Isso porque conforme dispõe o art. 1.245 do Código Civil, a propriedade só se transfere mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis, de forma que enquanto não houver o Registro, o alienante continua sendo o proprietário do imóvel e, portanto, contribuinte do IPTU.

6) Agravo de Instrumento conhecido e improvido.

Decisão: Acordam os componentes da Egrégia 6ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, em conhecer e negar provimento ao Agravo de Instrumento interposto, mantendo-se incólume a decisão do juiz *a quo* que indeferiu o pedido de tutela provisória.

10.23. APELAÇÃO CRIMINAL (417) No 0700317-81.2020.8.18.0000

ÓRGÃO JULGADOR : 2ª Câmara Especializada Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL (417) No 0700317-81.2020.8.18.0000

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, CARLOS VINICIUS ALVES RESENDE

APELADO: CARLOS VINICIUS ALVES RESENDE, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR(A): Desembargador JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO-CRIME. ROUBO MAJORADO. REVISÃO DA DOSIMETRIA DA PENA. RECURSO MINISTERIAL: ELEVAÇÃO DA PENA BASE AO MÁXIMO PREVISTO PARA O CRIME. IMPOSSIBILIDADE. FIXAÇÃO DO REGIME INICIAL FECHADO PARA CUMPRIMENTO DA PENA. NÃO ACOLHIMENTO. RECURSO DA DEFESA: EXCLUSÃO DA MAJORANTE DO EMPREGO DE ARMA DE FOGO. USO DE SIMULACRO. IMPOSSÍVEL. ÔNUS DA DEFESA COMPROVAR O USO DO SIMULACRO.

1. Existindo uma circunstância judicial desfavorável, a pena base deve ser conduzida acima do mínimo legal, no entanto, não conduz ao patamar máximo da pena previsto em abstrato para o delito, como requer o Ministério Público Estadual.

2. Tendo em vista, o recurso ministerial e seguindo a orientação do Superior Tribunal de Justiça, para a circunstância judicial desfavorável elevo a pena base em 1/6, fixando-a em 05 (cinco) anos de reclusão e ao pagamento de 58 (cinquenta e oito) dias multa, cada dia, no valor de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época dos fatos. Todavia, reconduzindo ao mínimo legal de 04 (quatro) anos e 10 (dez) dias-multa, face a existência da atenuante da confissão e da menoridade.

3. Na terceira fase do exame dosimétrico, a despeito da existência de recurso da Defesa para a exclusão da majorante do emprego de arma de fogo vai mantida, mantendo-se a pena nos exatos termos fixados na sentença.

4. Embora, o simulacro não ser instrumento idôneo à configuração da majorante do emprego de arma, ante a ausência de potencialidade lesiva, cabia a Defesa do acusado demonstrar o seu uso, porém, não se desincumbiu do ônus de provar, nos termos do artigo 156 do Código de Processo Penal, que a arma utilizada na prática do crime tratava-se de um mero simulacro.

5. Assim, não restando comprovado que a arma utilizada e não apreendida se tratava de simulacro de arma de fogo, sem potencial lesivo, a incidência da majorante se impõe, vez que a prova oral produzida em juízo é clara no sentido de que houve o emprego de arma de fogo. Precedentes.

6. Em razão da fixação de quantum de pena inferior à 08 (oito) anos, sendo o réu primário e as circunstâncias judiciais favoráveis em maioria, apenas uma sendo desfavorável, entendo por escorrido o regime inicial semiaberto de cumprimento de pena fixado na sentença, nos termos do art. 33, §2º e §3º, do CP.

7. Recurso da Defesa conhecido e improvido. Recurso do Ministério Público conhecido e provido em parte, porém, sem alteração da pena do réu. Decisão unânime.

Decisão: Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Criminal, à unanimidade, contrário em parte com o parecer da Procuradoria - Geral de Justiça, pelo conhecimento e improvido do recurso da Defesa e conhecimento e provimento em parte do recurso do Ministério Público Estadual, alterando a pena base, em razão da incidência de 16 para circunstância judicial anotada negativamente, porém, sem alterar a pena final aplicada na sentença.

10.24. HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) No 0755602-59.2020.8.18.0000

ÓRGÃO JULGADOR : 2ª Câmara Especializada Criminal

HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) No 0755602-59.2020.8.18.0000

IMPETRANTE: ICLIS DE MOURA SOUSA

PACIENTE: ISTE FANY LOURRANY NUNES MENDONÇA

Advogado(s) do reclamante: ICLIS DE MOURA SOUSA

IMPETRADO: JUIZ DA 1 VARA DA COMARCA DE FLORIANO

RELATOR(A): Desembargador JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. ILEGALIDADE NO FLAGRANTE. AUSÊNCIA DE MANDADO JUDICIAL. NÃO REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PREVENTIVO. INOCORRÊNCIA. SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR POR OUTRAS MEDIDAS ALTERNATIVAS À PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS, IRRELEVÂNCIA.

1. Em se tratando de crime permanente, como é o tráfico ilícito de entorpecentes, o estado de flagrância perdura enquanto não cessar a permanência, sendo prescindível, nesse ínterim, a apresentação de mandado judicial para proceder-se à busca e apreensão, sobretudo, na hipótese, em que a conduta imputada é a de guardar, tendo os policiais responsáveis pela prisão da paciente tomado conhecimento dos fatos por meio de denúncia anônima.

2. Não há em se falar em nulidade por ausência da audiência de custódia, vez que a prisão em flagrante foi convertida em preventiva, estando esta, devidamente circunstanciada em elementos concretos presentes nos autos.

3. No mais, a decisão que decretou a segregação cautelar do paciente está apoiada na ordem constitucional vigente, porquanto apresenta suficiente análise dos pressupostos do art. 312, do CPP (prova da existência do crime, indícios suficientes de autoria e o periculum libertatis), este último representado pela necessidade de garantia da ordem pública, tendo em vista a gravidade concreta do delito, revelada pela quantidade de entorpecentes, aliada o fato da paciente já ter em seu histórico registro da prática de ato infracional, fundamentos esses que se alinham aos Enunciados nº 3 e 4, aprovados no I Workshop de Ciências Criminais, que preconizam respectivamente - " : A existência de inquéritos policiais, ações penais ou procedimentos de atos infracionais, que evidenciem a reiteração criminosa ou infracional, consiste em fundamentação idônea para justificar o decreto de prisão preventiva para garantia da ordem pública" e "A expressiva quantidade ou a natureza da droga podem evidenciar a gravidade concreta do crime de tráfico de entorpecentes, justificando eventual decretação da prisão preventiva para garantia da ordem pública."

4. Diante da idoneidade dos fundamentos do decreto preventivo não se mostra possível a substituição da constrição cautelar por outras medidas cautelares alternativas à prisão, eis que são insuficientes para inibir o ímpeto delituoso do paciente.

5. Condições pessoais favoráveis não têm, em princípio, o condão de, isoladamente, revogar a prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da constrição.

6. Ordem denegada à unanimidade.

Decisão: Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Criminal, à unanimidade, em consonância com o parecer da Procuradoria-Geral de Justiça, pela denegação da ordem.

10.25. APELAÇÃO CRIMINAL (417) No 0000012-79.2019.8.18.0031

ÓRGÃO JULGADOR : 2ª Câmara Especializada Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL (417) No 0000012-79.2019.8.18.0031

APELANTE: FRANCISCO EUDES DOS SANTOS SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR(A): Desembargador JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVA E NEGATIVA DE AUTORIA. IMPOSSÍVEL MATERIALIDADE E AUTORIA DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS DEMONSTRADAS. DEPOIMENTO DOS POLICIAIS MILITARES QUE EFETUARAM A PRISÃO DO APELANTE CORROBORADOS COM OS DEMAIS ELEMENTOS CONSTANTES NOS AUTOS. FIXAÇÃO DA PENA BASE NO MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE UMA CIRCUNSTÂNCIA DESFAVORÁVEL. APLICAÇÃO DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO § 4º DO ART. 33 DA LEI 11.343/06. NÃO ACOLHIMENTO.

1. Materialidade e autoria do crime de tráfico de drogas demonstradas pelas provas produzidas nos autos.

2. O acervo probatório comprova a traficância, eis que para sua caracterização do delito de tráfico de drogas, tipo penal de conduta múltipla, basta que o réu traga consigo a droga com a finalidade de comercialização, o que ficou demonstrado no caso, tendo em vista, a quantidade a forma de disposição dos entorpecentes apreendidos, dinheiro trocado, balança de precisão, além do depoimento das testemunhas de acusação.

3. Frise-se que merece credibilidade o testemunho dos policiais, pois se tratam de agentes públicos cujos atos têm presunção de veracidade e legalidade, somente podendo ser desprezados quando eivados de ilegalidades, o que não é o caso dos autos.

4. Valorado negativamente a natureza da droga, nos termos do art. 42, da Lei 11.343/06, no caso (crack e maconha) justifica a exasperação da pena base no mínimo legal.

5. As peculiaridades do caso em comento - isto é, a apreensão de matéria proscriita pronta para a venda, em diversidade, balança de precisão, rolo de papel filme e prévia denúncia anônima - revelam o exercício da traficância de forma habitual pelo acusado e a dedicação deste ao exercício da atividade criminosa, não se tratando, portanto, de traficante eventual, portanto, não faz jus o réu, à benesse do artigo 33, §4º da Lei nº 11.343/2006.

6. A condenação ao pagamento das custas processuais é uma consequência lógica que decorre de norma cogente (artigo 804 do Código de Processo Penal), devendo o pedido de isenção ser decidido pelo Juízo da Execução Penal, que é competente para o caso.

7. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime

Decisão: Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Criminal, por maioria de votos, contrário em parte ao parecer do Ministério Público, pelo conhecimento e improvido do recurso manejado por Francisco Eudes dos Santos Silva, mantendo-se todos os termos da sentença. Vencido o Exmo. Sr. Des. Erivan Lopes.

10.26. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.002042-4

Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 2017.0001.002042-4

Origem: Parnaíba/PI

Embargante: Município de Parnaíba/PI

Advogado: Ernestino Rodrigues de Oliveira Júnior (OAB/PI-3959)

Embargado: Ana Cristina Barroso Sousa

Defensor Público: Nelson Nery Costa.

Relator: Des. Brandão de Carvalho

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL- OMISSÃO INEXISTENTE - INADEQUAÇÃO - PRETENSÃO DE REEXAME - IMPOSSIBILIDADE. Devem ser rejeitados os aclaratórios quando, a pretexto de omissão, insurgem-se, na realidade, contra suporte error in iudicando, cuja correção, no entanto, não pode ser buscada nesta estreita via. Inexistem quaisquer dos vícios do art. 1.022 do CPC, logo, nega-se provimento ao recurso. Decisão unânime.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer dos embargos declaratórios, mas negar-lhes provimento, para manter o acórdão embargado em todos os seus termos.

10.27. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.004658-5

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.004658-5

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ORIGEM: CONCEIÇÃO DO CANINDÉ/VARA ÚNICA

APELANTE: MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CANINDÉ-PIAUÍ

ADVOGADO(S): WILLIAN GUIMARAES SANTOS DE CARVALHO (PI002644) E OUTROS

APELADO: GLAUCIA RUTH MOREIRA CAMPOS

ADVOGADO(S): ARMANDO FERRAZ NUNES (PI000014A) E OUTROS

RELATOR: DES. BRANDÃO DE CARVALHO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PROCESSO CIVIL - CONSTITUCIONAL - ADMINISTRATIVO - NÃO COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO FÁTICA COMO ATO DE IMPROBIDADE - IMPROBIDADE NÃO CONFIGURADA - AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DO JUIZ "A QUO". 1. Para que se enquadre o agente público na Lei de Improbidade é necessário que haja o dolo, a culpa e o prejuízo ao ente público, caracterizado pela ação ou omissão do administrador público, o que não ocorre na espécie. 2. Da análise da documentação junta aos autos, verifica-se que, em verdade, a apelada não praticou atos de improbidade administrativa em sua gestão. Os documentos fornecidos pela FUNASA e Controladoria Geral da União informam que as contas dos convênios questionados encontram-se regulares. Segundo a referida documentação, o convênio 335/2004 encontra-se concluso e os demais, 5697/04 e 6261/05, encontram-se adimplidos, não havendo que se falar em ato de improbidade administrativa. 3. O atraso na prestação de contas não se confunde com a falta do cumprimento da obrigação, não cabendo a aplicação do art. 11, VI, da Lei n.º 8.429/92, que é expresso ao estabelecer a configuração do ato ímprobo para quem "deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo", não podendo sofrer interpretação extensiva. 4. Desta forma, inexistindo dano ao erário, conforme devidamente comprovado nestes autos, e não havendo o apelante comprovado a

veracidade de suas assertivas, o improvimento da ação é medida que se impõe. 5. Sentença pela improcedência da ação, posto que não restou caracterizada a prática de ato de improbidade, nos termos da Lei de nº 6.429/92. 7. Apelo desprovido. Sentença mantida.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do Apelo interposto, mas negar-lhe provimento, para manter a sentença de primeiro grau em todos os seus termos, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público Superior.

10.28. REEXAME NECESSÁRIO Nº 2016.0001.005350-4

Embargos de Declaração em Rem. Necessária Cível nº 2016.0001.005350-4

Embargante: Município de Esperantina-Piauí

Advogado: Fellipe Roney de Carvalho Alencar (OAB/PI nº 8.824)

Embargado: Maria Albetisa Sousa Lopes

Advogado: Renato Coelho de Farias (OAB/PI 3596) e outros

Relator: Des. Brandão de Carvalho

EMENTA

EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM REMESSA NECESSÁRIA - AÇÃO DE COBRANÇA - PEDIDO DE PAGAMENTO DE ABONO DE PERMANÊNCIA - DIREITO À PERCEPÇÃO DE VALORES - SERVIDOR APOSENTADO - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA-OMISSÕES INEXISTENTES - FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE - SUPOSTO ERROR IN JUDICANDO - INADEQUAÇÃO - PRETENSÃO DE REEXAME DA CAUSA - IMPOSSIBILIDADE - IMPROVIMENTO. 1. Conforme já decidiu o STJ, compete ao magistrado fundamentar todas as suas decisões, de modo a robustecê-las, bem como afastar qualquer dúvida quanto a motivação tomada, tudo em respeito ao disposto no artigo 93, IX, da Constituição Federal. 2. Devem ser rejeitados os aclaratórios quando, a pretexto de omissão, insurgem-se, na realidade, contra suposto error in judicando, cuja correção, no entanto, não pode ser buscada nesta estreita via. Constatado que a pretensão da embargante se limita a rediscutir questões já decididas no aresto embargado, inexistindo quaisquer dos vícios do art. 1.022 do CPC, nega-se provimento ao recurso. EMBARGOS NÃO PROVIDOS

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração apresentados, mas no mérito, negar-lhes provimento para manter o acórdão embargado em todos os seus termos.

10.29. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.013485-1

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.013485-1

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ORIGEM: TERESINA/1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

APELANTE: M. P. E. P.

APELADO: F. F. N.

RELATOR: DES. BRANDÃO DE CARVALHO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA DA JUVENTUDE RESTRINGIDA ÀS CAUSAS DE MENOR EM SITUAÇÃO DE RISCO. ART. 98 E 148 DO ECA. SITUAÇÃO DE RISCO NÃO CONFIGURADA. COMPETÊNCIA DAS VARAS DE FAMÍLIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O art. 148 do ECA prever a competência da justiça especializada para atuar nas causas que envolvam criança e adolescente desde que ocorra ameaça ou violação de direitos conforme disposto no art.98 da respectiva lei já citada. 2. Analisando os autos, denota-se que a ação originária se refere a regularização de guarda da menor e, no caso em apreço, não há ameaça ou violação de direitos, dessa forma, torna-se incompetente a vara da infância e da juventude para analisar tal ação. 3. Diante do exposto, entendo como competente alguma vara de família de Teresina para decidir sobre esta demanda. 4. Recurso Conhecido e Provido.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, reformando a decisão recorrida para declarar a incompetência da Vara da Infância e da Juventude para julgar a presente demanda e determinar a distribuição dos autos para uma das Varas de Família da Comarca de Teresina. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar sua intervenção.

10.30. APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2016.0001.000406-2

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL EM APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2016.0001.000406-2

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ORIGEM: TERESINA/1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA

REQUERENTE: ESTADO DO PIAUÍ E OUTROS

ADVOGADO(S): MIRNA GRACE CASTELO BRANCO DE LIMA (PI007802) E OUTRO

REQUERIDO: SUELY PEREIRA DA SILVA E OUTROS

ADVOGADO(S): MIRNA GRACE CASTELO BRANCO DE LIMA (PI007802) E OUTRO

RELATOR: DES. BRANDÃO DE CARVALHO

EMENTA

EMBARGOS DECLARATÓRIOS NA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL NOS MOLDES DO NCPC, ART. 1.022, I, II E III. PREQUESTIONAMENTO DESCABIDO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. No presente caso o embargante não impugnou especificamente os fundamentos do acórdão, limitando-se a alegar de forma genérica eventual omissão, a fim de reformar o acórdão vergastado. 2. O cabimento dos embargos de declaração está restrito às hipóteses do art. 1.022, I, II e III do CPC/2015. 3. Devem ser rejeitados os aclaratórios quando, a pretexto de omissão, insurgem-se, na realidade, contra suposto error in judicando, cuja correção, no entanto, não pode ser buscada nesta estreita via. Constatado que a pretensão da embargante se limita a rediscutir questões já decididas no aresto embargado, inexistindo quaisquer dos vícios caracterizadores da interposição dos embargos declaratórios (omissão, obscuridade, contradição ou erro material), resta prejudicada a modificação do julgado pretendido pelo embargante. 4. Recurso conhecido e não provido. Decisão unânime.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer dos Embargos de Declaratórios, porquanto tempestivos, mas negar-lhes provimento, para manter o acórdão embargado em todos os seus termos.

10.31. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.000040-8

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.000040-8

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ORIGEM: BATALHA/VARA ÚNICA

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ADVOGADO(S): ROSEANE DE CARVALHO VALE NEGREIROS (PI005081B)

APELADO: JOSE RENATO DOS SANTOS SILVA

ADVOGADO(S): AFONSO LIMA DA CRUZ JUNIOR (PI000003)

RELATOR: DES. BRANDÃO DE CARVALHO

EMENTA

AÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - LAUDO MÉDICO PRODUZIDO JUDICIALMENTE - CONFIRMAÇÃO DA INCAPACIDADE PERMANENTE DO SERVIDOR PARA RETORNO DAS ATIVIDADES - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1. Perícia judicial que atestou a incapacidade permanente e parcial, sendo o Juiz o destinatário da prova, utilizando-se assim de elementos suficientes para seu convencimento, nos termos dos artigos 130 e 131 do Código de Processo Civil. 2. Invalidéz constatada. Perícia judicial que confirmou a incapacidade permanente e parcial do apelado para o desempenho de atividades laborais, que necessitem do uso de suas mãos. 3. Conforme art. 42 da Lei 8.213/91 "A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição". 4. O conjunto fático probatório coligido aos autos evidencia que o infortúnio laboral sofrido pelo demandante erigiu-se como causa à invalidez permanente para o desempenho de suas atividades habituais de modo a autorizar a concessão da aposentadoria por invalidez. 5. Sentença mantida. Apelo improvido.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do recurso da apelação e negar-lhe provimento para manter a sentença em sua totalidade. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar a sua intervenção

10.32. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.006799-0

Embargos de Declaração na Apelação Cível Nº 2016.0001.006799-0

Origem: Pimenteiras-PI / Vara Única

Embargante: Município de Pimenteiras-PI

Procuradores: Cleiton Leite de Loiola (OAB/PI nº 2.736) e outros

Embargado: Alberto Gonçalves de Carvalho

Advogado: Wendel Barros Gonçalves (OAB/PI nº 7.154) e outros

Relator: Des. Brandão de Carvalho

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - VÍCIO DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA - CONTRATO TEMPORÁRIO EM DESCONFORMIDADE COM O ART. 37, IX DA CF - CONTRATO NULO - TEMA 308 DE REPERCUSSÃO GERAL DO STF - DIREITO AO RECEBIMENTO DE DÉCIMO TERCEIRO E FÉRIAS - NATUREZA SALARIAL - EMBARGOS PROVIDOS. 1. O magistrado, para demonstrar o seu convencimento acerca da matéria em debate, não necessita refutar cada um dos argumentos levantados pela parte prejudicada, devendo tão somente invocar questões indispensáveis ao desfecho da lide. 2. Com relação primeiramente à declaração de validade do contrato, há de esclarecer que de fato houve equívoco na decisão, tendo em vista que o contrato é manifestamente nulo, uma vez que a admissão da autora não seguiu o rito legal de contratação previsto na lei estadual que rege os servidores temporários, bem como o contrato durou 3 (três) anos, tempo muito maior do que o máximo previsto na Lei que é de 02 (dois) anos, estando, portanto, em total desacordo com o previsto no art. 37, inciso IX da Constituição Federal. 3. Entretanto, em que pese o reconhecimento da nulidade do contrato, entendo que não obsta a determinação de pagamento de férias e décimo terceiro salário, uma vez que não contraria a orientação do Supremo Tribunal Federal firmada no Tema 308, tendo em vista que férias e décimo terceiro salário possuem natureza salarial. 4. Por se tratarem de direitos sociais constitucionalmente assegurados aos trabalhadores em geral, em decorrência da própria prestação habitual do trabalho, eles são devidos a qualquer pessoa que labore para o Estado, seja por meio de prévia aprovação em concurso público, seja por meio de contrato de natureza administrativa (contratações temporárias), ou seja, ainda, em caso de contratação irregular, pois nem a nulidade do contrato, por violação ao art. 37, II, da CF, é capaz de afastar esses direitos sociais previstos na Constituição Federal (art. 7º, VIII e XVII). 5. Embargos conhecidos e providos.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer dos embargos declaratórios e dar-lhes provimento, para sanear o vício no que tange ao reconhecimento da nulidade do contrato temporário, devendo ser deferido somente o saldo de salário e o levantamento dos depósitos fundiários.

10.33. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.003584-8

Embargos de Declaração em Apelação nº 2016.0001.003584-8

Origem: 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública - Teresina

Embargante: Município de Teresina-PI

Advogado: Júlio César da Silva Carvalho (OAB/PI 4516)

Embargado: Restaurante Estrela do Mar

Advogado: Sebastião Rodrigues Barbosa Júnior (OAB/PI 5032) e Outros

Relator: Des. Brandão De Carvalho

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL - PRETENSÃO DE REEXAME DA CAUSA - OMISSÃO - VÍCIO INEXISTENTE - RECURSO IMPROVIDO. Conforme já decidiu o STJ, compete ao magistrado fundamentar todas as suas decisões, de modo a robustecê-las, bem como afastar qualquer dúvida quanto a motivação tomada, tudo em respeito ao disposto no artigo 93, IX, da Carta Magna de 1988. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que a questão levantada se revela em mero inconformismo com o teor do acórdão embargado, sobressaindo-se a pretensão de rediscutir a causa, sem a demonstração de quaisquer dos vícios do art. 1.022 do CPC. Mesmo para fins de prequestionamento, este recurso deve observar os limites traçados no artigo referenciado. EMBARGOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer dos embargos declaratórios, mas negar-lhes provimento, para manter o acórdão embargado em todos os seus termos.

10.34. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.005464-8

Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração na Ap. Cível nº 2016.0001.005464-8

Origem: Teresina/2ª Vara da Faz. Pública

Embargante: Estado do Piauí

Procurador: Paulo Ferdinand Fernandes Lopes Júnior (OAB/PI nº 15.767)

Embargado: Sebastião Alves de Oliveira.

Advogado: Camila Araújo Nery Oliveira (OAB/PI nº 6.885).

Relator: Des. Brandão de Carvalho

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL - OMISSÃO CARACTERIZADA - CORREÇÃO DOS CRITÉRIOS DOS JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA - INTELIGÊNCIA DO INCISO II DO ARTIGO 1.022, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. EMBARGOS ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES. Verificado nos autos que o dispositivo do julgamento destoa da fundamentação do julgado, a correção da omissão é medida que se impõem, nos termos do inciso II do art. 1.022 do NCPC. Nas condenações judiciais contra a fazenda pública de natureza administrativa em geral, os juros de mora deverão ser de acordo com a remuneração da caderneta de poupança e a correção monetária com base no IPCA-E. Acolhimento em parte dos embargos de declaração com efeitos infringentes.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer dos embargos declaratórios opostos, porquanto tempestivos, para, nos termos inciso II do artigo 1.022, lhe dar provimento, para fixar que os juros de mora deverão ser de acordo com a remuneração da caderneta de poupança e a correção monetária com base no IPCA-E.

10.35. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.008684-8

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.008684-8

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ORIGEM: VALENÇA DO PIAUÍ/VARA ÚNICA

REQUERENTE: MUNICÍPIO DE VALENÇA DO PIAUÍ

ADVOGADO(S): MARCOS ANDRÉ LIMA RAMOS (PI003839) E OUTROS

REQUERIDO: SINDICATO DOS ODONTOLOGOS DO ESTADO DO PIAUÍ

ADVOGADO(S): MARIANO LOPES DOS SANTOS (PI005783)

RELATOR: DES. BRANDÃO DE CARVALHO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - PREVISÃO EM LEGISLAÇÃO MUNICIPAL - LAUDO PERICIA - CIRURGIÃO-DENTISTA - POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO ANALÓGICA DA NR Nº 15, ANEXO 14, DO MINISTÉRIO DO TRABALHO - DIREITO À PERCEPÇÃO DA VERBA EM SEU GRAU MÁXIMO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO. 1. A a atividade desempenhada pelos odontólogos se enquadra no que prescrevem os anexos 13 e 14 da NR 15 da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho, referente ao adicional de insalubridade, prevendo também o próprio Estatuto do Servidor Público Municipal de Valença ? PI (Lei nº 1.156/2011) a tipificação das atividades insalubres, o que contempla a atividade de dentista. 2. Validade de prova pericial produzida em demanda idêntica, corroborada pela sua imprescindibilidade quando as provas já colacionadas nos autos são suficientes para se entender pelo direito à concessão do adicional de insalubridade pleiteado. 3. Diante da análise do laudo pericial acostado aos autos, conclui-se que as atividades desempenhadas pelos cirurgiões dentistas, os expõem aos agentes biológicos e químicos, conforme anexo nº 13 e 14, da NR nº 15 do MTE, restando-se evidente a percepção do adicional de insalubridade, em grau máximo, qual seja, 40% (quarenta por cento) sobre o salário base do cargo. 4. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas negar-lhe provimento, para manter a sentença em todos os seus termos. O Ministério Público Superior deixou de opinar por não vislumbrar interesse público a justificar sua intervenção.

10.36. MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2016.0001.002221-0

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2016.0001.002221-0

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

IMPETRANTE: ANTÔNIO MARQUES MACIEL

ADVOGADO(S): TÊSSIO DA SILVA TORRES (PI005944)

IMPETRADO: GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ E OUTROS

RELATOR: DES. BRANDÃO DE CARVALHO

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. APOSENTADORIA. POLICIAL MILITAR. SEGURANÇA CONCEDIDA. 1. O presente writ possui finalidade preventiva, a fim de que as autoridades coatoras mantenham o Decreto que o transferiu ex officio para a reserva remunerada com os proventos do subsídio de Sub Tenente da PM, como já vinha percebendo, até o trânsito em julgado da ação, apresentando eventual fim corretivo caso já tenha sido praticado o ato de revisão, pleiteando, nessa hipótese, que seja tornado sem efeito. 2. O Impetrante apresentou, como prova pré-constituída de direito líquido e certo, cópias: (1) do primeiro Decreto de Transferência para a reserva remunerada (fls. 45); (2) parecer PGE/PI e ofício SEADPREV (fls. 18/43); (3) requerimento, Certidão e Andamento Processual TCE/PI (fls. 47/50); (4) andamento atual do processo administrativo (fls. 52). 3. Ademais, restou configurada ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa, ante a ausência de oportunidade para que o impetrante se manifestasse no processo administrativo. 4. Sobre a hipótese de decadência, importa destacar que a contagem do prazo de decadência do direito da Administração para rever os atos eivados de vício começa a correr a partir do momento em que o conteúdo do ato é revelado, ou seja, na data em que é dada a sua publicidade, ganhando o ato existência jurídica. Tendo o ato de aposentadoria sido publicado em 2003, o mesmo somente poderia ser objeto de anulação pela Administração Pública até o ano de 2008. 5. Segurança concedida.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade em conceder a segurança perseguida no presente mandamus, em consonância ao Parecer Ministerial.

10.37. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.009343-5

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.009343-5

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ORIGEM: PICOS/1ª VARA

APELANTE: ESTADO DO PIAUÍ

ADVOGADO(S): JOSÉ CARLOS BASTOS SILVA FILHO (PI007915A)

APELADO: JOSEMAR MATIAS DOS SANTOS

RELATOR: DES. BRANDÃO DE CARVALHO

EMENTA

PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. NULIDADE DA SENTENÇA. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR IRRISÓRIO. ART. 8º, LC ESTADUAL 130/2009. DISCRICIONARIEDADE DO ENTE FEDERADO EM REALIZAR OU NÃO A EXECUÇÃO DE CRÉDITOS FISCAIS OU REQUERER A SUA EXTINÇÃO. RECURSO RECONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. 1. O Art. 8º, da Lei Complementar Estadual nº 130/2009 estabelece a possibilidade de a Fazenda Pública do Estado do Piauí não realizar a execução de créditos fiscais inferiores a 2.000 UFR ? PI. Nesse mesmo dispositivo também assevera a possibilidade de o Estado do Piauí, por meio da Procuradoria Geral do Estado, peticionar requerendo a extinção das execuções já existentes cujas CDAs, somadas, não atinjam o valor acima mencionado. 2. Observa-se, pela análise do dispositivo supracitado, que a não realização da execução fiscal ou o seu pedido de extinção é uma discricionariedade da Fazenda Estadual, ou seja, cabe ao próprio Estado do Piauí aplicar ou não o dispositivo. Dessa forma, entendo não ser cabível a extinção pelo Juízo a quo arguindo como fundamento de convicção a existência de tal dispositivo. Isto porque, fica entendido como faculdade da Fazenda Estadual realizar ou não a abdição da cobrança do crédito tributário. 3. O entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores é no sentido de não ser cabível ao Poder Judiciário decretar, de ofício, a extinção da ação de execução fiscal ao fundamento de que o valor da cobrança é pequeno ou irrisório, não compensando sequer as despesas da execução, porquanto o crédito tributário regularmente lançado é indisponível, sendo o ente federado detentor da autonomia tributária, com competência legislativa plena tanto para a instituição do tributo como para eventuais desonerações. 4. Recurso Conhecido e Provido. 5. Sentença Anulada.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em votar pelo conhecimento do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento, no sentido de anular a sentença apelada e determinar o pleno prosseguimento da Execução Fiscal ora mencionada. Sem manifestação de mérito por parte do Ministério Público Superior.

10.38. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.001923-9**Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 2017.0001.001923-9**

Embargante: Município de Parnaíba-PI.

Advogado: Hillana Martina Lopes Mousinho Neiva Dourado (OAB/PI nº 6.544)

Embargado: Sebastião Gomes dos Santos

Defensor Público: Manoel Mesquita de Araújo Neto (OAB/PI 6289B)

Relator: Des. Brandão De Carvalho

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA. EMBARGOS PROTETATÓRIOS. MULTA PREVISTA NO ART. 1.026, § 2º, DO CPC/15. 1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço. 2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. 3. Percebe-se, pois, que o embargante maneja os presentes aclaratórios em virtude, tão somente, de seu inconformismo com a decisão ora atacada, não se divisando, na hipótese, quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, a inquirir tal decisão. 4. Opostos embargos de declaração protetatórios, o magistrado, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a 2%. 5. Embargos de declaração rejeitados.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração apresentados, mas no mérito, negar-lhes provimento para manter o acórdão em todos os seus termos. Aplicada multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, ante o caráter protetatório do recurso.

10.39. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.001248-4

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.001248-4

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ORIGEM: FLORIANO/2ª VARA

APELANTE: ESTADO DO PIAUÍ

ADVOGADO(S): CHRISTIANNE ARRUDA CASTELO BRANCO (PI002901)

APELADO: ELETROTECNICA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - ME

ADVOGADO(S): LUCAS MARTINS SOUSA (PI011193) E OUTRO

RELATOR: DES. BRANDÃO DE CARVALHO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO - INÉRCIA DO EXEQUENTE - PERÍODO SUPERIOR A CINCO ANOS - RECONHECIMENTO. 1- Permanecendo o exequente inerte por mais de 05 anos, sem nenhum registro processual nos autos, configura-se a prescrição do crédito tributário. 2- Na falta de demonstração da existência de causa interruptiva ou suspensiva da prescrição, impõe-se a extinção do processo. 3- Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, para manter a decisão recorrida em todos os seus termos. Encaminhado os autos ao Ministério Público Superior, o representante do Parquet deixou de exarar manifestação meritória, ante a ausência de interesse público que justificasse sua intervenção.

10.40. APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2016.0001.006985-8

APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2016.0001.006985-8

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ORIGEM: TERESINA/1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA

REQUERENTE: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PIAUÍ-IASPI

ADVOGADO(S): JOSÉ AMÉRICO DA COSTA JÚNIOR (PI013877)

REQUERIDO: JOSE DE JESUS SILVA E OUTROS

ADVOGADO(S): ERIVERTON BEZERRA POLICARPO (PI004135) E OUTROS

RELATOR: DES. BRANDÃO DE CARVALHO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. REDUÇÃO. PERÍODO VINDICADO. PREVISÃO LEGAL. PRELIMINARES REJEITADAS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. No caso, o referido adicional, implantado na razão de 3% (três por

cento) por triênio de serviço público efetivo, perdurou até o mês de agosto de 2003. Assim, previsto em legislação complementar, vislumbra-se que, de acordo com as provas dos autos, os Autores, comprovadamente, fazem jus à incorporação da gratificação pleiteada, não havendo motivos para modificar a decisão reapreciada. 2. Por outro lado, hei de ressaltar o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça de que não existe direito adquirido do servidor público a regime jurídico, sendo-lhe assegurado, tão somente, a irredutibilidade de vencimentos, o que se aplica no caso vertente, pois houve a redução do adicional por tempo de serviço dos servidores públicos da autarquia requerida no período vindicado. Precedentes: RMS 30118/MS, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 23/11/2009; RMS 29.177/PR, Rel. Min. Felix Fischer, Quinta Turma? DJe de 17/08/2009; RMS 24317/RJ, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe 17/11/2008. 3. Com fulcro nos princípios da legalidade e da segurança jurídica, entendo que é devido o reajuste incidente a cada parcela mensal, referente a adicionais de tempo de serviço, à base de 3% (três por cento) por triênio, sobre o vencimento básico dos servidores requerentes, ora apelados, considerando, para efeitos de apuração do triênio, a data do ajuizamento da demanda, bem como sejam excluídas as parcelas alcançadas pela prescrição quinzenal, em conformidade com o explanado da sentença atacada. 4. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, considerando que os fatos e fundamentos expostos pelos apelantes não são suficientes e consistentes para ilidir as provas e os fundamentos da sentença vergastada, em votar pelo conhecimento e improvimento do recurso. O Ministério Público Superior deixou de opinar no feito, ante a inexistência de interesse processual.

10.41. AGRAVO Nº 2017.0001.013076-0

AGRAVO Nº 2017.0001.013076-0

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

REQUERIDO: ELMANO FERRER DE ALMEIDA

ADVOGADO(S): THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER (PI005671)

RELATOR: DES. BRANDÃO DE CARVALHO

EMENTA

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. EX-PREFEITO MUNICIPAL. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS PARA PERMITIR O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO. URGÊNCIA E NECESSIDADE NO MUNICÍPIO. AUSÊNCIA DE DOLO DE VIOLAR PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO OU DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. INEXISTÊNCIA DE ATO ÍMPROBO. Não obstante, a contratação mediante concurso público é a regra, excetuada hipótese, em que o Poder Público se vê obrigado para prestação eficiente e rápida para com seus dependentes. Analisando os autos, verifico que não houve má-fé dos Apelados diante a contratação de pessoal para atuar como fisioterapeutas, não violando o Princípio da Impessoalidade. 2. A contratação de servidores sem concurso público não causou prejuízo ao erário e não há indícios para se imputar conduta ímproba ao agente contratante, sem demonstração do elemento subjetivo necessário para sua tipificação. 4. Conheço do Recurso e no mérito dou improvimento.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do recurso e no mérito negar provimento, em razão da ausência do dolo específico ou genérico nas contratações feitas pelos agravados, para manter a decisão atacada em todos seus termos.

10.42. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.007592-9

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.007592-9

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ORIGEM: TERESINA/1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA

REQUERENTE: ELMANO FERRER DE ALMEIDA

ADVOGADO(S): THIAGO MENDES DE ALMEIDA FERRER (PI005671)

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: DES. BRANDÃO DE CARVALHO

EMENTA

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. EX-PREFEITO MUNICIPAL. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS PARA PERMITIR O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO. URGÊNCIA E NECESSIDADE NO MUNICÍPIO. AUSÊNCIA DE DOLO DE VIOLAR PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO OU DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. INEXISTÊNCIA DE ATO ÍMPROBO. Não obstante, a contratação mediante concurso público é a regra, excetuada hipótese, em que o Poder Público se vê obrigado para prestação eficiente e rápida para com seus dependentes. Analisando os autos, verifico que não houve má-fé dos Apelados diante a contratação de pessoal para atuar como fisioterapeutas, não violando o Princípio da Impessoalidade. 2. A contratação de servidores sem concurso público não causou prejuízo ao erário e não há indícios para se imputar conduta ímproba ao agente contratante, sem demonstração do elemento subjetivo necessário para sua tipificação. 4. Recurso conhecido e provido, liminar mantida.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do recurso interposto, e no mérito, dar-lhe provimento, para manter a liminar deferida.

10.43. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.006990-8

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.006990-8

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL

ORIGEM: TERESINA/4ª VARA CÍVEL

APELANTE: MARIA ALINA MARTINS GRANJA CAVALCANTI

ADVOGADO(S): PEDRO DA ROCHA PORTELA (PI002043) E OUTROS

APELADO: CAIXA SEGURADORA S/A

ADVOGADO(S): ADOLFO SOARES DE MORAIS NETO (GO021595) E OUTROS

RELATOR: DES. BRANDÃO DE CARVALHO

EMENTA

SEGURO DE VIDA. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO. PRETENSÃO DO SEGURADO QUE ESTÁ SUJEITA AO PRAZO ANUAL DE PRESCRIÇÃO. APLICABILIDADE DA SÚMULA 101 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO, SEM PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO SUPERIOR.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto, para manter, na íntegra, a r. sentença de Primeiro Grau. Com fulcro no art. 85, §1º, §11º do CPC, em razão da sucumbência recursal, majorar os honorários advocatícios para 18% (dezoito por cento) sobre o valor atualizado da condenação. Ausência de parecer do Ministério Público Superior quanto ao mérito recursal.

10.44. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.006606-0

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2017.0001.006606-0
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL
ORIGEM: ANTÔNIO ALMEIDA/VARA ÚNICA
REQUERENTE: PEDRO NUNES DE SOUSA E OUTRO
ADVOGADO(S): MATTSON RESENDE DOURADO (PI006594) E OUTRO
REQUERIDO: OSVALDO FERREIRA DE SOUSA E OUTRO
ADVOGADO(S): CLOVIS GOMES DE SOUZA NETO (PI003910B) E OUTRO
RELATOR: DES. BRANDÃO DE CARVALHO

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXCESSO NA EXECUÇÃO - CÁLCULOS EM CONFRONTO COM O TÍTULO JUDICIAL EXECUTADO - REQUISITOS DO EFEITO SUSPENSIVO DEMONSTRADOS. Na referida ação indenizatória por danos morais a contagem da correção monetária iniciar-se-á a partir da data em que restou fixado o valor certo e atual da indenização, nos termos da Súmula 362 do STJ e do acórdão executado. Para a concessão do efeito suspensivo ao agravo de instrumento é realizada em juízo perfuntório e depende da verossimilhança das alegações do agravante, o que restou cabalmente demonstrado nos autos. Efeito suspensivo concedido.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos de decisão fls. 390/393.

11. SECRETARIA DE SERVIÇOS CARTORÁRIOS CRIMINAIS

11.1. Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Bela. Graziela Meneses de Brito, Coordenadora Judicial da Coordenadoria Judiciária Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, de ordem do Exmo. Sr. Des. José Francisco do Nascimento - Relator, nos autos da **APELAÇÃO CRIMINAL nº 0010755-83.2017.8.18.0140**, no uso de suas atribuições, **INTIMA o apelante: Antônio Luis de Lima**, CPF nº 050.334.363-33, filho de **Gonçala Maria de Lima**, atualmente em local incerto e não sabido, para, no prazo de 10 (dez) dias, constituir novo advogado, a fim de tomar ciência do despacho (ID.2389112) dos autos.

Coordenadoria Judiciária Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, Teresina, 13 de outubro de 2020.

Bela. Graziela Meneses de Brito

Coordenadora

11.2. Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Bela. Graziela Meneses de Brito, Coordenadora Judicial da Coordenadoria Judiciária Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, de ordem do Exmo. Sr. Des. José Francisco do Nascimento - Relator, nos autos da **APELAÇÃO CRIMINAL nº 0010084-94.2016.8.18.0140**, no uso de suas atribuições, **INTIMA o apelante: Raimundo Nonato Vaz da Costa**, CPF nº 332.308.388-15, filho de **Santina de Oliveira Vaz**, atualmente em local incerto e não sabido, para, no prazo de 10 (dez) dias, constituir novo advogado, a fim de tomar ciência do despacho (ID.2389289) dos autos.

Coordenadoria Judiciária Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, Teresina, 13 de outubro de 2020.

Bela. Graziela Meneses de Brito

Coordenadora

11.3. Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Bela. Graziela Meneses de Brito, Coordenadora Judicial da Coordenadoria Judiciária Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, de ordem do Exmo. Sr. Des. José Francisco do Nascimento - Relator, nos autos da **APELAÇÃO CRIMINAL nº 0011148-08.2017.8.18.0140**, no uso de suas atribuições, **INTIMA a apelante: Maria Izabel Paula Moreno de Vargas**, RG nº 1.173.526 SSP/AC, filha de **Jaqueline Moreno Lopes**, atualmente em local incerto e não sabido, para, no prazo de 10 (dez) dias, constituir novo advogado, a fim de tomar ciência do despacho (ID.2381982) dos autos.

Coordenadoria Judiciária Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, Teresina, 13 de outubro de 2020.

Bela. Graziela Meneses de Brito

Coordenadora

11.4. Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Bela. Graziela Meneses de Brito, Coordenadora Judicial da Coordenadoria Judiciária Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, de ordem do Exmo. Sr. Des. José Francisco do Nascimento - Relator, nos autos da **APELAÇÃO CRIMINAL nº 0001470-66.2017.8.18.0140**, no uso de suas atribuições, **INTIMA o apelante: Marcus Vinicius Bezerra de Sousa**, CPF nº 068.997.413-26, filho de **Maria Elizeurda de Sousa**, atualmente em local incerto e não sabido, para, no prazo de 10 (dez) dias, constituir novo advogado, a fim de tomar ciência do despacho (ID.2389421) dos autos.

Coordenadoria Judiciária Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, Teresina, 13 de outubro de 2020.

Bela. Graziela Meneses de Brito

Coordenadora

11.5. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2018.0001.000895-7
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL
ORIGEM: TERESINA/7ª VARA CRIMINAL
REQUERENTE: ALEONARDO LUZ

ADVOGADO(S): ANA PAULA PASSOS MATTOS MOREIRA (PI003155)

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: DES. EDVALDO PEREIRA DE MOURA

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Portaria (Presidência) Nº 322 de 30 de janeiro de 2020)

Em cumprimento ao disposto no Art. 1º, inciso III, da Portaria nº 322/2020 da Presidência, que disciplina a virtualização de processos no âmbito do 2º Grau de Jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, adotem as providências devidas para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial eletrônico - PJe de 2º Grau; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (2º Grau), com o consequente cancelamento na distribuição no sistema e-TJPI.

COOJUDCRI, em Teresina, 13 de outubro de 2020.

JESUS JAMIL TAJRA

Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Criminal - SEJU

COORDENADORIA JUDICIÁRIA CRIMINAL

11.6. AVISO DE INTIMAÇÃO

INQUÉRITO POLICIAL Nº 2016.0001.001874-7

ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL

REQUERIDO: AVELAR DE CASTRO FERREIRA

RELATOR: DES. PEDRO DE ALCÂNTARA MACÊDO

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Portaria (Presidência) Nº 322 de 30 de janeiro de 2020)

Em cumprimento ao disposto no Art. 1º, inciso III, da Portaria nº 322/2020 da Presidência, que disciplina a virtualização de processos no âmbito do 2º Grau de Jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, adotem as providências devidas para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial eletrônico - PJe de 2º Grau; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (2º Grau), com o consequente cancelamento na distribuição no sistema e-TJPI.

COOJUDCRI, em Teresina, 13 de outubro de 2020.

JESUS JAMIL TAJRA

Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Criminal - SEJU

COORDENADORIA JUDICIÁRIA CRIMINAL

11.7. AVISO DE INTIMAÇÃO

AGRAVO (ART. 197 DA LEI 7.210) Nº 2015.0001.000040-4

ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL

ORIGEM: TERESINA/2ª VARA CRIMINAL

AGRAVANTE: ESTADO DO PIAUÍ

ADVOGADO(S): YURI RUFINO QUEIROZ (PI007107)

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: DES. PEDRO DE ALCÂNTARA MACÊDO

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Portaria (Presidência) Nº 322 de 30 de janeiro de 2020)

Em cumprimento ao disposto no Art. 1º, inciso III, da Portaria nº 322/2020 da Presidência, que disciplina a virtualização de processos no âmbito do 2º Grau de Jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, adotem as providências devidas para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial eletrônico - PJe de 2º Grau; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (2º Grau), com o consequente cancelamento na distribuição no sistema e-TJPI.

COOJUDCRI, em Teresina, 13 de outubro de 2020.

JESUS JAMIL TAJRA

Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Criminal - SEJU

COORDENADORIA JUDICIÁRIA CRIMINAL

11.8. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2017.0001.012138-1

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA ESPECIALIZADA CRIMINAL

ORIGEM: FLORIANO/1ª VARA

REQUERENTE: FELIPE ROMÁRIO LOPES CRUZ E OUTROS

ADVOGADO(S): REGINALDO CORREIA MOREIRA (PI001053) E OUTROS

REQUERIDO: FELIPE ROMÁRIO LOPES CRUZ E OUTROS

ADVOGADO(S): RICARDO MOURA MARINHO (PI006053) E OUTRO

RELATOR: DESA. EULÁLIA MARIA PINHEIRO

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Portaria (Presidência) Nº 322 de 30 de janeiro de 2020)

Em cumprimento ao disposto no Art. 1º, inciso III, da Portaria nº 322/2020 da Presidência, que disciplina a virtualização de processos no âmbito do 2º Grau de Jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, adotem as providências devidas para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial eletrônico - PJe de 2º Grau; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (2º Grau), com o consequente cancelamento na distribuição no sistema e-TJPI.

COOJUDCRI, em Teresina, 13 de outubro de 2020.

JESUS JAMIL TAJRA

Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Criminal - SEJU

COORDENADORIA JUDICIÁRIA CRIMINAL

11.9. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2018.0001.003347-2

ÓRGÃO JULGADOR: VICE-PRESIDÊNCIA

ORIGEM: TERESINA/6ª VARA CRIMINAL
REQUERENTE: L. S. M.
ADVOGADO(S): JOÃO BATISTA VIANA DO LAGO NETO (PI000000)
REQUERIDO: M. P. E. P.
RELATOR: DES. VICE-PRESIDENTE

11.10. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2018.0001.003347-2
ÓRGÃO JULGADOR: VICE-PRESIDÊNCIA
ORIGEM: TERESINA/6ª VARA CRIMINAL
REQUERENTE: L. S. M.
ADVOGADO(S): JOÃO BATISTA VIANA DO LAGO NETO (PI000000)
REQUERIDO: M. P. E. P.
RELATOR: DES. VICE-PRESIDENTE

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Portaria (Presidência) Nº 322 de 30 de janeiro de 2020)

Em cumprimento ao disposto no Art. 1º, inciso III, da Portaria nº 322/2020 da Presidência, que disciplina a virtualização de processos no âmbito do 2º Grau de Jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, adotem as providências devidas para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial eletrônico - PJe de 2º Grau; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (2º Grau), com o consequente cancelamento na distribuição no sistema e-TJPI.

COOJUDCRI, em Teresina, 13 de outubro de 2020.

JESUS JAMIL TAJRA

Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Criminal - SEJU
COORDENADORIA JUDICIÁRIA CRIMINAL

11.11. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2015.0001.003182-6
ÓRGÃO JULGADOR: VICE-PRESIDÊNCIA
ORIGEM: CAMPO MAIOR/1ª VARA
APELANTE: JOÃO BATISTA DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO(S): JOÃO MARCOS ARAÚJO PARENTE (PI011744) E OUTROS
APELADO: JOÃO BATISTA DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO(S): JOÃO MARCOS ARAÚJO PARENTE (PI011744) E OUTROS
RELATOR: DES. VICE-PRESIDENTE

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Portaria (Presidência) Nº 322 de 30 de janeiro de 2020)

Em cumprimento ao disposto no Art. 1º, inciso III, da Portaria nº 322/2020 da Presidência, que disciplina a virtualização de processos no âmbito do 2º Grau de Jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, adotem as providências devidas para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial eletrônico - PJe de 2º Grau; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (2º Grau), com o consequente cancelamento na distribuição no sistema e-TJPI.

COOJUDCRI, em Teresina, 13 de outubro de 2020.

JESUS JAMIL TAJRA

Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Criminal - SEJU
COORDENADORIA JUDICIÁRIA CRIMINAL

12. SEJU - COORDENADORIAS JUDICIÁRIAS

12.1. AVISO DE INTIMAÇÃO - ACÓRDÃO(PJe)

ÓRGÃO JULGADOR : 2ª Câmara Especializada Cível
APELAÇÃO CÍVEL (198) No 0701634-85.2018.8.18.0000
APELANTE: LEANDRO AMARAL BASTOS
APELADO: JANSEN DAVIS QUIRINO BARBOSA
Advogado(s) do reclamado: PAULO JORDANESSON FALCAO DE CARVALHO MARCOS - OAB PR68624
RELATOR(A): Desembargador JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS C/C NULIDADE CONTRATUAL. ARRAS. MULTA CONTRATUAL EM CASO DE DESISTÊNCIA. CLÁUSULA CONTRATUAL AMBIGUA. INTERPRETAÇÃO EM FAVOR DO ADERENTE. ART. 423 DO CÓDIGO CIVIL PÁTRIO. SENTENÇA REFORMADA. 1 - Hipótese em que o apelante pretende a reforma da sentença de 1º grau, para que seja determinada a devolução de valores retidos em razão da rescisão do contrato, sob o argumento de que o contrato é mal redigido e que o percentual de 10% de multa deverá incidir sobre as arras e não sobre o valor do imóvel. 2 - Apelado que admite ter sido por ele redigido o contrato. Apelante aderente. 3 - Cláusula contratual ambígua. Incidência do art. 423 do CC/2002. Interpretação favorável ao aderente, no caso, o apelante. 4 - Sentença reformada para determinar a devolução dos valores remanescentes das arras pagas pelo apelante, retidos em razão da rescisão do contrato, devidamente corrigidos. Sem parecer ministerial de mérito. Recurso conhecido e provido.

DECISÃO

Conforme consta da Certidão de Julgamento: Acordam os componentes da Egrégia 2ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer e DAR provimento ao recurso apelatório, para reformar a sentença de piso, determinando que o apelado retenha tão somente o percentual de 10% sobre a multa contratual (R\$ 5.000,00 - cinco mil reais), devendo restituir os valores remanescentes das arras dadas pelo promitente comprador/apelante, ou seja, R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), devidamente corrigidos. O Ministério Público Superior afirmou não ter interesse no feito.

Participaram do julgamento, sob a presidência do Exmo. Des. José Ribamar Oliveira, os Exmos. Srs. Deses. José Ribamar Oliveira - Relator, Francisco Antônio Paes Landim Filho (convocado) e Dra. Lygia Carvalho Parentes Sampaio (convocada), conforme Portaria (Presidência) Nº 3188/2019 - PJPI/TJPI/SEJU/COOJUDPLE, de 30 de outubro de 2019, em razão das ausências justificadas dos Exmos. Srs. Deses. Luiz Gonzaga Brandão de Carvalho e José James Gomes Pereira.

Impedido(s): Não houve.

Presente o Exmo. Sr. Dr. Antônio de Pádua Ferreira Linhares, Procurador de Justiça.

SALA DAS SESSÕES VIRTUAIS DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, em Teresina, 29 de novembro de 2019.

Des. José Ribamar Oliveira

Presidente/Relator

12.2. AVISO DE INTIMAÇÃO (PJe)

PROCESSO Nº: 0000278-42.2016.8.18.0073

CLASSE: APELAÇÃO CÍVEL (198)

ASSUNTO(S): [Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Acidentário]

APELANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL,

APELADO: EDÍLIO RIBEIRO BRAZ,

ADV: LINDOMAR DE SOUSA COQUEIRO JUNIOR - OAB PI12176-A

DECISÃO MONOCRÁTICA

Dessa forma, face à irregularidade aqui constatada, e conforme decisão já proferida em sede de Agravo Interno nº 714627-29.2019.8.18.0000, não conheço do presente recurso, com base no art. 932, III do Código Civil de 1973.

Outrossim, transcorrido o prazo recursal *in albis*, proceda-se a baixa e arquivamento dos autos nos termos do provimento nº 16/2009.

Intime-se. Cumpra-se.

Teresina, 29 de agosto de 2020.

Des. José Ribamar Oliveira

Relator

12.3. AVISO DE INTIMAÇÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2016.0001.001074-8

ÓRGÃO JULGADOR: VICE-PRESIDÊNCIA

ORIGEM: TERESINA/3ª VARA CÍVEL

AGRAVANTE: ANTONIO CARLOS GOMES DE CARVALHO E OUTROS

ADVOGADO(S): MARIO MARCONDES NASCIMENTO (SC007701) E OUTRO

AGRAVADO: MASSA FALIDA DA FEDERAL DE SEGUROS S. A.

ADVOGADO(S): JOSEMAR LAURIANO PEREIRA (RJ132101)

RELATOR: DES. VICE-PRESIDENTE

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL

LUCIANE DIAS ALVES, Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas - SEEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí,

AVISA, para os devidos fins, que foi interposto **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL**, para o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, nos autos do processo em epígrafe, no qual é Recorrido **ANTONIO CARLOS GOMES DE CARVALHO E OUTRO - MARIO MARCONDES NASCIMENTO (SC007701) E OUTRO**. Os autos permanecerão à disposição do Recorrido, que poderá impugnar o **RECURSO**, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente Aviso no Diário da Justiça do Estado do Piauí, de acordo com o artigo 1.030 do CPC.

COOJUDCÍVEL, em Teresina, 13 de outubro de 2020.

LUCIANE DIAS ALVES

Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível - SEJU

COORDENADORIA JUDICIÁRIA CÍVEL

12.4. AVISO DE INTIMAÇÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2016.0001.011321-5

ÓRGÃO JULGADOR: VICE-PRESIDÊNCIA

ORIGEM: TERESINA/5ª VARA CÍVEL

AGRAVANTE: ANTONIA EDILENE SILVESTRE DOS SANTOS LIMA E OUTROS

ADVOGADO(S): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (PI004027A) E OUTROS

AGRAVADO: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

ADVOGADO(S): EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS (PE028240)

RELATOR: DES. VICE-PRESIDENTE

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL

LUCIANE DIAS ALVES, Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas - SEEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí,

AVISA, para os devidos fins, que foi interposto **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL**, para o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, nos autos do processo em epígrafe, no qual é Recorrido **ANTONIA EDILENE SILVESTRE DOS SANTOS LIMA E OUTRO- LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (PI004027A) E OUTROS**. Os autos permanecerão à disposição do Recorrido, que poderá impugnar o **RECURSO**, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente Aviso no Diário da Justiça do Estado do Piauí, de acordo com o artigo 1.030 do CPC.

COOJUDCÍVEL, em Teresina, 13 de outubro de 2020.

LUCIANE DIAS ALVES

Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível - SEJU

COORDENADORIA JUDICIÁRIA CÍVEL

12.5. AVISO DE INTIMAÇÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2018.0001.000072-7

ÓRGÃO JULGADOR: VICE-PRESIDÊNCIA

ORIGEM: TERESINA/8ª VARA CÍVEL

REQUERENTE: D. I. DE CARVALHO & CIA. LTDA.-ME - AUTO PEÇAS TERESINA

ADVOGADO(S): ADRIANO MARTINS DE HOLANDA (PI005794) E OUTROS

REQUERIDO: BANICRED FOMENTO MERCANTIL LTDA.

ADVOGADO(S): FABIO SUGUIMOTO (SP190204) E OUTROS

RELATOR: DES. VICE-PRESIDENTE

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL

LUCIANE DIAS ALVES, Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas - SEEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí,

AVISA, para os devidos fins, que foi interposto **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL**, para o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, nos autos do processo em epígrafe, no qual é Recorrido **D. I. DE CARVALHO & CIA. LTDA.-ME - AUTO PEÇAS TERESINA - ADRIANO MARTINS DE HOLANDA (PI005794) E OUTROS**. Os autos permanecerão à disposição do Recorrido, que poderá impugnar o **RECURSO**, dentro do prazo de

15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente Aviso no Diário da Justiça do Estado do Piauí, de acordo com o artigo 1.030 do CPC. COOJUDCÍVEL, em Teresina, 13 de outubro de 2020.

LUCIANE DIAS ALVES

Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível - SEJU
COORDENADORIA JUDICIÁRIA CÍVEL

12.6. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.011396-7
ÓRGÃO JULGADOR: VICE-PRESIDÊNCIA
ORIGEM: FLORIANO/2ª VARA
REQUERENTE: MUNICÍPIO DE FLORIANO-PI
ADVOGADO(S): MARLON BRITO DE SOUSA (PI003904)
REQUERIDO: FRANCISCA PEREIRA DA SILVA CARVALHO
ADVOGADO(S): LEONARDO CABEDO RODRIGUES (PI005761) E OUTROS
RELATOR: DES. VICE-PRESIDENTE

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL

LUCIANE DIAS ALVES, Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas - SEEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, **AVISA**, para os devidos fins, que foi interposto **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL**, para o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, nos autos do processo em epígrafe, no qual é Recorrido **FRANCISCA PEREIRA DA SILVA CARVALHO- LEONARDO CABEDO RODRIGUES (PI005761) E OUTROS**. Os autos permanecerão à disposição do Recorrido, que poderá impugnar o **RECURSO**, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente Aviso no Diário da Justiça do Estado do Piauí, de acordo com o artigo 1.030 do CPC.

COOJUDCÍVEL, em Teresina, 13 de outubro de 2020.

LUCIANE DIAS ALVES

Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível - SEJU
COORDENADORIA JUDICIÁRIA CÍVEL

12.7. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2015.0001.002588-7
ÓRGÃO JULGADOR: VICE-PRESIDÊNCIA
ORIGEM: TERESINA/5ª VARA CÍVEL
APELANTE: REJANIRA MACHADO DA SILVA
ADVOGADO(S): RICARDO DE SOUSA GONCALVES (PI002725) E OUTRO
RELATOR: DES. VICE-PRESIDENTE

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL

LUCIANE DIAS ALVES, Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas - SEEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, **AVISA**, para os devidos fins, que foi interposto **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL**, para o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, nos autos do processo em epígrafe, no qual é Recorrido **REJANIRA MACHADO DA SILVA- RICARDO DE SOUSA GONCALVES (PI002725) E OUTRO**. Os autos permanecerão à disposição do Recorrido, que poderá impugnar o **RECURSO**, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente Aviso no Diário da Justiça do Estado do Piauí, de acordo com o artigo 1.030 do CPC.

COOJUDCÍVEL, em Teresina, 13 de outubro de 2020.

LUCIANE DIAS ALVES

Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível - SEJU
COORDENADORIA JUDICIÁRIA CÍVEL

12.8. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO Nº 2017.0001.011289-6
ÓRGÃO JULGADOR: VICE-PRESIDÊNCIA
ORIGEM: CAMPO MAIOR/2ª VARA
REQUERENTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR-PI
ADVOGADO(S): DIMAS EMILIO BATISTA DE CARVALHO (PI006899) E OUTROS
REQUERIDO: E.M.M.MOTA & CIA. LTDA. - DISTRIBUIDORA MULTMED
ADVOGADO(S): HILTON ULISSES FIALHO ROCHA JUNIOR (PI005967)
RELATOR: DES. VICE-PRESIDENTE

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL

JOSUE HIGINO DA SILVA COSTA, Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas - SEEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, **AVISA**, para os devidos fins, que foi interposto **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL**, para o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, nos autos do processo em epígrafe, no qual é Recorrido **E.M.M.MOTA & CIA. LTDA. - DISTRIBUIDORA MULTMED - Adv. HILTON ULISSES FIALHO ROCHA JUNIOR (PI005967)**. Os autos permanecerão à disposição do Recorrido, que poderá impugnar o **RECURSO**, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente Aviso no Diário da Justiça do Estado do Piauí, de acordo com o artigo 1.030 do CPC.

COOJUDCÍVEL, em Teresina, 13 de outubro de 2020.

JOSUE HIGINO DA SILVA COSTA

Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível - SEJU
COORDENADORIA JUDICIÁRIA CÍVEL

12.9. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2016.0001.008843-9
ÓRGÃO JULGADOR: VICE-PRESIDÊNCIA
ORIGEM: MONSENHOR GIL/VARA ÚNICA
APELADO: MARIA ELIETE ARAUJO BEZERRA E OUTRO
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS RODRIGUES DE LIMA (PI004914) E OUTROS
RELATOR: DES. VICE-PRESIDENTE

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO

LUCIANE DIAS ALVES, Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas - SEEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, **AVISA**, para os devidos fins, que foi interposto **AGRAVO DE INSTRUMENTO** nos autos do processo em epígrafe, no qual é Recorrido **MARIA ELIETE ARAUJO BEZERRA E OUTRO- ANTONIO CARLOS RODRIGUES DE LIMA (PI004914) E OUTROS**. Os autos permanecerão à

disposição do Recorrido, que poderá impugnar o **RECURSO**, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente Aviso no Diário da Justiça do Estado do Piauí, de acordo com o artigo 1.030 do CPC.

COOJUDCÍVEL, em Teresina, 13 de outubro de 2020.

LUCIANE DIAS ALVES

Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível - SEJU
COORDENADORIA JUDICIÁRIA CÍVEL

12.10. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.004846-0

ÓRGÃO JULGADOR: VICE-PRESIDÊNCIA

ORIGEM: BARRAS/VARA ÚNICA

REQUERENTE: MUNICÍPIO DE BOA HORA-PI

ADVOGADO(S): MARVIO MARCONI DE SIQUEIRA NUNES (PI004703)

REQUERIDO: MARIA FRANCISCA DE MORAES SILVA

ADVOGADO(S): CARLOS EDUARDO ALVES SANTOS (PI008414)

RELATOR: DES. VICE-PRESIDENTE

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL

JOSUE HIGINO DA SILVA COSTA, Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas - SEEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, **AVISA**, para os devidos fins, que foi interposto **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL**, para o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, nos autos do processo em epígrafe, no qual é Recorrido **MARIA FRANCISCA DE MORAES SILVA** - Adv. CARLOS EDUARDO ALVES SANTOS (PI008414). Os autos permanecerão à disposição do Recorrido, que poderá impugnar o **RECURSO**, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente Aviso no Diário da Justiça do Estado do Piauí, de acordo com o artigo 1.030 do CPC.

COOJUDCÍVEL, em Teresina, 13 de outubro de 2020.

JOSUE HIGINO DA SILVA COSTA

Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível - SEJU
COORDENADORIA JUDICIÁRIA CÍVEL

12.11. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2014.0001.005025-7

ÓRGÃO JULGADOR: VICE-PRESIDÊNCIA

ORIGEM: TERESINA/1ª VARA CÍVEL

APELANTE: JÚLIO CÉSAR ANDRADE DO NASCIMENTO E OUTRO

ADVOGADO(S): MARIO ROBERTO PEREIRA DE ARAUJO (PI002209) E OUTROS

APELADO: EMTRACOL - EMPRESA DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA E OUTRO

ADVOGADO(S): EDILANDO BARROSO DE OLIVEIRA (PI002634) E OUTROS

RELATOR: DES. VICE-PRESIDENTE

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL

JOSUE HIGINO DA SILVA COSTA, Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas - SEEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, **AVISA**, para os devidos fins, que foi interposto **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL**, para o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, nos autos do processo em epígrafe, no qual é Recorrido **JÚLIO CÉSAR ANDRADE DO NASCIMENTO E OUTRO** - Adv. EDILANDO BARROSO DE OLIVEIRA (PI002634) E OUTROS. Os autos permanecerão à disposição do Recorrido, que poderá impugnar o **RECURSO**, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente Aviso no Diário da Justiça do Estado do Piauí, de acordo com o artigo 1.030 do CPC.

COOJUDCÍVEL, em Teresina, 13 de outubro de 2020.

JOSUE HIGINO DA SILVA COSTA

Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível - SEJU
COORDENADORIA JUDICIÁRIA CÍVEL

12.12. AVISO DE INTIMAÇÃO

RECLAMAÇÃO Nº 2015.0001.004413-4

ÓRGÃO JULGADOR: VICE-PRESIDÊNCIA

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ/

RECLAMANTE: MARIA NAZARETH RIBEIRO DE ALMEIDA E ANDRADE

ADVOGADO(S): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO (PI009024) E OUTROS

RECLAMADO: ESTADO DO PIAUÍ

ADVOGADO(S): LORENA PORTELA TEIXEIRA (PI004510)

RELATOR: DES. VICE-PRESIDENTE

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO

JOSUE HIGINO DA SILVA COSTA, Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas - SEEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, **AVISA**, para os devidos fins, que foi interposto **AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO**, para o **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, nos autos do processo em epígrafe, no qual é Recorrido **MARIA NAZARETH RIBEIRO DE ALMEIDA E ANDRADE** - Adv. FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO (PI009024) E OUTROS. Os autos permanecerão à disposição do Recorrido, que poderá impugnar o **RECURSO**, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente Aviso no Diário da Justiça do Estado do Piauí, de acordo com o artigo 1.030 do CPC.

COOJUDCÍVEL, em Teresina, 13 de outubro de 2020.

JOSUE HIGINO DA SILVA COSTA

Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível - SEJU
COORDENADORIA JUDICIÁRIA CÍVEL

12.13. AVISO DE INTIMAÇÃO

RECLAMAÇÃO Nº 2015.0001.004413-4

ÓRGÃO JULGADOR: VICE-PRESIDÊNCIA

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ/

RECLAMANTE: MARIA NAZARETH RIBEIRO DE ALMEIDA E ANDRADE

ADVOGADO(S): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO (PI009024) E OUTROS

RECLAMADO: ESTADO DO PIAUÍ

ADVOGADO(S): LORENA PORTELA TEIXEIRA (PI004510)

RELATOR: DES. VICE-PRESIDENTE

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO

JOSUE HIGINO DA SILVA COSTA, Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas - SEEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, **AVISA**, para os devidos fins, que foi interposto **AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO**, para o **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, nos autos do processo em epígrafe, no qual é Recorrido **MARIA NAZARETH RIBEIRO DE ALMEIDA E ANDRADE** - Adv. **FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO** (PI009024) E OUTROS. Os autos permanecerão à disposição do Recorrido, que poderá impugnar o **RECURSO**, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente Aviso no Diário da Justiça do Estado do Piauí, de acordo com o artigo 1.030 do CPC.

COOJUDCÍVEL, em Teresina, 13 de outubro de 2020.

JOSUE HIGINO DA SILVA COSTA

Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível - SEJU

COORDENADORIA JUDICIÁRIA CÍVEL

12.14. AVISO DE INTIMAÇÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2017.0001.004710-7

ÓRGÃO JULGADOR: VICE-PRESIDÊNCIA

ORIGEM: BARRAS/VARA ÚNICA

REQUERENTE: MUNICÍPIO DE BOA HORA-PI

ADVOGADO(S): MARVIO MARCONI DE SIQUEIRA NUNES (PI004703) E OUTROS

REQUERIDO: JOQUEBEDE DE LIMA

ADVOGADO(S): CARLOS EDUARDO ALVES SANTOS (PI008414) E OUTROS

RELATOR: DES. VICE-PRESIDENTE

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL

LAIS ANDREA DO NASCIMENTO MALTA BATISTA, Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível e Câmaras Reunidas - SEEJU, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, **AVISA**, para os devidos fins, que foi interposto **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL**, para o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, nos autos do processo em epígrafe, no qual é Recorrido **JOQUEBEDE DE LIMA - CARLOS EDUARDO ALVES SANTOS OAB/PI 8414**. Os autos permanecerão à disposição do Recorrido, que poderá impugnar o **RECURSO**, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do presente Aviso no Diário da Justiça do Estado do Piauí, de acordo com o artigo 1.030 do CPC.

COOJUDCÍVEL, em Teresina, 13 de outubro de 2020.

LAIS ANDREA DO NASCIMENTO MALTA BATISTA

Servidor(a) da Coordenadoria Judiciária Cível - SEJU

COORDENADORIA JUDICIÁRIA CÍVEL

13. DEPARTAMENTO DE PRECATÓRIO**13.1. AVISO DE INTIMAÇÃO**

PRECATÓRIO Nº 2008.0001.001502-6

ÓRGÃO JULGADOR: PRESIDÊNCIA

ORIGEM: TERESINA/2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA

REQUERENTE: PEDRO LEAL FILHO E OUTROS

ADVOGADO(S): LUCIANA DE MELO CASTELO BRANCO (PI003180) E OUTROS

REQUERIDO: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ-DER-PI

ADVOGADO(S): WALDIR SOUSA MACEDO (PI001976) E OUTROS

RELATOR: DES. PRESIDENTE

AVISO DE INTIMAÇÃO**CERTIDÃO - MIGRAÇÃO DO SISTEMA e-TJPI PARA PJe****Nº PJe 2º Grau: 0001502-21.2008.8.18.0000**

Nº e-TJPI: 2008.0001.001502-6

O processo físico foi digitalizado e autuado, nos termos da Portaria nº 5368 (1471052), de 16 de dezembro de 2019, sob o **mesmo número padrão do CNJ no Processo Judicial Eletrônico de 2º Grau do TJPI**. A partir deste momento, o rito processual seguirá no sistema PJe do 2º Grau e as petições deverão ser dirigidas para este feito, mediante protocolo realizado pelas partes interessadas ou por seus advogados constituídos no processo. **FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema PJe de 2º Grau.**

As partes poderão suscitar eventual desconformidade no prazo de 10 (dez) dias corridos, após a intimação, hipótese em que os autos serão conclusos ao magistrado para decisão. O processo físico digitalizado permanecerá à disposição, na Secretaria da Coordenadoria de Precatórios (CPREC), por 30 (trinta) dias corridos após esta intimação da última parte, conforme art. 15 da Resolução nº 185, de 18 de dezembro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Diante disso, ficam as partes intimadas do referido procedimento e para suscitar desconformidade processual no prazo de 10 (dez) dias corridos.

Ficam, ainda, as partes igualmente intimadas de que o processo físico terá sua distribuição cancelada no sistema E-TJPI e serão encaminhados ao arquivo judicial após o prazo de 30 (trinta) dias.

Teresina(PI), 13 de outubro de 2020.

14. JUIZOS DE DIREITO DA CAPITAL**14.1. EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA 0014036-18.2015.8.18.0140****3ª Publicação****PROCESSO Nº:** 0014036-18.2015.8.18.0140**EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO**

O Dr. ANTONIO DE PAIVA SALES, MM. Juiz de Direito da 4ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

FAZ SABER aos que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que **foi decretada a INTERDIÇÃO** de **BERNARDINA GALDINO DE ANDRADE ROCHA**, portadora do RG nº 259.531 SSP/PI, CPF 854.617.413-04, nos autos do Processo nº 0014036-18.2015.8.18.0140 em



Diário da Justiça do Estado do Piauí

ANO XLII - Nº 9006 Disponibilização: Terça-feira, 13 de Outubro de 2020 Publicação: Quarta-feira, 14 de Outubro de 2020

trâmite pela 4ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Teresina da Comarca de TERESINA, por sentença, declarando a parte interdita incapaz de reger seus negócios e bens na vida civil, tendo sido nomeada curadora . **ARLENE ANDRADE ROCHA, portadora do RG nº 1.412.450 SSP/PI, CPF 746.769.893-34**, a qual prestará compromisso legal de bem exercer o *munus*, observadas as cautelas legais. O MM. Juiz de Direito mandou expedir o presente edital que será publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias no Diário da Justiça.Eu, HORTENCIA SOARES DE SOUSA, Analista Judicial, digitei.teresina-PI, 16 de setembro de 2020.
Juiz de Direito da 4ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Teresina-PI

14.2. Edital de publicação de sentença de interdição - 0800670-39.2016.8.18.0140

3ª Publicação

PROCESSO Nº: 0800670-39.2016.8.18.0140

CLASSE: TUTELA E CURATELA - NOMEAÇÃO (61)

ASSUNTO(S): [Tutela e Curatela]

REQUERENTE: MARIA GILSA RODRIGUES RIBEIRO

INTERESSADO: JOSE DA LUZ RIBEIRO SANTOS

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

A Dra. KEYLLA RANYERE LOPES TEIXEIRA PROCÓPIO, MMª. Juiza de Direito da 3ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

FAZ SABER aos que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que **foi decretada a INTERDIÇÃO de JOSE DA LUZ RIBEIRO SANTOS, brasileiro, casado, pescador, RG nº 1.501.174 SSP/PI e CPF nº 373.165.163-72, residente e domiciliado Rua Elet Papagaio, nº 7651, Bairro Mocambinho, CEP nº 64.010-550, Teresina/PI**, nos autos do Processo nº 0800670-39.2016.8.18.0140 em trâmite pela 3ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Teresina da Comarca de TERESINA, por sentença, declarando a parte interdita incapaz de reger seus negócios e bens na vida civil, tendo sido nomeada curadora MARIA GILSA RODRIGUES RIBEIRO, brasileira, casada, comerciária, RG nº 1.950.526 SSP/PI e CPF nº 861.384.563-00, residente e domiciliada na Rua Elet Papagaio, nº 7651, Bairro Mocambinho, CEP nº 64.010-550, Teresina/PI, a qual prestará compromisso legal de bem exercer o *munus*, observadas as cautelas legais. O MM. Juiz de Direito mandou expedir o presente edital que será publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias no Diário da Justiça.

Eu, KARINA SILVA SANTOS, Analista Judicial, digitei.

teresina-PI, 22 de setembro de 2020.

KEYLLA RANYERE LOPES TEIXEIRA PROCÓPIO

Juiz de Direito da 3ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Teresina

14.3. Aviso de Intimação 0812924-10.2017.8.18.0140

PROCESSO Nº: 0812924-10.2017.8.18.0140

CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)

ASSUNTO(S): [Alimentos]

EXEQUENTE: MARIA ALDENORA DOS SANTOS ROSA, ERISLANNY DOS SANTOS ROSA

EXECUTADO: IRAN DE SENA ROSA

Aviso de Intimação do Executado do **ATO ORDINATÓRIO**

"Intimem-se as partes para apresentar contrarrazões ao recurso de Apelação.

Após, proceda com a remessa dos autos ao E.TJPI."

14.4. publicação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE TERESINA DA COMARCA DE TERESINA Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830	
PROCESSO Nº: 0008659-66.2015.8.18.0140 CLASSE: EXECUÇÃO FISCAL (1116) ASSUNTO(S): [ICMS / Incidência Sobre o Ativo Fixo] INTERESSADO: ESTADO DO PIAUÍ INTERESSADO: ANTONIO FONTINELE DA SILVA - ME SENTENÇA - PARTE FINAL - Por todo o exposto, declaro a nulidade todas as CDA's que foram o feito e, por consequência, JULGO EXTINTA a presente execução fiscal, o que faço com arrimo no artigo 485, inciso VI, do Novo Código de Processo Civil. Sem custas, porquanto a Fazenda é isenta do recolhimento nas ações de execução fiscal (art. 39, LEF). Determino que seja levantada qualquer restrição que porventura tenha recaído sobre o patrimônio do executado, em razão da presente ação. Arquivem-se os autos, após as formalidades legais. P. R. . Intime-se. TERESINA-PI , 21 de agosto de 2020. Dr. Dioclécio Sousa da Silva Juiz de Direito da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de Teresina	

14.5. AVISO INTIMAÇÃO DE ADVOGADO 7ª VARA CRIMINAL

INTIMO O ADVOGADO SAMUEL CASTELO BRANCO, AOB/PI 6334, PARA NO PRAZO DE 48 HORAS DEVOLVER OS PROCESSOS 0013754-14.2014.8.18.0140; 0022317-94.2014.8.18.0140 e 0012161-13.2015.8.18.0140 NO QUAL FEZ CARGA DIA 02/09/2020 E ATÉ A PRESENTE DATA NÃO FOI DEVOLVIDO.

14.6. Aviso de Intimação Sentença 0804132-33.2018.8.18.0140

PROCESSO Nº: 0804132-33.2018.8.18.0140

CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)

ASSUNTO(S): [Alimentos]

AUTOR: ALEXANDRE MACHADO TEIXEIRA

REU: JOACILANA ARAÚJO SILVINO, ANTONIA MACHADO TEIXEIRA, JOSE NONATO TEIXEIRA

AVISO DE INTIMAÇÃO "DASENTEÇA"

Desse modo, acolho os pedidos formulados pela parte promovente, oportunidade que **JULGO PROCEDENTE** e determino que os valores pagos a título de pensão alimentícia em favor dos menores M.C.A.T. e J.G.A.T. sejam depositados em conta bancária de titularidade da avó paterna

Antônia Machado Teixeira (Banco do Brasil, Agência 5605-7, Conta 688530-6), oficiando-se o empregador do autor, empresa PMS-PROFIS MEDIO SUPORT.

EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil de 2015.

Suspendo a exigibilidade de recolhimento de custas e despesas processuais em face da gratuidade judiciária deferida às partes, nos termos do art. 98, §3º, do CPC/15.

Transitado em julgado, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição.

Intimem-se. Cumpra-se. Expedientes Necessários. Arquivem-se."

14.7. PROCESSO Nº: 0002034-88.2011.8.18.0032

PROCESSO Nº: 0002034-88.2011.8.18.0032

CLASSE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL (65)

ASSUNTO(S): [Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Indenização por Dano Material, Obrigação de Fazer / Não Fazer]

INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

INTERESSADO: STYLLOS EMPREENDIMENTOS LTDA - ME, KEILA REGINA MORENO DE SOUSA, FABIANO SILVA NEVES, SUELI FERREIRA DA SILVA, ANTONIA FERREIRA DA SILVA

DECISÃO

Considerando a manifestação do Ministério Público o qual indica que não há outra Ação Civil Pública no mesmo sentido, recebo a ação declinada, confirmando as decisões anteriores, em conformidade com o art. 64, §4º do CPC, o qual dita: "§ 4º Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente".

Dando continuidade ao feito, esclareço que a Lei de Ação Civil Pública - Lei nº 7.347/85 dispõe em seu art. 19, que: "Aplica-se à ação civil pública, prevista nesta Lei, o Código de Processo Civil, aprovado pela Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, naquilo em que não contrarie suas disposições."

Portanto, verifica-se aplicável o Código de Processo Civil. Apresentadas contestações e réplicas, determino a intimação das partes para no prazo de 15 (quinze) dias especificarem as provas que pretendem produzir nos termos do art. 351 do CPC.

Determino ainda que o representante do Ministério Público se manifeste acerca do resultado das diligências de localização de bens da parte requerida, ocasião em que poderá requerer outras medidas ou renovação de alguma destas, no mesmo prazo acima.

TERESINA-PI, 14 de setembro de 2020.

DRA. LUCICLEIDE PEREIRA BELO

Juíza de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Teresina

14.8. Intimação de sentença 0801466-30.2016.8.18.0140

PROCESSO Nº: 0801466-30.2016.8.18.0140

CLASSE: AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE (123)

ASSUNTO(S): [Investigação de Paternidade]

REQUERENTE: FELYPE MAGALHAES CARDOSO

REQUERIDO: ADINE COUTINHO BRITO, ADRIANA COUTINHO BRITO, ALINE FRANCE COUTINHO BRITO REGO

AVISO DE INTIMAÇÃO " DA SENTENÇA"

Face o exposto JULGO, pois, PROCEDENTE A DEMANDA, para declarar que JOÃO BATISTA DA PAZ BRITO como o pai de FELYPE MAGALHÃES CARDOSO.

Julgando desta forma, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art.487, I do Código de Processo Civil.

Condeno a parte requerida em custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §2º do CPC.

Registrada eletronicamente, publique-se no DJE.

Intime-se o autor por ARMP, bem como proceda-se com a ciência da Defensoria Pública;

Após, cumprida todas as diligências e havendo transito em julgado da presente sentença, averbe-se o reconhecimento no assento de nascimento do autor, no Cartório de Registro Civil respectivo, devendo ser inserido, também, o nome dos avós paternos dos registrados. A averbação atenderá ao disposto na Lei nº 6.015/73, art. 29, § 1º, "d", e art. 109, inc. 4º.

Providenciado tudo que acima está pontuado, archive-se os autos com baixa definitiva."

14.9. Intimação de sentença 0825262-79.2018.8.18.0140

PROCESSO Nº: 0825262-79.2018.8.18.0140

CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)

ASSUNTO(S): [Exoneração]

AUTOR: HERBERT DAS CHAGAS SOUSA

REU: HERBERT HENRIQUE RODRIGUES DE SOUSA

AVISO DE INTIMAÇÃO "DA SENTENÇA"

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pleito autoral, para **EXONERAR** o requerente **Antônio Herbert das Chagas Sousa** da obrigação alimentar, em definitivo, contraída nos autos da Ação de Alimentos (processo nº 0023696-75.2011.8.18.0140), em face do filho/requerido **Herbert Henrique Rodrigues de Sousa**. Em consequência, julgo extinto o presente feito com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, I do Novo Código de Processo Civil.

Com urgência, oficie-se o órgão empregador do alimentante, comunicando-lhe a desoneração do encargo alimentar, em definitivo, e que proceda o cancelamento dos descontos em folha de pagamento do mesmo, que se encontra em nome do alimentando.

Acompanhe o ofício cópia da presente sentença e demais documentos e petições que se fizerem necessários.

Sem Custas e Honorários.

P. R. I, conforme o sistema PJE/TJPI.

Transitado em julgado a sentença e cumpridas às formalidades de lei, dê-se baixa e arquivem-se o feito, com status de julgado e baixado."

14.10. Intimação de sentença 0003989-29.2008.8.18.0140

PROCESSO Nº: 0003989-29.2008.8.18.0140

CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)

ASSUNTO(S): [Fixação]

TESTEMUNHA: GABRIEL SERGIO DOS SANTOS COSTAS

TESTEMUNHA: JAIRO SERGIO DA SILVA COSTA

AVISO DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA

Assim, com base no art. 485, II e III do NCPC, **JULGO EXTINTO** o processo sem resolução do mérito por abandono de causa.

Custas pela parte requerente, assim como honorários advocatícios a teor do art. 85, § 2º do NCPC, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, suspensa a execução de ambos em decorrência da gratuidade de justiça (Art. 93, §3º do CPC).

Registrada eletronicamente, publique-se no DJE.

Dê-se ciência à Defensoria Pública e ao MP.

Transitada em julgado a presente demanda, archive-se os feitos com baixa definitiva."

14.11. Intimação de sentença

PROCESSO Nº: 0030695-39.2014.8.18.0140

CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO (12373)

ASSUNTO(S): [Dissolução]

REQUERENTE: JANAINA DO NASCIMENTO SANTOS SOUSA

REQUERIDO: MARCOS AURELIO DE ARAUJO SOUSA

AVISO DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA

"Assim, ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro no art. 348 e art. 355, II, do NCPC, JULGO ANTECIPADAMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para decretar a dissolução do casamento dos litigantes, passando a parte autora a utilizar o nome de solteira.

Cópia, devidamente selada, desta sentença, servirá de MANDADO DE AVERBAÇÃO ao Cartório de Registro Civil competente(2º Ofício do Registro Civil, nº14.156, fls. 096 do livro nº 36-B), para que faça a averbação do divórcio.

Sem custas e sem honorários advocatícios, face a ação tramitar sob o pálio da Justiça Gratuita.

Registrada eletronicamente, publicada via DJE nesta ocasião.

Dê-se ciência à Defensoria Pública.

Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais."

14.12. Publicação de Sentença

PROCESSO Nº: 0023383-12.2014.8.18.0140

CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)

ASSUNTO(S): [Revisão]

AUTOR:ALCIOMAR LIMA MEDEIROS

REQUERIDO(S): ALCIONEIDE DA SILVA MEDEIROS, KEDSON ADRIANO DA SILVA MEDEIROS, ALCIOMAR DA SILVA MEDEIROS JUNIOR

AVISO DE INTIMAÇÃO "DA SENTENÇA"

"Assim, face o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente demanda para, alterando a decisão de ID-7585414-pág.108/109, reduzir a obrigação alimentar para 11,66% (onze inteiros e sessenta e seis décimos por cento) dos rendimentos do autor, reestabelecê-la **em favor de KEDSON ADRIANO DA SILVA MEDEIROS, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar desta sentença**, prazo que entendo suficiente para o alimentando se adaptar e conseguir meios para o próprio sustento, além de concluir o curso de ensino superior.

EXONERO, no entanto, de ofício, nesta ocasião, o autor ALCIOMAR DE LIMA MEDEIROS, de pagar obrigação alimentar aos requeridos ALCIONEIDE DA SILVA MEDEIROS e ALCIOMAR DA SILVA MEDEIROS JÚNIOR, face a ausência de dos pressupostos ensejadores da obrigação alimentar fundamentada na solidariedade parental.

Julgando desta forma, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, arrimada no art. 487, inciso I do CPC.

Defiro em favor das partes os benefícios da Justiça Gratuita, ficando a cobrança das custas finais e emolumentos, suspensa, a teor do art. 98, §3º do NCPC.

Registrada eletronicamente, publique-se no DJE.

O requerido deve ser intimado pessoalmente, vez que assistido da Defensoria Pública;

Dê-se ciência à Defensoria Pública;

Após, transitada em julgada a presente sentença, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos com baixa definitiva."

14.13. JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

PROCESSO Nº: 0813188-56.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Obrigação de Fazer / Não Fazer]

AUTOR: ODETE ARAUJO GONCALVES

REU: EMPRESA DE GESTAO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUI S/A, FRANCISCO GONCALO DA SILVA

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

A Drª. MARIA DAS NEVES RAMALHO BARBOSA LIMA, MMa. Juíza de Direito em substituição na 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina/PI, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, com sede na RUA GOV. TIBÉRIO NUNES, S/N, CABRAL, TERESINA-PI, a AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, movida por ODETE ARAÚJO GONÇALVES, brasileira, solteira, aposentada, portadora do RG de nº 124.063, SSP/PI, inscrita no CPF sob o nº 715.654.343-15 residente e domiciliada no Conjunto Parque Piauí, Quadra 28, Casa 12, Bairro Parque Piauí, CEP: 64.025-100, em Teresina-PI, em face de FRANCISCO GONÇALO DA SILVA, brasileiro, inscrito no CPF nº 106.310.703-20, residente e domiciliado em local incerto e não sabido. Ficando por este Edital CITADA a parte Suplicada, Senhor FRANCISCO GONÇALO DA SILVA para, no prazo de 15 (quinze) dias, CONTESTAR a Ação. Se a parte Suplicada não contestar a Ação será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 do CPC). E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justiça, no Átrio do Fórum e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (art. 257, II, do NCPC). Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos vinte e oito dias do mês de setembro de 2020 (28/09/2020). Eu, Leonardo Alain Alves da Cruz, Analista Judicial, matrícula nº 3644, digitei.

teresina-PI, 28 de setembro de 2020.

Drª. MARIA DAS NEVES RAMALHO BARBOSA LIMA

Juíza de Direito em Substituição na 6ª Vara Cível da Comarca de Teresina

14.14. JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

PROCESSO Nº: 0803516-92.2017.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Aquisição]

AUTOR: MARIA VIEIRA OLIVEIRA

REU: VALDECI OLIVEIRA COSTA

EDITAL DE CITAÇÃO**PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS**

A Dr^a. MARIA DAS NEVES RAMALHO BARBOSA LIMA, MM^a. Juíza de Direito, em substituição, na 6^a Vara Cível da Comarca de Teresina/PI, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, com sede na RUA GOV. TIBÉRIO NUNES, S/N, BAIRRO CABRAL, TERESINA-PI, a AÇÃO REIVINDICATÓRIA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, proposta por MARIA VIEIRA OLIVEIRA, brasileira, divorciada, aposentada, inscrita no CPF nº. 145.506.603-68, residente e domiciliada na Quadra 137, Casa-07, Bairro Parque Piauí, na cidade de Teresina, Estado do Piauí, em face de VALDECI OLIVEIRA COSTA, brasileiro, solteiro, técnico em eletrônica, residente e domiciliado em local incerto e não sabido. Ficando por este Edital CITADA a parte Suplicada, VALDECI OLIVEIRA COSTA, acima qualificada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, CONTESTAR a Ação. Se a parte Suplicada não contestar a Ação será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 do CPC). E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justiça, no Átrio do Fórum e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (art. 257, II, do NCPC). Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos nove dias do mês de outubro de 2020 (09/10/2020). Eu, Leonardo Alain Alves da Cruz, Analista Judicial, matrícula nº 3644, digitei.

teresina-PI, 9 de outubro de 2020.

Dr^a MARIA DAS NEVES RAMALHO BARBOSA LIMA**Juíza de Direito em Substituição na 6^a Vara Cível da Comarca de Teresina/PI****14.15. JUÍZO DE DIREITO DA 6^a VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI****PROCESSO Nº: 0807044-66.2019.8.18.0140****CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)****ASSUNTO(S): [Usucapião Extraordinária]****AUTOR: EUCLIDES JOSE DA SILVA FILHO, JOSEFA ALVES SOUSA E SILVA****REU: MARIA VELOSO FRANÇA****EDITAL DE CITAÇÃO****PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

A Dr^a. MARIA DAS NEVES RAMALHO BARBOSA LIMA, MM^a. Juíza de Direito em substituição na 6^a Vara Cível da Comarca de Teresina/PI, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, com sede na RUA GOV. TIBÉRIO NUNES, S/N, BAIRRO CABRAL, TERESINA-PI, a AÇÃO DE USUCAPÍO EXTRAORDINÁRIA, movida por EUCLIDES JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG nº 100.982 SSP/PI e CPF nº 078.816.303-53, residente e domiciliado na Rua Pará, nº 566, Bairro Matinha, CEP: 64.003-220, Teresina/PI. Telefones: (86) 9 8849-4468, e JOSEFA ALVES SOUSA E SILVA, casada, brasileira, aposentada, RG 136.719, CPF 066.390.973-20, residente e domiciliada no mesmo endereço, acima epigrafado, em face de MARIA VELOSO FRANÇA, brasileira, residente e domiciliada em local incerto e não sabido. Ficando por este Edital CITADA a parte Suplicada, MARIA VELOSO FRANÇA, acima qualificada, bem como, os AUSENTES, INCERTOS, INTERESSADOS E DESCONHECIDOS para, no prazo de 15 (quinze) dias, CONTESTAREM a Ação. Se os Suplicados não contestarem a Ação serão considerados revés e presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados pelo Autor na petição inicial (art. 344 do CPC). E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justiça, no Átrio do Fórum e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (art. 257, II, do NCPC). Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos nove dias do mês de outubro de 2020 (09/10/2020). Eu, Leonardo Alain Alves da Cruz, Analista Judicial, matrícula nº 3644, digitei.

teresina-PI, 9 de outubro de 2020.

Dr^a MARIA DAS NEVES RAMALHO BARBOSA LIMA**Juíza de Direito em Substituição na 6^a Vara Cível da Comarca de Teresina/PI****14.16. Editais de Proclamas**

WALTER FREIRE CAPIBERIBE NETO, titular do 1º OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL das Pessoas Naturais da cidade de TERESINA, Estado PI, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER, que pretendem casar-se e apresentaram documentos exigidos pelo Art. 1.525 do Código Civil Brasileiro, os nubentes abaixo relacionados: 1º) JAILSON DO NASCIMENTO SOUSA, DIVORCIADO, MECÂNICO, natural de TERESINA - PI, filho de ZILMAR GUIMARÃES SOUSA e MARIA LIDIA DO NASCIMENTO SOUSA; e ANDRESSA DE SOUSA SILVA, SOLTEIRA, OPERADORA DE CAIXA, natural de TERESINA - PI, filha de ANTONIO MAURO PEREIRA DA SILVA e CREUZA MARIA BEZERRA DE SOUSA SILVA; 2º) ANTONIO CARLOS DONARIO MARTINS, SOLTEIRO, AUTÔNOMO(A), natural de BARRA DO CORDA - MA, filho de DIONISIO PIRES MARTINS e MARIA DAS GRAÇAS BEZERRA DONARIO; e FRANCISCA NERY, SOLTEIRA, DO LAR, natural de SAO LUIS - MA, filha de MARIA LUIZA NERY; 3º) SIDINEI CAMILO BARBOSA, SOLTEIRO, CONFEITEIRO(A), natural de TERESINA - PI, filho de JOSÉ ALONSO CAMILO e CLEONICE BARBOSA DE SOUSA; e CONCEIÇÃO DE MARIA SILVA, SOLTEIRA, DO LAR, natural de TERESINA - PI, filha de FRANCISCA MARIA DA SILVA; 4º) LUIZ CARLOS DA SILVA, SOLTEIRO, SERVENTE, natural de TERESINA - PI, filho de MARIA DA PAZ DA SILVA; e MAIANE RIBEIRO DA SILVA, SOLTEIRA, DO LAR, natural de ESPERANTINOPOLIS - MA, filha de RAIMUNDO TEIXEIRA DA SILVA e ANTONIA MARIA RIBEIRO DA SILVA; 5º) CLAUDIO GUIMARÃES BRITO, SOLTEIRO, MOTORISTA, natural de TIMON - MA, filho de MANOEL PAIXÃO DE BRITO e LINA GUIMARÃES BRITO; e GRASIELE PEREIRA DA SILVA, SOLTEIRA, natural de TERESINA - PI, filha de EXPEDITO VIEIRA DA SILVA e MARIA DO SOCORRO PEREIRA DA SILVA; 6º) MELQUESEDEQUE ALVES FERNANDES DE OLIVEIRA, SOLTEIRO, ESTUDANTE, natural de TERESINA - PI, filho de MARCOS ANTONIO SILVA DE OLIVEIRA e VALDEANE ALVES FERNANDES DE OLIVEIRA; e LUANA BEATRIZ PAIVA SOUSA, SOLTEIRA, ESTUDANTE, natural de TERESINA - PI, filha de EDIVAN JOSÉ DE SOUSA e MARIA AUXILIADORA ALVES DE PAIVA; 7º) PAULO HENRIQUE LIMA NASCIMENTO, SOLTEIRO, ENTREGADOR DE GÁS, natural de TERESINA - PI, filho de JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO e MARIA DO SOCORRO LIMA DO NASCIMENTO; e DAIANA GOMES DA ROCHA, SOLTEIRA, DIARISTA, natural de TERESINA - PI, filha de MANOEL AUGUSTO DA ROCHA e MARIA DE LOURDES GOMES DA ROCHA; 8º) FRANCISCO DAS CHAGAS LINHARES DE AZEVEDO, SOLTEIRO, ENGENHEIRO, natural de TERESINA - PI, filho de ANTÔNIO DA LUZ LINHARES AZEVEDO e SOLANGE LOPES AZEVEDO; e TAYNÁ ARAGÃO PEREIRA, SOLTEIRA, EMPRESÁRIA, natural de TERESINA - PI, filha de EDILSON SALUSTIANO PEREIRA e TERESA FERNANDA BONA ARAGÃO; 9º) ROBERTO MENDES DE MOURA, SOLTEIRO, GERENTE FINANCEIRO, natural de PICOS - PI, filho de MAURO ROBERTO RODRIGUES DE MOURA e LÊSSANDRA SERENO MENDES DE MOURA; e KAROLINE DE CASTRO BRANDÃO, SOLTEIRA, ANALISTA DE MARKETING, natural de TERESINA - PI, filha de PAULO HENRIQUE PAZ BRANDÃO e JOAQUINA DE CASTRO SOUSA BRANDÃO; 10º) EDINALDO SILVÉRIO DA SILVA, SOLTEIRO, MONTADOR, natural de TERESINA - PI, filho de ANTONIA SILVÉRIA DA SILVA; e IRIS RAYANE ROCHA SOARES, SOLTEIRA, TÉCNICA EM ENFERMAGEM, natural de TERESINA - PI, filha de RAIMUNDO NONATO SOARES e IÊDA ABREU ROCHA; 11º) MARCUS RENNAN MONTEIRO DO NASCIMENTO, SOLTEIRO, PROFESSOR(A), natural de TERESINA - PI, filho de RONALDO BARROS DO NASCIMENTO e FRANCINEIDE DA SILVA MONTEIRO DO NASCIMENTO; e ROSANGELA ANGELIM SANTOS, SOLTEIRA, PROFESSOR(A), natural de TERESINA - PI, filha de CICERO DIAS DOS

SANTOS e LUZIA DA CUNHA ANGELIM SANTOS; 12º) JOSÉ MANOEL DA CRUZ, DIVORCIADO, MOTORISTA, natural de ALTO LONGA - PI, filho de JOSÉ RIBAMAR DA CRUZ e VALMIRA DE ARAUJO COSTA CRUZ; e MARIA DA CONCEIÇÃO MARCOLINO DE MORAIS, DIVORCIADA, SACLEIRA, natural de CAMPO MAIOR - PI, filha de HENRIQUE MARCOLINO DE MORAIS e MARIA DAS DORES DA PAZ; 13º) BRUNO VINÍCIUS DE SOUSA COSTA, SOLTEIRO, MOTORISTA DE APLICATIVO, natural de TERESINA - PI, filho de JOÃO NETO DA COSTA e MARIA ROSA DE SOUSA COSTA; e TAIRINE OLIVEIRA DE SOUSA, SOLTEIRA, SECRETÁRIA, natural de TERESINA - PI, filha de LUÍS JOSÉ ROCHA DE SOUSA e CLARISSA LOURDES FERREIRA DE OLIVEIRA SOUSA; 14º) JAYRO KYSO CORRÊA ALVES, SOLTEIRO, AUTÔNOMO(A), natural de SAO JOAO DOS PATOS - MA, filho de JACY FERREIRA ALVES e MARIA EDITE CORRÊA; e CAMILA SÂMIA MOURA DE ABREU, SOLTEIRA, AUTÔNOMO(A), natural de TERESINA - PI, filha de FRANCISCO ALVES DE SOUSA ABREU e JOANIDETE MOURA MONTIERO ABREU; 15º) LINDEMBERG DE BRITO SANTANA, SOLTEIRO, SEGURANÇA, natural de TERESINA - PI, filho de HUDEMBERG OLIVEIRA SANTANA e GICILENE MORAES DE BRITO; e BRUNA NAYARA DE SOUSA LIMA, SOLTEIRA, CABELEIREIRO(A), natural de TERESINA - PI, filha de MARIA DO SOCORRO DE SOUSA LIMA e JUVENILDO PEREIRA DOS SANTOS LIMA; 16º) LUCAS PEREIRA DA SILVA, SOLTEIRO, JORNALISTA, natural de TERESINA - PI, filho de MARIA GRACILENE PEREIRA DA SILVA; e LANA BEATRIZ CAVALCANTE RODRIGUES, SOLTEIRA, ESTUDANTE, natural de BARRA DO CORDA - MA, filha de CLAUDEMIR RODRIGUES DE SOUSA e REJANE CAVALCANTE RODRIGUES; 17º) SERGIO PAULO CARVALHO SILVA, SOLTEIRO, PEDREIRO(A), natural de ESPERANTINA - PI, filho de JOÃO PEREIRA DA SILVA e MATILDE RAMIRA CARVALHO DA SILVA; e RAILA MARIA DA SILVA GOMES, SOLTEIRA, DO LAR, natural de PICOS - PI, filha de JOSÉ RIBAMAR GOMES e ROSA MARIA DA SILVA; 18º) DEIANE RIBEIRO MONTEIRO, SOLTEIRO, GESSEIRO, natural de ALTO LONGA - PI, filho de JOSÉ DE SOUSA MONTEIRO e MARIA DOS SANTOS RIBEIRO MONTEIRO; e MARIA ERILENE DE SOUSA SILVA, VIÚVA, DO LAR, natural de TERESINA - PI, filha de ANTONIO DE SOUSA e MARIANA SOUSA; 19º) JOSÉ NILTON PEREIRA GALENO, SOLTEIRO, MOTORISTA, natural de LUIS CORREIA - PI, filho de NESTOR PEREIRA GALENO e MARIA DO LIVRAMENTO GALENO; e MARIA ALICE MOREIRA DA SILVA, DIVORCIADA, JORNALISTA, natural de COCAL - PI, filha de BENÍGNO PEREIRA DA SILVA e MARIA DE LOURDES MOREIRA DA SILVA; 20º) JAIME TOMAZ GONÇALVES AMARANTE COSTA, SOLTEIRO, SECRETÁRIO ESCOLAR, natural de SAO RAIMUNDO NONATO - PI, filho de JAIR DOS SANTOS COSTA e ROSELY GONÇALVES DE AMARANTE COSTA; e NAYRA FONTINELE FEIJÃO, SOLTEIRA, BIBLIOTECÁRIO(A), natural de TERESINA - PI, filha de JOSE CARLOS ELIAS FEIJÃO e MARIA DO PERPETUO SOCORRO FONTINELE FEIJÃO; 21º) MATEUS HENRIQUE RODRIGUES GOMES, SOLTEIRO, AUTÔNOMO(A), natural de PICOS - PI, filho de FRANCISCO SÉRVULO GOMES e MARIA LEDAMI RODRIGUES LUNA; e ANDRESSA VIANA MENESES, SOLTEIRA, NUTRICIONISTA, natural de TERESINA - PI, filha de EDUARDO HENRIQUE COSTA MENESES e SANDRA VERÔNICA VIANA MENESES; 22º) MAURICIO RODRIGUES DOS SANTOS, SOLTEIRO, OBREIRO, natural de FLORIANO - PI, filho de EDISON VIEIRA DOS SANTOS e MARIA DAS DORES RODRIGUES DOS SANTOS; e ANDREIA DOS SANTOS RODRIGUES, DIVORCIADA, DO LAR, natural de TERESINA - PI, filha de ANTONIO COELHO RODRIGUES FILHO e MARIA FRANCISCA ALVES DOS SANTOS; 23º) DANILO MEIRELES DA SILVA, DIVORCIADO, VENDEDOR(A), natural de TERESINA - PI, filho de REGINALDO ALVES DA SILVA e IZABEL MEIRELES DA SILVA; e ROGEANNY SARA FRAZÃO LISBOA, VIÚVA, PEDAGOGO(A), natural de TERESINA - PI, filha de FRANCISCO DAS CHAGAS FRAZÃO e MARINALVA RODRIGUES DA SILVA FRAZÃO; 24º) ANTONIO IGO MONTEIRO DA SILVA, SOLTEIRO, VENDEDOR(A), natural de CASTELO DO PIAUI - PI, filho de ANTONIO DA SILVA PEREIRA e FRANCISCA NAZARÉ MONTEIRO; e INGRID MORAIS SANTOS, SOLTEIRA, VENDEDOR(A), natural de TERESINA - PI, filha de RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS e IVANILDE FERREIRA DE MORAIS; 25º) IGOR LIRA RIBEIRO GONÇALVES DE CARVALHO, SOLTEIRO, ADVOGADO(A), natural de TERESINA - PI, filho de EDEMIR VERAS DE CARVALHO e LINA ROSA LIRA RIBEIRO GONÇALVES DE CARVALHO; e SAMILA TEIXEIRA DE CARVALHO SILVA, SOLTEIRA, SERVIDOR(A) PÚBLICO(A), natural de TERESINA - PI, filha de ANTONIO CARLOS FELIPE DA SILVA e VILMA MARIA TEIXEIRA DE CARVALHO; 26º) KEILENILDO NEVES DE SOUZA, DIVORCIADO, POLICIAL MILITAR, natural de TERESINA - PI, filho de JOSÉ LUIZ DE SOUZA e MARIA MARLENE NEVES DE SOUZA; e GREICY ELLEY ALVES MEDINA, SOLTEIRA, VENDEDOR(A), natural de TERESINA - PI, filha de LUIS CARLOS MEDINA e IRACELY ALVES DA SILVA; 27º) BRUNO VÍCTOR DE ARAÚJO PEREIRA, SOLTEIRO, EMPREENDEDOR, natural de TERESINA - PI, filho de ANTONIO JUAREZ PEREIRA SOUSA e KÁTIA CIRENE DE ARAÚJO SOUSA; e VITÓRIA NATALI REIS ROCHA, SOLTEIRA, AUXILIAR ADMINISTRATIVA, natural de TERESINA - PI, filha de BRUNO SÉRGIO LIMA DA ROCHA e NATÁLIA MARIA DOS REIS; 28º) FILIPE GUALTER DOS REIS, SOLTEIRO, PROMOTOR(A) DE VENDAS, natural de TERESINA - PI, filho de CHARLY LIMA DOS REIS e ANA CRISTINA GUALTER DE SOUSA; e LUANA RUTH RODRIGUES DE SANTANA, SOLTEIRA, DO LAR, natural de TERESINA - PI, filha de NELSON NEDE RODRIGUES DA SILVA e LUZIMAR DA CONCEIÇÃO SANTANA; 29º) ALEXANDRE SANTOS MONTEIRO, SOLTEIRO, AUXILIAR DE LIMPEZA, natural de TERESINA - PI, filho de MÁRIO MONTEIRO e MARIA DOS MILAGRES DE MORAES DOS SANTOS; e LAÍSA ANDRESSA ALVES DA SILVA, SOLTEIRA, OPERADOR(A) DE CAIXA, natural de TERESINA - PI, filha de FRANCISCO MÁRIO DA SILVA e SOLANJA MARIA ALVES DA SILVA; 30º) ANTÔNIO GEOVANE PEREIRA DA SILVA COSTA, SOLTEIRO, SERVIÇOS GERAIS, natural de TERESINA - PI, filho de JOSÉ PEREIRA DA COSTA e MARIA FRANCISCA PEREIRA DA SILVA COSTA; e FRANCISCA SUZIANE FEITOSA DO NASCIMENTO, SOLTEIRA, DO LAR, natural de TERESINA - PI, filha de FRANCISCO BARBOSA DO NASCIMENTO e ANTONIA ALVES; 31º) GISMAR ALVES DA SILVA, SOLTEIRO, PROFESSOR(A), natural de TERESINA - PI, filho de JOSÉ PEREIRA DA SILVA e MARIA DE LOURDES ALVES DA SILVA; e MIRIAN MARTINS VIEIRA DE ARAÚJO, SOLTEIRA, ADVOGADO(A), natural de TERESINA - PI, filha de LUCÍDIO VIEIRA DE ARAÚJO e FRANCISCA MARIA DE SOUSA MARTINS ARAÚJO; 32º) NILTON CESAR VIANA, DIVORCIADO, ELETRICISTA, natural de PIRIPIRI - PI, filho de MARIA PEREIRA VIANA; e IVONEIDE DOS REIS DOURADO, DIVORCIADA, AUTÔNOMO(A), natural de TERESINA - PI, filha de JOSÉ DOURADO e ANA MARIA DOS REIS DOURADO; 33º) RAIMUNDO NONATO PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR, DIVORCIADO, AUTÔNOMO(A), natural de TERESINA - PI, filho de RAIMUNDO NONATO PEREIRA DOS SANTOS e MARIA FRANCISCA PEREIRA DOS SANTOS; e RAYLA ALVES CARDOSO, DIVORCIADA, PROFESSOR(A), natural de TERESINA - PI, filha de FRANCISCO DE ASSIS CARDOSO e RAIMUNDA ALVES CARDOSO; 34º) AYSLAN MOURA DE ANDRADE, SOLTEIRO, VENDEDOR(A), natural de TERESINA - PI, filho de ANTONIO RIBEIRO DE ANDRADE e MARIA DE FÁTIMA MOURA DE ANDRADE; e BÁRBARA PINHEIRO GAMA, SOLTEIRA, MÉDICO(A), natural de TERESINA - PI, filha de ALFREDO DA SILVA GAMA e ROSILENE PINHEIRO GAMA; 35º) PEDRO HENRIQUE PEREIRA SILVA, SOLTEIRO, ENGENHEIRO, natural de BRASILIA - DF, filho de RAIMUNDA NONATA PEREIRA DA SILVA; e MARIANA ALVES RODRIGUES PAULO, SOLTEIRA, DO LAR, natural de TERESINA - PI, filha de WANDO RODRIGUES DE OLIVEIRA PAULO e MARIA DEUSIMAR ALVES DA COSTA RODRIGUES; 36º) RAYAN SILVA DE SOUSA, SOLTEIRO, VENDEDOR(A), natural de BERTOLÍNIA - PI, filho de CRISTOVÃO DE SOUSA BRITO e DEUSIMAR SILVA DE SOUSA; e BRENDA CARVALHO VIEIRA SANTOS, SOLTEIRA, DESIGNER, natural de TERESINA - PI, filha de JOÃO VIEIRA SANTOS e OZENETE ALVES DE CARVALHO VIEIRA; 37º) ÁTILA DE MELO LIRA, DIVORCIADO, ADVOGADO(A), natural de TERESINA - PI, filho de ÁTILA FREITAS LIRA e MARIA DAS GRAÇAS MELO LIRA; e GISELA CARVALHO DE FREITAS, DIVORCIADA, ADVOGADO(A), natural de TERESINA - PI, filha de JOSÉ MESSIAS DE FREITAS FILHO e SILVIA FALCÃO DE CARVALHO FREITAS; 38º) HENRIQUE BRUNO AGUIAR MARTINS, SOLTEIRO, AUTÔNOMO(A), natural de TERESINA - PI, filho de FABIO HENRIQUE MARTINS e TATIANA MARIA AGUIAR MARTINS; e TATIANE SILVA SOUSA, SOLTEIRA, VENDEDOR(A), natural de UNIAO - PI, filha de RAIMUNDO RODRIGUES SOUSA e MARIA DE FÁTIMA SILVA SOUSA; 39º) CARLOS FERNADO ALVES CARVALHO, SOLTEIRO, COORDENADOR(A), natural de TERESINA - PI, filho de CARLOS DEGOUL ALVES CARVALHO e JOANA D'ARC DA CONCEIÇÃO; e RAQUEL MARIA DOS SANTOS, SOLTEIRA, COSTUREIRA, natural de DEMERVAL LOBAO - PI, filha de RITA MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS; 40º) RODRIGO CAMARGO VASCONCELOS, SOLTEIRO, MÉDICO(A), natural de TERESINA - PI, filho de JOSÉ FRANCISCO VASCONCELOS e ANGELA CAMARGO VASCONCELOS; e LETICIA MELO BARROS, SOLTEIRA, ADVOGADO(A), natural de TERESINA - PI, filha de ANTONIO TRINDADE BARROS e ANA MARIA FÁTIMA DE MELO E BARROS; 41º) FRANCISCO SÉRGIO RODRIGUES MACHADO, SOLTEIRO, ESTUDANTE, natural de TERESINA - PI, filho de SERGIO MURILO ALVES MACHADO e ELIANY ROSA DOS ANJOS; e INGRIDY DA SILVA CRUZ, SOLTEIRA, ESTUDANTE, natural de

TERESINA - PI, filha de FRANCISCO PEREIRA DA CRUZ e ROSILENE GOMES DA SILVA; 42º) VICTOR VASCONCELOS OLIVEIRA, SOLTEIRO, ASSISTENTE DE OPERAÇÕES, natural de TERESINA - PI, filho de JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA e SILVANA MARIA VASCONCELOS SOUSA OLIVEIRA; e GLAUCIANE ALVES DE SOUSA, SOLTEIRA, FARMACÊUTICO(A), natural de TERESINA - PI, filha de FRANCISCO ALVES LEITE e FRANCISCA DAS CHAGAS SOUSA; 43º) WANDERSON FELIPE FERREIRA DOS SANTOS, SOLTEIRO, AUTÔNOMO(A), natural de TERESINA - PI, filho de FRANCISCO CARDOSO DOS SANTOS e BEATRIZ DA COSTA FERREIRA SANTOS; e AURICELIA LOPES DE OLIVEIRA, SOLTEIRA, BABÁ, natural de TERESINA - PI, filha de RAIMUNDO LOPES DE SOUZA e ANA GOMES OLIVEIRA DE SOUZA; 44º) MICHELL SIMPLÍCIO DA COSTA, SOLTEIRO, GERENTE, natural de BRASÍLIA - DF, filho de ARTUR BRANDÃO DA COSTA e ANTONIA SIMPLÍCIO DA COSTA; e LORENA VITÓRIA DE OLIVEIRA FARIAS, SOLTEIRA, ATENDENTE, natural de TERESINA - PI, filha de LICINIO DE FARIAS CORDEIRO e MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES DE OLIVEIRA; 45º) SAUL NAZARENO MORAIS DE MELO, DIVORCIADO, OPERADOR DE MAQUINAS, natural de TERESINA - PI, filho de JOSÉ NAZARENO DE MELO e MARIA DE FÁTIMA MORAIS DE MELO; e GRACIENE DE JESUS CARVALHO, SOLTEIRA, MANICURE, natural de CAMPINAS DO PIAUI - PI, filha de JOAQUIM ANTONIO DE CARVALHO e MARIA GUIOMAR DE CARVALHO; 46º) FRANCISCO IVO DA SILVA, DIVORCIADO, PASTOR(A), natural de TERESINA - PI, filho de ALMIR VITOR DA SILVA e MARIA DO SOCORRO BANDEIRA DA SILVA; e SUZANA DE SOUZA LOPES, SOLTEIRA, MISSIONÁRIA, natural de PARNABA - PI, filha de SILVIANE DE SOUZA LOPES; 47º) ANTONIO DANIEL TEIXEIRA DE SOUSA, DIVORCIADO, GERENTE, natural de AGUA BRANCA - PI, filho de BETANIA MARIA TEIXEIRA DE SOUSA; e ROSANE SANTIAGO DE MELO, SOLTEIRA, BANCÁRIO(A), natural de BURITI - MA, filha de LAUTENAY DE JESUS RODRIGUES DE MELO FILHO e ROSA ICLEA SANTIAGO DE MELO; 48º) ESPEDITO NORONHA MONTE FILHO, SOLTEIRO, ENGENHEIRO CIVIL, natural de TERESINA - PI, filho de ESPEDITO NORONHA MONTE e ALMIRA NORONHA DE CASTRO MONTE; e JÉSSICA MILENA JANUÁRIO FONTENELE, SOLTEIRA, ADVOGADO(A), natural de TERESINA - PI, filha de MARCELINO GOMES FONTENELE e TANIA JANUARIO FEITOSA; 49º) JOSÉ DOMINGOS ALVES DE SOUSA, SOLTEIRO, FERREIRO ARMADOR, natural de BURITI DOS LOPES - PI, filho de DOMINGOS FELICIANO DE SOUSA e ROSA MARIA ALVES DE SOUSA; e ANGELA MARIA DOS SANTOS MELQUIADES, SOLTEIRA, COZINHEIRA, natural de TERESINA - PI, filha de CIPRIANO RAIMUNDO MELQUIADES e ANTONIA DE LIMA SANTOS MELQUIADES; 50º) FRANKLIN NUNES WERNZ, SOLTEIRO, AUTÔNOMO(A), natural de SÃO PAULO - SP, filho de ANTONIO DA SILVA SA WERNZ e JURACI LEITE NUNES LOPES; e THAÍS DE MORAES LIMA, SOLTEIRA, PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, natural de TERESINA - PI, filha de FLORISNETO FIRMO DE LIMA e ILZA MARIA DE MORAES LIMA; 51º) JOSÉ LUIS ALVES DE MORAIS, SOLTEIRO, PEDREIRO(A), natural de CAMPO MAIOR - PI, filho de JOSÉ ALVES DE MORAIS e EUGENHA ALVES DE MORAIS; e MARIA DO DESTERRO FONSECA DOS SANTOS, SOLTEIRA, DONA DE CASA, natural de CAMPO MAIOR - PI, filha de DOMINGOS PEREIRA DOS SANTOS e MARIA DA CONCEIÇÃO FONSECA; 52º) ALBERTO VILANE SILVA ARAÚJO, SOLTEIRO, ATENDENTE, natural de CAMPO MAIOR - PI, filho de ALBERTO PEREIRA DE ARAÚJO e ALBERTO PEREIRA DE ARAÚJO; e NAIARA MARIA RUFINO DA SILVA, SOLTEIRA, DO LAR, natural de TERESINA - PI, filha de PAULO RIBEIRO DA SILVA e MARIA RUFINO DA SILVA; 53º) EDNALDO PEREIRA VIEIRA, SOLTEIRO, GARÇOM, natural de TERESINA - PI, filho de PAULO MACHADO VIEIRA e MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA VIEIRA; e ANA ISABEL CAVALCANTE LIMA, SOLTEIRA, DONA DE CASA, natural de TERESINA - PI, filha de JOSÉ MARIA LIMA e FRANCISCA CAVALCANTE LIMA; 54º) MARLON FRANCISCO RODRIGUES, DIVORCIADO, FUNCIONÁRIO PÚBLICO ESTADUAL, natural de TERESINA - PI, filho de FRANCISCO RODRIGUES NETO e OLINDA SANTIAGO RODRIGUES; e NÚBIA MIRIARD RIBEIRO DE OLIVEIRA, SOLTEIRA, DO LAR, natural de TERESINA - PI, filha de JOÃO GABRIEL DE OLIVEIRA NETO e MARIA DA PAZ RIBEIRO DE OLIVEIRA; 55º) FRANCISCO CHAIS GONÇALVES DE SOUSA, DIVORCIADO, AUTÔNOMO(A), natural de POCAO DE PEDRAS - MA, filho de LOURIVAL MENDES DE SOUSA e FRANCISCA GONÇALVES DE SOUSA; e AGLAONICE ALEXANDRINO LIMA DA SILVA, SOLTEIRA, AUXILIAR ADMINISTRATIVA, natural de TERESINA - PI, filha de ANTONIO ALEXANDRINO DA SILVA e URSULA MARIA VICENTE LIMA DA SILVA; 56º) MAURICÍO PESSOA ROSA, SOLTEIRO, ENGENHEIRO(A) CIVIL, natural de TERESINA - PI, filho de FRANCISCO DE RIBAMAR SOUSA ROSA e DJANE PESSOA ROSA; e ADÉLIA DE ARAUJO PERES, SOLTEIRA, ANALISTA DE DEPARTAMENTO PESSOAL, natural de TERESINA - PI, filha de ANTONIO FRANCISCO PERES e ADELINA CAFÉ DE ARAUJO PERES; 57º) HERBETH ARAUJO DE OLIVEIRA, SOLTEIRO, ADVOGADO(A), natural de PRESIDENTE DUTRA - MA, filho de JESSÉ GÓIS DE OLIVEIRA e MARIA LIZETE ARAÚJO DE OLIVEIRA; e SYALLE DE AZEVEDO COSTA, SOLTEIRA, ATENDENTE, natural de DOM EXPEDITO LOPES - PI, filha de LAUDIMIR COSTA DE SOUSA e MARIA DO SOCORRO DE AZEVEDO ARAÚJO COSTA; 58º) DENIS DE ALENCAR CARVALHO, SOLTEIRO, FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL, natural de TERESINA - PI, filho de JOSÉ DE CARVALHO E SILVA e ANA ROSA PEREIRA DE ALENCAR CARVALHO; e LUANA DE SOUSA ARAÚJO CARDOSO MARTINS, SOLTEIRA, MÉDICO(A), natural de INHUMA - PI, filha de ODILON CARDOSO MARTINS e AURELUCE DE SOUSA ARAÚJO; 59º) FRANCISCO GREGÓRIO LIMA RODRIGUES, SOLTEIRO, MAQUEIRO, natural de TERESINA - PI, filho de LUIZ AUGUSTO RODRIGUES LACERDA e BERNARDA DULCE LIMA; e RITA SAMARA FERNANDES TÔRRES, SOLTEIRA, AUXILIAR DE DENTISTA, natural de SÃO JOAO DA SERRA - PI, filha de FRANCISCA FERNANDES VIEIRA e JOÃO VIEIRA TÔRRES; 60º) GERALDO PEREIRA DOS SANTOS, VIÚVO, APOSENTADO(A), natural de PARNARAMA - MA, filho de DOMINGOS PEREIRA DA SILVA e INÊZ FREITAS SILVA; e MARIA DA GLÓRIA SILVA, SOLTEIRA, DOMÉSTICA, natural de TERESINA - PI, filha de MARIA DE JESUS SILVA; 61º) NYURE DE SOUSA LIMA, SOLTEIRO, EMPRESÁRIO, natural de TERESINA - PI, filho de RAIMUNDO NONATO MOURA DE LIMA e ELIANE LOPES DE SOUSA LIMA; e VIVIANE BATISTA DE SOUSA LIMA, SOLTEIRA, EMPRESÁRIA, natural de TERESINA - PI, filha de JOSÉ RIBAMAR BATISTA LIMA e MARIA DE JESUS GOMES DE SOUSA LIMA; 62º) JOSÉ ALUISIO MELO CRAVEIRO JÚNIOR, DIVORCIADO, EDUCADOR FÍSICO, natural de TERESINA - PI, filho de JOSÉ ALUISIO MELO CRAVEIRO e IVANIR FONSECA DE VASCONCELOS CRAVEIRO; e CAMILLA SOBREIRA SOARES, SOLTEIRA, BIOMÉDICO(A), natural de FLORIANO - PI, filha de JOSÉ NAZARENO SOARES DA SILVA e EDNA MARIA SOBREIRA DA SILVA; 63º) MARCELO MATOS PESSOA BARBOSA, SOLTEIRO, OPERADOR (A), natural de TERESINA - PI, filho de SUERLANDO MARTINS BARBOSA e MARINALVA MATOS DUTRA VERAS; e LUCILA RIBEIRO COELHO, SOLTEIRA, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, natural de TERESINA - PI, filha de SEBASTIÃO DA PASCOA GOMES COELHO e OSMARINA ABREU RIBEIRO COELHO; 64º) SAMUEL FILIPE SOARES DE ARAÚJO, SOLTEIRO, PUBLICITÁRIO, natural de TERESINA - PI, filho de SEBASTIÃO ROCHA DE ARAÚJO e MARIA MIRTENE SOARES DE ARAÚJO; e ANA PAULA VITÓRIA MIRANDA, SOLTEIRA, CONTADOR(A), natural de TERESINA - PI, filha de ANTONIO CLAUDIO CORDEIRO DE MIRANDA e ENEIDE VITORIA DE ABREU MIRANDA; 65º) FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA DE LIMA, SOLTEIRO, AUTÔNOMO(A), natural de SÃO MIGUEL DO TAPUIO - PI, filho de LUISA FERREIRA DE LIMA; e REGINA MARIA FERREIRA BARBOSA, SOLTEIRA, AUTÔNOMO(A), natural de BURITI - MA, filha de ALICE FERREIRA BARBOSA; 66º) JOSÉ VIEIRA DA SILVA, VIÚVO, APOSENTADO(A), natural de TERESINA - PI, filho de RAIMUNDA ROSA DO ESPÍRITO SANTO; e SILVANIDE OLIVEIRA DIAS, SOLTEIRA, DO LAR, natural de DUQUE BACELAR - MA, filha de RAIMUNDO JUSTINO DE OLIVEIRA DIAS e MARIA SANTANA DA CONCEIÇÃO DIAS; 67º) WILKER RONIELY DE JESUS, DIVORCIADO, VIGILANTE, natural de TERESINA - PI, filho de MARIA JOSÉ LEOCÁDIA DE JESUS; e MARIA FRANCISCA DA SILVA SOARES, DIVORCIADA, TÉCNICA EM ENFERMAGEM, natural de TERESINA - PI, filha de MARIÊTA DA SILVA SOARES; 68º) TALLYS VICTOR SANTOS DE SOUSA, SOLTEIRO, CONSULTOR DE VENDAS, natural de ALTO LONGA - PI, filho de RAIMUNDO NONATO DE SOUSA FILHO e IVONEIDE DE JESUS SANTOS DE SOUSA; e MAYANNE CARREIRO DE OLIVEIRA, SOLTEIRA, ANALISTA DE SUPORTE, natural de TERESINA - PI, filha de JORISMAR CARREIRO SILVA e MARIA DORIETE DE OLIVEIRA CARREIRO; 69º) VANDERLEY LIMA DA SILVA, DIVORCIADO, MOTOTAXISTA, natural de TIANGUA - CE, filho de JOSÉ BENEDITO DA SILVA e ANTÔNIA LIMA DA SILVA; e ANTONIA ALVES DE SOUSA LIMA, SOLTEIRA, DO LAR, natural de TERESINA - PI, filha de ANTONIO ALVES DE SOUSA LIMA e MARIA DE LOURDES PEREIRA LIMA; 70º) CARLOS ALBERTO DA COSTA LIMA, DIVORCIADO, APOSENTADO(A), natural de AMARANTE - PI, filho de JOSÉ FERREIRA LIMA e RAIMUNDA GONÇALVES DA COSTA LIMA; e MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO OLIVEIRA CARVALHO, SOLTEIRA, DONA DE CASA, natural de TERESINA - PI, filha de ANTONIO SOARES DE CARVALHO e MARIA DULCE DE OLIVEIRA CARVALHO; 71º) EZEQUIEL VICTOR BARBOSA DE OLIVEIRA, SOLTEIRO, BARBEIRO, natural de BRASÍLIA - DF, filho de ANTONIO

MARCOS AVELINO DE OLIVEIRA e EDINALVA BARBOSA DE OLIVEIRA; e ALICIA RODRIGUES DE BRITO, SOLTEIRA, DONA DE CASA, natural de TERESINA - PI, filha de KLEBESTE RODRIGUES COSTA e DEILDES DE BRITO GOMES; 72º) TEODORICO CAVALCANTE LIRA, SOLTEIRO, CORRETOR DE SEGUROS, natural de TERESINA - PI, filho de EDIVALDO LIRA DE CARVALHO e MILENA FÁTIMA CARVALHO LIRA; e RUANA CORTEZ MOREIRA GOMES, SOLTEIRA, SERVIDOR(A) PÚBLICO(A), natural de VALENCA DO PIAUI - PI, filha de LUIZ MOREIRA GOMES e MARILENE CORTEZ DA SILVA; 73º) MARIO AUGUSTO MENDES GUIMARÃES, DIVORCIADO, ENGENHEIRO AGRÔNOMO, natural de NATAL - RN, filho de LUIZ DE GONZAGA COELHO GUIMARÃES e ELMA DE OLIVEIRA MENDES GUIMARÃES; e POLYANNA RODRIGUES BRAGA, SOLTEIRA, FUNCIONÁRIA PÚBLICA, natural de TERESINA - PI, filha de JOÃO CARLOS BRAGA e NILVA MARIA RODRIGUES BRAGA; 74º) JULIO CESAR DA SILVA OLIVEIRA, SOLTEIRO, VIDRACEIRO, natural de UNIAO - PI, filho de MARCELO OLIVEIRA e SOCORRO MARIA DA SILVA OLIVEIRA; e MARINALVA DOS SANTOS OLIVEIRA, SOLTEIRA, DONA DE CASA, natural de TERESINA - PI, filha de FRANCISCO GOMES DE OLIVEIRA e MARIA ALZENIRA DOS SANTOS; 75º) JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS, SOLTEIRO, AUTÔNOMO(A), natural de BARRAS - PI, filho de ELOI NUNES DOS SANTOS e MARIA DO SOCORRO GOMES DOS SANTOS; e EDINALDA CLAUDINO SILVA, SOLTEIRA, ESTUDANTE, natural de TERESINA - PI, filha de JOSÉ GOMES DA SILVA e TERESINHA CLAUDINO SILVA; 76º) FELIPE MATEUS SOARES DE ASSIS, SOLTEIRO, COBRADOR(A), natural de CAXIAS - MA, filho de LUIS CARLOS RODRIGUES DE ASSIS e FABIOLA SOARES DE JESUS; e DANIELA NEGREIROS DAMASCENO, SOLTEIRA, PATOLOGISTA, natural de TERESINA - PI, filha de RAIMUNDO JOSÉ DAMASCENO TEIXEIRA e RAQUEL DE NEGREIROS DAMASCENO; 77º) ALEXANDRE FONSECA COSTA, DIVORCIADO, EMPRESÁRIO, natural de TERESINA - PI, filho de JOSÉ JORGE ALVES DA COSTA e MARIA DA CRUZ FONSECA COSTA; e DANNIELA SOUZA DE CARVALHO SANTOS, DIVORCIADA, GERENTE ADMINISTRATIVA, natural de TERESINA - PI, filha de ADILSON GOMES DE CARVALHO e MARIA DO CARMO SOUZA; 78º) CARLOS PEDRO ALVES FEITOSA FILHO, SOLTEIRO, SERRALHEIRO(A), natural de TERESINA - PI, filho de CARLOS PEDRO ALVES FEITOSA e ANTONIA DOS SANTOS SILVA ALVES; e ÂNGELA GOMES ALVES, SOLTEIRA, DO LAR, natural de TERESINA - PI, filha de ANGELICA GOMES ALVES; 79º) ITALO VITURINO OLIVEIRA, SOLTEIRO, CAIXA, natural de TERESINA - PI, filho de CARLOS ANTONIO SANTOS OLIVEIRA e LUCILENE VITURINO OLIVEIRA; e LUANA TELES DE SOUZA, SOLTEIRA, CONFEITEIRO(A), natural de PIRIPIRI - PI, filha de FRANCISCO DE ASSIS COELHO VIEIRA DE SOUZA e LUCIANA MARIA TELES DE SOUZA; 80º) NATANAELL VICTOR GUIMARÃES COSTA, SOLTEIRO, ESTAGIÁRIO, natural de TERESINA - PI, filho de FRANCISCO FILIPE RUFINO COSTA e LILIAN ALMEIDA GUIMARÃES; e IANA DA SILVA MELO, SOLTEIRA, AUTÔNOMO(A), natural de TERESINA - PI, filha de BERNARDO JOSÉ DE MELO e ROSEANA MARIA DA SILVA MELO; 81º) FILIPE PEREIRA DE SOUSA, SOLTEIRO, OFICIAL DE OBRAS, natural de TERESINA - PI, filho de FABRICIO PEREIRA DE SOUSA e ANA LÚCIA DA CONCEIÇÃO; e LAYANE BRAGA XAVIER, SOLTEIRA, VENDEDOR(A), natural de TERESINA - PI, filha de ELIAS DE JESUS XAVIER e ELIZABETE MONTEIRO BRAGA; Requereram habilitação para casamento. Quem tiver conhecimento de algum impedimento e ou causa suspensiva Art. 1.521 e 1.523 do Código Civil, poderá apresentá-lo por escrito perante este Cartório.

WALTER FREIRE CAPIBERIBE NETO Oficial(a)

14.17. Editais de Proclamas

GLÓRIA MARIA FONSÊCA DE SANTANA, titular do 2º OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL das Pessoas Naturais da cidade de TERESINA, Estado PI, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER, que pretendem casar-se e apresentaram documentos exigidos pelo Art. 1.525 do Código Civil Brasileiro, os nubentes abaixo relacionados: 1º) **ISRAEL BORGES PESSOA**, SOLTEIRO, REPRESENTANTE COMERCIAL, natural de TERESINA - PI, filho de JOSÉ LUIS PESSOA JUNIOR e FRANCISCA DAS CHAGAS BORGES; e **NILCIANE PEREIRA FONSÊCA**, SOLTEIRA, VENDEDOR(A), natural de TERESINA - PI, filha de JOSÉ NILTON FONSÊCA DE SOUSA e LUCIANA PEREIRA FONSÊCA; 2º) **DIÉGO DE ARAUJO MENDES**, SOLTEIRO, CONFERENTE, natural de BREJO - MA, filho de JOÃO BOSCO NUNES MENDES e ANTONIA BRANDÃO DE ARAUJO; e **RAYANE DE LIMA BEZERRA**, SOLTEIRA, PROMOTORA DE VENDAS, natural de TERESINA - PI, filha de ROMÁRIO BEZERRA DE LIMA e RAIMUNDA NONATA DOS SANTOS LIMA; 3º) **AUCIMAR OLIVEIRA SILVA**, SOLTEIRO, POLICIAL MILITAR, natural de TERESINA - PI, filho de REGIMAR ARAUJO DA SILVA e MARIA ROSA DE OLIVEIRA; e **MARTA SUSANY MOURA CARVALHO**, SOLTEIRA, PROFESSOR(A), natural de TERESINA - PI, filha de ALBERTO FERREIRA DE CARVALHO e ZELIA DE MOURA LEAL CARVALHO; 4º) **LUCAS RIBEIRO PIRES**, SOLTEIRO, AUTÔNOMO(A), natural de TERESINA - PI, filho de MÁRCIO PIRES DE SOUSA e IVANISE RIBEIRO MONTEIRO SILVA; e **SILVANA RODRIGUES SAMPAIO**, SOLTEIRA, ARQUITETA E URBANISTA, natural de TERESINA - PI, filha de JOSÉ EDIVAN LUSTOSA SAMPAIO e FRANCISCA MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA; 5º) **ELIZABEL PEREIRA DA SILVA**, SOLTEIRO, VIGILANTE, natural de TERESINA - PI, filho de JOÃO PEREIRA DA SILVA e ELIZABETE DA SILVA; e **LIDIANE DAS CHAGAS SANTOS**, SOLTEIRA, CABELEIREIRO(A), natural de PARNAIBA - PI, filha de MARIA FRANCISCA DAS CHAGAS DOS SANTOS; 6º) **LUIS HENRIQUE ALENCAR SANTOS**, SOLTEIRO, TECNÓLOGO EM RADIOLOGIA, natural de TERESINA - PI, filho de LUIS GONZAGA DOS SANTOS e LUIZA MARIA ALENCAR SANTOS; e **ANTONIA RAÍSLA ALEXANDRINO COELHO AMORIM**, SOLTEIRA, FARMACÊUTICA BIOQUÍMICA, natural de AGUA BRANCA - PI, filha de MARCOS ANTONIO ALEXANDRINO COELHO e RAIMUNDA COELHO DE AMORIM; 7º) **RUBENS BISPO DE SOUSA**, SOLTEIRO, PASTOR EVANGÉLICO, natural de TERESINA - PI, filho de ANTONIO BISPO DE SOUSA e RAIMUNDA MARIA DE SOUSA; e **MARCIA REGANE GOMES DA SILVA**, SOLTEIRA, DOMÉSTICA, natural de PARNAGUA - PI, filha de FELIX RIBEIRO DA SILVA e CARULINDA GOMES DE BRITO SILVA; 8º) **THALES RODRIGO FERREIRA DA SILVA**, SOLTEIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO, natural de FORTALEZA - CE, filho de FRANCISCO GERCINO ANORATO DA SILVA e TELMA CRISTINA FERREIRA; e **ANASTÁCIA KELLY DA SILVA**, DIVORCIADA, OPERADORA DE CAIXA, natural de TERESINA - PI, filha de REGINA DA SILVA; 9º) **HELTON DA SILVA OLIVEIRA**, SOLTEIRO, EMPRESÁRIO, natural de TERESINA - PI, filho de RAIMUNDO NONATO PEREIRA DE OLIVEIRA e MARIA DE LOURDES DA SILVA OLIVEIRA; e **SIMONE BRITO DE OLIVEIRA**, SOLTEIRA, EMPRESÁRIA, natural de TERESINA - PI, filha de GENÉSIO SOARES DE OLIVEIRA e JOSEFA CARMINA DE BRITO OLIVEIRA; 10º) **MANOELLSON JOSÉ TEIXEIRA ABSOLON**, SOLTEIRO, MÉDICO(A), natural de TERESINA - PI, filho de MANOEL PEREIRA ABSOLON e LUISA MARIA ALVES TEIXEIRA ABSOLON; e **ANDRESSA RAVELLI GOMES DA COSTA**, SOLTEIRA, MÉDICO(A), natural de TERESINA - PI, filha de JOSÉ BARBOSA DA COSTA e RILMA GOMES DA COSTA; 11º) **ANA CLAUDIA RIBEIRO DE SOUSA**, DIVORCIADA, VIGILANTE, natural de TERESINA - PI, filha de RAIMUNDO NONATO RIBEIRO DA SILVA e MARIA DA SOLIDADE DOS SANTOS SILVA; e **JANAINA DOS SANTOS LOPES**, SOLTEIRA, FONOAUDIÓLOGO (A), natural de TERESINA - PI, filha de JOSÉ DOS SANTOS LOPES e JOSEFA LOPES DE SOUSA; 12º) **FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA SOUSA**, DIVORCIADO, AUTÔNOMO(A), natural de TERESINA - PI, filho de JOÃO DE DEUS DA SILVA e TERESA CRISTINA DA SILVA SOUSA; e **DIANA RAQUEL CARVALHO SOUSA**, SOLTEIRA, PSICÓLOGA, natural de TERESINA - PI, filha de JOAQUIM FERREIRA DE SOUSA SOBRINHO e MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO SOUSA; 13º) **ERISVAN DE SOUSA ROCHA**, SOLTEIRO, AUTÔNOMO(A), natural de NOVO SANTO ANTONIO - PI, filho de FELIX DA ROCHA OLIVEIRA e MARIA JOSE DE SOUSA; e **NUBIA ALVES DE SOUSA**, DIVORCIADA, VENDEDOR(A), natural de BARRAS - PI, filha de RAIMUNDO ALVES DE SOUSA e MARIA ESTELITA DE SOUSA BARRAS; 14º) **WESLEY GABRIEL SEREJO DE OLIVEIRA**, DIVORCIADO, INSTRUTOR DE AUTOESCOLA, natural de PARNAIBA - PI, filho de MANOEL GABRIEL DE OLIVEIRA NETO e ANTONIA VALNICE LIMA SEREJO; e **RAIANE DA CUNHA SOUSA**, SOLTEIRA, ARTESÃ, natural de PIRIPIRI - PI, filha de FIRMINO RAIMUNDO DOS SANTOS SOUSA e ROSA MARIA DE JESUS CUNHA SOUSA; 15º) **FRANCISCO CARLOS ROSA DA SILVA**, SOLTEIRO, LANTERNEIRO, natural de TERESINA - PI, filho de ANTONIO FIRMINO DA SILVA e MARIA ANTONIA ROSA DA SILVA; e **DERIKYLANE DO CARMO GOMES**, SOLTEIRA, FUNCIONÁRIA PÚBLICA ESTADUAL, natural de TERESINA - PI, filha de BERNARDINO GOMES SOBRINHO e ALBERTINA DO CARMO GOMES; 16º) **VALDER SAMPAIO DE ARAÚJO NETO**, SOLTEIRO, AUXILIAR DE ESCRITÓRIO, natural de TERESINA - PI, filho de VALDEMIR SAMPAIO DE ARAÚJO e MARIA FRANCILENE DA LUZ GONÇALVES; e **MÁRCIA BEATRIZ SENA**

ARRAES, SOLTEIRA, RECEPCIONISTA, natural de TERESINA - PI, filha de MAURÍCIO ARRAES DO NASCIMENTO e MARIA DA CRUZ DA CONCEIÇÃO SENA; 17º **NELSON PONTES DE PAULA JUNIOR**, SOLTEIRO, SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, natural de TERESINA - PI, filho de NELSON PONTES DE PAULA e RITA MARIA DE LIMA PAULA; e **MELISSA ELLEN RAMALHO SOUSA**, SOLTEIRA, ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA, natural de TERESINA - PI, filha de MOÍSES RAMALHO SOUSA e TATIANA SIMONE DE CARVALHO SOUSA; Requereram habilitação para casamento. Quem tiver conhecimento de algum impedimento e ou causa suspensiva Art. 1.521 e 1.523 do Código Civil, poderá apresentá-lo por escrito perante este Cartório.

GLÓRIA MARIA FONSECA DE SANTANA

Oficial(a)

14.18. Intimação de sentença

PROCESSO Nº: 0012532-79.2012.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Exoneração]

INTERESSADO: JOSE HAMILTON BEZERRA LIMA

INTERESSADO: RAFAEL HAMILTON FERNANDES DE LIMA, DANIEL HAMILTON FERNANDES DE LIMA

AVISO DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA

"Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pleito autoral, para **EXONERAR** o requerente **José Hamilton Bezerra Lima** da obrigação alimentar, **em definitivo**, contraída nos autos da Ação de Divórcio processo nº 9.261/97 da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Fortaleza-CE, em face dos filhos/requeridos **Rafael Hamilton Fernandes de Lima e Daniel Hamilton Fernandes de Lima**. Em consequência, julgo extinto o presente feito com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, I do Novo Código de Processo Civil.

Com urgência, oficie-se o órgão empregador do alimentante, comunicando-lhe a desoneração do encargo alimentar, em definitivo, dos descontos em folha de pagamento do mesmo, que se encontra em nome dos alimentandos.

Acompanhe o ofício cópia da presente sentença e demais documentos e petições que se fizerem necessários.

Custas de lei.

P. R. I, conforme o sistema PJE/TJPI.

Transitado em julgado a sentença e cumpridas às formalidades de lei, dê-se baixa e arquivem-se o feito, com status de julgado e baixado."

14.19. DESPACHO MANDADO - 10ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0000229-53.2020.8.18.0172

Classe: Carta Precatória Criminal

Deprecante: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PIRIPIRI-PI, MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

Deprecado: JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TERESINA-PI, EDNA MARIA SILVA MIRANDA

Advogado(s):

DESPACHO-MANDADO Designo para o dia 03 / 11 / 2020, às 10:30 horas, a realização de audiência para oitiva de testemunhas. Intime(m)-se o (s) advogado (s), se for o caso. Notifique-se o representante do Ministério Público. TERESINA, 7 de outubro de 2020 ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA.

14.20. DESPACHO MANDADO - 10ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0000218-24.2020.8.18.0172

Classe: Carta Precatória Criminal

Deprecante: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA COMARCA DE PIRIPIRI- PI, MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI, NILTON CESAR ALVES DE ALCANTARA

Advogado(s):

Deprecado: JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TERESINA-PI, EDNA MARIA SILVA MIRANDA

Advogado(s):

DESPACHO-MANDADO Designo para o dia 03 / 11 / 2020, às 09:00 horas, a realização de audiência de oitiva de testemunhas. Intime(m)-se o (s) advogado (s), se for o caso. Notifique-se o representante do Ministério Público. TERESINA, 7 de outubro de 2020 ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA.

14.21. DESPACHO MANDADO - 10ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0000071-95.2020.8.18.0172

Classe: Carta Precatória Criminal

Deprecante: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PIRIPIRI - PI, .MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Requerido: JOICE LIMA BRAGA, JUIZ DE DIREITO CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA - PI

Advogado(s):

DESPACHO-MANDADO Designo para o dia 03 / 11 / 2020, às 12:00 horas, a realização de audiência de oitiva de testemunhas. Intime(m)-se o (s) advogado (s), se for o caso. Notifique-se o representante do Ministério Público. TERESINA, 7 de outubro de 2020 ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA.

14.22. DESPACHO MANDADO - 10ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0002566-49.2019.8.18.0172

Classe: Carta Precatória Criminal

Deprecante: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ALTOS-PI, .MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Deprecado: .JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE TERESINA-PI, NATALIA FELIX DA SILVA, OSMAR FÉLIX DA CRUZ

Advogado(s):

DESPACHO-MANDADO Designo para o dia 27 / 10 / 2020, às 11:30 horas, a realização de audiência de oitiva de testemunhas. Intime(m)-se o (s) advogado (s), se for o caso. Notifique-se o representante do Ministério Público. TERESINA, 10 de outubro de 2020 ANTONIO LOPES DE OLIVEIRA. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA.

14.23. EDITAL - 1ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0017236-72.2011.8.18.0140

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO

Advogado(s):

Réu: ADRIANO DA ROCHA ALVES, RENATO NONATO DA SILVA, EDILSON ROCHA ALVES, CLEIDIMAR JOSÉ VERAS

Advogado(s): FRANKLIN DOURADO REBELO(OAB/PIAÚI Nº 3330)

ATO ORDINATÓRIO: Face a qualificação retro, intima-se os acusados, por este edital, para constituírem novo Advogado, ficando cientes de que, caso assim não procedam, será nomeada a Douta Defensoria Pública para lhes assistirem.

14.24. EDITAL - 1ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0002413-78.2020.8.18.0140

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO

Advogado(s):

Réu: ANDRÉ RUSSEL SANTOS RIBEIRO

Advogado(s): TIAGO VALE DE ALMEIDA(OAB/PIAÚI Nº 6986), ELIAS ELESBÃO DO VALLE SOBRINHO(OAB/PIAÚI Nº 14818)

INTIMAÇÃO: Através deste fica a defesa intimada a apresentar contrarrazões ao Recurso de Apelação protocolado Pelo Ministério Público.

14.25. EDITAL - 1ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0001447-86.2018.8.18.0140

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Indiciante: DELEGACIA DO 6º DISTRITO POLICIAL TERESINA PIAUI

Advogado(s):

Réu: JONATHAS HERBERT MIRANDA

Advogado(s): GERALDO DA COSTA ARAUJO FILHO(OAB/PIAÚI Nº 9852)

SENTENÇA: Dispositivo: Ex positis, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado JONATHAS HERBERT MIRANDA, em face da morte deste, e o faço com fulcro art. 107, I, do CPB c/c art. 62, do CPP. Após o trânsito em julgado desta sentença, dê-se baixa na Distribuição e arquivem-se os autos. P. R. I. e Cumpra-se. TERESINA, 29 de setembro de 2020 CARLOS HAMILTON BEZERRA LIMA - Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA.

14.26. EDITAL - 1ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0003932-88.2020.8.18.0140

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO

Advogado(s):

Réu: LEONARDO SILVA FEITOSA

Advogado(s): TÁSSIA RAFAELA MAGALHÃES TORRES(OAB/PIAÚI Nº 17691), RAISSA MOTA RIBEIRO(OAB/PIAÚI Nº 13031)

INTIMAÇÃO: Apresentar, no prazo legal, resposta escrita à acusação.

14.27. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)

Processo nº 0005325-05.2007.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MUNICÍPIO DE TERESINA

Advogado(s): JOSE WILSON FERREIRA DE ARAUJO JUNIOR(OAB/PIAÚI Nº 2516)

Réu: MENANDRO PEDRO

Advogado(s):

DESPACHO:

A secretaria para que realize a citação do atual proprietário do imóvel irregular LUAUTO EMPRENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA CNPJ 02.396.393/0001-20, para tomar conhecimento da presente demanda. Cumpra-se TERESINA, 31 de março de 2020 ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA Juiz(a) de Direito da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de TERESINA.

14.28. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)

Processo nº 0009225-15.2015.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: RAIMUNDO NONATO GONCALVES

Advogado(s): JOSUÉ ALVES DE CARVALHO VITÓRIO(OAB/PIAÚI Nº 6552)

Réu: O ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

DESPACHO:

Em virtude da pandemia será designada posteriormente nova data para audiência, onde as partes serão informadas da nova data e intimadas da realização da audiência. TERESINA, 14 de setembro de 2020 ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA Juiz(a) de Direito da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de TERESINA.

14.29. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)

Processo nº 0000420-39.2016.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: JACQUELINE MARIA CANUTO DE SOUSA

Advogado(s): ANTONIO HENRIQUE DAS CHAGAS(OAB/PIAÚI Nº 10135)

Réu: DETRAN-PI - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DO ESTADO DO PIAUI, BV FINANCEIRA S.A, ELIZABETE DO NASCIMENTO TEIXEIRA, HELIO CLAUDIO

Advogado(s):**DESPACHO:**

Intime-se pessoalmente a parte autora para que se manifeste acerca da certidão de fls.56, e para informar se ainda tem interesse no feito, requerendo o que entender necessário, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito. Cumpra-se. TERESINA, 1 de novembro de 2019 ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA Juiz(a) de Direito da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de TERESINA.

14.30. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)

Processo nº 0019957-26.2013.8.18.0140

Classe: Nunciação de Obra Nova

Autor: MUNICIPIO DE TERESINA

Advogado(s): JOSE WILSON F DE ARAUJO JUNIOR(OAB/PIAUI Nº 2516)

Réu: NATALINA QUEIROZ DA SILVA

Advogado(s):**DESPACHO:**

Tendo em vista a juntada de laudo técnico pelo requerente, determino a expedição de novo mandado de cumprimento da sentença. Em caso de não cumprimento espontâneo, intime-se o Município de Teresina para que este indique um terceiro que realize a demolição, nos termos do artigo 816 e 817 do CPC. Cumpra-se. TERESINA, 15 de setembro de 2020 ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA Juiz(a) de Direito da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de TERESINA.

14.31. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)

Processo nº 0001874-88.2015.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ALMEIDA & COSTA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Advogado(s): MARCELA DE CASTRO COELHO(OAB/PIAUI Nº 11801), DANILO PARENTE LIRA(OAB/PIAUI Nº 10152)

Réu: IAPÉP-INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):**SENTENÇA:**

Ante o exposto, considerando que há na sentença ora impugnada omissão, recebo os presentes embargos. Por consequência, condeno o requerente, ora embargado, em custas e honorários advocatícios que arbitro no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais). P. R. I. TERESINA, 14 de setembro de 2020 ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA Juiz(a) de Direito da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de TERESINA.

14.32. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)

Processo nº 0016631-92.2012.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ANA LUCIA TEMOTEO SANTOS

Advogado(s): TANIA DE ANDRADE PACHECO(OAB/PIAUI Nº 6371/08), MARCONI DOS SANTOS FONSECA(OAB/PIAUI Nº 6364),

ANDERSON LEANDRO SARAIVA SOARES(OAB/PIAUI Nº 9372)

Réu: ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):**SENTENÇA:****DISPOSITIVO**

Com esses fundamentos, JULGO procedentes em parte os presentes embargos declaratórios. Esclareço que os juros de mora incidem a partir do evento danoso, e a base de cálculo de percentual de FGTS, deverá ser conforme as remunerações recebidas na época pelo autor.

Torno sem efeito a condenação do Estado do Piauí em custas, e determino que a condenação, inclusive a dos honorários advocatícios, deve ser apurado em sede de cumprimento de sentença.

Intime-se.

TERESINA, 5 de outubro de 2020

14.33. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)

Processo nº 0013211-65.2001.8.18.0140

Classe: Procedimento Sumário

Autor: JOSÉ DE LIMA COUTO

Advogado(s): FABRÍCIO DE FARIAS CARVALHO(OAB/PIAUI Nº 6341)

Réu: . ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):**DESPACHO:****DESPACHO**

Defiro o pedido de Protocolo de Petição Eletrônico. No 0013211-65.2001.8.18.0140.5003. Suspendo o processo pelo prazo de 90 dias. Intime-se o advogado do requerente para que faça prova de vida do autor, ou habilite eventuais herdeiros interessados, sob pena de extinção e arquivamento.

Cumpra-se.

TERESINA, 5 de outubro de 2020

14.34. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)

Processo nº 0016631-92.2012.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ANA LUCIA TEMOTEO SANTOS

Advogado(s): TANIA DE ANDRADE PACHECO(OAB/PIAUI Nº 6371/08), MARCONI DOS SANTOS FONSECA(OAB/PIAUI Nº 6364),

ANDERSON LEANDRO SARAIVA SOARES(OAB/PIAÚI Nº 9372)

Réu: ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

SENTENÇA:

DISPOSITIVO

Com esses fundamentos, JULGO procedentes em parte os presentes embargos declaratórios. Esclareço que os juros de mora incidem a partir do evento danoso, e a base de cálculo de percentual de FGTS, deverá ser conforme as remunerações recebidas na época pelo autor.

Torno sem efeito a condenação do Estado do Piauí em custas, e determino que a condenação, inclusive a dos honorários advocatícios, deve ser apurado em sede de cumprimento de sentença.

Intime-se.

TERESINA, 5 de outubro de 2020

14.35. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)

Processo nº 0026773-24.2013.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: AGNELO SAMPAIO CASTELO BRANCO MEDEIROS, ALMIR ALVES REBELO FILHO, ARTHUR SAMPAIO SOARES DE SOUSA, BRUNO SOARES FREIRE, CAIO VAZ DE OLIVEIRA NETO, DANIEL ARAUJO XIMENES, EDUARDO REGIS DE ALENCAR BONA MIRANDA, FERDINAND CARVALHO DE ALMENDRA FREITAS NETO, FERNANDO COUTO DE OLIVEIRA, FLAVIO MACIEL BARBOSA DE SANTANA COUTINHO, FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA SOUSA, FREDERICO ARAUJO LEITE, GIORDANO CRONEMBERGER ALVES DO NASCIMENTO, GLAUSON TURQUARE MELO DO NASCIMENTO, HUGO JOSE SOUSA SALES DA SILVA, JAMERSON MOREIRA DE LEMOS JÚNIOR, JESUS TORRES DE ARAUJO, LAO-TSE FRONTEIRAS DA SILVA FEITOSA, LEANDRO PONCE LEAL, MARCOS VITOR PEREIRA DE CARVALHO FILHO, PAULO HENRIQUE LOPES PESSOA FILHO, RADEMACK DUARTE AMORIM, RAUL RUBEN DE MACEDO NETO, RICARDO SOARES VALENCA, WILANILDO LIMA COSTA, YURI GIVAGO FELIX

Advogado(s): LILIAN ERICA LIMA RIBEIRO (OAB/PIAÚI Nº 3508)

Réu: MUNICIPIO DE TERESINA, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERESINA - FMS, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TERESINA

Advogado(s):

DESPACHO:

Tendo em vista o lapso temporal da propositura da ação, e da apresentação da proposta de honorários pericial, determino que:

1) Intimem-se as partes para informarem se ainda tem interesse na realização

de perícia.

2) Em caso positivo, intime-se o segundo perito nomeado para informar se a proposta de honorários ainda é válida, ou para, apresentar uma nova.

Desde logo indefiro a utilização dos valores antecipados para a realização da primeira perícia, como requerido pelos autores, pois, embora o perito tenha falecido, tais valores constituem patrimônio deixado pelo falecido, que deve ser liberado por alvará, após ser determinado a quem cabe levantar tais valores.

Intime-se, cumpra-se.

TERESINA, 18 de setembro de 2020

14.36. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)

Processo nº 0009914-64.2012.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: EDNEI MODESTO AMORIM

Advogado(s): RAFAEL NEIVA NUNES DO REGO(OAB/PIAÚI Nº 5470), MATTSON RESENDE DOURADO(OAB/PIAÚI Nº 6594)

Réu: ESTADO DO PIAUI(TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUI)

Advogado(s):

DESPACHO:

DESPACHO

Defiro o pedido de carga dos autos, feito em Protocolo de Petição Eletrônico. No 0009914-64.2012.8.18.0140.5003, pelo prazo de 05 dias.

Após, voltem-me os autos conclusos para a sentença dos embargos de

Cumpra-se.

TERESINA, 30 de setembro de 2020

ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA

Juiz(a) de Direito da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de TERESINA
declaração

14.37. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)

Processo nº 0016561-75.2012.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARIA DE LOURDES DA CONCEIÇÃO

Advogado(s): JOÃO DIAS DE SOUSA JÚNIOR(OAB/PIAÚI Nº 3063), ARYADNE ALMEIDA CASTRO(OAB/PIAÚI Nº 6144)

Réu: ESTADO DO PIAUI - SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE

Advogado(s):

DESPACHO:

DISPOSITIVO

Com esses fundamentos, JULGO improcedentes os presentes embargos declaratórios.

Intime-se.

TERESINA, 6 de outubro de 2020

14.38. EDITAL - 1ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de TERESINA)

Processo nº 0025154-59.2013.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA BARROS

Advogado(s): LEONARDO LIMA PINHEIRO(OAB/PIAUI Nº 9187)

Réu: ESTADO DO PIAUI, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUI - SEAD

Advogado(s):

DESPACHO:

DESPACHO

Intime-se a parte autora, através do seu advogado, para se manifestar acerca de Protocolo de Petição Eletrônico. No 0025154-59.2013.8.18.0140.5004, requerendo o que entender necessário, no prazo de cinco (05) dias.

Cumpra-se.

TERESINA, 26 de maio de 2020

14.39. EDITAL - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara Cível de TERESINA)

Processo nº 0028424-23.2015.8.18.0140

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Advogado(s): ANTONIO BRAZ DA SILVA(OAB/PIAUI Nº 7036-A)

Requerido: JOÃO PAULO ALBUQUERQUE VIEIRA

Advogado(s):

SENTENÇA: Face o atendimento dos requisitos legais, homologo, POR SENTENÇA, nos termos do art. 487, III, b do NCPC, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação objeto da peça de fls.63/64, celebrada nestes autos entre as partes. Após, arquivem-se os autos com baixa na distribuição, independentemente do trânsito em julgado desta decisão, por se tratar de feito cujo deslinde se deu por força de composição. P.R.I.C

14.40. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0028424-23.2015.8.18.0140

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Advogado(s): ANTONIO BRAZ DA SILVA(OAB/PIAUI Nº 7036-A)

Requerido: JOÃO PAULO ALBUQUERQUE VIEIRA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 003/2010, da CGJ/PI) Recolha a Parte Autora as custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. CUSTAS DEVIDAS: Preparo dos autos Processo com mais de 50 folhas - Valor: R\$ 88,21. Baixa de processo na Distribuição - em processos sentenciados: R\$ 26.14. TOTAL: Valor: R\$ 114,35.

14.41. EDITAL - 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara da Infância e da Juventude de TERESINA)

Processo nº 0000581-27.2020.8.18.0005

Classe: Execução de Medidas Sócio-Educativas

Exequente: 2ª VARA DA INFANCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE TERESINA - PI

Advogado(s):

Menor Infrator: M. A. DE B.

Advogado(s): ADRIANA CELIA PEREIRA DE CARVALHO(OAB/PIAUI Nº 6651)

DESPACHO: Diante do exposto, resolvo DESIGNAR audiência ADMONITÓRIA (para engajamento de adolescente em Medida Socio-educativa aplicada) para o dia 16 de NOVEMBRO 2020 às 11:00 horas, devendo ser intimado o adolescente e seu representante legal

14.42. EDITAL - 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara da Infância e da Juventude de TERESINA)

Processo nº 0000580-42.2020.8.18.0005

Classe: Execução de Medidas Sócio-Educativas

Exequente: 2ª VARA DA INFANCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE TERESINA - PI

Advogado(s):

Menor Infrator: G. A. DE B.

Advogado(s): ADRIANA CELIA PEREIRA DE CARVALHO(OAB/PIAUI Nº 6651)

DESPACHO: Diante do exposto, resolvo DESIGNAR audiência ADMONITÓRIA (para engajamento de adolescente em Medida Socio-educativa aplicada) para o dia 16 de NOVEMBRO 2020 às 09:00 horas, devendo ser intimado o adolescente e seu representante legal

14.43. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE TERESINA

Processo nº 0000583-65.2018.8.18.0005

Classe: Execução de Medidas Sócio-Educativas

Exequente: JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA INFANCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE TERESINA - PIAUI, JUIZO DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE BARRAS - PI

Advogado(s):

Menor Infrator: R. L. T. L

Advogado(s): MARVIO MARCONI DE SIQUEIRA NUNES(OAB/PIAUI Nº 4703)

Intimo o advogado do reeducando para se manifestar sobre o PIA e relatório da equipe multidisciplinar, no prazo de 05 dias.

14.44. EDITAL - 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara da Infância e da Juventude de TERESINA)

Processo nº 0001044-37.2018.8.18.0005

Classe: Processo de Apuração de Ato Infracional

Representante: .MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

Representado: DALLYSON RIQUELMY SALES PEREIRA, FRANCISCO GABRYEL SOARES PEREIRA

Advogado(s): GERMANO COELHO SILVA BARBOSA(OAB/PIAUI Nº 14630)

ATO ORDINATÓRIO: FICA V. SA., INTIMADO PARA COMPARECER EM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PRA O DIA 15 DE

OUTUBRO DE 2020, ÀS 10:30 HORAS NESTE COMPLEXO.

14.45. EDITAL - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de Família e Sucessões de TERESINA)

Processo nº 0015475-79.2006.8.18.0140

Classe: Divórcio Litigioso

Suplicante: MARIA JOSE DOS SANTOS MOURA

Advogado(s): GREG DE ARRUDA ALVES MARANHÃO(OAB/PIAÚI Nº 8422)

Suplicado: ADELADIO DA SILVA MOURA

Advogado(s): OSCAR OLEGARIO COSTA JUNIOR(OAB/PIAÚI Nº 10305), JOSÉ URTIGA DE SÁ JÚNIOR(OAB/PIAÚI Nº 2677)

DESPACHO: Considerando o pedido formulado pela parte exequente em sua última petição, e tendo em vista que a avaliação do referido bem foi realizada ainda em 2018, antes de apreciar o último pedido formulado, intimem-se as partes, através de seus advogados, para dizerem se há pretensão ou não, em decorrência do lapso temporal, da necessidade de se proceder uma nova avaliação do bem imóvel, objeto do cumprimento de sentença. Intimem-se e escoado o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se a secretaria, e voltem-me os autos conclusos, para adoção de outras providências. Intimem-se e cumpra-se. TERESINA, 26 de maio de 2020 ELVIRA MARIA OSORIO P. M. CARVALHO Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de TERESINA

14.46. EDITAL - 2ª VARA DO TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara do Tribunal Popular do Júri de TERESINA)

Processo nº 0003498-80.2012.8.18.0140

Classe: Ação Penal de Competência do Júri

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - 15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Advogado(s):

Réu: FÁBIO CÉSAR DA SILVA MORAES, EDILSON SOUSA OLIVEIRA OU EDILSON SOUZA DE OLIVEIRA

Advogado(s): DARCIO RUFINO DE HOLANDA(OAB/PIAÚI Nº 3529), WILDES PRÓSPERO DE SOUSA(OAB/PIAÚI Nº 6373)

DESPACHO: Vistos em despacho.

Designo o dia 11 de novembro do corrente ano, às 08h00min, no local decostume, para realização do interrogatório do acusado EDILSON SOUSA OLIVEIRA através de videoconferência.

Intimem-se o Advogado constituído pelo acusado FÁBIO CÉSAR DA SILVAMORAES, Dr. WILDES PRÓSPERO DE SOUSA (OAB/PI 6373) para ciência da realização do interrogatório do acusado EDILSON SOUSA OLIVEIRA por videoconferência.

Intimações e requisições necessárias. Cumpra-se.

TERESINA, 6 de outubro de 2020

MARIA ZILNAR COUTINHO LEAL

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara do Tribunal Popular do Júri da Comarca de TERESINA

14.47. EDITAL - 2ª VARA DO TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara do Tribunal Popular do Júri de TERESINA)

Processo nº 0003032-76.2018.8.18.0140

Classe: Ação Penal de Competência do Júri

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ- 14ª PROMOTORIA

Advogado(s):

Réu: HAMILTON MACEDO SANTOS

Advogado(s): ALEXANDRE RAMON DE FREITAS MELO(OAB/PIAÚI Nº 5795)

DECISÃO: Tendo em vista o requerimento de redesignação da sessão do Tribunal do Júri, em concordância com a defesa, nos termos do ITEM 4.7 da Nota Técnica da Secretaria Estadual de Justiça, designo a sessão de julgamento para a data de 20/11/2020, às 08:00horas. Testemunhas presentes devem ser intimadas para a nova data. Tendo em vista que o advogado de defesa não assinou a ata de redesignação da sessão de julgamento, proceda à sua intimação da nova data.

Cumpra-se

TERESINA, 30 de setembro de 2020

SANDRO FRANCISCO RODRIGUES

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara do Tribunal Popular do Júri da Comarca de TERESINA

14.48. DESPACHO MANDADO - 2ª VARA DO TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI DE TERESINA

Processo nº 0001442-30.2019.8.18.0140

Classe: Ação Penal de Competência do Júri

Autor: 15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Advogado(s):

Réu: MARCOS DUARTE DOS SANTOS

Advogado(s): JEIKO LEAL MELO HOHMANN BRITTO(OAB/PIAÚI Nº 5460)

"Vistos em despacho.

Designo o dia 03 de fevereiro de 2021, às 10h30min, para a audiência de instrução e julgamento, no local de costume.

Se na data da audiência, ainda persistir o risco de contaminação pelo coronavírus, a audiência realizar-se-á por videoconferência. Caso em que que deverá a Secretaria desta Unidade Judiciária adotar as necessárias providências para o agendamento da audiência na plataforma CiscoWebex e informação às partes do link para acesso.

Em caso de testemunhas residentes em outras Comarcas, desde já fica autorizada a expedição de carta precatória para finalidade de inquirição destas, no prazo de 30 (trinta) dias. Se policiais, expeçam-se ofícios ao Comando para intimação dos mesmos."

14.49. DESPACHO - 2ª VARA DO TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI DE TERESINA

Processo nº 0012614-37.2017.8.18.0140

Classe: Ação Penal de Competência do Júri

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - 15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Advogado(s):

Réu: SANDY CAROLINE ALVES DE OLIVEIRA

Advogado(s): DARCIO RUFINO DE HOLANDA(OAB/PIAÚI Nº 3529)

"Vistos em despacho.

Designo o dia 24 de fevereiro de 2021, às 10h30min, para a audiência de instrução e julgamento, no local de costume. Intimem-se o Ministério Público e a defesa da acusada, para, no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias, informarem seus interesses na oitiva das testemunhas arroladas e da vítima FABIANA OLIVEIRA BARBOSA, bem como informar o atual endereço da acusada, visto que nenhuma das testemunhas arroladas, nem acusada ou vítima foram localizadas nos endereços informados nos autos, conforme certidões de fls. 76 a 92 dos autos. Expedientes necessários."

14.50. DESPACHO MANDADO - 2ª VARA DO TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI DE TERESINA

Processo nº 0007561-75.2017.8.18.0140

Classe: Ação Penal de Competência do Júri

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO 15ª PROMOTORIA

Advogado(s):

Réu: JOSÉ FEITOSA ARAÚJO

Advogado(s): JEIKO LEAL MELO HOHMANN BRITTO(OAB/PIAUÍ Nº 5460)

"Vistos em despacho.

Designo o dia 24 de fevereiro de 2021, às 08h30min, para a audiência de instrução e julgamento, no local de costume.

Se na data da audiência, ainda persistir o risco de contaminação pelo coronavírus, a audiência realizar-se-á por videoconferência. Caso em que deverá a Secretaria desta Unidade Judiciária adotar as necessárias providências para o agendamento da audiência na plataforma CiscoWebex e informação às partes do link para acesso.

Intime-se o Representante do Ministério Público, para no prazo de 5 (cinco) dias, informar seu interesse na oitiva da testemunha JOSÉ DE ABREU DE AGUIAR DA SILVA, que arrolou e não mais reside no endereço constante nos autos, conforme certidão de fl. 95v, sob pena de não o fazendo, dar-se prosseguimento à instrução do feito sem a oitiva da referida testemunha.

Em caso de testemunhas residentes em outras Comarcas, desde já fica autorizada a expedição de carta precatória para finalidade de inquirição destas, no prazo de 30 (trinta) dias. Se policiais, expeçam-se ofícios ao Comando para intimação dos mesmos."

14.51. DESPACHO MANDADO - 2ª VARA DO TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI DE TERESINA

Processo nº 0028880-70.2015.8.18.0140

Classe: Ação Penal de Competência do Júri

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO 15ª PROMOTORIA

Advogado(s):

Réu: PAULO RODRIGUES DA SILVA

Advogado(s): DARCIO RUFINO DE HOLANDA(OAB/PIAUÍ Nº 3529)

"Vistos em despacho.

Designo o dia 13 de janeiro de 2021, às 10h30min, para a audiência de instrução e julgamento, no local de costume.

Se na data da audiência, ainda persistir o risco de contaminação pelo coronavírus, a audiência realizar-se-á por videoconferência. Caso em que deverá a Secretaria desta Unidade Judiciária adotar as necessárias providências para o agendamento da audiência na plataforma CiscoWebex e informação às partes do link para acesso.

Intime-se o Representante do Ministério Público, para no prazo de 5 (cinco) dias, informar seu interesse na oitiva da testemunha FANUEL RODRIGUES, que arrolou e não mais reside no endereço constante nos autos, conforme certidão de fl. 106, sob pena de não o fazendo, dar-se prosseguimento à instrução do feito sem a oitiva da referida testemunha.

Em caso de testemunhas residentes em outras Comarcas, desde já fica autorizada a expedição de carta precatória para finalidade de inquirição destas, no prazo de 30 (trinta) dias. Se policiais, expeçam-se ofícios ao Comando para intimação dos mesmos."

14.52. DESPACHO MANDADO - 2ª VARA DO TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI DE TERESINA

Processo nº 0005980-25.2017.8.18.0140

Classe: Ação Penal de Competência do Júri

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO 15ª PROMOTORIA

Advogado(s):

Réu: THALISSON MENDES AGUIAR LIMA

Advogado(s):

"Vistos em despacho,

Sem preliminares a serem apreciadas, mantenho em todos os termos o recebimento da denúncia.

Designo o dia 03 de fevereiro de 2021, às 08h30min, para audiência de instrução e julgamento, no local de costume.

Se na data da audiência, ainda persistir o risco de contaminação pelo coronavírus, a audiência realizar-se-á por videoconferência. Caso em que deverá a Secretaria desta Unidade Judiciária adotar as necessárias providências para o agendamento da audiência na plataforma CiscoWebex e informação às partes do link para acesso.

A assistência judiciária, em consonância com o disposto na Lei nº 1.060/50, depende da simples afirmação da parte interessada, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

No caso em exame, conclui-se que o acusado THALISSON MENDES AGUIAR LIMA faz jus ao benefício da Assistência Judiciária Gratuita, eis que a sua renda mensal líquida declarada é compatível com a situação de hipossuficiência declarada. Defiro-lhe, portanto, o benefício da assistência judiciária gratuita.

Em caso de testemunhas residentes em outras Comarcas, desde já fica autorizada a expedição de carta precatória para finalidade de inquirição destas, no prazo de 30 (trinta) dias. Se policiais, expeçam-se ofícios ao Comando para intimação dos mesmos."

14.53. DECISÃO MANDADO - 2ª VARA DO TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI DE TERESINA

Processo nº 0002602-56.2020.8.18.0140

Classe: Ação Penal de Competência do Júri

Autor: MP 15ª PROMOTORIA

Advogado(s):

Réu: LUIS CARLOS CHAVES LIMA

Advogado(s): DARCIO RUFINO DE HOLANDA(OAB/PIAUÍ Nº 3529)

"Visto em despacho.

Sem preliminares a serem apreciadas, mantenho em todos os termos o recebimento da denúncia.

Designo o dia 19 de novembro de 2020, às 10h30min, para audiência de instrução e julgamento, no local de costume.

Para evitar risco de contaminação com o Coronavírus, adote a Secretaria desta Unidade Judiciária as providências necessárias para o agendamento da audiência através de videoconferência, ou a apresentação do acusado na sala de videoconferência.

Determino que a Secretaria desta Unidade Judiciária adote as providências necessárias para que a intimação das testemunhas arroladas seja efetuada através do aplicativo WhatsApp, quando possível.

Dê-se ciência às partes de que será utilizado a plataforma Cisco Webex para a realização da videoconferência e intimem-se-os para que forneçam o e-mail para contato e cadastro para a audiência.

Em caso de impossibilidade de realização da audiência através de videoconferência, requirir-se a apresentação do acusado perante este Juízo. Preenchidos portanto, os requisitos autorizadores da manutenção da segregação cautelar, aos quais ainda são acrescidos de indícios de materialidade e autoria da prática do delito, notadamente, quando as circunstâncias em que se deram os fatos caracterizam o periculum libertatis, de modo a recomendar a manutenção da segregação cautelar do acusado.

Isto posto, indefiro os pedidos de relaxamento e revogação da prisão preventiva do acusado."

14.54. EDITAL - 2ª VARA DO TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara do Tribunal Popular do Júri de TERESINA)

Processo nº 0002618-44.2019.8.18.0140

Classe: Ação Penal de Competência do Júri

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO 15ª PROMOTORIA

Advogado(s):

Réu: ANTUNIEL ALVES DE SOUSA

Advogado(s): SIMONY CARVALHO GONÇALVES(OAB/PIAÚI Nº 130-B), MARCIO ANTONIO MONTEIRO NOBRE(OAB/PIAÚI Nº 1476)

DECISÃO: O Ministério Público do Estado do Piauí ofereceu denúncia com base no Inquérito Policial nº 807/2019, em face de ANTUNIEL ALVES DE SOUSA, pela prática do crime de homicídio contra a vítima LORRANY THALIA DOS SANTOS COSTA. Narra a denúncia que no dia 03 de maio de 2019, por volta das 17h, no apartamento do casal, localizado no Residencial Torquato Neto, Quadra 6, Bloco 05, Apt.301, nesta Capital, o acusado, fazendo uso de uma arma branca, desferiu golpes na vítima, os quais a lesionaram nos braços, costas, barriga e rosto e a levaram ao óbito. Diz ainda a denúncia, que o ciúme que o acusado nutria pela vítima, foi o motivo do crime. Recebida a denúncia no dia 13 de julho de 2019. Decisão de pronúncia proferida na data de 27/11/2019, pelo fato tipificado no Art. 121, § 2º, II, III, e VI, c/c §2º-A, I, todos do Código Penal. Processo reativado na 2ª Vara do Júri de Teresina/PI na data de 03/08/2020. É o relatório. DECIDO. Passo à análise de ofício sobre a situação prisional do acusado. Dispõe o Art. 312 do Código de Processo Penal:

A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado. Segundo ensinamentos do Eminentíssimo Jurista Norberto Cláudio Pâncaro Avena, Processo Penal, 9ª edição, rev. E atual. - Rio de Janeiro: Forense: São Paulo, MÉTODO, 2017. Entende-se justificável a prisão preventiva para garantia da ordem pública quando a permanência do acusado em liberdade, pela sua elevada periculosidade, importar intranquilidade social em razão do justificado receio de (grifo meu). Pág. 988. que volte a delinquir. In casu, a manutenção da custódia cautelar encontra resguardo na garantida ordem pública, não havendo alteração das circunstâncias que determinaram o anterior decreto de custódia cautelar. O risco de reiteração delituosa é evidenciado pela periculosidade do acusado, o que denota grave risco de reiteração da conduta criminosa. Como destacado, a periculosidade do agente é evidenciada pelo modo com que, supostamente, executou o ato que resultou na morte da vítima. Foram desferidos diversos golpes de arma branca (faca) contra a vítima, inclusive na região do rosto, com ferimentos próximo do olho e nariz, vide fls. 19. Ante os fatos, o acusado foi pronunciado por homicídio triplamente qualificado, com decisão mantida pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. 4. A gravidade concreta do crime, evidenciada pelo modo operando por três empregados na sua execução (homicídio qualificado, supostamente praticado por agentes, com emprego de faca, dentro da casa da vítima quando esta estava desarmada) demonstra a periculosidade das apeladas e justifica a prisão como forma de garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. Ademais, perante a autoridade judicial, a defesa afirmou que foragiu após o crime (DVD-Rfls. 251) o que também justifica sua prisão como forma de aplicação da lei penal. 5. Recurso conhecido e provido. TJPI/ Des. Erivan José da Silva Lopes/ Apelação/2018.0001.002581-5 Criminal/ 2ª Câmara Especializada Criminal/ 27/02/2019.

Em que pese o lapso decorrido desde a prisão preventiva, resta evidente a inexistência de inércia judicial. Proferida decisão de pronúncia, na data de 27/11/2019, o recurso foi devidamente recebido na data de 18/12/2019, sendo remetidos os autos para o Egrégio Tribunal de Justiça, havendo a reativação na 2ª Vara do Tribunal do Júri de Teresina/PI na data de 03/08/2020. O processo encontra-se com relatório previsto no Art. 423 do CPP juntado aos autos e será incluído em pauta de julgamento. O excesso de prazo pressupõe demora desarrazoada. Inexistente nos autos processo em epígrafe. PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INÉRCIA DA INOCORRÊNCIA. TRÂMITE REGULAR DO FEITO. RAZOABILIDADE. DEFESA. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 64 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. PROCESSO EM FASE DE ALEGAÇÕES FINAIS. QUESTÃO SUPERADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 52 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO RECORRENTE. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FLAGRANTE ILLEGALIDADE NÃO VERIFICADA. RECURSO DESPROVIDO. 1. Esta Corte Superior tem o entendimento de que, somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, a mora que decorra de ofensa ao princípio da razoabilidade, consubstanciada em desídia do Poder Judiciário ou da acusação, jamais sendo aferível apenas a partir da mera soma aritmética dos prazos processuais (...). STJ/ RHC 111948 / AM/ RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS/ 2019/0119283-4/ Ministro JOEL ILAN PACIORNIK/ T5 - QUINTA TURMA/ DJE 29/06/2020. NESTES TERMOS, mantenho o decreto de prisão preventiva anteriormente proferido.

. Inclua-se o feito em pauta para julgamento.

INTIMEM-SE

. Providências necessárias. TERESINA, 8 de outubro de 2020

SANDRO FRANCISCO RODRIGUES Juiz(a) de Direito da 2ª Vara do Tribunal Popular do Júri da Comarca de TERESINA

14.55. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0005282-39.2005.8.18.0140

Classe: Mandado de Segurança Cível

Impetrante: ADALBERTO LEITE ALVES

Advogado(s):

Impetrado: PRESIDENTE DA COMDEPI-COMPANHIA DE DESENV. DO PIAUÍ

Advogado(s): JOSE RIBAMAR COELHO FILHO(OAB/PIAÚI Nº 104-A)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema

Themis Web.

14.56. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0008075-43.2008.8.18.0140

Classe: Mandado de Segurança Cível

Impetrante: MIRNA SILVA WAQUIM

Advogado(s): JOSE ALBERTO DE CARVALHO LIMA (OAB/PIAÚI Nº 2107)

Impetrado: REITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI - UESPI

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

14.57. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0021540-22.2008.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Declarante: ABENES PEREIRA DE SA, FRANCISCO JOSE NAZARE MACHADO, MAURICIO BATISTA CALAND, ANTONIO RIBEIRO DE SOUSA, PEDRO DE ALCANTARA FERNANDES DA COSTA, KARITAS HENRIQUE RAMOS DE ARAUJO, FRANCISCO HAROLDO MARTINS SOARES, FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA, WASHINGTON LUIS SOARES LEAL, ALDEMAR MARTINS DE SOUSA, MARIA DAS GRACAS GUIMARAES RIBEIRO, JOAO GOMES DE SOUSA FILHO, DENIVALDO DE SOUSA CLEMENTINO, FRANCISCO JOSE DA COSTA, FRANCISCO SENA DA SILVA, JOSE BRAZ DOS SANTOS, MANOEL JOSE DE SOUSA, MAURINO BATISTA CALAND, JOSE DOS REIS DE OLIVEIRA

Advogado(s): KELSON VIEIRA DE MACEDO(OAB/PIAÚI Nº 4470)

Declarado: ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

14.58. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0005576-81.2011.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Requerente: JEAN MAGNO SOUSA

Advogado(s): ALDEMAR SOARES LIMA JUNIOR(OAB/PIAÚI Nº 7734)

Requerido: ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

VICTOR PARENTES DOURADO SANTOS

Analista Judicial - 3490

14.59. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0006885-06.2012.8.18.0140

Classe: Mandado de Segurança Cível

Impetrante: RAIMUNDO MARTINS BEZERRA FILHO

Advogado(s): MARLOS LAPA LOIOLA(OAB/PIAÚI Nº 8119)

Impetrado: DIRETOR DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DO PIAUI - DETRAN

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

VICTOR PARENTES DOURADO SANTOS

Analista Judicial - 3490

14.60. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0012853-22.2009.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Requerente: RAIMUNDO TOMAZ DE OLIVEIRA FILHO

Advogado(s): RAIMUNDO DE ARAÚJO SILVA JÚNIOR (OAB/PIAÚI Nº 5061)

Requerido: ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

VICTOR PARENTES DOURADO SANTOS

Analista Judicial - 3490

14.61. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0019842-34.2015.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: EMPRESA BARROSO LTDA

Advogado(s): RAFAEL DE MELO RODRIGUES (OAB/PIAÚI Nº 8139)

Réu: ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

VICTOR PARENTES DOURADO SANTOS

Analista Judicial - 3490

14.62. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0000286-17.2013.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ENEIDA OLIVEIRA MACHADO SOUSA

Advogado(s): SAMUEL RIBEIRO GONCALVES FERREIRA (OAB/PIAÚI Nº 12436)

Réu: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DO PIAUÍ - DETRAN - PI

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

14.63. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0013639-95.2011.8.18.0140

Classe: Ação Civil Pública Cível

Autor: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: MUNICÍPIO DE TERESINA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

14.64. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0008185-37.2011.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Requerente: MARIA DO SOCORRO SILVA DE SOUSA

Advogado(s): HERMANO DE JESUS BASÍLIO LAGES (OAB/PIAÚI Nº 5924)

Requerido: A FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERESINA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema

Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JOSÉ NILSON BARBOSA MENDES

Analista Administrativo - 1032208

14.65. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0018437-36.2010.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: DAVID PEREIRA LIMA

Advogado(s): JOSE WELIGTON DE ANDRADE (OAB/PIAÚI Nº 1322)

Réu: SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRANSITO-STRANS

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JOSÉ NILSON BARBOSA MENDES

Analista Administrativo - 1032208

14.66. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0026194-81.2010.8.18.0140

Classe: Cautelar Inominada

Requerente: STRANS-SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRANSITO DE TERESINA-PI

Advogado(s): MARIO ANDRETTY COELHO DE SOUSA(OAB/PIAÚI Nº 3239)

Requerido: SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE TERESINA - SINDSERM

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JOSÉ NILSON BARBOSA MENDES

Analista Administrativo - 1032208

14.67. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0028175-19.2008.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MUNICIPIO DE TERESINA

Advogado(s): JOSE WILSON FERREIRA DE ARAUJO JUNIOR(OAB/PIAÚI Nº 2516)

Réu: EUROBRAS INDUSTRIA DE TINTAS LTDA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JOSÉ NILSON BARBOSA MENDES

Analista Administrativo - 1032208

14.68. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0021169-48.2014.8.18.0140

Classe: Mandado de Segurança Cível

Autor: RODRIGO OLIVEIRA SOTERO

Advogado(s): JOSÉ LUTOSA MACHADO FILHO(OAB/PIAÚI Nº 6935)

Réu: PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUI, ESTADO DO PIAUI, DIRETOR DO COLEGIO ESQUADROS - PAULO ROBERTO DE SOUSA LEITE, GERENTE - GERENCIA DE REGISTRO DE VIDA ESCOLAR

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

ROSEMEIRE COSTA MELO BARROS

Técnico Judicial - 410030-1

14.69. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0004666-54.2011.8.18.0140

Classe: Mandado de Segurança Cível

Impetrante: SILVANA MARIA LIMA ARAUJO COSTA, RAIMUNDO ALVES PEREIRA, FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DE MEDEIROS, DELZUITE BEZERRA LINHARES FILHO, MARIA GORETE PEREIRA DOS SANTOS, FRANCISCO DE ASSIS FENELON DO NASCIMENTO, JEAN CARLOS DE FREITAS BISPO

Advogado(s): TIAGO MARQUES DO NASCIMENTO (OAB/PIAUÍ Nº 7797)

Impetrado: ESTADO DO PIAUI, DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN PI

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JOSÉ NILSON BARBOSA MENDES

Analista Administrativo - 1032208

14.70. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0025926-85.2014.8.18.0140

Classe: Mandado de Segurança Cível

Autor: FRANCISCO BERNARDONE DA COSTA VALE

Advogado(s): TIAGO VALE DE ALMEIDA(OAB/PIAUÍ Nº 6986)

Réu: CORREGEDORA GERAL DA UNIDADE DE CORREGEDORIA DA POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUI, ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JOSÉ NILSON BARBOSA MENDES

Analista Administrativo - 1032208

14.71. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0022220-65.2012.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: CARLOS CASTRO BRAGA

Advogado(s): GILVAN CARNEIRO DE ANDRADE FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 11327), ANA CAROLINA DE CARVALHO IGREJA(OAB/PIAUÍ Nº 9774)

Réu: ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JOSÉ NILSON BARBOSA MENDES

Analista Administrativo - 1032208

14.72. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0004731-93.2004.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Requerente: ALDAILA DA COSTA AZEVEDO LEONCIO, LUCIENE MARQUES CAVALCANTE, PEDRO VITOR RESENDE LEITE, JOAO CICERO LIMA, JOCY PEREIRA DA COSTA, BERNARDO ANTONIO PEREIRA DE ALBUQUERQUE, JOSE VIANA DE SOUSA OLIVEIRA, ARQUELAU DE ANDRADE

Advogado(s): EDUARDA MOURAO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA (OAB/PIAUÍ Nº 1782)

Requerido: ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

RODIMAR ROSA DE JESUS

Analista Judicial - 410049-2

14.73. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0017306-31.2007.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: SINTETRO-SINDICATO DOS TRABALHADORES DE EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NO ESTADO DO PIAUÍ, ODIRLEY OLIVEIRA SANTOS

Advogado(s): VILMAR DE SOUSA BORGES FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 122-B)

Réu:

Advogado(s):

DESPACHO: Defiro o pedido de ID 3039113195003. Realizada a diligência, intem-se as partes para manifestação em cinco dias.

14.74. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0023498-38.2011.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Requerente: ANTONIO EVANGELISTA DE FRAÇA

Advogado(s): RICARDO DIAS PIRES(OAB/PIAUÍ Nº 6971)

Requerido: SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL

Advogado(s): DANIELE FRANCATTI DO NASCIMENTO(OAB/PIAUÍ Nº 5033-A)

DESPACHO:

Trata-se de ação revisional de contrato em que a parte autora tece na inicial várias ponderações acerca do instrumento firmado, sem, todavia, juntá-lo aos autos.

Assim, intime-se a parte autora para em quinze dias exibir o instrumento contratual a que se reporta na inicial, sob pena de extinção do feito.

14.75. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0015312-31.2008.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Requerente: JORNAL O DIA LTDA

Advogado(s): FRANCISCO SOARES CAMPELO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 2734)

Requerido: BRASIL PUBLICIDADES CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA

Advogado(s):

DESPACHO: Cumpra o Gabinete o despacho de fl. 750.

14.76. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0004430-39.2010.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Requerente: ADÃO PEREIRA DA SILVA, ANANIAS JOSE DA PAIXÃO, ANDERSON ARAUJO FALCÃO, ANGELA MARIA DA COSTA SOUSA, ANTONIA DA SILVA E SOUSA, ANTONIA DE JESUS LIMA SILVA, ANTONIA EUDA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA, ANTONIA MARIA DE OLIVEIRA, ANTONIO MENDES DE OLIVEIRA, ANTONIO CARLOS FERREIRA LOPES, ANTONIO GASPAS DA SILVA, DALILA MARIA RABELO SILVA RODRIGUES, DEUSUITE ALVES DO NASCIMENTO, DIAMANTINA LUCINDA GOMES, FRANCISCA DE OLIVEIRA E SILVA, FRANCISCA MACHADO LEAL, FRANCISCA MARIA MACHADO SOUSA, FRANCISCO ARAUJO BEZERRA, FRANCISCO CARNEIRO DA SILVA, FRANCISCO DAS CHAGAS SANTANA PEREIRA, IVANILDE MACHADO DA SILVA, JOÃO BATISTA LIMA, JOSE ANTONIO PINHEIRO NETO, JOSE ARIOLDO, JOSE DE SOUSA LOPES, JOSE DE RIBAMAR FERREIRA DOS SANTOS, JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA, JOSE FRANCISCO SAMPAIO, JOSE MARIA COSTA RODRIGUES, JOSE RODRIGUES TORRES, JUVENAL DE SOUSA BARROS, LEONILDES SOARES DA SILVA, MARIO ALVES DE ALMEIDA, MARIA BARTOLOMEIA LEÃO DE SOUSA, MARIA DA CRUZ DA SILVA CAMPOS, MARIA DA CRUZ PEREIRA MOTA, MARIA DA SILVA FERREIRA, MARIA DO AMPARO LIMA DA SILVA, MARIA JOSE DE SOUSA SANTANA, MARIA LUCELENA PEREIRA SALES, MARLENE NUNES NASCIMENTO, PAULIRAN MESQUITA SILVA, PEDRO XAVIER DE OLIVEIRA, RAIMUNDO NONATO RODRIGUES DOS SANTOS, RAIMUNDO RODRIGUES DO NASCIMENTO, SANDRA MARIA LIMA SOUSA ALENCAR, SILVESTRE ALVES DE SOUSA, SINDOVAL SOARES CAMPELO, ZENEIDE PORTELA SANTOS DE CARVALHO

Advogado(s): ODERMAN MEDEIROS BARBOSA SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 4410), JAMES GUIMARÃES DO NASCIMENTO(OAB/PIAUÍ Nº 5611)

Requerido: CAIXA SEGURADORA S/A

Advogado(s): ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA(OAB/PERNAMBUCO Nº 16983), CELSO BARROS COELHO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 2688)

DESPACHO:

Não tendo havido qualquer manifestação a respeito na peça de ID 3037249815002, intime-se a parte autora, por seu advogado, para se manifestar sobre a parte final da peça de fls. 453/461, em quinze dias.

14.77. DECISÃO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0006258-70.2010.8.18.0140

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: BANCO PANAMERICANO S/A

Advogado(s): JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 7198-A), LEONARDO COIMBRA NUNES(OAB/PIAUÍ Nº 122535), JARBAS RODRIGUES DE SANTANA(OAB/PIAUÍ Nº 5776)

Requerido: MAXIDON FERREIRA DA SILVA

Advogado(s):

(...) Ante tais fatos, concedo a liminar requerida, para determinar a busca e apreensão liminar do veículo descrito na exordial, devendo constar do mandado a suadescrição completa, além de se consignar a faculdade de o réu purgar a mora na forma e durante o prazo previsto no art. 3º, §2º, do Dec-lei 911/69.

Expeça-se o competente mandado de busca e apreensão, a ser cumprido com a urgência necessária no último enredo apontado pela parte autora e com as cautelas legais. Após a efetivação da medida, façam-se os autos conclusos para a apreciação da defesa do réu nos autos.

14.78. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0003968-34.2000.8.18.0140

Classe: Despejo

Autor: ISANIO LEMOS DE MESQUITA

Advogado(s): MARIO DARCY DOS SANTOS FONTENELLE DE ARAUJO (OAB/PIAUÍ Nº 2508)

Réu: MARGARETH MARIA BARBOSA SALVIANO, ADEODATO ARI CAVALCANTI SALVIANO, JOSE RIBAMAR PEREIRA DA SILVA, MARIA ROSANGELA DE OLIVEIRA F. SILVA, JOAQUIM LIMA BARBOSA

Advogado(s):

DESPACHO: Defiro o pedido de ID 3037691985001. Com o resultado da diligência, intimem-se as partes para manifestação em dez dias.

14.79. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0022646-77.2012.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: NILSON CORDEIRO FERREIRA

Advogado(s): LORENNALISS BRANDÃO FERREIRA (OAB/PIAÚI Nº 5343)

Réu: CEPISA - COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAÚI - ELETROBRÁS

Advogado(s): AYSLAN SIQUEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAÚI Nº 4640)

DESPACHO:

Retomando o andamento regular do feito, determino:

a) a intimação da parte ré para, em quinze dias, manifestar-se sobre as emendas à inicial promovidas às fls. 120/121 e 222/223;

b) proceda-se com a juntada aos autos do Ofício encaminhado a este Juízo pelo IBAPE-PI.

14.80. DECISÃO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0012926-38.2002.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Requerente: NOVATERRA CONSORCIO DE BENS S/C LTDA.

Advogado(s): AUDREY MARTINS MAGALHÃES FORTES (OAB/PIAÚI Nº 1829)

Requerido: MARIA DO SOCORRO CORDEIRO FERREIRA

Advogado(s): LINA TERESA COSTA BRANDÃO(OAB/PIAÚI Nº 10618)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA: [...] Assim, rejeito o conteúdo da peça de defesa. No que pertine ao andamento da execução, cumpra o Gabinete o despacho de fl. 86. Após, intimem-se as partes para ciência do resultado da diligência.

14.81. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0023496-73.2008.8.18.0140

Classe: Usucapião

Usucapiente: VALDEYLSO ALVES DA SILVA

Advogado(s): MARCELO MOITA PIEROT (OAB/PIAÚI Nº 5776)

Usucapido: FRANCISCA DAS CHAGAS PAIVA LEAO

Advogado(s):

DESPACHO

Vista ao MP.

14.82. SENTENÇA - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0013212-59.2015.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MATIAS VIEIRA DA SILVA

Advogado(s): VALTEMBERG DE BRITO FIRMEZA(OAB/PIAÚI Nº 1669)

Réu: ANTONIO CARLOS

Advogado(s):

SENTENÇA:

Ante o acima exposto e tudo o mais que dos autos consta, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo procedente o pedido inicial, para:

a) condenar o réu a entregar ao autor o documento mencionado na inicial em cinco dias, sob pena de incorrer em multa diária no importe de R\$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

b) condenar o réu a pagar indenização por dano moral, ora arbitrada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Sob a condenação por dano moral, deverá incidir correção monetária a partir do arbitramento e juros conforme taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC (REsp 1112746/DF, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/08/2009, DJe 31/08/2009) e correção monetária baseada no IPC, por ser o índice que melhor traduz a perda do poder aquisitivo da moeda. Ambos a contar do arbitramento.

Custas pela parte ré. Honorários na base de 10% sobre o valor da condenação, a ser revertido em favor de fundo específico da Defensoria Pública Estadual.

Após o trânsito em julgado, com fulcro no art. 536 do CPC, expeça-se mandado de cumprimento de sentença em desfavor do réu.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

14.83. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0003834-45.2016.8.18.0140

Classe: Busca e Apreensão

Requerente: AYMORE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A

Advogado(s): LAZARO DUARTE PESSOA(OAB/PIAÚI Nº 12851)

Requerido: LUIZ ANDRE BARBOSA DA SILVA

Advogado(s): VALTEMBERG DE BRITO FIRMEZA - DEFENSOR PÚBLICO(OAB/PIAÚI Nº), LEONARDO DE ARAUJO ANDRADE(OAB/PIAÚI Nº 9220)

DESPACHO:

Dê-se vista dos autos à DP, pois em peça de ID 3044024675002 há postulação de advogado em favor da parte ré.

Prazo para manifestação: dez dias.

Após, retornem os autos conclusos para apreciação do referido pedido.

14.84. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0018414-17.2015.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: CONDOMINIO SHOPPING RIVERSAIDE VVALK

Advogado(s): ALLISSON FARIAS DE SAMPAIO(OAB/PIAÚI Nº 13132), ANTONIO LUIZ DE HOLLANDA ROCHA(OAB/PIAÚI Nº 4273),

NATIELLE DE FREITAS ROCHA(OAB/PIAÚI Nº 10336)

Réu: JOAO DE DEUS FONSECA NETO

Advogado(s):

DESPACHO

Considerando-se os termos da peça de ID 3043387565003, archive-se o feito com a devida baixa.

14.85. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0024234-90.2010.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Requerente: ADELMO BARBOSA DA SILVA, MARIA DAMIANA DE LIMA

Advogado(s): FABIO RENATO BOMFIM VELOSO(OAB/PIAÚI Nº 3129), NATALIA MARQUES CORTEZ RAULINO(OAB/PIAÚI Nº 7097)

Requerido: DECTA ENGENHARIA LTDA, SPE - VENEZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, RAIMUNDO FRANCISCO LOBAO MELO

Advogado(s): JANIO DE BRITO FONTENELLE(OAB/PIAÚI Nº 2902), DANIEL NEIVA DO RÊGO MONTEIRO(OAB/PIAÚI Nº 5005)

DESPACHO: Defiro o pedido de fl. 166. Realizada a diligência, intem-se as partes para se manifestarem em quinze dias.

14.86. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0010174-10.2013.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: JOSE WILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA

Advogado(s): GERALDO TELES DE SA NETO(OAB/PIAÚI Nº 7758), BRUNO ATILA MARTINS MUNIZ(OAB/PIAÚI Nº 7965)

Réu: INCORPLAN INCORPORAÇÕES LTDA

Advogado(s):

DESPACHO

Intime-se a parte autora para se manifestar em quinze dias sobre a peça de resposta

14.87. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0001154-54.1997.8.18.0140

Classe: Despejo

Autor: VALDO RIBEIRO NORONHA PESSOA

Advogado(s): GERARDO ALVES DE ALMEIDA (OAB/PIAÚI Nº 702)

Réu: HUGO MORILLAS COELHO

Advogado(s): RODRIGO XAVIER PONTES DE OLIVEIRA(OAB/PIAÚI Nº 11086)

DESPACHO: Defiro o pedido de ID 3038177765001. Realizada a diligência, intem-se as partes para manifestação em cinco dias.

14.88. DECISÃO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0018550-87.2010.8.18.0140

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

Advogado(s): DAVID SOMBRA PEIXOTO(OAB/PIAÚI Nº 7847)

Executado(a): J. RIBAMAR E NORBERTO AUTOPEÇAS LTDA, JOSE DE RIBAMAR DE OLIVEIRA NERIS, ANTONIO NORBERTO NERIS, MARIA MARTINHA DE OLIVEIRA NERIS, SHEILENE GOMES DE OLIVEIRA NERIS

Advogado(s): CARLITO DA CUNHA SANTOS(OAB/PIAÚI Nº 1831)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA: [...] Assim, rejeito a exceção de pré-executividade. Dando-se normal prosseguimento ao feito executivo, defiro o pedido de ID 3037151935001, procedendo-se imediatamente com a penhora de ativos financeiros dos executados. Realizada a constrição ou restando infrutífera, intem-se as partes para ciência desta decisão e para requererem o que lhes aprouver.

14.89. SENTENÇA - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0002486-75.2005.8.18.0140

Classe: Cautelar Inominada

Requerente: INDÚSTRIAS DUREINO S/A

Advogado(s): DANILO E SILVA DE ALMENDRA FREITAS (OAB/PIAÚI Nº 3552), LEONARDO E SILVA DE ALMENDRA FREITAS(OAB/PIAÚI Nº 4138)

Requerido: MICROSIGA ASSESSORIA SOFTWARE E COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA, BANCO ITAÚ S/A

Advogado(s): MAURICIO MARQUES DOMINGUES(OAB/SÃO PAULO Nº 175513), JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO(OAB/PIAÚI Nº 7198-A)

SENTENÇA: [...] Ante o acima exposto, com fulcro no art. 1.022 do CPC, conheço dos presentes embargos, para lhes negar provimento. Publique-se. Registre-se. Intem-se. No mais, cumpra-se a sentença.

14.90. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0018667-39.2014.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: FRANCISCA MARIA DOS SANTOS OLIVEIRA, VALÉRIA SANTOS OLIVEIRA, JOSÉ VITOR SANTOS OLIVEIRA

Advogado(s): ANA CAROLINE CARVALHO GADELHA FONTES (OAB/PIAÚI Nº 7214), DANIEL MOURAO GUIMARAES DE MORAIS MENESES(OAB/PIAÚI Nº 3120)

Réu: AUTO VIACAO TERESINENSE LTDA

Advogado(s): KLEBER COSTA NAPOLEÃO DO RÊGO FILHO(OAB/PIAÚI Nº 6302-B), MÁRIO ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO(OAB/PIAÚI Nº 2209), RAFAEL TRAJANO DE ALBUQUERQUE RÊGO(OAB/PIAÚI Nº 4955)

DESPACHO: [...] Assim, havendo pedido de denunciação à lide da NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A, formulado no bojo da contestação, cite-se a referida instituição securitária para contestar a presente demanda, no prazo de quinze dias (arts. 125, II, c/c 335, III, do CPC). Findo o prazo, autos à conclusão

14.91. DECISÃO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0022884-57.2016.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: JOSE EDSON CORREIA DE MELO SIMPLICIO

Advogado(s): MARCOS LUIZ DE SÁ RÊGO(OAB/PIAÚI Nº 3083)

Réu: BANCO GMAC S.A.

Advogado(s): MARCUS VINICIUS GOMES DA SILVA(OAB/PIAÚI Nº 12274), HUMBERTO GRAZIANO VALVERDE(OAB/BAHIA Nº 13908), HUMBERTO GRAZIANO VALVERDE(OAB/SERGIPE Nº 658A)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA: [...] Saneado e organizado o feito, intem-se as partes para eventuais esclarecimentos (art. 357, §1º, do CPC).

14.92. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0009800-82.1999.8.18.0140

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO BRASIL S. A.

Advogado(s): RAFAEL SGANZERLA DURAND(OAB/PIAÚI Nº 8204-A)

Executado(a): JOSE ITAMAR FERREIRA, 14 BIS INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA

Advogado(s): INALDO PIRES GALVÃO(OAB/PIAÚI Nº 1142)

DESPACHO: Considerando que o presente feito fora migrado para o sistema sistema PJe, conforme a certidão de id 26187531, adotem-se as providências contidas no Provimento CGJ TJPI nº 17/2018.

14.93. EDITAL - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (3ª Vara Cível de TERESINA)

Processo nº 0016178-05.2009.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Requerente: JOAQUIM LIMA BARBOSA

Advogado(s): THAYSA PAULINO DE ANDRADE(OAB/PIAÚI Nº 20280E), FRANCISCO FERNANDES DOS SANTOS JÚNIOR(OAB/PIAÚI Nº 3790), TARCIA ESCARLETE COSTA BRASIL(OAB/PIAÚI Nº 20260-E)

Requerido: BV FINANCEIRA S.A CREDITO FINANCIAMENTO

Advogado(s): ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO(OAB/PERNAMBUCO Nº 23255)

DESPACHO: [...] Intime-se a parte autora para em 10 dias proceder com complementação das custas processuais, sob pena de extinção do feito sem resolução de mérito.

14.94. EDITAL - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (3ª Vara Cível de TERESINA)

Processo nº 0028188-81.2009.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Requerente: REKINTE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Advogado(s): JOSÉ WILSON CARDOSO DINIZ(OAB/PIAÚI Nº 2523)

Requerido: BANCO VOLKSWAGEN S.A

Advogado(s): MICHELA DO VALE BRITO(OAB/PIAÚI Nº 3148)

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

ATO ORDINATÓRIO: Manifeste-se a apelada para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto.

14.95. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0020114-04.2010.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Requerente: PEDRO ALVES DE JESUS

Advogado(s): MARLOS LAPA LOIOLA(OAB/MARANHÃO Nº 8119), SARA MARIA ARAUJO MELO(OAB/PIAÚI Nº null)

Requerido: BANCO GE CAPITAL S/A

Advogado(s): CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA(OAB/SÃO PAULO Nº 327026), CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 100945)

DESPACHO: Considerando-se a inexistência de impugnação das partes à proposta lançada de fls. 91/93, acato o valor sugerido pelo perito. Intem-se as partes para cumprir o item II da decisão de fl. 87. Realizados os depósitos, defiro desde já o levantamento de 50% do valor pelo expert, intimando-se para início dos trabalhos periciais. Produzido o laudo, intem-se as partes para manifestação em dez dias, informando se pretendem produzir alguma outra prova que não as constantes dos autos.

14.96. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0025524-38.2013.8.18.0140

Classe: Monitória

Autor: ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAÚI S/A - AGESPISA

Advogado(s): ERASMO LIMA BEZERRA(OAB/PIAÚI Nº 1094)

Réu: CASA MATER

Advogado(s): FÁBIO AUGUSTO CUNHA SILVA(OAB/PIAÚI Nº 3333), LEONARDO CERQUEIRA E CARVALHO(OAB/PIAÚI Nº 3844), DAUREA LORENA TERCEIRO SANTOS(OAB/PIAÚI Nº 7747)

DESPACHO: Considerando que a promoção da solução consensual dos conflitos é norma fundamental do processo civil (art. 3º, §3º, do CPC), bem como, em se tratando o presente feito de direito disponível sobre o qual poderão as partes transigirem livremente, designo audiência de conciliação a ocorrer em 21.01.2021, às 10h, na Sala de Audiências da 3ª Vara Cível da Comarca de Teresina. Ressalta-se que, caso ainda esteja suspensa a realização de atos processuais presencialmente, a audiência de conciliação será realizada na Sala de Reuniões Skype Business, através do link: <https://join.skype.com/vPqMZIt1wNX4>, ou outro a ser disponibilizado em até 15 (quinze) minutos antes da realização do ato. Ressalta-se que quaisquer dúvidas poderão ser dirimidas através do telefone (86) 99918-4026. Intem-se as partes, por seus advogados habilitados, por publicação Diário da Justiça Eletrônico, encaminhando-se, também, comunicação eletrônica caso tenham declinado emails em seus postulados.

14.97. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0005094-26.2017.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ALBERTINA COSTA OLIVEIRA

Advogado(s): KARLLA STHEFANNYA GOMES DE SOUSA(OAB/PIAÚI Nº 12741), VIVIANE RIBEIRO FREIRE(OAB/PIAÚI Nº 11658)

Réu: ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ - AESPI

Advogado(s): MARCIO RAFAEL GAZZINEO(OAB/CEARÁ Nº 23495), NELSON BRUNO DO REGO VALENÇA(OAB/CEARÁ Nº 15783), DANIEL CIDRÃO FROTA(OAB/CEARÁ Nº 19976)

DESPACHO: Considerando que a promoção da solução consensual dos conflitos é norma fundamental do processo civil (art. 3º, §3º, do CPC), bem como, em se tratando o presente feito de direito disponível sobre o qual poderão as partes transigirem livremente, designo audiência de conciliação a ocorrer em 21.01.2021, às 11h, na Sala de Audiências da 3ª Vara Cível da Comarca de Teresina. Ressalta-se que, caso ainda esteja suspensa a realização de atos processuais presencialmente, a audiência de conciliação será realizada na Sala de Reuniões Skype Business, através do link: <https://join.skype.com/rPdccyG6gL5G>, ou outro a ser disponibilizado em até 15 (quinze) minutos antes da realização do ato. Ressalta-se que quaisquer dúvidas poderão ser dirimidas através do telefone (86) 99918-4026. Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados, por publicação Diário da Justiça Eletrônico, encaminhando-se, também, comunicação eletrônica caso tenham declinado emails em seus postulados.

14.98. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0014526-11.2013.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: GVE ENGENHARIA LTDA

Advogado(s): DANIEL MAGNO GARCIA VALE(OAB/PIAUÍ Nº 3628)

Réu: EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Advogado(s): FELIPE DE FIGUERÊDO LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 7015)

DESPACHO: Considerando que a promoção da solução consensual dos conflitos é norma fundamental do processo civil (art. 3º, §3º, do CPC), bem como, em se tratando o presente feito de direito disponível sobre o qual poderão as partes transigirem livremente, designo audiência de conciliação a ocorrer em 22.01.2021, às 09h, na Sala de Audiências da 3ª Vara Cível da Comarca de Teresina. Ressalta-se que, caso ainda esteja suspensa a realização de atos processuais presencialmente, a audiência de conciliação será realizada na Sala de Reuniões Skype Business, através do link: <https://join.skype.com/vDdyNlpXdWww>, ou outro a ser disponibilizado em até 15 (quinze) minutos antes da realização do ato. Ressalta-se que quaisquer dúvidas poderão ser dirimidas através do telefone (86) 99918-4026. Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados, por publicação Diário da Justiça Eletrônico, encaminhando-se, também, comunicação eletrônica caso tenham declinado emails em seus postulados.

14.99. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0011280-41.2012.8.18.0140

Classe: Monitória

Autor: EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Advogado(s): ADRIANE FARIAS MORORO DE MORAES(OAB/PIAUÍ Nº 8816)

Réu: EUGENIO GONÇALVES DE ARAUJO

Advogado(s): SARA MARIA ARAÚJO MELO - DEFENSORA PÚBLICA(OAB/PIAUÍ Nº)

DESPACHO: Considerando que a promoção da solução consensual dos conflitos é norma fundamental do processo civil (art. 3º, §3º, do CPC), bem como, em se tratando o presente feito de direito disponível sobre o qual poderão as partes transigirem livremente, designo audiência de conciliação a ocorrer em 21.01.2021, às 09h, na Sala de Audiências da 3ª Vara Cível da Comarca de Teresina. Ressalta-se que, caso ainda esteja suspensa a realização de atos processuais presencialmente, a audiência de conciliação será realizada na Sala de Reuniões Skype Business, através do link: <https://join.skype.com/wtZOOVuh8Y7n>, ou outro a ser disponibilizado em até 15 (quinze) minutos antes da realização do ato. Ressalta-se que quaisquer dúvidas poderão ser dirimidas através do telefone (86) 99918-4026. Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados, por publicação Diário da Justiça Eletrônico, encaminhando-se, também, comunicação eletrônica caso tenham declinado emails em seus postulados.

14.100. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0025364-13.2013.8.18.0140

Classe: Consignação em Pagamento

Consignante: GEORGE LUIZ RODRIGUES DE CASTRO

Advogado(s): NATAN PINHEIRO DE ARAÚJO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 7168)

Consignado: ANGELA MARIA PEREIRA DE FARIAS

Advogado(s):

DESPACHO: Considerando que a promoção da solução consensual dos conflitos é norma fundamental do processo civil (art. 3º, §3º, do CPC), bem como, em se tratando o presente feito de direito disponível sobre o qual poderão as partes transigirem livremente, designo audiência de conciliação a ocorrer em 25.01.2021, às 09h, na Sala de Audiências da 3ª Vara Cível da Comarca de Teresina. Ressalta-se que, caso ainda esteja suspensa a realização de atos processuais presencialmente, a audiência de conciliação será realizada na Sala de Reuniões Skype Business, através do link: <https://join.skype.com/EUtsjfuEQeTU>, ou outro a ser disponibilizado em até 15 (quinze) minutos antes da realização do ato. Ressalta-se que quaisquer dúvidas poderão ser dirimidas através do telefone (86) 99918-4026. Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados, por publicação Diário da Justiça Eletrônico, encaminhando-se, também, comunicação eletrônica caso tenham declinado emails em seus postulados.

14.101. SENTENÇA - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0008984-12.2013.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: AURISMAR FRANCISCO BENTO

Advogado(s): DENIS GOMES MOREIRA (OAB/PIAUÍ Nº 2718)

Réu: AESPI, ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ, FAPI - FACULDADE DO PIAUÍ

Advogado(s): CID MARCONI GURGEL DE SOUZA(OAB/CEARÁ Nº 10007), ISAAC JOSÉ BRITO GONÇALVES PEREIRA(OAB/CEARÁ Nº 13402), DANIEL SOUSA PAIVA(OAB/CEARÁ Nº 16205)

SENTENÇA

(...)Ante o exposto, extingo o presente feito sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, III, do CPC.

Condeno a parte autora ao pagamento das custas sucumbenciais e honorários advocatícios que, por ora, arbitro em R\$ 1.000,00 (um mil reais), dado o excessivo valor da causa. Contudo, defiro em seu favor o benefício da gratuidade judiciária, caso em que se observará o disposto no art. 98, §3º, do CPC.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Desfaçam-se eventuais atos de levantamento de garantia ou de constrição judicial, retornando as coisas ao status quo ante.

14.102. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA**Processo nº** 0005440-31.2004.8.18.0140**Classe:** Procedimento Comum Cível**Requerente:** LUAUTO CAR LTDA**Advogado(s):** JOSÉ COELHO(OAB/PIAÚI Nº 747)**Requerido:** VLADIMIR LOPES CARVALHO**Advogado(s):** SOLFIERI PENAFORTE T. DE SIQUEIRA(OAB/PIAÚI Nº 2465)

DESPACHO: Considerando que a promoção da solução consensual dos conflitos é norma fundamental do processo civil (art. 3º, §3º, do CPC), bem como, em se tratando o presente feito de direito disponível sobre o qual poderão as partes transigirem livremente, designo audiência de conciliação a ocorrer em 22.01.2021, às 10h, na Sala de Audiências da 3ª Vara Cível da Comarca de Teresina. Ressalta-se que, caso ainda esteja suspensa a realização de atos processuais presencialmente, a audiência de conciliação será realizada na Sala de Reuniões Skype Business, através do link: <https://join.skype.com/tbxjw4AzMxky>, ou outro a ser disponibilizado em até 15 (quinze) minutos antes da realização do ato. Ressalta-se que quaisquer dúvidas poderão ser dirimidas através do telefone (86) 99918-4026. Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados, por publicação Diário da Justiça Eletrônico, encaminhando-se, também, comunicação eletrônica caso tenham declinado emails em seus postulados.

14.103. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA**Processo nº** 0012974-70.1997.8.18.0140**Classe:** Reintegração / Manutenção de Posse**Autor:** BB-LEASING S.A - ARRENDAMENTO MERCANTIL**Advogado(s):** RAFAEL SGANZERLA DURAND(OAB/PIAÚI Nº 8204-A)**Réu:** PLANUS ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**Advogado(s):** NELSON NERY COSTA(OAB/PIAÚI Nº 172)

DESPACHO: Considerando que a promoção da solução consensual dos conflitos é norma fundamental do processo civil (art. 3º, §3º, do CPC), bem como, em se tratando o presente feito de direito disponível sobre o qual poderão as partes transigirem livremente, designo audiência de conciliação a ocorrer em 22.01.2021, às 11h, na Sala de Audiências da 3ª Vara Cível da Comarca de Teresina. Ressalta-se que, caso ainda esteja suspensa a realização de atos processuais presencialmente, a audiência de conciliação será realizada na Sala de Reuniões Skype Business, através do link: <https://join.skype.com/Cn1s5JNtswku>, ou outro a ser disponibilizado em até 15 (quinze) minutos antes da realização do ato. Ressalta-se que quaisquer dúvidas poderão ser dirimidas através do telefone (86) 99918-4026. Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados, por publicação Diário da Justiça Eletrônico, encaminhando-se, também, comunicação eletrônica caso tenham declinado emails em seus postulados.

14.104. DESPACHO - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA**Processo nº** 0008182-68.2000.8.18.0140**Classe:** Procedimento Comum Cível**Autor:** CARLOS ALBERTO DO REGO MONTEIRO SOBRAL**Advogado(s):** LEONARDO ANDRADE DE CARVALHO(OAB/PIAÚI Nº 4071), FRANCISCO SOARES CAMPELO FILHO (OAB/PIAÚI Nº 2734)**Requerido:** ASSOCIACAO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITARIOS DO BRASIL-APLUB**Advogado(s):** ANTÔNIO CARLOS DA COSTA E SILVA(OAB/PIAÚI Nº 1997/89), HENRIQUE ANTONIO VIANA DE ARAUJO(OAB/PIAÚI Nº 12347), DANIELA SETIM REZNER(OAB/RIO GRANDE DO SUL Nº 97273)

DESPACHO: Os petições de IDs 3037651055024 e 3037651055026 apontam supostos equívocos cometidos quando da elaboração dos cálculos de fls. 864/866. Assim, para que este Juízo possa detidamente analisar a argumentação das partes, retornem os autos à Contadoria Judicial, para que faça breve relato sobre a forma com que realizou a referida conta e, havendo equívoco a ser reparado, que proceda com nova atualização. Procedendo com nova conta, intimem-se as partes para manifestação em dez dias. Do contrário, retornem os autos conclusos. Esclareça a serventia, por fim, por que os autos físicos se encontram mal formados, sequer com capas, e vulneráveis a qualquer espécie de destruição de seus fôlios.

14.105. SENTENÇA - 3ª VARA CÍVEL DE TERESINA**Processo nº** 0026128-04.2010.8.18.0140**Classe:** Procedimento Comum Cível**Requerente:** AGROINDUSTRIAL SUPREMA LTDA**Advogado(s):** MARCOS PAULO MADEIRA(OAB/PIAÚI Nº 6077)**Requerido:** AGIP DO BRASIL S.A**Advogado(s):****SENTENÇA:**

Ante o acima exposto e tudo o mais que dos autos consta, com fulcro no art. 487, II, do CPC, julgo improcedente o pedido inicial, em virtude de prescrição.

Custas finais pela parte autora, se houver.

Honorários arbitrados em R\$ 1.000,00 (um mil reais), dado o ínfimo valor da causa.

Após o trânsito em julgado, passado um ano sem manifestação da parte vencedora, arquivem-se os autos com baixa.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se

14.106. EDITAL - 3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA**AVISO DE PUBLICAÇÃO E INTIMAÇÃO DE SENTENÇA (3ª Vara Criminal de TERESINA)****Processo nº** 0002388-65.2020.8.18.0140**Classe:** Ação Penal - Procedimento Ordinário**Autor:** MINISTÉRIO MPUBLICO DO ESTADO DO PIAUI**Advogado(s):****Réu:** ANA KAROLINA CONCEIÇÃO DOS SANTOS**Advogado(s):**

SENTENÇA: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR a ré ANA KAROLINA CONCEIÇÃO DOS SANTOS às sanções penais previstas no art. 157, §2º, II e VII, do Código Penal. Em obediência a regra prevista no art. 68 do CP, passo a dosimetria da pena, fixando a pena base da seguinte forma: a) Culpabilidade ? A culpabilidade da agente não ultrapassa a expectativa da norma, nada a valorar em relação a essa circunstância judicial; b) Antecedentes ? A ré não possui maus antecedentes. É consabido que, de acordo com Verbete de Súmula nº. 444 do Superior Tribunal de Justiça, é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena base. Por

estas razões, nada a valorar em desfavor da ré; c) Conduta Social ? Circunstância judicial que trata do comportamento do agente no seio social, familiar e profissional. Nenhum elemento colhido quanto a esta circunstância, razão pela qual nada a valorar; d) Personalidade do Agente ? É o conjunto de características psicológicas que determinam a individualidade pessoal e social de determinado indivíduo. Não existe nos autos qualquer elemento plausível para aferição da personalidade da acusada, razão pela qual deixo de valorá-la; e) Os Motivos ? São as razões subjetivas que estimularam ou impulsionaram o agente à prática da infração penal. Nesse aspecto, observo que a intenção da agente se confunde com a própria expectativa do tipo penal (art. 157 do CP), razão pela qual nada a valorar; f) As Circunstâncias ? No presente caso, houve o reconhecimento de duas causas de previstas no art. 157, §2º, II e VII, do CP (concurso de pessoas e emprego de arma). Nesse contexto, uma das causas de aumento será aplicada na terceira fase da dosimetria da pena (aquela prevista no art. 157, §2º, II, do CP (concurso de agentes)). Enquanto, a excedente (prevista no art. 157, §2º, VII, do CP) resolvo aplicar nesta fase, no intuito de que a pena corresponda a gravidade da conduta do agente, nos termos do art. 59, caput (parte final), do CP. Por todos esses motivos, valoro negativamente essa circunstância judicial; g) Consequências do Crime ? os elementos de prova colhidos na fase instrutória são insuficientes a aferir se a vítima do delito de roubo sofreu um prejuízo de Documento assinado eletronicamente por LIRTON NOGUEIRA SANTOS, Juiz(a), em 09/10/2020, às 08:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30253132 e o código verificador A5AB5.1EE06.9FA4D.FF6E2.1F7A0.D129D. grande monta, motivo pelo qual não tenho nada a valorar; h) Comportamento da Vítima ? A vítima em nada influenciou à prática do delito, razão pela qual não tenho nada a valorar. Por todos esses motivos, na ausência de parâmetro legal para fins de fixação da pena mínima na primeira fase da pena, sigo a orientação firmada no STJ de promover o aumento ideal de 1/8 (um oitavo) a cada circunstância judicial negativamente valorada, a incidir sobre o intervalo de pena abstratamente estabelecido no preceito secundário do tipo penal incriminador (STJ, HC n. 556.629/RJ, Data do Julgamento: 03/03/2020); de tal sorte a fixar uma pena inicial de 04 (quatro) anos e 09 (nove) meses de reclusão e ao pagamento de 11 (onze) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. Na segunda fase, verifico que não concorre qualquer atenuante tampouco agravante, razão pela qual mantenho a pena anteriormente dosada. Na terceira fase, não se encontram presentes quaisquer causas de diminuição da pena. Por outro lado, encontra-se presente uma única causa de aumento prevista no art. 157, §2º, II, do CP. Nesse aspecto, aplico esta em seu patamar mínimo (um terço), eis que inexistente qualquer motivo idôneo a exasperar acima disso. Por esses motivos, torno definitivo a pena da sentenciada ANA KAROLINA CONCEIÇÃO DOS SANTOS em 06 (seis) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 14 (quatorze) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. Considerando que a ré restou presa provisoriamente por força da presente ação penal durante um período de 04 (quatro) meses e 06 (seis) dias (do dia 02/06/2020 a 08/10/2020), procedo a detração da pena, na forma do art. 387, §2º, do CPP, restando, por conseguinte, um tempo de 05 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 24 (vinte e quatro) dias para fins de cumprimento da pena. Em virtude da pena fixada no bojo desta Sentença, computado, ainda, o período de detração, estabeleço o REGIME SEMIABERTO para fins de cumprimento inicial da pena, nos termos do art. 33, §2º, alínea "b", do CP. Não há que se falar em substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito, tampouco em suspensão condicional da pena, uma vez que não se encontram preenchidos os requisitos previstos nos art. 44 e 77, ambos do CP, respectivamente. Considerando que a sentenciada se submeterá a um cumprimento inicial da pena diverso do fechado (no presente caso, semiaberto), torna-se inadmissível a manutenção da prisão processual em desfavor dela, razão pela qual concedo-lhe o Documento assinado eletronicamente por LIRTON NOGUEIRA SANTOS, Juiz(a), em 09/10/2020, às 08:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30253132 e o código verificador A5AB5.1EE06.9FA4D.FF6E2.1F7A0.D129D. direito de recorrer em liberdade, na forma do art. 316, parágrafo único, c/c art. 387, §1º, ambos do CPP. Por conseguinte, expeça-se alvará de soltura em favor da sentenciada ANA KAROLINA CONCEIÇÃO DOS SANTOS a fim de que seja posta em liberdade, se por outro motivo não estiver presa. Condene a ré ao pagamento das custas processuais, nos termos do art. 804 do CPP. Deixo de fixar um valor mínimo de indenização cível em favor da vítima, nos termos do art. 387, IV, do CPP, haja vista que, a despeito de o órgão acusatório formular pedido nesse sentido (conforme se vê pelo inteiro teor da Denúncia), não restou demonstrado, por meio de documento idôneo, a existência de prejuízos materiais sofridos por ela. Nesse contexto, a palavra da vítima, ainda que goze de elevada credibilidade, é insuficiente para fins de subsunção da regra processual acima indicada, sob pena de grave violação aos princípios constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa, previstos no art. 5º, LIV e LV, respectivamente, da CF/88 (STJ, REsp n. 1236070/RS, o vide julgado em 27/03/2012). Oportunamente, após certificado o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1. Expeça-se guia de execução definitiva, determinando que a ré seja recolhida ao estabelecimento adequado; 2. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, para os efeitos do disposto no artigo 15, inciso III, da Constituição da República; 3. Procedam-se as demais anotações e comunicações necessárias, nos termos da normatização da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça do Piauí. P.R.I. Cumpra-se. TERESINA, 8 de outubro de 2020. LIRTON NOGUEIRA SANTOS Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

14.107. EDITAL - 3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE PUBLICAÇÃO E INTIMAÇÃO DE SENTENÇA (3ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0010212-61.2009.8.18.0140

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Indicante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Indiciado: EDIVAN DO NASCIMENTO AMORIM

Advogado(s):

SENTENÇA: III Dispositivo Diante do exposto, nos termos do art. 61 do Código de Processo Penal, decreto a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, em face de EDIVAN DO NASCIMENTO AMORIM pela prescrição da pretensão punitiva na forma do 107, IV do Código Penal. Intimem-se as partes. Após, archive-se com a devida baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. TERESINA, 7 de outubro de 2020 LIRTON NOGUEIRA SANTOS Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

14.108. EDITAL - 3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE PUBLICAÇÃO E INTIMAÇÃO DE SENTENÇA (3ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0022116-44.2010.8.18.0140

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Indicante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Indiciado: ANTONIO FRANCISCO DA SILVA

Advogado(s):

SENTENÇA: DISPOSITIVO Isto posto, nos termos do art. 107, inciso IV c/c 109, inciso IV, ambos do Código Penal Brasileiro, DECRETO A EXTINÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA por parte do Estado contra ANTÔNIO FRANCISCO DA SILVA, e, consequentemente, determino o arquivamento dos autos com baixa na distribuição e demais cautelas legais. Documento assinado eletronicamente por LIRTON NOGUEIRA SANTOS, Juiz(a), em 09/10/2020, às 10:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30253956 e o código verificador 87A07.8CB28.D64E8.6B8C5.2AE03.6B7CE. Sem custas processuais. Intime-se a acusação, a defesa e o réu. Publique-se. Registre-se. Expedientes necessários. TERESINA, 9 de outubro de 2020 LIRTON NOGUEIRA SANTOS Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de

TERESINA

14.109. EDITAL - 3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA**PROCESSO Nº:** 0003729-29.2020.8.18.0140**CLASSE:** Ação Penal - Procedimento Ordinário**Autor:** MINISTÉRIO MPUBLICO DO ESTADO DO PIAUI**Réu:** EDNALDO PEREIRA DA SILVA, SAMUEL RIBEIRO DA SILVA COSTA, NILTON LIMA DOS SANTOS**Vítima:** FRANTIAIALLO GONÇALVES PEREIRA SILVA**EDITAL DE INTIMAÇÃO****PRAZO DE 60 DIAS**

O (A) Dr (a). JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

FAZ SABER ao que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, os eventuais interessados na restituição dos bens, que possa manifestar interesse quanto aos bens apreendidos no prazo de 60 dias, ficando, por este edital, devidamente **INTIMADO** de todo o conteúdo da DECISÃO, cujo dispositivo é o seguinte: "DECISÃO Vistos. Trata-se de Ação Penal Pública Proposta pelo Ministério Público em face de EDNALDO PEREIRA DA SILVA, NILTON LIMA DOS SANTOS e SAMUEL RIBEIRO DA SILVA COSTA, já qualificados, imputados na presente demanda como supostos autores das práticas dos crimes de roubo qualificado (art. 157, §3º, II do CPB), associação criminosa (art. 288 do CPB) e corrupção de menor (art. 244-B do ECA) fato ocorrido em 29.08.2020, tendo por vítima FRANTIAIALLO GONÇALVES PEREIRA DA SILVA A Defesa do acusado Samuel Ribeiro da Silva Costa, que é assistido pela Defensoria Pública Estadual, apresentou petição com pedido de revogação da prisão preventiva e/ou prisão domiciliar (fls. 212), em síntese, alega a inexistência dos requisitos para a sua fundamentação e a pandemia de Covid-19 que está ocorrendo no Brasil. A denúncia foi oferecida em 23.09.2020, e recebida em 06.10.2020. Instado a se manifestar, o Parquet requereu a manutenção da medida extrema (fls.226). Ademais, apresentou parecer acerca da destinação dos bens que acompanham os autos. Vieram-me os autos conclusos. Eis o breve relatório. Decido. DO PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA Sabe-se que a prisão provisória, em suas diversas modalidades, dentre as quais destaca-se a prisão preventiva, tem caráter eminentemente processual, destinando-se a assegurar a eficácia de eventual condenação posterior. Não se trata de mecanismo de antecipação de execução penal, tendo em vista a aplicação à hipótese do princípio Documento assinado eletronicamente por JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO, Juiz(a), em 12/10/2020, às 10:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30266926 e o código verificador BFD0F.96DBE.F05DF.86754.9118E.6AE6D. constitucional da presunção de não-culpabilidade, pelo qual se exige decisão judicial transitada em julgado para que seja iniciada efetivamente a aplicação da pena. Não obstante, a possibilidade de decretação da prisão preventiva encontra respaldo no art. 5º LXI, da Constituição Federal, que admite, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, a prisão por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente (além da prisão em flagrante). Como toda providência de caráter cautelar, a prisão preventiva impõe, para sua decretação, a coexistência do fumus comissi delicti, consistente, na dicção do art. 312 do CPP, na prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, e periculum libertatis, representado pelos requisitos da garantia da ordem pública, da ordem econômica, conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal. In casu, observo que estão presentes os requisitos da prisão preventiva, senão vejamos. A materialidade do delito está devidamente comprovada, presentes ainda indícios de autoria, sobretudo pelo prisão em flagrante dos denunciados, declarações das testemunhas, pela confissão dos denunciado SAMUEL RIBEIRO DA SILVA COSTA, pelos autos de apresentação e apreensão, autos de reconhecimento, laudo de exame pericial cadavérico realizado na vítima FRANTIAIALLO GONÇALVES PEREIRA DA SILVA, laudo de exame pericial em local de morte violenta, laudo de reconhecimento visuográfica no local do crime, relatórios de missão policial, fotografias dos denunciados, cópia do auto de apreensão do adolescente e relatório policial. Por outro lado, o periculum libertatis encontra-se configurado em razão da garantia da ordem pública, pois denota-se, em tese, grau de periculosidade da conduta do agente, na medida em que o mesmo teria cometido o delito em concurso de agentes (duas pessoas, sendo uma menor de idade), através do uso de arma de fogo, o que levou a morte da vítima, ademais, o acusado não se importou com o fato de efetuar disparos em local habitado, provocando, também, risco iminente à vida de outras pessoas. Destarte, é plausível que solto o acusado traga intranquilidade ao meio social, bem como venha a praticar outros crimes, sendo, portanto, a prisão preventiva medida que se impõe visando o resguardo da ordem e paz pública. Dessa forma, segundo entendimento jurisprudencial, a periculosidade do agente, evidenciada no modus operandi do delito, é fundamento idôneo para justificar a prisão preventiva, tendo como escopo o resguardo da ordem pública, como ocorreu na espécie. Nesse sentido, trago à baila o seguinte julgado do Supremo Tribunal Federal: ?EMENTA Habeas corpus. Processual penal. Homicídio qualificado. Prisão preventiva. Fundamentação idônea. Garantia da ordem pública e conveniência da instrução processual. Cautelaridade suficientemente demonstrada. Precedentes. Ordem denegada. 1. A análise da segregação cautelar da paciente, mantida na decisão de pronúncia, com o reconhecimento de que permanecem incólumes os fundamentos da decisão que indeferiu sua liberdade provisória, autoriza o reconhecimento de que existem fundamentos concretos e suficientes para justificar a privação processual da liberdade da paciente, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. 2. Não há que se falar em constrangimento ilegal quando a custódia preventiva está devidamente justificada na garantia da ordem pública, com base em elementos dos autos Documento assinado eletronicamente por JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO, Juiz(a), em 12/10/2020, às 10:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30266926 e o código verificador BFD0F.96DBE.F05DF.86754.9118E.6AE6D. que evidenciam a gravidade concreta dos delitos em tese praticados pelo agente, bem demonstrada pela motivação e pelo modus operandi empregado, reveladores da suposta torpeza com que foram cometidos e da real periculosidade da acusada. 3. Ordem denegada.? (HC 104972, 1ª Turma, Relator Ministro Dias Toffoli, DJe: 23/11/2010) (grifo nosso). Nesse sentido, não há constrangimento ilegal quando a custódia cautelar está devidamente justificada, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, notadamente para a garantia da ordem pública, no sentido de acautelar o meio social, pelo modus operandi da conduta. Outrossim, verifico que o acusado SAMUEL RIBEIRO DA SILVA COSTA, responde perante a 2ª Vara da Infância e da Juventude, a Apuração de Ato Infracional, análogo ao crime de roubo, Processo nº 0004673-65.2019.8.18.0140. Nesse sentido o E. Tribunal de Justiça do Estado do Piauí elaborou o Enunciado nº 03 que assim leciona: "A existência de inquéritos policiais, ações penais e procedimentos de atos infracionais consiste em fundamentação idônea para justificar o decreto de prisão preventiva para garantia da ordem público." Portanto, não se mostrando adequada e suficiente a aplicação de qualquer medida cautelar diversa da prisão. Portanto, não há constrangimento ilegal quando a custódia cautelar está devidamente justificada, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, notadamente para a garantia da ordem pública, no sentido de acautelar o meio social, porquanto, no caso, como foi demonstrado, há fundado receio que o requerente, em liberdade, volte a delinquir. Nesse sentido leciona o E. Superior Tribunal de Justiça: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ROUBO MAJORADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. 1. Esta Corte(HC 535.063, Terceira Seção, julgado em 10/6/2020) e o Supremo Tribunal Federal (AgRg no HC 180.365, Primeira Turma, julgado em 27/3/2020 e AgRg no HC 147.210, Segunda Turma, julgado em 30/10/2018), pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado. 2. A prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal. 3. No caso, a prisão preventiva do paciente está suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, em razão do risco concreto de reiteração delitiva, pois, segundo consta do decreto preventivo, ele possui histórico criminoso. 4.

Conquanto seja notória a gravidade da ampla disseminação do novo coronavírus no Brasil, não houve comprovação de que o paciente estaria enquadrado no grupo de risco da COVID-19, assim como também não há evidências de que, dentro do estabelecimento prisional, ele não terá atendimento e proteção adequados. 5. Habeas corpus não conhecido. (HC 587.155/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 23/06/2020, DJe 29/06/2020). Documento assinado eletronicamente por JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO, Juiz(a), em 12/10/2020, às 10:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30266926 e o código verificador BFD0F.96DBE.F05DF.86754.9118E.6AE6D. Quanto ao risco de contágio decorrente da COVID-19 a Recomendação nº 62, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, estabeleceu que a reavaliação das prisões provisórias, diante da pandemia, deve priorizar pessoas que integram o grupo de risco e aquelas que demonstrem condições pessoais favoráveis ao contágio. O Plenário do STF, ao analisar o pedido de cautelar na ADPF 347 no dia 18 de março de 2020, divergiu em parte da decisão do relator, Ministro Marco Aurélio Mello, no tocante à conclamação dos juízes de Execução Penal a adotarem junto à população carcerária procedimentos preventivos do Ministério da Saúde para evitar o avanço da doença dentro dos presídios, dentre eles, a orientação citada pela defesa, constante na Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça. Contudo, a partir desse posicionamento do STF, as situações devem ser analisadas caso a caso. Atualmente, não existem notícias de que algum agente de segurança pública desta Comarca tenha sido infectado pelo Covid-19, ou ainda de que o referido vírus tenha se disseminado dentro do estabelecimento prisional. A revogação da prisão preventiva não é garantia de redução do risco de contágio, eis que em liberdade o requerente certamente ficaria exposto ao contato com pessoas infectadas, haja vista a dimensão da pandemia e as altas taxas de propagação do vírus. Nessa esteira, colocar o custodiado em liberdade nesse momento aumentaria o risco do mesmo em se infectar na rua, e, consequentemente, propagar o vírus para outras pessoas que pode vir a entrar em contato, sendo imprescindível no momento não apenas a preservação da integridade das pessoas custodiadas, mas também da sociedade em geral. Por fim, vale ressaltar, ainda, que não é razoável a colocação do réu em liberdade em função do novo coronavírus- Covid-19, eis que esse já cumpre a recomendação das autoridades sanitárias, qual seja, de ficar em isolamento (mesmo que involuntário). Quanto a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, providência menos gravosa, se mostram insuficientes para acautelar a ordem pública, tendo em vista que a segregação do acusado encontra-se devidamente fundamentada na gravidade concreta do delito, garantia da ordem pública e na aplicação da lei penal, de modo que, neste momento, não há possibilidade de aplicação de qualquer medida cautelar diversa da prisão prevista no art. 319 do CPP, tampouco a possibilidade de concessão de liberdade provisória sem ônus. Portanto, após o reexame dos autos, não vislumbro qualquer alteração na situação fática que possa levar à mudança na situação prisional, remanesecendo o mesmo panorama que levou o denunciado à prisão, cujos motivos e fundamentos permanecem inalterados. Além do mais, a ação em tela vem tendo o andamento mais célere possível, com tramitação prioritária por se tratar de processo com réu preso. Destarte, em consonância com o parecer ministerial, e com fundamento no art. 316, parágrafo único, do CPP, à medida que se impõe é a manutenção da custódia provisória do requerente SAMUEL RIBEIRO DA SILVA COSTA, eis que presentes os seus requisitos autorizadores, constantes do art. 312, do CPP, inexistindo possibilidade de aplicação das cautelares previstas no art. 319 do CPP. DESTINAÇÃO DOS BENS Documento assinado eletronicamente por JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO, Juiz(a), em 12/10/2020, às 10:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30266926 e o código verificador BFD0F.96DBE.F05DF.86754.9118E.6AE6D. Compulsando os autos, observo que estes foram remetidos ao Parquet, de modo a apresentar parecer acerca dos bens listados no termo de remessa a Justiça conforme fls. 214. Instando a se manifestar o MP apresentou parecer e requereu que os bens apreendidos no processo, à exceção da arma de fogo, permaneçam depositados até a sentença. Requereu, ainda, quanto à pistola, que fosse oficiada à Polícia Militar do Maranhão para possível restituição. É o relato. Decido. Ora, pela leitura dos autos, não consta quaisquer informações acerca dos proprietários dos supramencionados bens. Ademais, verifico que não está evidenciando que os bens apreendidos sejam de origens ilícitas, ou, que tenham quaisquer outras relações com condutas criminosas. Quanto a arma de fogo apreendida no feito, verifico que trata-se de 01 (uma) pistola marca Taurus PT840 nº de série SLX 46200, municiada com 11 (onze) cartuchos. Neste particular a arma era portada pela vítima, policial militar do Estado do Maranhão, que veio a óbito por causa do latrocínio. O objeto foi encaminhado a exame pericial logo após a lavratura do auto de prisão em flagrante. Portanto, diante de tais fatos, acolho neste ponto o parecer ministerial e determino que, após juntado aos autos o Laudo Pericial do Instrumento do Crime, ressalto que tal diligência cabe ao MP, que seja oficiado à Polícia Militar do Maranhão para informar sobre a propriedade e o interesse em ter restituído o referido bem. Quanto aos demais bens (fls. 214), sobretudo o veículo FIAT/UNO, cor branca, placa NIA-8013, utilizado pelos Acusados na prática do delito, observo que até o presente data não se apresentaram quaisquer interessados na restituição dos bens. Portanto, intime-se por edital, com o prazo de 60 (sessenta) dias, eventuais interessados para manifestar interesse em suas restituições, devendo então ser-lhes entregue, após comprovação da propriedade. Após, transcorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, se bens não forem reclamados, tratando-se de objetos inservíveis, determino a destruição, observadas as formalidades legais. Quanto ao veículo, volteme-me os autos conclusos para dar fim a sua destinação. Expedientes necessários. Cumpra-se. Teresina - PI, 09 de outubro de 2020. JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA e cola o dispositivo da sentença". E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam alegar no futuro ignorância, foi publicado o presente edital, nos termos do art. 392 do Código de Processo Penal, fixando-o no lugar de costume.

Eu, _____ MARIA MARLENE DOS SANTOS, Analista Judicial, digitei e subscrevo.

TERESINA, 13 de outubro de 2020.

JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO

Juiz de Direito da Comarca da 3ª Vara Criminal da TERESINA.

14.110. EDITAL - 3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE PUBLICAÇÃO E INTIMAÇÃO DE SENTENÇA (3ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0007447-68.2019.8.18.0140

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor:

Advogado(s):

Réu: NICOLAS PEREIRA DE SOUSA, VICENTE DE PAULO RAMOS FERNANDES

Advogado(s):

SENTENÇA: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR os denunciados NICOLAS PEREIRA DE SOUSA e VICENTE DE PAULA RAMOS FERNANDES às sanções penais previstas no art. 157, §§2º, II, e 2º-A, I (uma vez ? primeiro evento), do CP; no art. 157, §§2º, II, e 2º-A, I, c/c art. 70, caput (cinco vezes ? segundo evento), ambos do CP; na forma do art. 71, parágrafo único (seis vezes), do CP. Em obediência a regra prevista no art. 68 do CP, passo a dosimetria da pena. Nesse aspecto, esclareço que seguirei a metodologia adotada na fundamentação desta Sentença e, ao final, procederei à aplicação da regra prevista no art. 71, parágrafo único, do CP, além das demais providências necessárias ao desfecho da presente lide. A) Evento 01: crime de roubo, vítima POLYANNA LEAL, ocorrido em 13/12/2019, às 19h20min Esclareço que julgarei em conjunto ambos os sentenciados, a fim de evitar repetições desnecessárias. Contudo, essa forma de julgamento não acarretará qualquer prejuízo às partes, na medida em que existindo alguma peculiaridade em relação a algum dos sentenciados, indicarei tal aspecto fático. Pois bem. Na primeira fase da pena, examino as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP (cerca de oito) da seguinte forma: a) Culpabilidade ? Em relação a esta circunstância judicial, restou comprovado uma elevada culpabilidade do agente, na medida em que um dos agentes apontou uma de fogo em direção a cabeça da vítima POLYANNA LEAL e do filho dela (uma criança de nove anos de idade à época dos fatos). Tal conduta, além de ser desnecessária ante a ausência de resistência por parte da vítima, potencializou um sério de risco de morte as duas pessoas supracitadas. Por fim, esclareço que, a despeito de a conduta ter sido praticada por um dos agentes, esta se

estende aos demais, haja vista que se trata de uma circunstância de cunho objetivo. Por esses motivos, valoro negativamente esta circunstância judicial (em relação a ambos os sentenciados); b) Antecedentes ? Os réus não possuem maus antecedentes. É consabido que, de acordo com Verbete de Súmula nº. 444 do Superior Tribunal de Justiça, é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena base. Por estas razões, nada a valorar em desfavor dos sentenciados; c) Conduta Social ? Circunstância judicial que trata do comportamento do agente no seio social, familiar e profissional. Nenhum elemento colhido quanto a esta circunstância, razão pela qual nada a valorar (em relação a ambos os sentenciados); d) Personalidade do Agente ? É o conjunto de características psicológicas que determinam a individualidade pessoal e social de determinado indivíduo. Não existe nos autos qualquer elemento plausível para aferição da personalidade dos acusados, razão Documento assinado eletronicamente por JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO, Juiz(a), em 11/10/2020, às 10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30261501 e o código verificador D7940.62728.ABBBA.CD64B.7C690.79A43. pela qual deixo de valorá-la (em relação a ambos os sentenciados); e) Os Motivos ? São as razões subjetivas que estimularam ou impulsionaram o agente à prática da infração penal. Nesse aspecto, observo que a intenção dos agentes se confunde com a própria expectativa do tipo penal (art. 157 do CP), razão pela qual nada a valorar (em relação a ambos os sentenciados); f) As Circunstâncias ? Ao contrário do alegado pelo órgão acusatório em sede de alegações finais, o roubo cometido no período noturno não autoriza, em regra, o aumento da pena base, ressalvando-se os casos que existem uma extrapolação do tipo penal, sendo este o entendimento consolidado do STJ (AgRg no AREsp n. 809.702/DF, Quinta Turma, Rel. Min. JORGE MUSSI, julgado em 16/06/2016, DJe 24/06/2016). No presente caso, verifico que o fato de os agentes terem efetuado as suas respectivas condutas no período noturno não produziu qualquer benefício material a eles, a ponto de ensejar a impunidade delitiva, ou de reduzir consideravelmente a resistência da vítima; razão pela qual deixo de valorar negativamente essa circunstância judicial (em relação a ambos os sentenciados); g) Consequências do Crime ? A despeito de a intenção dos agentes se referir ao emprego de grave ameaça contra a uma pessoa adulta (única pessoa proprietária de todos os bens pretendidos por eles), os dois filhos da vítima (POLYANNA LEAL ? duas crianças) presenciaram toda a ação delituosa; pois estavam acompanhando a mãe deles, dentro do veículo automotor. Nesse contexto, há um dano in re ipsa em relação a estas duas crianças, na medida em que a conduta dos agentes causou um grave prejuízo ao desenvolvimento saudável delas, pois todo o evento restará preservado, eternamente, no inconsciente delas. Por todos esses motivos, valoro negativamente essa circunstância judicial (em relação a ambos os sentenciados); h) Comportamento da Vítima ? A vítima em nada influenciou à prática do delito, razão pela qual não tenho nada a valorar (em relação a ambos os sentenciados). Por todos esses motivos, na ausência de parâmetro legal para fins de fixação da pena mínima na primeira fase da pena, sigo a orientação firmada no STJ de promover o aumento ideal de 1/8 (um oitavo) a cada circunstância judicial negativamente valorada, a incidir sobre o intervalo de pena abstratamente estabelecido no preceito secundário do tipo penal incriminador (STJ, HC n. 556.629/RJ, Quinta Turma, Min. Rel. RIBEIRO DANTAS, Data do Julgamento: 03/03/2020); de tal sorte a fixar uma pena inicial de 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão e ao pagamento de 12 (doze) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei (em relação a ambos os sentenciados). Na segunda fase, verifico inexistir qualquer agravante em desfavor do sentenciado. Por outro lado, observo a existência de duas atenuantes favoráveis a ambos os sentenciados, a saber: a) menoridade relativa (art. 65, I (primeira parte), do CP); b) confissão espontânea (art. 65, III, alínea ?d?, do CP). Documento assinado eletronicamente por JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO, Juiz(a), em 11/10/2020, às 10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30261501 e o código verificador D7940.62728.ABBBA.CD64B.7C690.79A43. Em razão disso, os sentenciados possuem o direito a uma redução da pena no patamar de um 1/3 (um terço ? em virtude do reconhecimento de duas atenuantes favoráveis a eles, as quais devem ser aplicadas em caráter cumulativo), resultando em uma pena intermediária de 04 (quatro) anos de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei (em relação a ambos os sentenciados). Na terceira fase, não se encontram presentes quaisquer causas de diminuição da pena (em relação a ambos os sentenciados). Por outro lado, encontram-se presentes duas causas de aumento. A primeira se encontra prevista no art. 157, §2º, II, do CP (concurso de pessoas). Nesse aspecto, aplico esta em seu patamar mínimo (um terço), na medida em que inexistiu qualquer fundamento idôneo a exasperá-la acima disso. Por esses motivos, aumento a pena dos sentenciados para 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 13 (treze) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. A segunda está alocada no art. 157, §2º-A, I, do CP (emprego de arma de fogo). Nesse aspecto, aplico esta em seu patamar previsto em Lei (dois terços), razão pela qual estabeleço uma pena final de 08 (oito) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e ao pagamento de 19 (dezenove) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei (em relação a ambos os sentenciados). B) Evento 02: crime de roubo, cinco vítimas, ocorrido no dia 13/12/2019, por volta das 22h00min Inicialmente, destaco o fato de que procederei ao julgamento conjunto das cinco vítimas de roubo correspondente a este segundo evento. Trata-se de uma técnica de julgamento que evita efetuar repetições desnecessárias, prejudicando a compreensão dos fatos, além de promover uma rápida solução ao caso. Contudo, isso não acarretará qualquer prejuízo processual às partes, pois existindo alguma peculiaridade em relação a qualquer uma das vítimas, procederei o devido exame. Feitos esses esclarecimentos. Passo a examinar a primeira fase da pena na forma estipulada pelo art. 59 do CP. Nesse aspecto, observo que a pena dos sentenciados deverá fixada em um patamar acima do mínimo, levando-se em consideração a existência de três circunstâncias desfavoráveis a ambos os sentenciados, a saber: a) culpabilidade do agente (em relação a três vítimas: LEONARDO LUSTOSA CHAVES; o filho do casal LEONARDO LUSTOSA e VERÔNICA MARIA; e CLÁUDIO MATHEUS); b) circunstâncias do crime (em relação a todas as cinco vítimas); c) consequências do crime (em relação a uma única vítima: o filho do casal LEONARDO LUSTOSA e VERÔNICA MARIA). Em relação a primeira circunstância judicial (culpabilidade do agente), as Documento assinado eletronicamente por JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO, Juiz(a), em 11/10/2020, às 10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30261501 e o código verificador D7940.62728.ABBBA.CD64B.7C690.79A43. provas coligidas nos autos evidenciam que os sentenciados apontaram uma arma de fogo em direção a cabeça de três vítimas, a saber: LEONARDO LUSTOSA CHAVES; o filho do casal LEONARDO LUSTOSA e VERÔNICA MARIA; e CLÁUDIO MATHEUS. A conduta sob exame potencializou um sério risco de morte a estas vítimas. Por todos esses motivos, valoro negativamente esta circunstância judicial (culpabilidade do agente), em relação a ambos os sentenciados. Em relação a segunda circunstância judicial (circunstâncias do crime), as provas existentes nos autos evidenciam que a ação dos agentes fora premeditada, na medida em que os dois sentenciados combinaram com, no mínimo, mais outras duas pessoas a prática de um ?arrastão? em um pizzaria, subtraindo a maior quantidade de bens móveis possíveis de cada vítima em um curto espaço de tempo; de tal sorte que justifica a exasperação da pena base, em relação a todas as cinco vítimas. Por todos esses motivos, valoro negativamente esta circunstância judicial (culpabilidade do agente), em relação a ambos os sentenciados. Em relação a terceira circunstância judicial (consequências do crime), observo que uma das cinco vítimas se referia a um adolescente à época dos fatos (o filho do casal LEONARDO LUSTOSA e VERÔNICA MARIA). Nesse contexto, há um dano in re ipsa em relação a esta vítima, na medida em que a conduta dos agentes causou um grave prejuízo ao desenvolvimento saudável deste adolescente, pois todo o evento restará preservado, eternamente, no inconsciente dele. Por todos esses motivos, valoro negativamente esta circunstância judicial (em relação a ambos os sentenciados). Feitas esses esclarecimentos, chega-se ao ponto de fixar a pena inicial em relação aos cinco delitos de roubo da seguinte forma: a) Filho do casal LEONARDO LUSTOSA e VERÔNICA MARIA: 06 (seis) anos e 03 (três) meses de reclusão e ao pagamento de 13 (treze) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei (em virtude do reconhecimento de três circunstâncias judiciais desfavoráveis a ambos os sentenciados); b) LEONARDO LUSTOSA e CLÁUDIO MATHEUS: 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão e ao pagamento de 12 (doze) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei (em virtude do reconhecimento de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis a ambos os sentenciados); c) VERÔNICA MARIA e BRUNA SAMPAIO: 04 (quatro) anos e 09 (nove) meses de reclusão e ao pagamento de 11 (onze) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei (em virtude do reconhecimento de uma única circunstância judicial desfavorável a ambos os sentenciados). Na segunda fase, verifico inexistir qualquer agravante em desfavor do sentenciado. Por outro lado, observo a existência de duas atenuantes favoráveis a ambos os sentenciado, a saber: a)

menoridade relativa (art. 65, I (primeira parte), do CP); b) Documento assinado eletronicamente por JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO, Juiz(a), em 11/10/2020, às 10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30261501 e o código verificador D7940.62728.ABBBA.CD64B.7C690.79A43. confissão espontânea (art. 65, III, alínea ?d?, do CP). Em razão disso, os sentenciados possuem o direito a uma redução da pena no patamar de um 1/3 (um terço ? em virtude do reconhecimento de duas atenuantes favoráveis a eles, as quais devem ser aplicadas em caráter cumulativo), resultando em uma pena intermediária da seguinte forma: a) Filho do casal LEONARDO LUSTOSA e VERÔNICA MARIA?: 04 (quatro) anos e 02 (dois) meses de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei (em relação a ambos os sentenciados); b) Demais vítimas (cerca de quatro): 04 (quatro) anos de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei (em relação a ambos os sentenciados). Na terceira fase, não se encontram presentes quaisquer causas de diminuição da pena (em relação a ambos os sentenciados). Por outro lado, encontram-se presentes duas causas de aumento. A primeira se encontra prevista no art. 157, §2º, II, do CP (concurso de pessoas). Nesse aspecto, aplico a pena no patamar máximo (metade), haja vista que a quantidade de envolvidos na empreitada criminosa (no mínimo, quatro pessoas) é um número bastante elevado, suficiente a reduzir bastante a resistência das vítimas, a ponto de colocar em risco de morte estas (caso elas resolvessem reagir a empreitada criminosa). Por todos esses motivos, aumento a pena dos sentenciados para: a) 06 (seis) anos e 03 (três) meses de reclusão e ao pagamento de 15 (quinze) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei (em relação à vítima ?Filho do casal LEONARDO LUSTOSA e VERÔNICA MARIA?, sem qualificação civil nos autos); b) 06 (seis) anos de reclusão e ao pagamento de 15 (quinze) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei (em relação às demais vítimas (cerca de quatro)). A segunda está alocada no art. 157, §2º-A, I, do CP (emprego de arma de fogo). Nesse aspecto, aplico esta em seu patamar previsto em Lei (dois terços), razão pela qual estabeleço uma pena final da seguinte forma: a) 10 (dez) anos e 05 (cinco) meses de reclusão e ao pagamento de 25 (vinte e cinco) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei (em relação à vítima ?Filho do casal LEONARDO LUSTOSA e VERÔNICA MARIA?, sem qualificação civil nos autos); b) 10 (dez) anos de reclusão e ao pagamento de 25 (vinte e cinco) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei (em relação às demais vítimas (cerca de quatro)). Conforme restou consignado no bojo desta Sentença, houve o reconhecimento do concurso formal, previsto no art. 70, caput, do CP, entre todos os crimes efetuados no interior do estabelecimento comercial vitimado (cerca de cinco). Contudo, devo ressaltar que houve, de igual modo, o reconhecimento da continuidade delitiva entre o primeiro e o Documento assinado eletronicamente por JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO, Juiz(a), em 11/10/2020, às 10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30261501 e o código verificador D7940.62728.ABBBA.CD64B.7C690.79A43. segundo evento efetuado pelos sentenciados, nos termos do art. 71, parágrafo único, do CP. Nesse contexto, sigo a orientação consolidada pelo STJ no sentido de que, caracterizado o concurso formal e a continuidade delitiva entre infrações penais, aplica-se somente o aumento relativo à continuidade, sob pena de bis in idem (in ?JURISPRUDÊNCIAS EM TESES STJ?. Edição N. 20: Crime Continuado ? II, item n. 10); razão pela qual deixo de aplicar a benesse material prevista no art. 70, caput, do CP ao caso presente. C) Disposições finais Conforme restou consignado no bojo desta Sentença, houve o reconhecimento da continuidade delitiva dos delitos praticado pelos agentes, nos termos do art. 71, parágrafo único do CP. Destaco que o STJ tem o entendimento de que, na continuidade delitiva específica (prevista no parágrafo único do art. 71 do CP), o aumento fundamenta-se no número de infrações cometidas e nas circunstâncias judiciais do art. 59 do CP (in ?JURISPRUDÊNCIAS EM TESES STJ?. Edição N. 20: Crime Continuado ? II, item n. 9). No presente caso, a despeito de o número de infrações praticadas pelo agente ser relativamente elevado (cerca de seis), observo que prepondera em desfavor de ambos os sentenciados, de forma bastante demasiada, as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP, na medida em que, em relação a uma das seis vítimas, houve o reconhecimento de 03 (três) circunstâncias judiciais desfavoráveis a eles. Nesse contexto, torna-se razoável/proporcional a aplicação em um patamar superior ao convencional (que, nesta ação penal, seria a metade (em virtude da prática de seis crimes de roubo), segundo a tabela fixada pelo STJ (vide HC n. 442.316/SP, Quinta Turma, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJe 05/12/2019). Destarte, resolvo aumentar a maior pena estipulada (que, no presente caso, se refere ao ?Filho do casal LEONARDO LUSTOSA e VERÔNICA MARIA? (10 (dez) anos e 05 (cinco) meses de reclusão) em um patamar de 1,5 (um e meio ? o que corresponde a 15 (quinze) anos, 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias de reclusão), resultando em uma pena definitiva a ambos os sentenciados (NICOLAS PEREIRA DE SOUSA e VICENTE DE PAULA RAMOS FERNANDES) de 26 (vinte e seis) anos e 15 (quinze) dias de reclusão. Em relação a pena pecuniária, destaco que, na continuidade delitiva, não se aplica a regra prevista no art. 72 do CP (STJ, AgRg no AREsp 484.057/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 27/02/2018). Nesse contexto, a pena pecuniária deve ser aplicada conforme o regramento estabelecido ao crime continuado, de tal sorte que aumento em 1,5 (um e meio) da pena mais elevada ao presente caso (25 (vinte e cinco) dias-multa), obtendo uma pena pecuniária definitiva de 62 (sessenta e dois) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei (em relação a ambos os sentenciados). Documento assinado eletronicamente por JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO, Juiz(a), em 11/10/2020, às 10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30261501 e o código verificador D7940.62728.ABBBA.CD64B.7C690.79A43. Deixo de proceder a detração penal, na forma do art. 387, §2º, do CPP, providência essa que não causa qualquer prejuízo a esfera jurídica dos sentenciados, haja vista que o juiz da Vara de Execução Penal possui competência legal nesse sentido (LEP ? art. 66, III, alínea ?c?, da Lei Federal n. 7.210/1984). Em virtude da pena fixada no bojo desta Sentença, estabeleço o REGIME FECHADO para fins de cumprimento inicial da pena, nos termos do art. 33, §2º, alínea ?a?, do CP (em relação a ambos os sentenciados). Não há que se falar em substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito, tampouco em suspensão condicional da pena, uma vez que não se encontram preenchidos os requisitos previstos nos arts. 44 e 77, ambos do CP, respectivamente. Tendo em vista que o réu NICOLAS PEREIRA DE SOUSA respondeu ao processo preso e persistem os motivos que ensejaram a prisão preventiva em desfavor dele, mantenho a prisão processual deste sentenciado e, por conseguinte, nego-lhe o direito de recorrer em liberdade (art. 387, §1º, do CPP), para garantia da ordem pública, na forma dos arts. 312 e 313, ambos do CPP. Em caso de eventual interposição de recurso, expeça(m)-se guia(s) de execução provisória em desfavor do(s) sentenciado(s), endereçada à Vara Execução Penal desta Comarca. Por outro lado, em relação ao sentenciado VICENTE DE PAULA RAMOS FERNANDES, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade, eis que respondeu o processo em liberdade, inexistindo, neste momento, qualquer motivo idôneo a decretação de uma prisão preventiva em desfavor do aludido agente. Condeno os réus ao pagamento das custas processuais, nos termos do art. 804 do CPP. Deixo de fixar um valor mínimo de indenização cível em favor das vítimas (nos termos do art. 387, IV, do CPP), haja vista que, a despeito de o órgão acusatório formular pedido nesse sentido, não restou demonstrado, por meio de documento idôneo, a existência de prejuízos materiais sofridos por elas. Nesse contexto, a palavra das vítimas, ainda que goze de elevada credibilidade, é insuficiente para fins de subsunção da regra processual acima indicada, sob pena de grave violação aos princípios constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa, previstos no art. 5º, LIV e LV, respectivamente, o da CF/88 (vide STJ, REsp n. 1236070/RS, 5ª Turma, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, julgado em 27/03/2012). Expeçam-se ofícios endereçados às seis vítimas nesta ação penal, comunicando o inteiro teor desta Sentença, nos termos do art. 201, §2º (parte final), do Documento assinado eletronicamente por JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO, Juiz(a), em 11/10/2020, às 10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30261501 e o código verificador D7940.62728.ABBBA.CD64B.7C690.79A43. CPP. Oportunamente, após certificado o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1. Expeça-se guia de execução definitiva, determinando que os réus sejam recolhidos ao estabelecimento adequado; 2. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, para os efeitos do disposto no artigo 15, inciso III, da Constituição da República; 3. Procedam-se as demais anotações e comunicações necessárias, nos termos da normatização da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça do Piauí. P.R.I. Cumpra-se. TERESINA, 09 de outubro de 2020. JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA (3ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0001104-22.2020.8.18.0140

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor:

Advogado(s): RAYMONYCE DOS REIS COELHO(OAB/PIAÚI Nº 11123)

Réu: WILLAS SOARES DOS SANTOS

Advogado(s): MARIA LILIANE SOUSA SANTOS(OAB/PIAÚI Nº 13848), LARISSA RAQUEL BARROZO SILVA(OAB/PIAÚI Nº 18116), FRANCISCO SANZIO BASÍLIO MENESES(OAB/PIAÚI Nº 1777)

SENTENÇA: Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o denunciado WILLAS SOARES DOS SANTOS da imputação prevista no art. 244-B da Lei Federal n. 8.069/90 (duas vezes ? em relação as vítimas MARIA DO AMPARO e INGRED GISELLI); assim como condena-lo às sanções penais previstas no art. 157, §2º, II, e 2º-A, I (duas vezes), na forma do art. 71, caput (duas vezes), ambos do CP. Em obediência a regra prevista no art. 68 do CP, passo a dosimetria da pena. Nesse aspecto, esclareço que seguirei a metodologia adotada na fundamentação desta Sentença e, ao final, procederei à aplicação da regra prevista no art. 71, parágrafo único, do CP, além das demais providências necessárias ao desfecho da presente lide. A) Evento 01: crime de roubo, vítima MARIA DO AMPARO, ocorrido em 18/02/2020, às 09h30min Na primeira fase da pena, examino as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP (cerca de oito) da seguinte forma: a) Culpabilidade ? Em relação a esta circunstância judicial, observo inexistir qualquer aspecto peculiar, razão pela qual nada a valorar; b) Antecedentes ? O réu não possui maus antecedentes. É consabido que, de acordo com Verbete de Súmula nº. 444 do Superior Tribunal de Justiça, é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena base. Por estas razões, nada a valorar em desfavor do sentenciado; c) Conduta Social ? Circunstância judicial que trata do comportamento do agente no seio social, familiar e profissional. Nenhum elemento colhido quanto a esta circunstância, razão pela qual nada a valorar; Documento assinado eletronicamente por LIRTON NOGUEIRA SANTOS, Juiz(a), em 09/10/2020, às 08:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30253065 e o código verificador A0F4E.57291.65667.4864C.5FFE0.73109. d) Personalidade do Agente ? É o conjunto de características psicológicas que determinam a individualidade pessoal e social de determinado indivíduo. Não existe nos autos qualquer elemento plausível para aferição da personalidade do acusado, razão pela qual deixo de valorá-la; e) Os Motivos ? São as razões subjetivas que estimularam ou impulsionaram o agente à prática da infração penal. Nesse aspecto, observo que a intenção do agente se confunde com a própria expectativa do tipo penal (art. 157 do CP), razão pela qual nada a valorar; f) As Circunstâncias ? as circunstâncias são normais a um evento descrito no art. 157 do CP, razão pela qual nada a valorar; g) Consequências do Crime ? Os elementos probatórios obtidos na fase de instrução e julgamento são insuficientes a apontar que a vítima sofreu um grave prejuízo patrimonial, ou teve graves sequelas psicológicas, razão pela qual nada a valorar; h) Comportamento da Vítima ? A vítima em nada influenciou à prática do delito, razão pela qual não tenho nada a valorar. Por todos esses motivos, considerando a ausência de circunstâncias judiciais desfavoráveis ao sentenciado, fixo a pena inicial em 04 (quatro) anos de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. Na segunda fase, não concorre qualquer atenuante tampouco agravante, razão pela qual mantenho a pena anteriormente dosada. Na terceira fase, não se encontram presentes quaisquer causas de diminuição da pena. Por outro lado, encontram-se presentes duas causas de aumento. A primeira se encontra prevista no art. 157, §2º, II, do CP (concurso de pessoas). Nesse aspecto, aplico esta em seu patamar mínimo (um terço), na medida em que inexistente qualquer fundamento idôneo a exasperá-la acima disso. Por esses motivos, aumento a pena do sentenciado para 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 13 (treze) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. A segunda está alocada no art. 157, §2º-A, I, do CP (emprego de arma de fogo). Nesse aspecto, aplico esta em seu patamar previsto em Lei (dois terços), razão pela qual estabeleço uma pena final de 08 (oito) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e ao pagamento de 21 (vinte e um) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. B) Evento 02: crime de roubo, ocorrido no dia 18/02/2020, por volta das 11h15min Documento assinado eletronicamente por LIRTON NOGUEIRA SANTOS, Juiz(a), em 09/10/2020, às 08:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30253065 e o código verificador A0F4E.57291.65667.4864C.5FFE0.73109. Passo a examinar a primeira fase da pena na forma estipulada pelo art. 59 do CP. Na primeira fase, observo inexistir qualquer circunstância judicial desfavorável ao sentenciado, razão pela qual fixo a pena inicial no patamar mínimo, a saber: 04 (quatro) anos de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. Na segunda fase, não concorre qualquer atenuante tampouco agravante, razão pela qual mantenho a pena anteriormente dosada. Na terceira fase, não se encontram presentes quaisquer causas de diminuição da pena. Por outro lado, encontram-se presentes duas causas de aumento. A primeira se encontra prevista no art. 157, §2º, II, do CP (concurso de pessoas). Nesse aspecto, aplico esta em seu patamar mínimo (um terço), na medida em que inexistente qualquer fundamento idôneo a exasperá-la acima disso. Por esses motivos, aumento a pena do sentenciado para 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 13 (treze) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. A segunda está alocada no art. 157, §2º-A, I, do CP (emprego de arma de fogo). Nesse aspecto, aplico esta em seu patamar previsto em Lei (dois terços), razão pela qual estabeleço uma pena final de 08 (oito) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e ao pagamento de 21 (vinte e um) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. C) Disposições finais Conforme restou consignado no bojo desta Sentença, houve o reconhecimento da continuidade delitiva dos delitos praticado pelo agente, nos termos do art. 71, caput, do Código Penal. Destaco que o STJ tem o entendimento de que, na continuidade delitiva simples ou comum (prevista no art. 70, caput, do CP), a fração de exasperação (entre 1/6 a 2/3) é diretamente proporcional ao número de reiterações delitivas (STJ, AgRg no REsp n. 1.792.710/PR, DJe 23/09/2020). Destarte, torna-se legítimo o aumento de qualquer uma das penas estipuladas (eis que foram idênticas) em 1/6 (um sexto ? em virtude da prática de dois crimes), resultando em uma pena definitiva ao sentenciado WILLAS SOARES DOS SANTOS de 10 (dez) anos, 04 (quatro) meses e 13 (treze) dias de reclusão. Em relação a pena pecuniária, destaco que, na continuidade delitiva, não se aplica a regra prevista no art. 72 do CP (STJ, AgRg no AREsp 484.057/SP, julgado em 27/02/2018). Nesse contexto, a pena pecuniária deve ser aplicada conforme o regramento Documento assinado eletronicamente por LIRTON NOGUEIRA SANTOS, Juiz(a), em 09/10/2020, às 08:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30253065 e o código verificador A0F4E.57291.65667.4864C.5FFE0.73109. estabelecido ao crime continuado, de tal sorte que aumento em 1/6 (um sexto) da pena elevada ao presente caso (21 (vinte e um) dias-multa), obtendo uma pena pecuniária definitiva de 24 (vinte e quatro) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. Considerando que o réu restou preso provisoriamente por força da presente ação penal durante um período de 07 (sete) meses e 20 (vinte) dias (do dia 18/02/2020 a 09/10/2020), procedo a detração da pena, na forma do art. 387, §2º, do CPP, restando, por conseguinte, um tempo de 09 (nove) anos, 08 (oito) meses e 23 (vinte e três) dias para fins de cumprimento da pena. Em virtude da pena fixada no bojo desta Sentença, computado, ainda, o período de detração, estabeleço o REGIME FECHADO para fins de cumprimento inicial da pena, nos termos do art. 33, §2º, alínea ?a?, do CP. Não há que se falar em substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito, tampouco em suspensão condicional da pena, uma vez que não se encontram preenchidos os requisitos previstos nos art. 44 e 77, ambos do CP, respectivamente. Tendo em vista que o réu WILLAS SOARES DOS SANTOS respondeu ao processo preso e persistem os motivos que ensejaram a prisão preventiva em desfavor dele, mantenho a prisão processual deste sentenciado e, por conseguinte, nego-lhe o direito de recorrer em liberdade (art. 387, §1º, do CPP), para garantia da ordem pública, na forma dos arts. 312 e 313, ambos do CPP. Em caso de eventual interposição de recurso, expeça-se guia de execução provisória em desfavor do sentenciado, endereçada à Vara Execução Penal desta Comarca. Condono o réu ao pagamento das custas processuais, nos termos do art. 804 do CPP. Deixo de fixar um valor mínimo de indenização cível em favor das vítimas, nos termos do art. 387, IV, do CPP, haja vista que, a despeito de o órgão acusatório formular pedido nesse sentido, não restou demonstrado, por meio de documento idôneo, a existência de prejuízos materiais sofridos por elas. Nesse contexto, a palavra das vítimas, ainda que goze de elevada credibilidade, é insuficiente para fins de subsunção da regra processual acima indicada, sob pena de grave violação aos princípios constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa, previstos no art. 5º, LIV e LV, respectivamente, da CF/88

(vide STJ, REsp n. 1.236.070/RS, julgado em 27/03/2012). Expeçam-se ofícios endereçados às duas vítimas nesta ação penal, comunicando o inteiro teor desta Sentença, nos termos do art. 201, §2º (parte final), do CPP. Documento assinado eletronicamente por LIRTON NOGUEIRA SANTOS, Juiz(a), em 09/10/2020, às 08:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30253065 e o código verificador A0F4E.57291.65667.4864C.5FFE0.73109. Oportunamente, após certificado o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1. Expeça-se guia de execução definitiva, determinando que o réu seja recolhido ao estabelecimento adequado; 2. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, para os efeitos do disposto no artigo 15, inciso III, da Constituição da República; 3. Procedam-se as demais anotações e comunicações necessárias, nos termos da normatização da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça do Piauí. P.R.I. Cumprase. TERESINA, 9 de outubro de 2020. LIRTON NOGUEIRA SANTOS Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

14.112. EDITAL - 3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA (3ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0001104-22.2020.8.18.0140

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor:

Advogado(s): RAYMONYCE DOS REIS COELHO(OAB/PIAÚI Nº 11123)

Réu: WILLAS SOARES DOS SANTOS

Advogado(s): MARIA LILIANE SOUSA SANTOS(OAB/PIAÚI Nº 13848), LARISSA RAQUEL BARROZO SILVA(OAB/PIAÚI Nº 18116), FRANCISCO SANZIO BASÍLIO MENESES(OAB/PIAÚI Nº 1777)

Ficam os(as) advogados(as) Dr.ªs. MARIA LILIANE SOUSA SANTOS(OAB/PIAÚI Nº 13848), LARISSA RAQUEL BARROZO SILVA(OAB/PIAÚI Nº 18116), FRANCISCO SANZIO BASÍLIO MENESES(OAB/PIAÚI Nº 1777), devidamente intimados da SENTENÇA: Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o denunciado WILLAS SOARES DOS SANTOS da imputação prevista no art. 244-B da Lei Federal n. 8.069/90 (duas vezes ? em relação as vítimas MARIA DO AMPARO e INGRED GISELLI); assim como condena-lo às sanções penais previstas no art. 157, §§2º, II, e 2º-A, I (duas vezes), na forma do art. 71, caput (duas vezes), ambos do CP. Em obediência a regra prevista no art. 68 do CP, passo a dosimetria da pena. Nesse aspecto, esclareço que seguirei a metodologia adotada na fundamentação desta Sentença e, ao final, procederei à aplicação da regra prevista no art. 71, parágrafo único, do CP, além das demais providências necessárias ao desfecho da presente lide. A) Evento 01: crime de roubo, vítima MARIA DO AMPARO, ocorrido em 18/02/2020, às 09h30min Na primeira fase da pena, examino as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP (cerca de oito) da seguinte forma: a) Culpabilidade ? Em relação a esta circunstância judicial, observo inexistir qualquer aspecto peculiar, razão pela qual nada a valorar; b) Antecedentes ? O réu não possui maus antecedentes. É consabido que, de acordo com Verbete de Súmula nº. 444 do Superior Tribunal de Justiça, é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena base. Por estas razões, nada a valorar em desfavor do sentenciado; c) Conduta Social ? Circunstância judicial que trata do comportamento do agente no seio social, familiar e profissional. Nenhum elemento colhido quanto a esta circunstância, razão pela qual nada a valorar; Documento assinado eletronicamente por LIRTON NOGUEIRA SANTOS, Juiz(a), em 09/10/2020, às 08:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30253065 e o código verificador A0F4E.57291.65667.4864C.5FFE0.73109. d) Personalidade do Agente ? É o conjunto de características psicológicas que determinam a individualidade pessoal e social de determinado indivíduo. Não existe nos autos qualquer elemento plausível para aferição da personalidade do acusado, razão pela qual deixo de valorá-la; e) Os Motivos ? São as razões subjetivas que estimularam ou impulsionaram o agente à prática da infração penal. Nesse aspecto, observo que a intenção do agente se confunde com a própria expectativa do tipo penal (art. 157 do CP), razão pela qual nada a valorar; f) As Circunstâncias ? as circunstâncias são normais a um evento descrito no art. 157 do CP, razão pela qual nada a valorar; g) Consequências do Crime ? Os elementos probatórios obtidos na fase de instrução e julgamento são insuficientes a apontar que a vítima sofreu um grave prejuízo patrimonial, ou teve graves sequelas psicológicas, razão pela qual nada a valorar; h) Comportamento da Vítima ? A vítima em nada influenciou à prática do delito, razão pela qual não tenho nada a valorar. Por todos esses motivos, considerando a ausência de circunstâncias judiciais desfavoráveis ao sentenciado, fixo a pena inicial em 04 (quatro) anos de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. Na segunda fase, não concorre qualquer atenuante tampouco agravante, razão pela qual mantenho a pena anteriormente dosada. Na terceira fase, não se encontram presentes quaisquer causas de diminuição da pena. Por outro lado, encontram-se presentes duas causas de aumento. A primeira se encontra prevista no art. 157, §2º, II, do CP (concurso de pessoas). Nesse aspecto, aplico esta em seu patamar mínimo (um terço), na medida em que inexistente qualquer fundamento idôneo a exasperá-la acima disso. Por esses motivos, aumento a pena do sentenciado para 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 13 (treze) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. A segunda está alocada no art. 157, §2º-A, I, do CP (emprego de arma de fogo). Nesse aspecto, aplico esta em seu patamar previsto em Lei (dois terços), razão pela qual estabeleço uma pena final de 08 (oito) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e ao pagamento de 21 (vinte e um) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. B) Evento 02: crime de roubo, ocorrido no dia 18/02/2020, por volta das 11h15min Documento assinado eletronicamente por LIRTON NOGUEIRA SANTOS, Juiz(a), em 09/10/2020, às 08:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30253065 e o código verificador A0F4E.57291.65667.4864C.5FFE0.73109. Passo a examinar a primeira fase da pena na forma estipulada pelo art. 59 do CP. Na primeira fase, observo inexistir qualquer circunstância judicial desfavorável ao sentenciado, razão pela qual fixo a pena inicial no patamar mínimo, a saber: 04 (quatro) anos de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. Na segunda fase, não concorre qualquer atenuante tampouco agravante, razão pela qual mantenho a pena anteriormente dosada. Na terceira fase, não se encontram presentes quaisquer causas de diminuição da pena. Por outro lado, encontram-se presentes duas causas de aumento. A primeira se encontra prevista no art. 157, §2º, II, do CP (concurso de pessoas). Nesse aspecto, aplico esta em seu patamar mínimo (um terço), na medida em que inexistente qualquer fundamento idôneo a exasperá-la acima disso. Por esses motivos, aumento a pena do sentenciado para 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 13 (treze) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. A segunda está alocada no art. 157, §2º-A, I, do CP (emprego de arma de fogo). Nesse aspecto, aplico esta em seu patamar previsto em Lei (dois terços), razão pela qual estabeleço uma pena final de 08 (oito) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e ao pagamento de 21 (vinte e um) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. C) Disposições finais Conforme restou consignado no bojo desta Sentença, houve o reconhecimento da continuidade delitiva dos delitos praticado pelo agente, nos termos do art. 71, caput, do Código Penal. Destaco que o STJ tem o entendimento de que, na continuidade delitiva simples ou comum (prevista no art. 70, caput, do CP), a fração de exasperação (entre 1/6 a 2/3) é diretamente proporcional ao número de reações delitivas (STJ, AgRg no REsp n. 1.792.710/PR, DJe 23/09/2020). Destarte, torna-se legítimo o aumento de qualquer uma das penas estipuladas (eis que foram idênticas) em 1/6 (um sexto ? em virtude da prática de dois crimes), resultando em uma pena definitiva ao sentenciado WILLAS SOARES DOS SANTOS de 10 (dez) anos, 04 (quatro) meses e 13 (treze) dias de reclusão. Em relação a pena pecuniária, destaco que, na continuidade delitiva, não se aplica a regra prevista no art. 72 do CP (STJ, AgRg no AREsp 484.057/SP, julgado em 27/02/2018). Nesse contexto, a pena pecuniária deve ser aplicada conforme o regramento Documento assinado eletronicamente por LIRTON NOGUEIRA SANTOS, Juiz(a), em 09/10/2020, às 08:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30253065 e o código verificador A0F4E.57291.65667.4864C.5FFE0.73109. estabelecido ao crime continuado, de tal sorte que aumento em 1/6 (um sexto) da pena elevada ao presente caso (21 (vinte e um) dias-multa), obtendo uma pena pecuniária definitiva de 24 (vinte e quatro) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. Considerando que o réu restou preso provisoriamente por força da presente ação penal durante um período de 07

(sete) meses e 20 (vinte) dias (do dia 18/02/2020 a 09/10/2020), procedo a detração da pena, na forma do art. 387, §2º, do CPP, restando, por conseguinte, um tempo de 09 (nove) anos, 08 (oito) meses e 23 (vinte e três) dias para fins de cumprimento da pena. Em virtude da pena fixada no bojo desta Sentença, computado, ainda, o período de detração, estabeleço o REGIME FECHADO para fins de cumprimento inicial da pena, nos termos do art. 33, §2º, alínea "a", do CP. Não há que se falar em substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito, tampouco em suspensão condicional da pena, uma vez que não se encontram preenchidos os requisitos previstos nos arts. 44 e 77, ambos do CP, respectivamente. Tendo em vista que o réu WILLAS SOARES DOS SANTOS respondeu ao processo preso e persistem os motivos que ensejaram a prisão preventiva em desfavor dele, mantenho a prisão processual deste sentenciado e, por conseguinte, nego-lhe o direito de recorrer em liberdade (art. 387, §1º, do CPP), para garantia da ordem pública, na forma dos arts. 312 e 313, ambos do CPP. Em caso de eventual interposição de recurso, expeça-se guia de execução provisória em desfavor do sentenciado, endereçada à Vara Execução Penal desta Comarca. Condono o réu ao pagamento das custas processuais, nos termos do art. 804 do CPP. Deixo de fixar um valor mínimo de indenização cível em favor das vítimas, nos termos do art. 387, IV, do CPP, haja vista que, a despeito de o órgão acusatório formular pedido nesse sentido, não restou demonstrado, por meio de documento idôneo, a existência de prejuízos materiais sofridos por elas. Nesse contexto, a palavra das vítimas, ainda que goze de elevada credibilidade, é insuficiente para fins de subsunção da regra processual acima indicada, sob pena de grave violação aos princípios constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa, previstos no art. 5º, LIV e LV, respectivamente, da CF/88 (vide STJ, REsp n. 1.236.070/RS, julgado em 27/03/2012). Expeçam-se ofícios endereçados às duas vítimas nesta ação penal, comunicando o inteiro teor desta Sentença, nos termos do art. 201, §2º (parte final), do CPP. Documento assinado eletronicamente por LIRTON NOGUEIRA SANTOS, Juiz(a), em 09/10/2020, às 08:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30253065 e o código verificador A0F4E.57291.65667.4864C.5FFE0.73109. Oportunamente, após certificado o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1. Expeça-se guia de execução definitiva, determinando que o réu seja recolhido ao estabelecimento adequado; 2. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, para os efeitos do disposto no artigo 15, inciso III, da Constituição da República; 3. Procedam-se as demais anotações e comunicações necessárias, nos termos da normatização da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça do Piauí. P.R.I. Cumprase. TERESINA, 9 de outubro de 2020. LIRTON NOGUEIRA SANTOS Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

14.113. EDITAL - 3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (3ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0001104-22.2020.8.18.0140

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor:

Advogado(s): RAYMONYCE DOS REIS COELHO(OAB/PIAÚI Nº 11123)

Réu: WILLAS SOARES DOS SANTOS

Advogado(s): MARIA LILIANE SOUSA SANTOS(OAB/PIAÚI Nº 13848), LARISSA RAQUEL BARROZO SILVA(OAB/PIAÚI Nº 18116), FRANCISCO SANZIO BASÍLIO MENESES(OAB/PIAÚI Nº 1777)

Fica o advogado da vítima Ingrid Giselli Nunes Pereira - Dr. RAYMONYCE DOS REIS COELHO(OAB/PIAÚI Nº 11123), devidamente intimado da SENTENÇA: o denunciado WILLAS SOARES DOS SANTOS da imputação prevista no art. 244-B da Lei Federal n. 8.069/90 (duas vezes ? em relação as vítimas MARIA DO AMPARO e INGRED GISELLI); assim como condena-lo às sanções penais previstas no art. 157, §§2º, II, e 2º-A, I (duas vezes), na forma do art. 71, caput (duas vezes), ambos do CP. Em obediência a regra prevista no art. 68 do CP, passo a dosimetria da pena. Nesse aspecto, esclareço que seguirei a metodologia adotada na fundamentação desta Sentença e, ao final, procederei à aplicação da regra prevista no art. 71, parágrafo único, do CP, além das demais providências necessárias ao desfecho da presente lide. A) Evento 01: crime de roubo, vítima MARIA DO AMPARO, ocorrido em 18/02/2020, às 09h30min Na primeira fase da pena, examino as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP (cerca de oito) da seguinte forma: a) Culpabilidade ? Em relação a esta circunstância judicial, observo inexistir qualquer aspecto peculiar, razão pela qual nada a valorar; b) Antecedentes ? O réu não possui maus antecedentes. É consabido que, de acordo com Verbete de Súmula nº. 444 do Superior Tribunal de Justiça, é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena base. Por estas razões, nada a valorar em desfavor do sentenciado; c) Conduta Social ? Circunstância judicial que trata do comportamento do agente no seio social, familiar e profissional. Nenhum elemento colhido quanto a esta circunstância, razão pela qual nada a valorar; Documento assinado eletronicamente por LIRTON NOGUEIRA SANTOS, Juiz(a), em 09/10/2020, às 08:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30253065 e o código verificador A0F4E.57291.65667.4864C.5FFE0.73109. d) Personalidade do Agente ? É o conjunto de características psicológicas que determinam a individualidade pessoal e social de determinado indivíduo. Não existe nos autos qualquer elemento plausível para aferição da personalidade do acusado, razão pela qual deixo de valorá-la; e) Os Motivos ? São as razões subjetivas que estimularam ou impulsionaram o agente à prática da infração penal. Nesse aspecto, observo que a intenção do agente se confunde com a própria expectativa do tipo penal (art. 157 do CP), razão pela qual nada a valorar; f) As Circunstâncias ? as circunstâncias são normais a um evento descrito no art. 157 do CP, razão pela qual nada a valorar; g) Consequências do Crime ? Os elementos probatórios obtidos na fase de instrução e julgamento são insuficientes a apontar que a vítima sofreu um grave prejuízo patrimonial, ou teve graves sequelas psicológicas, razão pela qual nada a valorar; h) Comportamento da Vítima ? A vítima em nada influenciou à prática do delito, razão pela qual não tenho nada a valorar. Por todos esses motivos, considerando a ausência de circunstâncias judiciais desfavoráveis ao sentenciado, fixo a pena inicial em 04 (quatro) anos de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. Na segunda fase, não concorre qualquer atenuante tampouco agravante, razão pela qual mantenho a pena anteriormente dosada. Na terceira fase, não se encontram presentes quaisquer causas de diminuição da pena. Por outro lado, encontram-se presentes duas causas de aumento. A primeira se encontra prevista no art. 157, §2º, II, do CP (concurso de pessoas). Nesse aspecto, aplico esta em seu patamar mínimo (um terço), na medida em que inexistente qualquer fundamento idôneo a exasperá-la acima disso. Por esses motivos, aumento a pena do sentenciado para 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 13 (treze) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. A segunda está alocada no art. 157, §2º-A, I, do CP (emprego de arma de fogo). Nesse aspecto, aplico esta em seu patamar previsto em Lei (dois terços), razão pela qual estabeleço uma pena final de 08 (oito) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e ao pagamento de 21 (vinte e um) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. B) Evento 02: crime de roubo, ocorrido no dia 18/02/2020, por volta das 11h15min Documento assinado eletronicamente por LIRTON NOGUEIRA SANTOS, Juiz(a), em 09/10/2020, às 08:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30253065 e o código verificador A0F4E.57291.65667.4864C.5FFE0.73109. Passo a examinar a primeira fase da pena na forma estipulada pelo art. 59 do CP. Na primeira fase, observo inexistir qualquer circunstância judicial desfavorável ao sentenciado, razão pela qual fixo a pena inicial no patamar mínimo, a saber: 04 (quatro) anos de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. Na segunda fase, não concorre qualquer atenuante tampouco agravante, razão pela qual mantenho a pena anteriormente dosada. Na terceira fase, não se encontram presentes quaisquer causas de diminuição da pena. Por outro lado, encontram-se presentes duas causas de aumento. A primeira se encontra prevista no art. 157, §2º, II, do CP (concurso de pessoas). Nesse aspecto, aplico esta em seu patamar mínimo (um terço), na medida em que inexistente qualquer fundamento idôneo a exasperá-la acima disso. Por esses motivos, aumento a pena do sentenciado para 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 13 (treze) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. A segunda está alocada no art. 157, §2º-A, I, do CP (emprego de arma de fogo). Nesse aspecto, aplico esta em seu patamar previsto em Lei (dois terços), razão pela qual estabeleço uma pena final de 08 (oito) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e ao pagamento de 21 (vinte e um) dias-multa fixada à razão mínima

prevista em Lei. C) Disposições finais Conforme restou consignado no bojo desta Sentença, houve o reconhecimento da continuidade delitiva dos delitos praticado pelo agente, nos termos do art. 71, caput, do Código Penal. Destaco que o STJ tem o entendimento de que, na continuidade delitiva simples ou comum (prevista no art. 70, caput, do CP), a fração de exasperação (entre 1/6 a 2/3) é diretamente proporcional ao número de reiterações delitivas (STJ, AgRg no REsp n. 1.792.710/PR, DJe 23/09/2020). Destarte, torna-se legítimo o aumento de qualquer uma das penas estipuladas (eis que foram idênticas) em 1/6 (um sexto) em virtude da prática de dois crimes), resultando em uma pena definitiva ao sentenciado WILLAS SOARES DOS SANTOS de 10 (dez) anos, 04 (quatro) meses e 13 (treze) dias de reclusão. Em relação a pena pecuniária, destaco que, na continuidade delitiva, não se aplica a regra prevista no art. 72 do CP (STJ, AgRg no AREsp 484.057/SP, julgado em 27/02/2018). Nesse contexto, a pena pecuniária deve ser aplicada conforme o regramento Documento assinado eletronicamente por LIRTON NOGUEIRA SANTOS, Juiz(a), em 09/10/2020, às 08:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30253065 e o código verificador A0F4E.57291.65667.4864C.5FFE0.73109. estabelecido ao crime continuado, de tal sorte que aumento em 1/6 (um sexto) da pena elevada ao presente caso (21 (vinte e um) dias-multa), obtendo uma pena pecuniária definitiva de 24 (vinte e quatro) dias-multa fixada à razão mínima prevista em Lei. Considerando que o réu restou preso provisoriamente por força da presente ação penal durante um período de 07 (sete) meses e 20 (vinte) dias (do dia 18/02/2020 a 09/10/2020), procedo a detração da pena, na forma do art. 387, §2º, do CPP, restando, por conseguinte, um tempo de 09 (nove) anos, 08 (oito) meses e 23 (vinte e três) dias para fins de cumprimento da pena. Em virtude da pena fixada no bojo desta Sentença, computado, ainda, o período de detração, estabeleço o REGIME FECHADO para fins de cumprimento inicial da pena, nos termos do art. 33, §2º, alínea "a", do CP. Não há que se falar em substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito, tampouco em suspensão condicional da pena, uma vez que não se encontram preenchidos os requisitos previstos nos art. 44 e 77, ambos do CP, respectivamente. Tendo em vista que o réu WILLAS SOARES DOS SANTOS respondeu ao processo preso e persistem os motivos que ensejaram a prisão preventiva em desfavor dele, mantenho a prisão processual deste sentenciado e, por conseguinte, nego-lhe o direito de recorrer em liberdade (art. 387, §1º, do CPP), para garantia da ordem pública, na forma dos arts. 312 e 313, ambos do CPP. Em caso de eventual interposição de recurso, expeça-se guia de execução provisória em desfavor do sentenciado, endereçada à Vara Execução Penal desta Comarca. Condene o réu ao pagamento das custas processuais, nos termos do art. 804 do CPP. Deixo de fixar um valor mínimo de indenização cível em favor das vítimas, nos termos do art. 387, IV, do CPP, haja vista que, a despeito de o órgão acusatório formular pedido nesse sentido, não restou demonstrado, por meio de documento idôneo, a existência de prejuízos materiais sofridos por elas. Nesse contexto, a palavra das vítimas, ainda que goze de elevada credibilidade, é insuficiente para fins de subsunção da regra processual acima indicada, sob pena de grave violação aos princípios constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa, previstos no art. 5º, LIV e LV, respectivamente, da CF/88 (vide STJ, REsp n. 1.236.070/RS, julgado em 27/03/2012). Expeçam-se ofícios endereçados às duas vítimas nesta ação penal, comunicando o inteiro teor desta Sentença, nos termos do art. 201, §2º (parte final), do CPP. Documento assinado eletronicamente por LIRTON NOGUEIRA SANTOS, Juiz(a), em 09/10/2020, às 08:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30253065 e o código verificador A0F4E.57291.65667.4864C.5FFE0.73109. Oportunamente, após certificado o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1. Expeça-se guia de execução definitiva, determinando que o réu seja recolhido ao estabelecimento adequado; 2. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, para os efeitos do disposto no artigo 15, inciso III, da Constituição da República; 3. Procedam-se as demais anotações e comunicações necessárias, nos termos da normatização da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça do Piauí. P.R.I. Cumpra-se. TERESINA, 9 de outubro de 2020. LIRTON NOGUEIRA SANTOS Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

14.114. EDITAL - 3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA (3ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0006707-13.2019.8.18.0140

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO MPUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

Réu: JOSE FRANCISCO SOUSA COSTA JUNIOR

Advogado(s): JEFFERSON DA COSTA SILVA(OAB/PIAUI Nº 16609)

Fica o advogado Dr. JEFFERSON DA COSTA SILVA(OAB/PIAUI Nº 16609), devidamente intimado da SENTENÇA: segregado cautelarmente durante todo o processo e também se encontram presentes os requisitos da prisão preventiva, para garantia da ordem pública, uma vez que o crime de roubo foi cometido com grave ameaça às pessoas, com o emprego de arma de fogo, em concurso de agentes, circunstâncias a indicar maior grau de reprovabilidade das condutas, impondo a manutenção da medida extrema, com base no art. 312 do CPP. DA APLICAÇÃO DO § 2º, DO ART. 387 DO CPP: Documento assinado eletronicamente por JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO, Juiz(a), em 08/10/2020, às 22:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30252257 e o código verificador 36903.7D7FB.C1D97.ADB84.69A45.C51B8. O período que restou preso provisoriamente nesta ação penal até o momento da prolação desta Sentença, não permite a progressão de regime, portanto, em respeito a regra disposta no art. 33, §2º, alínea "a", do CP, mantenho o regime de cumprimento da pena anteriormente fixado. Deixo de arbitrar indenização às vítimas, eis que a peça inicial não estabeleceu o quantum indenizável. Ademais, no decorrer do processo, a parte interessada na reparação deveria fazer a prova necessária e indispensável a embasar a sua pretensão, o que não houve. Decerto, é notoriamente ilegal a conduta de arbitrar dano, sem que as partes tenham oportunidade para dizer sobre o montante indenizável, o que consistiria em violação aos direitos da vítima e do acusado, eis que da mesma forma que um tem direito de combater o pleito indenizatório, o outro necessita de oportunidade para demonstrar o quanto deve receber, e as proporções do dano experimentado. Ainda é possível que as vítimas sequer tenham interesse na percepção de indenização, o que torna inviável a pretensão contida no art. 387, inciso IV, do CPP. Nesse contexto, indefiro o pleito de reparação de danos. Condene o réu ao pagamento das custas do processo, na forma do art. 804 do CPP. Em conformidade com o disposto no art. 201, §2º do CPP, proceda-se à comunicação da vítima sobre a sentença. Após o trânsito em julgado: a) encaminhe-se o boletim individual do réu para o Instituto de Identificação; b) oficie-se ao TRE/PI para os fins no disposto no art. 15, III, da Constituição Federal; c) expeça-se mandado de prisão e, após seu cumprimento, guias de execução definitiva à Vara de Execução Penal desta Comarca; d) efetuem o cálculo das multas, custas e demais despesas processuais, após isso, intemem-se os condenados para pagamento no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inclusão em CDA e encaminhamento ao Ministério Público para fins de execução, nos termos do art. 50 do CP. Intime-se o réu, seu defensor, as vítimas e o Ministério Público, todos pessoalmente. Realizadas as diligências de lei e com o trânsito em julgado da sentença, arquivem-se os presentes autos, com baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intemem-se e Cumpra-se. Teresina - PI, 08 de outubro de 2020. JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

14.115. EDITAL - 3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA (3ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0006707-13.2019.8.18.0140

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO MPUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

Réu: JOSE FRANCISCO SOUSA COSTA JUNIOR**Advogado(s):** JEFFERSON DA COSTA SILVA(OAB/PIAUI Nº 16609)

SENTENÇA: segregado cautelarmente durante todo o processo e também se encontram presentes os requisitos da prisão preventiva, para garantia da ordem pública, uma vez que o crime de roubo foi cometido com grave ameaça às pessoas, com o emprego de arma de fogo, em concurso de agentes, circunstâncias a indicar maior grau de reprovabilidade das condutas, impondo a manutenção da medida extrema, com base no art. 312 do CPP. DA APLICAÇÃO DO § 2º, DO ART. 387 DO CPP: Documento assinado eletronicamente por JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO, Juiz(a), em 08/10/2020, às 22:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30252257 e o código verificador 36903.7D7FB.C1D97.ADB84.69A45.C51B8. O período que restou preso provisoriamente nesta ação penal até o momento da prolação desta Sentença, não permite a progressão de regime, portanto, em respeito a regra disposta no art. 33, §2º, alínea "a", do CP, mantenho o regime de cumprimento da pena anteriormente fixado. Deixo de arbitrar indenização às vítimas, eis que a peça inicial não estabeleceu o quantum indenizável. Ademais, no decorrer do processo, a parte interessada na reparação deveria fazer a prova necessária e indispensável a embasar a sua pretensão, o que não houve. Decerto, é notoriamente ilegal a conduta de arbitrar dano, sem que as partes tenham oportunidade para dizer sobre o montante indenizável, o que consistiria em violação aos direitos da vítima e do acusado, eis que da mesma forma que um tem direito de combater o pleito indenizatório, o outro necessita de oportunidade para demonstrar o quanto deve receber, e as proporções do dano experimentado. Ainda é possível que as vítimas sequer tenham interesse na percepção de indenização, o que torna inviável a pretensão contida no art. 387, inciso IV, do CPP. Nesse contexto, indefiro o pleito de reparação de danos. Condeno o réu ao pagamento das custas do processo, na forma do art. 804 do CPP. Em conformidade com o disposto no art. 201, §2º do CPP, proceda-se à comunicação da vítima sobre a sentença. Após o trânsito em julgado: a) encaminhe-se o boletim individual do réu para o Instituto de Identificação; b) oficie-se ao TRE/PI para os fins no disposto no art. 15, III, da Constituição Federal; c) expeça-se mandado de prisão e, após seu cumprimento, guias de execução definitiva à Vara de Execução Penal desta Comarca; d) efetuem o cálculo das multas, custas e demais despesas processuais, após isso, intemem-se os condenados para pagamento no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inclusão em CDA e encaminhamento ao Ministério Público para fins de execução, nos termos do art. 50 do CP. Intime-se o réu, seu defensor, as vítimas e o Ministério Público, todos pessoalmente. Realizadas as diligências de lei e com o trânsito em julgado da sentença, arquivem-se os presentes autos, com baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Teresina - PI, 08 de outubro de 2020. JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT BRAGA NETO Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

14.116. EDITAL - 3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (3ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0014576-55.2007.8.18.0008**Classe:** Ação Penal - Procedimento Ordinário**Autor:** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI**Advogado(s):****Réu:** FRANCISCO DAS CHAGAS OLIVEIRA GODINHO**Advogado(s):**

SENTENÇA: Isto posto, nos termos do art. 107, inciso IV c/c 109, inciso IV e V, todos do Código Penal Brasileiro, DECRETO A EXTINÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA por parte do Estado contra o acusado FRANCISCO DAS CHAGAS OLIVEIRA GODINHO, e, conseqüentemente, determino o arquivamento dos autos com baixa na distribuição e demais cautelas legais. Sem custas processuais. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se a respectiva baixa na distribuição. Intime-se a acusação, a defesa e os réus. Publique-se. Registre-se. Expedientes necessários. TERESINA, 7 de outubro de 2020 LIRTON NOGUEIRA SANTOS Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

14.117. EDITAL - 3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (3ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0012004-45.2012.8.18.0140**Classe:** Ação Penal - Procedimento Ordinário**Autor:** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI**Advogado(s):****Réu:** VALDECI NASCIMENTO MUNIZ**Advogado(s):**

SENTENÇA: III - Dispositivo Final Diante do exposto, decreto a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, em face dos acusado VALDECI NASCIMENTO MUNIZ, pela prescrição da pretensão punitiva na forma do art. 107, IV do Código Penal, e conseqüentemente, determino o arquivamento dos autos com baixa na distribuição e demais cautelas legais. Documento assinado eletronicamente por LIRTON NOGUEIRA SANTOS, Juiz(a), em 07/10/2020, às 20:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30247217 e o código verificador 1FCFC.35B5A.C6C94.E929C.4FEA6.13434. Sem custas processuais. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se a respectiva baixa na distribuição. Intime-se a acusação, a defesa e o réu. Publique-se. Registre-se. TERESINA, 7 de outubro de 2020 LIRTON NOGUEIRA SANTOS Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

14.118. EDITAL - 3ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0001102-52.2020.8.18.0140**CLASSE:** Ação Penal - Procedimento Ordinário**Autor:** MINISTÉRIO MPUBLICO DO ESTADO DO PIAUI**Réu:** MARLI DE LIMA SOUSA**EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 15 (quinze) dias**

O Dr. LIRTON NOGUEIRA SANTOS, Juiz de Direito desta cidade e comarca de TERESINA, Estado do Piauí, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo e Secretaria da 3ª Vara Criminal, a **AÇÃO PENAL** acima referenciada, ficando por este edital o acusado **MARLI DE LIMA SOUSA**, residente em local incerto e não sabido, CITADO para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e oferecer documentos e justificações, especificar provas, arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação, quando necessário, e CIENTIFICADO de que não respondendo à acusação ou não constituindo advogado, serão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser decretada a sua prisão preventiva e determinada a produção das provas consideradas urgentes (CP, art. 366 e 367), advertindo ainda, de que o prazo para a defesa correrá da data da publicação do presente edital. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 13 de outubro de 2020 (13/10/2020). Eu, _____, digitei,

subscrevi e assino.

LIRTON NOGUEIRA SANTOS

Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

14.119. DESPACHO - 3ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0007319-29.2011.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Requerente: PLUG - PROPAGANDA & MARKETING LTDA

Advogado(s): FABIO RENATO BOMFIM VELOSO(OAB/PIAUÍ Nº 3129)

Requerido: MUNICIPIO DE TERESINA

Advogado(s):

Ante o exposto, indefiro o pedido do Ministério Público em relação à intimação pessoal do autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito. Outrossim, dê-se vistas dos presentes autos ao Ministério Público, para, querendo, emitir parecer.

Intime-se.

14.120. DESPACHO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0001371-09.2011.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Requerente: ANTONIO FRANCISCO BARRADAS SOARES, ANTONIO REGIS GOMES, DILMA ANA LUZ, FRANCISCA RIBEIRO CAMPOS, FRANCISCO PEREIRA DE SOUZA, IVANETE CARDOSO DE OLIVEIRA, MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DE SOUSA GONÇALVES, MARIA INELDA CARDOZO, NOEMIA TAVARES DOS SANTOS, TANIA MARA GUIMARAES BEZERRA ALVES

Advogado(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 4027-A), MÁRIO MARCONDES NASCIMENTO(OAB/PIAUÍ Nº 7701)

Requerido: FEDERAL DE SEGUROS S/A

Advogado(s): SOCORRO DE MARIA MARINHO DE ARAUJO COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 9969), JOSEMAR LAURIANO PEREIRA(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 132101)

Vistos etc. Considerando o retorno do Agravo de Instrumento de n.2017.0001.009741-0, que concedeu a justiça gratuita aos autores da ação, determino a intimação, por advogado, da parte autora para, no prazo de 05 dias, dar prosseguimento no feito.

14.121. SENTENÇA - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0007881-04.2012.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Declarante: E FREITAS E REPRESENTAÇÕES LTDA

Advogado(s): JOSÉ WILSON CARDOSO DINIZ(OAB/PIAUÍ Nº 2523)

Declarado: MARIA DULCINALVA DE ARANDAS PEREIRA-ME

Advogado(s): AIRTON LUIZ DORNELAS SILVA(OAB/PERNAMBUCO Nº 743)

III - DISPOSITIVO Ante o exposto, CONHEÇO dos presentes Embargos de Declaração, opostos pela embargante, para, no mérito, negar-lhes ACOLHIMENTO, por não se encontrarem presentes quaisquer dos requisitos contidos no artigo 1.022 do CPC. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

14.122. DESPACHO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0018259-14.2015.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ODAIR JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA

Advogado(s): GUSTAVO HENRIQUE MACEDO DE SALES(OAB/PIAUÍ Nº 6919)

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A

Advogado(s): ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA(OAB/MARANHÃO Nº 10527-A)

NA OPORTUNIDADE, nomeio como PERITO TÉCNICO IGOR NORONHA PEREIRA CALEGARI, CRM-MA 6835, endereço eletrônico advisaalcalegari@gmail.com, que deverá ser intimado para dizer se aceita o encargo, no prazo de 05 (cinco) dias. Em atenção a Portaria n. 2121/2020 que mantém a suspensão de audiências presenciais até ulterior deliberação fica inviável a realização de perícias neste Fórum, assim determino que o perito acima nomeado informe se há viabilidade técnica em realizar perícia médica, por meio de telemedicina ou em seu consultório próprio. Expedientes necessários. Cumpra-se.

14.123. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0002677-03.2017.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARIA ANTONIA DA CONCEIÇÃO SILVA

Advogado(s): HENRY WALL GOMES FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 434405)

Réu: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÂ?O PADRONIZADOS N P L I

Advogado(s): THIAGO MAHFUZ VEZZI(OAB/PIAUÍ Nº 11943), CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES(OAB/PIAUÍ Nº 7006-A)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.124. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0024773-46.2016.8.18.0140

Classe: Consignação em Pagamento

Consignante: ANA VALERIA DA ROCHA CARVALHO

Advogado(s): YURI BATISTA RODRIGUES(OAB/PIAUÍ Nº 11793), MATHEUS DA ROCHA CARVALHO SARAIVA LEITÃO(OAB/PIAUÍ Nº 16434)

Consignado: MARIA DO SOCORRO BEZERRA DE SOUSA, IMOBILIARIA ROCHA E ROCHA

Advogado(s): DAVID EULALIO COUTO MACHADO FILHO(OAB/PIAÚI Nº 16110)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.125. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0002792-24.2017.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: RONALDO FABIANO TAVARES DE LIMA

Advogado(s): MARCELO MOITA PIEROT(OAB/PIAÚI Nº 4007)

Réu: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.126. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0012451-91.2016.8.18.0140

Classe: Monitória

Autor: EQUATORIAL PIAÚI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Advogado(s): ALOÍSIO ARAÚJO COSTA BARBOSA(OAB/PIAÚI Nº 5408), ANA RITA LUZ PEREIRA(OAB/PIAÚI Nº 10974)

Réu: JOSE DE RIBAMAR A DO REGO

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.127. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0023711-68.2016.8.18.0140

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: BANCO FIDIS S.A, BANCO CNH CAPITAL INDUSTRIAL S.A

Advogado(s): JOAO LEONELHO GABARDO FILHO(OAB/PARANÁ Nº 16948), JOSE AUGUSTO DE REZENDE JUNIOR(OAB/PIAÚI Nº 13273), CESAR AUGUSTO TERRA(OAB/PARANÁ Nº 17556), ALBERTO IVÁN ZAKIDALSKI(OAB/SÃO PAULO Nº 285218)

Requerido: IVAN LENDELL CARVALHO E SILVA

Advogado(s): FRANCISCO ABIEZEL RABELO DANTAS(OAB/PIAÚI Nº 3618)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.128. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0001132-40.2017.8.18.0028

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: B. V. FINANCEIRA S. A. C. F. I.

Advogado(s): ISOLDA SILVA PEREIRA(OAB/PIAÚI Nº 10657), MOISÉS BATISTA DE SOUZA(OAB/PIAÚI Nº 4217), FERNANDO LUZ PEREIRA(OAB/PIAÚI Nº 7031)

Requerido: WELLINGTON DOS SANTOS SILVA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo

passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020
CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR
Assessor Jurídico - 29715

14.129. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0005536-60.2015.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ANTONIO FRANCISCO LEMOS MARTINS

Advogado(s): ALESSANDRO ANDRADE ESPINDOLA(OAB/PIAÚI Nº)

Réu: HUMANA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, EMGERPI - EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUI

Advogado(s): LUCAS ALVES VILAR(OAB/PIAÚI Nº 5263), PAULO GUSTAVO COELHO SEPULVEDA(OAB/PIAÚI Nº 3923), ADAUTO FORTES JÚNIOR(OAB/PIAÚI Nº 5756)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020
CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR
Assessor Jurídico - 29715

14.130. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0013223-54.2016.8.18.0140

Classe: Monitória

Autor: EQUATORIAL PIAÚI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Advogado(s): BENTA MARIA PAÉ REIS LIMA(OAB/PIAÚI Nº 2507), EDSON LUIZ GOMES MOURÃO(OAB/PIAÚI Nº 16326), ADRIANE FARIAS MORORO DE MORAES DA MOTA(OAB/PIAÚI Nº 8816)

Réu: RAIMUNDA FARIAS ALMEIDA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020
CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR
Assessor Jurídico - 29715

14.131. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0009776-92.2015.8.18.0140

Classe: Monitória

Autor: EQUATORIAL PIAÚI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Advogado(s): BENTA MARIA PAÉ REIS LIMA(OAB/PIAÚI Nº 2507), ALOÍSIO ARAÚJO COSTA BARBOSA(OAB/PIAÚI Nº 5408)

Réu: NILMAR RODRIGUES DOS SANTOS

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020
CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR
Assessor Jurídico - 29715

14.132. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0022644-05.2015.8.18.0140

Classe: Monitória

Autor: EQUATORIAL PIAÚI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Advogado(s): EDSON LUIZ GOMES MOURÃO(OAB/PIAÚI Nº 16326), NARA LUANE MODESTO GUIMARAES LISBOA(OAB/PIAÚI Nº 6330)

Réu: JACIRA CASTELO BRANCO FERREIRA

Advogado(s): MARCELO LOBAO SALIM COELHO(OAB/PIAÚI Nº 9882)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020
CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR
Assessor Jurídico - 29715

14.133. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA**Processo nº** 0001506-11.2017.8.18.0140**Classe:** Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária**Requerente:** B.V FINANCEIRA S.A C.F.I**Advogado(s):** PIO CARLOS FREIRA JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 13274)**Requerido:** LUCIANO LEVI ALVES DE MOURA**Advogado(s):** MARCOS LUIZ DE SÁ RÊGO(OAB/PIAUÍ Nº 3083)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.134. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA**Processo nº** 0003291-76.2015.8.18.0140**Classe:** Procedimento Comum Cível**Autor:** SEBASTIÃO DE SOUZA, RITA DA SILVA SOUZA**Advogado(s):** GERIMAR DE BRITO VIEIRA-DEFENSOR PÚBLICO(OAB/PIAUÍ Nº)**Réu:** EMPRESA DE GESTAO DE RECURSOS DO PIAUI S/A - EMGERPI**Advogado(s):** ASTROGILDO MENDES DE ASSUNCAO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 3525), GUSTAVO LAGE FORTES(OAB/PIAUÍ Nº 7947), ADAUTO FORTES JÚNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 5756)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.135. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA**Processo nº** 0002210-24.2017.8.18.0140**Classe:** Monitória**Autor:** COMERCIAL FERROLESTE LTDA**Advogado(s):** MARCUS ANTONIO DE LIMA CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 11274)**Réu:** CONSTRUTORA GETEL LTDA**Advogado(s):**

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.136. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA**Processo nº** 0017678-62.2016.8.18.0140**Classe:** Procedimento Comum Cível**Autor:** MYLLENA DAYARA VIEIRA DA SILVA**Advogado(s):** REBECA FERREIRA RODRIGUES(OAB/PIAUÍ Nº 14971), MARCYELLE ARAUJO NEVES(OAB/PIAUÍ Nº 12930)**Réu:** MARCELA CAVALCANTE REINALDO PORTO**Advogado(s):** CLÁUDIA PARANAGUÁ DE CARVALHO DRUMOND(OAB/PIAUÍ Nº 1821), ISABELLA NOGUEIRA PARANAGUA DE CARVALHO DRUMOND(OAB/PIAUÍ Nº 8675), CLAUDIA PARANAGUÁ DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 1821)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.137. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA**Processo nº** 0022987-98.2015.8.18.0140**Classe:** Procedimento Comum Cível**Autor:** ANTONIO MARCONDES PEDROSA**Advogado(s):** HENRY WALL GOMES FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 4344)

Réu: AYMORÉ CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, ITAPEVA VII FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS

Advogado(s): PASQUALI PARISE E GASPARINI JUNIOR(OAB/SÃO PAULO Nº 4752)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.138. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0008322-43.2016.8.18.0140

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Advogado(s): CAMILA TIMOTEO VIEIRA(OAB/PIAÚI Nº 11508), GIULIO ALVARENGA REALE(OAB/MINAS GERAIS Nº 65628)

Requerido: DEUSLENE VIEIRA DE ALENCAR

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.139. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0023683-37.2015.8.18.0140

Classe: Monitoria

Autor: EQUATORIAL PIAÚI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Advogado(s): EDSON LUIZ GOMES MOURÃO(OAB/PIAÚI Nº 16326)

Réu: JUVENCIO HENRIQUE SANTOS

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.140. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0030592-61.2016.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: RODRIGO LAEDSON DA COSTA DE SOUSA

Advogado(s): HENRY WALL GOMES FREITAS(OAB/PIAÚI Nº 4344)

Réu: TIM NORDESTE TELECOMUNICAÇÕES

Advogado(s): CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA(OAB/PERNAMBUCO Nº 20335)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.141. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0001477-58.2017.8.18.0140

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: B V FINANCEIRA S/A, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Advogado(s): PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR(OAB/PIAÚI Nº 13274)

Requerido: ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES DE OLIVEIRA

Advogado(s): JOSÉ WILSON CARDOSO DINIZ(OAB/PIAÚI Nº 2523)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema

Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.142. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0017972-51.2015.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: PAULO RODRIGUES DA COSTA

Advogado(s): JOSUÉ ALVES DE CARVALHO VITÓRIO(OAB/PIAÚI Nº 6552)

Réu: BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL S/A

Advogado(s): EDUARDO LUIZ BROCK(OAB/SÃO PAULO Nº 91311)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.143. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0002071-09.2016.8.18.0140

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: BANCO PAN

Advogado(s): MOISÉS BATISTA DE SOUZA(OAB/PIAÚI Nº 4217), IVO PEREIRA(OAB/SÃO PAULO Nº 143801), FERNANDO LUZ PEREIRA(OAB/PIAÚI Nº 7031)

Requerido: MANOEL PEREIRA COSTA

Advogado(s): GERIMAR DE BRITO VIEIRA-DEFENSOR PÚBLICO(OAB/PIAÚI Nº)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.144. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0023775-15.2015.8.18.0140

Classe: Monitória

Autor: EQUATORIAL PIAÚI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., MARIA DOS SANTOS SILVA

Advogado(s): EDSON LUIZ GOMES MOURÃO(OAB/PIAÚI Nº 16326), ADRIANE FARIAS MORORO DE MORAES DA MOTA(OAB/PIAÚI Nº 8816)

Réu:

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.145. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0002701-31.2017.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ANTONIO ADAUTO SOARES

Advogado(s): JOSE ALBERTO GUERRA PIRES DE CARVALHO(OAB/PIAÚI Nº 9423)

Réu: BANCO SANTANDER BRASIL S.A

Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAÚI Nº 9016)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.146. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0011439-76.2015.8.18.0140

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA

Advogado(s): ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO(OAB/SÃO PAULO Nº 192649), JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS(OAB/SÃO PAULO Nº 156187)

Requerido: SIRNANDE DA SILVA SOUSA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.147. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0009742-20.2015.8.18.0140

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: BANCO SAFRA S/A

Advogado(s): ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO(OAB/SÃO PAULO Nº 192649), JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS(OAB/SÃO PAULO Nº 156187), ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO(OAB/PIAUÍ Nº 15770)

Requerido: RODOLFFO SOUSA RODRIGUES

Advogado(s): JOSÉLIO SÁLVIO OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 5636)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.148. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0014303-87.2015.8.18.0140

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Advogado(s): CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES(OAB/PIAUÍ Nº 7006-A), RICARDO ALEXANDRE PERESI(OAB/SÃO PAULO Nº 235156)

Requerido: LUIS FELIPE FEITOSA CAVALCANTE

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.149. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0008510-36.2016.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: DARLEA TEXEIRA DA SILVA

Advogado(s): LUCIANA MOREIRA RAMOS DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 4004)

Réu: GEAP AUTOGESTÃO EM SAUDE

Advogado(s): NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB/PIAUÍ Nº 8202)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

14.150. EDITAL - 4ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (4ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0001927-93.2020.8.18.0140

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Indiciante: DELEGACIA DE POLICIA INTERESTADUAL - POLINTER/PIAUÍ, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: JACKSON DAVI SANTOS SILVA

Advogado(s): LUIZ HUMBERTO GOMES CAVALCANTE(OAB/PIAUI Nº 13111)

DESPACHO: Intima-se o advogado, Dr. LUIZ HUMBERTO GOMES CAVALCANTE(OAB/PIAUI Nº 13111), do inteiro teor do Despacho, proferido por este juízo, que DEFERIU o pedido de mudança de endereço para a Comarca de Codó-MA, em favor do réu JACKSON DAVI SANTOS SILVA, devendo este comparecer a todos os atos processuais sempre que intimado, naquela Comarca.

14.151. SENTENÇA - 4ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0000782-51.2010.8.18.0140

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: DONIZETE BATISTA CARDOSO

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ(OAB/PIAUI Nº)

Vistos etc. (...). Diante do exposto, decreto a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, em face de DONIZETE BATISTA CARDOSO, pela prescrição, na forma do art. 107, IV do Código Penal, e consequentemente determino ainda o ARQUIVAMENTO dos presentes, com a devida baixa na distribuição e Sistema INFOSEG. P.R.I. Cumpra-se. TERESINA, 8 de outubro de 2020. JUNIA MARIA FEITOSA BEZERRA FIALHO. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA.

14.152. SENTENÇA - 4ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0023405-51.2006.8.18.0140

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: FRANCISCO DE ASSIS GUEDES DE VASCONCELOS, VULGO MUITO DOIDO, FRANCISCO JAMES DE SOUSA MIRANDA, ISAIAS PEREIRA DA SILVA, FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES DA SILVA, VULGO MAJOBINHA, JHON CARDOSO DA SILVA, LÉO JAIME BATISTA FÉLIX, FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA SANTOS, VULGO BRANÇÃO, ANTONIO FRANCISCO CARDOSO

Advogado(s):

Vistos etc. (...). Diante do exposto, decreto a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, em face de FRANCISCO JAMES DE SOUSA MIRANDA e LÉO JAIME BATISTA FÉLIX, pela prescrição, na forma do art. 107, IV do Código Penal, devendo o processo prosseguir quanto aos demais réus. P.R.I. Cumpra-se. TERESINA, 8 de outubro de 2020. JUNIA MARIA FEITOSA BEZERRA FIALHO. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA.

14.153. EDITAL - 4ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0016130-36.2015.8.18.0140

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: DELEGACIA DO 9º DISTRITO POLICIAL DE TEREISNA PIAUI, O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Réu: FRANCISCO LIMA GOMES NETO

EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 15 (quinze) dias

O Dr. JUNIA MARIA FEITOSA BEZERRA FIALHO, Juiz de Direito desta cidade e comarca de TERESINA, Estado do Piauí, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo e Secretaria da 4ª Vara Criminal, a **AÇÃO PENAL** acima referenciada, ficando por este edital o acusado **FRANCISCO LIMA GOMES NETO**, residente em local incerto e não sabido, CITADO para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e oferecer documentos e justificações, especificar provas, arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação, quando necessário, e CIENTIFICADO de que não respondendo à acusação ou não constituindo advogado, serão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser decretada a sua prisão preventiva e determinada a produção das provas consideradas urgentes (CP, art. 366 e 367), advertindo ainda, de que o prazo para a defesa correrá da data da publicação do presente edital. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 13 de outubro de 2020 (13/10/2020). Eu, _____, digitei, subscrevi e assino.

JUNIA MARIA FEITOSA BEZERRA FIALHO

Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

14.154. EDITAL - 4ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0000308-31.2020.8.18.0140

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: .MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Réu: FERNANDO ARAUJO DE SOUSA

EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 15 (quinze) dias

O Dr. JUNIA MARIA FEITOSA BEZERRA FIALHO, Juiz de Direito desta cidade e comarca de TERESINA, Estado do Piauí, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo e Secretaria da 4ª Vara Criminal, a **AÇÃO PENAL** acima referenciada, ficando por este edital o acusado **FERNANDO ARAUJO DE SOUSA**, residente em local incerto e não sabido, CITADO para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e oferecer documentos e justificações, especificar provas, arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação, quando necessário, e CIENTIFICADO de que não respondendo à acusação ou não constituindo advogado, serão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser decretada a sua prisão preventiva e determinada a produção das provas consideradas urgentes (CP, art. 366 e 367), advertindo ainda, de que o prazo para a defesa correrá da data da publicação do presente edital. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 13 de outubro de 2020 (13/10/2020). Eu, _____, digitei, subscrevi e assino.

JUNIA MARIA FEITOSA BEZERRA FIALHO

Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

14.155. EDITAL - 4ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (4ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0006423-05.2019.8.18.0140

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: FRANCISCO WELLINGTON MORAES SANTOS

Advogado(s): LINA TERESA COSTA BRANDÃO(OAB/PIAUÍ Nº 10618)

SENTENÇA: Intima-se a advogada, Dra. LINA TERESA COSTA BRANDÃO(OAB/PIAUÍ Nº 10618), do inteiro teor da Sentença, proferida por este Juízo, que decretou a EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE do réu FRANCISCO WELLINGTON MORAES SANTOS, pela morte do agente na forma do art. 107, I, do Código Penal.

14.156. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0010848-85.2013.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: O ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)

Executado(a): A DO NASCIMENTO RODRIGUES MEE

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 9 de outubro de 2020

LENIRA MENDES FERREIRA

Escrivão(ã) - 408451-9

14.157. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0021028-92.2015.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: PIAUI TRATORES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Advogado(s): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA(OAB/PIAUÍ Nº 3993)

Réu: ESTADO DO PIAUI

Advogado(s): JOSE CARLOS BASTOS SILVA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 7915-A), MARCOS ANTONIO N.FEITOSA(OAB/PIAUÍ Nº 399303)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

LENIRA MENDES FERREIRA

Escrivão(ã) - 408451-9

14.158. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0009315-86.2016.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUI

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)

Executado(a): CARLOS E BONIFACIO LTDA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

LENIRA MENDES FERREIRA

Escrivão(ã) - 408451-9

14.159. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0028166-13.2015.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUI

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)

Executado(a): CARLOS E BONIFACIO LTDA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

LENIRA MENDES FERREIRA

Escrivão(ã) - 408451-9

14.160. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0008224-92.2015.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: .O ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): CARLOS EDUARDO DA SILVA BELFORT DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 3179)

Executado(a): BRILHO E LIMPEZA LTDA ME

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

LENIRA MENDES FERREIRA

Escrivão(ã) - 408451-9

14.161. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0004449-35.2016.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)

Executado(a): NORTE E SUL ALIMENTOS LTDA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

LENIRA MENDES FERREIRA

Escrivão(ã) - 408451-9

14.162. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0028095-11.2015.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: . ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)

Executado(a): K M COMERCIO LTDA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

LENIRA MENDES FERREIRA

Escrivão(ã) - 408451-9

14.163. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0010748-28.2016.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: . ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)

Executado(a): EDIMAR DE OLIVEIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS MEE

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

LENIRA MENDES FERREIRA

Escrivão(ã) - 408451-9

14.164. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0000127-06.2015.8.18.0140

Classe: Mandado de Segurança Cível

Autor: PFM COMERCIAL LTDA

Advogado(s): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA(OAB/PIAUI Nº 3993)

Réu: SUPERINTENDENTE DA RECEITA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUI - SUPREC, GERENTE DE FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO - GTRAN

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

LENIRA MENDES FERREIRA

Escrivão(ã) - 408451-9

14.165. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0024705-33.2015.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUI

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUI Nº 3797-B)

Executado(a): C T AGUIAR, CIBELE TAUMATURGO DE AGUIAR

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

LENIRA MENDES FERREIRA

Escrivão(ã) - 408451-9

14.166. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0005019-21.2016.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUI

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUI Nº 3797-B)

Executado(a): EDIMAR DE OLIVEIRA COMERCIO E SERVIÇOS MEE

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

LENIRA MENDES FERREIRA

Escrivão(ã) - 408451-9

14.167. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0026754-13.2016.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Advogado(s): MONICA MARIA FRAZÃO BRITO CERQUEIRA(OAB/PIAUI Nº 3610)

Réu: ESTADO DO PIAUI

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUI Nº 3797-B)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

LENIRA MENDES FERREIRA

Escrivão(ã) - 408451-9

14.168. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0002632-33.2016.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: . ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)

Executado(a): DINA MARTHA ANDRADE ALENCAR SOUSA MEE

Advogado(s): LUIZ FELIPE DA SILVA FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 15774)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

LENIRA MENDES FERREIRA

Escrivão(ã) - 408451-9

14.169. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0002713-79.2016.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)

Executado(a): BRILHO E LIMPEZA LTDA ME(DISTRIB. DE MATERIAL DE LIMPEZA)

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

LENIRA MENDES FERREIRA

Escrivão(ã) - 408451-9

14.170. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0000818-20.2015.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: .O ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)

Executado(a): M DE J F DA SILVA MEE

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

LENIRA MENDES FERREIRA

Escrivão(ã) - 408451-9

14.171. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0026344-52.2016.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)

Executado(a): PSPOORT COMERCIO DE MATERIAL ESPORTIVOS LTDA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

LENIRA MENDES FERREIRA

Escrivão(ã) - 408451-9

14.172. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0005759-13.2015.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): CARLOS EDUARDO DA SILVA BELFORT DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 3179)

Executado(a): LIANA SILVA DA ROCHA - MEE

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

LENIRA MENDES FERREIRA

Escrivão(ã) - 408451-9

14.173. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0024497-15.2016.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: . ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)

Executado(a): J W M DE SOUSA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

LENIRA MENDES FERREIRA

Escrivão(ã) - 408451-9

14.174. CERTIDÃO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0020263-29.2012.8.18.0140

CLASSE: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL-PI

Executado(a): F F SOUSA

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

MARIA DAS GRAÇAS NERES BARROS

Analista Judicial - Mat. nº 4108710

14.175. CERTIDÃO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0019158-22.2009.8.18.0140

CLASSE: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Executado(a): J WILSON PECAS E SERVIÇOS

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

MARIA DAS GRAÇAS NERES BARROS
Analista Judicial - Mat. nº 4108710

14.176. CERTIDÃO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0003860-63.2004.8.18.0140

CLASSE: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUI (FAZENDA PUBLICA ESTADUAL)

Executado(a): AFAL ARTEFATOS DE FERRO E ACO LTDA

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

MARIA DAS GRAÇAS NERES BARROS
Analista Judicial - Mat. nº 4108710

14.177. CERTIDÃO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0017819-57.2011.8.18.0140

CLASSE: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Executado(a): C A L COMERCIO DE FERRAGENS LTDA

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

MARIA DAS GRAÇAS NERES BARROS
Analista Judicial - Mat. nº 4108710

14.178. CERTIDÃO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0000632-65.2013.8.18.0140

CLASSE: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Executado(a): LEO W R SIQUEIRA - MEE

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

MARIA DAS GRAÇAS NERES BARROS
Analista Judicial - Mat. nº 4108710

14.179. CERTIDÃO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0018689-05.2011.8.18.0140

CLASSE: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Executado(a): MAGAZINE SAMIRA LTDA

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

MARIA DAS GRAÇAS NERES BARROS
Analista Judicial - Mat. nº 4108710

14.180. CERTIDÃO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0014970-44.2013.8.18.0140

CLASSE: Execução Fiscal

Exequente: O ESTADO DO PIAUÍ

Executado(a): GILBERTO VIEIRA DA SILVA MEE

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

MARIA DAS GRAÇAS NERES BARROS
Analista Judicial - Mat. nº 4108710

14.181. CERTIDÃO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0002121-06.2014.8.18.0140

CLASSE: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUI

Executado(a): L P L INDUSTRIAL LTDA MEE

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

MARIA DAS GRAÇAS NERES BARROS
Analista Judicial - Mat. nº 4108710

14.182. CERTIDÃO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0016135-92.2014.8.18.0140

CLASSE: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUI

Executado(a): S A COSTA & CIA LTDA MEE

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

MARIA DAS GRAÇAS NERES BARROS
Analista Judicial - Mat. nº 4108710

14.183. CERTIDÃO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0024381-14.2013.8.18.0140

CLASSE: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUI

Executado(a): JOAO BATISTA JOSE DE LIMA

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

MARIA DAS GRAÇAS NERES BARROS
Analista Judicial - Mat. nº 4108710

14.184. CERTIDÃO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0024111-87.2013.8.18.0140

CLASSE: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUI

Executado(a): LUCYANA CARVALHO OQUENDO

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

MARIA DAS GRAÇAS NERES BARROS
Analista Judicial - Mat. nº 4108710

14.185. CERTIDÃO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0024357-83.2013.8.18.0140

CLASSE: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUI

Executado(a): PEDRO CAMPOS DE CARVALHO MEE

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

MARIA DAS GRAÇAS NERES BARROS
Analista Judicial - Mat. nº 4108710

14.186. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0020263-29.2012.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL-PI

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUI Nº 3797-B)

Executado(a): F F SOUSA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

14.187. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0019158-22.2009.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Advogado(s): KATIA MARIA DE MOURA VASCONCELOS(OAB/PIAUI Nº 2693/95)

Executado(a): J WILSON PECAS E SERVIÇOS

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

14.188. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0003860-63.2004.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUI (FAZENDA PUBLICA ESTADUAL)

Advogado(s): CELSO BARROS COELHO NETO (OAB/PIAUI Nº 2688)

Executado(a): AFAL ARTEFATOS DE FERRO E ACO LTDA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

14.189. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0017819-57.2011.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUI Nº 3797-B)

Executado(a): C A L COMERCIO DE FERRAGENS LTDA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

14.190. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0000632-65.2013.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAÚI Nº 3797-B)

Executado(a): LEO W R SIQUEIRA - MEE

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

14.191. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0018689-05.2011.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAÚI Nº 3797-B)

Executado(a): MAGAZINE SAMIRA LTDA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

14.192. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0014970-44.2013.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: O ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): CELSO BARROS COELHO NETO(OAB/PIAÚI Nº 2688)

Executado(a): GILBERTO VIEIRA DA SILVA MEE

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

14.193. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0002121-06.2014.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAÚI Nº 3797-B)

Executado(a): L P L INDUSTRIAL LTDA MEE

Advogado(s): WILSON GUERRA DE FREITAS JÚNIOR(OAB/PIAÚI Nº 2462)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as

partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

14.194. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0016135-92.2014.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUI

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)

Executado(a): S A COSTA & CIA LTDA MEE

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

14.195. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0024381-14.2013.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUI

Advogado(s): CELSO BARROS COELHO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 2688)

Executado(a): JOAO BATISTA JOSE DE LIMA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

14.196. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0024111-87.2013.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUI

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)

Executado(a): LUCYANA CARVALHO OQUENDO

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

14.197. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0024357-83.2013.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUI

Advogado(s): CELSO BARROS COELHO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 2688)

Executado(a): PEDRO CAMPOS DE CARVALHO MEE

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

14.198. SENTENÇA - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0012365-14.2002.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Advogado(s): KATIA MARIA DE MOURA VASCONCELOS LEAL(OAB/PIAÚI Nº 2693)

Executado(a): S. M. FERREIRA DA SILVA

Advogado(s):

SENTENÇA: Ante o exposto e a tudo considerado, declaro, ex officio, a nulidade da citação por edital nos autos das execuções fiscais (0012365-14.2002.8.18.0140 e 0001000-60.2002.8.18.0140) e reconheço a incidência do instituto da prescrição, nos termos do artigo 174 do CTN, em relação ao crédito tributário consubstanciado na CDA's nº 0301.0125/01, 0301.0126/01, 0301.1125/00, 0301.1126/00 e 0301.1127/00, razão pela qual julgo extinto o presente feito nos termos do art. 487, inciso II do CPC/2015. Determino que sejam levantadas quaisquer restrições que tenham recaído sobre o patrimônio da executada em razão da presente execução. Sem custas. Após satisfeitas as demais e legais formalidades, com baixa na distribuição, arquivem-se. P. R. I. Cumpra-se. TERESINA, 05 de outubro de 2020 Dr. Dioclécio Sousa da Silva Juiz(a) de Direito da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de TERESINA

14.199. SENTENÇA - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0008486-52.2009.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Advogado(s): CARLOS EDUARDO BELFORT(OAB/PIAÚI Nº 105974-2)

Executado(a): R. N. ALVES DROGARIA

Advogado(s):

SENTENÇA: Ante o exposto e a tudo considerado, declaro, ex officio, a nulidade da citação por edital nos autos e reconheço a incidência do instituto da prescrição, nos termos do artigo 174 do CTN, em relação ao crédito tributário consubstanciado na CDA nº 0301.0662/09 razão pela qual julgo extinto o presente feito nos termos do art. 487, inciso II do CPC/2015. Determino que sejam levantadas quaisquer restrições que tenham recaído sobre o patrimônio da executada em razão da presente execução. Isento de custas. Após satisfeitas as demais e legais formalidades, com baixa na distribuição, arquivem-se. P. R. I. Cumpra-se. TERESINA, 05 de outubro de 2020 Dr. Dioclécio Sousa da Silva Juiz(a) de Direito da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de Teresina.

14.200. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0002938-03.1996.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUI

Advogado(s): MARCOS ANTONIO ALVES DE ANDRADE(OAB/PIAÚI Nº 5397)

Executado(a): J.G.TAVARES COMERCIO E SERVICOS, JEOVANE GOMES TAVARES

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.201. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0003968-19.2009.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL - PI

Advogado(s): CELSO BARROS COELHO NETO(OAB/PIAÚI Nº 2688)

Executado(a): FRANCISCO DAS CHAGAS P VIEIRA E CIA LTDA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo

passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.202. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0004246-15.2012.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAÚI Nº 3797-B)

Executado(a): SUDAN INDUSTRIA E COMERCIO DE CIGARROS LTDA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.203. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0005503-56.2004.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Advogado(s): KATIA MARIA DE MOURA VASCONCELOS LEAL(OAB/PIAÚI Nº 2693)

Executado(a): JOSE MARIA REBELO SILVA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.204. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0006536-81.2004.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUI (FAZENDA PUBLICA ESTADUAL)

Advogado(s): CELSO BARROS COELHO NETO (OAB/PIAÚI Nº 2688)

Executado(a): B & B CALÇALDOS LTDA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.205. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0006617-59.2006.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL

Advogado(s): KATIA MARIA DE MOURA VASCONCELOS LEAL(OAB/PIAÚI Nº 2693)

Executado(a): A J E COELHO REPRESENTAÇÕES E COMERCIO LTDA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo

passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.206. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0007288-34.1996.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Advogado(s): PLINIO CLERTON FILHO (OAB/PIAUI Nº 2206)

Executado(a): ESIO FERNANDES DA COSTA SOUSA

Advogado(s): DÉCIO SOLANO NOGUEIRA(OAB/PIAUI Nº 58-B)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.207. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0007475-42.1996.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Advogado(s): GLINIA LUSTOSA NOGUEIRA (OAB/PIAUI Nº 23-B)

Executado(a): ANTONIO RODRIGUES E CEREAS

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.208. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0008556-30.2013.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUI Nº 3797-B)

Executado(a): IN VITRO DIAGNOSTICA LTDA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.209. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0009424-23.2004.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Advogado(s): CELSO BARROS COELHO NETO (OAB/PIAUI Nº 2688)

Executado(a): METALMAX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo

passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.210. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0011084-96.1997.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Advogado(s): LUIS SOARES DE AMORIM(OAB/PIAUI Nº 2433)

Executado(a): E.F.MOREIRA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.211. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0015914-17.2011.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Advogado(s): MARCOS ANTONIO ALVES DE ANDRADE(OAB/PIAUI Nº 5397), FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUI Nº 3797-B)

Executado(a): NORTE SUL COMERCIO ATACADISTA LTDA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.212. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0017200-93.2012.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUI Nº 3797-B)

Executado(a): S & T COM E REPRES DE ELETROD E ART USO DOMESTICO LTDA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.213. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0021913-24.2006.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PIAUI

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUI Nº 3797-B)

Executado(a): EDMILSON ALVES DE CARVALHO JUNIOR

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo

passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.214. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0022537-34.2010.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAÚI Nº 3797-B)

Executado(a): FRANCISCO BARBOSA RIBEIRO

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.215. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0025698-47.2013.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAÚI Nº 3797-B)

Executado(a): MABE HORTOLANDIA ELETRODOMESTICOS LTDA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.216. ATO ORDINATÓRIO - 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA DE TERESINA

Processo nº 0028823-91.2011.8.18.0140

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAÚI Nº 3797-B)

Executado(a): J NARCISO DO MONTE COMERCIO E REPRESENTAÇÕES

Advogado(s): MICHEL MENES PIMENTEL DO MONTE(OAB/MARANHÃO Nº 7295)

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.217. EDITAL - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

2ª Publicação

Processo nº: 0006604-45.2015.8.18.0140

Classe: Interdição

Interditante: DAGMAR MORAIS DOS SANTOS

Advogado(s): SARA MARIA ARAUJO MELO(OAB/PIAÚI Nº)

Interditando: REMO SANTOS DA SILVA

Advogado(s):

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

O (A) Dr (a). TANIA REGINA S. SOUSA, Juíza de Direito da 5ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

FAZ SABER ao que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi decretada a **INTERDIÇÃO** de **REMO SANTOS DA SILVA, Brasileiro(a) , solteiro, residente e domiciliado(a) em RUA MAGALHÃES FILHO, Nº 96, PIÇARRA, TERESINA - Piauí** nos autos do Processo

nº 0006604-45.2015.8.18.0140 em trâmite pela 5ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de TERESINA, por sentença, declarando a parte interdita incapaz de reger seus negócios e bens na vida civil, tendo sido nomeado curadora DAGMAR MORAIS DOS SANTOS, Brasileiro(a), solteira, residente e domiciliado(a) em RUA MAGALHAES FILHO, SUL 96., PIÇARRA, TERESINA - Piauí, a qual prestará compromisso legal e bem exercer o munus, observadas as cautelas legais. A M.Mª Juíza de Direito mandou expedir o presente edital que será publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias no Diário da Justiça, fixando-o no lugar de costume.

Eu, _____ SORAIA MARTINS VIANA ARAGAO PEREIRA, Analista Administrativo, digitei e subscrevo.

TERESINA, 30 de setembro de 2020.

TANIA REGINA S. SOUSA

Juíza de Direito da 5ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de TERESINA.

14.218. DESPACHO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0032122-71.2014.8.18.0140

Classe: Inventário

Inventariante: TERESINHA DE JESUS GUIMARAES LIMA SOUSA

Advogado(s): FRANCISCO DANIEL BARBOSA ARAUJO(OAB/PIAÚI Nº 11101)

Inventariado: MARCEL FRANKLIN LIMA E LIMA

Advogado(s):

DESPACHO

Intime-se a inventariante, através de seu advogado, para no prazo de 10 (dez) dias, cumprir as providências requeridas pela Fazenda Pública Estadual em parecer de p.e, datada de 10/12/2019, procedendo com a juntada do respectivo Termo de Quitação do ITCMD, bem como apresentação das Certidões Negativas de Tributos da Fazenda Estadual quais sejam, a Certidão de Situação Fiscal e Tributária e a Certidão quanto à Dívida Ativa.

Cumpra-se.

TERESINA, 8 de outubro de 2020

TÂNIA REGINA S. SOUSA

Juíza de Direito da 5ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de TERESINA

14.219. CERTIDÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 5ª Vara de Família e Sucessões DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0024580-65.2015.8.18.0140

CLASSE: Divórcio Litigioso

Autor: MARLON ACHTERT SHULTZ

Réu: CAREN LOURDES DA SILVA

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - Mat. nº 319597-0

14.220. CERTIDÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 5ª Vara de Família e Sucessões DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0021786-42.2013.8.18.0140

CLASSE: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: WYNSA MARY VILENA QUADRO - MENOR, DAVI VIDHA VILENA QUADRO - MENOR

Requerido: GILSON EVANGELISTA QUADRO

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - Mat. nº 319597-0

14.221. CERTIDÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 5ª Vara de Família e Sucessões DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0021378-17.2014.8.18.0140

CLASSE: Alvará Judicial - Lei 6858/80

Autor: HILDA DO O NASCIMENTO SILVA

Réu:

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - Mat. nº 319597-0

14.222. CERTIDÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 5ª Vara de Família e Sucessões DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0020813-19.2015.8.18.0140

CLASSE: Procedimento Comum Cível

Autor: CALEB ANGELIS DA CONCEIÇÃO SILVA

Réu: GENNARO DE ANGELIS

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - Mat. nº 319597-0

14.223. CERTIDÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 5ª Vara de Família e Sucessões DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0019644-94.2015.8.18.0140

CLASSE: Divórcio Litigioso

Autor: ADEMAR VERISSIMO NETO

Réu: ANTONIA ALVES DA SILVA

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - Mat. nº 319597-0

14.224. CERTIDÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 5ª Vara de Família e Sucessões DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0018729-79.2014.8.18.0140

CLASSE: Alvará Judicial

Requerente: FRANKLIN DA SILVA LIMA, JOSE HERMELINDO DA SILVA LIMA

Réu:

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - Mat. nº 319597-0

14.225. CERTIDÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 5ª Vara de Família e Sucessões DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0017702-27.2015.8.18.0140

CLASSE: Alvará Judicial - Lei 6858/80

Autor: MARIA NEUSA CONCEIÇÃO BARROS

Réu:

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - Mat. nº 319597-0

14.226. CERTIDÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 5ª Vara de Família e Sucessões DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0016358-74.2016.8.18.0140

CLASSE: Inventário

Inventariante: GILBERTO VIEIRA DE CARVALHO, ROSEMARY BORGES DE SOUSA SABINO CRUZ, FRANC-RAIMU SILVA SABINO, ALLANKARDEC SILVA SABINO

Inventariado: ALICE BORGES DE SOUSA SABINO

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - Mat. nº 319597-0

14.227. CERTIDÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 5ª Vara de Família e Sucessões DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0016233-09.2016.8.18.0140

CLASSE: Inventário

Inventariante: MARIA ALDA DE SOUSA

Inventariado: JOSE MARIA DOS SANTOS

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - Mat. nº 319597-0

14.228. CERTIDÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 5ª Vara de Família e Sucessões DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0011638-98.2015.8.18.0140

CLASSE: Alvará Judicial - Lei 6858/80

Autor: CARMEM LÚCIA COSTA

Réu:

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - Mat. nº 319597-0

14.229. CERTIDÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 5ª Vara de Família e Sucessões DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0011443-79.2016.8.18.0140

CLASSE: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: ADALBERTO JUNIOR ALVES CASTELO BRANCO

Requerido: EULLER SOTO CASTELO BRANCO, EVELYN SOTO CASTELO BRANCO

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - Mat. nº 319597-0

14.230. CERTIDÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 5ª Vara de Família e Sucessões DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0010703-24.2016.8.18.0140

CLASSE: Procedimento Comum Cível

Autor: DAIANE SOUZA DE ARAUJO

Réu: REGINA LÚCIA NERYS PEDREIRAS SILVA

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - Mat. nº 319597-0

14.231. CERTIDÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 5ª Vara de Família e Sucessões DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0005074-69.2016.8.18.0140

CLASSE: Divórcio Litigioso

Autor: JOSIMAR HERMES DA COSTA

Réu: NOELIA RODRIGUES DO NASCIMENTO COSTA

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - Mat. nº 319597-0

14.232. CERTIDÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 5ª Vara de Família e Sucessões DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0002755-65.2015.8.18.0140

CLASSE: Inventário

Inventariante: ROSA FORTES LAGES CASTELO BRANCO, PAULO DE TARSO LAGES CAVALCANTI, ANTONIO LAGES CAVALCANTI, RAIMUNDO ALVES NETO, MARIA ESTHER LAGES CAVALCANTI IBIAPINA, JULIETA FORTES LAGES CAVALCANTI, JACQUELINE FORTES LAGES CAVALCANTI MARTINS COSTA, MARIA VITORIA LAGES CAVALCANTI COSTA MELO, JOSÉ RENATO LAGES CAVALCANTE FILHO, ALEXANDRE MARCELO LAGES CAVALCANTI

Inventariado: MARIA CELESTE PIRES LAGES CAVALCANTE

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - Mat. nº 319597-0

14.233. CERTIDÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 5ª Vara de Família e Sucessões DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0001130-59.2016.8.18.0140

CLASSE: Inventário

Inventariante: LOURDES MARIA DE DEUS NUNES

Inventariado: LUIS LINO DOS SANTOS FILHO

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - Mat. nº 319597-0

14.234. CERTIDÃO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 5ª Vara de Família e Sucessões DA COMARCA DE TERESINA

PROCESSO Nº 0000511-37.2013.8.18.0140

CLASSE: Inventário

Inventariante: MARIA CELESTE PIRES LAGES CAVALCANTE, RAIMUNDO ALVES NETO

Inventariado: MARIA BERNADETE PIRES LAGES CAVALCANTE(FALECIDA)

certidão

CERTIFICO a conclusão da virtualização dos presentes autos, que terá sua distribuição CANCELADA no Sistema Themis Web e passará a tramitar exclusivamente no Sistema do Processo Judicial Eletrônico - PJe, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Provimento CGJ nº. 17 de 24 de outubro de 2018.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - Mat. nº 319597-0

14.235. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0024580-65.2015.8.18.0140

Classe: Divórcio Litigioso

Autor: MARLON ACHTERT SHULTZ

Advogado(s): JEIKO LEAL MELO HOHMANN BRITTO(OAB/PIAUÍ Nº 11494)

Réu: CAREN LOURDES DA SILVA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - 319597-0

14.236. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0021786-42.2013.8.18.0140

Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: WYSNA MARY VILENA QUADRO - MENOR, DAVI VIDHA VILENA QUADRO - MENOR

Advogado(s): OSITA MARIA MACHADO RIBEIRO COSTA (OAB/PIAUÍ Nº 1506)

Requerido: GILSON EVANGELISTA QUADRO

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as

partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - 319597-0

14.237. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0021378-17.2014.8.18.0140

Classe: Alvará Judicial - Lei 6858/80

Autor: HILDA DO O NASCIMENTO SILVA

Advogado(s): OSITA MARIA MACHADO RIBEIRO COSTA (OAB/PIAÚI Nº 1506)

Réu:

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - 319597-0

14.238. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0020813-19.2015.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: CALEB ANGELIS DA CONCEIÇÃO SILVA

Advogado(s): DANIELA NEVES BONA(OAB/PIAÚI Nº 3859)

Réu: GENNARO DE ANGELIS

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - 319597-0

14.239. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0019644-94.2015.8.18.0140

Classe: Divórcio Litigioso

Autor: ADEMAR VERISSIMO NETO

Advogado(s): DILENE BRANDÃO LIMA(OAB/PIAÚI Nº 1551)

Réu: ANTONIA ALVES DA SILVA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - 319597-0

14.240. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0018729-79.2014.8.18.0140

Classe: Alvará Judicial

Requerente: FRANKLIN DA SILVA LIMA, JOSE HERMELINDO DA SILVA LIMA

Advogado(s): LEONARDO LAURENTINO NUNES MARTINS(OAB/PIAÚI Nº 11328)

Réu:

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as

partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - 319597-0

14.241. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0017702-27.2015.8.18.0140

Classe: Alvará Judicial - Lei 6858/80

Autor: MARIA NEUSA CONCEIÇÃO BARROS

Advogado(s): SARA MARIA ARAUJO MELO(OAB/PIAÚI Nº)

Réu:

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - 319597-0

14.242. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0016358-74.2016.8.18.0140

Classe: Inventário

Inventariante: GILBERTO VIEIRA DE CARVALHO, ROSEMARY BORGES DE SOUSA SABINO CRUZ, FRANC-RAIMU SILVA SABINO, ALLANKARDEC SILVA SABINO

Advogado(s): SILVIA LORENN DE SOUSA ALENCAR(OAB/PIAÚI Nº 10638), JOSÉLIO SÁLVIO OLIVEIRA(OAB/PIAÚI Nº 5636)

Inventariado: ALICE BORGES DE SOUSA SABINO

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - 319597-0

14.243. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0016233-09.2016.8.18.0140

Classe: Inventário

Inventariante: MARIA ALDA DE SOUSA

Advogado(s): MARIA PAULA CARDOSO DA ROCHA(OAB/PIAÚI Nº 17647)

Inventariado: JOSE MARIA DOS SANTOS

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - 319597-0

14.244. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0011638-98.2015.8.18.0140

Classe: Alvará Judicial - Lei 6858/80

Autor: CARMEM LÚCIA COSTA

Advogado(s): SARA MARIA ARAUJO MELO(OAB/PIAÚI Nº)

Réu:

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização

dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - 319597-0

14.245. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0011443-79.2016.8.18.0140

Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: ADALBERTO JUNIOR ALVES CASTELO BRANCO

Advogado(s): IRENITA APOLONIA DA SILVA(OAB/SÃO PAULO Nº 148588)

Requerido: EULLER SOTO CASTELO BRANCO, EVELYN SOTO CASTELO BRANCO

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - 319597-0

14.246. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0010703-24.2016.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: DAIANE SOUZA DE ARAUJO

Advogado(s): LAMARTINE LUIZ COELHO BRITO(OAB/PIAÚI Nº 18317), JANYNE BARBOSA RAMOS ALVES(OAB/PIAÚI Nº 4393-E), JOSÉLIO SÁLVIO OLIVEIRA(OAB/PIAÚI Nº 5636), INÁCIO PIMENTEL PINTO(OAB/PIAÚI Nº 17776)

Réu: REGINA LÚCIA NERYS PEDREIRAS SILVA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - 319597-0

14.247. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0005074-69.2016.8.18.0140

Classe: Divórcio Litigioso

Autor: JOSIMAR HERMES DA COSTA

Advogado(s): WALBER COELHO DE ALMEIDA RODRIGUES(OAB/PIAÚI Nº 5457)

Réu: NOELIA RODRIGUES DO NASCIMENTO COSTA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - 319597-0

14.248. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0002755-65.2015.8.18.0140

Classe: Inventário

Inventariante: ROSA FORTES LAGES CASTELO BRANCO, PAULO DE TARSO LAGES CAVALCANTI, ANTONIO LAGES CAVALCANTI, RAIMUNDO ALVES NETO, MARIA ESTHER LAGES CAVALCANTI IBIAPINA, JULIETA FORTES LAGES CAVALCANTI, JACQUELINE FORTES LAGES CAVALCANTI MARTINS COSTA, MARIA VITORIA LAGES CAVALCANTI COSTA MELO, JOSÉ RENATO LAGES CAVALCANTE FILHO, ALEXANDRE MARCELO LAGES CAVALCANTI

Advogado(s): ANTÔNIO LAGES CAVALCANTI(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 14882), JOSE RENATO LAGES CAVALCANTI NETO(OAB/PIAÚI Nº 5778), RAIMUNDO ALVES NETO(OAB/PIAÚI Nº 631-A), MARIA MARCILIA DE ALENCAR DOS SANTOS(OAB/PIAÚI Nº 11293), GERALDO

FORTES FREITAS FILHO(OAB/PIAUI Nº 9559), OSVALNILSON DE FREITAS MARTINS COSTA(OAB/PIAUI Nº 4386-B)

Inventariado: MARIA CELESTE PIRES LAGES CAVALCANTE

Advogado(s): JOSE RENATO LAGES CAVALCANTI NETO(OAB/PIAUI Nº 5778)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - 319597-0

14.249. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0001130-59.2016.8.18.0140

Classe: Inventário

Inventariante: LOURDES MARIA DE DEUS NUNES

Advogado(s): DILENE BRANDÃO LIMA(OAB/PIAUI Nº 1551)

Inventariado: LUIS LINO DOS SANTOS FILHO

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - 319597-0

14.250. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0000511-37.2013.8.18.0140

Classe: Inventário

Inventariante: MARIA CELESTE PIRES LAGES CAVALCANTE, RAIMUNDO ALVES NETO

Advogado(s): ANTÔNIO LAGES CAVALCANTI(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 14882), OSVALNILSON DE FREITAS MARTINS COSTA(OAB/MARANHÃO Nº 8894-A), JOSE RENATO LAGES CAVALCANTI NETO(OAB/PIAUI Nº 5778), MARIA MARCILIA DE ALENCAR DOS SANTOS(OAB/PIAUI Nº 11293), RAIMUNDO ALVES NETO(OAB/PIAUI Nº 631-A), KARINE CAMPELO DE BARROS(OAB/PIAUI Nº 6324), OSVALNILSON DE FREITAS MARTINS COSTA(OAB/PIAUI Nº 4386-B)

Inventariado: MARIA BERNADETE PIRES LAGES CAVALCANTE(FALECIDA)

Advogado(s): JOSE RENATO LAGES CAVALCANTI NETO(OAB/PIAUI Nº 5778)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 10 de outubro de 2020

MARIA JAKELINE DA COSTA ROCHA

Servidor Designado - 319597-0

14.251. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0029484-02.2013.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: AIRA SANTOS OLIVEIRA

Advogado(s): MURYEL BANDEIRA FONSECA(OAB/PIAUI Nº 7777)

Réu: HERMINIA MARIA LUIZA SOUSA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

ROSILANE RIBEIRO CLARO

Técnico Judicial - 26651

14.252. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0029239-88.2013.8.18.0140

Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: JEFERSON JUNIOR NOGUEIRA DE SOUSA

Advogado(s): KARLA CIBELE TELES DE MESQUITA ANDRADE(OAB/PIAUI Nº null)

Requerido: JEFERSON NOGUEIRA GRANJA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

ROSILANE RIBEIRO CLARO

Técnico Judicial - 26651

14.253. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0028444-19.2012.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: DEBORA STEFFANI DE SOUSA

Advogado(s): DILENE BRANDAO LIMA(OAB/PIAUI Nº 1551)

Réu: DOMINGOS FERREIRA DA SILVA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

ROSILANE RIBEIRO CLARO

Técnico Judicial - 26651

14.254. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0026631-20.2013.8.18.0140

Classe: Inventário

Inventariante: MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES ASSIS

Advogado(s): VIRGÍLIO BACELAR DE CARVALHO(OAB/PIAUI Nº 2040)

Inventariado: ONESINA MENDES DE OLIVEIRA(FALECIDA)

Advogado(s): WOLTERES ALENCAR MIRANDA(OAB/PIAUI Nº 2054)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

ROSILANE RIBEIRO CLARO

Técnico Judicial - 26651

14.255. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0018660-81.2013.8.18.0140

Classe: Interdição

Interditante: MARLON MARQUEL DE CASTRO TEIXEIRA MOURA

Advogado(s): MÔNIA DANTAS DE MACEDO(OAB/PIAUI Nº 7998), TONHARES BRUNO DA CUNHA LEAL(OAB/PIAUI Nº 8383)

Interditando: FRANCINALDA DE CASTRO TEIXEIRA MOURA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

ROSILANE RIBEIRO CLARO

Técnico Judicial - 26651

14.256. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0016706-97.2013.8.18.0140

Classe: Inventário

Inventariante: ANGELA MARTINS NAPOLEÃO BRAZ E SILVA, MARCIO MARTINS NAPOLEAO BRAZ E SILVA

Advogado(s): MARCOS PATRÍCIO NOGUEIRA LIMA(OAB/PIAÚI Nº 1973), AURÉLIO LOBÃO LOPES(OAB/PIAÚI Nº 3810), MARCELO VITOR COUTINHO DE ARAUJO(OAB/PIAÚI Nº 7506)

Inventariado: JOÃO BRAZ DA CRUZ E SILVA NETO

Advogado(s): JOSÉ FORTES DE PÁDUA NETO(OAB/PIAÚI Nº 6072), JOAO NETO PINHEIRO NAPOLEAO BRAZ(OAB/PIAÚI Nº 7763), KADMO ALENCAR LUZ(OAB/PIAÚI Nº 6176)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

ROSILANE RIBEIRO CLARO

Técnico Judicial - 26651

14.257. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0013928-91.2012.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARINA VERAS GALVÃO

Advogado(s): ITALO CAVALCANTI SOUZA(OAB/PIAÚI Nº 3635), ELEANDRA SILVA PASSOS(OAB/PIAÚI Nº 5104), ITALO CAVALCANTI SOUZA (OAB/PIAÚI Nº 3635), ELEANDRA SILVA PASSOS(OAB/PIAÚI Nº 5104)

Réu: RAIMUNDO TORRES DE OLIVEIRA, REGINA ELIZABETH DE ARAÚJO OLIVEIRA, RAYMUNDO TORRES DE ARAÚJO OLIVEIRA, PAULO ROBERTO ARAÚJO OLIVEIRA

Advogado(s): JOSÉ ANTONIO DE SIQUEIRA NUNES(OAB/PIAÚI Nº 2887)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

ROSILANE RIBEIRO CLARO

Técnico Judicial - 26651

14.258. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0010722-69.2012.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: JOAO PEDRO PEREIRA BORGES - MENOR

Advogado(s): DILENE BRANDAO LIMA(OAB/PIAÚI Nº 1551)

Réu: MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

ROSILANE RIBEIRO CLARO

Técnico Judicial - 26651

14.259. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0006350-43.2013.8.18.0140

Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: JOSÉ VICTOR DA SILVA ALBANO

Advogado(s): DILENE BRANDAO LIMA(OAB/PIAÚI Nº 1551)

Requerido: JOSE GABRIEL GALVAO ALBANO

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 12 de outubro de 2020

ROSILANE RIBEIRO CLARO

Técnico Judicial - 26651

14.260. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0013752-44.2014.8.18.0140

Classe: Execução de Alimentos

Autor: YAGO RIAN RODRIGUES

Advogado(s): DÉBORA CUNHA VIEIRA CARDOSO(OAB/PIAÚI Nº 4462-B)

Réu: GEAN DA CUNHA LIRA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA

Analista Judicial - 4085329

14.261. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0023441-15.2014.8.18.0140

Classe: Divórcio Litigioso

Autor: ELUSA ROCHA LIMA

Advogado(s): JAILSON BRASIL ROCHA DA PAZ(OAB/PIAÚI Nº 9994)

Réu: JOAQUIM RODRIGUES LIMA FILHO

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA

Analista Judicial - 4085329

14.262. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0026074-62.2015.8.18.0140

Classe: Interdição

Interditante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, MARLI RIBEIRO DA SILVA

Advogado(s):

Interditando: MARIA GARDENE DA SILVA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA

Analista Judicial - 4085329

14.263. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0025240-30.2013.8.18.0140

Classe: Inventário

Inventariante: MARIA DO SOCORRO SOUSA SANTOS, GERALDA GOMES SOUSA

Advogado(s): OSITA MARIA MACHADO RIBEIRO COSTA (OAB/PIAÚI Nº 1506)

Inventariado: LUIS JOAO DE SOUSA-FALECIDO, ROSA GOMES DE OLIVEIRA-FALECIDA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA
Analista Judicial - 4085329

14.264. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0027176-90.2013.8.18.0140
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: LUIS GUSTAVO DE SOUSA BORGES
Advogado(s): DILENE BRANDÃO LIMA (OAB/PIAUI Nº 1234)
Requerido: MANOEL DA CRUZ BORGES SOARES FILHO
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020
JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA
Analista Judicial - 4085329

14.265. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0005737-23.2013.8.18.0140
Classe: Procedimento Comum Cível
Autor: JOSE YCARO DE SOUSA FERNANDES(MENOR)
Advogado(s): MARIA DO AMPARO RODRIGUES LIMA(OAB/PIAUI Nº 1507)
Réu: JOSE CONRADO DA SILVA
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020
JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA
Analista Judicial - 4085329

14.266. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0025014-25.2013.8.18.0140
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: ANA CAROLINE FERNANDES DIAS - MENOR, JHENIFER MARIA DAS GRAÇAS FERNANDES DIAS - MENOR, MARLANGE FERNANDES LEAL
Advogado(s): DILENE BRANDAO LIMA(OAB/PIAUI Nº 1551)
Requerido: JOSINETO FERREIRA DIAS
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020
JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA
Analista Judicial - 4085329

14.267. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0022261-90.2016.8.18.0140
Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente: ISABELA MARIA GONÇALVES PINHEIRO DE VASCONCELOS
Advogado(s): ALEXANDRE HERMANN MACHADO(OAB/PIAUI Nº 2100)
Requerido: SERGIO AUGUSTO PINHEIRO DE VASCONCELOS
Advogado(s): SÉRGIO AUGUSTO PINHEIRO DE VASCONCELOS(OAB/PIAUI Nº 1968)
Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)
Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020
JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA
Analista Judicial - 4085329

14.268. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0013402-56.2014.8.18.0140
Classe: Inventário
Inventariante: LUAN JEFFERSON SILVA FORTES
Advogado(s): DILENE BRANDAO LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 1551)
Inventariado: PEDRO SIMAO CRUZ FORTES
Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020
JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA
Analista Judicial - 4085329

14.269. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0027715-56.2013.8.18.0140
Classe: Alvará Judicial
Requerente: JOSE BARBOSA DE SOUSA FILHO
Advogado(s): DENIS GOMES MOREIRA (OAB/PIAUÍ Nº 2718)
Réu:

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020
JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA
Analista Judicial - 4085329

14.270. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0009765-92.2017.8.18.0140
Classe: Execução de Alimentos
Autor: HÉLDER PITER MACEDO GONÇALVES, JOSÉ SMITH MACEDO GONÇALVES, ERICA LARISSA MACEDO, LUIS LAVOISIER MACEDO GONÇALVES
Advogado(s): ARMANO CARVALHO BARBOSA(OAB/PIAUÍ Nº 4686), LIA MEDEIROS DO CARMO IVO(OAB/PIAUÍ Nº)
Réu: FRANCISCO GONÇALVES DA SILVA
Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020
JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA
Analista Judicial - 4085329

14.271. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0006241-58.2015.8.18.0140
Classe: Interdição
Interditante: MARIA MARTINS CARVALHO
Advogado(s): MARIA DOS REMÉDIOS SOUSA L. BEDRAN(OAB/PIAUÍ Nº 1967)
Interditando: HERIVELTON MARTINS CARVALHO
Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema

Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA

Analista Judicial - 4085329

14.272. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0007141-07.2016.8.18.0140

Classe: Inventário

Inventariante: RICARTE MEILLER BORDIN, ALZENIR CARDOSO LIMA, JUVENAL GOMES DE BRITO, MARIA GOMES DE BRITO SANTOS, ANTONIO BENTODOS SANTOS, HELLYNAKYA SOARES DE BRITO, HELIELZA SOARES DE BRITO, LEONARDO NASCIMENTO DA SILVA, HECTOR HANNAH SOARES DE BRITO

Advogado(s): MARIA IVANI PEREIRA PIAULINO(OAB/PIAÚI Nº 7359)

Inventariado: FRANCISCA CARDOSO LIMA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA

Analista Judicial - 4085329

14.273. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0010980-45.2013.8.18.0140

Classe: Interdição

Interditante: MARIA DAS GRACAS DOS SANTOS SILVA

Advogado(s): SARAH VIEIRA MIRANDA(OAB/PIAÚI Nº 3157/99)

Interditando: ANTONIO DOS SANTOS SILVA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA

Analista Judicial - 4085329

14.274. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0016322-71.2012.8.18.0140

Classe: Alvará Judicial - Lei 6858/80

Autor: DELZUIE GOMES LIBORIO

Advogado(s): ALBERTINO NEIVA VELOSO (OAB/PIAÚI Nº 3040)

Réu:

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA

Analista Judicial - 4085329

14.275. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0020900-77.2012.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: BIANCA ARAUJO MAIA(MENOR)

Advogado(s): MAURO SERGIO VASCONCELOS MACHADO(OAB/PIAÚI Nº 3023)

Réu: ANTONIO LUIS NOGUEIRA ALVES

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no

Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA

Analista Judicial - 4085329

14.276. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0026236-62.2012.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: EDILENE FERREIRA DE CARVALHO

Advogado(s): ARMANO CARVALHO BARBOSA(OAB/PIAUÍ Nº null), LIA MEDEIROS DO CARMO IVO(OAB/PIAUÍ Nº null), VERÔNICA ACIOLY DE VASCONCELOS(OAB/PIAUÍ Nº 4049)

Réu: VALDEMIR PEREIRA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA

Analista Judicial - 4085329

14.277. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0020244-23.2012.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARIA DE LOURDES SILVA

Advogado(s): EZEQUIEL MIRANDA DIAS(OAB/PIAUÍ Nº 3080-A)

Réu: JAIME MAXIMO DE ALENCAR

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA

Analista Judicial - 4085329

14.278. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0029313-45.2013.8.18.0140

Classe: Inventário

Inventariante: KLEBERTH DAS CHAGAS FERREIRA, KLEYD NETH BARBOSA FERREIRA, MARIA ANGELICA BARBOSA FERREIRA, MARISTELA BARBOSA FERREIRA

Advogado(s): LUIZ TIAGO SILVA FRAGA(OAB/PIAUÍ Nº 12091), TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS(OAB/PIAUÍ Nº 10640), DANIEL CARVALHO OLIVEIRA VALENTE(OAB/PIAUÍ Nº 5823), TARCISIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS(OAB/PIAUÍ Nº 10640)

Inventariado: FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA - FALECIDO

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA

Analista Judicial - 4085329

14.279. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0004921-07.2014.8.18.0140

Classe: Divórcio Litigioso

Autor: IZABEL CRISTINA DA SILVA SANTOS

Advogado(s): OSITA MARIA MACHADO RIBEIRO COSTA (OAB/PIAUÍ Nº 1506)

Réu: ANTONIO FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA

Analista Judicial - 4085329

14.280. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0007992-17.2014.8.18.0140

Classe: Interdição

Interditante: DELZUITA OLIVEIRA SANTOS

Advogado(s): JAKELINE MARIA DE CARVALHO SANTANA SILVA(OAB/PIAUI Nº 9723)

Interditando: YANKA OLIVEIRA RESENDE(MENOR)

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA

Analista Judicial - 4085329

14.281. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0014280-78.2014.8.18.0140

Classe: Execução de Alimentos

Autor: MARCO ANTONIO SOUSA SILVA

Advogado(s): DÉBORA CUNHA VIEIRA CARDOSO(OAB/PIAUI Nº 4462-B), MANOEL AZENRALDO DA SILVA(OAB/PIAUI Nº 10921)

Réu: ANTONIO MARCOS ALEXANDRE SILVA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA

Analista Judicial - 4085329

14.282. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0009600-16.2015.8.18.0140

Classe: Inventário

Inventariante: MARIA ELZA DA SILVA LIMA, EVALDO EVANGELISTA DA SILVA LIMA, EDIVALDO EVANGELISTA DA SILVA LIMA, FRANCISCA MARIA LIMA E SILVA, ROBERTO DA SILVA LIMA, EVERALDO EVANGELISTA DA SILVA LIMA

Advogado(s): ELIZIO DIAS DE ALMEIDA NETO(OAB/PIAUI Nº 12295)

Inventariado: VALDIR EVANGELISTA DE LIMA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

JORGE EDUARDO SANTOS FERREIRA

Analista Judicial - 4085329

14.283. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0016409-61.2011.8.18.0140

Classe: Inventário

Inventariante: JUSTINA MARIA DE SOUSA DAMASCENO

Advogado(s): EDUARDO FERREIRA LOPES(OAB/PIAUI Nº 4181)

Inventariado: JOAO ANTONIO DE SOUSA-FALECIDO, MARIA DO CARMO DE SOUSA-FALECIDO

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.284. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0013001-62.2011.8.18.0140

Classe: Divórcio Litigioso

Requerente: MARIA ELISIJANE DE SOUSA LIMA

Advogado(s): OSITA MARIA MACHADO RIBEIRO COSTA (OAB/PIAÚI Nº 1506)

Requerido: JOSE FRANCISCO ALVES LIMA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.285. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0005869-85.2010.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: RUTIELE OLIVEIRA DA SILVA-MENOR

Advogado(s): OSITA MARIA MACHADO RIBEIRO COSTA (OAB/PIAÚI Nº 1506)

Requerido: HUMBERTO FERREIRA DA SILVA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.286. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0027983-18.2010.8.18.0140

Classe: Alvará Judicial

Requerente: SONIA MARIA RODRIGUES MAGALHAES

Advogado(s): WILSON OLIVEIRA E SILVA (OAB/PIAÚI Nº 2083)

Réu:

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.287. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA

Processo nº 0016727-78.2010.8.18.0140

Classe: Inventário

Inventariante: SONIA MARIA RODRIGUES MAGALHAES, HILTON CESAR RODRIGUES MAGALHAES, JULIO CESAR RODRIGUES MAGALHAES, LANA MILENA NEIVA LEITE MAGALHAES, SONIA MARA RODRIGUES MAGALHAES, RAFAEL PEREIRA TRANCOSO BORGES, MARTA MARIA CAVALCANTE MAGALHAES, OSVALDO ALMEIDA LIMA

Advogado(s): WILSON OLIVEIRA E SILVA (OAB/PIAÚI Nº 2083)

Inventariado: ANTONIO HILTON MAGALHAES

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.288. ATO ORDINATÓRIO - 5ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE TERESINA**Processo nº** 0004498-18.2012.8.18.0140**Classe:** Divórcio Litigioso**Requerente:** DEBORHA MONTE CARVALHO BENVINDO, ATUALPA DA SILVA PEREIRA**Advogado(s):** SANDRA MARCIA PARENTE MAZZA(OAB/PIAÚI Nº 11816), SERGIO RAMOS CARVALHO(OAB/PIAÚI Nº 14887), CAMILA BARBOSA ALMEIDA MELO(OAB/PIAÚI Nº 11855), MARIA FABIANA PEREIRA DE SOUZA(OAB/PIAÚI Nº 11162)**Réu:****Advogado(s):**

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

TERESINA, 13 de outubro de 2020

KALINKA KELCIANE TEIXEIRA DE BRITO

Analista Administrativo - 28147

14.289. DESPACHO - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA**Processo nº** 0002578-62.2019.8.18.0140**Classe:** Ação Penal - Procedimento Ordinário**Indiciante:** DELEGACIA DE REPRESSÃO OAS CRIMES DE TRANSITO, MIINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**Advogado(s):****Réu:** PAULO CRISTINO DOS SANTOS**Advogado(s):** CONCEIÇÃO DE MARIA DA SILVA MOREIRA(OAB/PIAÚI Nº 1824)

DESIGNO, para o dia 26/05/2021, às 09:00 horas a realização da audiência de instrução e julgamento por videoconferência.

14.290. DESPACHO - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA**Processo nº** 0005930-04.2014.8.18.0140**Classe:** Ação Penal - Procedimento Ordinário**Indiciante:** DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO - DRCT**Advogado(s):****Indiciado:** EDINALDO SILVA CERQUEIRA**Advogado(s):** EDINALDO SILVA CERQUEIRA(OAB/PIAÚI Nº 9296)

DESIGNO, para o dia 19/05/2021, às 10:30 horas a realização da audiência de instrução e julgamento por videoconferência.

14.291. DESPACHO - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA**Processo nº** 0004860-73.2019.8.18.0140**Classe:** Ação Penal - Procedimento Ordinário**Indiciante:** DELEGACIA DE PROTEÇÃO A CRIANÇA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**Advogado(s):****Réu:** XAENE DE SOUSA LUSTOSA**Advogado(s):** FABIO MORENO DA SILVA(OAB/PIAÚI Nº 13993), WAGNER VELOSO MARTINS(OAB/PIAÚI Nº 17693), ANDERSON CLEBER CRUZ DE SOUZA(OAB/PIAÚI Nº 18576)

DESIGNO, para o dia 23/06/2021, às 09:00 horas a realização da audiência de instrução e julgamento por videoconferência.

14.292. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (6ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0011222-62.2017.8.18.0140**Classe:** Ação Penal - Procedimento Ordinário**Autor:** GRUPO DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO - GRECO**Advogado(s):****Réu:** KASSIO MAGNO MELO DUARTE, DARLENE DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA AGUIAR, WARLON THIERRI DE SOUSA PINTO, CLÁUDIO SILVANO DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA, DIEGO HENRIQUE DA SILVA MOURA, JÚLIO CESAR FERREIRA LIMA FILHO, ANTONIO SOUSA DA SILVA, EDIELSON DE SOUSA SILVA, DERLEAN LISBOA DE AQUINO, EULANIEL CRUZ SOUSA**Advogado(s):** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ(OAB/PIAÚI Nº), GUILHERME DAVIS CHAVES MELO(OAB/PIAÚI Nº 17424), WILDES PRÓSPERO DE SOUSA(OAB/PIAÚI Nº 6373), FRANCISCO MARQUES DA SILVA FILHO(OAB/PIAÚI Nº 6915), CARLOS CESAR DA SILVA(OAB/PIAÚI Nº 2135), JOSÉ GIL BARBOSA TERCEIRO(OAB/PIAÚI Nº 6360), FRANCISCO EMANOEL PIRES FERREIRA LIMA(OAB/PIAÚI Nº 9126), HILDENBURG MENESES CHAVES(OAB/PIAÚI Nº 10713), EGIELDO DE SOUSA SILVA(OAB/PIAÚI Nº 18884), DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ/PI(OAB/PIAÚI Nº)

ATO ORDINATÓRIO: INTIMO o advogado FRANCISCO EMANOEL PIRES FERREIRA LIMA(OAB/PIAUI Nº 9126) para se fazer presente na Audiência de Justificação de rompimento da tornozeleira eletrônica designada para o dia 15/10/2020, às 10:00 horas, no Fórum Cível e Criminal desta Capital, na Rua Gov. Tibério Nunes, s/n, bairro Cabral, no Gabinete da Juíza Auxiliar da 6ª Vara Criminal, 1º andar.

14.293. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 6ª Vara Criminal DA COMARCA DE TERESINA

RUA GOV. TIBÉRIO NUNES, S/N, CABRAL, TERESINA-PI

PROCESSO Nº 0011222-62.2017.8.18.0140

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: GRUPO DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO - GRECO

Réu: KASSIO MAGNO MELO DUARTE, DARLENE DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA AGUIAR, WARLON THIERRI DE SOUSA PINTO, CLÁUDIO SILVANO DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA, DIEGO HENRIQUE DA SILVA MOURA, JÚLIO CESAR FERREIRA LIMA FILHO, ANTONIO SOUSA DA SILVA, EDIELSON DE SOUSA SILVA, DERLEAN LISBOA DE AQUINO, EULANIEL CRUZ SOUSA

Oficial de Justiça:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O LISABETE MARIA MARCHETTI, Juiz de Direito da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

INTIMA, pelo presente edital, o réu EDIELSON DE SOUSA SILVA, a comparecer, acompanhado de advogado, à audiência de instauração e julgamento do Proc. nº 0011222-62.2017.8.18.0140, designada para o dia 27 de 11 de 2020 e 04 de 12 de 2020, às 09:00 HORAS, no fórum local. E para que chegue ao conhecimento do interessado, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 10 de outubro de 2020 (10/10/2020). Eu, MARCELLE MADEIRA NORONHA, Assessor Jurídico, o digitei, e eu, ANA ODORICO DE OLIVEIRA LIMA, Diretor de Secretaria, o conferi e subscrevi.

LISABETE MARIA MARCHETTI

Juiz de Direito da Comarca de TERESINA

14.294. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 6ª Vara Criminal DA COMARCA DE TERESINA

RUA GOV. TIBÉRIO NUNES, S/N, CABRAL, TERESINA-PI

PROCESSO Nº 0011222-62.2017.8.18.0140

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: GRUPO DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO - GRECO

Réu: KASSIO MAGNO MELO DUARTE, DARLENE DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA AGUIAR, WARLON THIERRI DE SOUSA PINTO, CLÁUDIO SILVANO DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA, DIEGO HENRIQUE DA SILVA MOURA, JÚLIO CESAR FERREIRA LIMA FILHO, ANTONIO SOUSA DA SILVA, EDIELSON DE SOUSA SILVA, DERLEAN LISBOA DE AQUINO, EULANIEL CRUZ SOUSA

Oficial de Justiça:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O LISABETE MARIA MARCHETTI, Juiz de Direito da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

INTIMA, pelo presente edital, o réu DIEGO HENRIQUE DA SILVA MOURA, a comparecer, acompanhado de advogado, à audiência de instauração e julgamento do Proc. nº 0011222-62.2017.8.18.0140, designada para o dia 27 de 11 de 2020 E 04 de 12 de 2020, às 09:00 HORAS, no fórum local. E para que chegue ao conhecimento do interessado, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 10 de outubro de 2020 (10/10/2020). Eu, MARCELLE MADEIRA NORONHA, Assessor Jurídico, o digitei, e eu, ANA ODORICO DE OLIVEIRA LIMA, Diretor de Secretaria, o conferi e subscrevi.

LISABETE MARIA MARCHETTI

Juiz de Direito da Comarca de TERESINA

14.295. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 6ª Vara Criminal DA COMARCA DE TERESINA

RUA GOV. TIBÉRIO NUNES, S/N, CABRAL, TERESINA-PI

PROCESSO Nº 0011222-62.2017.8.18.0140

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: GRUPO DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO - GRECO

Réu: KASSIO MAGNO MELO DUARTE, DARLENE DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA AGUIAR, WARLON THIERRI DE SOUSA PINTO, CLÁUDIO SILVANO DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA, DIEGO HENRIQUE DA SILVA MOURA, JÚLIO CESAR FERREIRA LIMA FILHO, ANTONIO SOUSA DA SILVA, EDIELSON DE SOUSA SILVA, DERLEAN LISBOA DE AQUINO, EULANIEL CRUZ SOUSA

Oficial de Justiça:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O LISABETE MARIA MARCHETTI, Juiz de Direito da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

INTIMA, pelo presente edital, o réu WARLON THIERRI DE SOUSA PINTO, a comparecer, acompanhado de advogado, à audiência de instauração e julgamento do Proc. nº 0011222-62.2017.8.18.0140, designada para o dia 27 de 11 de 2020 E 04 de 12 de 2020, às 09:00 HORAS, no fórum local. E para que chegue ao conhecimento do interessado, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 10 de outubro de 2020 (10/10/2020). Eu, MARCELLE MADEIRA NORONHA, Assessor Jurídico, o digitei, e eu, ANA ODORICO DE OLIVEIRA LIMA, Diretor de Secretaria, o conferi e subscrevi.

LISABETE MARIA MARCHETTI

Juiz de Direito da Comarca de TERESINA

14.296. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 6ª Vara Criminal DA COMARCA DE TERESINA

RUA GOV. TIBÉRIO NUNES, S/N, CABRAL, TERESINA-PI

PROCESSO Nº 0011222-62.2017.8.18.0140

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: GRUPO DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO - GRECO

Réu: KASSIO MAGNO MELO DUARTE, DARLENE DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA AGUIAR, WARLON THIERRI DE SOUSA PINTO, CLÁUDIO SILVANO DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA, DIEGO HENRIQUE DA SILVA MOURA, JÚLIO CESAR FERREIRA LIMA FILHO, ANTONIO SOUSA DA SILVA, EDIELSON DE SOUSA SILVA, DERLEAN LISBOA DE AQUINO, EULANIEL CRUZ SOUSA

Oficial de Justiça:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O LISABETE MARIA MARCHETTI, Juiz de Direito da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

INTIMA, pelo presente edital, o réu JÚLIO CESAR FERREIRA LIMA FILHO, a comparecer, acompanhado de advogado, à audiência de instauração e julgamento do Proc. nº 0011222-62.2017.8.18.0140, designada para o dia 27 de 11 de 2020 E 04 DE 12 DE 2020, às 09:00 HORAS, no fórum local. E para que chegue ao conhecimento do interessado, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 10 de outubro de 2020 (10/10/2020). Eu, MARCELLE MADEIRA NORONHA, Assessor Jurídico, o digitei, e eu, ANA ODORICO DE OLIVEIRA LIMA, Diretor de Secretaria, o conferi e subscrevi.

LISABETE MARIA MARCHETTI

Juiz de Direito da Comarca de TERESINA

14.297. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 6ª Vara Criminal DA COMARCA DE TERESINA

RUA GOV. TIBÉRIO NUNES, S/N, CABRAL, TERESINA-PI

PROCESSO Nº 0011222-62.2017.8.18.0140

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: GRUPO DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO - GRECO

Réu: KASSIO MAGNO MELO DUARTE, DARLENE DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA AGUIAR, WARLON THIERRI DE SOUSA PINTO, CLÁUDIO SILVANO DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA, DIEGO HENRIQUE DA SILVA MOURA, JÚLIO CESAR FERREIRA LIMA FILHO, ANTONIO SOUSA DA SILVA, EDIELSON DE SOUSA SILVA, DERLEAN LISBOA DE AQUINO, EULANIEL CRUZ SOUSA

Oficial de Justiça:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O LISABETE MARIA MARCHETTI, Juiz de Direito da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

INTIMA, pelo presente edital, o réu EULANIEL CRUZ SOUSA, a comparecer, acompanhado de advogado, à audiência de instauração e julgamento do Proc. nº 0011222-62.2017.8.18.0140, designada para o dia 27 de 11 de 2020 e 04 de 12 de 2020, às 09:00 HORAS, no fórum local. E para que chegue ao conhecimento do interessado, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 10 de outubro de 2020 (10/10/2020). Eu, MARCELLE MADEIRA NORONHA, Assessor Jurídico, o digitei, e eu, ANA ODORICO DE OLIVEIRA LIMA, Diretor de Secretaria, o conferi e subscrevi.

LISABETE MARIA MARCHETTI

Juiz de Direito da Comarca de TERESINA

14.298. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 6ª Vara Criminal DA COMARCA DE TERESINA

RUA GOV. TIBÉRIO NUNES, S/N, CABRAL, TERESINA-PI

PROCESSO Nº 0011222-62.2017.8.18.0140

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: GRUPO DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO - GRECO

Réu: KASSIO MAGNO MELO DUARTE, DARLENE DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA AGUIAR, WARLON THIERRI DE SOUSA PINTO, CLÁUDIO SILVANO DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA, DIEGO HENRIQUE DA SILVA MOURA, JÚLIO CESAR FERREIRA LIMA FILHO, ANTONIO SOUSA DA SILVA, EDIELSON DE SOUSA SILVA, DERLEAN LISBOA DE AQUINO, EULANIEL CRUZ SOUSA

Oficial de Justiça:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O LISABETE MARIA MARCHETTI, Juiz de Direito da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

INTIMA, pelo presente edital, o réu DERLEAN LISBOA DE AQUINO, a comparecer, acompanhado de advogado, à audiência de instauração e julgamento do Proc. nº 0011222-62.2017.8.18.0140, designada para o dia 27 de 11 de 2020 e 04 de 12 de 2020, às 09:00 HORAS, no fórum local. E para que chegue ao conhecimento do interessado, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 10 de outubro de 2020 (10/10/2020). Eu, MARCELLE MADEIRA NORONHA, Assessor Jurídico, o digitei, e eu, ANA ODORICO DE OLIVEIRA LIMA, Diretor de Secretaria, o conferi e subscrevi.

LISABETE MARIA MARCHETTI

Juiz de Direito da Comarca de TERESINA

14.299. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 6ª Vara Criminal DA COMARCA DE TERESINA

RUA GOV. TIBÉRIO NUNES, S/N, CABRAL, TERESINA-PI

PROCESSO Nº 0011222-62.2017.8.18.0140

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: GRUPO DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO - GRECO

Réu: KASSIO MAGNO MELO DUARTE, DARLENE DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA AGUIAR, WARLON THIERRI DE SOUSA PINTO, CLÁUDIO SILVANO DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA, DIEGO HENRIQUE DA SILVA MOURA, JÚLIO CESAR FERREIRA LIMA FILHO, ANTONIO SOUSA DA SILVA, EDIELSON DE SOUSA SILVA, DERLEAN LISBOA DE AQUINO, EULANIEL CRUZ SOUSA

Oficial de Justiça:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O LISABETE MARIA MARCHETTI, Juiz de Direito da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.
INTIMA, pelo presente edital, o réu ANTONIO SOUSA DA SILVA, a comparecer, acompanhado de advogado, à audiência de instauração e julgamento do Proc. nº 0011222-62.2017.8.18.0140, designada para o dia 27 de 11 de 2020 e 04 de 12 de 2020, às 09:00 HORAS, no fórum local. E para que chegue ao conhecimento do interessado, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 10 de outubro de 2020 (10/10/2020). Eu, MARCELLE MADEIRA NORONHA, Assessor Jurídico, o digitei, e eu, ANA ODORICO DE OLIVEIRA LIMA, Diretor de Secretaria, o conferi e subscrevi.

LISABETE MARIA MARCHETTI

Juiz de Direito da Comarca de TERESINA

14.300. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 6ª Vara Criminal DA COMARCA DE TERESINA

RUA GOV. TIBÉRIO NUNES, S/N, CABRAL, TERESINA-PI

PROCESSO Nº 0011222-62.2017.8.18.0140

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: GRUPO DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO - GRECO

Réu: KASSIO MAGNO MELO DUARTE, DARLENE DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA AGUIAR, WARLON THIERRI DE SOUSA PINTO, CLÁUDIO SILVANO DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA, DIEGO HENRIQUE DA SILVA MOURA, JÚLIO CESAR FERREIRA LIMA FILHO, ANTONIO SOUSA DA SILVA, EDIELSON DE SOUSA SILVA, DERLEAN LISBOA DE AQUINO, EULANIEL CRUZ SOUSA

Oficial de Justiça:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O LISABETE MARIA MARCHETTI, Juiz de Direito da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

INTIMA, pelo presente edital, o réu CLÁUDIO SILVANO DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA, a comparecer, acompanhado de advogado, à audiência de instauração e julgamento do Proc. nº 0011222-62.2017.8.18.0140, designada para o dia 27 de 11 de 2020 e 04 de 12 de 2020, às 09:00 HORAS, no fórum local. E para que chegue ao conhecimento do interessado, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 10 de outubro de 2020 (10/10/2020). Eu, MARCELLE MADEIRA NORONHA, Assessor Jurídico, o digitei, e eu, ANA ODORICO DE OLIVEIRA LIMA, Diretor de Secretaria, o conferi e subscrevi.

LISABETE MARIA MARCHETTI

Juiz de Direito da Comarca de TERESINA

14.301. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 6ª Vara Criminal DA COMARCA DE TERESINA

RUA GOV. TIBÉRIO NUNES, S/N, CABRAL, TERESINA-PI

PROCESSO Nº 0011222-62.2017.8.18.0140

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: GRUPO DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO - GRECO

Réu: KASSIO MAGNO MELO DUARTE, DARLENE DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA AGUIAR, WARLON THIERRI DE SOUSA PINTO, CLÁUDIO SILVANO DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA, DIEGO HENRIQUE DA SILVA MOURA, JÚLIO CESAR FERREIRA LIMA FILHO, ANTONIO SOUSA DA SILVA, EDIELSON DE SOUSA SILVA, DERLEAN LISBOA DE AQUINO, EULANIEL CRUZ SOUSA

Oficial de Justiça:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O LISABETE MARIA MARCHETTI, Juiz de Direito da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

INTIMA, pelo presente edital, o réu KASSIO MAGNO MELO DUARTE, a comparecer, acompanhado de advogado, à audiência de instauração e julgamento do Proc. nº 0011222-62.2017.8.18.0140, designada para o dia 27 de 11 de 2020 e 04 de 12 de 2020, às 09:00 HORAS, no fórum local. E para que chegue ao conhecimento do interessado, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 10 de outubro de 2020 (10/10/2020). Eu, MARCELLE MADEIRA NORONHA, Assessor Jurídico, o digitei, e eu, ANA ODORICO DE OLIVEIRA LIMA, Diretor de Secretaria, o conferi e subscrevi.

LISABETE MARIA MARCHETTI

Juiz de Direito da Comarca de TERESINA

14.302. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA 6ª Vara Criminal DA COMARCA DE TERESINA

RUA GOV. TIBÉRIO NUNES, S/N, CABRAL, TERESINA-PI

PROCESSO Nº 0011222-62.2017.8.18.0140

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: GRUPO DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO - GRECO

Réu: KASSIO MAGNO MELO DUARTE, DARLENE DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA AGUIAR, WARLON THIERRI DE SOUSA PINTO, CLÁUDIO SILVANO DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA, DIEGO HENRIQUE DA SILVA MOURA, JÚLIO CESAR FERREIRA LIMA FILHO, ANTONIO SOUSA DA SILVA, EDIELSON DE SOUSA SILVA, DERLEAN LISBOA DE AQUINO, EULANIEL CRUZ SOUSA

Oficial de Justiça:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O LISABETE MARIA MARCHETTI, Juiz de Direito da Comarca de TERESINA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

INTIMA, pelo presente edital, o réu DARLENE DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA AGUIAR, a comparecer, acompanhado de advogado, à audiência de instauração e julgamento do Proc. nº 0011222-62.2017.8.18.0140, designada para o dia 27 de 11 de 2020 e 04 de 12 de 2020, às 09:00 HORAS, no fórum local. E para que chegue ao conhecimento do interessado, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 10 de outubro de 2020 (10/10/2020). Eu, MARCELLE MADEIRA NORONHA, Assessor Jurídico, o digitei, e eu, ANA ODORICO DE OLIVEIRA LIMA, Diretor de Secretaria, o conferi e subscrevi.

LISABETE MARIA MARCHETTI

Juiz de Direito da Comarca de TERESINA

14.303. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (6ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0011222-62.2017.8.18.0140

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: GRUPO DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO - GRECO

Advogado(s):

Réu: KASSIO MAGNO MELO DUARTE, DARLENE DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA AGUIAR, WARLON THIERRI DE SOUSA PINTO, CLÁUDIO SILVANO DE OLIVEIRA LOPES DE MIRANDA, DIEGO HENRIQUE DA SILVA MOURA, JÚLIO CESAR FERREIRA LIMA FILHO, ANTONIO SOUSA DA SILVA, EDIELSON DE SOUSA SILVA, DERLEAN LISBOA DE AQUINO, EULANIEL CRUZ SOUSA

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ(OAB/PIAUÍ Nº), GUILHERME DAVIS CHAVES MELO(OAB/PIAUÍ Nº 17424), WILDES PRÓSPERO DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 6373), FRANCISCO MARQUES DA SILVA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 6915), CARLOS CESAR DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 2135), JOSÉ GIL BARBOSA TERCEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 6360), FRANCISCO EMANOEL PIRES FERREIRA LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 9126), HILDENBURG MENESES CHAVES(OAB/PIAUÍ Nº 10713), EGIELDO DE SOUSA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 18884), DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ/PI(OAB/PIAUÍ Nº)

ATO ORDINATÓRIO: INTIMO os advogados GUILHERME DAVIS CHAVES MELO(OAB/PIAUÍ Nº 17424), WILDES PRÓSPERO DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 6373), FRANCISCO MARQUES DA SILVA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 6915), CARLOS CESAR DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 2135), JOSÉ GIL BARBOSA TERCEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 6360), FRANCISCO EMANOEL PIRES FERREIRA LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 9126), HILDENBURG MENESES CHAVES(OAB/PIAUÍ Nº 10713), EGIELDO DE SOUSA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 18884), para se fazerem presentes na Audiência de Instrução e Julgamento designada para os dias 27/11/2020 e 04/12/2020, às 09:00 horas, no Fórum Cível e Criminal desta Capital, na Rua Gov. Tibério Nunes, s/n, bairro Cabral, no Gabinete da Juíza Auxiliar da 6ª Vara Criminal, 1º andar.

14.304. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PROCESSO Nº: 0001760-76.2020.8.18.0140

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Indiciante: DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL - GPE, AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PIAUÍ

Réu: MARIA DO SOCORRO DA SILVA SOBREIRA, ERCILIO BATISTA DA SILVA, LUIS CARLOS ALVES FERREIRA, PÂMILA TYSIANE SALES DOS SANTOS, FRANCISCO EDSON PEREIRA SEVERIANO, PEDRO HENRIQUE NOGUEIRA GUIMARAES, DAVID WEYNE DA SILVA FELIX, ANDREZA DE SOUSA PINTO, ANTONIO ALBERTO DE SOUSA, SERGIO JOSE DE CARVALHO NETO, JAQUELINE CARTAXO DE SOUSA, FABIO SOUSA DA COSTA, FRANCISCO IVANDERSON AGRELA ALMEIDA, MARCIO ARAUJO OLIVEIRA

EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 10 (dez) dias

O Dr. LISABETE MARIA MARCHETTI, Juiz de Direito desta cidade e comarca de TERESINA, Estado do Piauí, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo e Secretaria da 6ª Vara Criminal, a **AÇÃO PENAL** acima referenciada, ficando por este edital os acusados **MARIA DO SOCORRO DA SILVA SOBREIRA**, filha de Maria Luzinete da Silva, CPF 047.579.921-65, residente e domiciliada à Quadra-22, CJ F, Casa 29, Bairro PARANOÁ/DF, e **ERCILIO BATISTA DA SILVA**, filho de Josina da Silva, CPF 744.862.331-15, RG 2843265, residente, Quadra 22, Casa-05, COND. DEL LAGO, Brasília/DF, atualmente residentes em local incerto e não sabido, CITADOS para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e oferecer documentos e justificações, especificar provas, arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação, quando necessário, e CIENTIFICADO de que não respondendo à acusação ou não constituindo advogado, serão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser decretada a sua prisão preventiva e determinada a produção das provas consideradas urgentes (CP, art. 366 e 367), advertindo ainda, de que o prazo para a defesa correrá da data da publicação do presente edital. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 10 de outubro de 2020 (10/10/2020). Eu, Ana Odorico de Oliveira digitei.

LISABETE MARIA MARCHETTI

Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

14.305. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (6ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0007488-35.2019.8.18.0140

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Indiciante: DELEGACIA DE POLÍCIA ESPECIALIZADA - POLINTER

Advogado(s):

Réu: FRANCÍLIO VIEIRA DA SILVA, FRANCINETE VIEIRA DA SILVA, CASSIO VIEIRA DA SILVA, LUCILEIDE DE SENA ALENCAR DA SILVA, ANTONIO JOSE OLIVEIRA CARDOSO, JOSIRLEY DE DEUS BARROS, WELYTON RESPLANDES CARDOSO, FRANCISCO VIEIRA DA SILVA FILHO, LUIS CARLOS RODRIGUES DE OLIVEIRA, JOSE CLAUDIO DE SOUSA RESPLANDES, JOSÉ DE JESUS CONCEIÇÃO SOUSA, JOSIMAR VIEIRA DA SILVA, JOSEP MACHADO DA PONTE NETTO JUNIOR, EDIVALDO PEREIRA DA SILVA, CESAR LOPES CRUZ, THALLISON BRENO DE ANÁDIAS DA SILVA, LUCAS DA SILVA, FRANK ROBERT OLIVEIRA ALMEIDA JUNIOR, DIOGO RAIMUNDO BORGES DO NASCIMENTO, FRANCISCO DA COSTA VELOSO, MARIA DA PAIXÃO VIANA COSTA, JHEIMISON ALENCAR MORAIS

Advogado(s): ERIVAN MOURA LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 10378), ROBERTO ROSEMBERG DAMASCENO(OAB/PIAUÍ Nº 4387), HERBETH ARAUJO DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4875), KAIO CESAR MAGALHAES OSORIO(OAB/PIAUÍ Nº 13736), ÍCARO MATOS QUEIROZ COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 18489), HERBETH ARAUJO DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4875-B), WELLINGTON ALVES MORAIS(OAB/PIAUÍ Nº 13385), FERNANDO GALVAO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 15941), JO ERIDAN BEZERRA MELO FERNANDES(OAB/PIAUÍ Nº 11827), ANA PAULA AGUIAR RODRIGUES(OAB/PIAUÍ Nº 11623)

DESPACHO: Ex positis, acolho o parecer Ministerial e INDEFIRO o pedido de REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA OU PRISÃO DOMICILIAR formulado pelo acusado FRANK ROBERT OLIVEIRA ALMEIDA JÚNIOR, nos termos dos arts. 312, 313 I, e 316, todos do CPP... **Ex positis**, acolho o parecer Ministerial e INDEFIRO os pedidos de REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA OU PRISÃO DOMICILIAR formulados pelos acusados CASSIO VIEIRA DA SILVA e JOSIRLEY DE DEUS BARROS, nos termos dos arts. 312, 313 I, e 316, todos do CPP... **que seja intimada a requerente** NAZARÉ NUNES REIS TEIXEIRA para apresentar eventual chave de ignição reserva da motocicleta requerida, no prazo de 05(cinco) dias, que seja capaz de acionar o motor da mesma, para ser devidamente periciada.

14.306. EDITAL - 6ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (6ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0001804-95.2020.8.18.0140

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Indiciante: DELEGACIA DE PROTEÇÃO A CRIANÇA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Advogado(s): EDUARDO DE SOUSA E SILVA NETO(OAB/PIAÚI Nº 12014)

Réu: PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA CANDIDO

Advogado(s): THIAGO ROCHA GOMES(OAB/PIAÚI Nº 13625), IRANILSON DIAS DA SILVA SOBRINHO(OAB/PIAÚI Nº 18496)

DESPACHO: Intimar o Assistente de Acusação, Advogado EDUARDO DE SOUSA E SILVA (OAB/PI 12014) para apresentar Alegações Finais na forma de Memoriais, no prazo legal.

14.307. DESPACHO - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0016853-60.2012.8.18.0140

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A *

Advogado(s): JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS(OAB/PIAÚI Nº 15778), ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO(OAB/PIAÚI Nº 15770)

Requerido: MARIA DE LOURDES ARAUJO VENÇÃO

Advogado(s): MARCILIO COSTA SOARES(OAB/PIAÚI Nº 6251), BENEDITO VIEIRA MOTA JUNIOR(OAB/PIAÚI Nº 6138)

Expeça-se Alvará Judicial em favor da parte autora para levantamento dos valores depositados em Juízo (fls. 35), acompanhado dos seus acréscimos devidos, com observância da petição de protocolo eletrônico de nº 0016853-60.2012.8.18.0140.5006, do Provimento 07/2015 deste Tribunal e Ofício-Circular N.º 85/2020 PJPI/CGJ/GABJACOR/GABJACORJUD de 02 de abril de 2020, oriundo da Corregedoria Geral de Justiça. Intime-se.

14.308. DESPACHO - 7ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0029011-50.2012.8.18.0140

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: BANCO PANAMERICANO S/A

Advogado(s): RÔMULO ASCHAFFENBURG FREIRE DE MOURA JÚNIOR(OAB/PIAÚI Nº 4261), ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO(OAB/SÃO PAULO Nº 192649), LILIANA PEREIRA DA SILVA(OAB/BAHIA Nº 33911), JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS(OAB/SÃO PAULO Nº 156187), ELANE SARITTA PAULINO MOURA(OAB/PIAÚI Nº 4567), KARUZA CASTRO DE OLIVEIRA AMORIM(OAB/CEARÁ Nº 21331), ATHAIDES AFRONDES LIMA DA SILVA(OAB/PIAÚI Nº 8466)

Requerido: DIOENE DE SOUSA MOREIRA

Advogado(s): WILSON JOSE FERREIRA NETO(OAB/PIAÚI Nº 7387)

Vistos, etc. Expeça-se novo alvará judicial para fins levantamento dos valores depositados, observando-se o Provimento 07/2015 deste Tribunal e Ofício-Circular N.º 85/2020 - PJPI/CGJ/GABJACOR/GABJACORJUD de 02 de abril de 2020, oriundo da Corregedoria Geral de Justiça, bem como a petição datada de novembro de 2019. Em tempo, proceda-se o cancelamento no Alvará de nº 115/2019. Intime-se.

14.309. DECISÃO - 7ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0002123-63.2020.8.18.0140

Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos

Indiciante: DELEGACIA DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO A ENTORPECENTES-DEPRE

Advogado(s):

Réu: ALEX LIMA GALDINO DA SILVA, CARLOS ALBERTO DE SOUSA ROCHA, CARLOS AUGUSTO ROCHA DE SOUSA

Advogado(s): ITALLO GUTEMBERGUE TELES COUTINHO SILVEIRA(OAB/PIAÚI Nº 15985), GABRIELA VAZ MACHADO EVANGELISTA(OAB/PIAÚI Nº 16142)

Designo audiência tão somente a fim de interrogar os réus ALEX LIMA GALDINO DA SILVA e CARLOS AUGUSTO ROCHA DE SOUSA, visto se encontrarem os interrogatórios destes inaudível e com falhas e interferências quando da gravação, respectivamente, a qual será realizada no dia 27/10/2020, às 09:00 horas, nesta 7ª Vara Criminal.

14.310. EDITAL - 7ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0002123-63.2020.8.18.0140

Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos

Indiciante: DELEGACIA DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO A ENTORPECENTES-DEPRE

Advogado(s):

Réu: ALEX LIMA GALDINO DA SILVA, CARLOS ALBERTO DE SOUSA ROCHA, CARLOS AUGUSTO ROCHA DE SOUSA

Advogado(s): ITALLO GUTEMBERGUE TELES COUTINHO SILVEIRA(OAB/PIAÚI Nº 15985), GABRIELA VAZ MACHADO EVANGELISTA(OAB/PIAÚI Nº 16142)

ATO ORDINATÓRIO: INTIMA, os advogados ITALLO GUTEMBERGUE TELES COUTINHO SILVEIRA (OAB/PIAÚI Nº 15985), GABRIELA VAZ MACHADO EVANGELISTA (OAB/PIAÚI Nº 16142), para se fazerem presente, no dia 27/10/2020, às 09 horas, na sala da 7ª Vara Criminal, no 4º andar, no Fórum Cível e Criminal, nesta Capital. Do que para constar, eu, Maria do Socorro Viera de Carvalho Leal, digitei o presente aviso.

14.311. DESPACHO - 7ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0001905-35.2020.8.18.0140

Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos

Indiciante: DELEGACIA DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO A ENTORPECENTES - DEPRE

Advogado(s):

Réu: ANTONIO DA SILVA CARNEIRO

Advogado(s): WILDES PRÓSPERO DE SOUSA(OAB/PIAÚI Nº 6373)

No mais, considerando as diligências requeridas pela defesa técnica quando da apresentação da resposta à acusação, em consonância com os argumentos expendidos no parecer do Ministério Público às fls. retro, estabeleço o prazo de 5(cinco) dias, para que o requerente, por seu procurador constituído nos autos, esclareça em que consistiu a coação atribuída aos policiais e rotulada como caracterizadora do alegado vício de vontade que teria dado azo para o acesso indevido ao celular, especificando inclusive se ocorreu no momento da abordagem ou quando da lavratura do Auto de Prisão em Flagrante.

Supridos os prazos estabelecidos, retornem os autos para a análise devida.

Após, conclusos.

TERESINA, 9 de outubro de 2020.

ALMIR ABIB TAJRA FILHO

Juiz de Direito da 7ª Vara Criminal da Comarca de TERESINA

14.312. DESPACHO - 7ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0002284-73.2020.8.18.0140

Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos

Autor: DELEGACIA DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO A ENTORPECENTES-DEPRE

Advogado(s):

Réu: ROBERTO LUCAS LIMA

Advogado(s): WELLINGTON ALVES MORAIS(OAB/PIAÚI Nº 13385)

Por todo o exposto, determino que seja desentranhado o pedido dos autos desta ação principal e, após, seja intimado o Advogado subscritores referidos pedidos (WELLINGTON ALVES MORAIS OAB/PI n. 13.385) para que regularize o peticionamento do pleito de restituição, dirigindo-o à Distribuição deste Fórum Criminal, com a consequente remessa a esta Vara, e, quando do recebimento, seja apensado à ação principal.

Com o registro adequado do pedido de restituição em relevo, faça-se vistas ao Ministério Público para a devida manifestação.

14.313. SENTENÇA - 7ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0015527-02.2011.8.18.0140

Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos

Indiciante: DELEGADO DA DELEGACIA DE PREVENCAO E REPRESSAO A ENTORPECENTES - DEPRE

Advogado(s):

Réu: ROSENILDA MARIA DA SILVA - ROSINHA DO PÓ - ROSINHA DA PEDRA

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ(OAB/PIAÚI Nº)

Ante o acima exposto, conheço os presentes embargos, mas para NEGAR-LHE PROVIMENTO, em consonância com o parecer ofertado pelo Ministério Público.

Intime-se a Defesa do teor desta.

Cientifique-se o Ministério Público.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

14.314. EDITAL - 7ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (7ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0003710-23.2020.8.18.0140

Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos

Indiciante: DELEGACIA DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO A ENTORPECENTES - DEPRE

Advogado(s):

Réu: MATEUS HENRIQUE VIEIRA DA SILVA

Advogado(s): FRANCISCO DAS CHAGAS BRAZ DE OLIVEIRA(OAB/PIAÚI Nº 13697), ARNALDO ALVES FERREIRA SILVA JUNIOR(OAB/PIAÚI Nº 14171)

INTIMO OS ADVOGADOS FRANCISCO DAS CHAGAS BRAZ DE OLIVEIRA(OAB/PIAÚI Nº 13697), ARNALDO ALVES FERREIRA SILVA JUNIOR(OAB/PIAÚI Nº 14171) PARA APRESENTAREM DEFESA PRÉVIA NO PRAZO LEGAL.

14.315. DESPACHO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0010391-87.2012.8.18.0140

Classe: Procedimento Sumário

Autor: MICHELLE DA SILVA

Advogado(s): REGINO LUSTOSA DE QUEIROZ NETO(OAB/PIAÚI Nº 9046)

Réu: MIDWAY S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, LOJAS RIACHUELO, ACE SEGURADORA S/A

Advogado(s): RENATO TADEU RONDINA MANDALITI(OAB/SÃO PAULO Nº 115762), FABIO JOSE DE OLIVEIRA OZORIO (OAB/PIAÚI Nº 8714)

Vistos.

Determino a intimação das partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem acerca do retorno dos autos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

Intimem-se.

Cumpra-se.

14.316. DECISÃO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0019835-42.2015.8.18.0140

Classe: Cumprimento de sentença

Autor: MARCELO ALMEIDA RODRIGUES

Advogado(s): CICERO RAPHAEL FERREIRA PALHARES(OAB/PIAÚI Nº 8748), JOSE FABIANO NOGUEIRA SILVA(OAB/PIAÚI Nº 10238), TIAGO VALE DE ALMEIDA(OAB/PIAÚI Nº 6986)

Réu: LOURDES BEATRIZ ALMEIDA RODRIGUES

Advogado(s): ALICE POMPEU VIANA(OAB/PIAÚI Nº 6263)

Tendo em vista a sentença homologatória de acordo proferida nos autos, bem como a manifestação de ID nº 0019835-42.2015.8.18.0140.5002, determino o arquivamento do feito, com as cautelas de praxe.

14.317. DESPACHO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0004194-82.2013.8.18.0140

Classe: Cumprimento de sentença

Exequente: KAYNA DE AGUIAR VELOSO CASTELO BRANCO

Advogado(s): THIAGO SARAIVA NUNES MACHADO(OAB/PIAÚI Nº 11357), ALESSANDRO DOS SANTOS LOPES(OAB/PIAÚI Nº 3521), KATIA REGINA SANTOS GARCIA(OAB/PIAÚI Nº 9794)

Executado(a): BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A

Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAÚI Nº 9016)

Determino a intimação das partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem manifestação sobre os cálculos de fl. 263. Após, voltem-me os autos conclusos.

14.318. DECISÃO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0021738-20.2012.8.18.0140

Classe: Cumprimento de sentença

Autor: METODIO BARBOZA VILELA

Advogado(s): JOSE DA SILVA JUNIOR(OAB/PIAUI Nº 8841)

Réu: B.V. FINANCEIRA S.A

Advogado(s): MICHELA DO VALE BRITO(OAB/PIAUI Nº 3148)

Tendo em vista o trânsito em julgado da sentença proferida nos autos, bem como a ausência de efetiva propulsão processual pela parte interessada, determino o arquivamento do feito, com as cautelas de praxe.

14.319. DESPACHO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0009827-79.2010.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARIA LENI PINTO OLIVEIRA

Advogado(s): LUCAS EVANGELISTA DE SOUSA NETO(OAB/PIAUI Nº 8084)

Réu: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO

Advogado(s): MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA(OAB/PIAUI Nº 151056-S)

Determino a intimação das partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem acerca do retorno dos autos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

14.320. DESPACHO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0018166-27.2010.8.18.0140

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A

Advogado(s): MICHELA DO VALE BRITO(OAB/PIAUI Nº 3148), MOISÉS BATISTA DE SOUZA(OAB/PIAUI Nº 4117-A), FERNANDO LUZ PEREIRA(OAB/PIAUI Nº 7031)

Requerido: FLORENCIA ALVES DE MENESES

Advogado(s): HENRY WALL GOMES FREITAS(OAB/PIAUI Nº 4344), LIANA CARLA VIEIRA BARBOSA(OAB/PIAUI Nº 3919)

Determino a intimação das partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem acerca do retorno dos autos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

14.321. DECISÃO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0020726-68.2012.8.18.0140

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: B.V. FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Advogado(s): MICHELA DO VALE BRITO(OAB/PIAUI Nº 3148)

Requerido: HELDER S CRONEMBERGER

Advogado(s):

Defiro o pedido de ID nº 0020726-68.2012.8.18.0140.5002, observadas as formalidades legais. Tendo em vista o trânsito em julgado da sentença proferida por este juízo, bem como a ausência de efetiva propulsão processual pela parte interessada, determino o arquivamento do feito, com as cautelas de praxe.

14.322. DECISÃO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0008819-57.2016.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ASSOCIAÇÃO ALPHAVILLE TERESINA

Advogado(s): ALLISSON FARIAS DE SAMPAIO(OAB/PIAUI Nº 13132)

Réu: DANIEL PIRES RIO LIMA

Advogado(s):

Tendo em vista que o presente feito teve a inicial indeferida pela ausência de pagamento das custas processuais a manifestação de ID nº 0008819-57.2016.8.18.0140.5001, bem como a previsão do art. 290 do Código de Processo Civil, determino o arquivamento do feito, independentemente de recolhimento de custas, com a devida baixa na distribuição.

14.323. DECISÃO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0024853-49.2012.8.18.0140

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: B.V. FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Advogado(s): PATRICIA CAVALCANTE PINHEIRO DE OLIVEIRA(OAB/PIAUI Nº 3184)

Requerido: FRANCINETE CARDOSO DE BRITO

Advogado(s):

Ante a existência de sentença homologatória de acordo nos autos e a ausência de efetiva propulsão processual pelas partes interessadas, determino o arquivamento dos autos, com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

14.324. DECISÃO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA

Processo nº 0013097-43.2012.8.18.0140

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: RAIMUNDO GONÇALVES VILARINHO FILHO, GETÚLIO DE FREITAS SILVA, MARIA VERONICA CLEMENTINO MADEIRA MARTINS, JOSE RIBEIRO DE SOUSA, FRANCISCO FELIPE DE CARVALHO, JOSE MARIA CARDOSO RIBEIRO

Advogado(s): MARCELA DE CASTRO COELHO(OAB/PIAUI Nº 11801), ALEXANDRO AUGUSTO CARVALHO GUIMARAES(OAB/PIAUI Nº 8741)

Réu: BEP CAIXA DE PREVIDENCIA SOCIAL-PREVBEP

Advogado(s): CARLOS EDUARDO DA SILVA BELFORT DE CARVALHO(OAB/PIAUI Nº 3179)

Assim, determino a intimação das partes para que promovam a distribuição do pedido de cumprimento de sentença junto ao PJE. Desde já informo que de acordo com o Manual de Distribuição da Corregedoria, não deve incidir custas acerca da distribuição do cumprimento. Portanto, determino o arquivamento dos presentes autos, com as cautelas de praxe inclusive com a cobrança de eventuais custas remanescentes de baixa e arquivamento.

Cumpra-se.

14.325. DESPACHO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA**Processo nº** 0001715-77.2017.8.18.0140**Classe:** Cautelar Inominada**Requerente:** OTACÍLIO BEZERRA DE SOUSA**Advogado(s):** MAURICIO CEDENIR DE LIMA(OAB/PIAUI Nº 5142)**Requerido:** BANCO BONSUCESSO S.A**Advogado(s):** FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAUI Nº 9024), DIEGO MONTEIRO BAPTISTA(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 153999)

Determino a intimação das partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem acerca do retorno dos autos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

14.326. DECISÃO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA**Processo nº** 0026713-17.2014.8.18.0140**Classe:** Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária**Requerente:** BANCO BV FINANCEIRA CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A**Advogado(s):** GIULIO ALVARENGA REALE(OAB/MINAS GERAIS Nº 65628)**Requerido:** FERNANDA SOARES DA SILVA**Advogado(s):** RAYMONYCE DOS REIS COELHO(OAB/PIAUI Nº 11123), JASON CINTRA SAMPAIO(OAB/PIAUI Nº 11103), FRANCISCO SOBRINHO DE SOUSA(OAB/PIAUI Nº 11119)**Tendo em vista o trânsito em julgado do acórdão que entendeu pela manutenção da sentença proferida por este juízo, bem como a ausência de efetiva propulsão judicial pela parte interessada, determino o arquivamento do feito, com as cautelas de praxe. Cumpra-se.****14.327. DESPACHO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA****Processo nº** 0028900-37.2010.8.18.0140**Classe:** Procedimento Comum Cível**Requerente:** SO ACO INDUSTRIAL LTDA**Advogado(s):** ERASMO LIMA BEZERRA (OAB/PIAUI Nº 1094)**Requerido:** TELPE CELULAR S/A - TIM NORDESTE S/A**Advogado(s):** CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA(OAB/PIAUI Nº 16015)

Sobre a manifestação de fls. 319/321, diga a parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que lhe entender de direito para a efetiva propulsão judicial. Intime-se. Cumpra-se.

14.328. DESPACHO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA**Processo nº** 0032147-84.2014.8.18.0140**Classe:** Cumprimento de sentença**Autor:** CEPISA - COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUI - ELETROBRÁS**Advogado(s):** ALOÍSIO ARAÚJO COSTA BARBOSA(OAB/PIAUI Nº 5408)**Réu:** DILMA MARIA DE ARAUJO FORTES**Advogado(s):**

A fim de viabilizar o pedido de bloqueio eletrônico, intime-se o requerente, por meio de advogado, para juntar aos autos nova planilha atualizada do débito no prazo de 5 (cinco) dias, com acréscimo da multa e honorários da fase de cumprimento de sentença, nos termos do art. 523, §1º do CPC.

14.329. DESPACHO - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA**Processo nº** 0006058-58.2013.8.18.0140**Classe:** Cumprimento de sentença**Exequente:** COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI**Advogado(s):** BENTA MARIA PAÉ REIS LIMA(OAB/PIAUI Nº 2507), ADRIANE FARIAS MORORO DE MORAES(OAB/PIAUI Nº 8816)**Executado(a):** ROSA HELENA DE JESUS NASCIMENTO SILVA**Advogado(s):** DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL(OAB/PIAUI Nº)

Determino a intimação das partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem manifestação sobre os cálculos de fls. 170. Após, voltem-me os autos conclusos.

14.330. SENTENÇA - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA**Processo nº** 0018501-75.2012.8.18.0140**Classe:** Procedimento Comum Cível**Autor:** MARIA ZENAIDE DA SILVA ARAUJO**Advogado(s):** RAFAEL DANIEL SILVA ANDRADE(OAB/PIAUI Nº 6450)**Réu:** BANCO PANAMERICANO S/A**Advogado(s):** SERGIO SCHULZE(OAB/PIAUI Nº 15172)**1. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação objeto do termo retro, celebrada nestes autos pelas partes acima nominadas, todas devidamente qualificadas e representadas.****14.331. SENTENÇA - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA****Processo nº** 0028402-62.2015.8.18.0140**Classe:** Monitória**Autor:** EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**Advogado(s):** ALOÍSIO ARAÚJO COSTA BARBOSA(OAB/PIAUI Nº 5408)**Réu:** THAYS GEANNE SOUZA E SILVA**Advogado(s):** DEFENSORIA PÚBLICA(OAB/PIAUI Nº)**1. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação objeto do termo retro, celebrada nestes autos pelas partes acima nominadas, todas devidamente qualificadas e representadas.****14.332. SENTENÇA - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA**

Processo nº 0028176-28.2013.8.18.0140**Classe:** Monitória**Autor:** EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**Advogado(s):** BENTA MARIA PAÉ REIS LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 2507), EDSON LUIZ GOMES MOURÃO(OAB/PIAUÍ Nº 16326), ADRIANE FARIAS MORORO DE MORAES(OAB/PIAUÍ Nº 8816)**Réu:** CARLOS MOTA DAS CHAGAS**Advogado(s):** DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL(OAB/PIAUÍ Nº)

Diante de todo o exposto e de tudo mais que dos autos consta, hei por bem julgar procedente a pretensão autoral em virtude do reconhecimento do pedido, e o faço consoante o artigo 487, III, a, do CPC, em conformidade com a apresentação do comprovante de quitação do contrato, objeto da lide. Em face da sucumbência, deve a parte requerida arcar com as custas processuais, com fulcro no art. 90, §4º do CPC, hipótese em que o reconhecimento da procedência pela parte requerida com cumprimento integral da prestação importa em redução pela metade dos honorários, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa. Insta mencionar que eventual pedido de cumprimento de sentença deverá ser processado conforme disposto no art. 4º, §1º, inciso II do Provimento Conjunto nº 11/2016 do TJPI, devendo ser distribuído junto ao PJE.

14.333. SENTENÇA - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA**Processo nº** 0021677-91.2014.8.18.0140**Classe:** Procedimento Comum Cível**Autor:** MARIA DO AMPARO CRUZ CARVALHO**Advogado(s):** LÍLIAN ÉRICA LIMA RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 3508)**Réu:** BANCO PANAMERICANO**Advogado(s):** GILVAN MELO SOUSA(OAB/CEARÁ Nº 16383)

1. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação objeto do termo retro, celebrada nestes autos pelas partes acima nominadas, todas devidamente qualificadas e representadas.

14.334. SENTENÇA - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA**Processo nº** 0016506-90.2013.8.18.0140**Classe:** Monitória**Autor:** COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI**Advogado(s):** ALOÍSIO ARAÚJO COSTA BARBOSA(OAB/PIAUÍ Nº 5408)**Réu:** MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA SILVA**Advogado(s):**

1. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação objeto do termo retro, celebrada nestes autos pelas partes acima nominadas, todas devidamente qualificadas e representadas.

14.335. SENTENÇA - 8ª VARA CÍVEL DE TERESINA**Processo nº** 0000345-97.2016.8.18.0140**Classe:** Monitória**Autor:** EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**Advogado(s):** EDSON LUIZ GOMES MOURÃO(OAB/PIAUÍ Nº 16326)**Réu:** LEUDENE SANTANA ARAUJO**Advogado(s):**

1. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação objeto do termo retro, celebrada nestes autos pelas partes acima nominadas, todas devidamente qualificadas e representadas.

14.336. EDITAL - 8ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (8ª Vara Criminal de TERESINA)

Processo nº 0003594-17.2020.8.18.0140**Classe:** Ação Penal - Procedimento Ordinário**AUTOR:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PIAUÍ**Réu:** FLAVIO ROCHA, JO WANDERSON VIANA DE SOUSA**Advogado(s):** MARIA LILIANE SOUSA SANTOS (OAB/PI Nº 13848), LARISSA RAQUEL BARROZO SILVA (OAB/PI Nº 18116), JOÃO DE DEUS DUARTE NETO (OAB/PI Nº 18809)

Cristina Maria Saraiva Guedes, Diretora de Secretaria da 8ª Vara Criminal de Teresina Piauí, de ordem do MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Criminal, INTIMA os advogados MARIA LILIANE SOUSA SANTOS (OAB/PI Nº 13848), LARISSA RAQUEL BARROZO SILVA (OAB/PI Nº 18116), JOÃO DE DEUS DUARTE NETO (OAB/PI Nº 18809), para a audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para o dia 18/11/2020, às 9h30min, na Sala de Audiências da 8ª Vara Criminal de Teresina.

OBS.: A AUDIÊNCIA SERÁ REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA

14.337. SENTENÇA - 8ª VARA CRIMINAL DE TERESINA**Processo nº** 0021971-51.2011.8.18.0140**Classe:** Ação Penal - Procedimento Ordinário**Indiciante:** DELEGACIA DE POLÍCIA INTERESTADUAL - POLINTER**Autor:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**Réu:** JOSÉ EVANDRO DOS SANTOS ARAÚJO**Advogado(s):** DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL

"(...) III - DISPOSITIVO

3.1. Diante do exposto, decreto a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, em face do denunciado JOSÉ EVANDRO DOS SANTOS ARAÚJO, pela prescrição da pretensão punitiva estatal, na forma do art. 107, inciso IV, combinado com o art. 109, inciso IV, ambos, Código Penal.

"(...) IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

(...) 4.4. Considerando que o veículo, marca FIAT, modelo UNO ELECTRONIC, cor azul, ano/modelo 1994/1994, placa GOL-9972, foi recuperado e restituído à vítima RAIMUNDO NONATO TIBÉRIO DA SILVA, entretanto, o referido automóvel foi localizado com avarias, sendo que o denunciado JOSÉ EVANDRO DOS SANTOS ARAÚJO foi encontrado desmaiado, sentado no banco do motorista, após abalroamento, nas proximidades do Dique do bairro Mocambinho; deixo de fixar os valores mínimo dos danos, por não ser efeito imediato desta sentença de extinção da punibilidade pela prescrição e remeto as partes às vias ordinárias. (...)".

14.338. SENTENÇA - 8ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PROCESSO Nº 0001050-95.2016.8.18.0140
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
INDICIANTE: DELEGACIA DO 12º DP DE TERESINA
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RÉU: FRANCISCO RAFAEL ALVES DOS SANTOS - FALECIDO
VÍTIMA: MARIA ADELAIDE CAVALCANTE DE CASTRO

SENTENÇA

Isto posto

6. DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado FRANCISCO RAFAEL ALVES DOS SANTOS, com fulcro no art. 107, inciso I, do Código Penal, combinado com o art. 62 do Código de Processo Penal em face da Certidão de Óbito retro (f. 366) constante nos autos.

14.339. SENTENÇA - 8ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PROCESSO Nº 0008011-18.2017.8.18.0140
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
INDICIANTE: DELEGACIA DO 11º DP DE TERESINA
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RÉU: RAFAEL VIANA DE AGUIAR
ADVOGADO: STANLEY DE SOUSA PATRÍCIO FRANCO(OAB/PIAUI Nº 3899)
SENTENÇA

9. Isto posto, decreto a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE pela morte do agente RAFAEL VIANA DE AGUIAR, qualificado nos autos, nos termos do art. 107, inciso I, do Código Penal, em face do Laudo Cadavérico retro constante nos autos.

14.340. SENTENÇA - 8ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

PROCESSO Nº 0020809-84.2012.8.18.0140
CLASSE: AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
INDICIANTE: DELEGACIA DO 11º DISTRITO POLICIAL
AUTOR: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
RÉU: EVANDRO SAMUEL DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL(OAB/PIAUI Nº 0)
SENTENÇA

9. Isto posto, decreto a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE pela morte do agente EVANDRO SAMUEL DA SILVA OLIVEIRA, qualificado nos autos, nos termos do art. 107, inciso I, do Código Penal, em face do Laudo Cadavérico retro constante nos autos.

14.341. SENTENÇA - 8ª VARA CRIMINAL DE TERESINA

Processo nº 0012549-18.2012.8.18.0140
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Indiciante: DELEGACIA DO 6º DP DE TERESINA
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
Réu: RAFAEL DE SOUSA BEZERRA
Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL
"(...) III - DISPOSITIVO

3.1. Isto posto, decreto a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE pela morte do agente RAFAEL SILVA BEZERRA, qualificado nos autos, com fulcro no art. 107, inciso I, do Código Penal, em face do Laudo Cadavérico retro (f. 158). (...).".

14.342. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0003681-70.2020.8.18.0140
Classe: Restituição de Coisas Apreendidas
Requerente: ANTONIO ELDERJACKES DE SOUSA CHAVES
Advogado(s): ILARA MARIA REIS COELHO(OAB/PIAUI Nº 17973), MARCELO LOBAO SALIM COELHO(OAB/PIAUI Nº 9882)
Réu:

Advogado(s):

DESPACHO: Assim, determino que seja oficiada a autoridade policial do 3º DP para, no (instaurado em prazo de 05 (cinco) dias, encaminhar o inquérito policial Nº 002.452/2020 17/08/2020) referente ao fato supramencionado, o qual consta como crime de ESTELIONATO, e figuram como vítimas ANTONIO ELDERJACKES DE SOUSA CHAVES (ora requerente) e RONILDO BARBOSA DA SILVA LIMA (conforme extrato do SISPROCEP à fl. 59), haja vista tal investigação ter excedido o prazo do art. 10, §3º do CPP. Após, considerando a impugnação ao pedido de restituição e a resposta a impugnação apresentada pelas partes, determino o encaminhamento dos presentes, eis que a situação em análise parece ser a autos novamente ao representante ministerial disposta no § 4º, do art. 120, do CPP. Após a manifestação Ministerial, retornem os autos para decisão.

14.343. EDITAL - CENTRAL DE INQUÉRITO DE TERESINA

AVISO DE INTIMAÇÃO (CENTRAL DE INQUÉRITOS de TERESINA)
Processo nº 0001193-45.2020.8.18.0140
Classe: Inquérito Policial
Indiciante: DELEGACIA DO 7º DISTRITO POLICIAL TERESINA PIAUI
Advogado(s):
Indiciado: CHARLIELSON DE SOUSA, JOÃO FRANCISCO LIMA FERREIRA
Advogado(s):

DESPACHO: através da defesa ou pessoalmente, se for o caso, para no prazo de 03 (três) dias apresentar justificativa acerca das circunstâncias em que ocorreu o irregular funcionamento e/ou rompimento do dispositivo de monitoração eletrônica, bem como para regularização do

cumprimento da referida medida cautelar, mediante substituição do respectivo dispositivo.

15. JUIZOS DE DIREITO DO INTERIOR

15.1. EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

2ª Publicação

O Dr. RODRIGO TOLENTINO, MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Uruçuí-PI, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc. **FAZ SABER** aos que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que **foi decretada a INTERDIÇÃO de JOANICE MARIA DA CONCEIÇÃO**, brasileira, portadora do RG nº 2.072.992 SSP/PI e CPF nº 883.160.253-53, nos autos do Processo nº 0000731-25.2016.8.18.0077 em trâmite pela Vara Única da Comarca de Uruçuí da Comarca de URUÇUÍ, por sentença, em virtude de doença física e mental CID 10 - G82.2 (paraplegia) e CID 10 - F72.9 (retardo mental grave), declarando a parte interdita incapaz de reger seus negócios e bens na vida civil, **tendo sido nomeado(a) curador(a) LUCIANO JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, lavrador, portador do RG nº 3.062.369 SSP/PI e CPF nº 042.119.973-35, o(a) qual prestará compromisso legal de bem exercer o *munus*, observadas as cautelas legais. **O MM. Juiz de Direito mandou expedir o presente edital que será publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias no Diário da Justiça.** Eu, CARLOS MENDES DE SOUSA, analista judicial, digitei. urucuí-PI, 29 de setembro de 2020.

15.2. EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

2ª Publicação

PROCESSO Nº: 0000110-51.2018.8.18.0079

CLASSE: INTERDIÇÃO (58)

ASSUNTO(S): [Nomeação]

REQUERENTE: ANTONIA DA PAZ BISPO SOUSA

REQUERIDO: IRIZETE MARIA DE SOUSA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

O Dr. Alberto Franklin de Alencar Milfont, MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de REGENERAÇÃO, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

FAZ SABER aos que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi decretada a **INTERDIÇÃO de IRIZETE MARIA DE SOUSA**, RG 2.555.574 SSP/PI, CPF 023.493.343-76, brasileira, solteira, filha de ANTONIA MARIA DE SOUSA e LUIZ ANTONIO DE SOUSA, residente e domiciliada no ASSENTAMENTO NOVO MUCAMBO, ZONA RURAL, ANGICAL DO PIAUÍ-PI, nos autos do Processo nº 0000110-51.2018.8.18.0079 em trâmite pela Vara Única da Comarca de REGENERAÇÃO por sentença, declarando a parte interdita incapaz de reger seus negócios e bens na vida civil, tendo sido nomeada curadora ANTONIA DA PAZ BISPO SOUSA, brasileira, casada, filha de HONORINDA PIA DA PAZ BISPO e CRISTINO ALEXANDRE BISPO, residente e domiciliada em ASSENTAMENTO NOVO MUCAMBO, ZONA RURAL, ANGICAL DO PIAUÍ-PI, a qual prestará compromisso legal e bem exercer o *munus*, observadas as cautelas legais. O M.M Juiz de Direito mandou expedir o presente edital que será publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias no Diário da Justiça, fixando-o no lugar de costume. Eu, NEUMARIA OLIVEIRA DA SILVA, Analista Judicial, digitei. Regeneração-PI, 1 de outubro de 2020. ALBERTO FRANKLIN DE ALENCAR MILFONT Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Regeneração.

15.3. EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

1ª Publicação

PROCESSO Nº: 0801393-69.2018.8.18.0049

CLASSE: INTERDIÇÃO (58)

ASSUNTO(S): [Tutela e Curatela]

REQUERENTE: ANA DALVA DA SILVA

REQUERIDO: MANOEL LUIS DE SOUSA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

O Dr. Juscelino Norberto da Silva Neto, MM. Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

FAZ SABER aos que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi decretada a **INTERDIÇÃO de MANOEL LUIS DE SOUSA**, brasileiro, casado, aposentado, CPF nº. 2*1.***.1*3-04, residente e domiciliado na Rua Maria Dona, s/n, Bairro Docas, Lagoa do Sítio - PI, nos autos do Processo nº 0801393-69.2018.8.18.0049, em trâmite pela Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí-PI, por sentença, declarando a parte interdita incapaz de reger seus negócios e bens na vida civil, tendo sido nomeado(a) curador(a) ANA DALVA DA SILVA E SOUSA, brasileira, solteira, trabalhadora rural, CPF nº. 3*5.***.8*3-20, residente e domiciliada na Rua Maria Dona, s/n, Bairro Docas, Lagoa do Sítio - PI, o(a) qual prestará compromisso legal de bem exercer o *munus*, observadas as cautelas legais, restringindo-se a curatela ao recebimento de benefício previdenciário ou assistencial e à gestão do patrimônio que o interditado perceber a partir da decretação de sua interdição provisória, não alcançando o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde e ao trabalho, restringindo, porém, o direito ao voto. O MM. Juiz de Direito mandou expedir o presente edital que será publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias no Diário da Justiça. Eu, Jivago dos Santos Viana, Analista Judicial, digitei.

Valença do piauí-PI, 09 de outubro de 2020.

JUSCELINO NORBERTO DA SILVA NETO

Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí

15.4. edital de citação.

PROCESSO Nº: 0800641-31.2017.8.18.0050

CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)

ASSUNTO(S): [Dissolução]

REQUERENTE: FRANCISCA ALVES DO NASCIMENTO

REQUERIDO: FRANCISCO DAS CHAGAS NASCIMENTO

EDITAL DE CITAÇÃO

Prazo de 20 (vinte) dias

O Dr. ITALO MARCIO GURGEL DE CASTRO, Juiz de Direito desta cidade e comarca de ESPERANTINA, Estado do Piauí, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, com sede na Praça Poeta Antonio Sampaio, ESPERANTINA-PI, a Ação acima referenciada, proposta por FRANCISCA ALVES DO NASCIMENTO em face de

FRANCISCO DAS CHAGAS NASCIMENTO, situada em local incerto e não sabido; ficando por este edital citada a parte suplicada, para apresentar contestação nos autos em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (art. 257, II, do NCPC). Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de ESPERANTINA, Estado do Piauí, aos 7 de outubro de 2020 (07/10/2020). Eu, _____, digitei, subscrevi e assino.

Esperantina-PI, 7 de outubro de 2020.

EUDE DE ARAUJO FORTES

Secretaria da Vara Única da Comarca de Esperantina (Cível)

Assinado eletronicamente por: **ITALO MARCIO GURGEL DE CASTRO**

07/10/2020 18:07:14

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **12395375**

15.5. EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

PROCESSO Nº: 0800325-45.2018.8.18.0062

CLASSE: INTERDIÇÃO (58)

ASSUNTO(S): [Tutela e Curatela]

REQUERENTE: HELENA ALVES DA SILVA ALENCAR

REQUERIDO: ISRAEL ANTÃO DE ALENCAR

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

Segunda Publicação

A Dra. Tallita Cruz Sampaio, MM. Juíza de Direito da Comarca de Padre Marcos, Estado do Piauí, na forma da Lei, etc...**FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processa por este Juízo e Secretaria da Vara Única, os termos de uma Ação de Interdição, Processo nº 0800325-45.2018.8.18.0062, que HELENA ALVES DA SILVA ALENCAR, move em face de ISRAEL ANTÃO DE ALENCAR, brasileiro, casado, aposentado, RG. nº 803.504 SSP-PI, e no CPF 006.638.833-34 residente e domiciliado na Rua Júlio Antão de Alencar, s/n - Centro, Francisco Macêdo - PI, que através de sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito desta Comarca, datada de 04 de setembro de 2019, foi decretada a interdição de ISRAEL ANTÃO DE ALENCAR, cuja sentença em síntese é o seguinte: "Ante o exposto, em consonância ao parecer ministerial, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para decretar a INTERDIÇÃO de ISRAEL ANTÃO DE ALENCAR, o que faço com fundamento nos arts. 4º, III e 1.782 do Código Civil e art. 114 da Lei nº 13.146/2015. Sem custas por ser beneficiária da gratuidade judiciária. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Com o trânsito em julgado da sentença: a) Determino, na forma do parágrafo único do art. 755 do Código de Processo Civil, a nomeação da esposa do interditado HELENA ALVES DA SILVA ALENCAR como sua curadora. Nos termos do art. 114 da Lei nº 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que alterou o art. 1.772 do Código Civil, ficam os limites da curatela circunscritos às restrições constantes do art. 1.782 do Código Civil, ficando o interditado privado de, sem curador, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração. Deverá a curadora ser intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, prestar compromisso de curatela definitiva, devendo do termo constar os limites da curatela (CPC, art. 759); b) Expeça-se mandado para a inscrição da sentença de interdição perante o Cartório do Registro Civil competente, em atendimento ao art. 755, §3º, do Código de Processo Civil e ao art. 9º, III, do Código Civil, devendo ser observado no mandado todos os termos do art. 92 da Lei nº 6.015/73; c) Publique-se o inteiro teor desta sentença na imprensa oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, devendo constar do edital os nomes do interditado, da curadora, a causa da interdição e os limites da curatela; d) Publique-se a sentença de interdição na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, bem como na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses; na imprensa local, 01 (uma) vez, e no órgão oficial, por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interditado e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela; e) Deixo de determinar a expedição de ofício ao TRE/PI para a suspensão dos direitos políticos da interditada em observância a decisão proferida pelo Tribunal Superior Eleitoral nos autos do Processo Administrativo nº 114-71.2016.6.00.000. Após, arquivem-se os autos, promovendo-se a baixa na distribuição. PADRE MARCOS-PI, 4 de setembro de 2019. Marcos Augusto Cavalcanti Dias - Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Padre Marcos- PI. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça do Estado do Piauí, por três (03) vezes, com intervalo de dez (10) dias, na forma da Lei. CUMPRA-SE com observâncias das cautelas e prescrições legais. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Padre Marcos, Estado do Piauí, aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte (20.10.2020). Eu, Ribamar Benedito da Silva, Secretário da Vara Única, o digitei, e subscrevi. Tallita Cruz Sampaio - Juíza de Direito."

15.6. EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA LISTA GERAL DOS JURADOS

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PIAUÍ COMARCA CANTO DO BURITI Secretaria da Vara Única EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA LISTA GERAL DOS JURADOS DA COMARCA DE CANTO DO BURITI/PI PARA O EXERCÍCIO DE 2020. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PIAUÍ COMARCA CANTO DO BURITI Secretaria da Vara Única LISTA GERAL PROVISÓRIA DOS JURADOS EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA LISTA GERAL DOS JURADOS QUE COMPORÃO O TRIBUNAL POPULAR DO JURI DA COMARCA DE CANTO DO BURITI, ESTADO DO PIAUÍ E DOS TERMOS JUDICIÁRIOS DE BREJO DO PIAUÍ/PI, PAJEÚ DO PIAUÍ/PI E TAMBORIL DO PIAUÍ/PI, DURANTE O ANO DE 2020: O Doutor. MÁRIO SOARES DE ALENCAR, Meritíssimo Juiz Presidente do Tribunal do Júri desta cidade e Comarca de Canto do Buriti, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, etc. **FAZ SABER** a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que em cumprimento ao disposto nos arts. 425 e seguintes, da Lei nº 11.689/2008, de 09/06/2008, que altera dispositivos do Decreto Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1.941- Código de Processo Penal, combinado com o art. 51, da Lei nº 3.716/79 (Lei de Organização Judiciária do Piauí), relativos ao Tribunal do Júri, elaborou com a devida assistência da Promotoria de Justiça desta Comarca, a presente **LISTA GERAL DEFINITIVA DOS JURADOS** para funcionarem nas sessões do Tribunal Popular do Júri desta Comarca, durante o exercício do ano de 2020, todos residentes e domiciliados na sede do município de Canto do Buriti/PI e nos Termos Judiciários de Brejo do Piauí, Tamboril do Piauí e Pajeú do Piauí, abaixo relacionados. 01-ADRIANO MARTINS VALENTE AMORIM, RUA MARANHÃO, N.º 131, CENTRO, CANTO DO BURITI; 02-ALDAMIR ANTONIO MENESES DE AGUIAR, RUA PADRE MARCOS, N.º 400, CENTRO, CANTO DO BURITI; 03-CLAILTON DOS SANTOS OLIVEIRA, RUA COELHO RODRIGUES, N.º 118, CENTRO, CANTO DO BURITI; 04-EVERALDO ALVES DE QUEIROZ, RUA PADRE MARCOS, N.º 0, BAIRRO AEROPORTO, CANTO DO BURITI; 05-GEORGE DE SOUSA MACHADO, AV. DOMINGOS CHAVES, N.º 213, CENTRO, CANTO DO BURITI; 06-ANA CLEIDE DE CARVALHO ROSA, AV. GETULIO VARGAS, N.º 980, CENTRO, CANTO DO BURITI; 07- EROILTON DE SOUSA E SILVA, RUA CASSIMIRO DE ABREU, N.º 665, CENTRO, CANTO DO BURITI; 08-ANDY WILLER F. DE SOUSA, RUA CAMPO SALES, N.º 291, CENTRO, CANTO DO BURITI; 09-ANTONIO VIEIRA DA SILVA, RUA BOA VISTA, N.º 200, CENTRO, CANTO DO BURITI; 10-FÁBIO FIALHO CABEDO, RUA ARISTIDES VICTOR, N.º 488, CENTRO, CANTO DO BURITI; 11-JOSÉ HOLANDA ANDRADE DOS SANTOS, RUA CIPRIANO DE HOLANDA CAVALCANTE, N.º 85, BAIRRO AEROPORTO, CANTO DO BURITI; 12-CLAUDIA CARLOS MONTEIRO SANTOS, RUA BOA VISTA, N.º 215, CENTRO, CANTO DO BURITI; 13-CLEBISON DA COSTA SOUSA, RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º 125, CENTRO, CANTO DO



Diário da Justiça do Estado do Piauí

ANO XLII - Nº 9006 Disponibilização: Terça-feira, 13 de Outubro de 2020 Publicação: Quarta-feira, 14 de Outubro de 2020

BURITI; 14-ADSON DE SOUSA LIMA, RUA CEARÁ, N.º 371, CENTRO, CANTO DO BURITI; 15-CLEYVALDER DOS SANTOS ARRAIS, RUA DES. JOSE MESSIAS, N.º 510, CENTRO, CANTO DO BURITI; 16-DANIELE BATISTA ARAÚJO, RUA PADRE MARCOS, 774, CENTRO, CANTO DO BURITI; 17-DIOGENES COELHO DA SILVEIRA, PRAÇA MANOEL BARBOSA E SILVA S/N, CENTRO, CANTO DO BURITI; 18-DJALMA DOS SANTOS ARRAIS NETO, RUA DES. JOSE MESSIAS, N.º 510, CENTRO, CANTO DO BURITI; 19-DORALIZ BARBOSA BEZERRA, LUGAR BAIXÃO S/N, ZONA RURAL, CANTO DO BURITI; 20-EDNA MARCIA PEREIRA DOS SANTOS, RUA AFONSO PENA, N.º 344, CENTRO, CANTO DO BURITI; 21-ELIS REGINA FEITOSA CHAVES; RUA QUINTINO BOCAIUVA, Nº 544, CENTRO, CANTO DO BURITI; 22-ELVIA JORDANIA CHAVES DE MELO, AVENIDA MARECHAL DUTRA, Nº 1072, CENTRO, CANTO DO BURITI; 23-ELIEZER OLIVEIRA DE JESUS PEREIRA, RUA PIAUÍ Nº 186, CENTRO, PAJEÚ DO PIAUÍ; 24-FABIA DIAS DE MIRANDA, RUA 13 DE MAIO, N.º 141, CENTRO, CANTO DO BURITI; 25-CLEITON SIQUEIRA DE AGUIAR, RUA COELHO RODRIGUES, N.º 30, CENTRO, CANTO DO BURITI; 26-FABIO PEREIRA DA SILVA, RUA DUQUE DE CAXIAS, N.º 324, CENTRO, CANTO DO BURITI; 27-FERNANDO FIALHO CABEDO, RUA ARISTIDES VICTOR, N.º 488, CENTRO, CANTO DO BURITI; 28-FRANCISCO DAS CHAGAS FIALHO CABEDO, RUA ARISTIDES VICTOR, N.º 488, CENTRO, CANTO DO BURITI; 29-FRANCISCO DE ASSIS NUNES OLIVEIRA JUNIOR, RUA PERNAMBUCO, N.º 195, CENTRO, CANTO DO BURITI; 30-LUIS NUNES SOBREIRA, AV. MARTINHO BORGES, Nº 110, BAIRRO SANTO ANTONIO, CANTO DO BURITI; 31-RENATO DA SILVA LIRA AGUIAR, RUA COELHO RODRIGUES, Nº 195, CENTRO, CANTO DO BURITI; 32-GILLIARD DE CASTRO LUZ, RUA AFONSO PENA, N.º 350, CENTRO, CANTO DO BURITI; 33-GLAUBER DE CASTRO LUZ, RUA AFONSO PENA, N.º 350, CENTRO, CANTO DO BURITI; 34-HERNESTO DE HOLANDA CAVALCANTE, RUA COELHO NETO, S/N, CENTRO, CANTO DO BURITI; 35-JAILSON JOSE FERREIRA, RUA JOSE FRANCISCO DE CARVALHO, N.º 115, CENTRO, CANTO DO BURITI; 36-JAIRO DE CASTRO VIEIRA, RUA LUIS BARBOSA, N.º 336 BAIRROSANTIAGO, CANTO DO BURITI; 37-JARBAS AMORIM FEITOSA, RUA FÉLIX PACHECO, N.º 411, CENTRO, CANTO DO BURITI; 38-JARBAS GONCALVES DA SILVA, RUA CASEMIRO DE ABREU, N.º 678, CENTRO, CANTO DO BURITI; 39-JOÃO FERREIRA DE SOUSA, PRAÇA DEMERVAL LOBÃO, N.º 71, CENTRO, CANTO DO BURITI; 40-JOAO PAULO CAVALCANTE DE HOLANDA, RUA ANTONIO PIMENTEL, N.º 644, CENTRO, CANTO DO BURITI; 41-JORDANIO FERREIRA ARRAIS, RUA PROJETADA, N.º 112, BAIRRO MATADOURO, CANTO DO BURITI; 42-JOSE ARI RIBEIRO DE AGUIAR FILHO, AV. JOSÉ GOMES CHAVES S/N, CENTRO, BREJO DO PIAUÍ; 43-JOSE EDIMILSON DE OLIVEIRA ALENCAR, BAIRRO SANTO ANTONIO N.º 95, CANTO DO BURITI; 44-JAMES PEREIRA DE SOUSA, RUA ENEAS INDALINO LOPES, S/N, BAIRRO SANTO ANTONIO, CANTO DO BURITI; 45-JOSE VILANILDO RODRIGUES CAMPOS, RUA PERNAMBUCO, N.º 240, CENTRO, CANTO DO BURITI; 46-JOSELIA APARECIDA DE CARVALHO, RUA SERGIPE, N.º 394, CENTRO, CANTO DO BURITI; 47-LUAN COSTA SOUSA ALVES, RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º 131, CENTRO, CANTO DO BURITI; 48-ANDY WILLER FERNANDES DE SOUSA, RUA CAMPOS SALES, Nº 2910, CENTRO, CANTO DO BURITI; 49-JULIANA DE SANTANA, RUA COELHO NETO, N.º 349, CENTRO, CANTO DO BURITI; 50-KATHARINE CHAVES NEVES DIAS, RUA DES JOSÉ MESSIAS, N.º 318, CENTRO, CANTO DO BURITI; 51-KENYA SAMALHA MENESES DA SILVA MAIA, PRAÇA MANOEL BARBOSA E SILVA S/N, CENTRO, CANTO DO BURITI; 52-KLEBER CHAVES VALENTE, RUA AFONSO PENA S/N, CENTRO, CANTO DO BURITI; 53-LARISSA SAMARA NUNES MIRANDA, RUA ANTONIO PIMENTEL, N.º 295, CENTRO, CANTO DO BURITI; 54-LILIAN KELLE VIEIRA DE CARVALHO, RUA AFONSO PENA, N.º 373, CENTRO, CANTO DO BURITI; 55-LIVIA REGINE MIRANDA CAVALCANTE, RUA CAMPOS SALES, N.º 380, CENTRO, CANTO DO BURITI; 56-LUCIANO RODRIGUES DA SILVA, RUA MARECHAL DUTRA, N.º 1591, BAIRRO AEROPORTO, CANTO DO BURITI; 57-VALNERIA DE CARVALHO ROSA, AV. GETÚLIO VARGAS, Nº 980, CENTRO, CANTO DO BURITI; 58-MÁRCIO RODRIGUES DE CASTRO, RUA PADRE MARCOS, N.º 958, CENTRO, CANTO DO BURITI; 59-MARDONIO SARAIVA VALENTE, RUA PADRE MARCOS, N.º 428, CENTRO, CANTO DO BURITI; 60-MARIA APARECIDA DE SOUSA AGUIAR, RUA BERNARDO RODRIGUES, N.º 741, CENTRO, CANTO DO BURITI; 61-MARIA CLEIDIANE COSTA RAMOS, RUA MARECHAL DUTRA, N.º 1095, CANTO DO BURITI; 62-ALEXANDRA AMORIM MACHADO, RUA ISIDORIO 406, CENTRO, TAMBORIL DO PIAUÍ; 63-MARIA EVANILDA LUZ E SILVA, RUA FELIX PACHECO, N.º 120, CENTRO, CANTO DO BURITI; 64-MARIA LÚCIA DE BRITO, RUA OLAVO BILAC, Nº 1241, CENTRO, CANTO DO BURITI; 65-MARIA NICE FERREIRA CARVALHO, RUA JOSE BONIFACIO, N.º 286, CENTRO, CANTO DO BURITI; 66-MARIA REGIA DE SANTANA, RUA COELHO NETO S/N, CENTRO, CANTO DO BURITI; 67-MARIA REGIVALDA DOS SANTOS AS, RUA JOSE FRANCISCO DE CARVALHO, N.º 252, CENTRO, CANTO DO BURITI; 68-LEANDRO ARAUJO SOUSA AGUIAR, PRAÇA CORONEL BORGES, Nº 118, CENTRO, CANTO DO BURITI; 69-MARIANO DE CARVALHO ROSA, AVENIDA GETULIO VARGAS, N.º 980, CENTRO, CANTO DO BURITI; 70-MAYARA DE MIRANDA SANTOS, AV. GETULIO VARGAS, N.º 238, CENTRO, CANTO DO BURITI; 71-MAYLTON MENESES MOURA, RUA MARECHAL DUTRA, N.º 991, CENTRO, CANTO DO BURITI; 72-MEIRE ELEN PEREIRA DE ALMEIDA, AV. MODESTO ANTONIO PIAULINO, N.º 491, CENTRO, PAJEÚ DO PIAUÍ; 73-GUSTAVO VIEIRA VALENTE FIGUEIREDO, RUA VESPASIANO DE CARVALHO ROSA, N.º 48, BAIRRO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, CANTO DO BURITI; 74-NILDA DE SOUSA SILVA, AV. PIANCO S/N, CENTRO, BREJO DO PIAUÍ; 75-OSVALDO DE MOURA BASTOS; AV. PIANCO S/N, CENTRO, BREJO DO PIAUÍ; 76-OZEAS SOARES DA SILVA NETO, RUA CASSIMIRO DE ABREU, Nº 736, CENTRO, CANTO DO BURITI; 77-LUIZ CARLOS MARTINS MACEDO, RUA PADRE MARCOS, N.º 258, CENTRO, CANTO DO BURITI; 78-PEDRO ALVES CAVALCANTE NETO, RUA CEL. ELPIDIO CRONEMBERGER, N.º 103, CENTRO, CANTO DO BURITI; 79-CLAUDIO RAMOS VILA NOVA, RUA ANTONIO PIMENTEL, Nº94, CENTRO CANTO DO BURITI; 80-RAILDA RODRIGUES PEREIRA, RUA PERNAMBUCO, N.º 254, CENTRO, CANTO DO BURITI; 81-MARDONIO PEREIRA DA SILVA, RUA CEARÁ, S/N, CENTRO, CANTO DO BURITI; 82-JOSÉ EDIMILSON DE OLIVEIRA DE OLIVEIRA ALENCAR, RUA COELHO NETO, N.º 173, CENTRO, CANTO DO BURITI; 83-REGINAURA OLIVEIRA DA SILVA, RUA ROGERIO NUNES, N.º 1446, CANTO DO BURITI; 84-RICARDO MACEDO LEAL DOS SANTOS, RUA RUI BARBOSA, Nº 22, CENTRO, CANTO DO BURITI; 85-ROMUALDO BORGES SILVA, RUA JESUINO JOSE RODRIGUES S/N, CENTRO, PAJEÚ DO PIAUÍ; 86-MARCOS CAVALCANTE HOLANDA, RUA COELHO NETO, Nº362, CENTRO CANTO DO BURITI; 87-GEONES DE SOUSA MONTEIRO, RUA JOÃO DOS SANTOS, Nº 866, CENTRO, CANTO DO BURITI; 88-CESAR BORGES DE MOURA COSTA, RUA CEL. JOSÉ JÚLIO, N.º 366, CENTRO, CANTO DO BURITI; 89-SHIRLEY DE ALMEIDA CARVALHO, RUA EDRO MARTINS FERREIRA, N.º 540, CENTRO, PAJEÚ DO PIAUÍ; 90-MAMÉDIO DE CARVALHO VIEIRA FILHO, RUA RUI BARBOSA, N.º 334, CENTRO, CANTO DO BURITI; 91-JUNIOR TIMOTEO DE AMORIM, RUA ELPIDIO CRONEMBERGER, S/N, CENTRO, CANTO DO BURITI; 92-TISCIANE CASTRO LUZ, RUA JOÃO HOLANDA CAVALCANTE, N.º 436, BAIRRO AEROPORO, CANTO DO BURITI; 93-VALMOR DA SILVA PINHEIRO, RUA COELHO RODRIGUES, N.º 481, BAIRRO Nº. SENHORA DE FÁTIMA, CANTO DO BURITI; 94-MARCIO RODRIGUES DE CASTRO, RUA JOÃO DOS SANTOS, N.º 2015, CENTRO, CANTO DO BURITI; 95-MILTON MENESES MOURA, RUA MARECHAL DUTRA, N.º 991, CENTRO, CANTO DO BURITI; 96-VALMIRAM CARDOSO SOBREIRA, ASSENTAMENTO MALHADA INCA S/N, ZONA RURAL, CANTO DO BURITI; 97-JOSE CLEITON HIPOLITO DOS SANTOS, RUA JOSÉ FRANCISCO DE CARVALHO, N.º 517, CENTRO, CANTO DO BURITI; 98-VANESSA NUNES DE SOUSA, RUA OLAVO BILAC, N.º 242, CENTRO, CANTO DO BURITI; 99-VANIA PINHEIRO DE SOUZA, RUA PERNAMBUCO, N.º 141, CENTRO, CANTO DO BURITI; 100-ADRIANO FERNANDES DE SOUSA MORAIS, RUA VEREADO JORGE DE SOUSA, N.º 759, BAIRRO MATADOURO, CANTO DO BURITI. ***Ficam advertidos de que a lista geral poderá ser alterada de ofício ou em virtude de reclamação de qualquer do povo até o dia 10 de novembro, após isso, a lista terá sua publicação definitiva, para conhecimento de todos segue a transcrição dos arts. 436 a 446, do CPP. Seção VIII. Da Função do Jurado. Art. 436.*** O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade. § 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução. § 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado. **Art. 437.** Estão isentos do serviço do júri: I - o Presidente da República e os Ministros de Estado; II - os Governadores e seus respectivos Secretários; III - os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais; IV - os Prefeitos Municipais; V - os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública; VI - os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública; VII - as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública; VIII - os militares em serviço ativo; IX - os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa; X - aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento. **Art. 438.** A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política

importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto. § 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins. § 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. **Art. 439.** O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo. **Art. 440.** Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária. **Art. 441.** Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri. **Art. 442.** Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica. (NR) **Art. 443.** Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados. **Art. 444.** O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos. **Art. 445.** O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juizes togados. **Art. 446.** Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código. E, para que chegue ao conhecimento de todos e que no futuro não se possa alegar ignorância determino o MM. Juiz de Direito desta Comarca que fosse expedido o presente EDITAL que será publicado no Diário da Justiça na forma da lei, e afixado no lugar de costume, na sede deste Juízo da Comarca de Canto do Buriti/PI e nos Termos Judiciais desta Comarca, bem como fosse enviado uma cópia a DOUTA Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Canto do Buriti/PI, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte (09.10.2020). Eu, Neidivan Amorim dos Santos - Secretário da Vara Única, digitei, conferi e subscrevo. Dr. Mário Soares de Alencar - Juiz de Direito.

15.7. AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de SÃO RAIMUNDO NONATO)

PROCESSO Nº: 0000137-87.1997.8.18.0073

CLASSE: INVENTÁRIO (39)

ASSUNTO(S): [Inventário e Partilha]

INTERESSADO: MARIA NILDA ROSADO, CLARICE ROSADO

REQUERENTE: ANTÔNIO ROSADO JÚNIOR

INVENTARIADO: MACARIA DUARTE ROSADO

DECISÃO SEGUIR:

Chamo o feito à ordem.

Vistos em correição. Feito datando-se distribuição de 03/10/1997. Passa a tramitar na plataforma PJE em 13/01/2020. Registro que assumi a responsabilidade pela presente Unidade por força do prov. 21/2020, datado de 03/07/2020.

Pois bem. Com os poderes a mim conferidos, na forma do art. 139, inc. IX, do NCPC, observo a necessidade de determinar o que segue, em especial, à vista do que dispõe o art. 319, do NCPC, do que, **DETERMINO o que segue:**

1.1. Observo atos anteriores e petição de ID 11869755, em que se requer a remoção da inventariante. De já, motivadamente, deixo de conhecer do pedido de remoção da inventariante na forma apresentada, à vista da inobservância do disposto no art. 623, parágrafo único, do NCPC, facultando-se ao requerente fazê-lo observadas tais exigências, em autos apartados;

1.2. no tocante à herdeira falecida em 11/03/2013, MARIA NILDA ROSADO, visto que de conhecimento deste juízo que deixou bens a inventariar, como se vê do inventário que tramita em apenso, apenas seu espólio deverá figurar como parte nesta relação processual, de modo que os bens respectivos deverão ser partilhados em processo autônomo já em curso - autos nº 0000371-10.2013.8.18.0073;

1.3. a INTIMAÇÃO PESSOAL da parte autora, na pessoa do inventariante, para, **no PRAZO DE 05 DIAS:** i) apresentar documentos pessoais e comprovantes de residência de RAIMUNDO ROSADO, MARIA NILDA ROSADO, NELSON ROSADO, MARIA DO SOCORRO ROSADO DE OLIVEIRA, GILBERTO PAIXÃO ROSADO, PAULO PAIXÃO ROSADO, REGINA LUCIA DA SILVA ROSADO, ARNALDO DA SILVA ROSADO, LUIZ GONZAGA ROSADO FILHO e ANDREIA TERESA ROSADO PAES; ii) quanto a CLARICE ROSADO, tendo em vista que apresentou apenas procuração, deverá juntar cópia de RG, CPF, registro de nascimento/casamento e comprovante de residência; 1.3.3. apresentar certidões de nascimento dos já falecidos JOSÉ ROSADO e LUIZ GONZAGA ROSADO; iii). observância do disposto no art. 75, inc. VII, do NCPC em relação à pessoa de MARIA NILDA ROSADO - pág. 39/40, de ID 7839768.

1.4. Observe-se decurso de prazo. 1.4.1. Caso atendido pelas partes o determinado acima, faça-se conclusos para apreciação dos demais pedidos ora pendentes de apreciação. 1.4.2. Lado outro, decorrendo prazo sem manifestação e/ou atendimento do vez determinado no item "1.3", façam-se os autos conclusos para eventual sentença na forma do nos termos do art. 485, inc. III, IV e VI, do NCPC.

2. Após, conclusos.

Expedientes urgentes e necessários. Despacho registrado eletronicamente. Publicações e intimações de estilo - inclusive via DJE. Cumpra-se.

São RAIMUNDO NONATO-PI, data e assinatura eletrônica.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de São Raimundo Nonato

15.8. AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de SÃO RAIMUNDO NONATO)

PROCESSO Nº: 0800729-92.2020.8.18.0073

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Incapacidade Laborativa Parcial]

INTERESSADO: MAURIZAN SANTANA DOS SANTOS

REU: INSS

DESPACHO A SEGUIR:

De início, registro que assumi a responsabilidade pela presente Unidade por força da Prov. 21/2020, datado de 03/07/2020. Feito datando-se a distribuição de 26/08/2020.

Verifico a necessidade de emenda da inicial, motivo pelo qual deixo de apreciar a tutela-liminar na forma pretendida.

Verifica-se que a parte autora requer os benefícios da justiça gratuita, todavia não consta a respectiva declaração de hipossuficiência.

In casu, não verifico demonstração de situação de hipossuficiência financeira. Para tanto, pontuo o critério utilizado em Resolução da DPE/PI - RESOL. 026/2012, donde para a sua caracterização de estado de hipossuficiência financeira é aquela renda inferior a 03 salários mínimos.

Ademais, cumpre ao Magistrado, guiado pelo dever de cooperação processual, intimar o(a) autor(a) para que sane o erro, com vistas a possibilitar a continuidade da marcha processual sem vícios de caráter insanável.

Sem maiores delongas, por ora, DETERMINO o que segue:

1.1. a intimação da parte autora, na pessoa de seu causídico, para, no prazo legal de 15 dias, **EMENDAR** à Inicial, **promovendo o DEVIDO RECOLHIMENTO de custas devidas** - observando-se a tabela de custas previstas no link <http://www.tjpi.jus.br/cobjud/modules/cobjud/TabelasDeCobrancas.fpage/> - na mesma oportunidade, dignar-se a prestar esclarecimentos que concretamente comprovem a necessidade de concessão da benesse em cotejo com possível declaração de hipossuficiência - se for o caso -, cumprindo-lhes juntar declaração IRPF dos últimos 05 (cinco) anos, extratos bancários dos últimos 03 (três) meses bem como contracheque atualizado - sob pena de preclusões de estilo. O não-atendimento das presentes determinações judiciais ensejará indeferimento da presente

petição, na forma do disposto no art. 321, p. único c/c art. 485, inc. I, IV e VI, do NCPC.1.1.1. À r. Secretaria para observar decurso de prazo, certificando-se do atendimento ou não, fazendo-se **conclusos** para deliberação, conforme o caso.

2. Na sequência, faça-se conclusos com **urgência** para apreciação do feito na forma que venha a se apresentar.

Expedientes urgentes e necessários. Publicações e intimações de estilo, inclusive via DJE. Cumpra-se com urgência.

São RAIMUNDO NONATO-PI, 8 de outubro de 2020.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de São Raimundo Nonato

15.9. AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de SÃO RAIMUNDO NONATO)

PROCESSO Nº: 0800726-40.2020.8.18.0073

CLASSE: REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE (1707)

ASSUNTO(S): [Esubulho / Turbação / Ameaça]

AUTOR: BERENICE PAES RIBEIRO MINERVINO, FRANCISCO LEITE MINERVINO

REQUERIDO: ALCIDES DOS SANTOS SILVA "CIDO DO GILÓ", FRANCISCA DOS SANTOS SILVA, FABIO DOS SANTOS SILVA, ALICE DOS SANTOS

DECISÃO A SEGUIR:

Assim, forte nessas razões concretamente analisadas, motivadamente, **INDEFIRO o pedido de concessão da medida liminar** sem observância do devido processo legal (princípios do contraditório e ampla defesa - art. 10, do NCPC), sem prejuízo do reexame posterior da matéria.

DESIGNO audiência de JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA/CONCILIAÇÃO e/ou MEDIAÇÃO para o dia 09/12/2020, às 11h, do que à vista da pandemia ocasionada pelo Covid-19, motivadamente, o será realizada por meio de **videoconferência**, que ocorrerá de forma mista, com a presença de algumas pessoas na sala de audiências desta 2ª Vara e participação virtual de outras que tenham condições para tanto, conforme o caso se mostre - em observância aos normativos ora vigentes. Por força de Portarias constantes será mediante utilização de plataforma de videoconferência, com participação desta magistrada, Membro Ministerial (se for o caso), Defensoria Pública e/ou advogados e as respectivas partes, mediante Link que será disponibilizado e repassado para acesso. **Intimações de de estilo, observando-se cumprimentos, à seguinte ordem, conforme se mostra possível: i) observância dos Prov. 25/2019 e 63/2020, do E.TJPI; eventual necessidade/possibilidade de via AR - art. 218, §1º, do NCPC; e, em último caso, mediante atuação do Oficial de Justiça, caso seja a localidade rural.**

Para tanto, à r. **SECRETARIA** para atentar: **a) caso o autor seja assistido por DPE** - observe-se o disposto no art. 186, §2º, do NCPC, do que faculta que os atos de intimação pessoal possam se dar por meios alternativos, na seguinte ordem: i) na forma do art. 3º e ss, do Prov. 25/2019. ii) em não havendo disponibilização de email e/ou contato telefônico para intimação via aplicativos, havendo endereços em zona urbana, fica de já, **DETERMINADO** que o faça na forma do art.248, §1º, do NCPC com Aviso de Recebimento em Mão Própria; e/ou iii) em não sendo possíveis quaisquer das opções anteriores, à vista da urgência/essencialidade do direito, motivadamente, fica determinado o cumprimento por Oficial de Justiça - para necessária ciência do conteúdo deste Despacho que já determina futura audiência para eventual instrução, devendo apontar/arrolar eventuais testemunhas caso se mostre necessário, observando-se o regramento processual; **b) caso o autor seja assistido por advogado particular**, a intimação na pessoa de seu causídico se basta bem como a de eventuais testemunhas eventualmente arroladas - em qualquer situação em observância ao que determina o art. 455, §§ 1º 2º e ss., do NCPC.

3. Considerações genéricas aplicáveis à SITUAÇÃO DE PANDEMIA*: i. poderão comparecer de forma presencial as eventuais testemunhas, vítimas (se houver) e réus/representados e/ou assistidos pela Defensoria Pública Estadual, conforme se mostre estritamente necessário, ante concreta impossibilidade de participar do ato por sistemas de videoconferência ;ii Requerido(s) e seu(s) Advogado(s), Presentantes do Ministério Público e da Defensoria Pública participarão, preferencialmente, de modo virtual; iii. A plataforma utilizada será o Sistema Webex/CISCO, disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça (maiores informações no sítio: <https://www.cnj.jus.br/plataforma-videoconferencia-nacional/>) ; iv. os participantes virtuais deverão informar nos autos, endereço eletrônico para envio do link para ingresso no ambiente virtual do ato instrutório, bem como número de telefone para contato emergencial - no prazo de 48h, sob pena de preclusões e repercussões de monta processual.

Fica CITE-SE o réu, dando-se conhecimento de que o prazo para contestar será de 15 (quinze) dias úteis observando-se o disposto no art. 564, parágrafo único, do CPC) - sob pena de revelia e de serem considerados verdadeiros os fatos descritos no pedido inicial. Ressalte-se que a decisão acerca da liminar requerida poderá ser exarada na audiência a ser eventualmente designada. **Advirta-se**, ainda, o réu de que a contestação deverá ser apresentada por advogado.

Advirta-se ser dever das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo, dentre outros, não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso, podendo a conduta eventualmente praticada ser punida como ato atentatório à dignidade da justiça, sujeito a multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis (art. 77, VI e §§ 1º e 2º, CPC/2015).

De já, à Secretaria para lançar certidão de triagem - prov. Conj. 11/2016.

Decisão registrada eletronicamente. Expedientes necessários. Decisão registrada eletronicamente. Publicações e intimações de estilo, inclusive via DJE. Autor com advogado particular, fica intimado na pessoa deste. Cumpra-se.

DETERMINO QUE O PRESENTE DOCUMENTO SIRVA, AO MESMO TEMPO, COMO DESPACHO E COMO MANDADO.

Por este documento, fica o Oficial de Justiça que o portar autorizado a requisitar força policial para o cumprimento da diligência nele determinada. **CUMpra-SE, NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI.** Poderá o Oficial de Justiça, para o cumprimento da diligência do mandado, proceder conforme o disposto no § 2º do art. 212 do CPC.

são raimundo nonato-PI, 8 de outubro de 2020.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de São Raimundo Nonato

15.10. intimação

PROCESSO Nº: 0003111-93.2015.8.18.0032

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acumulação de Cargos]

AUTOR: ANTONIO CARLOS PEREIRA DO VALE, FRANCILDA MARIA PEREIRA DO VALE SILVA, EDVALDO DE MOURA LOPES, LUZANI RODRIGUES LIMA DA SILVA, LILIANE DE MOURA SANTOS DANTAS, VIRLANDIA CARVALHO DE MOURA, MARIA ROSILTA BARBOSA FERREIRA, PAULA REJANE ARAUJO DO VALE SOUSA, MARIA INES DE ARAUJO

ADVOGADO: ROBSON PIERRE DE MOURA E SILVA, OAB/PI 11616

REU: MUNICIPIO DE DOM EXPEDITO LOPES

INTIMAÇÃO

Intima parte autora da sentença ID 12358289.

15.11. AVISO DE INTIMAÇÃO DA COMARCA DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI

EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de
30 DIAS

O **Dr. CARLOS ALBERTO BEZERRA CHAGAS**, Juiz de Direito Auxiliar desta cidade e comarca de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, e 2ª Secretaria com sede na Comarca de São Raimundo Nonato-PI a Ação acima referenciada, ou seja, AÇÃO DE USUCAPIÃO, proposta por LUIZ FERREIRA DAQ MOTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Localidade Pé do Morro, zona rural do município de Coronel José Dias-PI, em face de Réu Ausentes e Desconhecidos, situada em local incerto e não sabido; ficando por este edital citada a parte suplicada, para apresentar contestação nos autos em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (art. 257, II, do NCPC). Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí, aos vinte e um (21) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte (2020). Eu, **WILSON DIAS DOS REIS Analista Judicial**, matrícula 4109600, digitei, subscrevi e assino.

São Raimundo Nonato-PI, 21 de setembro de 2020

DR CARLOS ALBERTO BEZERRA CHAGAS

Juiz de Direito Auxiliar da 2ª Vara de São Raimundo Nonato-PI

15.12. AVISO DE INTIMAÇÃO DA COMARCA DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI

Expedientes necessários. Publicações e intimações de estilo - **inclusive via DJE**. Cumpra-se com máxima urgência.

SÃO RAIMUNDO NONATO-PI, data e assinatura eletrônica.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de São Raimundo Nonato

15.13. INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PROCESSO 0001074-31.2013.8.18.0043

PROCESSO Nº: 0001074-31.2013.8.18.0043

CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)

ASSUNTO(S): [Fixação]

INTERESSADO: JANAINA DOS REMEDIOS DO NASCIMENTO

INTERESSADO: ANTONIO LUIZ DE CARVALHO NETO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

O Dr. JOSÉ CARLOS DA FONSECA LIMA AMORIM, MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de BURITI DOS LOPES-PI, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

FAZ SABER aos que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que **foi decretada a SENTENÇA**, nos autos do Processo nº 0001074-31.2013.8.18.0043, onde figura como parte requerente a Sra. JANAINA DOS REMÉDIOS DO NASCIMENTO, CPF: 020.706.033-93, em trâmite pela Vara Única da Comarca de Buriti dos Lopes, por sentença, declarando o processo **EXTINTO sem julgamento de mérito**, com fundamento no artigo 485, III, do CPC.

Eu, KAIO LIMA DE MACEDO, Cedido Prefeitura, digitei.

Buriti dos Lopes-PI, 22 de abril de 2020.

JOSÉ CARLOS DA FONSECA LIMA AMORIM

Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Buriti dos Lopes

15.14. AVISO DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - Processo nº 0800515-64.2019.8.18.0032

INTIMO os Drs. EURÍPEDES MENDES DA COSTA NETO-OAB/PI 10310 e WILCA LUCAS CAVALCANTE -OAB/PI 13669, da Sentença de ID nº 7327709.

15.15. AVISO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO - Processo nº 0801414-28.2020.8.18.0032

INTIMO os interessados, por meio de seus advogados, **Dr. FRANCISCO EDIMAR LEAL ROCHA -OAB/PI9124 e Dra. VALÉRIA LEAL SOUSA ROCHA -OAB/PI 4683**, da decisão de ID nº 12407554.

15.16. Edital de Intimação

PROCESSO Nº: 0000767-79.2016.8.18.0073

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Rescisão do contrato e devolução do dinheiro]

INTERESSADO: MANOEL FEITOSA PAIXAO

INTERESSADO: WALDIR CUSTODIO DE FARIAS, MARIA APARECIDA CUSTODIO DE FARIAS, FRANKARLOS CUSTODIO DE FARIAS

DESPACHO: VISTOS ETC....Intime-se a parte contrária para, no prazo de 05 dias, para, querendo, apresentar manifestação ou requerer o que entender de direito, nos termos do art. 1.023 §§ do NCPC.

15.17. EDITAL DE LISTA GERAL DE JURADOS PARA O ANO DE 2021 DO PAA DE ARRAIAL

EDITAL DA LISTA GERAL DE JURADOS PARA O ANO DE 2021

(Primeira Publicação)

O **Dr. NOÉ PACHECO DE CARVALHO**, Juiz de Direito da 1ª Vara e Presidente do Tribunal do Júri desta cidade e Comarca de Floriano, Estado do Piauí, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele notícias tiverem que, de acordo com o art. 426 do Código de Processo Penal, combinado com o art. 51 da Lei nº 3.716/79 (Lei de Organização Judiciária do Piauí), procedeu-se à revisão da lista geral de jurados para o ano de 2021 do Posto Avançado de Atendimento de Arraial, tendo ficado assim organizada:

01 JOSILENE DE SOUSA CAMELO - SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - FCO. AYRES

02 MARIA ALVES DA ROCHA SOUSA - AGENTE DE SAÚDE - FCO. AYRES

03 FLAVIANE CARVALHO DA COSTA - PROFESSORA - FCO. AYRES

04 BENÍCIO PEREIRA DE SOUSA - LAVRADOR - ARRAIAL

05 FRANCISCO DAS CHAGAS ALMEIDA SANTOS - SERV. PÚBLIC. MUNICIPAL - ARRAIAL

06 ONEDE DE SOUSA OLIVEIRA - SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - FCO. AYRES

07 NIVALDO FELIS CAMELO - AUXILIAR DE ESCRITÓRIO - FCO. AYRES

08 ELENILDA NUNES DA SILVA - AGENTE DE SAÚDE - FCO. AYRES

09 CARLA REGINA DA SILVA ARAÚJO - ESTUDANTE - FCO. AYRES

10 EDNA RODRIGUES DOS SANTOS - SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - FCO. AYRES

11 ANTONIO DA GUIA BUENO DE MESQUITA - SERV. PÚBL. MUNICIPAL - FCO. AYRES

12 RAFAEL NAZARIO BUENO - SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - FCO. AYRES
13 ARIÔSTO ALVES DA PAZ - AGENTE DE SAÚDE - FCO. AYRES
14 MARIA DIVINA NUNES BUENO - PROFESSORA - FCO. AYRES
15 MICHELLY ALVES RODRIGUES - ESTUDANTE - FCO. AYRES
16 FERNANDO NASCIMENTO SILVA - CONTADOR - FCO. AYRES
17 JOATAN BUENO DE OLIVEIRA - SERVIDOR PÚBLICO - FCO. AYRES
18 ISIDORIO NUNES E SILVA - ESTUDANTE - FCO. AYRES
19 MARCELA GOMES DA PAZ LOPES - ESTUDANTE - FCO. AYRES
20 RODRIGO LIMA PAZ - PROFESSOR - FCO. AYRES
21 VANESSA DA SILVA NUNES - PROFESSORA - FCO. AYRES
22 ANTONIO CARLOS DA PAZ RIBEIRO - PROFESSOR - FCO. AYRES
23 TAYLLANE NUNES LIMA - PROFESSORA - FCO. AYRES
24 NATIVIDADE RODRIGUES DA SILVA SANTOS - SERVIDOR PÚBLICO - ARRAIAL
25 ANTONIO RAMOS BUENO - ESTUDANTE - ARRAIAL
26 MARIA AURORA DE ALMEIDA SANTOS - PROFESSORA - ARRAIAL
27 MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA DA SILVA ROCHA - ESTUDANTE - ARRAIAL
28 FRANCIVALDO DE MORAIS LIMA - CABELEIREIRO - ARRAIAL
29 CONCEIÇÃO DE MARIA ALVES MORAES - PROFESSORA - ARRAIAL
30 ROSIMARY SOARES FERREIRA - ASSISTENTE SOCIAL - ARRAIAL
31 MARIA RODRIGUES DOS SANTOS LIMA - SERV. PÚBLIC. MUNICIPAL - ARRAIAL
32 ELENILTON DE MORAES RÊGO - SERVIDOR PÚBLICO - ARRAIAL
33 HELIO CESAR ALVES DE ALCANTARA - SERVIDOR PÚBLICO - ARRAIAL
34 ALDENORA DE SOUSA OLIVEIRA - PROFESSORA - ARRAIAL
35 JOSÉ HUMBERTO DE SOUSA - SERVIDOR PÚBLICO - ARRAIAL
36 FRANCISCA KELI CARDOSO DA SILVA - ESTUDANTE - ARRAIAL
37 JÉSSYCA VALÉRYA DE MACÉDO FONSECA - ESTUDANTE - ARRAIAL
38 ANTONIA COSTA DE MORAIS - PROFESSORA - ARRAIAL
39 JOÃO LUIS MORAES DIAS DA SILVA - ESTUDANTE - ARRAIAL
40 SUZANA FERREIRA DE QUEIROZ - ESTUDANTE - ARRAIAL
41 BENICIO JOSE DE LIMA - VENDEDOR DE COMÉRCIO - ARRAIAL
42 ANTONIA MARIA FERREIRA DE FREITAS - SERVIDOR PÚBLICO - ARRAIAL
43 ERNALDO SOUSA ROCHA - EMPRESÁRIO - ARRAIAL
44 MARLY BARROSO DE SOUSA - ESTUDANTE - ARRAIAL
45 ANTONIS PEREIRA BORGES GONÇALVES - AGENTE DE SAÚDE - ARRAIAL
46 ALDENIRA DE SOUSA OLIVEIRA - PROFESSORA - ARRAIAL
47 NATANAEL GONÇALVES DIAS DA SILVA - ESTUDANTE - ARRAIAL
48 FRANCISCO ALVES SIQUEIRA - COMERCIANTE - FRANCISCO AYRES
49 MARIA SENHORA DA SILVA - SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL - ARRAIAL
50 AGENOR BISPO GONÇALVES - LAVRADOR - ARRAIAL
51 MARCINA FERREIRA DOS SANTOS - AGENTE DE SAÚDE - ARRAIAL
52 FRANCISCA DE CARVALHO BUENO - SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL - ARRAIAL
53 ERISVANDO FRANCISCO DE OLIVEIRA - SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - ARRAIAL
54 ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA - SERV. PÚBLICO MUNICIPAL - FCO. AYRES
55 RAIMUNDA PEREIRA PORTO - SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL - ARRAIAL
56 RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA - LAVRADOR - ARRAIAL
57 VILMA MARIA FERREIRA DE SOUSA - DONA DE CASA - ARRAIAL
58 ISABEL MARIA SOUSA BORGES - SERV. PÚBLICA MUNICIPAL - ARRAIAL
59 MARILUCE PEREIRA LIMA - SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL - ARRAIAL
60 EDVALDO RODRIGUES ROCHA - SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - ARRAIAL
61 MARIA ISABEL MUNIZ DE SOUSA - AUTÔNOMA - ARRAIAL
62 ADALMIR REIS FERREIRA NUNES - SERVIDOR PÚBLICO - FCO. AYRES
63 ADEMILDO FERREIRA DE SANTANA - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - ARRAIAL
64 AGENOR PEREIRA DE CARVALHO - APOSENTADO - FRANCISCO AYRES
65 ANTÔNIO DE SOUSA OLIVEIRA - ENFERMEIRO - ARRAIAL
66 ANTONIA NETA NUNES - PROFESSORA - FRANCISCO AYRES
67 BENEDITO WILSON PEREIRA DE SOUSA - SERV. PÚBL. MUNICIPAL - FCO. AYRES
68 BENTO FERREIRA DOS SANTOS - SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - ARRAIAL
69 CÂCYA IRLANY SOUSA ROCHA - SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL - ARRAIAL
70 CAMILA MASCIELLE NUNES DE SOUSA - TÉCNICA EM ENFERMAGEM - FCO. AYRES
71 CARLOS ALBERTO PEREIRA DA PAZ - LAVRADOR - ARRAIAL
72 CÍCERO RODRIGUES DE MIRANDA - SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - ARRAIAL
73 CLOTILDES ALVARENGA ROCHA - SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL - ARRAIAL
74 FRANCISCA RODRIGUES DE SOUSA LIMA - SERV. PÚBLICA MUNICIPAL - ARRAIAL
75 GENIVALDO DA PAZ MALAQUIAS - SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - ARRAIAL
76 IZIDORO SOUSA E SILVA - LAVRADOR - FRANCISCO AYRES
77 JOAQUIM FÁBIO TEIXEIRA DA SILVA - ENFERMEIRO - ARRAIAL
78 JOAQUIM FERREIRA DO NASCIMENTO - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - ARRAIAL
79 MARIA DILETA EVANGELISTA RÊGO - VENDEDORA - ARRAIAL
80 SIMÃO PEREIRA LIMA - COMERCIANTE - ARRAIAL

FAZ SABER, outrossim, que, de conformidade com o § 1º, do artigo 426, do Código de Processo Penal, a presente lista geral poderá ser alterada de ofício, ou em virtude de reclamação de qualquer cidadão do povo, até publicação definitiva, o que ocorrerá até o dia 10 de novembro. Ainda, em conformidade com o § 2º, do artigo 426, do Código de Processo Penal, segue abaixo a transcrição dos artigos 436 a 446, também do Código de Processo Penal:

Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade.

§ 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução.

§ 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado.' (NR)

Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:

- I - o Presidente da República e os Ministros de Estado;
- II - os Governadores e seus respectivos Secretários;
- III - os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;
- IV - os Prefeitos Municipais;
- V - os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;
- VI - os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;
- VII - as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;
- VIII - os militares em serviço ativo;
- IX - os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;
- X - aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.

Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto.

§ 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins.

§ 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.

Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri.

Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica.

Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.

Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos.

Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados.

Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código.

E para que não se possa alegar ignorância, mandou expedir o presente EDITAL, que será afixado no lugar de costume e publicado pela Imprensa Oficial, na forma da lei.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Floriano, Estado do Piauí aos 13 de outubro de 2020. Eu, _____, (Bel. Pablo Ernesto Fonsêca Neiva), Secretário Judicial, lavrei e subscrevi.

Dr. NOÉ PACHECO DE CARVALHO

Juiz de Direito da 1ª Vara de Floriano

15.18. EDITAL DA LISTA GERAL DE JURADOS PARA O ANO DE 2021 DA COMARCA DE FLORIANO

EDITAL DA LISTA GERAL DE JURADOS PARA O ANO DE 2021

(Primeira Publicação)

O **Dr. NOÉ PACHECO DE CARVALHO**, Juiz de Direito da 1ª Vara e Presidente do Tribunal do Júri desta cidade e Comarca de Floriano, Estado do Piauí, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele notícias tiverem que, de acordo com o art. 426 do Código de Processo Penal, combinado com o art. 51 da Lei nº 3.716/79 (Lei de Organização Judiciária do Piauí), procedeu-se à revisão da lista geral de jurados para o ano de 2021 da Comarca de Floriano, tendo ficado assim organizada:

1. ADRIENE DA FONSECA ROCHA - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
2. ALEX DOS SANTOS ALVES - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
3. ANA LÚCIA DE MOURA FONTES - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
4. ANDERSON JOSÉ DA SILVA - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
5. ANTÔNIO WIUSTON MARTINS FORTES - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
6. BARTIRA MARIA DE LA SALETE DAMASCENA - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
7. CLÉSIA MARIA DE SOUSA BARBOSA - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
8. CRISTIANA RANUCCI - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
9. DAILA LEITE CHAVES BEZERRA - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
10. DIOGO BRUNNO E SILVA BARBOSA - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
11. EDICLEIDE PIRES DA ROCHA - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
12. IARA LÚCIA RODRIGUES BARBOSA SANTIAGO - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
13. JOCIEL DE CARVALHO SANTOS - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
14. LOURISA PEREIRA SANTOS - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
15. LUIZÂNGELA DA SILVA REIS - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
16. MARCIO FRANK RODRIGUES - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
17. MARIA DA CONCEIÇÃO ROCHA - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
18. OLGARINA SOARES DIOCESANO - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
19. TAMNATA FERREIRA SLIXANDRE - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
20. YANEZ ANDRÉ GOMES SANTANA - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
21. ANA VALÉRIA BORGES DE CARVALHO MELO - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
22. ANDRÉ FRANCISCO COELHO CASTRO - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
23. ANTÔNIO JOSÉ RODRIGUES DA SILVA - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
24. ARLETE FRAGAS DA SILVA ROCHA - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
25. ASSAD KALUME NETO - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
26. ÁUREO DO CARMO MOURA - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
27. CLEYTON BORGES ROCHA - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
28. EDENISE ALVES PEREIRA - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
29. SIMONE FERNANDA SILVA MAGALHÃES - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
30. WILLAMYS RANGEL NUNES DE SOUSA - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
31. VANESSA VELOSO ARAGÃO - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
32. ALDIR RODRIGUES DE SOUSA - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL

33. ANDERSON DE OLIVEIRA FREIRE - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
34. ANDREINA ALVES DE SOUSA VIRGINO - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
35. ANDERSON DE FRANCA ALMEIDA - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
36. ANTÔNIO JOSÉ BORGES - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
37. CELENY DE SOUSA RIBEIRO - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
38. CLAUDIO PEREIRA RIBEIRO - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
39. GEORGIMAR CARNIB DE SOUSA - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
40. HILARRY BERNARDES VIEIRA BARROS - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
41. IVONE CARLAS TORRES NEPOMUCENO - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
42. JANIO DE SOUSA PESSOA SARAIVA - SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
43. JOSEANE DUARTE SANTOS - SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL
44. JAQUELINE SIRINO DE FRANÇA - COMERCÍARIA
45. PRISCILA DA CONCEIÇÃO VIANA - COMERCÍARIA
46. FRANCEILDE BRITO DE OLIVEIRA - COMERCÍARIA
47. CARLA RODRIGUES PEREIRA - COMERCÍARIA
48. TIAGO DELMONDES SOARES - COMERCÍARIA
49. ADRIANO VIEIRA FERREIRA - COMERCÍARIO
50. MEIRIAN DE MATOS MARANHÃO SOUSA - COMERCÍARIA
51. SARA ABIGAIL SERAFIM CASTELO BRANCO - COMERCÍARIA
52. NAIR JANE PIRES RAMALHO - COMERCÍARIA
53. MARIA FRANCISCA DE ALMEIDA SILVA - COMERCÍARIA
54. VIVIANE ALVES DOS SANTOS - COMERCÍARIA
55. EUGÊNIO COSTA DE SOUSA FILHO - COMERCÍARIO
56. KARLA PATRÍCIA ROCHA PORTO MENDES - COMERCÍARIA
57. THIAGO SOARES DE ARAÚJO - COMERCÍARIO
58. CLEITON WESLEY DE ALENCAR RAMOS - COMERCÍARIO
59. ANTÔNIO KLEBER ALVES DA SILVA - COMERCÍARIO
60. ANA CLÁUDIA QUEIROZ DA SILVA - COMERCÍARIA
61. ACÁCIO COSTA RIBEIRO MESSIAS - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
62. ADRIANO VENICIUS SANTANA GUALBERTO - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
63. ALDA LOPES SOARES - SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL
64. ANTONIO DA COSTA MORAES - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
65. DÉBORA GUIMARÃES OLIVEIRA - SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL
66. EVA FERREIRA DA SILVA - SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL
67. GARDÊNIA BRASILINO SARAIVA DE CARVALHO - SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL
68. JOSÉ RIBAMAR DOS SANTOS - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
69. JOSÉ WANDERLEY DA COSTA - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
70. JUSMÉLIA AMANDA GUEDES COSTA - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
71. JUSSIVALDO DUARTE SANTOS - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
72. LUIZA MUNIZ DE AMORIM - SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL
73. MAGNOEL GOMES DA COSTA - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
74. KASSYO DE SÁ SOARES - BANCÁRIO
75. ERIKA CORREIA LEITE - BANCÁRIA
76. MARCELLO ALBUQUERQUE BATISTA - BANCÁRIO
77. ABDIEL RIBEIRO DE SANTANA - BANCÁRIO
78. CYNTHIA SANTANA PEREIRA - BANCÁRIA
79. WELLINGTON ALVES - BANCÁRIO
80. FABÍOLA DA CRUZ COSTA - BANCÁRIA
81. KÁCIO DOS ANTOS ROCHA - BANCÁRIO
82. LUCIANA ELVAS NEGREIROS DE ALMEIDA - BANCÁRIA
83. TIAGO DE CARVALHO LEAL - BANCÁRIO
84. VIVIA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS - BANCÁRIA
85. CID RANGEL DE SOUSA VIEIRA - BANCÁRIO
86. ANTÔNIO NEIDINILSON RODRIGUES LEAL RAMOS - BANCÁRIO
87. ROSANE DOS SANTOS NOGUEIRA - BANCÁRIA
88. WELLINGTON LOPES SOARES - BANCÁRIO
89. IRACY ALVES FERREIRA - TRABALHADORA RURAL
90. MATIAS PEREIRA DE CARVALHO - TRABALHADOR RURAL
91. JOCÉLIA SANTANA VIEIRA - TRABALHADOR RURAL
92. LYGIA ESTER BRANDA GONÇALVES LIMA MONTEIRO - TRABALHADOR RURAL
93. NADYA DE SOUSA BEZERRA - TRABALHADORA RURAL
94. FRANCISCO DAS CHAGAS OLIVEIRA RODRIGUES - TRABALHADOR RURAL
95. ADALGENICE ALVES DA SILVA - TRABALHADORA RURAL
96. VALÉRIA DA ROCHA OLIVEIRA - BACHARELA EM DIREITO
97. JOSÉ IVAN DE AZEVEDO CARVALHO JUNIOR - BACHAREL EM DIREITO

FAZ SABER, outrossim, que, de conformidade com o § 1º, do artigo 426, do Código de Processo Penal, a presente lista geral poderá ser alterada de ofício, ou em virtude de reclamação de qualquer cidadão do povo, até publicação definitiva, o que ocorrerá até o dia 10 de novembro.

Ainda, em conformidade com o § 2º, do artigo 426, do Código de Processo Penal, segue abaixo a transcrição dos artigos 436 a 446, também do Código de Processo Penal:

Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade.

§ 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução.

§ 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado.' (NR)

Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:

I - o Presidente da República e os Ministros de Estado;

II - os Governadores e seus respectivos Secretários;

III - os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;

- IV - os Prefeitos Municipais;
- V - os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;
- VI - os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;
- VII - as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;
- VIII - os militares em serviço ativo;
- IX - os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;
- X - aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.

Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto.

§ 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins.

§ 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.

Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri.

Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica.

Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.

Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos.

Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados.

Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código.

E para que não se possa alegar ignorância, mandou expedir o presente EDITAL, que será afixado no lugar de costume e publicado pela Imprensa Oficial, na forma da lei.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Floriano, Estado do Piauí aos 13 de outubro de 2020. Eu, _____, (Bel. Pablo Ernesto Fonsêca Neiva), Secretário Judicial, lavrei e subscrevi.

NOÉ PACHECO DE CARVALHO

Juiz de Direito da 1ª Vara de Floriano

15.19. EDITAL DA LISTA GERAL DE JURADOS PARA O ANO DE 2021 DO PAA DE NAZARÉ DO PIAUÍ

EDITAL DA LISTA GERAL DE JURADOS PARA O ANO DE 2021

(Primeira Publicação)

O **Dr. NOÉ PACHECO DE CARVALHO**, Juiz de Direito da 1ª Vara e Presidente do Tribunal do Júri desta cidade e Comarca de Floriano, Estado do Piauí, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele notícias tiverem que, de acordo com o art. 426 do Código de Processo Penal, combinado com o art. 51 da Lei nº 3.716/79 (Lei de Organização Judiciária do Piauí), procedeu-se à revisão da lista geral de jurados para o ano de 2021 do Posto Avançado de Atendimento de Nazaré do Piauí, tendo ficado assim organizada:

- 1 - VILDETE MARIA NOGUEIRA DA SILVA, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada a Praça da Bandeira, Centro, Nazaré do Piauí;
- 2 - ZENAIDE BORGES SOBRINHO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Dirceu Arcoverde, s/n, Bairro Matadouro, Nazaré do Piauí;
- 3 - VICTOR MISAEL BRITO COSTA BRASILEIRO, solteiro, residente a Rua Presidente Dutra, Nazaré do Piauí;
- 4 - LUZINEIDE MARIA DE ARAÚJO, brasileira, residente e domiciliada Rua 19 de Novembro, Nazaré do Piauí;
- 5 - ADÃO RAIMUNDO DIAS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Rua 19 de Novembro, Nazaré do Piauí;
- 6 - ÂNGELO PEREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, servidor público municipal, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora de Nazaré, Nazaré do Piauí;
- 7 - JOSILDO DE SOUSA SILVA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado a Rua Rui Barbosa, Nazaré do Piauí;
- 8 - ANAIDES DE SOUSA SANTOS, brasileira, casada, Funcionaria Publica Estadual, residente e domiciliada a Av. Joaquim Ramos, Nazaré do Piauí;
- 9 - JAIRO JOSÉ DE MOURA, brasileiro, solteiro, funcionário Público municipal, residente e domiciliado na Av. Joaquim Ramos, Nazaré do Piauí;
- 10 - CRISTIANE FERREIRA DE BARROS, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na Pedro Francisco, 331, Nazaré do Piauí.
- 11 - GRÉCIA DIAS DA SILVA, brasileira, solteira, residente e domiciliado a Rua Pedro Francisco Nazaré do Piauí;
- 12 - JOSEILDO ARAÚJO CARVALHO, brasileiro, solteiro, funcionário público municipal, residente e domiciliado na Av. Joaquim Ramos, Nazaré do Piauí;
- 13 - CRISTINA FERNANDES DE SÁ, brasileira, casada, agente de saúde, residente e domiciliada na localidade Permissão, Nazaré do Piauí;
- 14 - ISIANE CUNHA MACEDO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na rua Pedro Francisco, Centro, Nazaré do Piauí.
- 15 - GILSON PEREIRA DA SILVA, brasileiro, solteiro, funcionário publico municipal, residente e domiciliado na Rua Maria Lima Verde, Nazaré do Piauí;
- 16 - DORILENE PEREIRA DA SILVA, brasileira, solteira, comerciar, residente e domiciliada na Localidade Melancias, Nazaré do Piauí;
- 17 - FRANCISCO GLEIDSON DA COSTA SOUSA, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na Praça 21 de Dezembro, Nazaré do Piauí;
- 18 - DOMINGOS DE SOUSA MACEDO, brasileiro, casado, Funcionário Publico Federal, residente e domiciliado na Rua Pedro Francisco, Nazaré do Piauí;
- 19 - DOMINGOS BORGES REIS, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado no Bairro Sipaúba, Nazaré do Piauí;
- 20 - JOSELITA DIAS DOS SANTOS SOUZA, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na Rua Rui Barbosa, Nazaré do Piauí;
- 21 - DELMA LIMA DE MIRANDA, brasileira, solteira, secretária, residente e domiciliada, na Rua 1º de Maio, Nazaré do Piauí;
- 22 - ALBERTINO REIS DOS SANTOS, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Rua Pedro Francisco, Nazaré do Piauí;
- 23 - RAIMUNDA ELZA FERNANDES, brasileira, casada, vendedora, residente e domiciliada na Rua 19 de novembro, Nazaré do Piauí;
- 24 - ELCIEVA SOARES E SILVA, brasileira, divorciada, comerciante, residente e domiciliada Ra Rua 19 de Novembro, Nazaré do Piauí;
- 25 - YAN GUTTTIERREZ COSTA LIMA, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na Rua Sete de Setembro, Nazaré do Piauí;
- 26 - FRANCISCA MARIA COSTA E SILVA, brasileira, casada, auxiliar de enfermagem, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora de Nazaré, Nazaré do Piauí;
- 27 - DOMINGOS EVANGELISTA DE SOUSA, brasileiro, professor, residente e domiciliado na localidade Catarens, Nazaré do Piauí;
- 28 - JOELSON RODRIGUES DE SOUSA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado a rua Maria Lima Verde, Nazaré do Piauí;
- 29 - FRANCISCO DE ASSIS SOUSA, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora de Nazaré, Nazaré do

Piauí;

30 - FILOMENA DE CARVALHO SOUSA, brasileira, casada, funcionária pública estadual, residente e domiciliada à Av. Joaquim Ramos, nesta cidade de Nazaré do Piauí;

31 - FRANCISCO EDUARDO CARVALHO SANTOS, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na Praça da Bandeira, Nazaré do Piauí;

32 - FABIANO ALVES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, autônomo, residente e domiciliado na Av. Mafrense, Nazaré do Piauí;

33 - FRANCISCA MARIA OLIVEIRA SANTOS, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada Rua 7 de Setembro, Nazaré do Piauí;

34 - FRANCISCA SIMÔNI LOPES DA SILVA, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na Rua Nossa Senhora de Nazaré, 91, bairro Matador, Nazaré do Piauí;

35 - ARLENILDE PEREIRA DA SILVA, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na localidade Maria Preta, Nazaré do Piauí;

36 - DÁRCIA DE OLIVEIRA NASCIMENTO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Avenida Joaquim Ramos, Centro, Nazaré do Piauí;

37 - GERCINA DE SOUSA LOURA DANTAS, brasileira, casada, funcionária pública estadual, residente e domiciliada na Praça 21 de Dezembro, Nazaré do Piauí;

38 - GENILSON PEREIRA DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Maria Lima Verde, Nazaré do Piauí;

39 - RICARDINA SILVA OLIVEIRA, brasileira, solteira, professora, residente e domiciliada na Travessa Amazonas, Nazaré do Piauí.

40 - FERNANDA REIS DE SOUSA CAMBOIM, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na Praça Dr. Sebastião Martins, Nazaré do Piauí;

41 - ANA RAFAELA CARVALHO DE SOUSA, brasileira, solteira, professora, residente e domiciliada Av. Joaquim Ramos, 1627, Nazaré do Piauí;

42 - UMBELINA TELES PINHEIRO DE MEDEIROS, brasileira, solteira, professora, residente e domiciliada na Praça 21 de Dezembro, Nazaré do Piauí;

43 - ASSOLÂNDIA SOARES LEAL, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na Travessa Dirceu Arcoverde, Nazaré do Piauí.

44 - ALINE REZENDE DE CARVALHO, brasileira, solteira, professora, residente e domiciliada na Av. Joaquim Ramos, Nazaré do Piauí;

45 - CLAUDIA PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, professora, residente e domiciliada na Rua Rui Barbosa, Nazaré do Piauí;

46 - ANATILDE VIEIRA DE ARAÚJO REIS, brasileira, casada, professora, residente e domiciliado na Rua 19 de Novembro, Nazaré do Piauí;

47 - ANDERSON CARVALHO CURVINA, brasileiro, solteiro, servidor público federal, residente e domiciliado na Rua 19 de Novembro, Nazaré do Piauí;

48 - DANILO DE SOUSA SILVA, brasileiro, solteiro, comerciante, residente domiciliado na Rua Rui Barbosa, Nazaré do Piauí.

49 - JOANA D'ARC DA SILVA REZENDE, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na Av. Joaquim Ramos, Nazaré do Piauí;

50 - EDILMA DE SOUSA SANTOS, brasileira, divorciada, professora, residente e domiciliada na Rua 15 de Novembro, Nazaré do Piauí;

51 - ANTÔNIO AVELINO DE FREITAS, brasileiro, casado, aposentado, residente e domiciliado em Nazaré do Piauí;

52 - LUIZ AGNALDO DA SILVA, brasileiro, casado, autônomo, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora de Nazaré, Nazaré do Piauí;

53 - MARIA DO SOCORRO LOPES BONFIM COSTA, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na Av. Presidente Dutra, Nazaré do Piauí;

54 - MARIÇOL CARVALHO ARAÚJO, brasileira, casada, microempresária, residente e domiciliada na Rua Antônio Faustino, Nazaré do Piauí;

55 - JUSCELINO PEREIRA DA SILVA, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na Localidade Sítio da Madeira, Nazaré do Piauí;

56 - WILLIAN DOS SANTOS FREIRE, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na Rua 19 de Novembro, Nazaré do Piauí.

57 - MARIA DA CONCEIÇÃO BARBOSA LIMA, brasileira, casada, servidora pública estadual, residente e domiciliada na Rua Antônio Faustino, Nazaré do Piauí;

58 - FRANCISCO RIVALDO NUNES PINHEIRO, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Praça da Bandeira, Nazaré do Piauí.

59 - MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA SILVA, brasileira, viúva, professora, residente e domiciliada na Av. Mafrense, Nazaré do Piauí;

60 - MARIA DO CARMO TELES PINHEIRO LEITE, brasileira, casada, servidora pública estadual, residente e domiciliada na Praça 21 de Dezembro, Nazaré do Piauí;

61 - LOIDE OLIVEIRA DE MIRANDA E BRITO, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na Rua Pedro Francisco, Nazaré do Piauí;

62 - MARCILENE DE SOUSA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua 19 de Novembro, Nazaré do Piauí;

63 - MARIA ÂNGELA BATISTA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, professora, residente e domiciliada na Av. Vereador Joaquim Neto, 433, bairro Sipaúba, Nazaré do Piauí;

64 - MARIA MARLENE PEREIRA TORRES, brasileira, casada, servidora pública estadual, residente e domiciliada na Av. Joaquim Ramos, Nazaré do Piauí;

65 - LÚCIA DE FÁTIMA DE ARAÚJO E SILVA, brasileira, solteira, professora, residente e domiciliada na Av. Joaquim Ramos, Nazaré do Piauí;

66 - JOSÉ PESSOA NUNES, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado na Av. Mafrense, Centro, Nazaré do Piauí;

67 - FRANCISCO ADRIANO DE SOUSA, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliada na Rua Maria Lima Verde, Nazaré do Piauí;

68 - MARIA NOÁRIA REIS DE SOUSA, brasileira, casada, servidora pública federal, residente e domiciliada na Rua 19 de Novembro, Nazaré do Piauí;

69 - FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES, brasileiro, solteiro, residente e domiciliada na Rua 1º de Maio, Nazaré do Piauí;

70 - FRANCISCO CARDOSO BEIRÃO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no Bairro Sipaúba, Nazaré do Piauí;

71 - MARIA NAZARÉ DOS SANTOS FERREIRA, brasileira, casada, servidora pública estadual, residente e domiciliada na Av. Joaquim Ramos, Nazaré do Piauí;

72 - FRANCIMARIA DOS SANTOS SOUSA, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na Rua São João, bairro Sipaúba, Nazaré do Piauí;

73 - MARIA NAZARÉ DE SOUSA SANTOS REIS, brasileira, casada, servidora pública estadual, residente e domiciliada na Travessa Amazonas, Nazaré do Piauí;

74 - MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO SILVA, brasileira, casada, servidora pública estadual, residente e domiciliada na Av. Mafrense, Nazaré do Piauí;

75 - LUCILANDIA MARQUES VELOSO, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na Rua 19 de Novembro, Nazaré do Piauí;

76 - LUCILENE MARQUES VELOSO, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na Rua 19 de novembro, nº 211, Nazaré do Piauí;

77 - MARIA JOSÉ DOS SANTOS, brasileira, casada, servidora pública estadual, residente e domiciliada na Av. Dr. Sebastião Martins, Nazaré do Piauí;

78 - NEUSA FERREIRA DIAS SOUSA, brasileira, casada, servidora pública estadual, residente e domiciliada na Rua 19 de Novembro, Nazaré do Piauí;

79 - MARCOS LEÔNICIO DA SILVA MATOS, brasileiro, solteiro, agente de saúde, residente e domiciliado na Av. Joaquim Ramos, Nazaré do Piauí;

80 - RUBENS BRITO BATISTA, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado na Rua 19 de Novembro, Nazaré do Piauí.

FAZ SABER, outrossim, que, de conformidade com o § 1º, do artigo 426, do Código de Processo Penal, a presente lista geral poderá ser alterada de ofício, ou em virtude de reclamação de qualquer cidadão do povo, até publicação definitiva, o que ocorrerá até o dia 10 de novembro.

Ainda, em conformidade com o § 2º, do artigo 426, do Código de Processo Penal, segue abaixo a transcrição dos artigos 436 a 446, também do Código de Processo Penal:

Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade.

§ 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução.

§ 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado.' (NR)

Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:

I - o Presidente da República e os Ministros de Estado;

II - os Governadores e seus respectivos Secretários;

III - os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;

IV - os Prefeitos Municipais;

V - os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VI - os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VII - as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;

VIII - os militares em serviço ativo;

IX - os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;

X - aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.

Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto.

§ 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins.

§ 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.

Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri.

Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica.

Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.

Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos.

Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados.

Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código.

E para que não se possa alegar ignorância, mandou expedir o presente EDITAL, que será afixado no lugar de costume e publicado pela Imprensa Oficial, na forma da lei.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Floriano, Estado do Piauí aos 13 de outubro de 2020. Eu, _____, (Bel. Pablo Ernesto Fonsêca Neiva), Secretário Judicial, lavrei e subscrevi.

NOÉ PACHECO DE CARVALHO

Juiz de Direito da 1ª Vara de Floriano

15.20. EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

PROCESSO Nº: 0002668-82.2014.8.18.0031

CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS (1112)

ASSUNTO(S): [Fixação]

EXEQUENTE: NAJARA ANDRADE DE PAULA

EXECUTADO: FABRICIO REIS DE PAULA

EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 20 DIAS

A MMª Juíza de Direito da 3ª Vara, Dra. Zelvânia Marcia Batista Barbosa, desta cidade e comarca de PARNÁIBA, Estado do Piauí, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, a Ação acima referenciada, proposta por H. E. A. P., representado por NAJARA ANDRADE DE PAULA, residente e domiciliado(a) em CONJUNTO RAUL BACELLAR CASA 10, PLANALTO, PARNÁIBA - Piauí em face de **FABRÍCIO REIS DE PAULA**, Brasileiro(a), Divorciado(a), técnico em informática, filho(a) de FRANCISCA CIRIACO DOS REIS e FRANCISCO DE PAULA SOBRINHO, residente e domiciliado(a) em LUGAR INCERTO E DESCONHECIDO; ficando por este edital citada a parte suplicada, para efetuar o pagamento do débito de pensão alimentícia no valor de R\$ 3.647,07 (Três mil seiscentos e quarenta e sete reais e sete centavos) acrescido de custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (art. 257, II, do NCPC).

Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de PARNÁIBA, Estado do Piauí, aos 11 de setembro de 2020. Eu, Marilena Mendes Bezerra digitei, subscrevi e assino.

DRA. ZELVÂNIA MARCIA BATISTA BARBOSA

JUIZA DE DIREITO DA 3ª VARA, DA COMARCA DE PARNÁIBA-PI.

15.21. EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

PROCESSO Nº: 0801687-78.2018.8.18.0031

CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)

ASSUNTO(S): [Dissolução]

REQUERENTE: JOSUE COSTA DE OLIVEIRA

REQUERIDO: ELIANE MARIA DE OLIVEIRA

EDITAL DE CITAÇÃO

Prazo de 20 (vinte) dias

A Dra. ANNA VICTORIA MUYLAERT SARAIVA CAVALCANTI DIAS, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba, Estado do Piauí, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, com sede na Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNÁIBA, PI, CEP: 64209-060, a Ação acima referenciada, proposta por JOSUE COSTA DE OLIVEIRA, figurando como Requerida **ELIANE MARIA DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, do lar, endereço residencial e domiciliar desconhecido; Ficando por este Edital citada a parte suplicada, para apresentar Contestação nos autos em epígrafe, no prazo de 15 (quinze)

dias, sob pena de revelia (art. 344, CPC/15) e nomeação de Curador Especial (art. 72, inc. II, CPC/15). E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente Edital que será publicado no Diário de Justiça e na plataforma de Editais do Conselho Nacional de Justiça (art. 257, inc. II, do CPC/15).
Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de PARNAÍBA, Estado do Piauí, aos 14 de setembro de 2020 (14/09/2020).
Eu, FERNANDO MOURA REGO NOGUEIRA LEAL, Analista Judicial, Matrícula n. 27852, digitei o presente.
PARNAÍBA-PI, 14 de setembro de 2020.

ANNA VICTORIA MUylaert SARAIVA CAVALCANTI DIAS

Juíza de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba

15.22. EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

Processo Número 0802614-73.2020.8.18.0031

AUTOR: SIMONE FONTENELE SARAIVA

REU: VILLENEUVE ALVES DA SILVA

EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 20 DIAS

A MMª Juíza de Direito da 3ª Vara, Dra. Zelvânia Marcia Batista Barbosa, desta cidade e comarca de PARNAÍBA, Estado do Piauí, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, a Ação acima referenciada, proposta por **SIMONE FONTENELE SARAIVA ALVES**, brasileira, casada, residente e domiciliada no Conjunto Colina do Alvorada I, Q 09, CS 12, bairro João XXIII, Parnaíba-PI em face de **VILLENEUVE ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, situado em local incerto e não sabido; ficando por este edital citada a parte suplicada, para apresentar contestação nos autos em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (art. 257, II, do NCPC).

Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de PARNAÍBA, Estado do Piauí, aos 25 de setembro de 2020. Eu, Marilena Mendes Bezerra digitei, subscrevi e assino.

DRA. ZELVÂNIA MARCIA BATISTA BARBOSA

JUIZA DE DIREITO DA 3ª VARA, DA COMARCA DE PARNAÍBA-PI.

15.23. EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

Processo Número 0000682-88.2017.8.18.0031

REQUERENTE: FRANCISCA DAS CHAGAS DO NASCIMENTO GOMES

REQUERIDO: ANTONIO DE PAULA OLIVEIRA GOMES

EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 20 DIAS

A MMª Juíza de Direito da 3ª Vara, Dra. Zelvânia Marcia Batista Barbosa, desta cidade e comarca de PARNAÍBA, Estado do Piauí, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, a Ação acima referenciada, proposta por **FRANCISCA DAS CHAGAS DO NASCIMENTO GOMES**, residente e domiciliada na Rua Professora Bernarda Costa de Souza, 2473, Pindorama, PARNAÍBA - PI - CEP: 64215-317 em face de **ANTONIO DE PAULA OLIVEIRA GOMES**, brasileiro, casado, pedreiro, situado em local incerto e não sabido; ficando por este edital citada a parte suplicada, para apresentar contestação nos autos em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (art. 257, II, do NCPC).

Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de PARNAÍBA, Estado do Piauí, aos 02 de outubro de 2020. Eu, Marilena Mendes Bezerra digitei, subscrevi e assino.

DRA. ZELVÂNIA MARCIA BATISTA BARBOSA

JUIZA DE DIREITO DA 3ª VARA, DA COMARCA DE PARNAÍBA-PI.

15.24. AVISO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO - Processo nº 0800609-75.2020.8.18.0032

INTIMO a exequente, por meio de seu advogado, o **Dr. HERVAL RIBEIRO -OAB/PI 4213**, da decisão -ID 12386796, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o pedido apresentado ao id- 12346020.

15.25. AVISO DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - Processo nº 0801879-71.2019.8.18.0032

INTIMO o Dr. RAIMUNDO BATISTA DE OLIVEIRA NETO - OAB PI13376 - CPF: 020.033.483-28 (ADVOGADO), da sentença prolatada nos autos -ID 12241017.

15.26. AVISO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO - Processo nº 0801380-24.2018.8.18.0032

INTIMO a inventariante por meio da sua advogada, a Dra. MARIA SOCORRO PINHEIRO CAVALCANTE BENEVIDES - OAB PI182 - CPF: 110.357.223-72 (ADVOGADO), do Despacho de ID-12414738, para, no prazo de 20 (vinte) dias, complementar o pagamento das custas processuais ou requerer o que entender de direito.

15.27. AVISO DE INTIMAÇÃO (ADVOGADO) - 0803552-02.2019.8.18.0032

INTIMO a Dra. ANTONIA MARIA DE SOUSA LEAL - OAB PI5056 - CPF: 429.101.373-68 (ADVOGADO), da Decisão de ID-10598067.

15.28. AVISO DE INTIMAÇÃO (ADVOGADO) - 0800802-27.2019.8.18.0032

INTIMO o Dr. LAERTE RODRIGUES DE MOURA - OAB PI12878 - CPF: 523.778.903-00 (ADVOGADO), do Despacho de ID-9317603.

15.29. EDITAL DE CITAÇÃO - 0800031-15.2020.8.18.0032

PROCESSO Nº: 0800031-15.2020.8.18.0032

CLASSE: GUARDA (1420)

ASSUNTO(S): [Citação]

REQUERENTE: CICERA BEZERRA DOS SANTOS

REQUERIDO: FRANCINEUDO BEZERRA DE SOUZA, MARIA LUCIENE DE ALENCAR SILVA

EDITAL DE CITAÇÃO

(Prazo: 20 dias)

O Dr. ANTONIO GENIVAL PEREIRA DE SOSUA, MM. Juiz de Direito da 3ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Picos-PI, por título e

nomeação legais, na forma da lei, etc.

FAZ SABER aos que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que nos autos do Processo nº 0800031-15.2020.8.18.0032 em trâmite pela 3ª Vara da Comarca de Picos - PI, determino a citação da parte requerida, FRANCINEUDO BEZERRA DE SOUSA, atualmente em lugar incerto e/ou não sabido, para, querendo, apresentar contestação, bem como informar se concorda com a realização de audiência de conciliação por meio de videoconferência, **no prazo de 15 (quinze) dias**. Em caso de concordância, as partes deverão informar o endereço de e-mail ou número de whatsapp no qual irão receber o link de acesso a sala virtual por videoconferência, o qual será encaminhado em até 30 (trinta) minutos antes da data e hora da audiência designada. Advirta-se que até a data da audiência, as partes deverão instalar o aplicativo Cisco Webex Meetings em computador/notebook ou em aparelho celular (smartphone ou afins), o qual deverá contar com as funcionalidades de vídeo e áudio aptas para uso. E, para que chegue ao conhecimento de todos. O MM. Juiz de Direito mandou expedir o presente edital no Diário da Justiça do Estado.

Eu, FRANCISCO VALENTIM NETO, Analista Judicial, digitei.

picos-PI, 13 de outubro de 2020.

Dr. ANTONIO GENIVAL PEREIRA DE SOUSA

Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de Picos - PI

15.30. Aviso de Intimação.

PROCESSO Nº: 0000524-11.2014.8.18.0040

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Pensão por Morte (Art. 74/9)]

AUTOR: LINDALVA CARVALHO DE FARIAS

REU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, JOSÉ ARAÚJO DA SILVA, MARIA DILMA SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A MMA. Juíza de Direito da Vara Única da Comarca de Batalha-PI, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

INTIMA, pelo presente Edital, os réus JOSÉ ARAÚJO DA SILVA e MARIA DILMA SILVA, genitores do falecido MANOEL ARAÚJO DA SILVA, a comparecerem, acompanhados de Advogado, à Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento do Processo nº 0000524-11.2014.8.18.0040, designada para o dia 18.11.2020, às 10h 30m, oportunidade em que deverão apresentar suas testemunhas respectivas, a ser realizada através de videoconferência cujo Link para acesso pode ser obtido através de ligação ou mensagem de WhatsApp ao telefone funcional da unidade (Tel: 86 3347-1196), ou através do e-mail institucional (Endereço: sec.batalha@tjpi.jus.br), ficando advertidos de que incumbe à parte apresentar motivo justificado que impeça sua participação remota, por Petição nos autos, para devida apreciação pelo Magistrado.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Batalha, Estado do Piauí, aos 13 de outubro de 2020 (13/10/2020). Eu, Fernando Moura Rego Nogueira Leal, Analista Judicial, Matrícula n. 27852, digitei o presente.

BATALHA-PI, 13 de outubro de 2020.

FERNANDO MOURA REGO NOGUEIRA LEAL

Secretaria da Vara Única da Comarca de Batalha

15.31. AVISO DE INTIMAÇÃO (ADVOGADO) - 0002077-59.2010.8.18.0032

INTIMO o Dr. JOSE ALTAIR RODRIGUES NETO - OAB PI5009 - CPF: 878.204.393-00, para promover os atos necessários ao andamento do processo, no prazo de 05 dias, inclusive fornecendo o seu endereço completo, com ponto de referência para localização, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

15.32. EDITAL DE PROCLAMAS Nº 59/2020 Livro D nº 2, Folha 266

FAÇO SABER que pretendem casar-se e para isso apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, incisos I, III, IV, do Código Civil:

RAIMUNDO ALMEIDA DE CARVALHO FILHO e JACIARA LIRA DOS SANTOS

ELE - é de estado civil SOLTEIRO, de profissão LAVRADOR(A), natural de ESPERANTINA-PI, nasceu em ESPERANTINA-PI, nascido em 21 de Abril de 1995, residente e domiciliado RUA FRANCISCO FORTES, Nº 892, CHAPADINHA SUL, ESPERANTINA-PI, telefone: 86-98184-3902, filho de RAIMUNDO ALMEIDA DE CARVALHO e FRANCISCA MARIA OLIVEIRA CORREIA. ELA - é de estado civil SOLTEIRA, de profissão LAVRADOR(A), natural de ESPERANTINA-PI, nasceu em ESPERANTINA-PI, nascida em 02 de Junho de 1993, residente e domiciliada RUA FRANCISCO FORTES, Nº 892, CHAPADINHA SUL, ESPERANTINA-PI, telefone: 86-98161-1725, filha de IDELBRAUNDO JOSÉ DOS SANTOS e MARIA DOS REMÉDIOS LIRA DOS SANTOS. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. E, para constar, digitei o presente que será afixado no lugar público e de costume deste Ofício.

ESPERANTINA/PI, ____ de ____ de _____. KELLY COÊLHO SILVA LAGES
ESCREVENTE

15.33. TERMO DE EDITAL DE PROCLAMAS Nº 47/2020, Livro D nº 3, Folha 194, Termo 794

FAÇO SABER que pretendem casar-se e para isso apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, incisos I, III, IV, do Código Civil: **NOEL DE SOUSA OLIVEIRA e LUCELINA FERREIRA DA SILVA**

ELE - é de estado civil SOLTEIRO, de profissão PEDREIRO(A), natural de ITAUEIRA-PI, nasceu em ITAUEIRA-PI, nascido em 27 de Janeiro de 1981, residente e domiciliado RUA ALBERTO SILVA, 104, CAJUEIRO II, FLORIANO-PI, filho de JACINTO GONÇALVES DE OLIVEIRA e MARGARIDA DE SOUSA OLIVEIRA.

ELA - é de estado civil SOLTEIRA, de profissão DO LAR, natural de GUADALUPE-PI, nasceu em GUADALUPE-PI, nascida em 07 de Fevereiro de 1969, residente e domiciliada RUA ALBERTO SILVA, 104, CAJUEIRO II, FLORIANO-PI, telefone: 89-99499-9861, filha de BARTOLOMEU FERREIRA DA SILVA e LUCINDA VIEIRA DA SILVA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. E, para constar, digitei o presente que será afixado no lugar público e de costume deste Ofício.

Ato lavrado em consonância com o que dispõem os arts. 33, VI, e 43 e 44 da Lei 6015/73, dos Registros Públicos.

FLORIANO, PI, 30 de Setembro de 2020.

CAROLINA PIZZIGATTI KLEIN
OFICIALA

15.34. PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA - PROC. 801307-55.2018.8.18.0031

PROCESSO Nº: 0801307-55.2018.8.18.0031

CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)

ASSUNTO(S): [Alienação Fiduciária]

AUTOR: BANCO BRADESCO

REU: JOSE LUCAS LEODIDO FIRME 53690532353

SENTENÇA

Trata-se de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO manejada pelo BANCO BRADESCO em face de JOSE LUCAS LEODIDO FIRME, todos devidamente qualificados.

Visa a requerente à seqüela do veículo individualizado na inicial de MARCA: CHERY MODELO: TIGGO 2.0 ANO: 2012 COR: PRETA PLACA: ODU2020 CHASSI: LVVDB14BXCD016836

Decisão concedendo a liminar de busca e apreensão, no ID: de nº 6987513.

Auto de Busca e Apreensão e Depósitos, ID: de nº 7977848 .

Certidão ID: de nº 12334082, narrando o escoamento do prazo da contestação que não houve, conforme se constata nos autos.

É o caso de julgamento antecipado da lide.

Dispõe o art. 355 do Novo Código de Processo Civil:

Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando:

I - não houver necessidade de produção de outras provas;

II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349.

O artigo 344 do mesmo estatuto processual, por sua vez, estatui:

Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

Assim, considerando que não houve contestação ao pedido, restando caracterizada a revelia, devendo, por força legal, os fatos alegados na inicial serem tidos como verdadeiros, de conformidade com o artigo 344, do digesto processual supracitado.

Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial, veja-se:

APELACAO CIVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSAO. AUSENCIA DE CONTESTACAO, NA FORMA E PRAZOS LEGAIS. REVELIA. NAO PURGACAO DA MORA, NOS TERMOS LEGAIS. CONSOLIDACAO DA POSSE E PROPRIEDADE DO VEICULO AO APELADO. SENTENCA MONOCRATICA ACERTADA. APELO IMPROVIDO. (TJ/BA Apelação 8238-5/2008 - Rel. Des. Lourival Almeida Trindade). (DESTAQUEI).

Ademais, a inicial veio acompanhada por documentos que legitimam a propositura da ação.

O contrato de alienação está perfeitamente de acordo com o que prevê o artigo 66 da Lei nº 4.728, de 1965, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto-Lei nº 911, de 11.10.69.

Analisando os autos, vejo que está comprovada a mora da parte requerida. Ademais, a parte requerida não efetuou os pagamentos como reza o contrato firmado com o autor, conforme restou demonstrado nos autos, ficando, assim, inadimplente, razão pela qual é de rigor acolher os pedidos iniciais.

Em face de peculiaridade do caso e satisfeitos os pressupostos da admissibilidade da pretensão, considero a presente medida em seu caráter satisfativo.

Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a ação, com base no art. 487, I do CPC c/c artigo 4º do Decreto-Lei nº 911/69, para declarar rescindido o contrato de arrendamento mercantil firmado entre as partes, por força de cláusula resolutiva expressa e para determinar a reintegração de posse do bem arrendado ao autor, confirmando a liminar deferida, consolidando a propriedade e posse plena do bem objeto da presente no patrimônio do autor facultando-lhe a venda do bem, na forma do artigo 1º, § 4º, do Decreto-Lei nº 911/69, computando-se o valor da dívida com os acréscimos das despesas judiciais e extrajudiciais e, se caso, deverá o autor restituir ao réu o saldo, se existente.

Condeno a parte ré nas custas processuais e honorários advocatícios do advogado do autor, na base de 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa.

Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de lei, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

Proceda-se a retirada de eventuais restrições determinadas por este juízo sobre o bem objeto da inicial.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Diligências necessárias

Cumpra-se

PARNÁIBA-PI, 9 de outubro de 2020.

HELIOMAR RIOS FERREIRA

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba

15.35. EDITAL DE PROCLAMAS Nº 60/2020 Livro D nº 2, Folha 267

FAÇO SABER que pretendem casar-se e para isso apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, incisos I, III, IV, do Código Civil:

ERISVALDO RODRIGUES SOARES e ELIDIANE ALVES DA SILVA

ELE - é de estado civil SOLTEIRO, de profissão VENDEDOR(A), natural de ESPERANTINA-PI, nasceu em ESPERANTINA-PI, nascido em 05 de Abril de 1985, residente e domiciliado CONJUNTO PALESTINA, Q-06, C-22, PALESTINA, ESPERANTINA-PI, telefone: 86-98131-2697, filho de MANOEL CARVALHO SOARES e ANTONIA RODRIGUES SOARES. ELA - é de estado civil SOLTEIRA, de profissão PSICÓLOGA, natural de ESPERANTINA-PI, nasceu em ESPERANTINA-PI, nascida em 05 de Fevereiro de 1987, residente e domiciliada RUA CORONEL SILVESTRE LOPES, Nº 1825, CENTRO, ESPERANTINA-PI, telefone: 86-99919-9613, filha de EGIDIO MELO DA SILVA e MARIA FRANCISCA ALVES DA SILVA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. E, para constar, digitei o presente que será afixado no lugar público e de costume deste Ofício.

ESPERANTINA/PI, ____ de ____ de _____. _____ KELLY COÊLHO SILVA LAGES
ESCREVENTE

15.36. EDITAL DE PROCLAMAS Nº 61/2020 Livro D nº 2, Folha 268

FAÇO SABER que pretendem casar-se e para isso apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, incisos I, III, IV, do Código Civil:

JOSÉ DE JESUS ARAUJO SILVA e NIARANA OLIVEIRA SILVA

ELE - é de estado civil SOLTEIRO, de profissão VENDEDOR(A), natural de ESPERANTINA-PI, nascido em 28 de Dezembro de 1984, residente e domiciliado CONJUNTO NOVO MILENIO, QUADRA 12, CASA 26, NOVO MILENIO, ESPERANTINA-PI, telefone: 86-99542-8837, filho de JOÃO BATISTA RODRIGUES DA SILVA e MARIA DA CONCEIÇÃO ARAUJO SILVA. ELA - é de estado civil SOLTEIRA, de profissão VENDEDOR(A), natural de ESPERANTINA-PI, nascida em 21 de Março de 1991, residente e domiciliada CONJUNTO NOVO MILENIO, QUADRA 12, CASA 26, NOVO MILENIO, ESPERANTINA-PI, telefone: 86-98164-7895, filha de ESTEVAM OLIVEIRA DA COSTA e MARIA ARADI DA SILVA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. E, para constar, digitei o presente que será afixado no lugar público e de costume deste Ofício.

ESPERANTINA/PI, ____ de ____ de _____. _____ KELLY COÊLHO SILVA LAGES
ESCREVENTE

15.37. TERMO DE EDITAL DE PROCLAMAS Nº 49/2020, Livro D nº 9, Folha 210, Termo 3588

FAÇO SABER que pretendem casar-se e para isso apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, incisos I, III, IV, do Código Civil:

CLEITON RODRIGUES PEREIRA e THALITA NERI DA COSTA

ELE - é de estado civil SOLTEIRO, de profissão LAVRADOR(A), natural de CANTO DO BURITI-PI, nascido em 25 de Outubro de 1998, residente e domiciliado RUA AURERIANA OLIVEIRA COSTA, 29, CENTRO, BREJO DO PIAUI-PI, telefone: 89 98110-0596, filho de GENIVALDO

PEREIRA DA SILVA e LUZIMAR RODRIGUES PEREIRA.

ELA - é de estado civil SOLTEIRA, de profissão LAVRADOR(A), natural de OSASCO-SP, nascida em 18 de Junho de 1999, residente e domiciliada RUA AURERIANA OLIVEIRA COSTA, 29, CENTRO, BREJO DO PIAUI-PI, telefone: 89 98120-4295, filha de VALDIR CARLOS LUIZ DA COSTA e GILVANETE AMORIM NERI.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. E, para constar, digitei o presente que será afixado no lugar público e de costume deste Ofício.

Ato lavrado em consonância com o que dispõem os arts. 33, VI, e 43 e 44 da Lei 6015/73, dos Registros Públicos.

SÃO JOÃO DO PIAUI, PI, 08 de Outubro de 2020.

IARA BARBOSA PEREIRA
OFICIALA

15.38. TERMO DE EDITAL DE PROCLAMAS Nº 51/2020, Livro D nº 9, Folha 212, Termo 3590

FAÇO SABER que pretendem casar-se e para isso apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, incisos I, III, IV, do Código Civil: **RODRIGO DOS SANTOS FERREIRA e RAWÊNIA MONTEIRO LIMA VIEIRA**

ELE - é de estado civil SOLTEIRO, de profissão PASTOR(A), natural de SÃO RAIMUNDO NONATO-PI, nascido em 06 de Maio de 1995, residente e domiciliado TV. PEDRO BORGES, 872, ALTO SERTANEJO, SÃO JOÃO DO PIAUI-PI, telefone: 89 994535012, filho de ZEILTON DE SOUSA FERREIRA e PROFETISSIMA DIAS DOS SANTOS.

ELA - é de estado civil SOLTEIRA, de profissão TÉCNICA EM ENFERMAGEM, natural de SÃO JOÃO DO PIAUI-PI, nascida em 21 de Junho de 1993, residente e domiciliada TV. PEDRO BORGES, 872, ALTO SERTANEJO, SÃO JOÃO DO PIAUI-PI, telefone: 89 99472-7381, filha de RAIMUNDO SÉRGIO DE LIMA VIEIRA e GARDÊNIA MONTEIRO.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. E, para constar, digitei o presente que será afixado no lugar público e de costume deste Ofício.

Ato lavrado em consonância com o que dispõem os arts. 33, VI, e 43 e 44 da Lei 6015/73, dos Registros Públicos.

SÃO JOÃO DO PIAUI, PI, 09 de Outubro de 2020.

IARA BARBOSA PEREIRA
OFICIALA

15.39. TERMO DE EDITAL DE PROCLAMAS Nº 48/2020, Livro D nº 9, Folha 209, Termo 3587

FAÇO SABER que pretendem casar-se e para isso apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, incisos I, III, IV, do Código Civil: **ANFRISIO NOGUEIRA DA SILVA BORGES e MARIA FRANCISCA DE SOUSA BRITO**

ELE - é de estado civil SOLTEIRO, de profissão GESSEIRO, natural de OEIRAS-PI, nascido em 26 de Maio de 1985, residente e domiciliado TV. DR. ABILIO COSTA, 274 B, B. URBANO, SÃO JOÃO DO PIAUI-PI, telefone: 89 99434-1005, filho de FRANCISCO BORGES e JOANA NOGUEIRA DA SILVA BORGES.

ELA - é de estado civil SOLTEIRA, de profissão PROFESSOR(A), natural de OEIRAS-PI, nascida em 19 de Maio de 1987, residente e domiciliada TV. DR. ABILIO COSTA, 274 B, URBANO, SÃO JOÃO DO PIAUI-PI, telefone: 89 99434-1005, filha de JOÃO BATISTA DE SOUSA BRITO e MARIA DE LOURDES DE SOUSA BRITO.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. E, para constar, digitei o presente que será afixado no lugar público e de costume deste Ofício.

Ato lavrado em consonância com o que dispõem os arts. 33, VI, e 43 e 44 da Lei 6015/73, dos Registros Públicos.

SÃO JOÃO DO PIAUI, PI, 08 de Outubro de 2020.

IARA BARBOSA PEREIRA
OFICIALA

15.40. EDITAL DE PROCLAMAS Nº 61/2020 Livro D nº 2, Folha 268

FAÇO SABER que pretendem casar-se e para isso apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, incisos I, III, IV, do Código Civil:

JOSÉ DE JESUS ARAUJO SILVA e NAIRANA OLIVEIRA SILVA

ELE - é de estado civil SOLTEIRO, de profissão VENDEDOR(A), natural de ESPERANTINA-PI, nascido em 28 de Dezembro de 1984, residente e domiciliado CONJUNTO NOVO MILENIO, QUADRA 12, CASA 26, NOVO MILENIO, ESPERANTINA-PI, telefone: 86-99542-8837, filho de JOÃO BATISTA RODRIGUES DA SILVA e MARIA DA CONCEIÇÃO ARAUJO SILVA. ELA - é de estado civil SOLTEIRA, de profissão VENDEDOR(A), natural de ESPERANTINA-PI, nascida em 21 de Março de 1991, residente e domiciliada CONJUNTO NOVO MILENIO, QUADRA 12, CASA 26, NOVO MILENIO, ESPERANTINA-PI, telefone: 86-98164-7895, filha de ESTEVAM OLIVEIRA DA COSTA e MARIA ARADI DA SILVA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. E, para constar, digitei o presente que será afixado no lugar público e de costume deste Ofício.

ESPERANTINA/PI, ____ de ____ de ____.

KELLY COELHO SILVA LAGES
ESCREVENTE

15.41. EDITAL DE PROCLAMAS Nº 62/2020 Livro D nº 2, Folha 269

FAÇO SABER que pretendem casar-se e para isso apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, incisos I, III, IV, do Código Civil:

FRANCISCO FLAVIO DE SOUSA CHAVES e LUNARIA LOPES BARBOSA

ELE - é de estado civil SOLTEIRO, de profissão LAVRADOR(A), natural de ESPERANTINA-PI, nascido em 10 de Dezembro de 1989, residente e domiciliado RUA PROJETADA 10, Nº 61, ZONA URBANA, ESPERANTINA-PI, telefone: (86) 98183-1435, filho de FRANCISCO DAMASCENO CHAVES e MARIA IRIS DE SOUSA. ELA - é de estado civil SOLTEIRA, de profissão LAVRADOR(A), natural de ESPERANTINA-PI, nascida em 10 de Junho de 1997, residente e domiciliada RUA PROJETADA 10, Nº 61, ZONA URBANA, ESPERANTINA-PI, telefone: (86) 98183-1435, filha de MARIA DO SOCORRO LOPES BARBOSA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. E, para constar, digitei o presente que será afixado no lugar público e de costume deste Ofício.

ESPERANTINA/PI, ____ de ____ de ____.

KELLY COELHO SILVA LAGES
ESCREVENTE

15.42. edital de citação

PROCESSO Nº: 0801679-09.2020.8.18.0039

CLASSE: REINTEGRAÇÃO/MANUTEÇÃO DE POSSE (1707)

ASSUNTO(S): [Usbulho/ Turbação/ Ameaça, Aquisição

AUTOR: FRANCISCO LUIS DE OLIVEIRA SERVOLO

REU: AUSENTES E DESCONHECIDOS

EDITAL DE CITAÇÃO

Prazo de 30 (trinta) dias

O Dr. MARKUS CALADO SCHULTZ, MM. Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de BARRAS, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, com sede na Rua Leônidas Melo, nº 916, Barras/PI, a Ação acima referenciada, proposta por FRANCISCO LUIS DE OLIVEIRA SERVOLO, brasileiro, piauiense, CPF. 056850863-77, RG 3193529 SSP/PI, residente e domiciliado na Rua Taumaturgo de Azevedo, 179, centro, Barras - PI, em face de réus AUSENTES E DESCONHECIDOS, ficando por este edital citados os AUSENTES, DESCONHECIDOS e INCERTOS, OCUPANTES do terreno urbano localizado na TRV José Barbosa di Monte, s/n Loteamento 01 Quadra 133, Lote 1397 - Paquetá, Barras - PI, que residem em local incerto e não sabido, para os mesmos fins descritos no art. 942 c/c art. 232 IV do CPC, pelo prazo de 30 (trinta) dias, querendo se manifestarem, sob pena de revelia, conforme despacho proferido nos autos. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário da Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (art. 257.II do NCPC). Dado e passado nesta cidade e Comarca de Barras, Estado do Piauí, aos 13 de outubro de 2020 (13/10/2020). Eu, ISANIO CARVALHO MARQUES, Analista Judicial, digitei. Barras/PI, 13 de outubro de 2020. **MARKUS CALADO SCHULTZ - Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Barras.**

15.43. EDITAL DA LISTA PROVISÓRIA DE JURADOS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

COMARCA DE PIRIPIRI - PIAUÍ

SECRETARIA DA PRIMEIRA (1ª) VARA

Fórum "Des. João Turíbio Monteiro Santana"

Rua Avelino Resende s/nº; Centro - CEP: 64260-000; Fone (86) 3276-1452

EDITAL DA LISTA PROVISÓRIA DE JURADOS

O DR. ANTONIO OLIVEIRA, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta cidade e Comarca de Piripiri, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei, e de acordo com os arts. 426, 581, inc. XIV e 586, § único, todos do Código de Processo Penal, por título e nomeação legal, etc.

FAZ saber todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, em cumprimento ao disposto no art. 425, do Código de Processo Penal, elaborou a **LISTA GERAL PROVISÓRIA** dos Jurados que deverão funcionar junto ao Tribunal Popular do Júri desta Comarca, durante o **ano de dois mil e vinte e um (2021)**, sendo alistados, os cidadãos a seguir relacionados:

- 01- Antonio da Cunha, brasileiro, solteiro, auxiliar administrativo
- 02- Antonia Marcília Oliveira da Silva, brasileira, solteira, técnica administrativa financeira
- 03- Ana Paula dos Santos Oliveira, brasileira, solteira, auxiliar de serviços gerais
- 04- Aline Maria Silva Lima, brasileira, solteira, enfermeira
- 05- Andreza Fernanda de Carvalho Souza, brasileira, solteira, estudante
- 06- Antonio Jadson Soares Viana, brasileiro, solteiro, funcionário público
- 07- Aroldo Pereira de Sousa, casado, Agente Administrativo Operacional
- 08- Ana Letícia Alcântara Gomes, brasileira, solteira, auxiliar de enfermagem
- 09- Ana Célia Santos Lopes, brasileira, solteira, ajudante de serviços
- 10- Allan Regis Castro Guimarães, brasileiro, técnico administrativo financeiro
- 11- Adriano Mendes de Carvalho, brasileiro, casado, funcionário público
- 12- Ana Lucia Duarte da Silva, brasileira, solteira, funcionária pública
- 13- Agostinho Gomes de Oliveira Neto, brasileiro, casado, comerciante
- 14- Auressandra Delane Siqueira Pereira, brasileira, solteira, funcionária pública
- 15- Arivaldo Gomes Cerqueira, brasileiro, casado, digitador
- 16- Antonio João de Macedo, brasileiro, casado, agricultor
- 17- Ana Karisa Sousa, brasileira, solteira, assistente social
- 18- Adriana Leitão Viana, brasileira, casada, professora
- 19- Antonio José Silva dos Santos, brasileiro, casado, motorista
- 20- Apolinário da Cunha, brasileiro, casado, professor
- 21- Aurisdene de Melo Sousa Aragão, brasileira, casada, professora
- 22- Ariele de Oliveira Marcelino, brasileira, solteira, funcionária pública
- 23- Ariane de Carvalho Mendes, brasileira, casada, comerciante
- 24- Ana Flávia Silva Lima, brasileira, casada, professora
- 25- Antonio Lindolfo de Oliveira Neto, brasileiro, casado, representante comercial
- 26- Adriano de Souza Ribeiro, brasileiro, solteiro, motorista
- 27- Alan dos Santos Sousa, brasileiro, solteiro, funcionário público
- 28- Adalberto Mendes da Silva, brasileiro, solteiro, funcionário público municipal
- 29- Antonio Felipe da Silva Souza, brasileiro, funcionário público
- 30- Átila Milânia Monteiro de Andrade, brasileira, funcionária do BNB
- 31- Almira Alice de Araújo Alves Ferreira, brasileira, professora
- 32- Andreína Ferreira Bezerra Melo, brasileira, funcionária pública
- 33- Alex Breitner de Carvalho Lima, brasileiro, funcionário público
- 34- Amanda Cândida da Silva Araújo, brasileira, solteira, comerciante
- 35- Antonio Evanildo Bandeira de Oliveira, brasileiro, professor
- 36- Ana Cláudia Sampaio, brasileira, solteira, professora
- 37- Bruna Fernanda da Silva Oliveira, brasileira, funcionária pública
- 38- Bruna Galeno de Brito, brasileira, solteira, acadêmica de Direito
- 39- Carla Delany de Sousa Monteiro, brasileira, enfermeira
- 40- Ciro Maciel Nunes Ibiapina, brasileiro, enfermeiro
- 41- Cartejane Pereira de Sousa, brasileiro, funcionário público estadual
- 42- Carlos Augusto de Oliveira Felizarda, brasileiro, casado, professor
- 43- Claudio Renan Araujo Rodrigues, brasileira, auxiliar administrativo
- 44- Cleudiana Gonçalves da Silva, brasileira, auxiliar administrativo
- 45- Cleide Ferreira Ayres, brasileira, enfermeira
- 46- Carlos Augusto do Nascimento, brasileiro, casado, professor

- 47- Cléber Mesquita da Costa, brasileiro, professor
- 48- Cláudio José da Silva Castro, brasileiro, bancário
- 49- Carlos Augusto de Andrade, brasileira, agente de endemias (saúde)
- 50- Cristiane Rodrigues Silva, brasileira, bancária
- 51- Carla Suellen Probo Rodrigues, brasileiro, dona de casa
- 52- Célia Regina Caetano Lima, brasileira, solteira, auxiliar administrativa
- 53- Daniel Cisne Tomaz, brasileiro, solteiro, professor
- 54- Deusdete Gregório de Melo Oliveira, brasileiro, professor
- 55- Daniel de Sousa Silva, brasileiro, solteiro, agricultor
- 56- Deusilene da Silva Mourão Fortaleza, brasileira, casada, técnica em enfermagem
- 57- Daiana Paula Melo Santos, brasileira, solteira, entrevistadora
- 58- Dieidi Pereira Paulo, brasileira, solteira, professora
- 59- Ducival de Araújo Costa, brasileiro, casado, locutor
- 60- Domingos Sávio do Nascimento, brasileiro, casado, professor
- 61- Domingos Lucas da Silva, brasileiro, solteiro, estudante
- 64- Eliane da Silva Almeida, brasileira, serviços gerais
- 65- Erivelto Teixeira César, brasileiro, estudante
- 66- Eduardo Medeiros de Oliveira, brasileiro, solteiro, estudante
- 67- Eugênio Pereira Oliveira, brasileiro, casado, professor
- 68- Elizete Alves de Sousa, brasileira, solteira, agente comunitária de saúde
- 69- Edna Maria Cardoso Nunes, brasileira, solteira, professora
- 70- Edelson Pereira dos Santos, brasileiro, solteiro, bancário
- 71- Edinaldo Barros de Melo, brasileiro, casado, professor
- 72- Érica Tamires Feitosa Nascimento, brasileira, solteira, estudante,
- 73- Francisco das Chagas Freire, brasileiro, solteiro, Agente Administrativo Operacional
- 74- Francisco A. P. Barroso, brasileiro, casado, auxiliar de serviços de vigilância
- 75- Francisco Denilson dos Santos, brasileiro, solteiro, agricultor
- 76- Francisco das Chagas F. Damasceno, brasileiro, casado, professor
- 77- Francisco Vilzomar Cardoso, brasileiro, casado, técnico administrativo financeiro
- 78- Francisco Zacarias dos Santos, brasileiro, casado, agricultor
- 79- Francisca Maria Silva Freitas, brasileira, casada, servidora pública
- 80- Francisco Welton da Silva Araújo, brasileiro, casado, fisioterapeuta
- 81- Francisco Eduardo Viana Brito, brasileiro, solteiro, estudante
- 82- Francisco Aldineide de Macedo, brasileiro, solteiro, servidor público
- 83- Flaiserland Araújo de Oliveira, brasileiro, casado, escriturário
- 84- Felipe Augusto Silva Sousa, brasileiro, casado, agente administrativo
- 85- Flausimar da Silva Fontenele, brasileiro, solteiro, agente comunitário de saúde
- 86- Francisco Adailson Pereira Barroso, brasileiro, vigia
- 87- Francy Mariana Furtado Saraiva, brasileiro, estudante, residente na rua Cassiano Rezende, 1025- centro, nesta cidade;
- 88- Francisca Alexandra da Silva Café, brasileira, solteira, orientadora social
- 89- Francélia Mesquita Melo, brasileira, divorciada, auxiliar de enfermagem
- 90- Francisco Antonio de Oliveira, brasileiro, vendedor
- 91- Francisco Wellington Furtado Andrade, brasileiro, casado, vigilante
- 92- Gislaíne Ravel dos Reis Santos, brasileira, solteira, pedagoga
- 93- Gonçalo Pereira Galvão, brasileiro, casado, vigia
- 94- Gilberto Luiz de Carvalho, brasileiro, casado, professor
- 95- Gilmara Rodrigues de Macedo, brasileira, casada, produtora rural
- 96- Gizelda Pinheiro Borges, brasileira, solteira, auxiliar administrativo
- 97- Gardene Maria da Silva, brasileira, solteira, estudante
- 98- Gildene Fortes de Meneses Machado, brasileiro, solteiro, professor
- 99- Graciane Passos de Melo, brasileira, divorciada, servidora Pública
- 100- Hiran da Silva Rodrigues, brasileiro, casado, professor
- 101- Henrique Sávio do Nascimento, brasileiro, solteiro, músico
- 102- Iolanda Maria Freitas Oliveira, brasileira, casada, professora
- 103- Iago Pablo Freitas Oliveira, brasileiro, solteira, assessor jurídico
- 104- Isonete Viana de Brito, brasileira, casada, conselheira tutelar
- 105- Janiele da Silva Oliveira, brasileira, solteira, atendente de consultório
- 106- Jeany Cristina do Nascimento Melo, brasileira, solteira, bancária
- 107- Janete Soares e Silva Sousa, brasileira, casada, ajudante de serviço
- 108- Janice Cardoso Silva, brasileira, solteira, professora
- 109- João Melo Américo Silva Filho, brasileiro, solteiro, entrevistador
- 110- José de Ribamar de Oliveira, brasileiro, casado lavrador
- 111- Josean Freitas Pereira, brasileiro, professor
- 112- José Miranda Vieira Júnior, brasileiro, casado, professor
- 113- Josiane Oliveira de Ananias Medeiros, brasileira, professora
- 114- Jucélia Melo Ribeiro, brasileira, solteira, coordenadora
- 115- Jayla Daianne Almeida da Silva, brasileira, solteira, professora
- 116- Juliana Ibiapina Rodrigues, brasileira, solteira, auxiliar administrativo
- 117- José Wellington dos Santos Paulo, brasileiro, casado, motorista
- 118- José Eufrazino Júnior, brasileiro, solteiro, enfermeiro
- 119- José Wilton de Sousa Melo, brasileiro, solteiro, bancário
- 120- João Henrique Ramos dos Santos, brasileiro, solteiro, operador de computador
- 121- José Rodrigues de Oliveira, brasileiro, casado, vigia
- 122- Jairo Francisco de M. Freitas, brasileiro, solteiro, enfermeiro
- 123- Jeferson da Silva Cardoso, brasileiro, solteiro, estudante
- 124- Jane Maura Carvalho da Silva, brasileira, solteira, estudante
- 125- Juciane Oliveira Ananias, brasileira, solteira, professora
- 126- Juliana Ibiapina Rodrigues, brasileira, auxiliar administrativo

- 127- Juliena do Nascimento Barbosa, brasileira, casada, auxiliar administrativo
128- Kelly Cristina de Araujo Rodrigues Viana, brasileira, professora
129- Karoline Fernanda de Oliveira Freitas, brasileira, casada, entrevistadora
130- Kerley Costa Soares, brasileiro, estudante
131- Katylen Crishelle Fontinele Medeiros, brasileira, estudante
132- Keila Oliveira Soares, brasileira, solteira, comerciar
133- Laene Carvalho de Sousa, brasileira, solteira, auxiliar administrativo
134- Larissa Barroso Medeiros, brasileira, solteira, estudante
135- Leandro Francisco Pereira da Silva, brasileiro, solteiro, bancário
136- Luciano Sancho da Silva, brasileiro, solteiro, operador de computador
137- Lucimar da Silva Siqueira, brasileira, solteira, estudante
138- Laécio da Silva Costa, brasileiro, casado, professor
139- Lidivânia da Silva Araújo, brasileira, solteira, estudante
140- Luiz Gonzaga da Costa Nascimento, brasileiro, casado, vigia
141- Lara Tuanna de Brito, brasileira, solteira, dentista
142- Luiz Eduardo da Costa Gomes, brasileiro, casado, professor
143- Leila Maria da Costa, brasileira, casada, funcionária pública
144- Leonardo Alves de Souza, brasileiro, solteiro, estudante
145- Lucimeire Oliveira Sampaio, brasileira, casada, professora
146- Maria dos Remédios Oliveira, brasileira, funcionária pública municipal
147- Maria Erinelda de Araujo Souza, brasileira, solteira, estudante
148- Maria de Fátima dos Santos Sousa, brasileira, solteira, funcionária pública,
149- Márcia Regina de Melo Queiroz Maia, brasileira, professora
150- Maxogeny Lustosa Soares, brasileiro, estudante
151- Maria da Saúde Ibiana da Silva, brasileira, solteira, enfermeira
152- Maria Suelane Nascimento Dias, brasileira, casada, merendeira
153- Maria Neiliane da Silva Souza, brasileira, solteira, estudante
154- Maria dos Remédios Freitas e Silva, brasileira, Secretária, residente no Residencial 155- Maria Marli Pereira Davi, brasileira, casada, funcionária pública estadual,
156- Maria dos Remédios da Silva Santos Oliveira Lima, brasileira, casada, professora 157- Margleysson Barroso de Andrade, brasileiro, professor
158- Markelane Santana da Silva, brasileira, estudante
159- Marta Késia M. Correia, brasileira, estudante
160- Michel Augusto Carvalho da Silva, brasileiro, solteiro, operador de computador 161- Marta Regina Sampaio Rodrigues, brasileira, casada, operadora de computador, 162- Maria Izabel Ramos de Melo Pimentel, brasileira, viúva, professora
163- Manuel Sales de Carvalho Filho (Filho Sales), brasileiro, comerciante
164- Marivelta Melo Rodrigues Alves, brasileira, casada, assistente social
165- Maria do Socorro Bitencourt do N. Andrade, brasileira, casada, professora,
166- Maria da Conceição Ramos de Castro Lula, brasileira, casada, professora
167- Maria Ivone de Meneses, brasileira, estudante
168- Michelle Ibiapina César, brasileira, solteira, estudante
169- Manuel Gomes dos Santos, brasileiro, solteiro, estudante
170- Manuel Marques Brito, brasileiro, solteiro, entrevistador
171- Márcio Fabrício Silva Pereira, brasileiro, solteiro, estudante
172- Manoel Clementino de Brito Neto, brasileiro, casado, professor
173- Maria de Lourdes Viana de Andrade, brasileira, casada, professora
174- Maria Aldenira da Costa, brasileira, casada, professora
175- Maria Núbia da Silva Ferreira, brasileira, casada, professora
176- Márcia Rejane de Sousa Vieira Araújo, brasileira, casada, professora
177- Maria Helena da Silva Araujo Nascimento, brasileira, solteira, professora
178- Maria Iolete Pereira, brasileira, solteira, funcionária pública estadual
179- Maura Almeida Rêgo, brasileira, casada, professora
180- Maria de Lourdes Machado Cunha, brasileira, casada, serviços gerais
181- Maria dos Remédios de Castro Silva, brasileira, professora
182- Maria Zélia Pimentel Cavalcante, brasileira, casada, comerciante
183- Mariana Araujo Silva, brasileira, solteira, enfermeira
184- Maria do Socorro Pereira de Moura, brasileira, solteira, assistente social
185- Maria Vanessa Ferreira da Silva, brasileira, solteira, estudante
186- Mauritônio Santana Silva, brasileiro, casado, auxiliar administrativo
187- Maria Jocelania da S. Chaves, brasileira, casada, auxiliar administrativo
188- Maria das Dores da Silva, brasileira, casada, professora
189- Noeldo de Sousa Honorato, brasileiro, casado, professor
190- Nara Feitosa Alcântara, brasileira, casada, auxiliar administrativo
191- Naira Erica Silva Veras, brasileira, casada, auxiliar de enfermagem
192- Natália Maria de Souza Castro Oliveira ,brasileira, solteira, estudante
193- Osmarina Fernandes da Silva, brasileira, solteira, estudante
194- Onássis Henrique Nunes do Nascimento, brasileiro, solteiro, estudante
195- Orestes de Oliveira Lira, brasileiro, solteiro, operador de computador
196- Patrícia Honorato de Araújo Magalhães, brasileira, solteira, auxiliar administrativo
197- Paulo Francisco Ferreira de Oliveira, brasileiro, solteiro, estudante
198- Patrícia de Melo Sousa Silva, brasileira, casada, professora
199- Perlla Maria Sâmia Silva Ximendes, brasileira, solteira, auxiliar administrativo
200- Pauliana Viana Moraes, brasileira, solteira, auxiliar administrativo
201- Reginaldo Ricardo dos Santos, brasileiro, solteiro, estudante
202- Raimundo Nonato Cardoso, brasileiro, solteiro, professor
203- Rogério Alves de Mesquita, brasileiro, casado, eletricitista
204- Rosangela Maria Melo dos Santos, brasileira, estudante
205- Rodrigo do Nascimento Santos, brasileiro, solteiro, professor

206-Raimundo da Silva Passos, brasileiro, casado, professor
207- Raquel das Chagas Batista, brasileira, solteira, servidora pública municipal
208-Raimundo de Araujo Silva, brasileiro, solteiro, estudante
209- Raquel Gomes de Brito, brasileira, casada, funcionária pública
210-Raphael Bruno Soares de Carvalho, brasileiro, casado, atendente
211- Regina Paula Canuto Pereira Silva, brasileira, estudante
212- Roberval Ramos de Oliveira, brasileiro, casado, funcionário público estadual
213- Roméria Lopes da Silva, brasileira, solteira, agente administrativa
214- Ronaldo de Araújo Menezes, brasileiro, solteiro, comerciante
215- Rodrigo Vinícius Oliveira, brasileiro, solteiro, autônomo
216- Sandra Renata Moraes Andrade, brasileira, casada, professora
218- Sandra Maria dos Santos Fontenele, brasileira, solteira, vendedora
219- Sílvia de Sousa Fernandes, brasileira, professora
220- Sílvia de Sousa Fernandes, brasileira, professora
221- Sundais Henry Mill Medeiros Lustosa, brasileiro, casado, funcionário público
222- Tamires Maria de Brito Melo, brasileira, professora
223- Tatiana da Silva, brasileira, professora
224- Thamires Silva Monteiro, brasileira, auxiliar administrativo
225- Thiago da Silva Santiago, brasileiro, estudante
226- Tamires Jordana Gomes Santos, brasileira, solteira, estudante
227- Thais Araujo Gonçalves, brasileira, solteira, dentista
228- Thais Leite Nascimento, brasileira, solteira, estudante
229- Uiraci Almeida Bonfim, brasileiro, solteiro, auxiliar administrativo
230-Vera Lúcia Soares Felício, brasileira, solteira, servidora pública municipal
231- Viviane Escórcio de Brito Osório, brasileira, empresária
232- Valdirene de Araujo Marcolino, brasileiro, solteira, estudante
233- Vanessa Melo de Sousa, brasileira, solteira, assistente social
234- Vera Lúcia de Castro Lima, brasileira, casada, nutricionista;
235- Valquires Monteiro de Sousa, brasileiro, casado, vigia
236- Wanderson de Sousa Brito, brasileiro, estudante
237- Wullyana de Oliveira Nogueira, brasileira, casada, servidora pública
238- Willians Feitosa de Sousa, brasileiro, auxiliar administrativo
239- Zacarias da Silva Sampaio, brasileiro, casado, comerciante
240- Zuleide Mendes Costa, brasileira, casada, professora aposentada

E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém de futuro possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz, expedir o presente **EDITAL** que será afixado no local de costume deste Fórum, **podendo qualquer interessado, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da publicação deste, interpor recurso, com efeito devolutivo, para o Presidente do Tribunal de Justiça, nos termos do art. 426, 581, inciso XIV e 586, § único, todos do Código de Processo Penal.** Dado e passado nesta cidade e Comarca de Piripiri, Estado do Piauí, Secretaria da Primeira (1ª) Vara, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte (09.10.2020). Eu, Rejane Maria Silva Oliveira, Secretária da 1ª Vara edo Júri, o digitei e subscrevi. **ANTONIO OLIVEIRA**- Juiz Presidente do Tribunal do Júri.

15.44. EDITAL DE PUBLICAÇÃO PROVISÓRIA DA LISTA DE JURADOS DE 2021

EDITAL DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA LISTA GERAL PROVISÓRIA DE JURADOS DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MONSENHOR GIL - PIAUÍ.

O MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Monsenhor Gil - Piauí Dr. **SILVIO VALOIS CRUZ JÚNIOR**, no exercício de sua competência legal,

FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que na forma dos artigos 425, § 1º, § 2º, e do art. 426, § 1º, § 2º e § 3º do Código de Processo Penal, foram alistados as pessoas abaixo nominadas para comporem a lista provisória de Jurados, válida para o ano de 2021 (dois mil e vinte e um), nas sessões do Tribunal Popular do Júri desta Comarca de Monsenhor Gil, Estado do Piauí.

1. PARA OS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA PRATICADOS NA CIDADE DE MONSENHOR GIL - PI:

1. ANA CÉLIA DA SILVA BARRADAS
2. ANTÔNIO CARLOS CAMPELO LOPES
3. ANTÔNIO CARLOS DA SILVA PESSOA
4. ANTÔNIO CARLOS DE SOUSA RIOS
5. ANTÔNIO CÉLIO BARRADAS
6. CARLOS HENRIQUE ALVES SANTOS
7. CÉLIO ROBERTO DA S. CAVALCANTE
8. CLECIONE DE SOUSA SILVA
9. DEL DOS SANTOS NERES
10. DEUSDETE DA COSTA SILVA
11. EDMAR FERREIRA PESSOA
12. FRANCISCO CARLOS BORGES
13. JOÃO DE DEUS CAMPELO
14. JOSÉ ALBERTO LIMA DOS SANTOS
15. JOSÉ ODETE DO NASCIMENTO



Diário da Justiça do Estado do Piauí

ANO XLII - Nº 9006 Disponibilização: Terça-feira, 13 de Outubro de 2020 Publicação: Quarta-feira, 14 de Outubro de 2020

16. LENA MARIA BATISTA DANTAS
17. MARIA DE DEUS DE OLIVEIRA L. GÓIS
18. MARIA DE DEUS DA ROCHA OLIVEIRA
19. MATEUS DA SILVA ABREU
20. MICAEL ALVES DA SILVA
21. SÍLVIO JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS
22. ANA LÚCIA DE ARAÚJO SILVA
23. ANTÔNIO FRANCISCO DA SILVA NETO
24. AURICELIA LOPES CAVALCANTE
25. CRISTINA MARIA DA CONCEIÇÃO
26. DALIA MARIA SILVA LINHARES
27. DANIMAR CARVALHO TEIXEIRA
28. DEUZA MARIA PEREIRA
29. JOÃO PAULO LOPES GOIS
30. FRANCILENE DE ARAÚJO MORAIS
31. FRANCINETE ABREU DA SILVA
32. FRANCISCA DE MACEDO BRITO
33. GILBERTO DE SOUSA RIOS
34. GILVAN MARCOS DE SOUSA SILVA
35. GILVAN PEREIRA DA SILVA
36. ISABELA CRISTINY ANDRADE CAVALCANTE
37. JOÃO PAULO LIMA SOUSA
38. JOSÉ ELIÉSIO DE ARAÚJO SILVA
39. JOSÉ NILTON DOS SANTOS
40. JULIMAR PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR
41. LHANO FRANCA DE NORONHA PESSOA
42. LUIZ GONZAGA DIAS DA SILVA
43. MANOEL PIRES DE SOUSA
44. MARIA DA CONCEIÇÃO S. BONFIM
45. MARIA DE JESUS DA SILVA
46. MARIA DE JESUS DE ANDRADE
47. MARIA DE JESUS DE SOUSA CELESTINO
48. MARIA DE JESUS DOS SANTOS SOUSA
49. MARILENE COSTA DE ABREU
50. MARINALVA SANTANA ROCHA
51. REGINALDO GOMES DE SOUSA FILHO
52. AGUIDA MARIA CAMPELO DE SANTANA
53. ANA CLEIDE CARVALHO DE MATOS
54. ANTÔNIA MARIA SOBRINHO
55. ANTÔNIA MESQUITA DOS SANTOS
56. ANTÔNIO CARLOS DE SOUSA
57. AURINETE LIMA DE SOUSA
58. CARMEM CÉLIA DE ARAÚJO ROCHA
59. CÉLIA CAROLINA ALVES SANTOS
60. CINTIA MARIA ABREU DA SILVA

61. JOSÉ LEONÍSIO DOS SANTOS GONÇALVES
62. CLAUDINEIDE DE SOUSA SILVA
63. CLEONICE DE MESQUITA DUARTE
64. CRISTIANE CAMPELO DOS PASSOS
65. DILSON CAMPOS PIMENTEL
66. DOMINGOS OLIVEIRA DE LIRA FILHO
67. EDIVALDO PEREIRA DOS SANTOS
68. ELIENE CAMPÊLO DOS PASSOS
69. ENILENY BARBOSA DE MESQUITA MOURA
70. ERICO JOSÉ DE ALENCAR SOUSA
71. ESMERALDA DA SILVA PINHEIRO
72. EVALDO DA COSTA LIMA
73. FRANCISCA ARAÚJO LIMA
74. FRANCISCA CARLA DE JESUS DOS SANTOS
75. FRANCISCA DAS CHAGAS CAMPELO
76. HONEDE SOARES DE ABREU
77. IRISMAR PEREIRA DE ARUJO
78. JOSANIA ALVES DOS REIS
79. JOSÉ DE SOUSA SANTOS
80. JOSÉ RIBEIRO SOARES JÚNIOR

2. PARA OS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA PRATICADOS NA CIDADE DE MIGUEL LEÃO - TERMO JUDICIÁRIO DA COMARCA DE MONSENHOR GIL-PI:

1. ANDERSON RIBEIRO PESSOA
2. AMADEUS BARRADAS DA SILVA
3. ANA CELIA MONTEIRO DA SILVA
4. ANA LUCIA PEREIRA DE SAOUSA
5. ANA MARIA COSTA LIMA
6. ANA MARIA GOMES DE SOUSA ABREU
7. ANTONIA ELENILDES BATISTA
8. ANTONIA LUCIA ARAUJO BARRADAS BRAGA
9. ANTONIA LUZIA GOMES DE SOUSA
10. ANTONIA MARIA OLIVEIRA MARTINS
11. ANTONIA VALDETE DOS SANTOS
12. ANTONIO GENIVALDO BATISTA CAVALCANTE JUNIOR
13. ANTONIO JOSE VIEIRA DE LEMOS
14. CARMEM CELIA GONÇALVES DOS SANTOS
15. CLAUDIA BARROSO DE SOUSA
16. CLAUDIO JONSON BRAGA
17. CLEIDE BARROSO DE SOUSA
18. CLEISON BATISTA SILVA
19. CLEINAVALDA GONÇALVES BEZERRA
20. CLESIO BATISTA SILVA
21. CONCEIÇÃO DE MARIA RIBEIRO GONÇALVES
22. DELZAMAR ALEXANDRE MARTINS
23. DEUSIMAR DE SOUSA
24. DINO CESAR DE SOUSA

25. DURVAL BATISTA DE SOUSA
26. EDMAR PEREIRA GUIMARÃES
27. EGUIMAEI PEREIRA DE SOUSA
28. ELENIZA BRAGA DA SILVA
29. ELIABE GEDALIAS ARAUJO DE CARVALHO
30. ELIANE DE SOUSA
31. FLORIZA DE ABREU SILVA
32. FRANCISCA DA LUZ MORAIS SILVA
33. FRANCISCA MARIA DOS SANTOS MELO
34. FRANCISCA MENDES DO NASCIMENTO
35. FRANCISCO ADRIANO ALVES SAMPAIO
36. FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES BATISTA
37. GENIRA GONÇALVES DE SOUSA
38. GENIVALDO RIBEIRO DOS SANTOS
39. GISLANE BRAGA BATISTA CAVALCANTE
40. HELTON FERREIRA DO NASCIMENTO
41. IRINEU BRITO ARAUJO
42. JAQUISON DE SOUSA
43. LUCILENE RIBEIRO DA SILVA
44. LUIS KLEBER PINHEIRO DE ABREU
45. MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA DE SOUSA
46. MARIA DA CONCEIÇÃO MOREIRA SILVA
47. MARIA DA CRUZ ALVES DOS SANTOS
48. MARIA DA CRUZ DE SOUSA
49. MARIA DA PAZ SILVA DE SOUSA
50. MAIRA DO SOCORRO SILVA
51. MARIA GORETE BARROS SILVA
52. MARIA INES ALVES DE SOUSA SILVA
53. MARIA INES DE SOUSA SILVA
54. RAIMUNDA ZULEIDE PALHARES DE LIMA
55. RITA MARIA PEREIRA GOMES
56. ROGERIO BATISTA DE SOUSA
57. ROSALY FERREIRA DE SOUSA
58. ROSICLEIA DA SILVA
59. ROSITONY MESNDES LEAL
60. RUBENILDA DOS SANTOS SOUSA
61. SAURA ARAUJO MONTEIRO
62. SAVIA KEILLA PEREIRA DE SOUSA
63. VERA LUCIA PENHA CUNHA
64. VERA LUCIA PEREIRA GOMES
65. VICENÇA CUNHA DE ARAUJO SOUSA
66. ZENAIDE BARROSO DE SOUSA
67. MARIA BRÍGIDA DA CONCEIÇÃO SILVA
68. MILLA DE FREITAS PESSOA
69. ALESSANDRO LEAL DE CARVALHO



70. MARIA BERNADETH PEREIRA

3. PARA OS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA PRATICADOS NA CIDADE DE CURRALINHOS - TERMO JUDICIÁRIO DA COMARCA DE MONSENHOR GIL-PI:

1. ADEILÇON DA SILVA OLIVEIRA

2. ALEX DOS SANTOS COSTA

3. ALEXANDRA FERREIRA LIMA

4. AMANDO PEREIRA LIMA

5. ANA CINTHIA SOARES TEIXEIRA

6. ANA PAULA DA CONCEIÇÃO SILVA

7. ANTONIA MARIA VIEIRA

8. ANTONIA REILSADA SOUSA DA SILVA LIMA

9. ANTONIO ALVES DE SOUSA FILHO

10. ANTONIO EDSON DE SOUSA FILHO

11. ANTONIO JACKSON DA COSTA LIMA

12. ANTONIO NASCIMENTO SILVA

13. ANTONIO NASCIMENTO SIRIANO

14. ARYTAN CUNHA BASTOS

15. BENEDITA ELIZETE DE ARAUJO SILVA

16. BENILSON GOMES CAVALCANTE

17. CANDIDO JOSE PIMENTEL DA SILVA

18. CARLA BISPO DA SILVA SANTO

19. CARLOS JEAN DA SILVA

20. CLAUDETE DE SOUSA SILVA RODRIGUES

21. CLAUDETE FELIX DE SOUSA

22. CLEIDE PEREIRA DE SOUSA

23. CLEMILDA CAMPELO DE MOURA

24. CRISTIANE MENDES MONTEIRO

25. CRISTINA ISABEL DA C. SOUSA

26. DENIVALDO ALVES DE MORAIS FERREIRA

27. DEUZILENE COSTA DA SILVA PEREIRA

28. EDILENE LIMA DA CUNHA

29. EDILEUSA MOURA DA SILVA

30. EDINALDO DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO

31. EDSON CANDIDO SILVA DE OLIVEIRA

32. EDVAN MARTINS DE RESENDE

33. ELAINE ALMEIDA RODRIGUES DA SILVA

34. ELEN RUBENS DA SILVA OLIVEIRA

35. ELIAS TADEU DA SILVA

36. ELTON CLEITON DA SILVA OLIVEIRA

37. FERNANDA ALVES RODRIGUES

38. FERNANDA VIEIRA DA LUZ LIMA

39. FLAVIA MEIRE DA SILVA

40. FRANCINEIDE DA CONCEIÇÃO VIEIRA CARVALHO

41. FRANCISCA MARIA DO NASCIMENTO

42. FRANCISCO ALVES MACHADO NETO

43. FRANCISCO ANDRADE FERNANDES FILHO

44. FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES DE ASSUNÇÃO
45. FRANCISCO DE ASSIS SANTOS SOUSA
46. FRANCISCO DE JESUS OLIVEIRA SANTOS
47. FRANCISCO DE SOUSA ARRAIAS
48. FRANCISCO PEREIRA DE SOUSA
49. FRANCISCO RAFAEL DA SILVA
50. FRANCISCO VIEIRA DE ABREU
51. FRANCISMAR MARIA DE SOUSA CRUZ
52. FRANKIO LIMA SILVA
53. GELSSIMAK MACHADO CARVALHO
54. GERALDO LENON DE SOUSA OLIVEIRA
55. GILBERTO ARRAIAS DA SILVA
56. IRLENE FERREIRA DE SOUSA
57. JAMIRA MARIA T. DA COSTA
58. JAQUELINE DE ALENCAR OLIVEIRA LAGO
59. JESSICA THAIS LIMA
60. JOANA LUCIA FERREIRA DO NASCIMENTO BRAGA
61. JOÃO GULART BENICIO DA SILVA
62. JOÃO UMBELINO TEIXEIRA SOARES
63. JOELMA SANIELLE DE OLIVEIRA SOUSA
64. JOSE AUGUSTO RODRIGUES DE SOUSA
65. JOSE MARIA BATISTA VILA NOVA
66. JOSE WASHINGTON DA SILVA SANTOS
67. JOZIEL PEREIRA DE MORAIS
68. JUSCELINO SAMUEL DE OLIVEIRA
69. JUSTINO SOARES DA COSTA FILHO
70. LEANDRO PEREIRA DO NASCIMENTO
71. LUCIDIO DE SOUSA SANTOS
72. LUISA MARIA DE SOUSA DOS SANTOS
73. LUIZ AUGUSTO MOURA LAGO
74. MANOEL DA CRUZ PEREIRA SANTOS
75. MARCELANDIA DA SILVA LOPES
76. MARCOS CRUZ DOS SANTOS
77. MARCOS LUIZ DA CONCEIÇÃO VIEIRA
78. MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA RIBEIRO
79. MARIA DA LUZ GONÇALVES DE OLIVEIRA
80. MARIA DAS DORES PEREIRA DA COSTA

Monsenhor Gil, 13 de outubro de 2020

SILVIO VALOIS CRUZ JÚNIOR

Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Monsenhor Gil-PI

15.45. CITAÇÃO**PROCESSO Nº:** 0800148-07.2020.8.18.0064**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**ASSUNTO(S):** [Regime de Bens Entre os Cônjuges]**AUTOR:** JOSE JOAO VILA NOVA, LUZIA MARIA TEIXEIRA VILA NOVA**EDITAL DE CITAÇÃO****PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Dr. DENIS DEANGELIS BRITO VARELA, MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de PAULISTANA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, com sede na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 1188, Centro, PAULISTANA - PI, a **AÇÃO DE ALTERAÇÃO CONSENSUAL DE REGIME DE BENS NO CASAMENTO- (DE SEPARAÇÃO TOTAL DE BENS PARA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS)**, proposta pelos autores **JOSE JOAO VILA NOVA e LUZIA MARIA TEIXEIRA VILA NOVA**, para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (art. 257, II, do NCPC). Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de PAULISTANA, Estado do Piauí, aos 28 de setembro de 2020 (28/09/2020). Eu, Luzia Mara de Moura, digitei, subscrevi e assino.

paulistana-PI, 28 de setembro de 2020.

DENIS DEANGELIS BRITO VARELA

Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Paulistana

15.46. Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
3ª VARA DA COMARCA DE FLORIANO DA COMARCA DE FLORIANO
Rua Fernando Marques, 760, Centro, FLORIANO - PI - CEP: 64800-000

PROCESSO Nº: 0801441-57.2019.8.18.0028
CLASSE: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)
ASSUNTO(S): [Fixação]
AUTOR: D. V. P. M., ENEIDE PEREIRA DA SILVA
REU: ANTÔNIO NARCELIO PEREIRA MELO

Prazo de 30 (trinta) dias

O Dr. MARCUS KLINGER MADEIRA DE VASCONCELOS, Juiz de Direito desta cidade e comarca de FLORIANO, Estado do Piauí, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, com sede na Rua Fernando Marques, 760, FLORIANO-PI, a Ação acima referenciada, proposta por D V P M, menor incapaz, representado por sua genitora, ENEIDE PEREIRA DA SILVA, brasileira, solteira, do lar, portadora do RG de nº. 2.806.973 SSP-DF, e inscrita no CPF nº 743.258.921-68 (doc. 03), residente e domiciliada na Rua São João, s/n, em face de ANTÔNIO NARCELIO PEREIRA MELO, brasileiro, solteiro, auxiliar de pedreiro, residente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente Edital com prazo de 30 (trinta) dias, na forma do art. 257 do CPC/15, constando-se a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia. para formação da relação jurídica processual e, querendo, manifestem-se no prazo de 15 (quinze) dias, ficando por este edital citada a parte suplicada, advertindo de que será nomeado curador especial em caso de revelia. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (art. 257, II, do NCPC). Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de FLORIANO, Estado do Piauí, aos 13 de outubro de 2020. Eu, (Maria Lucilia de Araujo Saraiva), digitei e assino.

MARCUS KLINGER MADEIRA DE VASCONCELOS

Juiz de Direito da comarca de FLORIANO

15.47. LISTA DE JURADOS PROVISÓRIA PARA SERVIR DURANTE O ANO DE 2021

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA LISTA GERALPROVISÓRIA DE JURADOS A FUNCIONAREM PERANTE O TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE MANOEL EMÍDIO, ESTADO DO PIAUÍ PARA SERVIR DURANTE O ANO DE 2021.

A DRª. LUCIANA CLÁUDIA MEDEIROS DE SOUZA BRILHANTES Juíza de Direito desta Vara Única da Comarca de MANOEL EMÍDIO, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que de conformidade com o art. 426 do Código de Processo Penal, fica estabelecida a seguinte relação definitiva dos alistados em 2019, para o SERVIÇO DO JÚRI do ano 2020, constante dos cidadãos, todos residentes e domiciliados nesta cidade, a seguir:

- 001 - Aluísio Pereira da Silva - funcionário público;
- 002 - Antônio Gomes Ribeiro - funcionário público;
- 003 - Ana Maria de Sousa Silva - funcionária pública;
- 004 - Arlindo Pereira da Silva - funcionário público;
- 005 - Adão Belchior de Sousa - motorista;
- 006 - Alfredo Belchior de Sousa Neto - funcionário público;
- 007 - Adones Martins de Alencar - funcionário público;
- 008 - Aldeni Tumaz de Sousa - aposentado;
- 009 - Aldenia de Sousa Messias -professora;
- 010 - Antonio Borges Gonçalves - comerciante;
- 011 - Ana Luíza Alves Moreira dos Santos - funcionária pública;
- 012 - Arlete Tumaz de Sousa - funcionária pública;
- 013 - Antônio Cardoso da Silva - funcionário público;
- 014 - Antônio Francisco de Sousa - funcionário público;
- 015 - Aldeane de Sousa Silva Freire - autônoma;
- 016- Ailtm Medeiros de Sousa- professor;
- 017 - Beatriz de Sousa Costa - funcionária pública;
- 018 - Cleuton Gustavo de Sousa - funcionário público;
- 019 - Carlos Almeida Veloso - enfermeiro;
- 020 - Cleomens de Sousa Falcão Filho - funcionário público;
- 021 - Denise Freitas Barreira Santos - funcionária pública;
- 022 - Dirce Maria Barreira de Freitas - do lar;
- 023 - Elivânia de Sousa Paixão -- funcionária pública;
- 024 - Edimilson Francisco Messias - comerciante;
- 025 - Eliane de Sousa Paixão Tumaz - funcionária pública;
- 026- Eva Maria de Sousa Almeida -professora;
- 027 - Elza Maria de Sousa - - funcionária pública;
- 028 -Eldiane de Sousa Paixão- Professora;
- 029 - Evandro de Sousa Veloso - comerciante;

030 - Ediuberto Miranda Martins - comerciante;
031 - Eroniva Medeiros da Silva - funcionária pública;
032 - Eunice Francisca Messias Lima - funcionária pública;
033-Eva de Freitas Santos - do lar;
034 - Erivelto Rodrigues dos Santos - autônomo;
035 - Fábio de Freitas Varão - autônomo;
036- Gilvan Rodrigues dos Santos - funcionário público;
037- Glenivan da Silva Pires - funcionária pública;
038- Gleide de Sousa Paixão - funcionária pública;
039 - Gelvaci de Sousa Araújo-professora;
040 - Hélio Pires Messias - comerciante;
041- Ivan de Sousa Pires Silva - aposentada;
042 - Izélio Alves de Sousa - comerciante;
043- Josiedson dos Santos Lima - Lavrador;
044 - José Osildo de Sousa - motorista;
045 - João Alfredo Belchior de Sousa - funcionário público;
046 -José Maria Pires Messias - funcionária pública;
047 - Joaura Maria de Sousa - funcionária pública;
048 - José da Cruz Filho - autônomo;
049 - José Ferreira Filho - comerciante;
050 - José Adevan de Sousa - comerciante;
051 - João Paulo Rodrigues dos Santos- Autônomo;
052-Katiana Francisca Messias -- professora;
053 - Lucilene Marques de Sousa Silva - autônoma;
054 - Lúcia Maria Lima Sousa Messias - funcionária pública;
055- Lucilvia de Sousa Freitas- professora;
056 - Manoel Francisco Alves da Silva - motorista;
057 - Magnólia Alves Moreira Rocha - funcionária pública;
058 - Márcia Regina Lima Castro - autônoma;
059 - Marynalva Pires Veloso - funcionária pública;
060 - Maria Deusa de Sousa Veloso - autônoma;
061 - Maria Luíza da Rocha Silva - funcionária pública;
062- Maria Dones Siqueira Cruz- dona de casa
063 - Maria Oneide Cardoso da Silva; Funcionária Pública;
064 - Maria dos Reis de Sousa - funcionária pública;
065 - Maria do Socorro Borges Leal de Sousa - aposentada;
066 - Maria Telma de Sousa - funcionária pública;
067 - Maria Aparecida Borges Leal - funcionária pública;
068- Maria Cabedo Ribeiro Freitas - funcionária pública;
069- Nayla Belchior de Sousa- funcionária pública;
070- Nerley Belchior de Sousa - funcionário público;
071 - Nilson Barbosa de Araújo - funcionário público;
072 - Núbia Maria Ferreira de Sousa - funcionária pública;
073 - Odímá Tumaz de Sousa - comerciante;
074 - Odete Alves da Rocha Messias - funcionária pública;
075 - Onaldo Manoel de Sousa - funcionário público;
076 - Otacília Siqueira Cruz - funcionária pública;
077 - Osvaldo Saraiva Ribeiro - funcionário público;
078 - Pedro de Sousa Paixão Neto - funcionário público;
079 - Pedro da Silva Paixão - funcionário público;
080- Teodomiro Pereira Veloso - funcionário público;

SUPLENTE

081 - Atoniel Honório Correia - trabalhador rural;
082 - Anailde de Freitas Sousa -professora
083-George de Freitas Saraiva - comerciante;
084 - Gisele Batista Ribeiro - comerciária;
085 - Maria Onélia da Silva Freitas - funcionária pública;
086- Osmano Alves da Silva - funcionário público;
087- Onélia Matia de Sousa Costa-Aposentada;
088 - Raquel Rodrigues Machado - funcionária pública;
089- Raimunda de Sousa Costa - funcionária pública;
090 - Raimundo Manoel de Sousa - motorista;
091 - Rosina Maria dos Santos Lima - aposentada;
092- Renato Pires Lúcio- autônomo;
093- Sebastiana Beserra dos Reis - funcionária pública;
094 - Teresinha Alves Moreira - funcionária pública;
095 - Teresa Maria da Silva Rocha - aposentada;
096 - Valdina Alves de Amorim - funcionária pública;
097 - Vandira Alves Moreira - funcionária pública;
098 - Valdenia Alves da Silva - Agente Comunitária de Saúde;
099 - Valdemar Gonçalves dos Santos -Comerciante;
010 - Welton Ferreira de Souza - Aposentada.

Ficam, desde já, os alistados e a quem interessar sabendo, O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade. Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução. A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários-mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado. Estão isentos do serviço do júri o Presidente da República e os Ministros de Estado; os Governadores e seus respectivos Secretários; os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais; os Prefeitos Municipais; os Magistrados e membros do Ministério

Público e da Defensoria Pública; os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública; as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública; os militares em serviço ativo; os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa; e aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto. Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins. O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 do Código de Processo Penal, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz-presidente, consignada na ata dos trabalhos. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 do Código de Processo Penal. E para constar, ordenou o MM. Juiz, fosse o presente edital publicado no Diário da Justiça deste Estado e afixado no lugar de costume, no átrio do Fórum local, para conhecimento de todos. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Manoel Emídio, Estado do Piauí, aos 13 (treze) dias do mês de OUTUBRO do ano de 2020 (dois mil e vinte). Eu, _____ (José Oaldo de Sousa), Secretário, o digitei e subscrevi.

LUCIANA CLÁUDIA MEDEIROS DE SOUZA BRILHANTES

Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de MANOEL EMÍDIO

15.48. Edital

PROCESSO Nº: 0800173-08.2019.8.18.0047

CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO (12373)

ASSUNTO(S): [Dissolução]

REQUERENTE: VALDEINA MONTEIRO DE SOUZA

REQUERIDO: ANTONIO CARLOS DE SOUSA

ANTE O EXPOSTO, nos moldes do art. 487, I, do CPC, julgo **PROCEDENTE** o pedido de divórcio formulado por VALDEINA MONTEIRO DE SOUSA, em face de ANTÔNIO CARLOS DE SOUSA, decretando o divórcio entre as partes.

Sem custas e honorários.

P.R.I. Após o trânsito em julgado, expeçam-se os mandados de averbação e inscrição, fazendo neles constar que as partes são beneficiárias da justiça gratuita.

Empós, baixa e arquivamento.

CRISTINO CASTRO-PI, 10 de agosto de 2020.

ANDERSON BRITO DA MATA

Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Cristino Castro

15.49. lista provisória de jurados 2021 da Comarca de Picos

A Exma. Sra. Juíza de Direito, Dra. Nilcimar Rodrigues de Araújo Carvalho, titular da 5ª Vara da Comarca de Picos-PI, em cumprimento ao disposto no Artigo 426 do Código de Processo Penal, FAZ SABER Ao público em geral e a quem interessar possa que, em face das manifestações espontâneas e indicações recebidas de autoridades, repartições públicas e outras entidades locais, foram alistados, em caráter PROVISÓRIO, para o ano de 2021, os cidadãos adiante relacionados, para servirem como JURADOS nas Sessões do Tribunal Popular do Juri desta Comarca, durante o citado exercício, na forma e sob as penas da lei. 1. DAGMAR ANDRADE DE VASCONCELOS 2. ABSOLON ANTONIO RAMOS 3. ADAILDA DA LUZ MOURA 4. WALDENILSON PIMENTEL DE SOUSA 5. ALAN MARQUES DE SOUSA 6. BRENDON SEBASTIÃO MARCOS BARROS, ESTUDANTE, 7. ANTÔNIO ISAIAS FILHO, MÚSICO. 8. BRUNA LUZ CARVALHO, ESTUDANTE, 9. JOSÉ JOAQUIM DE LIMA, VIGIA. 10. KÉCIA MARIA ALVES DE SOUSA, ESTUDANTE, 11. JOSÉ FRANCISCO DA SILVA MAXIMINO, SERVIDOR DO IFPI, 12. DANIEL DE SOUSA LUZ, ESTUDANTE, 13. FRANCISCA JEOVANA DE SOUSA SILVA, ZELADORA. 14. JOÃO PAULO LIMA DO NASCIMENTO, SERVIDOR DO IFPI 15. MARIA DO SOCORRO DO MONTE CARDOSO, ZELADORA. 16. ERIVAN BORGES LEAL, MOTOBOY. 17. BEATRIZ DE MOURA COSTA, ESTUDANTE, 18. BRUNA FRANCIELE DE SOUSA, ESTUDANTE, 19. PALOMA LOPES DE BRITO, ESTUDANTE, 20. LEILA MARIA PINHEIRO MARTINS, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 21. BRUNA DE SOUSA MOURA FÉ, ESTUDANTE, 22. LEONARDO COELHO DE ARAÚJO, 23. MARIA ELIANA TEOTÔNIA, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 24. ADEMIR BARROS FEITOSA, 25. MARIA JOICE ROCHA SANTOS, AUXILIAR ADMINISTRATIVO 26. VALÉRIA SOUSA LEITE COUTINHO, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 28. ANTÔNIA LUCIDALVA LIMA, ESTUDANTE, 29. NILTON CÉSAR DE SOUSA, 30. DANIELA ROSA ALVES, ESTUDANTE, 31. FRANQUELINE GOMES DE MOURA ALMEIDA, 32. 33. AISLAN RAFAEL RODRIGUES DE SOUSA, SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL 34., 35. MIDIA DA SILVA BORGES GOMES, IFPI, 36. FRANCISCO ARIMATÉA DE MOURA, 37. FRANCISCO ASSIS DOS SANTOS, 38. CAIO HENRIQUE RODRIGUES CARVALHO, ESTUDANTE, 39. AMANDA HELLEN LUZ PEREIRA, ESTUDANTE, 40. FRANCISCO DE SOUSA TEIXEIRA, VIGIA 41. MAGNA DALUCE MORENO NASCIMENTO, DONA DE CASA 42. DÉBORA RODRIGUES DE MOURA, ESTUDANTE 43. ISRAÉLTON GUILHERME BARBOSA, IFPI, 44. JOÃO ALBERTO BORGES, 45. GARDÊNIA MARIA BARBOSA MOURA, CONTADORA, 46. EDUARDO MOURA LUZ, ESTUDANTE, 47. MAICON DE SOUSA OLIVEIRA 48. FRANSI CIPRIANO DE ABREU, 49. JONDIELTON RAMON DE SOUSA BISPO, 50. FRANCISCO MARCELO DA SILVA, 51. WASHINGTON VALDECI DE SOUSA, IFPI, 52. BRUNO COSTA SILVAESTUDANTE, 53. JOSÉ ROMILDO DE OLIVEIRA, VIGIA, 54. MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA ARQUIVISTA 55. EDUARDO DE SOUSA GONÇALVES, ESTUDANTE, 56. ENILSO IBIAPINO FONTES, DIGITADOR 57. LAUDICEIA DE SOUZA ARAUJO, AUXILIAR ADMINISTRATIVO 58. MARIA GLAUDENIA GONÇALVES MONTEIRO, AUXILIAR ADMINISTRATIVO 59. ANTONIO ISAIAS FILHO, MÚSICO 60. ITAMAR DE BRITO FREIRE AUXILIAR ADMINISTRATIVO 61. BRUNA CONRADO FERREIRA, ESTUDANTE. 62. ONIAS GOMES NETO 63. ORLANDO ALVES DE CARVALHO 64. OSANILDE NOGUEIRA SANTOS DE MOURA 65. OSCAR NUNES PIMENTEL 66. NIVALDO JOÃO DE SOUSA 67. MAILSON LOPES DE MOURA 68. MAILANE MÁIRA DE LIMA ANDRADE 69. KELEN RANIELLE DA SILVA ALMEIDA, TÉCNICO ADMINISTRATIVO, 70. MARIA DA GLÓRIA CLEMENTINO CARVALHO, ESTUDANTE 71. TIAGO BONFIM CLAUDINO, IFPI, 72. MAGNA CRISTINA ARAUJO LIMA 73. LEANDRO ANTONIO DOS SANTOS 74. LEANDA LEOPOLDO DANTAS 75. LÁZARO MACÊDO CARVALHO 76. LAÍSE MARIA CAMPOS LIMA 77. LAIR MARIA DOS SANTOS 78. LAILSON DE SOUSA SILVA 79. LAILA CARVALHO TAVEIRA 80. LAISY ARAUJO LUZ 81. KAYO CÉSAR SANTANA ALENCAR 82. JOSENILDO RODRIGUES DA SILVA 83. JANE JÚLIA DE SOUSA 84. JAKSON MEDES DE CARVALHO LOPES 85. JACINTO JOSÉ DE SOUSA JUNIOR 86. GILVÂNIA DOS SANTOS BORGES 87. GARDILENE ARAÚJO PINHEIRO 88. GUERTH DE SOUSA MOURA 89. GABRIELY RAILY LIMA FEITOSA 90. FREDSON RUFINO FILGUEIRA 91. FRANCISMAR AQUINO DA SILVA 92. FRANCISCO WYLLAME VIANA DE SOUSA 93. FRANCISCO WERBERTT FERNANDES DE SOUSA 94. FRANCISCO MAURO GOMES DE SOUSA 95. FRANCISCO MARCOS DA SILVA OLIVEIRA 96. FRANCISCO LUIS DA SILVA 97. FRANCISCO ASSUERO BEZERRA PEREIRA 98. FRANCISCO ASSIS DE MOURA 99. FRANCISCO ANTÔNIO GONÇALVES DE CARVALHO 100. FRANCISCA APARECIDA CARVALHO DE



Diário da Justiça do Estado do Piauí

ANO XLII - Nº 9006 Disponibilização: Terça-feira, 13 de Outubro de 2020 Publicação: Quarta-feira, 14 de Outubro de 2020

ASSIS MOURA 101. JOÃO CARLOS MARTINS BEZERRA, ESTUDANTE, 102. FRANCISCA ACACIA MENDES URTIGA 103. FRANCILANY SILVA PEREIRA 104. FRANCEILDES DE SOUZA BRASILEIRO 105. EDINA ARAUJO RODRIGUES OLIVEIRA 106. JOSÉ COELHO VIANA, FUNCIONÁRIO DOS CORREIOS 107. DERLANDIA FRANCISCA VALERIO DA SILVA 108. EVALDO OTACÍLIO SILVA LEAL, FUNCIONÁRIO DOS CORREIOS 109. FERNANDA SILVA SÁ, ASSISTENTE SOCIAL 110. DAVI ANTONIO DE SOUSA 111. FRANCISCO CLEOMAR BARROSO FILHO, FUNCIONÁRIO DOS CORREIOS 112. CÍCERO CÂNDIDO, GARI 113. MÁRCIA KEILANY ALBUQUERQUE MOURA, AUX. ADMINISTRATIVO 114. AUZENIR BISPO DO LAGO, AUX. ADMINISTRATIVO 115. MARIA ISABEL DIAS, GARI 116. ROSÂNGELA MARIA FERREIRA, ZELADORA 117. ROMÉRIO NOBRE DE ALBUQUERQUE, GARI 118. AGENOR ANTÔNIO DA LUZ, AUX. ADMINISTRATIVO 119. JASSISLÂNDIA RODRIGUES DOS ANJOS, AUX. SERV. GERAIS 120. JOSUELMA MARIA DA LUZ, PROFESSORA 121. JORGE DA SILVA FEITOSA, AUX. ADMINISTRATIVO 122. SALETE RODRIGUES LEÔNIDAS, PROFESSORA 123. MARIA DE FÁTIMA DO CARMO, GARI 124. NOÉMIA MOREIRA FEITOSA MARQUES, PROFESSORA 125. ANTÔNIO CARLOS VIEIRA DOS SANTOS, GARI 126. ADÃO DOS SANTOS FEITOSA, MÚSICO 127. FRANCISCO WALLYSON DE ANDRADE BRITO, AUX. ADMINISTRATIVO 128. HÉLIO GONÇALVES GUIMARÃES, AUX. ADMINISTRATIVO 129. MARIA CLAUDEIA DE LIMA E SOUSA, ASSISTENTE SOCIAL 130. FRANCISCA LÚCIA DE SOUSA MELO, PROFESSORA 131. MARCOS VINÍCIUS HOLANDA SOUSA, FUNCIONÁRIO DOS CORREIOS 132. GILCLÉCIO JOÃO LEAL, BANCÁRIO 133. VANESSA RODRIGUES C. ANDRADE, PROFESSORA 134. ELISEUMA PEREIRA DE SOUSA, FISCAL DE SERV. PÚBLICOS 135. FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS, TEC. FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL 136. ADALBERTO JOAQUIM DA COSTA 137. ADAILTON JOSÉ XAVIER 138. FRANCIMÁRIO DIAS EVANGELISTA, FUNCIONÁRIO DOS CORREIOS 139. JOSÉ DAMIÃO GOMES VENTURA, MÚSICO 140. IZAIRIA MARIA GOMES SOUZA PORTO, FUNCIONÁRIA DOS CORREIOS 141. RICARDO ROSIVELLT LUZ MOURA SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL 142. REGINALDO PEREIRA DA SILVA SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL 143. MARIA DANUSA ARAÚJO LEAL, ZELADORA 144. MARIA ELDA FIALHO ROCHA, PROFESSORA 145. EDIMAR EVÊNCIO LUZ, MOTORISTA 146. MARCELO JOSÉ GONZAGA, GARI 147. DAVID DIEGO VIEIRA CABRAL SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL 148. CÍCERO DA SILVA OLIVEIRA SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL 149. BENEDICTO REINALDO NETO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL 150. MANOEL EDILSON DE CARVALHO PROFISSÃO: FUNCIONÁRIO PÚBLICO CARGO: AGENTE DE CORREIOS - ATIVIDADE CARTEIRO 151. MARIA FRANCISCA DE S SILVA, MÚSICO 152. CLEUBER DOS SANTOS FISCAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS 153. FERNANDO ARAUJO CARVALHO TECNICOFISCAL DA RECEITA MUNICIPAL 154. ARLOS ANTONIO DE SOUSA LEITE, TÉCNICO FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL 155. RAQUEL DE SOUSA PEREIRA, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 156. NIVEA VANESSA DA SILVA PROFISSÃO: TECNICO ADMINISTRATIVO LOTAÇÃO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 157. LARA ANDRÉA DE CARVALHO GOMES COUTINHO 158. ROSÂNGELA DE SOUSA LEAL ROCHA, PROFESSORA 159. FRANCISCO ANACLETO LIMA DO BONFIM, AUX. ADMINISTRATIVO 160. REGILANY ARAÚJO MOURA, PROFESSORA 161. JOSÉ ANTÔNIO DE SOUSA MACEDO, SERV. PÚB. MUNICIPAL 162. ANTÔNIA NEOMÍSIA DE CARVALHO, AUX. SERV. GERAIS 163. JOSIVALDO FLORÊNCIO DO NASCIMENTO, AUX. SERV. GERAIS 164. JOSÉ GERINALDO BEZERRA SANTOS, AUX. SERV. GERAIS 165. ISABEL DE SOUSA MARTINS, PROFESSORA 166. RAIMUNDA LEAL BRITO, PROFESSORA 167. MAKLANNY NUNES ALMEIDA, SUPERVISORA 168. ADEILSON MOURA DA LUZ, AUX. SERV. GERAIS 169. EDILANE CRISTINA DE SOUSA BARROS, NUTRICIONISTA 170. ANTÔNIO CARLOS BATISTA DE SALES, VIGIA 171. PATRÍCIA BEZERRA DA SILVA, PROFESSORA 172. MARLENE MARIA FEITOSA DE MOURA SOUSA, MERENDEIRA 173. FRANCISCO ALDENÍSIO LIMA DE CARVALHO, JARDINEIRO 174. SEBASTIÃO JOSÉ DE MOURA FÉ, VIGIA 175. JOSÉ RIBAMAR DE PASSOS, JARDINEIRO 176. LUIS ENIO LEAL COSTA, TEC. DE EDIFICAÇÕES 177. PATRÍCIA APARECIDA PINHEIRO DE AMORIM MARTINS, PROFESSORA 178. NEIDE SHEYLA DE MELO ARAÚJO, NUTRICIONISTA 179. JOSEAN ARIMATEA DE SOUSA, PROGRAMADOR DE INFORMÁTICA 180. JUSSÉLIA SANTOS ROCHA, PROFESSORA 181. MARIA DO DESTERRO DE MATOS BARROS, PROFESSORA 182. LUISA CARLA MARTINS DE CARVALHO, AUX. ADMINISTRATIVO 183. KARINE DE LIMA ALVES, PROFESSORA 184. MARIA DE JESUS DA SILVA SOUSA, ZELADORA 185. MARIA ENOI DE JESUS MACEDO, PROFESSORA 186. LIANDRA ROCHA NOGUEIRA LIMA, estudante 187. ANAÍTA DE SOUSA ROCHA NETA, SERV. PUB. MUNICIPAL 188. MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES DE ANDRADE CARVALHO, ZELADORA 189. FRANCISCO ELDERSON DA SILVA, GARI 190. ILENA MARIA DE SOUSA, PROFESSORA 191. GILDÊNIO ASSENCO DE SOUZA, ECONOMISTA 192. ALESSANDRO JOÃO DE ARAÚJO, AUX. SERV. GERAIS 193. EDNA MARIA RODRIGUES MOURA BARROS, PEDAGOGA 194. FRANCISCA MARIA DE MOURA MACEDO, AUX. ADMINISTRATIVO 195. ÉRICA CARMONE LEAL PAIVA, TELEFONISTA 196. LUIZ FERNANDO DE MOURA, MOTORISTA 197. JOSIANA REIS SOUSA, SUPERVISORA 198. MARIA DA CONCEIÇÃO MOURA, PROFESSORA 199. IVETE VIEIRA DE SOUSA, AUX. SERV. GERAIS 200. FRANCISCO DE CARVALHO ANDRADE, AUX. ADMINISTRATIVO 201. ALCIENE PACHECO DA SILVA, NUTRICIONISTA 202. JUCILENA BARROS PACHECO, PROFESSORA 203. SIMONE SANTOS SOUSA, AUX. ADMINISTRATIVO 204. JOSÉ ANTÔNIO VIEIRA DE ARAÚJO, FUNCIONÁRIO DOS CORREIOS 205. JOSEMARIA RODRIGUES DA SILVA, MÚSICA 206. EDUARDO BARROS LIMA, AUX. ADMINISTRATIVO 207. CIPRIANO JOÃO DE MOURA, MOTORISTA 208. KAREMINY HIPÓLITO ARAÚJO, PROFESSORA 209. DEUSILANDE MUNIZ DEUSDARÁ LUZ, PROFESSORA 210. MARIA DAS GRAÇAS MACEDO TEIXEIRA, MERENDEIRA 211. MARIA ELIDJANES MATOS DOS SANTOS, AUX. ADMINISTRATIVO 212. FRANCISCA CRISTIANE ROCHA, AUX. ADMINISTRATIVO 213. ALEXSANDRA SILVA FERREIRA CABELEIREIRO E BARBEIRO 214. ALINE INGRID SOUSA SILVA, ESTUDANTE, 215. ANA PAULA DE LIRA SILVA 216. ANTONIA MARCIANA GONÇALVES DE SOUSA 217. DAVID SANTOS SÁ 218. EDNEUZA RODRIGUES DE SOUSA 219. ELISMARIA CASSIA DA CONCEIÇÃO SANTOS ESTUDANTE 220. MARIA JOSETE ROCHA GONÇALVES, VENDEDORA, 221. MARIA NILZA DE CARVALHO PINTO AMERICO, PROFESSORA. 222. FRANCYELY DOS SANTOS MOURA ASSISTENTE SOCIAL 223. IONARA MARIA LEAL MOURA 224. JOSÉ PAULO DOS REIS VELOSO DA SILVA ESTUDANTE 225. ALEXANDRE SANTOS DA SILVA MOTORISTA 226. IRANILDE PEREIRA DOS SANTOS, COZINHEIRO 227. KEYTIUSCIA BARROS DE MOURA AUXILIAR DE ESCRITÓRIO 228. MARIA DE SOUSA SANTOS BEZERRA PROFESSORA 229. SARAH ALLINY CARVALHO DA SILVA ESTUDANTE 230. FELIPPE HENRIQUE GOMES VERAS, AGENTE ADMINISTRATIVO 231. FRANCISCO BARBOSA RIBEIRO NETO, MOTORISTA 232. ISNOEL SEVERINO DE SOUSA COMERCIANTE 233. LUAN HENRIQUE MESQUITA DE SOUSA VENDEDOR 234. MARIA CLARA LIMA HOLANDA, ESTUDANTE, 235. OSMAR GONÇALVES DE MOURA TRABALHADOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL 236. PATRICIA DE SOUSA FONTENELE VELOSO SECRETÁRIO E DATILÓGRAFO 237. ROSA MARIA DE JESUS DONA DE CASA 238. ANTONIO CLAUDIO LEITE DA SILVA ADMINISTRADOR 239. ARLENE ROGELIO DE SOUSA OLIVEIRA CONTADOR 240. GERLANDIA RODRIGUES DE MOURA SANTOS SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL 241. JOSE NILSON STANFORD BALDOINO ESTUDANTE 242. MARCOS AURÉLIO CARVALHO DANTAS ESTUDANTE, 243. MARIA DO SOCORRO LEITE DA SILVA ASSISTENTE SOCIAL 244. RONILDO BEZERRA SANTOS VIGILANTE 245. SANDRA REGINA FERREIRA, DONA DE CASA 246. TUNAI NUNES PINHEIRO CONTADOR 247. ADERSON JOSÉ DA SILVA JUNIOR NUTRICIONISTA 248. CÍCERO ADÃO DE LIMA ESTUDANTE, 249. CLEITON DE MOURA LEAL ANALISTA DE SISTEMAS 250. ELIANE DE SOUSA SILVA MELO 251. FRANCISCO EDIMILSON FERREIRA COMERCIANTE 252. JONATHAS JEFFERSON CARVALHO DOS SANTOS COMERCIANTE 253. JOSÉ JACKSON DE OLIVEIRA GONÇALVES ENGENHEIRO 254. KAIRON VALENTIM SILVA OLIVEIRA ESTUDANTE 255. MARCELO AUGUSTO DA SILVA SANTOS 256. MARIA FRANCISCA PEREIRA DE SOUSA CORNELIO DONA DE CASA 257. MATEUS JONATAS CARVALHO DANTAS ESTUDANTE 258. NATHALIA RODRIGUES COUTINHO DA ROCHA CABELEIREIRO 259. PAULO ALVES BEZERRA VENDEDOR 260. PAULO FREITAS DE VASCONCELOS REPRESENTANTE COMERCIAL 261. VIRLANDO BESERRA DE ARAÚJO 262. WÉLISON LIBERATO DOS SANTOS SILVA ESTUDANTE 263. ANDERSON GONÇALVES DE MOURA ESTUDANTE 264. BEATRIZ SOUSA VIEIRA ESTUDANTE 265. ELIZIO RODRIGUES GOMES TÉCNICO CONTABILIDADE, 266. ESTÉFANY SANTOS SATURNINO ESTUDANTE 267. FRANCISCO EDUARDO DE SOUSA ESTUDANTE 268. FRANKLIN ROCHA OLIVEIRA LIMA ADMINISTRADOR 269. GABRIELLE LARISSA DA SILVA SANTOS ESTUDANTE 270. JOSIANE PAIVA LIMA ESTUDANTE 271. JUCÉLIA COELHO FERREIRA 272. KELTON PEREIRA DOS SANTOS ESTUDANTE 273. LEIDYANE SOUSA SILVA ESTUDANTE 274. MARCIA VIEIRA FEITOSA FROES DONA DE CASA 275. MARCOS MOREIRA DE LIMA 276. MARIA OLIVIA GONCALVES 277. MICHELLE PINHEIRO ROSA MOURA ESTUDANTE 278. RUAN LOPES PINTO ESTUDANTE 279. SAMUEL DOS SANTOS LIMA ESTUDANTE 280. BRUNA DOS SANTOS BARBOSA DANTAS, ADMINISTRADOR 281. EDIONILSON ALVES DA SILVA JÚNIOR

ESTUDANTE 282. ELBA TÁFILA DE CARVALHO 283. FABIANO PEREIRA DE MENESES ESTUDANTE 284. FRANCISCA KAROLYNE CARDOSO DA SILVA ESTUDANTE 285. FRANCISCO DE CARVALHO FERNANDES ESCULTOR E PINTOR 286. GRAZIELLY FERREIRA LIMA ASSISTENTE SOCIAL 287. JANAILSON ALVES DA SILVA 288. JOÃO DE DEUS SOUSA PROFESSOR 289. JOSE WILSON DA SILVA PEREIRA 290. LUANA MARIA DA SILVA RODRIGUES ESTUDANTE 291. LUCYNARA DE MOURA BORGES ESTUDANTE 292. MARIA ELZA DE MOURA LEANDRO ESTUDANTE, 293. MARINA BARBOSA FERREIRA SANTOS ESTUDANTE 294. RAFAEL HENRIQUE BORGES DE SOUSA ESTUDANTE 295. RAUANNY FERREIRA LUZ ESTUDANTE 296. ROGERIO MARCIO DOS SANTOS VENDEDOR DE COMÉRCIO 297. WELKIANY MARIA DA SILVA SOUSA 298. ANNA CAROLINE DE SOUSA LEAL ESTUDANTE 299. ANTÔNIO DE PASSO VELOSO DE CARVALHO JUNIOR ESTUDANTE 300. 301. JOAQUIM ALVES DE SOUSA MOTORISTA 302. JOSÉ ALBERTO ROCHA CORDEIRO MECÂNICO DE MANUTENÇÃO 303. LUIZ FRANCISCO CAMPELO VELOSO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL 304. MONAGLEYCE GOMES FERREIRA PEREIRA ESTUDANTE 305. NATACIEL ERISTEU DA SILVA ESTUDANTE 306. PAULO RICARDO MOURA DE ARAÚJO COSTA ESTUDANTE 307. SUELLEN MARTINS BARBOSA VENDEDOR 308. THAYNARA KAROLINE ALVES BEZERRA ESTUDANTE 309. VANESSA IBIAPINO DA COSTA ESTUDANTE 310. ANA LARISSA FERREIRA BARROS ESTUDANTE 311. ANA NEIDE SILVA MOURA VENDEDOR 312. 313. CÁSSIO FERREIRA DA SILVA JARDINEIRO 314. CLESIA ALVES DA SILVA 315. FRANCISCO ANTONIO DA CRUZ 316. GIVANILDO SALES SILVA PROFESSOR 317. GUILHERME TADEU RODRIGUES DE JESUS 318. JOSÉ MARCONE MORAIS SANTOS BANCÁRIO 319. JOSE MENDES VIEIRA FILHO FRENTISTA 320. JULIANA COSTA ALVES VENDEDOR 321. KAREN LETICIA XAVIER OLIVEIRA ESTUDANTE 322. LAILA FERREIRA DE ARAUJO CABELEIREIRO 323. LEOMAR LUVERCY BARBOSA DE CARVALHO JORNALISTA 324. LUCAS LACERDA DA SILVA VIGILANTE 325. LUIS ALEXANDRE DA SILVA VENDEDOR 326. LUIZ OLIVEIRA DE SOUSA NETO EMPRESÁRIO 327. MARIA FERREIRA LIMA 328. MARIA ISADORA GONÇALVES OLIVEIRA ALVES ESTUDANTE 329. MARIA RAQUEL DA COSTA NASCIMENTO ESTUDANTE 330. MATHEUS NUNES MARTINS ESTUDANTE 331. MAYARA FRANCISCA OLIVEIRA DA SILVA ESTUDANTE 332. NAILTON GABRIEL AMÂNCIO DA SILVA ESTUDANTE 333. 334. SERGIO EVERTON DOS SANTOS ESTUDANTE 335. TALES KAIQUE GOMES DE MOURA ESTUDANTE 336. TAYNARA DE ASSIS DA SILVA ESTUDANTE 337. VILMÁRIO CRISTIAN DE BARROS OLIVEIRA ESTUDANTE 338. ANA BEATRIZ COSTA NEIVA ESTUDANTE 339. ANA LÚCIA DE MOURA SANTOS 340. ANTONIO RIBAMAR BARBOSA DE SOUSA 341. CÍNTHIA MARTINS DE MEDEIROS NUTRICIONISTA 342. CLEITON DOS SANTOS SILVA ESCULTOR 343. DIVANEIA SOARES DE SOUSA DAMASCENO 344. EDIMAR DA SILVA MOURA 345. FRANCISCO CLEITON DA SILVA FEITOSA ESTUDANTE 346. IGOR ANDRADE BEZERRA ESTUDANTE 347. IRACEMA FELIX DOS SANTOS 348. JACKELINE MARY PEREIRA FERREIRA DA SILVA ESTUDANTE 349. JEFFEERSON VIEIRA DA SILVA ESTUDANTE 350. JOAO VICTOR DE OLIVEIRA SILVA ESTUDANTE 351. JOSÉ HUGO DANTAS ROCHA VIGILANTE 352. JOSILENE DOS SANTOS 353. LAIRA FERREIRA LIMA 354. LUIZ PEDRO LUZ FONTES DE MOURA MÚSICO 355. MARIA ANALIA GELTA SANTOS 356. MARIA CLAUDETE FORTALEZA 357. MARIA DE FATIMA RODRIGUES COUTINHO DA ROCHA 358. MARIA JOSINETE ROCHA GONÇALVES VENDEDOR 359. MAYARA CARVALHO SILVA RODRIGUES BANCÁRIO 360. 361. ALICE BEZERRA LIMA COSTA ESTUDANTE 362. ANA CAROLINE SOUSA SILVA ESTUDANTE, 363. ARILSON JEREMIAS BEZERRA NOGUEIRA ESTUDANTE 364. AURINO GERALDO DE CARVALHO 365. DALVA EVILLY DE SOUSA CARVALHO ESTUDANTE 366. DAVID JOSÉ DA ROCHA 367. FRANCISCA MARIA LEAL DE ALMEIDA PROFESSOR 368. FRANCISCO BENONE LIMA DE AQUINO ESTUDANTE 369. INGRID PEREIRA DE SOUSA ESTUDANTE 370. IVÂNIA DE CARVALHO SOUSA ESTUDANTE 371. JOÃO BATISTA DAMASCENO TÉCNICO EM INFORMÁTICA 372. JOSÉ DA PAZ MOURA JÚNIOR 373. LÍDIA MARIA DE SOUSA 374. MARIA ELZA CARVALHO SOUSA 375. MARIA VANESSA DA SILVA ANDRADE ESTUDANTE 376. MATEUS CAVALCANTE DE MOURA ESTUDANTE 377. SARA DOS SANTOS LIMA ESTUDANTE 378. TADEU DE MOURA NETO 379. TAINÃ LOPES DE OLIVEIRA PINTO ESTUDANTE 380. VALDETE DA VERAS 381. ALINE RAYANE DA SILVA PROFESSOR 382. AMANDA BERNARDES DE MOURA COUTINHO ESTUDANTE 383. ANA KARINA DE SOUSA MANICURE 384. BÉRSSEA ANDRÉIA JOANA DA CONCEIÇÃO 385. CAMILA MARIA ALVES DO NASCIMENTO ESTUDANTE 386. CAMILA MARTINS DE MEDEIROS ESTUDANTE 387. CÁSSIO GABRIEL DE ARAÚJO DE MOURA ESTUDANTE 388. EDILBERTO MENESES DE SOUSA OPERADOR DE APARELHOS DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL 389. EDINEUZA EVARISTO DE BRITO 390. ELAINE CRISTINA SOUSA DE DEUS CABELEIREIRO 391. ELISSANDRA NUNES DA SILVA ESTUDANTE 392. ERIVALDO PINHEIRO DOS SANTOS FILHO 393. EZEQUIEL DOS SANTOS LIMA ESTUDANTE 394. FERNANDO DE SOUSA CRUZ VENDEDOR 395. FRANCISCO JOSE INACIO 396. HALLAN VICTOR XAVIER DE SOUSA ESTUDANTE 397. IRANILSON VIEIRA DA SILVA 398. JOSÉ MARIA DA ROCHA FILHO 399. 400. . E, para que não se possa alegar ignorância, mandou expedir o presente EDITAL, a ser Publicado no Diário da Justiça do Estado e afixado no local de costume do Fórum. Na forma do artigo 426, §2º, do Código de Processo Penal, passo a transcrever os artigos 436 a 446: 'Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade. § 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução. § 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado. ' (NR) Art. 437. Estão isentos do serviço do júri: I - o Presidente da República e os Ministros de Estado; II - os Governadores e seus respectivos Secretários; III - os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais; IV - os Prefeitos Municipais; V - os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública; VI - os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública; VII - as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública; VIII - os militares em serviço ativo; IX - os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa; X - aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento. ' (NR) Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará ao dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto. § 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins. § 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. ' Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral. ' Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária. ' (NR) Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri. ' (NR) Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica. ' (NR) Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados. ' (NR) Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos. ' (NR) Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados. ' (NR) Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código. ' (NR) Dado e passado nesta cidade e Comarca de Picos, Estado do Piauí, ao(s) 13/10/2020. Eu, Lorena Duarte Lopes Maia (Analista Judiciária), o digitei e subscrevi. Nilcimar Rodrigues de Araújo Carvalho

15.50. lista PROVISÓRIA de jurados 2021 do posto avançado de Santa Cruz do Piauí

A Dra. NILCIMAR RODRIGUES DE ARAÚJO CARVALHO, MM. Juiz de Direito da 5ª Vara da Comarca de Picos, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições de Presidente do Tribunal do Júri desta Comarca, FAZ SABER a quem interessar possa que de conformidade com os artigos 425 e 426 do Código de Processo Penal, foram ALISTADOS para servirem junto ao Tribunal Popular do Júri, no ano de 2021, os seguintes Jurados: 01-Adilberto Pereira de Sousa - comerciante; 02-André Deodato Silva- estudante; 03-Ana Letícia da Silva- estudante; 04-Ana Lúcia Gomes Carvalho - professora; 05-Anísio Abel de Araújo Moura- professor; 06-Antônio José Pereira da Silva - funcionário público; 07-Cardoneide

Barbosa de Moura Carvalho- professora; 08-Camila de Sousa Carvalho - estudante; 09-Cleidiane Monteiro de Carvalho-estudante; 10-Dámarys de Moraes Sousa- estudante; 11-Dayana Nunes Martins- estudante; 12-Denise Fátima da Silva-estudante; 13-Eduardo Pinheiro de Araújo-estudante; 14-Ellen Pacheco Leal- estudante; 15-Elistânia Leal Ribeiro- estudante; 16-Elisângela Pereira Monteiro- professora; 17-Elismar Pacheco de Oliveira-funcionária pública municipal; 18-Eudes Rodrigues Mendes -professora; 19-Fabiana Melo dos Santos-estudante; 20-Fagundes Italo Sousa Santos- professor; 21-Francisca Raylene Gonçalves Leal- estudante; 22-Francisca Santos Barros- autônoma; 23-Francisco Jusciano Pereira da Silva - professor; 24-Francisco Monteiro de Moura- professor; 25-Francisco Pereira de Sousa- trabalhador rural; 26-Francisco Zito Carvalho Santos- professor; 27-Francivaldo de Lima Coelho-estudante; 28-Francivalton Teotônio de Moura Luz- funcionário público; 29-Gabriel Ferreira Neto-estudante; 30-Gabriel José Ferreira Neto - professor; 31-Gabriela Ferreira Santos - funcionária pública; 32- Ilene Maria Pereira da Silva- funcionária pública municipal; 33-Isailson de Sousa Carvalho-operador de aparelho; 34-Jairo Pinheiro Santos Moura-funcionário público municipal; 35-João Marcos da Silva Neto- estudante; 36-José Ildelmar Martins de Moura-professor; 37-José Jansen Muniz de Almeida-estudante; 38-José Mailson de Moura-estudante; 39-Joseana Maria da Silva - professora; 40-Jusceneide Maria da Conceição-professora; 41-Jucivaldo José de Sousa-funcionário público municipal; Diário da Justiça do Estado do Piauí ANO XLI - Nº 8792 Disponibilização: Segunda-feira, 11 de Novembro de 2019 Publicação: Terça-feira, 12 de Novembro de 2019 Página 355 42-Juliana Santos Sousa Moura-professora; 43-Karenina Nogueira Gonçalves-funcionária pública municipal; 44-Karina Oliveira de Nascimento Costa-estudante; 45-Karu Laynny Gonçalves Costa Gomes da Silva- estudante; 46-Lanna Vitória Ferreira Araújo Martins-estudante; 47-Lázaro Santos Neto-conselheiro tutelar; 48-Leidiana Ferreira dos Santos- professora; 49-Leidiani de Sousa Moura- estudante; 50-Luamitas Santos Araújo Luz-funcionário público municipal; 51-Marlane de Sousa-estudante; 52-Lucileide Monteiro de Moura-professora; 53-Lucineide Pacheco da Costa- estudante; 54-Luis Gonçalves Martins Moura-professor; 55-Luza Rainny Santos Araújo Luz-professora; 56-Manoel Divino de Carvalho Santos-enfermeiro; 57-Maria Clara Pinheiro Rodrigues de Moura-estudante; 58-Maria do Socorro Rodrigues de Araújo- professora; 59-Maria Eliete Holanda Gonçalves- funcionária pública municipal; 60-Maria Isabel Gomes dos Santos Batista de Sousa-professora; 61-Maria Luzia Pinheiro da Silva Barros-estudante; 62-Maria Ricélia Almeida dos Santos - estudante; 63-Maria Sandra Oliveira Silva de Sá- estudante; 64-Maria Santana Pereira de Oliveira- agente de saúde; 65-Marisana Carvalho de Araújo Luz Sousa-funcionária pública municipal; 66-Marlene Mendes de Sousa-professora; 67-Natana Camila Cortez Martins-assistente social; 68-Neide Rodrigues de Sousa - agente de saúde; 69-Noemir dos Santos Sousa-estudante; 70-Normajane de Araújo Nunes- professora; 71-Odair José Pereira de Sousa - professor; 72-Orlene Moura Pinheiro-técnica de enfermagem; 73-Paula Jéssica Santos Reis de Sousa -estudante; 74-Paulo Roberto Leal da Rocha-estudante; 75-Raitonio Gonçalves Cortez-enfermeiro; 76-Ramiro Marx Alves Cortez -enfermeiro; 77-Raquel Marta do Nascimento-assistente social; 78-Ricardo Mariano de Sousa Silva-estudante; 79-Renato dos Santos Rocha - motorista; 80-Rosilda de Sousa Pacheco - professora; 81-Rosilda Maria da Silva- professora; 82-Sâmia Barbosa Gonçalves de Moura-enfermeira; 83-Selis Thaiz Maria Santos da Silva-estudante 84-Tamires de Moura Carvalho-professora; 85-Tércia Araújo Luz-professora; 86-Tháallyson Henrique Araújo Luz de Sousa-estudante; 87-Ticiane Maria dos Santos Muniz-enfermeira; 88-Vicente Alves Feitosa Filho-professor; 89-Vitória Régia da Silva Sales-enfermeira; 90-Wellington Martins dos Santos Lopes -comerciante; Em cumprimento ao disposto no art. 426, § 2º, do Código de Processo Penal, transcrevem-se os seguintes artigos do referido diploma legal: "Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade. § 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução. § 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado. Art. 437. Estão isentos do serviço do júri: I - o Presidente da República e os Ministros de Estado; II - os Governadores e seus respectivos Secretários; III - os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais; IV - os Prefeitos Municipais; V - os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública; VI - os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública; VII - as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública; VIII - os militares em serviço ativo; IX - os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa; X - aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento. Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto. § 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins. § 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo. Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária. Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri. Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica. Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados. Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos. Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juizes togados. Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código". E para que ninguém no futuro possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital que será publicado no lugar de costume e no Diário da Justiça do Estado Piauí. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Picos, Estado do Piauí, Posto Avançado de Atendimento de Santa Cruz do Piauí/PI, 13/10/2020). Eu _____ (Lorena Duarte Lopes Maia), Analista Judicial, o conferi e subscrevi.

15.51. EDITAL DE DIVULGAÇÃO DA LISTA GERAL PROVISÓRIA DOS JURADOS ALISTADOS DO ANO DE 2020 POSTO AVANÇADO DE FRANCISCO SANTOS-PI.

A Dra. NILCIMAR RODRIGUES DE ARAÚJO CARVALHO, MM. Juiz de Direito da 5ª Vara da Comarca de Picos, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições de Presidente do Tribunal do Júri desta Comarca, FAZ SABER a quem interessar possa que de conformidade com os artigos 425 e 426 do Código de Processo Penal, foram ALISTADOS para servirem junto ao Tribunal Popular do Júri, no ano de 2021, os seguintes Jurados: ANDREIA GIEZE SOUSA, estudante, Monsenhor Hipólito-PI; NEIDE SOUSA E SILVA, estudante, Monsenhor Hipólito-PI; SAMARA RAIANE DOS SANTOS SOUSA, Conselheira Tutelar, Fco Santos-PI. JOAQUIM AGNALDO SILVA, comerciante, Francisco Santos-PI; CARLA SANTOS COSTA, Enfermeira, Francisco Santos-PI; FRANCISCA NEVES ALVES, professora, Monsenhor Hipólito-PI; ANTÔNIO CARLOS DE LIMA, estudante, Francisco Santos-PI; NORMA MARIA DE SOUSA CARVALHO, professora, Francisco Santos-PI MARIA AURENICE DOS ANJOS SILVA, professora, Francisco Santos-PI; HAILEIDE RAQUEL POLICARPO DE SOUSA, professora, Monsenhor Hipólito-PI; MARIA DALVA CIPRIANO DE LIMA, professora, Santo Antônio de Lisboa-PI; ROSANA ERONDINE BEZERRA, professora, Monsenhor Hipólito-PI; JOELMA MARIA DE SOUSA SÁ, estudante, Monsenhor Hipólito-PI; MARIA LÚCIA BEZERRA, professora, Monsenhor Hipólito-PI; SIMONE MARIA LIMA, estudante, Monsenhor Hipólito-PI; LIZANDRA ANA DE SOUSA, professora, Monsenhor Hipólito-PI; ANA CLARA SANTOS SOUSA, estudante, Francisco Santos-PI; MARIZA MARIA LIMA, estudante, Santo Antônio de Lisboa-PI; ÉRICA DA ROCHA BATISTA, professora, Francisco Santos-PI; JOSEFA ELCIANA DE JESUS SOUSA, funcionário público, Monsenhor Hipólito-PI; ODÍSIA MARIA RODRIGUES, professora, Francisco Santos-PI; IARA RODRIGUES LIMA, professora, Francisco Santos-PI; VANDERLÉIA DALCI DE MOURA, professora, Francisco Santos-PI; ROSA MARIA DE ARAÚJO LIMA, professora, Francisco Santos-PI; MARIA JOSÉ RODRIGUES DA SILVA, do lar, Francisco Santos-PI; MARIA ALZIRA DA ROCHA RODRIGUES, professora, Francisco Santos-PI; FRANCISCO ERNANY CIPRIANO SILVA, estudante, Santo Antônio de Lisboa-PI; ANDREIA MARIA RODRIGUES SILVA, professora, Francisco Santos-PI; HÉLIO ANCHIETA RODRIGUES, lavrador,

Francisco Santos-PI; LÚCIA MARIA DE SOUSA PEREIRA, professora, Santo Antônio de Lisboa-PI; LUÍS ANCHIETA RODRIGUES, agente de saúde, Francisco Santos-PI; MARCONE DOS SANTOS CARVALHO, bancário, Francisco Santos-PI; IGOR CIPRIANO CHAGAS, estudante, Santo Antônio de Lisboa-PI; JOSÉ EDSON DOS SANTOS, farmacêutico, Francisco Santos-PI; ALESSANDRA MARIA DA SILVA, secretária, Francisco Santos-PI; LINA CRISTIANE DA CONCEIÇÃO, professora, Monsenhor Hipólito-PI; JOÃO JOCELIO DA SILVA, servidor público municipal, Fco. Santos-PI; ANDRAIA CRISTINA DOS ANJOS, estudante, Monsenhor Hipólito-PI; EDITE DE LIMA LEAL, professora, Santo Antônio de Lisboa-PI; AURILENE FERREIRA LEMOS CARVALHO, professora, Santo Antônio de Lisboa-PI; LEOTINO DO NASCIMENTO NETO, comerciante, Santo Antônio de Lisboa-PI; ISABEL ELAEFE DE SÁ GOMES CARVALHO, professora, Monsenhor Hipólito-PI; ULISSES DAVID RODRIGUES DA SILVA, analista, Francisco Santos-PI; RÍVIA DE SOUSA SILVA, comerciante, Francisco Santos-PI; RÍSIA SARA RODRIGUES SILVA, professora Francisco Santos-PI; SUELANE SOUSA BARROS, funcionária pública municipal, Francisco Santos-PI; FRANCISCA ALECE DOS ANJOS, técnica de enfermagem, Monsenhor Hipólito-PI; NOÉLIA POLICARPO DOS ANJOS, professora, Monsenhor Hipólito-PI; VALMIR TOMAZ DE SOUSA, estudante, Monsenhor Hipólito-PI; MARIA CLARISTANE DA SILVA, professora, Francisco Santos-PI; CARLA NADEJJA DE BRITO, estudante, Francisco Santos-PI; WARTON JOSÉ BEZERRA JÚNIOR, professor, Monsenhor Hipólito-PI; CARLOS RANGEL DE SOUSA, estudante, Francisco Santos-PI; ANA REGINA RODRIGUES DE SOUSA, enfermeira, Francisco Santos-PI; SANDRÉIA MARIA DE ANDRADE, professora, Francisco Santos-PI; FRANCISCO ALVES FERREIRA, agricultor, Santo Antônio de Lisboa-PI; ANDRESSA HÉMILLE RODRIGUES, estudante, Francisco Santos-PI; MARIA ELOÍDES DA ROCHA, professora, Monsenhor Hipólito-PI; SOLANGE FERREIRA SILVA, atendente de consultório, Monsenhor Hipólito-PI; ROSA MARIA DOS SANTOS RODRIGUES, aposentada, Francisco Santos-PI; MARIA MARGARIDA DE JESUS SOUSA, professora, Monsenhor Hipólito-PI; EUGÊNIA ANA DOS SANTOS, professora, Francisco Santos-PI; JOSEFA TAILANE DE SÁ, atendente de consultório, Monsenhor Hipólito-PI; ANTÔNIO DE LIMA LEAL, engenheiro, Santo Antônio de Lisboa-PI; SÂMIA TAVARES DE SÁ, estudante, Povoado Boa Viagem, Francisco Santos-PI; JOSÉ LUCAS RODRIGUES, funcionário Público, Francisco Santos-PI; DÉBORA PAULA DA CONCEIÇÃO SOUSA, estudante, Monsenhor Hipólito-PI; JOSEFA JOSEANA RODRIGUES, funcionária pública, Monsenhor Hipólito-PI; NÁDIA SOUSA SILVA, técnico de enfermagem, Fco. Santos-PI; MARIA DO SOCORRO SILVA SANTOS, professora, Francisco Santos-PI; ANTÔNIO JOSÉ DE SOUSA, funcionário público, Francisco Santos-PI; ANTÔNIA FRANCISCA DE JESUS SOUSA, professora, Monsenhor Hipólito-PI; BETÂNIA CARLA DE SOUSA FILHO, professora, Monsenhor Hipólito-PI; ELÂNDIA MARIA DE MACEDO, estudante, Santo Antônio de Lisboa-PI; DÁVILA MÉRICA DA SILVA, professora, Francisco Santos-PI; FRANCISCO CLÓVIS RODRIGUES, professor, Monsenhor Hipólito-PI; CLEDSON JOSÉ DE SOUSA, funcionário público, Francisco Santos-PI; BETIZÂNIA MARIA DA SILVA, professora, Francisco Santos-PI; VÂNIA RODRIGUES SOUSA, estudante, Francisco Santos-PI; GEÓRGIA SANTOS RODRIGUES ANDRADE, estudante, Francisco Santos-PI; LEANDRO DOS SANTOS SOUSA, professor, Francisco Santos-PI; MARISA RODRIGUES LIMA, estudante, Francisco Santos-PI; LUCIVÂNIA RODRIGUES LIMA, funcionária pública, Francisco Santos-PI; FRANCISCA MARIA DA ROCHA, professora, Monsenhor Hipólito-PI; JONAS DOS SANTOS RODRIGUES, bancário, Francisco Santos-PI; LÊNIO LEIBERG DOS SANTOS BRITO, farmacêutico, Francisco Santos-PI; GERALDA PEREIRA GOMES DE SOUSA, professora, Monsenhor Hipólito-PI; DIRLAN OCÍLIA BEZERRA, professora, Monsenhor Hipólito-PI; FRANCISCO FÁBIO SOUSA SANTOS, comerciante, Francisco Santos-PI; ALBERONE DE LIMA RODRIGUES, funcionário público, Francisco Santos-PI; JOSEFA EDNEIDE DA SILVA, professora, Monsenhor Hipólito-PI; ROBÉRIO DE MOURA LIMA, lavrador, Santo Antônio de Lisboa-PI; LAIR DE SOUSA SANTOS, professora, Monsenhor Hipólito-PI; FRANCISCA MARIA DE OLIVEIRA LIMA, professora, Monsenhor Hipólito-PI; JOSÉ ELOÍSIO DE LIMA, comerciante, Francisco Santos-PI; MARIA REJANE SILVA BARROS, do lar, Fco. Santos-PI; JOSÉ CARLOS ALVES DE LIMA, estudante, Monsenhor Hipólito-PI; MARIA ANUNCIADA SILVA, professora, Monsenhor Hipólito-PI; EDIMEURY LIMA SOUSA, servidora pública, Francisco Santos-PI; 100-ECIVÂNIA MARIA DE ANDRADE, professora, Francisco Santos-PI; 101-PATRÍCIA DE SOUSA CARVALHO, estudante, Santo Antônio de Lisboa-PI; 102-ADRIANO CIPRIANO DE SOUSA, enfermeiro, Santo Antônio de Lisboa-PI; 103-LAURA SILVÂNIA DE BARROS, professora, Francisco Santos-PI; 104-MARIA JOSILENE DA SILVA, bancária, Francisco Santos-PI; 105-THAYSSA FERNANDA DE SOUSA BEZERRA, estudante, Monsenhor Hipólito-PI; 106-MARIA GLEMILDE DE SOUSA, professora, Monsenhor Hipólito-PI; 107- NEIDE SOUSA E SILVA, professora, Monsenhor Hipólito-PI; 108-CLEOMAR COSME DE SÁ, estudante, Monsenhor Hipólito-PI; 109-VANUSA MARIA BEZERRA DOS ANJOS, professora, Monsenhor Hipólito-PI; 110-KEILANE MARIA RODRIGUES SOUSA, professora, Francisco Santos-PI; 111-FRANCISCO LUTHIANO DE LIMA CARVALHO, funcionário público, Francisco Santos-PI; 112-ROSA FRANCISCA DE JESUS BEZERRA, professor Monsenhor Hipólito-PI; 113-CARLOS RANGEL DE SOUSA CARVALHO, estudante, Francisco Santos-PI; 114-MARIA SILVIA DE SOUSA, professora, Monsenhor Hipólito-PI; 115-PAULO VICTOR SANTOS RODRIGUES, estudante, Francisco Santos-PI; 116-ALISSON BRUNO SOUSA SILVA, estudante, Francisco Santos-PI; 117-NOÉLIA POLICARPO DOS ANJOS, professora, Monsenhor Hipólito-PI; 118-MARIA DE LOURDES RODRIGUES BARROS, professora, Francisco Santos-PI; 119-IONÁ MARIA DE SOUSA SANTOS, professora, Fco Santos-PI; 120-RENATA DEUZAIR SOARES, secretaria, Santo Antônio de Lisboa-PI. Em cumprimento ao disposto no art. 426, § 2º, do Código de Processo Penal, transcrevem-se os seguintes artigos do referido diploma legal: "Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade. § 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução. § 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado. Art. 437. Estão isentos do serviço do júri: I - o Presidente da República e os Ministros de Estado; II - os Governadores e seus respectivos Secretários; III - os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais; IV - os Prefeitos Municipais; V - os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública; VI - os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública; VII - as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública; VIII - os militares em serviço ativo; IX - os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa; X - aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento. Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto. § 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins. § 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo. Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária. Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri. Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica. Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados. Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos. Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados. Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código". E para que ninguém no futuro possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital que será publicado no lugar de costume e no Diário da Justiça do Estado Piauí. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Picos, Estado do Piauí, Posto Avançado de Atendimento de FRANCISCO SANTOS/PI, aos TREZE dias do mês de OUTUBRO do ano de 2020. NILCIMAR RODRIGUES DE ARAÚJO CARVALHO Juíza de Direito da 5ª Vara da Comarca de Picos/PI

Processo nº: 0700209-87.2019.8.18.0032

Execução Penal

Executado: FRANCISCO APARECIDO SOARES DE SOUZA

A Secretaria da 5ª Vara Criminal da Comarca de Picos/PI, de Ordem da Exma. Juíza de Direito desta Vara, **Dra. Nilcimar Rodrigues de Araújo Carvalho**, publicar a sentença de teor final seguinte: "... Desse modo, pelas razões apresentadas e com fulcro nos arts. 110, §1º e 109, VI, ambos do Código Penal, julgo prescrita a pretensão executória em relação à condenação do art. 21 da Lei de Contravenções Penais e declaro extinta a punibilidade de FRANCISCO APARECIDO SOARES DESOUZA, nos termos do art. 107, IV do Código Penal..."

15.53. Publicação de Sentença

Processo nº: 0700162-16.2019.8.18.0032

Execução Penal

Executado: CASTELO JOSÉ DE SOUSA ANDRADE

A Secretaria da 5ª Vara Criminal da Comarca de Picos/PI, de Ordem da Exma. Juíza de Direito desta Vara, **Dra. Nilcimar Rodrigues de Araújo Carvalho**, vem publicar a sentença de teor final seguinte: "... Isto posto, pelas razões já apresentadas, DECLARO CUMPRIDA INTEGRALMENTE A PENA IMPOSTA E EXTINTA A PUNIBILIDADE de CASTELO JOSÉ DE SOUSA ANDRADE, nos termos dos arts. 66, II, bem como determino o arquivamento dos autos..."

15.54. AVISO DE INTIMAÇÃO (ADVOGADO) - 0801791-33.2019.8.18.0032

INTIMO o Dr. MAXWELL MARTINS DANTAS - OAB PI12077 - CPF: 003.309.253-26 (ADVOGADO), para, no prazo legal, apresente resposta acerca da justificativa apresentada pelo requerido, bem como requerer o que entender de direito.

15.55. Publicação de Sentença

Processo nº: 0700195-06.2019.8.18.0032

Execução Penal

Executado: FRANCISCO RENATAN DE MOURA PEREIRA

A Secretaria da 5ª Vara Criminal da Comarca de Picos/PI, de Ordem da Exma. Juíza de Direito desta Vara, **Dra. Nilcimar Rodrigues de Araújo Carvalho**, vem publicar a sentença de teor final seguinte: "... Isto posto, pelas razões já apresentadas, DECLARO CUMPRIDA INTEGRALMENTE A PENA IMPOSTA E EXTINTA A PUNIBILIDADE de FRANCISCO RENATAN DE MOURA PEREIRA, nos termos dos arts. 66, II, bem como determino o arquivamento dos autos. ..."

15.56. Publicação de Sentença

Processo nº: 0700004-24.2020.8.18.0032

Execução Penal

Executado: JOSÉ ANÍZIO DOS SANTOS

A Secretaria da 5ª Vara Criminal da Comarca de Picos/PI, de Ordem da Exma. Juíza de Direito desta Vara, **Dra. Nilcimar Rodrigues de Araújo Carvalho**, vem publicar a sentença de teor final seguinte: "...Isto posto, pelas razões já apresentadas, DECLARO CUMPRIDA INTEGRALMENTE A PENA IMPOSTA E EXTINTA A PUNIBILIDADE de JOSÉ ANÍZIO DOS SANTOS, nos termos dos arts. 66,II, bem como determino o arquivamento dos autos..."

15.57. Publicação de Sentença

Processo nº: 0021917-46.2015.8.18.0140

Execução Penal

Executado: FRANCISCO RONUELO DA SILVA

A Secretaria da 5ª Vara Criminal da Comarca de Picos/PI, de Ordem da Exma. Juíza de Direito desta Vara, **Dra. Nilcimar Rodrigues de Araújo Carvalho**, vem publicar a sentença de teor final seguinte: "... Desse modo, pelas razões apresentadas e com fulcro no art. 107, I do CP e art. 66, II da LEP, declaro extinta a punibilidade de FRANCISCO RONUELO DA SILVA..."

15.58. Intimação - 2ª Vara da Comarca de São Raimundo Nonato

PROCESSO Nº: 0801286-16.2019.8.18.0073

AUTOR: CARMINHO RIBEIRO DA ROCHA

ADVOGADO: JOSE ADAILTON ARAUJO LANDIM NETO - OAB/PI 13752

REU: EMPRESA EXPRESSO PRINCESA DO SUL LTDA

ADVOGADO: VICENTE RIBEIRO GONCALVES NETO - OAB/PI 4393

DECISÃO

ANTE O EXPOSTO, **CONHEÇO** dos presentes embargos de declaração, porque tempestivamente aforados, mas lhes NEGO, vez que inexistente omissão, obscuridade, contradição ou erro material na decisão embargada. Assim, julgo o recurso, **IMPROCEDENTE** por falta de amparo legal. Ademais, condeno a parte embargante a pagar à parte embargada uma multa, que arbitro em 1% do valor atualizado da causa, consoante norma insculpida no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários e certificações de estilo.

DETERMINAÇÕES JUDICIAIS

Observo decisão de ID 10356040 determinando a expedição de alvarás. De rigor, o cumprimento da r. decisão. Assim, à vista das informações oficiais prestadas pela autoridade financeira no ID 12414195, bem como a par dos depósitos na forma informada pela parte requerida durante o curso do processo - cujo se extrai possível divergência daquele saldo existente em conta informado pelo ref. Banco - observe-se o que segue:

1.1. à r. Secretaria para atribuir **sigilo** sobre a informação de ID 12414195 e ss., conforme justificado pela instituição bancária;

1.1.1. intimação das partes, por intermédio de seu advogado - art. 218, §3º, do NCPC, para, no prazo de 05 dias, manifestar-se sobre as informações apresentadas pelo Banco do Brasil no ID 12414195, em especial sobre o somatório dos valores que foram depositados em conta judicial, esclarecendo-se, em especial, no sentido de apontar eventual equívoco em um dos depósitos anteriores e/ou se se tratara de mero agendamento- vide ID 7276040;

1.1.2. assim, ficam as partes intimadas para devida ciência e em 05 dias - art. 218, §3º, do NCPC, esclarecimentos e/ou requerer o que entender devido, em especial, na forma do art. 6º, do NCPC, esclarecer a este juízo sobre forma como vem sendo cumprida a decisão liminar de ID 6878754 e/ou sobre adoção de eventual forma de pagamento/cumprimento que entender mais conveniente/célere - sob pena de preclusões de estilo;

1.2. à r. Secretaria para observar decurso de prazo e certificações de estilo;

2. Após, com/sem manifestação, conclusos conforme o feito venha a se apresentar, em máxima urgência. Determino intimações na forma do **art. 5º, §5º, da Lei 11.419**, observando-se expedientes de cumprimento na forma do **prov. 25 e/ou 63, do E.TJPI**, à vista da tramitação prioritária, afastando-se a regra usual do art. 5º, caput, da ref. Lei. À R. Secretaria para observância de decurso de prazo e certificações de estilo.

Expedientes necessários.

Decisão registrada eletronicamente. Publicações e intimações, inclusive via DJE. Observe-se decurso de prazo e cautelas de estilo. Cumpra-se na forma apontada.

15.59. EDITAL - VARA ÚNICA DE ÁGUA BRANCA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de ÁGUA BRANCA)

Processo nº 0001135-60.2006.8.18.0034

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Denunciante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Denunciado: JOÃO ARAÚJO RIBEIRO

Advogado(s):

SENTENÇA: "Diante do exposto, nos termos do art. 89, §5º da Lei n 9.099/95, cumprida a suspensão condicional do processo em comento, declaro extinta a punibilidade do réu JOÃO ARAUJO RIBEIRO com relação aos fatos descritos na denúncia".

15.60. EDITAL - VARA ÚNICA DE ÁGUA BRANCA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de ÁGUA BRANCA)

Processo nº 0000028-97.2014.8.18.0034

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: ANTONIO CARLOS MARTINS DA SILVA

Advogado(s):

SENTENÇA: "Dessa forma, considerando que transcorreu o prazo prescricional, julgo, com fundamento no artigo 107, IV do CP, extinta a punibilidade de ANTÔNIO CARLOS MARTINS DA SILVA relativamente ao delito tipificado no Art. 180 §3º, do Código Penal Brasileiro, supostamente praticado no mês dezembro de 2013".

15.61. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE ALTOS

Processo nº 0002483-95.2020.8.18.0140

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Advogado(s):

Réu: JOSIEL DA COSTA SOUZA

Advogado(s): JOSÉ RIANDSON MORAIS DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 18709)

Ante o exposto, julgo procedente em parte a pretensão punitiva do Estado para CONDENAR o réu JOSIEL DA COSTA SOUZA como incurso nas penas do crime de roubo majorado pelo concurso de agentes e emprego de arma de fogo, tipificado no art. 157, §2º, II e § 2º - A, I do Código Penal, figurando como vítimas HANNA KELLY DE SOUSA ARAÚJO e MARCELO DA SILVA SAMPAIO.

DOSIMETRIA DA PENA

Análise individualmente as circunstâncias do art. 59 do Código Penal. Será considerada nesta fase, como circunstância judicial negativa, o concurso de agentes, servindo o emprego de arma como majorante.

Culpabilidade - O grau de reprovabilidade não é especialmente elevado, de modo a ensejar o acréscimo da pena;

Conduta social - Não há elementos suficientes para qualificar sua conduta social como inidônea;

Comportamento da vítima - Em nada contribuiu para a prática do crime;

Motivo do crime - Cupidez, é próprio do tipo penal;

Circunstâncias do crime - Excedem o esperado para o crime, considerando que os réus aguardavam as vítimas escondidos no matagal, surpreendendo-as quando passavam no local, praticando a conduta de inopino e reduzindo as chances de defesa das vítimas. Além disso, houve concurso de agentes, implicando maior vulnerabilidade das vítimas;

Consequências - ultrapassam as esperadas pelo tipo penal, considerando que a ofendida Hanna Kelly suportou graves consequências psicológicas, tornando-se uma pessoa assustada e angustiada, tendo que recorrer a tratamento psicológico para minimizar os reflexos resultantes do delito, que ainda não foram superados;

Diante da presença de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo a pena-base acima do mínimo legal, mas em patamar inferior ao ponto médio, perfazendo 06 (seis) anos de reclusão e 60 (trinta) dias-multa.

Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Estão presentes duas causas de aumento de pena específicas, correspondentes ao concurso de agentes e ao emprego de arma de fogo, reconhecidas por ocasião da fundamentação. Uma delas, concurso de agentes, foi utilizada na primeira fase da dosimetria.

Assim, considero o emprego de arma de fogo para majorar a pena, ponderando que os agentes estavam de posse de arma, situação que submete as vítimas a perigo real e intenso. Como por ocasião do fato já havia entrado em vigor a Lei nº 13.654/2018, acresço a pena de 2/3 (dois terços), atingindo 08 (oito) anos, 04 (quatro) meses de reclusão e 83 (oitenta e três) dias-multa.

Incide, ainda, a regra do concurso formal de crimes, uma vez que o réu, mediante uma só ação, atingiu o patrimônio de duas vítimas, HANNA KELLY DE SOUSA ARAÚJO e MARCELO DA SILVA SAMPAIO, o que enseja o acréscimo da pena em 1/6 (um sexto), perfazendo 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias de reclusão e 96 (noventa e seis) dias-multa.

A pena privativa de liberdade será cumprida inicialmente em regime fechado, nos termos do art. 33, § 2º, a do Código Penal.

Não havendo elementos a indicar que o réu possua condições financeiras favoráveis, fixo o dia-multa no menor patamar, de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente no momento do crime. Incidirão sobre o montante os índices de correção monetária a partir da data da infração (§2º do art. 49, CP). A multa deverá ser paga no prazo de 10 (dez) dias contado do trânsito em julgado da sentença, ficando facultado ao condenado o pedido de parcelamento, conforme autoriza o art. 50, caput, do Código Penal.

Não há detração a ser realizada na sentença, tendo em vista o tempo de prisão provisória cumprido.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Condeno o réu em custas, mas suspendo a cobrança em razão da condição de pobreza que ostentam, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50.

Após o trânsito em julgado da sentença, expeça-se a guia definitiva e comunique-se à Justiça Eleitoral para os fins do art. 15, III da Constituição Federal.

No que concerne ao direito de recorrer em liberdade, entendo incabível a revogação da prisão.

O fato é por demais grave, pois se trata de roubo majorado, praticado mediante concurso de agentes e emprego de arma de fogo, cometido com ameaça grave exercida com emprego de arma de fogo contra duas vítimas. Além disso, o réu responde a outras ações penais (0000236-75.2014.8.18.0036 - art. 129, 9º, CP; 0000147-81.2016.8.18.0036 - art. 329, CP), Portanto, está sobejamente demonstrado o risco decorrente de sua liberdade, a recomendar a manutenção da prisão cautelar.

Dessa forma, apesar da primariedade do réu, vez que a execução penal é provisória, as circunstâncias do crime e os registros penais anteriores não recomendam o deferimento do direito de recorrer em liberdade.

Ademais, crimes como o presente se tornaram corriqueiros nesta cidade, que atinge elevados níveis de violência urbana, sendo diárias as notícias de roubos praticados na Comarca, situação que atemoriza a população, sitiada em seus próprios muros dada a insegurança vivenciada. Assim, deve ser mantida a custódia provisória e o indeferido o direito de recorrer em liberdade, a fim de preservar a garantia da ordem pública, protegendo-se a população contra a reiteração criminosa.

Por tais razões, com amparo nos arts. 312 e 313, I do Código de Processo Penal, indefiro o direito do réu de recorrer em liberdade e mantenho a custódia do acusado. Expeça-se guia provisória de execução penal.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Condeno os réus em custas, mas suspendo a cobrança em razão da condição de pobreza que ostenta, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50. P. R. I.

15.62. DESPACHO - VARA ÚNICA DE ALTOS

Processo nº 0000935-61.2017.8.18.0036

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: JORDANIO LUIS DA CONCEIÇÃO SOUSA, MARIA DE FÁTIMA LIMA DE SOUSA

Advogado(s): ANTONIO LUCAS BALDOINO BARROS(OAB/PIAUÍ Nº 2097)

Aguarde-se em Secretaria a realização de audiência de justificação designada para o dia 09/11/2020, às 09:30 horas

15.63. DESPACHO - VARA ÚNICA DE ALTOS

Processo nº 0000039-65.2010.8.18.0035

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): JEAN MARCELL DE MIRQANDA VIEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 3490)

Executado(a): ROBERTO ALVES DA SILVA

Advogado(s):

Intime-se o exequente para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se

15.64. DESPACHO - VARA ÚNICA DE ALTOS

Processo nº 0000039-03.2017.8.18.0041

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: MARIA ARGENTINA DA SILVA

Advogado(s): LORENA CAVALCANTI CABRAL(OAB/PIAUÍ Nº 12751)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A

Advogado(s): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 9024)

Nos termos do artigo 332, §4º, do Código de Processo Civil, intime-se o apelado/requerido para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Após, ex vi do disposto no parágrafo 3º do artigo 1.010 do Código de Processo Civil, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, a fim de que a irrisignação seja apreciada. Expedientes Necessários. Cumpra-se.

15.65. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE ALTOS

Processo nº 0000489-77.2016.8.18.0041

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: JOSÉ ANTONIO SEGISNANDO

Advogado(s): LUDSON DAMASCENO ALENCAR(OAB/PIAUÍ Nº 13275)

Réu: BANCO BRADESCOFIN S.A

Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)

ATO ORDINATÓRIO: Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.66. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE ALTOS

Processo nº 0000107-60.2011.8.18.0041

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: FRANCISCA ROSA DO NASCIMENTO

Advogado(s): ANTONIO MARCOS SOARES DE SOUSA (OAB/PIAUÍ Nº 2866)

Réu: RAIMUNDO VIEIRA DE MELO

Advogado(s):

Ante o exposto, atento ao que mais dos autos constam e princípios de direito aplicáveis à espécie, com fulcro no artigo 485, inciso VIII do Código de Processo Civil, homologo a desistência da parte autora e DECLARO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Ademais, defiro o pedido de justiça gratuita, motivo pelo qual fica a parte autora dispensada do pagamento de custas processuais, estes somente podendo ser executados se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário, na forma do § 3º do art. 98 do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as necessárias baixas.

15.67. EDITAL - VARA ÚNICA DE AMARANTE

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de AMARANTE)

Processo nº 0000330-88.2012.8.18.0037

Classe: Homologação de Transação Extrajudicial

Autor: GILSON DE SOUSA DIAS, LUIZA FRANCISCA DE CARVALHO

Advogado(s): HELENALDO SOARES DE CARVALHO(OAB/PIAUÍ Nº 8498)

Réu:**Advogado(s):**

ATO ORDINATÓRIO: Intime-se o Procurador da parte autora para ciência da certidão do Oficial de Justiça da Comarca de Araci/BA da Carta Precatória juntada em 13/10/2020 e se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05(cinco) dias. AMARANTE, 13 de outubro de 2020. FRANCISCO ISRAEL DIAS DE OLIVEIRA. Analista Judicial - 4233964

15.68. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AMARANTE**Processo nº** 0000324-61.2016.8.18.0063**Classe:** Ação Penal - Procedimento Ordinário**Indiciante:** A REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DESTA COMARCA DRA. JULIANA MARTINS CARNEIRO NOLÊTO**Advogado(s):****Indiciado:** JOSÉ WILLAME OLIVEIRA RÔXO**Advogado(s):**

324-61.2016.8.18.0063 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO PENAL movida pela justiça pública CONTRA JOSÉ WILLAME OLIVEIRA RÔXO, brasileiro, piauiense, solteiro, lavrador, maior, filho de ANA CÉLIA RÔXO, domiciliado na rua Abrigo dos Inundados, 708, Boa Vista, Palmeiras -PI, por prática do crime tipificado no art. 217-A, caput e parágrafo 1º do Código Penal Pátrio. Relata a denúncia de fls. 02, que o réu convive maritalmente com a vítima R. R. DA S., estando esta atualmente grávida e que RAIANE era menor de 14 anos e que o réu manteve relações sexuais com a mesma resultando na gravidez da menor, por fim, o ministério público requereu a procedência da denúncia com a condenação do réu, conforme a legislação citada, com a condenação do réu conforme art. 217-A, parágrafo 1º do Código penal pátrio. A denúncia foi recebida conforme despacho de fls. 42 dos autos. A vítima ouvida em Juízo, como se pode ver e ouvir, conforme mídia digital anexa aos autos, informou que o réu lhe pegava na residência de sua própria mãe e de lá saíam, oportunidade em que mantinham relações sexuais. Em juízo foi ouvida como informante a cidadã MARIA RAIMUNDA DA SILVA RIBEIRO, a qual confirmou que tomou conhecimento que o réu se aproximou de sua filha (vítima), primeiramente freqüentando atos religiosos na igreja e depois chegou a freqüentar a casa da informante e somente depois é que veio tomar conhecimento, que o réu tinha mantido relações sexuais e engravidado a sua filha R. R. da S. Em juízo foi ouvido como informante Luis Feitosa Mendes (padrasto da vítima), o qual informou que na verdade o réu se aproximou tanto do declarante e de sua família a princípio, freqüentando atos de religião e na verdade tomou conhecimento que o réu manteve relações sexuais com a vítima, que na época era menor de 14 anos e em consequência resultou na gravidez da mesma. Em Juízo foi ouvida a informante ANA CÉLIA OLIVEIRA RÔXO (mãe do réu), declarou confirmou que o réu e vítima mantiveram relações sexuais no ano de 2016 e que a vítima engravidou. Em Juízo foi ouvida a informante MARA DENISE OLIVEIRA RÔXO, (irmã do réu), conforme suas declarações, informou ser sabedora do relacionamento do réu com a vítima, porque tinha conhecimento que o réu andava na casa da mãe da vítima, e quando não ia lá a vítima ia até a casa da mãe do réu. O réu ouvido em Juízo, declarou que na verdade manteve encontros com a vítima e que as vezes dormia na casa da vítima e que não sabia se a vítima era menor de idade, por que ela tinha porte físico que demonstrava ser maior de idade. O representante do ministério público apresentou suas alegações finais, conforme petição anexa, oportunidade que requereu a procedência da denúncia com a condenação do réu, nos moldes requeridos, em razão de ter ficado devidamente comprovados a autoria e a materialidade, que o réu em seu interrogatório não negou a prática dos atos descritos na denúncia. A defesa apresentou suas alegações finais, oportunidade em que alegou preliminarmente que o representante do ministério público requereu a juntada da certidão de nascimento do filho da vítima e na verdade foi feita a juntada da certidão de nascimento da vítima e por entender conveniente para defesa do réu, requereu a juntada da certidão de nascimento do filho da vítima, o que INDEFIRO, uma vez que, a ação penal requerer a condenação do réu pela prática do crime de estupro e a certidão de nascimento da criança não vai justificar uma absolvição ou a condenação do réu. Relata a defesa a tipicidade formal uma vez que, na instrução processual não ficou devidamente comprovado que o réu tenha mantido relações sexuais com a vítima quando menor de 14 anos. Relata a defesa que o acusado apesar de saber que a vítima era menor, desconhecia a real idade desta, por ter a mesma, porte físico avantajado. Relata ainda a defesa há não higidez da doença mental para prejudicar o discernimento para a prática do ato, uma vez que, o ministério público relatou que a vítima possui retardo mental, por fim, requereu a absolvição do réu por entender a tipicidade da conduta do mesmo, em razão da vítima ter 14 anos na época dos fatos e por ter tudo ocorrido de forma consentida, caso não fosse esse o entendimento que fosse aplicada a pena mínima. É o relatório. Decido. Analisando os autos, verifica-se que o réu confessou em seu interrogatório o seu relacionamento amoroso com a vítima, informando que a s vezes dormia na casa da mesma, reconheço a sua culpabilidade. Os autos não demonstram que o réu tenha ruínas antecedentes. Os autos não comprovam que o réu tenha ruim conduta social. Os autos não comprovam que o réu tenha personalidade tendenciosa para a prática de crimes. Os autos não comprovam motivos para justificar os fatos relatados na denúncia. Entendo que os fatos praticados trouxeram consequências danosas tanto para com a vítima e seus familiares. Os autos não comprovam que a vítima tinha comportamento social inadequado em seu convívio social. Analisando os autos, verifica-se que o réu não negou a ter praticado atos sexuais com a vítima. Analisando os autos, verifica-se a inexistência de provas periciais para comprovar que a vítima não tinha discernimento dos atos praticados com o réu. Os autos informam através das pessoas ouvidas que os fatos citados na denúncia ocorreram no ano de 2016, oportunidade em que a menor já teria completado 14 anos. Analisando os autos, verifica-se o documento de fls. 15, datado de 02 de abril de 2016, o qual informa que a vítima R. R. da S., estava com gestação tópica no curso de 05 semanas, o que se pode concluir ter a mesma engravidado no mês de março de 2016. Analisando os autos, verifica-se a inexistência de provas que afirmem que o réu praticou ato sexual com a vítima quando esta não tinha ainda completado 14 anos de idade. Assim estabelece a Jurisprudência: TJ-SC - Apelação Criminal APR 00005633820178240039 Lages 00005633-38.2017.8.24.0039 (TJ-SC) Jurisprudência?Data de publicação: 14/11/2019 APELAÇÃO CRIMINAL - ESTUPRO PRATICADO CONTRA MENOR DE 18 (DEZOITO) ANOS E MAIOR DE 14 (QUATORZE) ANOS DE IDADE (ART. 213, § 1º, IN FINE, DO CÓDIGO PENAL) - SENTENÇA ABSOLUTÓRIA - RECURSO DA ACUSAÇÃO. PRETENDIDA CONDENAÇÃO DO ACUSADO - ALEGADA EXISTÊNCIA DE PROVAS ACERCA DA MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVA - PROCEDÊNCIA - PALAVRA DA VÍTIMA FIRME E COERENTE COM AS DEMAIS PROVAS COLHIDAS NO PROCESSO - LAUDO PERICIAL, ADEMAIS, QUE ATESTA A PRESENÇA DE LACERAÇÃO RECENTE - SENTENÇA MODIFICADA. Tratando-se de crime praticado na clandestinidade, como o estupro, sem qualquer testemunha ocular dos fatos, a palavra da vítima assume especial relevância, ainda mais quando as declarações são coerentes e estão amparadas em outros elementos de prova colhidos no processo, sendo suficiente para embasar o decreto condenatório. RECURSO PROVIDO. Em razão do exposto, acolho em parte para julgar procedente a denúncia apresentada pelo Ministério Público, para DESCLASSIFICAR O CRIME, conforme art. 217-A, classificando-o como art. 213, do Código Penal Pátrio, fixo a pena base em 06 anos de reclusão, deixando de aplicar circunstancia atenuante, por ter confessado a prática do crime, por ter fixado a pena mínima e há não ocorrência de circunstancias agravante, minorante ou majorante, o que faço conforme art.(s) 59, 61, 65, 68 todos do Código Penal Pátrio, tornando-a definitiva em 06 anos de reclusão em regime semiaberto em estabelecimento adequado ao cumprimento do pena na Penitenciária Agrícola Major César de Oliveira, o que faço nos termos do art. 33, parágrafo 2º, letra "b". Condeno o réu no pagamento das custas processuais. Transitada em julgado a sentença, inclua-se o nome do réu no rol dos culpados. Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, INTIMEM-SE e CUMPRA-SE.

15.69. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES**Processo nº** 0000019-83.1999.8.18.0092**Classe:** Inventário**Inventariante:** RAIMUNDO NONATO RODRIGUES DO AMARAL, ZILNEIDE AVELINO FREITAS, ELEONOR ROCHA ALVES, PRUDENTE LUSTOSA DO AMARAL, ILIDIO JOSÉ GUIMARÃES, GILSON FONSECA BARBOSA, LUIZ AFONSO LUSTOSA DO AMARAL, ERANDINALVA

RODRIGUES DO AMARAL, MARLUCE FERREIRA CASTRO

Advogado(s): DODGE FÉLIX CARVALHO BASTOS(OAB/PIAÚI Nº 3651), EDER CLAUDINO GONCALVES(OAB/PIAÚI Nº 2382)

Réu:

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.70. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000083-36.2014.8.18.0038

Classe: Execução Fiscal

Exequente: O INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL INMETRO

Advogado(s): SILVIA MARIA SERVIO SANTOS (OAB/PIAÚI Nº 96-B)

Executado(a): DEVESA E DEVESA SERVIÇOS COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, REPRESENTANTE LEGAL - EDNALDO DEVEZA DA ROCHA

Advogado(s): CLEMILSON LOPES(OAB/PIAÚI Nº 6512-A)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.71. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000005-08.2015.8.18.0038

Classe: Cautelar Inominada

Requerente: MUNICIPIO DE AVELINO LOPES-PI REP.PREFEITO MUNICIPAL DIOSTENES JOSÉ ALVES

Advogado(s): VIRGILIO BACELAR DE CARVALHO(OAB/PIAÚI Nº 2040)

Requerido: IGREJA MISSIONÁRIA DO DEUS VIVO - IMDV - REPRESENTANTE RICARDO TSUYOCHIO BARCELLOS KITAKA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.72. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000138-58.2010.8.18.0092

Classe: Interdição

Interditante: ELIENE MARIA DE SOUSA SANTOS

Advogado(s): DODGE FÉLIX CARVALHO BASTOS(OAB/PIAÚI Nº 3651), DODGE FÉLIX CARVALHO BASTOS(OAB/PIAÚI Nº 3651)

Interditando: MARIA LUIZA DE SOUSA GAMA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 10 de outubro de 2020

15.73. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000093-44.2016.8.18.0092

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: EDITE RODRIGUES ARAUJO

Advogado(s): CHARLES DO LAGO COELHO(OAB/TOCANTINS Nº 5603)

Réu: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 10 de outubro de 2020

15.74. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000121-85.2011.8.18.0092

Classe: Averiguação de Paternidade

Requerente: AURIZETE NOGUEIRA DE CARVALHO, MENOR: A. V. N. DE C.

Advogado(s):

Requerido: DEROCI CARVALHO DA COSTA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 10 de outubro de 2020

15.75. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000224-87.2014.8.18.0092

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: JEZI MARQUES DE ARAÚJO

Advogado(s): JUVIO FERREIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAÚI Nº 9367)

Réu: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 10 de outubro de 2020

15.76. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000426-27.2017.8.18.0038

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ORNELINA MARIA DA SILVA

Advogado(s): ANA PIERINA CUNHA SOUSA(OAB/PIAÚI Nº 15343), GILLIAN MENDES VELOSO IGREJA(OAB/PIAÚI Nº 18649)

Réu: BANCO BMG

Advogado(s): MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA(OAB/MINAS GERAIS Nº 63440), FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA(OAB/MINAS GERAIS Nº 109730)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.77. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000124-95.2017.8.18.0038

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARLENE MARIA DE SOUSA

Advogado(s): ANA PIERINA CUNHA SOUSA(OAB/PIAÚI Nº 15343), GILLIAN MENDES VELOSO IGREJA(OAB/PIAÚI Nº 18649)

Réu: BANCO BMG S.A

Advogado(s): RODRIGO SCOPEL(OAB/RIO GRANDE DO SUL Nº 40004)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.78. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000072-20.2006.8.18.0092

Classe: Execução Fiscal

Exequente: A PROCURADORIA DA FAZENDA PÚBLICA NACIONAL DO PIAÚI

Advogado(s):

Executado(a): ANTONIO FRANCISCO DO REGO NETO

Advogado(s): FELLIPE BARROS DO RÊGO(OAB/PIAÚI Nº 7335), ACILINO SOARES BEZERRA FILHO(OAB/PIAÚI Nº 1889)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.79. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000332-48.2016.8.18.0092

Classe: Busca e Apreensão

Requerente: BANCO HONDA S.A

Advogado(s): HIRAN LEO DUARTE(OAB/CEARÁ Nº 10422), ELIETE SANTANA MATOS(OAB/CEARÁ Nº 10423)

Requerido: CLAUDIVANIA ALVES DA SILVA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo

passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 12 de outubro de 2020

15.80. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000055-68.2014.8.18.0038

Classe: Cumprimento de sentença

Exequente: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI, TAYLON PROSPERO DOS SANTOS REPRESENTADO POR SUA TIA RAIMUNDA LOURDES PROSPERO DE SOUSA

Advogado(s): IZANEI PRÓSPERO DA SILVA(OAB/PIAUI Nº 10738)

Executado(a): CLERISVALDO DOS SANTOS GAMA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 12 de outubro de 2020

15.81. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000261-51.2013.8.18.0092

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: CILEIDES GAMA SILVA

Advogado(s): ANDRÉ ROCHA DE SOUZA(OAB/PIAUI Nº 6992)

Réu: BCP TELECOMUNICAÇÕES S/A - CLARO S/A

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 12 de outubro de 2020

15.82. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000052-45.2016.8.18.0038

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: ISABEL MOREIRA LIMA

Advogado(s): CLEMILSON LOPES(OAB/PIAUI Nº 6512-A)

Réu: BANCO BRADESCO S. A.

Advogado(s): ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO(OAB/PERNAMBUCO Nº 23255)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 12 de outubro de 2020

15.83. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000432-08.2013.8.18.0092

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: CLAUDIMIRO LIMA NASCIMENTO

Advogado(s): MURILO SOUSA ARRAIS(OAB/PIAUI Nº 10958)

Réu: BANCO PANAMECANO S.A

Advogado(s): GILVAN MELO SOUSA(OAB/CEARÁ Nº 16383)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 12 de outubro de 2020

15.84. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000302-49.2014.8.18.0038

Classe: Interdição

Interditante: NETILDES BISPO MOREIRA DA SILVA

Advogado(s): IZANEI PRÓSPERO DA SILVA(OAB/PIAUI Nº 10738), LUAN DIAS PRÓSPERO(OAB/PIAUI Nº 8984)

Interditando: IRACI BATISTA DE SOUSA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 12 de outubro de 2020

15.85. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000465-90.2016.8.18.0092

Classe: Execução de Alimentos Infância e Juventude

Exequente: VALÉRIA GOMES DA SILVA

Advogado(s): MURILO SOUSA ARRAIS(OAB/PIAUI Nº 10958)

Executado(a): IRINEU REINALDO DA SILVA NETO

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 12 de outubro de 2020

15.86. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000157-59.2013.8.18.0092

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: EDÉSIO DIAS DE CARVALHO

Advogado(s): PEDRO LUSTOSA DO AMARAL HIDASI (OAB/PIAUI Nº 8201), LUCIANO HENRIQUE SOARES DE OLIVEIRA AIRES(OAB/PIAUI Nº 11663)

Réu: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 12 de outubro de 2020

15.87. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000958-98.2017.8.18.0038

Classe: Ação Rescisória

Autor: JOSEFA LUSTOSA ARRAIS

Advogado(s): DODGE FÉLIX CARVALHO BASTOS(OAB/PIAUI Nº 3651)

Réu: DIOGENES CARVALHO FILHO

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 13 de outubro de 2020

15.88. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000063-45.2014.8.18.0038

Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: MIRELLA CARVALHO GRANJA REPRESENTADA POR SUA MÃE SAMARA DOS SANTOS CARVALHO

Advogado(s): DODGE FÉLIX CARVALHO BASTOS(OAB/PIAUI Nº 3651)

Requerido: MARCELO GRANJA

Advogado(s): IZANEI PRÓSPERO DA SILVA(OAB/PIAUI Nº 10738)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web

15.89. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000458-66.2016.8.18.0038

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: UALEANA FERREIRA DA SILVA - MEI

Advogado(s):

Réu: FABIO SANTOS

Advogado(s):

Diante do exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido e, em consequência, CONDENO o requerido ao pagamento da quantia de R\$ 115,00 (cento e quinze reais), corrigida monetariamente, a partir do vencimento da obrigação (Súmula 43 do STJ), pela tabela de correção monetária do Conselho da Justiça Federal, utilizada neste Tribunal por força do Provimento Conjunto 006/2009, e com incidência de juros de mora de 1% ao mês, também a partir do inadimplemento (art. 397 do CC), atendendo ao disposto no art. 406 do CC, em consonância com o art. 161, § 1º, do CTN. Sem custas e sem honorários nesta instância (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. AVELINO LOPES, datado e assinado eletronicamente. RODOLFO FERREIRA LAVOR RODRIGUES DA CRUZ Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de AVELINO LOPES

15.90. DECISÃO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000127-24.2013.8.18.0092

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: F. MARIO EVARISTO-FAME

Advogado(s): ADAO VIEIRA SOARES(OAB/PIAUÍ Nº 12464), ROBERTO FONTOURA ACOSTA(OAB/PIAUÍ Nº 71820)

Réu: MUNICÍPIO DE JÚLIO BORGES-PI

Advogado(s): VALDECIR RODRIGUES DE ALBUQUERQUE JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 2882)

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de justiça gratuita, ao passo que determino a INTIMAÇÃO da parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o recolhimento das custas, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, com cancelamento da distribuição (art. 290 do CPC). Intimem-se. Cumpra-se. AVELINO LOPES, datado e assinado eletronicamente. RODOLFO FERREIRA LAVOR RODRIGUES DA CRUZ Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de AVELINO LOPES

15.91. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000030-65.2008.8.18.0038

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL - COMARCA DE AVELINO LOPES

Advogado(s):

Réu: AMADO LOPES DE SENA

Advogado(s): ANTONIO RÔMULO SILVA GRANJA(OAB/PIAUÍ Nº 2806)

Ante o exposto, com fulcro nos arts. 107, inciso IV, primeira figura c/c art. 109, inciso III, ambos do Código Penal, DECLARO EXTINTA, pela prescrição, a punibilidade do réu AMADO LOPES DE SENA, em relação ao delito versado nos presentes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição e no registro. CUMPRA-SE. AVELINO LOPES, datado e assinado eletronicamente. RODOLFO FERREIRA LAVOR RODRIGUES DA CRUZ Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de AVELINO LOPES

15.92. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000471-70.2013.8.18.0038

Classe: Interdito Proibitório

Interditante: VIRISSIMO ALFRE DE APONUCENO

Advogado(s): WESLEY MOREIRA DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 6338)

Interditando: MUNICÍPIO DE MORRO CABEÇA NO TEMPO (PI) / PREFEITURA MUNICIPAL

Advogado(s): MAURICIO DA SILVA VIEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 8208)

III - DISPOSITIVO Ante o exposto, EXTINGO o processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, tendo em vista a perda superveniente do interesse de agir. Condeno a parte autora em custas e honorários de sucumbência, estes em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com a devida baixa. Expedientes necessários. AVELINO LOPES, datado e assinado eletronicamente. RODOLFO FERREIRA LAVOR RODRIGUES DA CRUZ Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de AVELINO LOPES

15.93. DECISÃO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000004-43.2003.8.18.0038

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): MARIA DOS AFLITOS OLIVEIRA CUNHA(OAB/PIAUÍ Nº 2939), PEDRO LOPES DE OLIVEIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 1962)

Executado(a): DEMERVAL ASSIS GAMA, FENELON JOSÉ DA GAMA - AVALISTA

Advogado(s):

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido da parte executada. Intimem-se as partes desta decisão. Cumpra-se na integralidade o despacho exarado à fl. 62. Em seguida, com o trânsito em julgado, certifique-se. Após a certificação, arquivem-se os autos, com as devidas anotações. Expedientes necessários. AVELINO LOPES, 11 de outubro de 2020. RODOLFO FERREIRA LAVOR RODRIGUES DA CRUZ Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de AVELINO LOPES

15.94. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000347-56.2012.8.18.0092

Classe: Inventário

Inventariante: MIRAISSA DIAS DE OLIVEIRA BARBOSA

Advogado(s): OSORIO MARQUES BASTOS FILHO (OAB/PIAUÍ Nº 3088)

Inventariado: MANOEL FARIAS DE OLIVEIRA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 13 de outubro de 2020

15.95. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000032-69.2007.8.18.0038

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

Réu: ALEX MOREIRA DA SILVA

Advogado(s): ANTONIO RÔMULO SILVA GRANJA(OAB/PIAUÍ Nº 2806)

Isto posto, com fulcro no art. 107, inciso IV, primeira figura, c/c art. 109, inciso II, c/c art. 115, todos do Código Penal, DECLARO, pela prescrição, EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu ALEX MOREIRA DA SILVA, em relação aos delitos versados nos presentes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição e no registro. CUMPRA-SE. AVELINO LOPES, datado e assinado eletronicamente. RODOLFO FERREIRA LAVOR RODRIGUES DA CRUZ Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de AVELINO LOPES

15.96. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000071-83.2016.8.18.0092

Classe: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal

Autor:

Advogado(s):

Indiciado: FRANCISCO RODRIGUES VIEIRA FILHO

Advogado(s):

Por todo o exposto, considerando que a imposição e manutenção das medidas protetivas previstas na Lei nº 11.340/2006 somente é cabível nas hipóteses de necessidade e urgência, e na forma do art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, ACOLHO o parecer do Ministério Público, DETERMINANDO a extinção do feito sem análise do mérito. Neste passo, importante ressaltar que a extinção destes autos e o seu arquivamento não implicará em descaso com a requerente, eis que, se necessário for, as medidas protetivas poderão ser aplicadas em novos autos, desde que presentes os seus pressupostos e requisitos. CIENTIFIQUE-SE o Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. AVELINO LOPES, datado e assinado eletronicamente. RODOLFO FERREIRA LAVOR RODRIGUES DA CRUZ Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de AVELINO LOPES

15.97. DECISÃO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000088-48.2020.8.18.0038

Classe: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal

Requerente: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

Requerido: ÁTILA FERREIRA DE SOUSA

Advogado(s):

Em observância à disposição do art. 1º, §1º, do Provimento nº 14 do TJ/PI, de 21 de agosto de 2018, determino a suspensão do procedimento em epígrafe pelo prazo de 90 (noventa) dias. Aguarde-se o prazo acima estabelecido em Secretaria e, após transcorrido em sua integralidade, INTIME-SE pessoalmente a vítima para dizer se ainda tem interesse nas medidas protetivas deferidas a seu favor, devendo o(a) Sr(a) Oficial(a) de Justiça relatar em sua Certidão. Em seguida, proceda-se à conclusão. Cumpra-se. AVELINO LOPES, datado e assinado eletronicamente. RODOLFO FERREIRA LAVOR RODRIGUES DA CRUZ Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de AVELINO LOPES

15.98. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000035-72.2017.8.18.0038

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARCELO GRANJA

Advogado(s): ANTONIO RÔMULO SILVA GRANJA(OAB/PIAUI Nº 2806)

Réu: MIRELLA CARVALHO GRANJA

Advogado(s): DODGE FÉLIX CARVALHO BASTOS(OAB/PIAUI Nº 3651)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.99. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000163-66.2013.8.18.0092

Classe: Embargos à Execução

Autor: I. R. IDALICE RODRIGUES DIAS E JOÃO LOURENÇO DIAS NETO

Advogado(s): VAMBERTO RIBEIRO ROCHA(OAB/TOCANTINS Nº 1646)

Réu: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

Advogado(s):

Isto posto, em razão do não pagamento das custas de ingresso, indefiro a inicial, ao passo que JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, I, do CPC. Baixem-se os autos em Secretaria para cancelamento da distribuição e posterior arquivamento dos autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. AVELINO LOPES, datado e assinado eletronicamente. RODOLFO FERREIRA LAVOR RODRIGUES DA CRUZ Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de AVELINO LOPES

15.100. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000352-78.2012.8.18.0092

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

Autor do fato: MARCOS ROCHA DE SOUSA

Advogado(s): DEFENSORIA PUBLICA DO PIAUI(OAB/PIAUI Nº)

Ante o exposto, com base nos arts. 107, IV, 1ª figura, e 109, V, ambos do Código Penal, DECLARO, pela prescrição, EXTINTA A PUNIBILIDADE de MARCOS ROCHA DE SOUSA, em relação ao delito versado nos presentes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado e as cautelas de praxe, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. AVELINO LOPES, datado e assinado eletronicamente. RODOLFO FERREIRA LAVOR RODRIGUES DA CRUZ Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de AVELINO LOPES

15.101. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000175-46.2014.8.18.0092

Classe: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal

Autor:

Advogado(s):

Réu: IRANILTON RIBEIRO DE SOUSA

Advogado(s):

Por todo o exposto, considerando que a imposição e manutenção das medidas protetivas previstas na Lei nº 11.340/2006 somente é cabível nas hipóteses de necessidade e urgência, e na forma do art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, ACOLHO o parecer do Ministério Público, ao passo que REVOGO AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA concedidas anteriormente, DETERMINANDO a

extinção do feito sem análise do mérito. Ressalte-se que a revogação das medidas não implica impossibilidade de a vítima, a qualquer tempo, em caso de necessidade, ingressar com novos pedidos, diante de atual situação de risco e violência (Art. 19, § 3º, da Lei nº 11.340/2006). CIENTIFIQUE-SE o Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. AVELINO LOPES, datado e assinado eletronicamente. RODOLFO FERREIRA LAVOR RODRIGUES DA CRUZ Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de AVELINO LOPES

15.102. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000205-86.2011.8.18.0092

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: VÂNIA LUCIA RIBEIRO DOS SANTOS

Advogado(s): ELIOMAR GOMES MONTEIRO(OAB/PIAÚI Nº)

Réu: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Advogado(s): MÁRIO ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO(OAB/PIAÚI Nº 2209)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web..

15.103. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000314-58.2017.8.18.0038

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

Réu: ADRIEL TÔRRES OLIVEIRA SANTOS

Advogado(s): DEFENSORIA PUBLICA DO PIAUI(OAB/PIAÚI Nº)

Ante o exposto, com fundamento no art. 107, IV, 1ª figura, do Código Penal c/c art. 30 da Lei nº 11.343/2006, DECLARO, pela prescrição, EXTINTA A PUNIBILIDADE do averiguado ADRIEL TORRES DE OLIVEIRA SANTOS, em relação ao delito versado nos presentes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado e as cautelas de praxe, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. AVELINO LOPES, datado e assinado eletronicamente. RODOLFO FERREIRA LAVOR RODRIGUES DA CRUZ Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de AVELINO LOPES

15.104. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000230-02.2011.8.18.0092

Classe: Representação Criminal/Notícia de Crime

Representante: LIODUMIRA FENANDES DA SILVA

Advogado(s): DODGE FÉLIX CARVALHO BASTOS(OAB/PIAÚI Nº 3651)

Representado: LEILA SANDRA NOBRE DE CARVALHO

Advogado(s):

Ante o exposto, com base nos arts. 107, IV, 1ª figura, e 109, IV, ambos do Código Penal, DECLARO, pela prescrição, EXTINTA A PUNIBILIDADE de LEILA SANDRA NOBRE DE CARVALHO, em relação ao delito versado nos presentes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado e as cautelas de praxe, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. AVELINO LOPES, datado e assinado eletronicamente. RODOLFO FERREIRA LAVOR RODRIGUES DA CRUZ Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de AVELINO LOPES

15.105. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000047-29.1993.8.18.0038

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: (BANCO DO BRASIL S/A, INCORPORADOR DO BANCO DO ESTADO DO PIAÚI S/A)

Advogado(s): LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS(OAB/PARANÁ Nº 8123)

Executado(a): JORDINO LOPES DOS SANTOS

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 13 de outubro de 2020

15.106. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000082-49.2015.8.18.0092

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: OLINDA LINO DE ARAÚJO

Advogado(s): DODGE FÉLIX CARVALHO BASTOS(OAB/PIAÚI Nº 3651)

Réu: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 13 de outubro de 2020 ROBSON RIBEIRO DE SOUSA Oficial de Gabinete - .

15.107. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000522-76.2016.8.18.0038

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ANTONIO ROMULO SILVA GRANJA

Advogado(s): ANTONIO RÔMULO SILVA GRANJA(OAB/PIAUÍ Nº 2806)

Réu: BANCO DO BRASIL

Advogado(s): RAFAEL SGANZERLA DURAND(OAB/PIAUÍ Nº 8204-A)

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 13 de outubro de 2020 ROBSON RIBEIRO DE SOUSA Oficial de Gabinete - .

15.108. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000426-32.2014.8.18.0038

Classe: Interdição

Interditante: GEDSON PEREIRA DIAS

Advogado(s): IZANEI PRÓSPERO DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 10738)

Interditando: FLAVIA MARQUES DIAS

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 13 de outubro de 2020 ROBSON RIBEIRO DE SOUSA Oficial de Gabinete - .

15.109. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000957-16.2017.8.18.0038

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: VULMÁRIO GONÇALVES BASTOS

Advogado(s): ANTÔNIO RÔMULO SILVA GRANJA(OAB/PIAUÍ Nº 280697)

Réu: BANCO BRADESCO S. A.

Advogado(s): RUBENS GASPAR SERRA(OAB/SÃO PAULO Nº 119859)

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 13 de outubro de 2020 ROBSON RIBEIRO DE SOUSA Oficial de Gabinete - .

15.110. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000287-12.2016.8.18.0038

Classe: Reintegração / Manutenção de Posse

Autor: POMPILO NOGUEIRA VIANA, CLEONICE LUSTOSA DE ALENCAR VIANA

Advogado(s): ULI OLIVEIRA CASTRO FERNANDES(OAB/PIAUÍ Nº 14831), ELIOMAR CASTRO FERNANDES(OAB/PIAUÍ Nº 2317)

Requerido: GERSON MARQUES DA SILVA

Advogado(s): IZANEI PRÓSPERO DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 10738)

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 13 de outubro de 2020 ROBSON RIBEIRO DE SOUSA Oficial de Gabinete - .

15.111. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000432-68.2016.8.18.0038

Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: EZEDIQUIAS ALVES DE SENA

Advogado(s): ARTEMMYS OLIVEIRA DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 4297-E), ADINA KACIA ARAUJO DE ALMEIDA(OAB/PIAUÍ Nº 12869), FRANCISCO WALTER DE AMORIM MENESES JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 5641)

Requerido: Z. V. M. D. S., NILZENIA MARQUES DOS SANTOS

Advogado(s): IZANEI PRÓSPERO DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 10738)

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 13 de outubro de 2020 ROBSON RIBEIRO DE SOUSA Oficial de Gabinete - .

15.112. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000506-28.2014.8.18.0092

Classe: Ação de Alimentos

Requerente: R. A. D. J.

Advogado(s): DODGE FÉLIX CARVALHO BASTOS(OAB/PIAÚI Nº 3651)

Requerido: DALMÁRIO DE JESUS RIBEIRO

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 13 de outubro de 2020 ROBSON RIBEIRO DE SOUSA Oficial de Gabinete - .

15.113. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000138-84.2014.8.18.0038

Classe: Divórcio Litigioso

Autor: LEILA RIBEIRO DE SOUZA

Advogado(s): CLEMILSON LOPES(OAB/PIAÚI Nº 6512)

Réu: GERIVALDO ROBERTO DE SOUZA

Advogado(s): TADEU LUIS GONÇALVES PEREIRA(OAB/BAHIA Nº 27908)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.114. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000169-44.2011.8.18.0092

Classe: Ação de Alimentos

Requerente: MARIA CARVALHO AGUIAR, MENOR: A. G. A. R., MENOR: J. R. C. R.

Advogado(s):

Requerido: JOSÉ NILTON RODRIGUES

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 13 de outubro de 2020

15.115. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000014-85.2004.8.18.0092

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ARTHUR HENRIQUE FARIAS

Advogado(s): WILSON SOUSA DE CARVALHO(OAB/PIAÚI Nº 81-B)

Réu: GEDEMILTON RIBEIRO DE SANTANA

Advogado(s): OLDAIR FONSECA GUERRA(OAB/PIAÚI Nº 4489)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 13 de outubro de 2020

15.116. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000181-92.2010.8.18.0092

Classe: Ação de Alimentos

Requerente: RAMON VOGADO GUERRA

Advogado(s): DENYSE COSTA E SILVA(OAB/PIAÚI Nº 6897)

Requerido: ANNA CLÁUDIA DE OLIVEIRA CARVALHO, MENOR: P. L. DE C. V.

Advogado(s): ELIOMAR GOMES MONTEIRO(OAB/PIAÚI Nº)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. AVELINO LOPES, 13 de outubro de 2020

15.117. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000260-63.2015.8.18.0038

Classe: Impugnação ao Valor da Causa Cível

Autor: GERIVALDO ROBERTO DE SOUZA

Advogado(s): TADEU LUIS GONÇALVES PEREIRA(OAB/BAHIA Nº 27908)

Réu: A JUSTIÇA PUBLICA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.118. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE AVELINO LOPES

Processo nº 0000010-96.2014.8.18.0092

Classe: Busca e Apreensão

Requerente: BANCO HONDA S.A

Advogado(s): HIRAN LEAO DUARTE(OAB/CEARÁ Nº 10422), ELIETE SANTANA MATOS(OAB/CEARÁ Nº 10423), LARISSE MENDES RIBEIRO(OAB/PIAÚI Nº 3454/01)

Requerido: ELENITA FERNANDES PEREIRA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.119. ATO ORDINATÓRIO - VARA CRIMINAL DE BARRAS

Processo nº 0000248-94.2020.8.18.0128

Classe: Pedido de Prisão Preventiva

Requerente: DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE BARRAS

Advogado(s):

Requerido: BRUNO RICARDO BARROS CAITANO

Advogado(s): KERLON DO REGO FEITOSA(OAB/PIAÚI Nº 13112)

Considerando a interposição do Recurso em Sentido Estrito pelo Ministério Público, intimo a defesa para a apresentação de suas Contrarrazões no prazo legal.

15.120. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE BARRO DURO

Processo nº 0000150-57.2014.8.18.0084

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

Réu: JAIME MONTEIRO DOS SANTOS

Advogado(s):

SENTENÇA: Ante o exposto, em consonância a manifestação ministerial, RECONHEÇO, com fundamento nos arts. 109, V e 107, IV do Código Penal a prescrição da pretensão punitiva estatal em face de JAIME MONTEIRO DOS SANTOS, DECLARANDO extinta sua punibilidade. Sem custas, na forma da lei. Publique-se, registre-se e intemem-se. Ciência ao Ministério Público. Transitada em julgada, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. BARRO DURO, 12 de outubro de 2020. MARCOS AUGUSTO CAVALCANTI DIAS Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de BARRO DURO

15.121. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE BARRO DURO

Processo nº 0000187-55.2012.8.18.0084

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

Réu: FRANCISCO CARLOS DOS SANTOS

SENTENÇA: Ante o exposto, RECONHEÇO, com fundamento nos arts. 109, IV c/c art.107, IV, 1ª parte do Código Penal, a prescrição da pretensão punitiva estatal em face de FRANCISCO CARLOS DOS SANTOS, DECLARANDO, por via de consequência, EXTINTA a sua PUNIBILIDADE com relação ao crime de lesão corporal leve com violência doméstica. Sem custas, na forma da lei. Publique-se, registre-se e intemem-se. Ciência ao Ministério Público. Transitada em julgada, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. BARRO DURO, 12 de outubro de 2020. MARCOS AUGUSTO CAVALCANTI DIAS. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de BARRO DURO

15.122. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE BARRO DURO

Processo nº 0000100-21.2020.8.18.0084

Classe: Representação Criminal/Notícia de Crime

Representante: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DO ESTADO DO PIAUI

Réu:

SENTENÇA: Ante o exposto pelo Parquet e por não vislumbrar configurados os requisitos mínimos necessários para a persecução penal, tenho por acolher o requerimento ministerial para, com fundamento no art. 28 do Código de Processo Penal, DETERMINAR o arquivamento do presente procedimento policial, sem prejuízo da reabertura do procedimento mediante o surgimento de novos elementos, a teor do Enunciado nº 524 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intemem-se. Ciência ao Ministério Público. Transitado em julgado arquivem-se os autos, promovendo-se a baixa na distribuição. BARRO DURO, 12 de outubro de 2020. MARCOS AUGUSTO CAVALCANTI DIAS. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de BARRO DURO

15.123. EDITAL - VARA ÚNICA DE BURITI DOS LOPES

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de BURITI DOS LOPES)

Processo nº 0000386-45.2007.8.18.0022

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Advogado(s): LUIZ GONZAGA RAPOSO MAZULO (OAB/PIAÚI Nº 2096/90), VICENTE JOSÉ DOS SANTOS RIBEIRO (OAB/PIAÚI Nº 40/85-B)

Réu: J. A. L. RG. 22330702002 --8 SSP/MA.

Advogado(s): ALEXANDRE LOPES FILHO (OAB/PIAÚI Nº 5322), OSMAR MENDES DO AMARAL (OAB/PIAÚI Nº 11361)

SENTENÇA: Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido, formulado com base nos fatos da denúncia, para condenar o réu, J. A. L., anteriormente qualificado, como incurso nas sanções do art. 213, c/c art. 224, alínea "a", ambos do Código Penal, razão pela qual passo a dosar a respectiva pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo art. 68, *caput*, do CP. Analisadas às diretrizes do art. 59 do CP, denoto que o réu agiu com a culpabilidade acima do normal, pois sabia que os pais da criança não queriam essa relação e mesmo assim, continuou as investidas e aceitando as investidas da vítima, razão pela qual valoro negativamente quanto a esse aspecto; o réu é possuidor de bons antecedentes, não existindo registro anterior de qualquer condenação definitiva por fato delituoso que venha desabonar essa circunstância; os elementos coletados a respeito de sua conduta social são satisfatórios, razão pela qual deixo de valorá-la; não existem nos autos elementos suficientes à aferição da personalidade do agente, razão pela qual deixo de valorá-la; o motivo do crime se constitui pelo desejo da satisfação de sua lascívia, o qual já é punida pela própria tipicidade e previsão do delito; as circunstâncias do crime demonstram que o agente esperava estar sozinho com a mesma para induzi-la a prática do delito, combinando encontro por meio de terceiros, razão pela qual valoro negativamente neste aspecto; as consequências do crime são graves, pois o agente estimula a prática de atos sexuais infantil e desvirtua a essência infantil, chocando-se com toda política pública na tentativa de reduzir os índices alarmantes de crescimento desse sério problema social, tendo a mesma apre problemas psicológico como relatada por sua tia em audiência, razão pela qual valoro negativamente quanto a esse aspecto; e, por fim, o comportamento da vítima não é reprovável, uma vez que ela, por ser criança é considerada pela lei absolutamente incapaz, ou seja, pessoa não dotada de vontade própria, não podendo com isto, valorar este ponto. Dessa forma, à vista das circunstâncias analisadas individualmente, fixo a pena base privativa de liberdade, para o crime em pauta, em 07 (sete) anos 06 (seis) meses de reclusão. Não há circunstância atenuante nem agravante nesta segunda etapa da dosimetria da pena. Também, não foram reconhecidas causas de diminuição, nem causas de aumento de pena, **RAZÃO PELA QUAL RESTA COMO PENA DEFINITIVA EM 07(SETE) ANOS 06 (SEIS) MESES DE RECLUSÃO AO ACUSADO J. A. L.** O crime objeto da condenação foi praticado com violência contra pessoa, circunstância que impossibilita a conversão em pena restritiva de direitos e por estar configurada a ausência de requisito objetivo, a teor do artigo 44, I (aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos), do Código Penal. Também não concedo a benesse, com base no artigo 77, II (culpabilidade e circunstâncias do crime), do CP, por estarem ausentes seus requisitos para sua concessão. Levando em consideração que o acusado encontra-se preso cautelarmente, pelo fato de ter saído do distrito da culpa sem comunicar ao Juízo do fato, tendo rumo outro Estado da Federação, como confessado em seu interrogatório em Juízo nesses autos, e conforme o artigo 33, §§ 2º e 3º, do CP, fixo o regime inicial de cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado, pelas diversas circunstâncias judiciais do artigo 59 do CP serem negativas, conforme expresso no corpo dessa sentença, na Penitenciária Mista Juiz Fontes Ibiapina Endereço: Avenida Alvaro Mendes, s/n, Nova Parnaíba, Parnaíba-PI, devendo apenas este Juízo, ser informado do *status* de cumprimento de pena pelo Juízo da Execução Penal. Pontuo que de deixo de fazer a detração penal, pelo fato do réu estar preso por lapso temporaria que NÃO interferir no regime inicial de cumprimento de pena, que é o regime fechado, como determinado acima. Além disso, não concedo o benefício de recorrer em liberdade desta decisão, visto que preenche-se o requisito do artigo 313, I, do CPP, mantendo-se, assim, o réu sob continuidade da prisão cautelar, preventivamente, pontuando que, relação perigo da demora, para a decretação da custódia cautelar, o *periculum libertatis*, vislumbro que há necessidade de se assegurar a aplicação da lei penal, visto que o réu, logo após ser ouvido em sede policial, conforme fls. 15, empreendeu fuga do distrito da culpa, permanecendo em local incerto e não sabido por quase uma década, sendo as tentativas de localização e citação infrutíferas. Com essa conduta, está claro o intento do acusado de frustrar o Estado no exercício do seu direito de punir, sendo a constrição cautelar medida necessária., gerando um risco concreto para assegurar a aplicação da lei pena visão deste Juízo. Essa é a posição da jurisprudência acerca do tema: Vejamos: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EVASÃO DO RÉU. NECESSIDADE DE ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DA MEDIDA CONSTRITIVA. INAPLICABILIDADE DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IRRELEVÂNCIA DA PRIMARIEDADE. ORDEM DENEGADA. 1. Ausência dos requisitos da prisão preventiva. Decisão devidamente fundamentada no *fumus commissi delicti*, evidenciados na materialidade do delito e nos indícios de autoria, bem como no *periculum libertatis*, consistente na necessidade de se assegurar a aplicação da lei penal, uma vez que o acusado permaneceu foragido desde o crime até o final do ano de 2017. 2. Constatada a necessidade da prisão preventiva, não se evidencia a suficiência das medidas alternativas para acautelarem o caso concreto. 3. As possíveis condições subjetivas favoráveis não são elementos que garantam, por si só, a liberdade provisória, vez que existem hipóteses que autorizam a manutenção de sua prisão. 4. Ordem denegada. (TJPI | Habeas Corpus Nº 2018.0001.000025-9 | Relator: Des. Sebastião Ribeiro Martins | 2ª Câmara Especializada Criminal | Data de Julgamento: 07/02/2018) (Grifo nosso) HABEAS CORPUS. CRIME DE ROUBO MAJORADO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NA DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA. RÉU FORAGIDO DO DISTRITO DA CULPA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. WRIT DENEGADO. 1. É cediço que a liberdade é a regra em nosso ordenamento constitucional, somente sendo possível sua mitigação em hipóteses estritamente necessárias, e justificadas com base no art. 312 do CPP. 2. O decisum impugnado, ainda que conciso e sucinto, fundamenta o preenchimento do requisito de aplicação da futura lei penal, por óbvio, em face da fuga do réu do distrito da culpa, face a frustração em sua citação pessoal, o que impôs a ocorrência da citação editalícia, e, em consequência a suspensão do prazo prescricional e do curso do processo, situação que revela a possibilidade concreta, de caso solto, novamente evadir-se do distrito da culpa, justificando assim a necessidade da custódia cautelar. 3. Circunstâncias favoráveis do agente, tais como residência fixa, ocupação lícita, família constituída, não têm o condão de obstar a decretação da prisão preventiva e, tampouco, de conferir ao paciente o direito subjetivo à concessão de liberdade provisória. 4. Ordem denegada. Decisão unânime. (TJPI | Habeas Corpus Nº 2017.0001.003122-7 | Relator: Des. Joaquim Dias de Santana Filho | 2ª Câmara Especializada Criminal | Data de Julgamento: 14/06/2017). Por todo o exposto, ratifico a decisão proferida em folhas 27 e 27-V. e, presentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA DE J. A. L., com fundamento na segura aplicação da lei penal. Assim, levando em consideração que o regime fechado, o cidadão ficará, desde já, no interior da Penitenciária Mista Juiz Fontes Ibiapina Endereço: Avenida Alvaro Mendes, s/n, Nova Parnaíba, Parnaíba-PI. Por fim, condeno o réu ao pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lance-se o nome do réu nos rol dos culpados, com a máxima atenção ao artigo 5º, LVII, da CRFB/88 e a Lei 12.403/11, após o trânsito em julgado; 2) Expeça-se guia de execução provisória ou definitiva, conforme o caso, encaminhando-o para o cumprimento da pena privativa de liberdade, na Penitenciária Regional de Oeiras; Rua Comadre Ana, s/n; CEP: 64.500-000 ? Oeiras-PI; 3) Em cumprimento ao artigo 71, parágrafo 2º, do Código Eleitoral, oficie- Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Piauí, comunicando-lhe sobre a condenação do réu, fornecendo-lhe cópia da presente sentença, para cumprimento do disposto no artigo 15, III, da CRFB/88; 4) Oficie-se, ainda, o órgão estatal de cadastro de dados sobre antecedentes criminais e ao órgão responsável do SINESP (consoante a Lei nº 12.681/12), informando-lhe sobre esta decisão condenatória do réu; e 5) A Secretaria para efetuar o cadastro do acusado no BNMP2, na forma acima disposta, na eventual prisão do sentenciado. Por desfecho, cumpre ressaltar que a força do artigo 234-B do CP, este processo em que se apuram crimes contra a dignidade sexual, correrão em segredo de justiça. Procedam-se às comunicações de estilo. Publique-se, com a ressalva supracitada quanto ao segredo de Justiça. Registre-se. Intimem-se, pontuando que o réu está sendo tutelado pela DPE, logo a sua intimação é pessoal desta sentença, bem como a intimação do réu, deve ser pessoal, pois trata-se de réu preso. Expeça-se carta precatória de intimação desta sentença. Comunique a vítima, sobre esta sentença, trilhando o disposto no artigo 201, parágrafo 2º, do CPP. Após, sem recurso voluntário das partes, esgotado o prazo legal, certifique-se o trânsito em julgado e proceda a baixa na distribuição com o arquivamento definitivo. BURITI DOS LOPES, 10 de outubro de 2020 JOSÉ CARLOS DA FONSECA LIMA AMORIM Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de BURITI DOS LOPES.

15.124. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE BURITI DOS LOPES

Processo nº 0000721-59.2011.8.18.0043

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARIA DELIA LIMA DE REZENDE

Advogado(s): VIRGILIO NERIS MACHADO NETO(OAB/PIAUI Nº 6644)

Réu: BANCO IBI S.A BANCO MULTIPLO, CENTER CREDIT, MARISA LOJAS S.A.

Advogado(s): THIAGO MAHFUZ VEZZI(OAB/PIAUI Nº 11943), MARILI DALUZ RIBEIRO TABORDA(OAB/PIAUI Nº 7900-A)

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.125. DESPACHO MANDADO - 1ª VARA DE CAMPO MAIOR

Processo nº 0000077-94.2016.8.18.0026

Classe: Ação Penal de Competência do Júri

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: ROMERITO ALVES DE BARROS

Advogado(s):

DESPACHO-MANDADO Designo o dia 26 de NOVENBRO de 2020, às 9h30min, na sala de audiências do prédio do Fórum desta Comarca, para Sessão de Instrução e Julgamento do Tribunal Popular do Júri, relativamente ao réu ROMERITO ALVES DE BARROS, observando-se a pauta do art. 429 e nos termos do art. 431 do CPP. Designo o dia 22 de OUTUBRO de 2020, às 12 horas, no auditório do Fórum local, para o sorteio dos jurados que atuarão na reunião periódica, nos termos e prazos dos artigos 423 e 433 do mesmo diploma legal. Para o sorteio acima, notifiquem-se o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Defensoria Pública e o advogado do réu. O Sr. Secretário deverá providenciar o preparo do presente processo para julgamento pelo Tribunal do Júri, devendo observar todas as formalidades legais de estilo, intimando-se o réu e seu defensor, bem como as testemunhas arroladas pelas partes. Proceda-se ainda a requisição de força policial necessária. Requisite-se a condução do réu que se encontre eventualmente preso por ordem deste Juízo. Notifique-se, pessoalmente, o representante do Ministério Público.

15.126. DESPACHO MANDADO - 1ª VARA DE CAMPO MAIOR

Processo nº 0000181-18.2018.8.18.0026

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: ERIVELDO CARDOSO DE OLIVEIRA, FRANCISCO BRUNO SILVA LOPES, JAYLSON DE SOUSA SILVA, MANUEL DE OLIVEIRA MELO

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ - NUCLEO REGIONAL DE CAMPO MAIOR(OAB/PIAUI Nº), ERASMO PEREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR(OAB/PIAUI Nº 11727)

DESPACHO-MANDADO Tendo em vista o teor das Portarias nº 906/2020 e 1020/2020 PJPI/TJPI/SECPRE, que determinaram a suspensão dos prazos e a realização de audiências não urgentes, remarco para o dia 06 / 04 / 2021, às 9h30min, a realização de audiência de oitiva de testemunhas e interrogatório do(s) Réu(s). Observe a Secretaria da Vara que há duas testemunhas arroladas pela acusação a serem inquiridas que são Policiais Militares, devendo proceder a correta intimação destes, requisitando-os à autoridade superior. Intime(m)-se o (s) advogado (s). Notifique-se o representante do Ministério Público.

15.127. EDITAL - 1ª VARA DE CAMPO MAIOR

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de CAMPO MAIOR)

Processo nº 0000901-48.2019.8.18.0026

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: FRANCISCO OLIVEIRA DE ANDRADE

Advogado(s): GILBERTO LEITE DE AZEVEDO FILHO(OAB/PIAUI Nº 8496)

ATO ORDINATÓRIO: REITERO pelo presente edital, intimação ao ADVOGADO DO réu FRANCISCO OLIVEIRA DE ANDRADE, **DR GILBERTO LEITE DE AZEVEDO FILHO(OAB/PIAUI Nº 8496)** para que apresente resposta à acusação no prazo legal.

15.128. EDITAL - 1ª VARA DE CAMPO MAIOR

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de CAMPO MAIOR)

Processo nº 0001160-43.2019.8.18.0026

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: FRANCISCO OLIVEIRA DE ANDRADE, F. OLIVEIRA DE ANDRADE-ME

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO: REITERO pelo presente edital, INTIMAÇÃO ao ADVOGADO DO réu FRANCISCO OLIVEIRA DE ANDRADE, **DR GILBERTO LEITE DE AZEVEDO FILHO(OAB/PIAUI Nº 8496)** para apresentar resposta à acusação no prazo legal.

15.129. EDITAL - 1ª VARA DE CAMPO MAIOR

PROCESSO Nº: 0000929-84.2017.8.18.0026

CLASSE: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Réu: SAMUEL CRUZ COSTA

EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 20 (vinte) dias

O Dr. MÚCCIO MIGUEL MEIRA, Juiz de Direito desta cidade e comarca de CAMPO MAIOR, Estado do Piauí, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo e Secretaria da 1ª Vara, a **AÇÃO PENAL** acima referenciada, ficando por este edital o acusado **SAMUEL CRUZ COSTA**, residente em local incerto e não sabido, CITADO para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e oferecer documentos e justificações, especificar provas, arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação, quando necessário, e CIENTIFICADO de que não respondendo à acusação ou não constituindo advogado, serão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser decretada a sua prisão preventiva e determinada a produção das provas consideradas urgentes (CP, art. 366 e 367), advertindo ainda, de que o prazo para a defesa correrá da data da publicação do presente edital. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de CAMPO MAIOR, Estado do Piauí, aos 13 de outubro de 2020 (13/10/2020). Eu, _____, digitei, subscrevi e assino.

MÚCCIO MIGUEL MEIRA

Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de CAMPO MAIOR

15.130. EDITAL - 1ª VARA DE CAMPO MAIOR

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de CAMPO MAIOR)

Processo nº 0000380-69.2020.8.18.0026

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: DIÉGO BRITO MENDES, ANTONIO ALEF DE OLIVEIRA ANDRADE

Advogado(s): JOSE LUIS DE OLIVEIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 12574), JOAO PAULO CRUZ OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 13077)

ATO ORDINATÓRIO: INTIMAR o advogado JOSE LUIS DE OLIVEIRA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 12574) para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto pelo Ministério Público.

15.131. DESPACHO MANDADO - 1ª VARA DE CAMPO MAIOR

Processo nº 0001046-75.2017.8.18.0026

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: HUGO VIEIRA DOS SANTOS, JOÃO CARLOS VALERIO

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ - NUCLEO REGIONAL DE CAMPO MAIOR(OAB/PIAUÍ Nº)

DESPACHO-MANDADO Tendo em vista o teor das Portarias nº 906/2020 e 1020/2020 PJPI/TJPI/SECPRE, que determinaram a suspensão dos prazos e a realização de audiências não urgentes, remarco para o dia 07 / 04 / 2021, às 10 horas, a realização de audiência de oitiva de testemunhas e interrogatório do(s) Réu(s). Intime(m)-se o (s) advogado (s). Notifique-se o representante do Ministério Público.

15.132. DESPACHO MANDADO - 1ª VARA DE CAMPO MAIOR

Processo nº 0000006-57.2019.8.18.0036

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: RENATO ALVES COSTA

Advogado(s): DAYANA SAMPAIO MENDES(OAB/PIAUÍ Nº 10065)

DESPACHO-MANDADO Tendo em vista o teor das Portarias nº 906/2020 e 1020/2020 PJPI/TJPI/SECPRE, que determinaram a suspensão dos prazos e a realização de audiências não urgentes, remarco para o dia 07/ 04 / 2021, às 9h30min, a realização de audiência de oitiva de testemunhas e interrogatório do(s) Réu(s). Observe a Secretaria da Vara que há duas testemunhas arroladas pela acusação a serem inquiridas que são Policiais Militares, devendo proceder a correta intimação destes, requisitando-os à autoridade superior. Intime(m)-se o (s) advogado (s). Notifique-se o representante do Ministério Público.

15.133. EDITAL - 1ª VARA DE CAMPO MAIOR

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de CAMPO MAIOR)

Processo nº 0001192-82.2018.8.18.0026

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: PABLO SILVA DE SOUSA

Advogado(s): DAYANA SAMPAIO MENDES(OAB/PIAUÍ Nº 10065)

ATO ORDINATÓRIO: Intimar o advogado Yago Kelvin Feitoza Silva OAB/PI nº 18636, para no prazo legal apresentar Alegações Finais.

15.134. DECISÃO - 2ª VARA DE CAMPO MAIOR

Processo nº 0000009-09.2000.8.18.0026

Classe: Procedimento Comum Cível

Requerente: HERUNDINA OLIVEIRA SILVA

Advogado(s): ANTONIO JOSE VIANA GOMES (OAB/PIAUÍ Nº 3530)

Réu: MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR-PI

Advogado(s): LUIS SOARES DE AMORIM(OAB/PIAUÍ Nº 2433)

No caso em tela, ocorre que consta certidão informando que, devidamente intimada, a Fazenda Pública deixou de proceder com o pagamento da requisição dentro do prazo legal, razão pelo qual determino o bloqueio via BACENJUD nas contas do Município executado no valor de R\$ 17.937,40 (dezesete mil novecentos e trinta e sete reais e quarenta centavos), relativo às seguintes partes:

a. R\$ 5.645,80 (cinco mil seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos) em favor do exequente FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA;

b. R\$ 5.645,80 (cinco mil seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos) em favor da exequente MARIA DA CONCEIÇÃO DE MORAIS SILVA;

c. R\$ 5.645,80 (cinco mil seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos) em favor do exequente AIRTON DE ALENCAR MELO;
d. R\$ 1.000,00 (um mil reais) em favor do procurador dos exequentes.
Frutífera a medida constitutiva, expeçam-se alvarás conforme o parágrafo retro.
Após, façam-me os autos conclusos para extinção da execução

15.135. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE CAMPO MAIOR

Processo nº 0001593-91.2012.8.18.0026

Classe: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUÍ Nº 3797-B)

Executado(a): EUDSON DA COSTA ARAÚJO

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

CAMPO MAIOR, 13 de outubro de 2020

GEYSA DE OLIVEIRA SANTOS

Analista Administrativo - 5117

15.136. ATO ORDINATÓRIO - 3ª VARA DE CAMPO MAIOR

Processo nº 0000041-33.2008.8.18.0026

Classe: Procedimento Comum Cível

Suplicante: LUIS RODRIGUES BARBOSA

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ(OAB/PIAUÍ Nº)

Suplicado: EDENILZA VIEIRA CHAVES, SYLVIA RODRIGUES CHAVES, DANIEL RODRIGUES CHAVES, DAVI RODRIGUES CHAVES

Advogado(s): JAILTON LAVRADOR PIRES DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4068), FRANCISCO KENNEDY VANDERLEI OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4794)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.137. ATO ORDINATÓRIO - 3ª VARA DE CAMPO MAIOR

Processo nº 0000117-18.2012.8.18.0026

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: JOÃO MONTEIRO DE OLIVEIRA

Advogado(s): JAILTON LAVRADOR PIRES DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4068)

Réu: LUIS RODRIGUES BARBOSA, EDENILZA VIEIRA CHAVES, SYLVIA RODRIGUES CHAVES

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ-PI(OAB/PIAUÍ Nº)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.138. EDITAL - VARA ÚNICA DE CANTO DO BURITI

2ª Publicação

Processo nº: 0000630-29.2012.8.18.0044

Classe: Interdição

Interditante: MARIA HELENA SOUSA DE QUEIROZ

Advogado(s): JOSÉ ALTAMIR NUNES DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 2940/97)

Interditando: SERAFIM JOSÉ DE SOUSA

Advogado(s):

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

O (A) Dr (a). MÁRIO SOARES DE ALENCAR, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de CANTO DO BURITI, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

FAZ SABER ao que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi decretada a **INTERDIÇÃO** de **SERAFIM JOSÉ DE SOUSA, Brasileiro(a) , Nao Informado , filho(a) de HELENA DO AMOR DIVINO SOUSA e MAXIMINIANO JOSÉ DE SOUSA, residente e domiciliado(a) em LOCALIDADE SANTA MARIA, ZONA RURAL DE CANTO DO BURITI, CANTO DO BURITI - Piauí** nos autos do Processo nº 0000630-29.2012.8.18.0044 em trâmite pela Vara Única da Comarca de CANTO DO BURITI, por sentença, declarando a parte interditada incapaz de reger seus negócios e bens na vida civil, tendo sido nomeado curador MARIA HELENA SOUSA DE QUEIROZ, , Brasileiro(a) , Nao Informado , filho(a) de MARIA DIVINA SOUSA QUEIROZ e LOURIVAL ALVES DE QUEIROZ, residente e domiciliado(a) em LOCALIDADE SANTA MARIA, ZONA RURAL DE CANTO DO BURITI, CANTO DO BURITI - Piauí, a qual prestará compromisso legal e bem exercer o munus, observadas as cautelas legais. O M.M Juiz de Direito mandou expedir o presente edital que será publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias no Diário da Justiça, fixando-o no lugar de costume.

Eu, _____ PALOMA SILVA BARBOSA, Cedido Prefeitura, digitei e subscrevo.

CANTO DO BURITI, 2 de outubro de 2020.

MÁRIO SOARES DE ALENCAR

Juiz de Direito da Comarca da Vara Única da CANTO DO BURITI.

15.139. EDITAL - VARA ÚNICA DE CANTO DO BURITI

AVISO DE INTIMAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA (Vara Única de CANTO DO BURITI)

Processo nº 0000108-85.2001.8.18.0044**Classe:** Ação Penal de Competência do Júri**Autor:** MINISTÉRIO PÚBLICO**Advogado(s):****Réu:** EDCARLOS SILVA MONTEIRO**Advogado(s):** JÔNATAS BARRETO NETO(OAB/PIAÚI Nº 3101)

SENTENÇA: Tudo bem visto e ponderado, passo a decidir! De acordo com a prova dos autos e as alegações das partes restou formado o convencimento deste juízo a respeito da insuficiência dos indícios de autoria contra o acusado EDCARLOS SILVA MONTEIRO, muito embora demonstrada a ocorrência do evento morte em fls. 06, contra a vítima ADILSON MENESES DE MIRANDA. Analisando as provas colhidas em sede de inquérito policial, de fls. 04/19, Documento assinado eletronicamente por JOSÉ CARLOS DA FONSECA LIMA AMORIM, Juiz(a), em 17/01/2019, às 08:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador e o código verificador . 23418249 2A2F0.0C029.3DBAD.B28F7.97E98.B8FE7 não correspondem as provas colhidas em Juízo, em fls. 111/117, pois a testemunha EUVALDO CORDEIRO DOS SANTOS apenas sabe ?que ocorreu uma confusão entre as partes e que não confirma o que disse em sede policial, pois o ocorrido foi a muito tempo atrás e não lembra o que teria dito em Delegacia à época. Não viu o suposto fato da vítima furada?. A testemunha EVERTON SOUSA RODRIGUES afirma que ?o crime ocorreu na parte da tarde, voltando do futebol com o EUVALDO. Quando chegou no Rodobar para beber estava sentado dentro do bar e o bar era cumprido, e a confusão era na porta e que viu uma confusão entre a vítima e o acusado. Viu um pessoal separando mas não sabe identificar quem foi que separou, mas soube que EDILSON MENESES DE MIRANDA faleceu no mesmo dia. Viu que a vítima estava jogando sinuca com uma menina, mas afirma que não viu golpe de faca entre as partes.? A testemunha MARCOS ANDRÉ LEITE CHAVES MOURA afirma que foi para o campo de futebol e recebeu a notícia do rapaz chamado de ?Belezinha?, que o acusado teria matado o Edilson. Mas não pode falar quem foi, pois só escutou falar, que o acusado foi quem teria dado a facada na vítima. Viu o acusado perto da Delegacia jogado no chão. Não sabe aonde foi a facada. Sabia que a vítima tinha muita passagem por aí na polícia. Sempre notou que a vítima debochava do acusado, pois sabia que tinha uma rixa entre ambos de um carro que a vítima teria tocado fogo, e soube por terceiros que o real autor desse incêndio teria sido a vítima que teria ateado fogo mesmo. Soube que a vítima no dia do crime caçou conversa com o acusado, o provocando. A vítima andava bem errado, e confessa que era amigo do mesmo. Sabia que a vítima assaltava pessoas na rodoviária e sabia que a vítima assaltou o fórum e em São João assaltou a Delegacia.? O acusado EDCARLOS SILVA MONTEIRO afirma em seu interrogatório que André o chamou para jogar futebol, só que negou indo para casa. No trajeto parou no rodobar e no momento que viu a vítima, esse mesmo não deixou o interrogado passar. No momento que foi para vias de fato com o a vítima outras pessoas intervieram. Que após o interrogado mencionar que queria passar e ter escutado da vítima que por ali o interrogado não passaria, outras pessoas lhe retiraram do bar e pediram para o interrogado ir para casa. Afirma que não teria faca em sua mão e que não portava qualquer instrumento. Sabe que a vítima estava com alguma coisa na mão, achando que era uma faca e quando a vítima soltou o taco de sinuca e ficou com apenas a faca na mão, partiu para cima do interrogado que ao se embolarem, na tentativa de evitar ser atingido pela vítima, acha que a vítima poderia ter sido atingido, mas não lembra foi furado, e se isso aconteceu ali foi mero acidente e que quando o retiraram do bar não pensou que a vítima teria falecido. O acusado em Juízo, em fls. 111/117, confessa que pode ter sido o autor da facada mas se foi o mesmo foi acidental, pois a vítima não teria deixado o acusado passar pelo bar, colocando o taco de sinuca da frente e depois tendo largado esse taco e segurando uma faca, momento que o acusado, para se defender, segurou a mão da vítima para tentar não ser atingido e foi no corpo a corpo com o mesmo, até momento que populares no bar separaram e o acusado foi para casa com acamisa manchada de sangue, mas sem ter a mínima noção que a vítima teria ido a óbito. Cumpre esclarecer que nos autos não há qualquer versão confirmada em Juízo que o acusado teria efetuado golpes de faca que ocasionou a morte da vítima, por motivo fútil. Ao contrário, o que consta dos autos é apenas uma versão de uma atuação do acusado em legítima defesa contra uma vítima que tem histórico de ter uma vida na Documento assinado eletronicamente por JOSÉ CARLOS DA FONSECA LIMA AMORIM, Juiz(a), em 17/01/2019, às 08:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador e o código verificador . 23418249 2A2F0.0C029.3DBAD.B28F7.97E98.B8FE7 1. criminalidade, devidamente comprovada nos autos, conforme depoimento do Sr. Marcos André Nunes Chaves. A única versão dada contra o acusado é a denúncia do órgão ministerial, sem qualquer respaldo probatório, que fizesse ter colisão entre provas, o que levaria a decisão da tese da legítima defesa para o plenário do Tribunal do Júri. O narrado e extraído desse sumário de culpa não é o caso. A tese da defesa em sede de alegações finais, é sustentada pelo acusado em Juízo, firmada em sede de alegações finais. As testemunhas mencionaram em sede policial e em Juízo, que a versão do acusado é pertinente e que verificaram uma desavença entre os dois, sendo que a vítima teria o provocado no dia do fato, no momento anterior. Esse Juízo é sabedor que para verificar a absolvição sumária em pleno sumário de culpa, são para casos excepcionais, que cinge-se quando a imputação é manifestamente improcedente, como ocorre na espécie, haja vista os depoimentos em sede policial, em fls. 10/15, e em Juízo, em fls. 111/117, estão em consonância com o interrogatório do acusado em Juízo em fls. 116, como pontuado em alegações finais escritas pela defesa em fls.126/131. Ou seja, mesmo ciente que para uma eventual decisão de pronúncia não requer o mesmo juízo de certeza necessário para o édito condenatório, mas apenas prova da materialidade e indícios da autoria, no caso do autos não é possível identificar a versão antagônica à tese da legítima defesa, qual seja, a prática de homicídio doloso amparado por excludente de ilicitude. Frisa-se que em relação à possibilidade de absolvição sumária na primeira fase do Júri, cumpre advertir que tal situação é inconteste, pois decorre de expressa previsão legal (art. 415 do CPP). Assim, não se pode reconhecer usurpação da competência do Júri, no entender deste Juízo, para situações excepcionais, como no caso dos autos, que não a conflito probatório, quanto a essa tese de excludente de legítima defesa, tendo apenas provas pela defesa de que a excludente teria incidido. Cumpre esclarecer, por fim, que absolvição sumária por legítima defesa, na firme compreensão da jurisprudência e doutrina pátrias, somente há de ter lugar, quando houver prova unívoca da excludente, a demonstrá-la de forma peremptória (Código de Processo Penal, artigo 415, IV)" (HC 25.858/RS, Sexta Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ de 1º/8/2005). À vista do exposto, e considerando o que mais dos autos consta, resolvo ABSOLVER SUMARIAMENTE o acusado EDCARLOS SILVA MONTEIRO, na forma do artigo 415, IV, do CPP, quanto ao delito do artigo 121, caput, do Código Penal praticado contra ADILSON MENESES DE MIRANDA. Sem custas. Intime-se o acusado, bem como seu advogado constituído, na forma da lei. Ciência ao órgão ministerial do teor desta sentença. Após a expiração do prazo recursal, determino que a Secretaria certifique o trânsito em julgado, dando baixa na distribuição, e arquivando o presente feito, alertando as partes que, após o trânsito em julgado, ora mencionado, obstada qualquer nova persecução por este fato, dado tratar-se de sentença definitiva de absolvição. DETERMINO QUE O PRESENTE DOCUMENTO SIRVA, AO MESMO TEMPO, COMO DESPACHO E , devendo ser expedido, para tanto, em três vias: (a) uma ficará no processo, COMO MANDADO Documento assinado eletronicamente por JOSÉ CARLOS DA FONSECA LIMA AMORIM, Juiz(a), em 17/01/2019, às 08:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador e o código verificador . 23418249 2A2F0.0C029.3DBAD.B28F7.97E98.B8FE7 1. 2. servindo como decisão judicial que determina a citação; e (b) as outras duas servirão como mandado, para cumprimento pelo Oficial de Justiça. Além disso, deve a Secretaria lançar, no sistema processual, as movimentações de decisão e de expedição de mandado, em sequência. Por este documento, fica o Oficial de Justiça que o portar autorizado a requisitar força policial para o cumprimento da diligência nele determinada. CUMPRA-SE, NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI.

Poderá o Oficial de Justiça, para o cumprimento da diligência do mandado, proceder conforme o disposto no § 2º do art. 212 do CPC. CANTO DO BURITI, 16 de janeiro de 2019 JOSÉ CARLOS DA FONSECA LIMA AMORIM Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de CANTO DO BURITI

15.140. EDITAL - VARA ÚNICA DE CANTO DO BURITI

AVISO DE INTIMAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA (Vara Única de CANTO DO BURITI)

Processo nº 0000741-08.2015.8.18.0044

Classe: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo

Autor: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - CANTO DO BURITI

Advogado(s):

Réu: DIÊGO DA SILVA

Advogado(s):

SENTENÇA: Decido. Analisando o contido nos autos, tenho que já não mais há motivo para a continuidade do feito, eis que o suposto delito registrado em Termo Circunstanciado de Ocorrência encontra-se prescrito. De fato, a partir da ocorrência delitiva inicia-se o cômputo do prazo prescricional, observando-se o máximo da pena cominada ao ilícito, nos termos do art. 109 do Código Penal. No caso, o suposto fato criminoso poderia amoldar-se ao teor do art. 28 da Lei n. 11.343/2006, ocorrendo a prescrição da pretensão punitiva em 02 (dois) anos, nos termos do art. 30 do mesmo diploma normativo. Logo, é imperioso concluir que decorreu prazo suficiente para a prescrição da pretensão punitiva do Estado. De fato, tendo em vista a data da ocorrência do suposto ilícito (06 de setembro de 2015), deve-se considerar que já decorreu o período legal de 02 (dois) anos, operando-se a prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato, sendo imperativa sua declaração. Pelo exposto, com fundamento no art. 107, IV, do Código Penal, c/c art. 30 da Lei n. 11.343/2006, em face da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, declaro extinta a punibilidade de Diêgo Silva, pelos fatos que lhe foram imputados nestes autos. Certifique-se sobre o local de depósito da substância ilícita, providenciando o encaminhamento à incineração, a ser realizada pela autoridade policial, com participação de órgão de vigilância sanitária e do Ministério Público. Documento assinado eletronicamente por MARIO SOARES DE ALENCAR, Juiz(a), em 30/09/2020, às 16:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador e o código verificador . 30177833 39974.7770B.A69B1.AF9C1.30E5F.D5F68 Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com a devida baixa. Canto do Buriti-PI, 30 de setembro de 2020. MÁRIO SOARES DE ALENCAR Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de CANTO DO BURITI

15.141. EDITAL - VARA ÚNICA DE CANTO DO BURITI

AVISO DE INTIMAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA (Vara Única de CANTO DO BURITI)

Processo nº 0000828-95.2014.8.18.0044

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - CANTO DO BURITI

Advogado(s):

Réu: MARINETE MIRANDA BORGES

Advogado(s):

SENTENÇA: Decido. Analisando o contido nos autos, tenho que não mais há razão para continuidade do presente feito, eis que o suposto delito narrado encontra-se prescrito. De fato, a partir da ocorrência delitiva inicia-se o cômputo do prazo prescricional, observando-se o máximo da pena cominada ao ilícito, nos termos do art. 109 do Código Penal. No caso, o suposto fato criminoso poderia amoldar-se ao teor do art. 310 do CTB, com pena máxima de 01 (um) ano de detenção, pela qual ocorreria a prescrição da pretensão punitiva em 04 (quatro) anos (art. 109, V, do CP). Observe-se que o único marco interruptivo do prazo prescricional no curso do processo fora o recebimento da denúncia em 20 de setembro de 2016. Assim, em 20 de setembro de 2020, completou-se o período legal de 04 (quatro) anos, operando-se a prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato, sendo imperativa sua declaração. Pelo exposto, com fundamento no art. 107, IV, c/c art. 109, V, do Código Penal, Documento assinado eletronicamente por MARIO SOARES DE ALENCAR, Juiz(a), em 30/09/2020, às 17:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador e o código verificador . 30177846 ED86E.AD7F6.9234E.1A866.85DD0.581A5 Penal, em face da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, declaro extinta a punibilidade de Marinete Miranda Borges, pelos fatos que lhe foram imputados nestes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com a devida baixa. Canto do Buriti-PI 30 de setembro de 2020. MÁRIO SOARES DE ALENCAR Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de CANTO DO BURITI

15.142. EDITAL - VARA ÚNICA DE CANTO DO BURITI

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CANTO DO BURITI)

Processo nº 0000201-57.2015.8.18.0044

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - CANTO DO BURITI

Advogado(s):

Réu: MARTA LIMA COSTA

Advogado(s):

SENTENÇA: Decido. Analisando o contido nos autos, tenho que não mais há razão para continuidade do presente feito, eis que o suposto delito narrado encontra-se prescrito. De fato, a partir da ocorrência delitiva inicia-se o cômputo do prazo prescricional, observando-se o máximo da pena cominada ao ilícito, nos termos do art. 109 do Código Penal. No caso, o suposto fato criminoso poderia amoldar-se ao teor do art. 310 do CTB, com pena máxima de 01 (um) ano de detenção, pela qual ocorreria a prescrição da pretensão punitiva em 04 (quatro) anos (art. 109, V, do CP). Observe-se que o único marco interruptivo do prazo prescricional no curso do processo fora o recebimento da denúncia em 20 de setembro de 2016. Assim, em 20 de setembro de 2020, completou-se o período legal de 04 (quatro) anos, operando-se a prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato, sendo imperativa sua declaração. Pelo exposto, com fundamento no art. 107, IV, c/c art. 109, V, do Código Penal, em face da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, declaro extinta a punibilidade de Marta Lima Costa, pelos fatos que lhe foram imputados nestes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com a devida baixa. Documento assinado eletronicamente por MARIO SOARES DE ALENCAR, Juiz(a), em 30/09/2020, às 17:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador e o código verificador . 30177945 AE44B.F5835.455D9.666DC.9376D.05E5F Canto do Buriti-PI, 30 de setembro de 2020. MÁRIO SOARES DE ALENCAR Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de CANTO DO BURITI

15.143. EDITAL - VARA ÚNICA DE CANTO DO BURITI

AVISO DE INTIMAÇÃO E PUBLICAÇÃO (Vara Única de CANTO DO BURITI)

Processo nº 0000309-52.2016.8.18.0044

Classe: Termo Circunstanciado

Autor:

Advogado(s):

Autor do fato: EDIMAR DE CARVALHO

Advogado(s):

DECISÃO: Decido. Analisando o contido nos autos, tenho que não mais há razão para seguimento do presente feito, eis que houve o efetivo cumprimento da pena não privativa de liberdade objeto da transação penal. No caso, tendo havido o adimplemento da obrigação estabelecida na transação penal, deve ser reconhecida a extinção da punibilidade, na forma do art. 84 da Lei n. 9.099/95. Pelo exposto, com fundamento no art. 76, §§ 4º e 5º da Lei 9.099/95, declaro extinta a punibilidade de Edimar de Carvalho, pelos fatos que lhe foram imputados nestes autos. Encaminhem-se os autos ao Ministério Público para ciência e manifestação quanto a destinação dos valores depositados nos autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com baixa. Canto do Buriti-PI, 30 de setembro de 2020. MÁRIO SOARES DE ALENCAR Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de CANTO DO BURITI

15.144. DECISÃO - VARA ÚNICA DE CARACOL

Processo nº 0000013-50.2020.8.18.0089

Classe: Ação Penal de Competência do Júri

Autor: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: JOÃO BATISTA PEREIRA DA ROCHA

Advogado(s): DIMAS BATISTA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 6843)

DECISÃO

Trata-se de petição acostada pelo patrono do réu JOÃO BATISTA PEREIRA DANROCHA pugnando pelo adiamento da audiência de instrução e julgamento, que ocorreria no dia 21 de outubro de 2020.

Aduz que já havia sido designado um júri na comarca de São Raimundo Nonato/PI na mesma data, bem como enumera outros compromissos e suas respectivas datas. Mostra disponibilidade de comparecimento no dia 22/10/2020.

Instado a se manifestar, o representante do Parquet anuiu com a redesignação.

Vieram os autos conclusos. Decido.

Da redesignação da audiência de instrução e julgamento

Tratando de autos em que figura réu preso, é cediço que possui tramitação prioritária, haja vista a situação de segregação a que submetido o requerido.

Registro que, diante da pandemia vivenciada e necessidade de adaptação de pauta, diferente do aduzido pelo patrono, designou-se a referida data ainda em 23/07/2020. Desse modo, em momento anterior ao mencionado júri (Protocolo de Petição Eletrônico. Nº 0000013-50.2020.8.18.0089.5005).

Entretanto, considerando o princípio da cooperação processual, haja vista a necessidade apontada pelo advogado de comparecimento àquela sessão, bem como a anuência do

Parquet, tenho por redesignar a referida audiência.

Inobstante, destaco não ser possível designá-la para o dia seguinte (22/10), haja vista os horários disponíveis já estarem preenchidos com audiências também criminais, donde já ocorreram intimações pertinentes e outras em andamento pelo Oficial de Justiça em auxílio a esta Comarca.

Da análise da situação prisional - Art. 316 do CPP

O processando encontra-se segregado cautelarmente. Muito embora não haja pedido expresso da defesa acerca de eventual reavaliação da situação prisional, assim passo a proceder, em observância ao art. 316, do CPP.

O compulsar dos autos revela que todos os elementos coligidos foram considerados para a manutenção da prisão do requerido. Bem assim, não houve no correr do processo situação capaz de infirmar a conclusão obtida. Porquanto, aponta-se nos autos que o autuado, poucos dias antes do fato, teria tentado estuprar a vítima, a qual teria se abrigado na casa de um irmão e apresentado hematoma nos olhos.

Verifico que os motivos ensejadores da necessidade da segregação cautelar por ora se mantêm. Haja vista que as diligências realizadas na residência do requerido levaram à conexão dos elementos encontrados com aqueles relacionados ao crime, a exemplo do forte cheiro e roupa suja de sangue. Ademais, considerando o estado em que encontrada a vítima (encontraram o corpo da vítima na estrada vicinal caída próximo a uma cerca de arame farpado, com uma perfuração de faca na garganta e outra perfuração na perna esquerda), tem-se como existente crueldade no agir. Onde se retira dos autos que pode ter sido motivado pela sua condição de mulher.

Referencio que os fundamentos apontados concretamente em decisum ainda se mostram existentes. Tenho que há risco concreto e considerável de reiteração delituosa por parte do atuado, caso permaneça em liberdade, e não verifico qualquer alteração fática.

Sem maiores delongas, por tais motivos, aponto que a medida de segregação cautelar ora se mantém necessária, especialmente, à vista de suposta prática de condutas e perseguição anterior contra a mesma vítima. O que induz possível premeditação para o crime.

Por fim, aponto que o feito se encontra com tramitação regular, do que passo a adotar os impulsos necessários.

DISPOSITIVO

ANTE O EXPOSTO, forte no poder geral de cautela, à vista de tais fundamentos, motivadamente, à luz do art. 316, do CPP, MANTENHO pelos seus próprios fundamentos a decisão que decretou a prisão preventiva do processando até ulterior deliberação judicial, ante a necessidade de garantia da ordem pública, imprescindibilidade da conclusão dos feitos criminais e aplicação das leis penais e processuais penais.

Desta sorte, **REDESIGNO audiência de instrução e julgamento para 01/12/2020, às 16h30min**, a ser realizada, preferencialmente, por videoconferência.

Intime-se com remessa dos autos ao órgão Ministerial.

Comunicações ao acusado e testemunha(s).

Oficie-se o administrador da Casa de Detenção Provisória "Dom Inocêncio Lopez Santamaria" para ciência e comunicação quanto à possibilidade de realização do ato de forma virtual.

Demais intimações e expedientes necessários.

Registre-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

CARACOL, 13 de outubro de 2020

ROBLEDO MORAES PERES DE ALMEIDA

Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de CARACOL

15.145. EDITAL - VARA ÚNICA DE CASTELO DO PIAUÍ

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CASTELO DO PIAUÍ)

Processo nº 0000156-11.2019.8.18.0045

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: CARLOS ALEXANDRE LOPES DE SOUSA

Advogado(s): JOSUÉ SOARES DA SILVA(OAB/PIAUI Nº 4003)

ATO ORDINATÓRIO: Intimar da audiência de instrução e julgamento, designada para 26/11/, às 11:00 horas. Em razão da pandemia causada pela Covid-19, a Audiência de Instrução e Julgamento será realizada por meio de videoconferência, utilizando a plataforma emergencial de videoconferência disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça (Programa Cisco Webex). Caso necessitem usar a estrutura do Poder Judiciário, deverão apresentarem-se para a audiência usando máscara, assim como seus constituintes e prepostos. Ademais, deverão ser observadas as medidas de segurança recomendadas pelas autoridades sanitárias, como lavar as mãos e usar álcool assim que chegar ao Fórum da Comarca de Castelo/PI. **Os advogados deverão, com antecedência de 48 horas, por meio do telefone (86) 32471310, informar ao serventuário de plantão se contam com estrutura em seus escritórios para a prática do ato ou se desejam utilizar a estrutura do Poder Judiciário.**

15.146. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000924-59.2017.8.18.0027

Classe: Embargos de Terceiro Cível

Autor: RAIMUNDO NERES DA SILVA

Advogado(s): GUSTAVO ALFREDO DO VAL NOGUEIRA(OAB/PIAUI Nº 8831)

Réu: MARIA ZULEIDE SOARES ALVES

Advogado(s): EDILSON DE ARAÚJO NOGUEIRA(OAB/PIAUI Nº 209)

ato ordinatório. (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.CORRENTE, 10 de outubro de 2020. FRANCISCO SILVANO REINALDO FILHO. Analista Judicial - 29298

15.147. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000436-41.2016.8.18.0027

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: BIANCA LORENTINO DA SILVA, MARIA APARECIDA LORENTINO

Advogado(s):

Réu: ADÃO TIMÓTEO DA SILVA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.148. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000365-44.2013.8.18.0027

Classe: Inventário

Inventariante: ELZENIR DE SOUZA NOGUEIRA PARANAGUÁ, FILEMON JOSÉ FRANCISCO DE SOUSA NOGUEIRA PARANAGUÁ, SARAH DE SOUZA NOGUEIRA PARANAGUÁ, ISAIAS DE SOUZA NOGUEIRA PARANAGUÁ, AMÉLIA LUSTOSA NOGUEIRA PARANAGUÁ, RAIMUNDO NEY DE SOUZA NOGUEIRA PARANAGUÁ

Advogado(s): RAIMUNDO NEY DE SOUZA NOGUEIRA PARANAGUÁ(OAB/PIAUI Nº 24462)

Inventariado: FILEMON JOSE NPOGUEIRA

Advogado(s):

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.CORRENTE, 12 de outubro de 2020. FRANCISCO SILVANO REINALDO FILHO. Analista Judicial - 29298

15.149. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000919-71.2016.8.18.0027

Classe: Guarda

Requerente: THAÍS SANTANA DE SOUSA, CARLOS MAURÍCIO RAMOS GONÇALVES

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA(OAB/PIAUI Nº 2818)

Requerido: ALECSANDER SOARES GALVÃO, CLAUDETE SOARES GALVÃO

Advogado(s):

ato ordinatório(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.150. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000509-47.2015.8.18.0027

Classe: Adoção c/c Destituição do Poder Familiar

Adotante: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):**Requerido:** CLAUDETE SOARES GALVÃO**Advogado(s):**

ato ordinatório(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.151. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE**Processo nº** 0000598-70.2015.8.18.0027**Classe:** Execução de Título Extrajudicial**Exequente:** BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A**Advogado(s):** ANA SOFIA CAVALCANTE PINHEIRO(OAB/PIAÚI Nº 11500)**Executado(a):** ELIDA PEREIRA DA SILVA - ME, ÉLIDA PEREIRA DA SILVA**Advogado(s):**

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.152. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE**Processo nº** 0000600-40.2015.8.18.0027**Classe:** Execução de Título Extrajudicial**Exequente:** BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A**Advogado(s):** ANA SOFIA CAVALCANTE PINHEIRO(OAB/PIAÚI Nº 11500)**Executado(a):** ELIDA PEREIRA DA SILVA - ME, ÉLIDA PEREIRA DA SILVA**Advogado(s):**

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.153. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE**Processo nº** 0000317-80.2016.8.18.0027**Classe:** Tutela Infância e Juventude**Tutelante:** LUIZA FERREIRA CATUABA**Advogado(s):****Tutelado:** EDUARDO ALVES LIMA, TAYSSON REIS BORGES, DOMINGOS ALVES RODRIGUES**Advogado(s):**

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.154. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE**Processo nº** 0000318-65.2016.8.18.0027**Classe:** Procedimento Comum Cível**Autor:** DANIEL REINALDO SCHMIDT**Advogado(s):** WILLIAM RUFO DOS SANTOS(OAB/PIAÚI Nº 6993)**Réu:** JUSCELINO PEREIRA DA SILVA, JOSÉ PEREIRA DA SILVA, JUSTINIANO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR, JUSTINIANO CORADO DA SILVA, JESUALDO PEREIRA DA SILVA, GENIVALDO DE SOUZA SILVA, JOSÉ CORADO DA SILVA, JURANDIR PEREIRA DA SILVA**Advogado(s):**

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.155. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE**Processo nº** 0000319-16.2017.8.18.0027**Classe:** Procedimento Comum Cível**Autor:** ALMERICE AUGUSTA DA CRUZ**Advogado(s):** CRISTIANO ROBERTO BRASILEIRO DA SILVA PASSOS(OAB/PIAÚI Nº 2990), ANDRE ROCHA DE SOUZA(OAB/PIAÚI Nº 6992)**Réu:** O MUNICÍPIO DE CORRENTE - ESTADO DO PIAUÍ**Advogado(s):**

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.156. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000324-38.2017.8.18.0027

Classe: Interdito Proibitório

Interditante: LUIZ JOSÉ DE ALMEIDA

Advogado(s): FERNANDO SILVA LIRA CAVALCANTE BARROS(OAB/PIAÚI Nº 13992)

Interditando: VALTON LUSTOSA DOS REIS

Advogado(s):

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.157. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000403-22.2014.8.18.0027

Classe: Execução de Alimentos Infância e Juventude

Exequente: JESSICA MAYANY PEREIRA DE MELO, MARIA FERNANDA PINHEIRO DE MELO, SOLANGE ALVES PINHEIRO (GENITORA DAS MENORES)

Advogado(s): DEFENSORIA PUBLICA DO PIAUI(OAB/PIAÚI Nº)

Executado(a): ROBERTO PEREIRA DE MELO

Advogado(s):

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.158. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000420-58.2014.8.18.0027

Classe: Inventário

Inventariante: MARIA DO EGYPTO PACHECO CAVALCANTI, CAROLINA LUSTOSA CAVALCANTE, IDÁLIA LUSTOSA CAVALCANTE GUERRA, MARIA DELURDES CAVALCANTE MASCARENHAS, SOLON LUSTOSA CAVALCANTE, SÔSTHENES LUSTOSA CAVALCANTE, SANDERSON LUSTOSA CAVALCANTE, SALOMÃO LUSTOSA CAVALCANTE, MILENA FÁTIMA CAVALCANTE, IDÁLIA CAVALCANTE PARENTE, DANTON CAVALCANTE PARENTE, SAMUEL LUSTOSA CAVALCANTE FILHO

Advogado(s): GUSTAVO ALFREDO DO VAL NOGUEIRA(OAB/PIAÚI Nº 8831), HAMILTON PACHECO CAVALCANTI JUNIOR(OAB/PIAÚI Nº 6227)

Inventariado: SALÉM LUSTOSA CAVALCANTE

Advogado(s):

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.159. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000331-26.2009.8.18.0119

Classe: Embargos à Execução

Autor: JOÃO CAVALCANTE ABARROS

Advogado(s): JOÃO AUGUSTO NUNES PARANAGUÁ E LAGO(OAB/PIAÚI Nº 8045)

Réu: O MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.160. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000338-90.2015.8.18.0027

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: SINDIFISCO-SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TESOURO NACIONAL

Advogado(s): EDY GONÇALVES PEREIRA(OAB/SÃO PAULO Nº 167404), JOSE LUIZ TORO DA SILVA(OAB/SÃO PAULO Nº 76996)

Réu: LUIZ GERALDO DE CARVALHO

Advogado(s):

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.161. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000400-38.2012.8.18.0027

Classe: Execução de Alimentos Infância e Juventude

Exequente: L. S. F, H. S. F, NESTE ATO REPRESENTADOS POR SUA GENITORA A SRA. VÂNIA CARVALHO DA SILVA

Advogado(s): GERALDO NOBRE DE OLIVEIRA JÚNIOR(OAB/PIAÚI Nº 6787)

Executado(a): LUIS SOARES FERREIRA

Advogado(s):

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.162. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000579-93.2017.8.18.0027

Classe: Procedimento Sumário

Autor: ISAN AZEVEDO DE SOUZA ARAGAO

Advogado(s): CRISTIANO ROBERTO BRASILEIRO DA SILVA PASSOS(OAB/PIAÚI Nº 2990), AVELINO DE NEGREIROS SOBRINHO NETO(OAB/PIAÚI Nº 8098), ANDRE ROCHA DE SOUZA(OAB/PIAÚI Nº 6992)

Réu: MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO BARROS - PIAÚI

Advogado(s):

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.163. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000356-48.2014.8.18.0027

Classe: Reintegração / Manutenção de Posse

Autor: LOURIVAL CORDEIRO MACIEL

Advogado(s): JOAQUIM MASCARENHAS LUSTOSA(OAB/PIAÚI Nº 2154)

Requerido: CARLOS AUGUSTO PAIVA MACIEL

Advogado(s):

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.164. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000581-05.2013.8.18.0027

Classe: Execução de Alimentos

Autor: J. A. S, NESTE ATO REPRESENTADA POR SUA GENITORA A SRA. JÉSSICA ALVES DA SILVA

Advogado(s): CLAUDIO RICELLY DE JESUS SOUSA(OAB/DISTRITO FEDERAL Nº 37352), MAURICIO DE JESUS COELHO(OAB/DISTRITO FEDERAL Nº 37382)

Réu: MÁRCIO CHAGAS BARBOSA LOUZEIRO

Advogado(s):

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web..

15.165. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000405-60.2012.8.18.0027

Classe: Inventário

Inventariante: ROMUALDO DIAS CORADO

Advogado(s): JOAQUIM MASCARENHAS LUSTOSA(OAB/PIAÚI Nº 2154)

Inventariado: LEONISIO CORADO DE SOUSA

Advogado(s):

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no

prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web..

15.166. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000477-76.2014.8.18.0027

Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: VANESSA BARROS TELES AGUIAR

Advogado(s): SHEILA DE ANDRADE FERREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 1786849)

Requerido: JOAQUIM CONSTANTINO AGUIAR FILHO

Advogado(s): ROSIANE AGUIAR SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 14981)

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web..

15.167. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000375-83.2016.8.18.0027

Classe: Cumprimento de sentença

Exequente: CRISTIANO OLIVEIRA DOS SANTOS, DANIEL OLIVEIRA SANTOS, PAULO HENRIQUE DA SILVA SANTOS, KÁTIA OLIVEIRA DA SILVA

Advogado(s): THAIS SILVEIRA VASCONCELOS(OAB/PIAUÍ Nº 12357)

Executado(a): DOURIVAL NUNES DOS SANTOS

Advogado(s):

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web..

15.168. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000396-59.2016.8.18.0027

Classe: Averiguação de Paternidade

Requerente: MAICON ALVES RODRIGUES

Advogado(s):

Requerido: OCELINO DE SOUZA CARVALHO

Advogado(s):

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web..

15.169. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000404-07.2014.8.18.0027

Classe: Execução de Alimentos Infância e Juventude

Exequente: THALITA NOGUEIRA REIS

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ(OAB/PIAUÍ Nº)

Executado(a): JOSÉ RAIMUNDO DA SILVA REIS

Advogado(s):

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web..

15.170. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000386-15.2016.8.18.0027

Classe: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil

Retificante: ELSA CARLOS PEREIRA

Advogado(s):

Réu:

Advogado(s):

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web..

15.171. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000409-63.2013.8.18.0027

Classe: Inventário

Inventariante: Y. S. L., L. L. S. L., A. R. L., NESTE ATO REPRESENTADAS POR SUA GENITORA A SRA., ROSY MAYRE SILVA SIRQUEIRA

Advogado(s): ANDRÉ ROCHA DE SOUZA(OAB/PIAÚI Nº 6992), ANDRE ROCHA DE SOUZA(OAB/PIAÚI Nº 6992)

Inventariado: PEDRO LUSTOSA

Advogado(s):

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web..

15.172. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000479-12.2015.8.18.0027

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: LAUDÊNIS NASCIMENTO DOS REIS

Advogado(s): JOAO ANTONIO CRISOSTOMO DA CUNHA FILHO(OAB/PIAÚI Nº 7620)

Réu: O MUNICÍPIO DE CORRENT-PIAÚI

Advogado(s):

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web..

15.173. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000547-25.2016.8.18.0027

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: LUIZ VALÉRIO BARBOSA

Advogado(s): FRANCISCO WELLINGTON SILVA LOPES(OAB/PIAÚI Nº 8349)

Réu: ZILDA ALVES NUNES

Advogado(s): HILSON CUNHA NOGUEIRA(OAB/PIAÚI Nº 2870)

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web..

15.174. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000559-10.2014.8.18.0027

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ILSON DE MELO CASTRO, SUELI SILVA VIANA DE CASTRO

Advogado(s): JOÃO ANTÔNIO CRISÓSTOMO DA CUNHA FILHO(OAB/PIAÚI Nº 7620)

Réu: GESI PEREIRA DOS SANTOS

Advogado(s): FRANCISCO VALMIR DE SOUZA(OAB/PIAÚI Nº 6187)

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web..

15.175. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000160-44.2015.8.18.0027

Classe: Interpelação

Interpelante: JOÃO ALVES TEIXEIRA

Advogado(s): ZADIEL LOBATO DE OLIVEIRA(OAB/PIAÚI Nº 4661A)

Interpelado: LUIZ PEREIRA LOBATO, MARIA DO SOCORRO MOREIRA LOBATO

Advogado(s):

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web..

15.176. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000418-54.2015.8.18.0027

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: LUIZ PEREIRA LOBATO, MARIA DO SOCORRO MOREIRA LOBATO, ELOISA NUNES TEIXEIRA

Advogado(s): BRUNO BATISTA(OAB/DISTRITO FEDERAL Nº 41859)

Réu: JOÃO ALVES TEIXEIRA

Advogado(s): FRANCISCO DE ASSIS ALVES DE NEIVA(OAB/PIAUI Nº 4521)

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web..

15.177. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000556-21.2015.8.18.0027

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: VER CLEIDE SOUZA E SILVA

Advogado(s):

Réu: O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO BARROS - PIAUI

Advogado(s): JOSÉ JOCILE LOBATO DE OLIVEIRA(OAB/PIAUI Nº 2574)

ato ordinatório (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web..

15.178. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000595-52.2014.8.18.0027

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ISABELLA LUSTOSA DOS SANTOS, NAIRA ROCHA LUSTOSA DOS SANTOS

Advogado(s): PEDRO LUSTOSA DO AMARAL HIDASI(OAB/PIAUI Nº 8201-A)

Réu: MILTON DA CUNHA LUSTOSA, O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUI-IAPEP

Advogado(s): PAULO HENRIQUE SÁ COSTA(OAB/PIAUI Nº 13864)

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.179. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000387-34.2015.8.18.0027

Classe: Restauração de Autos

Requerente: ARNALDO LUSTOSA MESSIAS, ROSA MARIA MESSIAS NOGUEIRA

Advogado(s): WANDERSON DE SOUZA NOGUEIRA(OAB/PIAUI Nº 12632)

Requerido: ESPOLIO DE SETEMBRINO LUSTOSA MESSIAS

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.180. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000345-82.2015.8.18.0027

Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: EDIMÁRIA GOMES DA SILVA, SALATIEL DA SILVA ARAÚJO

Advogado(s): EDILSON DE ARAÚJO NOGUEIRA(OAB/PIAUI Nº 209-B)

Requerido: FRANCISCO FERREIRA DE ARAÚJO NETO

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.181. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000377-53.2016.8.18.0027

Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: MICAELA DE SOUZA SILVA, MÔNICA BISPO DE SOUZA

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL(OAB/PIAUI Nº 0)

Requerido: EDUARDO DO NASCIMENTO SILVA

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.182. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000356-39.2009.8.18.0119

Classe: Procedimento Comum Infância e Juventude

Autor: MARIA DA CONCEIÇÃO LUSTOSA DA CUNHA

Advogado(s): FRANCISCO VALMIR DE SOUZA(OAB/PIAÚI Nº 6187)

Réu: O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO BARROS - PIAÚI

Advogado(s): JOSÉ JOCILE LOBATO DE OLIVEIRA(OAB/PIAÚI Nº 2574)

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.183. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000476-86.2017.8.18.0027

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: EDILSON DE ARAÚJO NOGUEIRA

Advogado(s): EDILSON DE ARAÚJO NOGUEIRA(OAB/PIAÚI Nº 209-B)

Réu: CARLOS ALBERTO POLICÊNIO, ERIVALDO JOSÉ BARROS

Advogado(s): HELIO JUSTO DE OLIVEIRA MARQUES(OAB/BAHIA Nº 31436)

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.184. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000568-98.2016.8.18.0027

Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: CARLOS JEREMIAS PEREIRA ROSA, SANDRA PEREIRA DA ROCHA

Advogado(s):

Requerido: SERGIO CARLOS PEREIRA ROSA

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.185. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000594-33.2015.8.18.0027

Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: ANA CAROLINA GUEDES AMARAL, HELEN JÚNIA LUSTOSA GUEDES

Advogado(s): JOAO ANTONIO CRISOSTOMO DA CUNHA FILHO(OAB/PIAÚI Nº 7620)

Requerido: FABIANO FERREIRA AMARAL

Advogado(s): MARCIO HENRIQUE DE CASTRO PENA(OAB/MINAS GERAIS Nº 129411)

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.186. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000435-95.2012.8.18.0027

Classe: Execução de Alimentos Infância e Juventude

Exequente: ARISTEU MASCARENHAS DA FONSECA, LOIANNA MASCARENHAS DA FONSECA

Advogado(s):

Executado(a): RONALDO LUSTOSA DA FONSECA

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.187. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000393-07.2016.8.18.0027

Classe: Execução de Alimentos

Autor: TALES ALVES DO NASCIMENTO, MARIA LÚCIA ALVES DA CRUZ

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL(OAB/PIAUI Nº 0)

Réu: HONORATO GOMES DO NASCIMENTO

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.188. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000383-31.2014.8.18.0027

Classe: Regularização de Registro Civil

Requerente: DELSON PEREIRA DOS SANTOS

Advogado(s):

Requerido: DEOCLECINA ALVES DOS SANTOS

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.189. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000540-38.2013.8.18.0027

Classe: Execução Fiscal

Exequente: O ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAUI Nº 3797-B)

Executado(a): NIVALDO ROBERTO NOGUEIRA RODRIGUES

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.190. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000591-15.2014.8.18.0027

Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: KAILANE DA SILVA CARNEIRO, VERLÂNDIA DA SILVA MADEIRA

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL(OAB/PIAUI Nº 0)

Requerido: GENIVALDO SILVA CARNEIRO

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo

passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.191. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000361-36.2015.8.18.0027

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): ANTONIO EDMAR CARVALHO LEITE(OAB/PIAUÍ Nº 10719)

Executado(a): MÁRIO ROBERTO LEMOS GUERRA

Advogado(s): MANOEL MARIO PEREIRA SILVA(OAB/DISTRITO FEDERAL Nº 32895)

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.192. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000444-81.2017.8.18.0027

Classe: Interdição

Interditante: ILDENE SOARES DA SILVA MIRANDA

Advogado(s): HILSON CUNHA NOGUEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 2870)

Interditando: BRAZILIZA MIRANDA DA SILVA

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.193. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000598-12.2011.8.18.0027

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO BRASIL S/A

Advogado(s): NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB/PIAUÍ Nº 8202-A)

Executado(a): MANOEL NETO TAVARES

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.194. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000354-73.2017.8.18.0027

Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: MARIA EDUARDA MACIEL DOS SANTOS, JOSIVALDA LUSTOSA MACIEL ROMA

Advogado(s): CYNTYA TEREZA SOUSA SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 309854)

Requerido: JAMABIO DOS SANTOS SOUZA

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.195. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000572-72.2015.8.18.0027

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A

Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)

Requerido: ELAINE LOBATO BESSA

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.196. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000512-31.2017.8.18.0027

Classe: Monitória

Autor: QUIRINO BATISTA LIMA

Advogado(s): TADEU DO NASCIMENTO ALVES(OAB/PIAÚI Nº 10836)

Réu: PAULO MURILO DE CASTRO LIMA SANTOS

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.197. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000395-45.2014.8.18.0027

Classe: Monitória

Autor: TABULEIRO AÇO INDUSTRIAL E COMERCIO LTDA

Advogado(s): CRISTIAN MAURICIO DA SILVA CHAVES(OAB/CEARÁ Nº 22571)

Réu: POLIANO LUSTOSA BONFIM - ME, NESSE AGUIAR LUSTOSA - ME

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.198. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000401-18.2015.8.18.0027

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): ANTONIO DO NASCIMENTO COSTA(OAB/PIAÚI Nº 13901), HELVECIO VERAS DA SILVA(OAB/PIAÚI Nº 4202)

Executado(a): EDIVALDO CAVALCANTE REIS E ESPOSA, MARIA EMILIA DO LAGO NOGUEIRA CAVALCANTE REIS, IAGO DO LAGO NOGUEIRA CAVALCANTE REIS, IANE DO LAGO NOGUEIRA CAVALCANTE REIS, IURE DO LAGO NOGUEIRA CAVALCANTE REIS, IGO DE VASCONCELOS CAVALCANTE REIS, PEDRO PAULO MISAEL JUNIOR CAVALCANTE REIS

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.199. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000341-74.2017.8.18.0027

Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: VICTOR KAUÁ OLIVEIRA ARAÚJO, SÂMEK EDUARDO OLIVEIRA ARAÚJO, SANDRA REANE DA SILVA OLIVEIRA CRUZ

Advogado(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO PIAUÍ(OAB/PIAÚI Nº)

Requerido: EDIVARDE ARAÚJO FERREIRA

Advogado(s): GERALDO NOBRE DE OLIVEIRA JUNIOR(OAB/PIAÚI Nº 6787)

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.200. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000533-75.2015.8.18.0027

Classe: Inventário

Inventariante: DELZUITH BATISTA CAVALCANTE LACERDA

Advogado(s): YURI CAVALCANTE LEMOS LACERDA(OAB/PIAÚI Nº 35916)

Inventariado: JURANDIR CARVALHO DE LACERDA

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.201. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000573-28.2013.8.18.0027

Classe: Execução de Alimentos Infância e Juventude

Exequente: M. F. A, M. F. A, NESTE ATO REPRESENTADAS POR SUA GENTORA A SRA. ANA JOAQUINA FERNANDES DA SILVA

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL(OAB/PIAÚI Nº 0)

Executado(a): JÚLIO SÉRGIO ALVES

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.202. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000539-14.2017.8.18.0027

Classe: Execução de Alimentos

Autor: ERIKE RODRIGUES DE ASSIS, MIKAEL RODRIGUES DE ASSIS, SAMILA RODRIGUES DE ASSIS, ELIZÂNGELA ALVES RODRIGUES

Advogado(s): ARIOSVALDO EUFRAUSINO DOS SANTOS FILHO(OAB/PIAÚI Nº 14061)

Réu: RICÉLIO ALVES DE ASSIS

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.203. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000522-46.2015.8.18.0027

Classe: Ação Trabalhista - Rito Ordinário

Autor: INÁCIA ANTÔNIA DE LIMA DE BARROS

Advogado(s): WILLIAM RUFO DOS SANTOS(OAB/PIAÚI Nº 6993)

Réu: ESTADO DO PIAÚI

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.204. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000360-80.2017.8.18.0027

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ROCHA SUPERMERCADO LTDA, JOABAS ROCHA DA SILVA

Advogado(s): RONALDO CARDOSO DA COSTA(OAB/PIAÚI Nº 12378)

Réu: ESTADO DO PIAÚI

Advogado(s): MARCOS ANTONIO ALVES DE ANDRADE(OAB/PIAÚI Nº 5397)

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no

Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.205. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000534-65.2012.8.18.0027

Classe: Execução Fiscal

Exequente: O ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Executado(a): MARIA ESCIA AZEVEDO DE SOUZA

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.206. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000381-52.2009.8.18.0119

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: SAMUEL MASCARENHAS CAVALCANTE

Advogado(s): JAILTON FERREIRA DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 16160)

Réu: EMATER- INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO PIAUÍ

Advogado(s): WILSA ROCHA MOREIRA VE(OAB/PIAUÍ Nº 1772/87)

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.207. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000402-32.2017.8.18.0027

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: NÚBIA PAULA DA SILVA BARROS

Advogado(s): LÍVIA VANESSA NOGUEIRA MASCARENHAS(OAB/PIAUÍ Nº 15448)

Réu: CARLOS ALBERTO ALVES FERREIRA

Advogado(s): FRANCISCO VALMIR DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 6187)

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.208. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000498-52.2014.8.18.0027

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ROSILENE ALVES DA SILVA

Advogado(s): SHEILA DE ANDRADE FERREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 1786849)

Réu: EDISON JACOBINA NOGUEIRA

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.209. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000370-66.2013.8.18.0027

Classe: Averiguação de Paternidade

Requerente: J. R. F. S, R. F. S, NESTE ATO ASSISTIDOS PELA SRA. RAIMUNDA PEREIRA DE SOUSA

Advogado(s): ANDRE ROCHA DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 6992)

Requerido: HELENICE MOURA DE JESUS ALVES

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ(OAB/PIAUÍ Nº)

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.210. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000425-12.2016.8.18.0027

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES DA SILVA

Advogado(s): CRISTIANO ROBERTO BRASILEIRO DA SILVA PASSOS(OAB/PIAÚI Nº 2990), AVELINO DE NEGREIROS SOBRINHO NETO(OAB/PIAÚI Nº 8098)

Réu: O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO BARROS - PIAUÍ

Advogado(s): JOSÉ JOCILE LOBATO DE OLIVEIRA(OAB/PIAÚI Nº 2574)

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.211. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000533-80.2012.8.18.0027

Classe: Execução Fiscal

Autor:

Advogado(s):

Executado(a): CEZARINO FRANÇA NOGUEIRA, O ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.212. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000523-02.2013.8.18.0027

Classe: Execução Fiscal

Exequente: O ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): FLÁVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAÚI Nº 3797-B)

Executado(a): GRAFITTE MÓVEIS LTDA

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.213. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000353-93.2014.8.18.0027

Classe: Ação Civil de Improbidade Administrativa

Autor: O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO BARROS - PIAUÍ, NIVALDO ROBERTO NOGUEIRA RODRIGUES

Advogado(s): MARVIO MARCONI DE SIQUEIRA NUNES(OAB/PIAÚI Nº 4703)

Réu: GERALDO EUSTÁQUIO MACHADO

Advogado(s): RAIMUNDO DE ARAÚJO SILVA JÚNIOR(OAB/PIAÚI Nº 5061)

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.214. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000569-59.2011.8.18.0027

Classe: Adoção

Adotante: SALOMÃO DE OLIVEIRA CARVALHO, ODEISA LUSTOSA DE CARVALHO

Advogado(s):

Adotado: SAMYLLA DA SILVA

Advogado(s): SHEILA DE ANDRADE FERREIRA(OAB/PIAÚI Nº)

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.215. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000559-44.2013.8.18.0027

Classe: Interdição

Interditante: EUZILENE DOS SANTOS SOUZA

Advogado(s):

Interditando: ADERSON DOS SANTOS SOUZA

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.216. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000464-43.2015.8.18.0027

Classe: Interpelação

Interpelante: TIMOTHY DALE CARTER, IVONETE LUSTOSA CAVALCANTE CARTER

Advogado(s): DIRCEU EULER LUSTOSA CAVALCANTI(OAB/PIAÚI Nº 6783), LINCON HERMES SARAIVA GUERRA(OAB/PIAÚI Nº 3864)

Interpelado: RONALDO BASTOS DE OLIVEIRA

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.217. EDITAL - VARA ÚNICA DE CORRENTE

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA Vara Única DA COMARCA DE CORRENTE

Avenida Manoel Lourenço Cavalcante, s/n - Bairro Nova Corrente, CORRENTE-PI

PROCESSO Nº 0000241-18.2009.8.18.0119

CLASSE: Ação Penal de Competência do Júri

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Réu: EDINALDO DA SILVA CARVALHO, MARLOS ALVES DE SOUSA, JOSÉ CLEMENTINO ALVES DE SOUZA

Oficial de Justiça:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O IGOR RAFAEL CARVALHO DE ALENCAR, Juiz de Direito da Comarca de CORRENTE, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

INTIMA, pelo presente edital, o réu MARLOS ALVES DE SOUSA, brasileiro, solteiro, natural de Monte Alegre-PI, portador do RG nº 3.303729 SSP-PI, filho(a) de Francival Lustosa de Carvalho e Maria d Socorro Viana Alves, a fim de promover o regular andamento da presente Ação Penal. E para que chegue ao conhecimento do interessado, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de CORRENTE, Estado do Piauí, aos 12 de outubro de 2020 (12/10/2020). Eu, SUELI DIAS NOGUEIRA, Analista Judicial, o digitei, e eu, SUELI DIAS NOGUEIRA, Diretor de Secretaria, o conferi e subscrevi.

IGOR RAFAEL CARVALHO DE ALENCAR

Juiz de Direito Titular da Comarca de CORRENTE

15.218. EDITAL - VARA ÚNICA DE CORRENTE

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CORRENTE)

Processo nº 0000088-24.2005.8.18.0119

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: GILDÉSIO DE SOUSA MOURA, RONALDO DE SOUSA MOURA

Advogado(s): JOAQUIM MASCARENHAS LUSTOSA(OAB/PIAÚI Nº 2154)

ATO ORDINATÓRIO: "[...] Faça vista dos autos ao representante da parte ré para apresentação das alegações finais dos réus, na forma

de memoriais". E para constar, Eu, SUELI DIAS NOGUEIRA, que subscrevi e digitei.

15.219. EDITAL - VARA ÚNICA DE CORRENTE

PROCESSO Nº: 0000023-38.2019.8.18.0119

CLASSE: Termo Circunstanciado

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Réu: LUCAS LEONARDO DOS SANTOS

EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 15 (quinze) dias

O Dr. IGOR RAFAEL CARVALHO DE ALENCAR, Juiz de Direito desta cidade e comarca de CORRENTE, Estado do Piauí, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo e Secretaria da Vara Única, a **AÇÃO PENAL** acima referenciada, ficando por este edital o acusado **LUCAS LEONARDO DOS SANTOS**, brasileiro, portador CPF nº 084.855.483-32, filho de Raimunda dos Santos, residente em local incerto e não sabido, CITADO para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e oferecer documentos e justificações, especificar provas, arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação, quando necessário, e CIENTIFICADO de que não respondendo à acusação ou não constituindo advogado, serão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser decretada a sua prisão preventiva e determinada a produção das provas consideradas urgentes (CP, art. 366 e 367), advertindo ainda, de que o prazo para a defesa correrá da data da publicação do presente edital. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de CORRENTE, Estado do Piauí, aos 12 de outubro de 2020 (12/10/2020). Eu, _____, (SUELI DIAS NOGUEIRA) Analista Judicial, digitei, subscrevi e assino.

IGOR RAFAEL CARVALHO DE ALENCAR

Juiz(a) de Direito Titular da Vara Única da Comarca de CORRENTE

15.220. EDITAL - VARA ÚNICA DE CORRENTE

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CORRENTE)

Processo nº 0000034-63.2002.8.18.0119

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: O MINISTÉRIO PÚB. DO ESTADO DO PIAUÍ, COMO SUBST. PROC. DO MENOR A.B.P.P.S.

Advogado(s):

Réu: ADÃO TIMÓTEO DA SILVA

Advogado(s): CLAUDIMIRO NUNES NOGUEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 3979-B)

DESPACHO:

"DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 12 de novembro de 2020, às 09h10. Em virtude do disposto na Resolução nº. 329/2020 do Conselho Nacional de Justiça, a audiência designada será realizada por videoconferência, de forma mista, com a presença de algumas pessoas na sala de audiências da Vara Única e participação virtual de outras que tenham condições para tanto. Deverão comparecer de forma presencial as testemunhas. Os demais participarão, preferencialmente, de modo virtual. A plataforma utilizada será o Sistema , disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça. Webex/CISCO Deverão informar nos autos, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas do ato, endereço eletrônico para envio do link de ingresso no ambiente virtual do ato instrutório. Em caso de testemunhas residentes em outras Comarcas, desde já, fica autorizada a expedição de Carta Precatória para finalidade de inquirição destas, no prazo de 30 (trinta) dias. Se policiais, expeçam-se ofícios ao Comando para intimação dos mesmos. [...]. CORRENTE, 5 de outubro de 2020 VIVIANE KALINY LOPES DE SOUZA Juíza de Direito Substituta da Vara Única da Comarca de CORRENTE". Eu, Gustavo Ataíde Fernandes Santos, Analista Judicial, digitei e subscrevi.

15.221. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000096-70.2014.8.18.0091

Classe: Ação de Exigir Contas

Autor: ROBERSON LUSTOSA NOGUEIRA, FELISBERTO LUSTOSA NOGUEIRA FILHO, MANOEL ANTÔNIO LUSTOSA NOGUEIRA, NEUTON DE SOUZA GONÇALVES

Advogado(s): DOMINGOS BISPO(OAB/BAHIA Nº 36948), MARLOS CARVALHO ROCHA(OAB/BAHIA Nº 31737)

Réu: ELTON CARLOS MAIA LEMOS

Advogado(s): ZADIEL LOBATO DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 4661A)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.222. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000096-68.2014.8.18.0027

Classe: Execução de Alimentos Infância e Juventude

Exequente: LIDIOMÁRIO CARVALHO DA SILVA, LEUDIMAR DO NASCIMENTO CARVALHO MACIEL

Advogado(s): SHEILA DE ANDRADE FERREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 1786849)

Executado(a): MARCELO DA SILVA MEDEIROS

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.223. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000094-98.2014.8.18.0027

Classe: Execução de Alimentos Infância e Juventude

Exequente: GEILTON FERREIRA VIANA, JESSILENE FERREIRA DA SILVA

Advogado(s): DEFENSORIA PUBLICA DO PIAUI(OAB/PIAUI Nº)

Executado(a): EDIVAN VIANA DA SILVA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.224. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000094-08.2011.8.18.0091

Classe: Ação de Alimentos

Requerente: GABRIELA FERNANDES DE AMORIM GUEDES, REPRESENTADA POR SUA GENITORA, Mª APARECIDA FERNANDES DE AMORIM

Advogado(s):

Requerido: VILMÁRIO BARREIRA GUEDES

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.225. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000093-65.2004.8.18.0027

Classe: Inventário

Inventariante: JOSÉ LUCIANO RODRIGUES VALLE E OUTROS, BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

Advogado(s): JOAQUIM MASCARENHAS LUSTOSA(OAB/PIAUI Nº 2154), JOSÉ JOCILE LOBATO DE OLIVEIRA(OAB/PIAUI Nº 2574), PEDRO LOPES DE OLIVEIRA FILHO(OAB/PIAUI Nº 1962), JEAN MARCELL DE MIRANDA VIEIRA(OAB/PIAUI Nº 3490)

Inventariado: JOSÉ ROSA VALLE

Advogado(s): CLAUDIMIRO NUNES NOGUEIRA(OAB/PIAUI Nº 3979-B)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.226. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000091-76.2005.8.18.0119

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

Advogado(s): ANDREI ALEXANDRE TAGGESELL GIOSTRI(OAB/PIAUI Nº 870)

Executado(a): FRANCISCO VALMIR DE SOUZA - ME

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.227. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000091-46.2014.8.18.0027

Classe: Execução de Alimentos Infância e Juventude

Exequente: ADRIELLE DE CARVALHO RIBEIRO, MARIELE DE CARVALHO RIBEIRO, LEONARDO DE CARVALHO RIBEIRO, ADALIANE DE CARVALHO FERREIRA

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUI(OAB/PIAUI Nº)

Executado(a): AILTON ALVES FERREIRA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.228. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000091-19.2012.8.18.0091

Classe: Interdição

Interditante: EDINALDA BRANDÃO DE SOUZA

Advogado(s):

Interditando: ADELINO DE SOUZA BRANDÃO

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.229. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000086-31.2011.8.18.0091

Classe: Execução de Alimentos Infância e Juventude

Exequente: ERICK DINIZ LISBOA DA SILVA, REPRESENTADO POR SUA GENITORA, NEILA TATIANA DINIZ LISBOA

Advogado(s): JOAO ANTONIO CRISOSTOMO DA CUNHA FILHO(OAB/PIAÚI Nº 7620)

Executado(a): MARCIO CORREIA DA SILVA

Advogado(s): MORIEL MESSIAS AZEVEDO CORADO(OAB/BAHIA Nº 45287)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.230. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000085-64.2008.8.18.0119

Classe: Interdito Proibitório

Interditante: DJALMA RIBEIRO DE FRANÇA

Advogado(s):

Interditando: ONOFRE LOUZEIRO BATISTA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.231. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000084-95.2010.8.18.0091

Classe: Execução Fiscal

Exequente: ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

Executado(a): ELVIRA LUSTOSA NOGUEIRA NETA

Advogado(s): CRISTIANOROBERTOBRASILEIRODASILVAPASSOS(OAB/PIAÚI Nº 2990)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.232. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000083-69.2014.8.18.0027

Classe: Usucapião

Usucapiente: LUCIMÁRIA DOS SANTOS BATISTA

Advogado(s): EDILSON DE ARAÚJO NOGUEIRA(OAB/PIAÚI Nº 209)

Usucapido: NILDA DE SOUZA ROCHA, MARIA MOEMA ROCHA MODESTO

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.233. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000083-37.2015.8.18.0091

Classe: Ação Trabalhista - Rito Ordinário

Autor: JUSARA DA CUNHA RODRIGUES, SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ-SINSEPUC/PI

Advogado(s): WILLIAM RUFO DOS SANTOS(OAB/PIAÚI Nº 6993)

Réu: MUNICÍPIO DE CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ

Advogado(s): WANDERSON DE SOUZA NOGUEIRA(OAB/PIAÚI Nº 12632)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as

partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.234. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000082-16.2016.8.18.0027

Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: SARA DE SOUZA WATTHIER, CLARA DE SOUZA WATTHIER, PRISCILA DE SOUZA BARBOSA

Advogado(s): LAUDO RENATO LOPES ASCENSO(OAB/PIAUI Nº 13892)

Requerido: VALTER WATTHIER

Advogado(s): WILIAN DANIEL PIRES SCHMIDT(OAB/PIAUI Nº 11318)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.235. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000080-19.2014.8.18.0091

Classe: Execução de Alimentos Infância e Juventude

Exequente: ALDENÍZIA SANTANA DA SILVA SOUZA

Advogado(s): DEFENSORIA PUBLICA DO PIAUI(OAB/PIAUI Nº)

Executado(a): JOÃO PAULO BARBOSA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.236. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000077-64.2014.8.18.0091

Classe: Reclamação

Autor: EMERY FABRICIA DA SILVA LOUZEIRO

Advogado(s): WILLIAM RUFO DOS SANTOS(OAB/PIAUI Nº 6993)

Réu: ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.237. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000074-05.2017.8.18.0027

Classe: Reintegração / Manutenção de Posse

Autor: GLORACI LUSTOSA BARROS

Advogado(s): WALLACE BANDEIRA LUSTOSA(OAB/PIAUI Nº 7563)

Requerido: JACOB NOGUEIRA PARANAGUA FILHO

Advogado(s): LAUDO RENATO LOPES ASCENSO(OAB/PIAUI Nº 13892), ZADIEL LOBATO DE OLIVEIRA(OAB/PIAUI Nº 4661)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.238. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000073-56.2016.8.18.0091

Classe: Interdição

Interditante: ANTÔNIO RIBEIRO DIAS

Advogado(s): ROSIANE AGUIAR SILVA(OAB/BAHIA Nº 48480)

Interditando: MARIA ISIDORIA CARVALHO DOS SANTOS

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.239. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000072-08.2015.8.18.0091

Classe: Restauração de Autos

Requerente: ARIANO MESSIAS NOGUEIRA PARANAGUÁ, ATALIBAL MESSIAS NOGUEIRA

Advogado(s): EDSON VIEIRA ARAÚJO(OAB/PIAÚI Nº 3285)

Réu:

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.240. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000254-80.2010.8.18.0119

Classe: Justificação

Declarante: MÔNICA SANTA DE JESUS DE FRANÇA

Advogado(s): ESTELAMAR FERNANDES DO CARMO(OAB/PIAÚI Nº 4905-A)

Declarado: DEMÉTRIOS FERNANDES VIANA

Advogado(s): JULIETA SAMPAIO NEVES AIRES(OAB/PIAÚI Nº 1978365)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.241. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000252-51.2017.8.18.0027

Classe: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil

Retificante: AILTON FRANCELINO ALVES

Advogado(s): ERASMO RUFO DOS SANTOS(OAB/PIAÚI Nº 8097)

Retificado: MARIA DAS MERCÊS CASTRO DE LIMA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.242. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000234-64.2016.8.18.0027

Classe: Mandado de Segurança Cível

Autor: GEYSI LEAL VASCONCELOS

Advogado(s): JOAO ANTONIO CRISOSTOMO DA CUNHA FILHO(OAB/PIAÚI Nº 7620), ANA PAULA LIRA CARVALHO(OAB/PIAÚI Nº 13671)

Réu: PRÓ-REITOR DE ENSINO E GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAÚI PREG/UESPI

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.243. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000205-82.2014.8.18.0027

Classe: Execução Fiscal

Exequente: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL - PI

Advogado(s): FLAVIO COELHO DE ALBUQUERQUE(OAB/PIAÚI Nº 1371363)

Executado(a): CRISTAL DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA, ANTONIO CARLOS TEIXEIRA, MARLI INES STUMPF PIGOZZO, MARLI INES STUMPF PIGOZZO, MARGARETH VARELLA DIAS

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.244. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000189-26.2017.8.18.0027

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARIO OKUDA

Advogado(s): DAIANE LILIAN PIRES SCHMIDT TEIXEIRA(OAB/PIAÚI Nº 13534)

Réu: SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGUROS S.A.

Advogado(s): MARCIO ALEXANDRE MALFATTI(OAB/PIAÚI Nº 10906)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.245. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000178-56.2010.8.18.0119

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO

Advogado(s): PATRÍCIA CAVALCANTE PINHEIRO DE OLIVEIRA(OAB/PIAÚI Nº 3184)

Requerido: ÉLIO PARAGUASSÚ DE LEMOS JUNIOR

Advogado(s): JORGE HENRIQUE DE SOUSA CABEDO(OAB/PIAÚI Nº 14830)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.246. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000177-46.2016.8.18.0027

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: MANOEL PAIVA DA CUNHA, ERAÍLZA LUSTOSA DO NASCIMENTO, CARLOS OAMIS CARVALHO DA CUNHA

Advogado(s): FERNANDO SILVA LIRA CAVALCANTE BARROS(OAB/PIAÚI Nº 13992)

Executado(a): FERNANDO QUEIROZ FERREIRA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.247. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000173-72.2017.8.18.0027

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: GILDENE DA SILVA SANTOS

Advogado(s): ANDRE ROCHA DE SOUZA(OAB/PIAÚI Nº 6992)

Réu: O MUNICÍPIO DE CORRENTE - ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.248. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000154-33.2007.8.18.0119

Classe: Embargos à Execução

Autor: JOSÉ FRANCISCO CARVALHO DE ARAÚJO

Advogado(s): ARNALDO ALVES MESSIAS(OAB/PIAÚI Nº 248-A)

Réu: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

Advogado(s): MARIA DOS AFLITOS OLIVEIRA CUNHA(OAB/PIAÚI Nº 2939)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.249. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000121-18.2013.8.18.0027

Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: I.H. P. A, I. R. A. M, NESTE ATO REPRESENTADOS POR SUA GENITORA A SRA., QUEILE MELANE ALVES DA SILVA

Advogado(s):

Requerido: LINDOVANO DOS REIS MONTEIRO

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no

Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.250. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000110-59.2011.8.18.0091

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Autor: BANCO DO NORDESTE

Advogado(s): MARIA DOS AFLITOS OLIVEIRA CUNHA(OAB/PIAÚI Nº 2939)

Réu: JOSÉ FERREIRA DE SOUZA, JOSÉ LUSTOSA NOGUEIRA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.251. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000108-21.2013.8.18.0091

Classe: Execução de Alimentos Infância e Juventude

Exequente: MATHEUS LACERA CARVALHO REPRESENTADO POR EUZA LACERDA VIANA

Advogado(s): DRª SHEILA DE ANDRADE FERREIRA(OAB/PIAÚI Nº 1786849)

Executado(a): ONIVON DE CARVALHO BEZERRA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.252. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000106-46.2016.8.18.0091

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ARIANO MESSIAS NOGUEIRA PARANAGUÁ

Advogado(s): EDSON VIEIRA ARAÚJO(OAB/PIAÚI Nº 3285)

Réu: MUNICÍPIO DE CRISTALÂNCIA DO PIAÚI

Advogado(s): DIANNA ROSA DE OLIVEIRA RIBEIRO(OAB/PIAÚI Nº 13690), LUNARA MARIA SOARES E SILVA(OAB/PIAÚI Nº 6122)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.253. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000105-89.2007.8.18.0119

Classe: Execução Fiscal

Exequente: A FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

Advogado(s): CARLOS EDUARDO BELFORT(OAB/PIAÚI Nº 3197)

Executado(a): A FIRMA SAMARINO PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.254. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000105-71.2010.8.18.0091

Classe: Ação Civil de Improbidade Administrativa

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Advogado(s):

Réu: ARIANO MESSIAS NOGUEIRA PARNAGUÁ, ERONILDES DAMASCENO DIAS, ALVINO ALEIXO BARROS FILHO, EUTIMIO MESSIAS CAVALCANTE NETO, RETOKES CONSTRUTORA LTDA, UBIRAJARA LUSTOSA DE CARVALHO

Advogado(s): DIRCEU EULER LUSTOSA CAVALCANTI(OAB/PIAÚI Nº 6783), EDSON VIEIRA ARAÚJO(OAB/PIAÚI Nº 3285)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.255. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000105-37.2011.8.18.0091

Classe: Cumprimento de sentença

Exequente: VALERIA RODRIGUES DA SILVA, ROBERTO ALVES PEREIRA

Advogado(s): LAIANA LARISSA NOGUEIRA PENA(OAB/PIAUÍ Nº 14273), LUIS AUGUSTO CORREIA LIMA DE OLIVEIRA(OAB/CEARÁ Nº 22441)

Réu:

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.256. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000101-85.2017.8.18.0027

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: GEANE MEDEIROS DE SOUZA

Advogado(s): EDVANEIDE VIEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 17037), LUCIANO HENRIQUE SOARES DO O. AIRES(OAB/PIAUÍ Nº 11663-A)

Réu: REGINALDO CUSTÓDIO SANTOS

Advogado(s): MAURO MARLEY LUSTOSA PAIVA(OAB/DISTRITO FEDERAL Nº 25745)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.257. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000099-82.2007.8.18.0119

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: EMERSON LUIZ DE ARAUJO NOGUEIRA

Advogado(s): JOAQUIM MASCARENHAS LUSTOSA(OAB/PIAUÍ Nº 2154)

Executado(a): MARCOS ZANGELLER DANTAS GOMES

Advogado(s): FRANCISCO VALMIR DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 6187)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.258. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000099-54.2016.8.18.0091

Classe: Ação de Alimentos

Requerente: JESUANA ALVES DA SILVA

Advogado(s): ANA PAULA PEREIRA DIAS(OAB/PIAUÍ Nº 16532)

Requerido: GLENIVALDO RIBEIRO ALVES

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.259. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000096-97.2016.8.18.0027

Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: LARISSA DA SILVA ARAÚJO, BRUNA DA SILVA ARAÚJO, TAMIRES DA SILVA ARAÚJO, GABRIELA DA SILVA ARAÚJO, ROSILÂNIA RODRIGUES DA SILVA ARAÚJO

Advogado(s):

Requerido: ZENALDO QUIRINO DE ARAÚJO

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.260. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0001011-16.2006.8.18.0119

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

Advogado(s): JEAN MARCELL DE MIRANDA VIEIRA(OAB/PIAÚI Nº 3940)

Executado(a): RICARDO CARVALHO ROCHA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.261. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0001007-85.2011.8.18.0027

Classe: Cumprimento de sentença

Exequente: EUDO JÚNIOR VIEIRA PINHEIRO

Advogado(s): ANDRÉ ROCHA DE SOUZA(OAB/PIAÚI Nº 6992)

Executado(a): O MUNICÍPIO DE CORRENT-PIAÚI

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.262. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0001006-03.2011.8.18.0027

Classe: Cumprimento de sentença

Exequente: ADÉLIA MARIANO DE CARVALHO

Advogado(s): CRISTIANO ROBERTO BRASILEIRO DA SILVA PASSOS(OAB/PIAÚI Nº 2990), AVELINO DE NEGREIROS SOBRINHO NETO(OAB/PIAÚI Nº 8098), ANDRÉ ROCHA DE SOUZA(OAB/PIAÚI Nº 6992)

Executado(a): O MUNICÍPIO DE CORRENT-PIAÚI

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.263. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0001005-81.2012.8.18.0027

Classe: Averiguação de Paternidade

Requerente: LEOCLECY RAIMUNDO XAVIER, DARLENE MARTINS ARAÚJO, LUIZA EDITH ERICY CAVALCANTE LEMOS, ESMERALDA ALEXANDRE DE CARVALHO LEMOS

Advogado(s): CLEANE SARAIVA DE SOUSA(OAB/PIAÚI Nº 5101)

Requerido: NOCLECY CAVALCANTE LEMOS

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.264. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0001000-84.2006.8.18.0119

Classe: Monitória

Autor: A SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO SUL DO PIAUÍ-FACULDADE DO CERRADO PIAUIENSE

Advogado(s): JUSTINA ALZIRA SOARES DO NASCIMENTO(OAB/PIAÚI Nº 3569)

Réu: RICARDO DIAS FIGUEREDO

Advogado(s): ROBERTO FONTOURA ACOSTA(OAB/PIAÚI Nº 7182)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.265. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000993-92.2006.8.18.0119

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

Advogado(s): JEAN MARCELL DE MIRANDA VIEIRA(OAB/PIAÚI Nº 3940)

Executado(a): MARIA LUZINETE SOUZA ALEXANDRE-ME

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.266. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE**Processo nº** 0000973-76.2012.8.18.0027**Classe:** Inventário**Inventariante:** ISOLDA ARAÚJO LUSTOSA CUNHA NOGUEIRA, MARIA ÁUREA DE ARAÚJO LUSTOSA, JABES LUSTOSA NOGUEIRA JÚNIOR**Advogado(s):** MATTSON RESENDE DOURADO(OAB/PIAÚI Nº 6594), MALENA DE SOUZA GOMES(OAB/BAHIA Nº 27547), ROSIANE AGUIAR SILVA(OAB/PIAÚI Nº 14981), TARCISO PINHEIRO DE ARAUJO FILHO(OAB/PIAÚI Nº 13198)**Inventariado:** JABES LUSTOSA NOGUEIRA**Advogado(s):**

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.267. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE**Processo nº** 0000965-27.2006.8.18.0119**Classe:** Inventário**Inventariante:** JOEL ANDRADE DE CARVALHO**Advogado(s):****Inventariado:** RAIMUNDO NONATO DE CARVALHO**Advogado(s):**

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.268. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE**Processo nº** 0000959-53.2016.8.18.0027**Classe:** Procedimento Comum Cível**Autor:** NARCIZO CORREIA DE SOUZA FILHO**Advogado(s):** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ(OAB/PIAÚI Nº)**Réu:** O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**Advogado(s):**

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.269. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE**Processo nº** 0000958-35.2006.8.18.0119**Classe:** Execução de Título Extrajudicial**Exequente:** MOTO BIKE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA**Advogado(s):** MAISA MELO DE CARVALHO(OAB/PIAÚI Nº 10781), PRISCILA MELRYIM MARQUES MEIRELES(OAB/PIAÚI Nº 9983), DANIELA MARIA OLIVEIRA BATISTA(OAB/PIAÚI Nº 4787), CLAUDIO MANOEL DO MONTE FEITOSA(OAB/PIAÚI Nº 2182)**Executado(a):** IRANILDO CHAGAS BASÍLIO**Advogado(s):**

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.270. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE**Processo nº** 0000957-83.2016.8.18.0027**Classe:** Ação Civil Pública Cível**Autor:** O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**Advogado(s):****Réu:** ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A - AGESPISA**Advogado(s):** DENISE BARROS BEZERRA LEAL(OAB/PIAÚI Nº 9418)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização

dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.271. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000954-31.2016.8.18.0027

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARCOS JANE DE SOUZA AZEVEDO

Advogado(s): CRISTIANO ROBERTO BRASILEIRO DA SILVA PASSOS(OAB/PIAÚI Nº 2990), AVELINO DE NEGREIROS SOBRINHO NETO(OAB/PIAÚI Nº 8098), ANDRE ROCHA DE SOUZA(OAB/PIAÚI Nº 6992)

Réu: O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO BARROS - PIAUI

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.272. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000953-22.2011.8.18.0027

Classe: Ação Trabalhista - Rito Ordinário

Autor: JOSÉ REGINALDO SILVA

Advogado(s): FRANCISCO VALMIR DE SOUZA(OAB/PIAÚI Nº 6187), EDILSON DE ARAÚJO NOGUEIRA(OAB/PIAÚI Nº 209-B)

Réu: O MUNICÍPIO DE CORRENTE-PIAUI

Advogado(s): JOAO AUGUSTO NUNES PARANAGUA E LAGO(OAB/PIAÚI Nº 8045)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.273. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000944-84.2016.8.18.0027

Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: HELISA MACIEL SILVA, FERNANDA GABRIELLE MACIEL SILVA, ÉRICA LETÍCIA MACIEL

Advogado(s):

Requerido: JEAN DA SILVA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.274. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000936-10.2016.8.18.0027

Classe: Ação Civil Pública Cível

Autor: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

Réu: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CORRENTE - ESTADO DO PIAUI

Advogado(s): ANDRE ROCHA DE SOUZA(OAB/PIAÚI Nº 6992)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.275. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000935-25.2016.8.18.0027

Classe: Execução de Alimentos

Autor: SÂMIA PEREIRA DA SILVA, SAMARIA GONÇALVES PEREIRA

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO PIAUI(OAB/PIAÚI Nº)

Réu: DEIVISSON TIAGO GONÇALVES DA SILVA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema

Themis Web.

15.276. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000933-31.2011.8.18.0027

Classe: Execução Fiscal

Exequente: O ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): CID CARLOS GONÇALVES COELHO(OAB/PIAUÍ Nº -2844)

Executado(a): RICARDO ANTONIO ARAÚJO BRITO

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.277. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000308-55.2015.8.18.0027

Classe: Inventário

Inventariante: CÂNDIDO GUERRA FILHO, IDENE SAMARITANA GUERRA FREITAS, ÉDER JANES CAVALCANTE GUERRA, SALOMÃO CAVALCANTE JÚNIOR, SOLON CAVALCANTI GUERRA, MISAEL CAVALCANTI GUERRA

Advogado(s): HAMILTON PACHECO CAVALCANTI JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 6227)

Inventariado: IDÁLIA LUSTOSA CAVALCANTE GUERRA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.278. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000287-45.2016.8.18.0027

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: JESSYCA ANSELMO ALVES

Advogado(s): LUIZA MARIA ROCHA VOGADO(OAB/PIAUÍ Nº 5015)

Réu: O MUNICÍPIO DE CORRENTE - ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.279. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE CORRENTE

Processo nº 0000279-10.2012.8.18.0027

Classe: Reintegração / Manutenção de Posse

Autor: JACKSON PEREIRA DA CUNHA

Advogado(s): JOAQUIM MASCARENHAS LUSTOSA(OAB/PIAUÍ Nº 2154)

Requerido: VALDENOR DE SOUZA MACIEL

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.280. EDITAL - VARA ÚNICA DE CORRENTE

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CORRENTE)

Processo nº 0000064-53.2020.8.18.0027

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Indiciante: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Requerido: DIVANILSON NUNES SANTANA (VULGO "CHIPAIA")

Advogado(s): RUTIELLE DE MATOS PAULA(OAB/DISTRITO FEDERAL Nº 49438)

DESPACHO:

"Verifico que o réu apresentou resposta à acusação. No caso dos autos, os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal foram atendidos, de modo que não vislumbro nos autos a inépcia da inicial acusatória. Ausentes, da mesma forma, os demais requisitos que ensejam a rejeição liminar da denúncia, previstos no artigo 395 do CPP. Assim, MANTENHO O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA e DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 11 de novembro de 2020, às 14h50. Em virtude do disposto na Resolução nº. 329/2020 do Conselho Nacional de Justiça, a audiência designada será realizada por videoconferência, de forma mista, com a presença de algumas pessoas na sala de audiências da Vara Única e participação virtual de outras que tenham condições para tanto. Por se tratar de réu preso e com o fito de evitar o seu deslocamento, notifique-se o estabelecimento prisional para que providencie local adequado e os meios necessários para comparecimento do acusado de modo

virtual. Deverão comparecer de forma presencial as testemunhas e a vítima. Os demais participarão, preferencialmente, de modo virtual. A plataforma utilizada será o Sistema Webex/CISCO, disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça. Deverão informar nos autos, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas do ato, endereço eletrônico para envio do link de ingresso no ambiente virtual do ato instrutório. [...] CORRENTE, 9 de outubro de 2020 VIVIANE KALINY LOPES DE SOUZA Juíza de Direito Substituta da Vara Única da Comarca de CORRENTE". Eu, Gustavo Ataíde Fernandes Santos, Analista Judicial, digitei e subscrevi.

15.281. EDITAL - VARA ÚNICA DE CRISTINO CASTRO

PROCESSO Nº: 0000136-58.2012.8.18.0047

CLASSE: Termo Circunstanciado

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, RENATO RODRIGUES DE HOLANDA

Réu: FRANCISCO JOSÉ CAVALCANTE, MANOEL ALEXANDRE DA SILVA FILHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA Prazo de 60 (sessenta) dias

O Dr. ANDERSON BRITO DA MATA, Juiz de Direito desta cidade e comarca de CRISTINO CASTRO, Estado do Piauí, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo e Secretaria da Vara Única, o Termo Circunstanciado acima referenciado, ficando por este edital o acusado **FRANCISCO JOSÉ CAVALCANTE**, residente em local incerto e não sabido, INTIMADO da sentença expedida nos autos: "ANTE O EXPOSTO, decreto a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE de MANOEL ALEXANDRE DA SILVA FILHO e FRANCISCO JOSÉ CAVALCANTE pela prescrição da pretensão punitiva na forma do 109, V, do Código Penal." E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de CRISTINO CASTRO, Estado do Piauí, aos 13 de outubro de 2020 (13/10/2020). Eu, LÍVIA CAVALCANTI DE SOUSA ARAÚJO, digitei e subscrevi.

ANDERSON BRITO DA MATA

Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de CRISTINO CASTRO

15.282. EDITAL - VARA ÚNICA DE CRISTINO CASTRO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de CRISTINO CASTRO)

Processo nº 0000124-83.2008.8.18.0047

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Réu: ALAIR ROCHA CRISPINHO

Advogado(s): PAULO DE TÁRCIO SANTOS MARTINS(OAB/PIAUÍ Nº 2475-93)

SENTENÇA: INTIMAR o requerido por seu advogado, da sentença proferida nos autos em epígrafe, conforme se vê da parte final a seguir transcrita: "Pelo exposto, julgo parcialmente procedente a denúncia e condeno o réu ALAIR ROCHA CRISPINHO nas penas do art. 299, caput, c/c art. 70, ambos do Código Penal, por quatro vezes. Passo a dosar a pena. O réu tinha plenas condições de saber da ilicitude de sua conduta, sendo-lhe exigível agir de modo diverso. Note-se que o réu, apesar de alegar desconhecimento da ilicitude, ocupava a época dos fatos o cargo de Oficial de Justiça de modo que lhe é, ainda mais, exigida conduta diversa. Assim, mais grave se torna a conduta do acusado. Não há registro nos autos de condenação criminal anterior em seus antecedentes criminais. Inexistem elementos suficientes para desabonar a personalidade do réu. Os motivos do crime não foram suficientemente esclarecidos. As circunstâncias e consequências prejudicam o réu. Com efeito, o réu cometeu o fato com vinculação à sua função pública, pois como oficial de justiça levou o livro de procurações para ser assinado pelos supostos outorgantes fora do cartório. De outro lado, as consequências do fato também prejudicam o acusado, pois gerou questionamentos posteriores sobre a regularização dos imóveis rurais, sendo inclusive chamada a Corregedoria Geral da Justiça para manifesta-se sobre a questão (fls. 69/74). Não há que se falar em comportamento da vítima, vez que no caso o bem jurídico tutelado é a fé pública. Considerando as circunstâncias judiciais, especialmente as circunstâncias e consequências do crime, fixo a pena-base em 01 (um) ano e 04 (quatro) meses de reclusão. Reconhecendo a existência de circunstância atenuante, em razão da confissão espontânea do acusado (art. 65, III, d, do CP), reduzo a pena em 1/6 (um sexto). Não há outras circunstâncias atenuantes ou agravantes a considerar, pelo que a pena fica provisoriamente em 01 (um) ano e 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão. De outra parte, considerando que, mediante uma única conduta, o acusado cometeu 04 (quatro) vezes o delito descrito no art. 299 do CP, deve incidir nesse cenário a regra prevista no art. 70, caput, do CP. Não há registro de outras causas de aumento ou de diminuição da pena a considerar. Assim, deve sobre a pena fixada incidir o aumento pela metade, em virtude da quantidade de crimes, pelo que fixo a pena definitiva em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, pela prática dos crimes de falsidade ideológica e 21 (vinte e um) dias-multa, correspondendo cada dia-multa a um trigésimo do salário mínimo vigente à época do fato, devidamente corrigido. Sobre o regime inicial de cumprimento de pena, prevê o art. 33, § 2º, "c" do Código Penal que o condenado a pena privativa não superior a quatro anos, não reincidente, pode cumpri-la em regime aberto. Presentes os requisitos expressos no artigo 44, I a III, do Código Penal, o réu tem direito ao benefício da substituição da pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direito (art. 44, § 2º, segunda parte, do Código Penal), consistentes: a) Na prestação de serviços à comunidade em entidade a ser determinada pelo Juízo da Execução Penal (art. 43, IV, do Código Penal); e b) Na prestação pecuniária no valor 02 (dois) salários mínimos atualizados, pelo período da condenação, em benefício de instituição social a ser fixada pelo Juízo da Execução Penal (artigo 45, § 1º, do Código Penal). Não há como fixar o valor dos danos causados e o pedido também não foi formulado pelo órgão acusador. Condeno, ainda, o réu ao pagamento das custas processuais, nos termos do artigo 804 do Código de Processo Penal. Reconheço ao réu o direito de recorrer em liberdade, como já se encontra. Transitando em julgado a sentença: 1. Comunique-se ao TRE, para os fins do art. 15, inciso III, da Constituição Federal; 2. Proceda-se ao lançamento do nome do réu no rol de culpados (art. 393, II, do CPP); 3. Adotem-se os procedimentos necessários à execução da pena. 4. Encaminhe-se cópia da sentença à chefia imediata do acusado, eis que se trata de servidor público, para ciência e adoção das providências que considerar cabíveis. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se".

15.283. EDITAL - VARA ÚNICA DE DEMERVAL LOBÃO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de DEMERVAL LOBÃO)

Processo nº 0000146-75.2007.8.18.0048

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Indiciante: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL

Advogado(s): HORACIO LEAL BRITO(OAB/BAHIA Nº 5488)

Indiciado: EGIVALDO DA SILVA

Advogado(s): HORACIO LEAL BRITO(OAB/BAHIA Nº 5488)

DESPAÇO: Intimem-se a defesa a sobrinha do acusado, Krisneide Maria da Silva, Residente na Residencial Torquato Neto, nº 04, bloco 01, apt. 200, Teresina/PI, para juntar aos autos a certidão de óbito domesmo.

15.284. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE DEMERVAL LOBÃO

Processo nº 0000436-85.2010.8.18.0048

Classe: Boletim de Ocorrência Circunstanciada**Autor:****Advogado(s):****Réu:** A.M.L.A.L.**Advogado(s):**

Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, observada a pena máxima abstratamente cominada para os delitos em tela, JULGO, por sentença, extinta a punibilidade do Infrator ANTONIO MARCOS LEAL DE ARÊA LEÃO, devidamente qualificado nos autos, nos termos do art. 109, II e 115, ambos do do Código Penal, tendo em vista a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e, conseqüentemente, determino o arquivamento dos autos.

P.R.I. e archive-se com as cautelas legais.

15.285. EDITAL - VARA ÚNICA DE ELESBÃO VELOSO**AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de ELESBÃO VELOSO)****Processo nº** 0000030-46.2019.8.18.0049**Classe:** Ação Penal - Procedimento Ordinário**Autor:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**Advogado(s):****Réu:** GABRIEL ADRYAN MASULLO DE MEDEIROS**Advogado(s):** MIGUEL DE HOLANDA CAVALCANTE FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 9750), MIGUEL DE HOLANDA CAVALCANTE(OAB/PIAUÍ Nº 1117)**DECISÃO:**

Vistos etc. Neste momento processual vige o princípio do in dubio pro societate, não sendo necessária a convicção plena de ter o acusado envolvimento com o delito investigado, já que essa certeza somente poderá ser alcançada com o fim da persecução penal, não havendo motivos suficientes para descartar o seu envolvimento no delito previsto no art. 33, caput, da Lei 11.343/06. Por derradeiro, nos termos do art. 56 do diploma legal em referência, descrevendo a denúncia de modo claro e circunstanciado o fato tido como delituoso, tenho como preenchidos os requisitos do art. 41 do CPP. Assim, tenho como formalmente apta a peça exordial acusatória. Por todo o exposto, DECIDO: ? em vista o princípio do in dubio pro societate e a inócuência de qualquer das hipóteses dos incisos do art. 395 do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA de fls. 0/1-0/3 dos autos, oferecida pelo duto representante do Ministério Público em desfavor de GABRIEL ADRYAN MASULLO DE MEDEIROS, já qualificado, dando-o como incurso no delito previsto no art. 33, caput, da Lei 11.343/06. I ? À Secretaria para oficial à Autoridade Policial a fim de que proceda a juntada aos autos do exame/laudo de constatação definitivo das drogas apreendidas; II ? Designo audiência de instrução e julgamento, para o dia 20 de OUTUBRO de 2020, às 14:00 horas, no Fórum local desta Comarca de Elesbão Veloso/PI. Cite-se o acusado e intime-se a sua defesa. À Secretaria para oficial à DUAP/SECJUSPI, comunicando-lhe da presente decisão e da audiência, para fins de conduzir o denunciado a esta Comarca no dia da sua realização ou para que reserve a referida data e horário para fins de oitiva do acusado, caso a audiência seja realizada por videoconferência. Documento assinado eletronicamente por JOÃO DE CASTRO SILVA, Juiz(a), em 09/10/2020, às 13:53, conforme art.1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/documento> informando o identificador 30257572 e o código verificador 48482.A3189.89B01.435DC.B4C7C.D1301. Cientifique-se o Órgão Ministerial. Intimem-se às testemunhas. Ademais, conforme requerido pela defesa, determino que a Secretaria oficial ao setor administrativo da Penitenciária Regional de Campo Maior "José Arimatéia Barbosa Leite, local onde o acusado encontra-se recolhido, solicitando a remessa de Laudo Médico ou teste sorológico, confirmando a contaminação do denunciado pelo novo coronavírus (covid 19), a ser encaminhado a este juízo com a máxima brevidade. Expedientes Necessários. Cumpra-se c/ urgência.

15.286. EDITAL - 1ª VARA DE FLORIANO**AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de FLORIANO)****Processo nº** 0000849-12.2020.8.18.0028**Classe:** Ação Penal - Procedimento Ordinário**Autor:** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**Réu:** GEOVANE FERREIRA DE SOUSA**Advogado(s):** JOAO GONCALVES ALEXANDRINO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 1784)**DESPACHO:** Fica o réu, por seu advogado, intimado para apresentar sua Resposta à acusação, no prazo legal.**15.287. EDITAL - 1ª VARA DE FLORIANO****PROCESSO Nº:** 0002054-86.2014.8.18.0028**CLASSE:** Execução de Medidas Sócio-Educativas**Exequente:** JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA DA COMARCA DE FLORIANO - PI**Menor Infrator:** WILAS CONSTANCIA BORGES**EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo de 30 (trinta) dias**

O Dr. NOE PACHECO DE CARVALHO, Juiz de Direito desta cidade e comarca de FLORIANO, Estado do Piauí, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo e Secretaria da 1ª Vara, a **EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS** acima referenciada, ficando por este edital o acusado **WILAS CONSTÂNCIA BORGES, brasileiro, solteiro, filho de Maria Domingas Constância Borges, nascido em 17/05/2000**, residente em local incerto e não sabido, INTIMADO de todo conteúdo da SENTENÇA, qual seja: *"Vistos, etc. Trata-se execução de medidas socioeducativas em face do adolescente WILAS CONSTANCIA BORGES, pela prática do ato infracional análogo do crime previsto no art. 155, §4º do CP, fato ocorrido em 26/07/2013. O representante ministerial, requereu a extinção do processo, em conformidade com o art. 2º, parágrafo único do ECA. As medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente devem ser aplicadas no limite de três anos ou até que o menor complete 21 (vinte e um) anos de idade, conforme disposições dos art. 2º, parágrafo único c/c art. 120, § 2º e 121, § 5º, todos do ECA. Analisando o processo, verifico que o adolescente, atualmente conta com 20 (vinte) anos de idade, fato que afasta a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme dispõe o seu art. 2º, parágrafo único: ?Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade?, motivo pelo qual, impõe-se a extinção da pretensão educativa, já que não é mais possível a aplicação de medida socioeducativa. Diante do exposto, conforme fundamentação supra, declaro EXTINTO o processo e a pretensão educativa contra WILAS CONSTANCIA BORGES. P.R.I. Floriano, 25 de junho de 2020. Dr. Noé Pacheco de Carvalho Juiz de Direito da 1ª Vara"* E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de FLORIANO, Estado do Piauí, aos 13 de outubro de 2020 (13/10/2020). Eu, _____, digitei, subscrevi e assino.

NOÉ PACHECO DE CARVALHO

Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Comarca de FLORIANO

15.288. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)

Processo nº 0000108-68.2016.8.18.0106

Classe: Procedimento Sumário

Autor: CLAUDIMAR BARBOSA DE SOUSA

Advogado(s): LORENA CAVALCANTI CABRAL(OAB/PIAÚI Nº 12751)

DESPACHO: Vistos.Intime-se a parte autora, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do valor depositado pela parte requerida em fl. nº83.Cumpra-se.Expedientes necessários.

15.289. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)

Processo nº 0000034-49.2017.8.18.0083

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: JOÃO BATISTA DE SOUSA

Advogado(s): REGINALDO DOS SANTOS(OAB/PIAÚI Nº 5377)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAÚI Nº 9016)

DESPACHO: Vistos.Intime-se as partes para manifestarem sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, bem como para requererem o que entendem de direito, no prazo de 10 (dez)dias.Caso a parte interessada, nada requeira, os autos devem ser arquivados, sem prejuízo de futuro pedido de desarquivamento. Aguarde-se, pois, a decorrência do prazo assinalado, após o que, remetam-seos autos ao arquivo.Expedientes necessários.

15.290. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)

Processo nº 0000170-11.2016.8.18.0106

Classe: Procedimento Sumário

Autor: ANTONIA SOARES DOS SANTOS

Advogado(s): LORENA CAVALCANTI CABRAL(OAB/PIAÚI Nº 12751)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAÚI Nº 9016)

DESPACHO: Vistos.Intime-se as partes para manifestarem sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, bem como para requererem o que entendem de direito, no prazo de 10 (dez)dias.Caso a parte interessada, não requeira o cumprimento da sentença dentro do prazo supra, os autos devem ser arquivados, sem prejuízo de futuro pedido de desarquivamento. Aguarde-se, pois, a decorrência do prazo assinalado, após o que, remetam-seos autos ao arquivo.Expedientes necessários

15.291. EDITAL - 2ª VARA DE FLORIANO

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de FLORIANO)

Processo nº 0000235-66.2004.8.18.0028

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

Advogado(s): JEAN MARCELL DE MIRANDA VIEIRA(OAB/PIAÚI Nº 3940)

Executado(a): IMFLORA - IMPLANTAÇÃO FLORESTAL E AGROPECUARIA LTDA, GILDO ELISIO GALVÃO WANDERLEY, WILMA CAMPELLO WANDERLEY

Advogado(s): EMANUEL NAZARENO PEREIRA (OAB/PIAÚI Nº 2934), EMANUEL NAZARENO PEREIRA(OAB/PIAÚI Nº 2934)

ATO ORDINATÓRIO: " (... Intime-se a parte Autora, para conhecimento da certidão de fls., 148 dos autos, da devolução das correspondências, e se manifestar em 10 (dez) dias, se ainda tem interesse no processo.)

)

15.292. EDITAL - VARA ÚNICA DE FRONTEIRAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de FRONTEIRAS)

Processo nº 0000313-97.2018.8.18.0051

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FRONTEIRAS

Advogado(s): TÁLIA QUEIROGA DE SOUSA(OAB/PIAÚI Nº 9835)

Réu: MALLONI MANOEL DE SOUSA

Advogado(s): MARLON MARCIO DE SOUSA RIBEIRO(OAB/PIAÚI Nº 11842)

DESPACHO: Nessas circunstâncias, designo o dia 27.10.2020, às 9h30, para realização de audiência de proposta de suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei nº 9.099/1995), por videoconferência, possibilitando a participação efetiva de todos os atores do processo. Na oportunidade, será utilizado aplicativo de mensagem instantânea (WhatsApp) e o termo da audiência será acessada, durante a realização do ato, apenas pelo servidor responsável por sua confecção e nele deverão constar as informações essenciais, inclusive a eventual aceitação da proposta de sursis.

15.293. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE GILBUÉS

Processo nº 0000516-90.2017.8.18.0052

Classe: Ação de Alimentos

Requerente: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, NA QUALIDADE DE SUBSTITUTO PROCESSUAL DE E.S.B., K.S.B. E D.S. DA S., REP. POR SUA GENITORA MARLENE SOARES DE ARAÚJO (CONHECIDA POR MARLENE).

Advogado(s):

Requerido: ERALDO BATISTA DA SILVA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda,

INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.294. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE GILBUÉS

Processo nº 0000551-21.2015.8.18.0052

Classe: Cautelar Inominada

Requerente: GEIZIBEL SCHURA, PANCRASSIA NAZARIO FIGUEIREDO, ROSIVÂNIA RIBEIRO DOS SANTOS, ELIANA MASCARENHAS VIEIRA, FLAVIA MELO LUSTOSA

Advogado(s): WALACE BANDEIRA LUSTOSA(OAB/PIAUÍ Nº 7563)

Requerido: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.295. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE GILBUÉS

Processo nº 0000371-68.2016.8.18.0052

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: SOLON DUAİLIBE NETO

Advogado(s): SOLON DUAİLIBE FILHO(OAB/TOCANTINS Nº 6455)

Réu: DIANA PAULA MASCARENHAS GUERRA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.296. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE GILBUÉS

Processo nº 0000198-44.2016.8.18.0052

Classe: Ação de Alimentos

Requerente: MP NA QUALIDADE DE SUSBTITUTO PROCESSUAL DO MENOR C. D. M. R., REPRESENTADO POR SUA GENITORA FRANCINEIDE MARTINS DOS SANTOS

Advogado(s):

Requerido: CLEITON PEREIRA REIS

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.297. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE GILBUÉS

Processo nº 0000350-92.2016.8.18.0052

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Autor: BANCO VOLKSWAGEM S.A

Advogado(s): ALDENIRA GOMES DINIZ(OAB/PIAUÍ Nº 70784)

Réu: RAIMUNDO VIANA DOS REIS

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.298. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE GILBUÉS

Processo nº 0000441-85.2016.8.18.0052

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MP NA QUALIDADE DE SUBSTITUTO PROCESSUAL DA MENOR T. A. M., REPRESENTADO POR SUA GENITORA MARA REGINA ALVES MACIEL

Advogado(s):

Réu: RONEY PEREIRA REIS

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.299. DESPACHO - VARA ÚNICA DE GILBUÉS

Processo nº 0000405-34.2020.8.18.0042

Classe: Auto de Prisão em Flagrante

Requerente: 10ª - DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CORRENTE - ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Requerido: RAMON TEIXEIRA GAMA, WILIAM RODRIGUES DA SILVA, JEOVANE RIBEIRO DA SILVA

Advogado(s): JOSE LEITE DE BRITO NETO(OAB/PIAÚÍ Nº 12044), ALANNA KELLY SANTOS PEREIRA(OAB/PIAÚÍ Nº 18657), RAFAEL DUALIBE MASCARENHAS ANTERO(OAB/PIAÚÍ Nº 4928), PATRICIA VASCONCELOS DE SOUSA(OAB/PIAÚÍ Nº 10119), WALACE BANDEIRA LUSTOSA(OAB/PIAÚÍ Nº 7563), DOUGLAS HALEY FERREIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAÚÍ Nº 10281), AVELINO DE NEGREIROS SOBRINHO NETO(OAB/PIAÚÍ Nº 8098)

DESPACHO

Faço vistas ao parquet para dar andamento ao feito.

Cumpra-se.

GILBUÉS, 13 de outubro de 2020

FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA

Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de GILBUÉS

15.300. DESPACHO - VARA ÚNICA DE GILBUÉS

Processo nº 0000491-05.2020.8.18.0042

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Indiciante: 10ª DELEGACIA REGIONAL DE CORRENTE/PI

Advogado(s):

Indiciado: MARCOS THAYLLON PEREIRA BEZERRA

Advogado(s):

DESPACHO

Remetam-se os autos para o parquet

GILBUÉS, 6 de outubro de 2020

FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA

Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de GILBUÉS

15.301. DESPACHO - VARA ÚNICA DE GILBUÉS

Processo nº 0000459-97.2020.8.18.0042

Classe: Auto de Prisão em Flagrante

Requerente: 10ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE CORRENTE-PI

Advogado(s):

Requerido: FLAVIO LUSTOSA TAVARES DA SILVA

Advogado(s): AVELINO DE NEGREIROS SOBRINHO NETO(OAB/PIAÚÍ Nº 8098)

DESPACHO

Remetam-se os autos processuais para o parquet dar andamento ao feito.

Cumpra-se.

GILBUÉS, 13 de outubro de 2020

FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA

Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de GILBUÉS

15.302. EDITAL - VARA ÚNICA DE GUADALUPE

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de GUADALUPE)

Processo nº 0000393-31.2013.8.18.0053

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARIA RAIMUNDA COELHO GOMES

Advogado(s): MICAEL MOAB DOS SANTOS GONZAGA(OAB/PIAÚÍ Nº 8639), KLEBER LEMOS SOUSA(OAB/PIAÚÍ Nº 9144)

Réu: O MUNICÍPIO DE GUADALUPE POR SEU REPRESENTANTE LEGAL

Advogado(s): ADRIANO MOURA DE CARVALHO(OAB/PIAÚÍ Nº 4503)

DESPACHO:

Considerando a regra do art. 1.010, § 3º, do NCPC, deixo de efetuar o juízo de admissibilidade recursal. Uma vez que as duas partes apelaram, intem-se autor e réu para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, ao recurso apresentado pela parte adversa. Decorrido o prazo, com ou sem apresentação de contrarrazões, certifique-se, e remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Piauí. Intime-se. Cumpra-se.

15.303. EDITAL - VARA ÚNICA DE GUADALUPE

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de GUADALUPE)

Processo nº 0000161-82.2014.8.18.0053

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO - GUADALUPE - PI

Advogado(s):

Réu: FRANCINALDO DA SILVA RODRIGUES

Advogado(s): ODAIR PEREIRA HOLANDA(OAB/PIAÚÍ Nº 6998)

DESPACHO:

Intime-se o advogado Dr. Odair Pereira Holanda, para apresentar as alegações finais do acusado. Após, certifique-se e voltem.

15.304. EDITAL - VARA ÚNICA DE GUADALUPE

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de GUADALUPE)

Processo nº 0000288-20.2014.8.18.0053

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ANA LUCIA ALBUQUERQUE BRITO SOUSA

Advogado(s): EDPOOL RANCHELL MESSIAS DA ROSA(OAB/PIAÚÍ Nº 9924)

Réu: CLARO TV

Advogado(s):

DESPACHO:

Recebo o recurso, nos termos do art. 485, §7º do NCPC, não vislumbro na apelação qualquer justificativa para retratação, de modo que mantenho a sentença prolatada em todos os seus termos. Intime-se o Recorrido, na pessoa do seu advogado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente CONTRARRAZÕES, em face da Apelação ID=30033722. Decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens, para o competente reexame da matéria. Cumpra-se.

15.305. DECISÃO - VARA ÚNICA DE INHUMA

Processo nº 0000172-98.2020.8.18.0054

Classe: Auto de Prisão em Flagrante

Requerente: DELEGADO DE POLICIA CIVIL DE INHUMA

Advogado(s):

Réu: EVANILDO OLIVEIRA DOS SANTOS

Advogado(s): JOÃO JOSÉ DA SILVAARAÚJO(OAB/PIAÚI Nº 19480), FRANKLIDOURADOREBELO(OAB/PIAÚI Nº 3333001), LUIZ RICARDO MEIRELES MACEDO(OAB/PIAÚI Nº 14263)

Assim, verifico que não há alterações de fáticas ou de direito que fudamentem a concessão da liberdade provisória ao autuado razão pela qual mantenho a prisão preventiva decretada da Decisão proferida em 02/10/2020, por seus próprios fundamentos.

15.306. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE INHUMA

Processo nº 0000163-39.2020.8.18.0054

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor:

Advogado(s):

Réu: JANIEL DOS SANTOS CRUZ

Advogado(s): FRANCISCO EDUARDO RODRIGUES DE LUCENA(OAB/PIAÚI Nº 12202)

Nos termos da Portaria Nº 2121/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE, de 14 de julho de 2020, a realização de audiência presencial encontra-se vedada, excetuados os casos previstos no artigo 8º da Portaria nº 2121, configurando, portanto, uma excepcionalidade que pressupõe a prévia comunicação e autorização da Corregedoria Geral de Justiça, a qual foi concedida a esse Juízo para oitiva de eventuais vítimas e testemunhas no Despacho Nº 44650/2020 - PJPI/CGJ/GABJACOR/GABJACORJUD, processo SEI nº 20.0.000058510-7.

Diante do exposto, intimo a Defesa e o Ministério Público para informá-los que a audiência será realizada com uso da plataforma gratuita Microsoft Teams, devendo os mesmos instalarem o aplicativo, e, no dia e horário anteriormente agendados, acessarem o link abaixo para se fazerem presentes.

https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_ZmJiOGJkM2ItNmlyNS00MWMYLTk0OGQtNTk4ZjQ1MjI0NTExw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2204112af6-22cf-485b-87e3-75fa02e5ddbc%22%2c%22Oid%22%3a%22053bb9f6-daef-4f2b-80de-c502480c89bb%22%7d

Eventuais vítimas e testemunhas intimados deverão se fazer presente no Fórum de Inhuma/PI ou, se residirem na cidade de Ipiranga do Piauí, no Posto Avançado de Atendimento, no dia e horário designado para a audiência.

Cumpra-se.

15.307. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE JAICÓS

Processo nº 0000133-92.2020.8.18.0057

Classe: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal

Indiciante: DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DA 13ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL - JAICÓS - PI

Indiciado: MANOEL JOÃO DA SILVA

Advogado(s): MARILENE DE OLIVEIRA VERA (OAB/PIAÚI Nº 7834)

SENTENÇA: "Ante o exposto, acolho em parte o parecer Ministerial e mantenho as medidas protetivas deferidas na decisão liminar, com as seguintes modificações: a) no curso deste procedimento ou até ulterior determinação judicial, o requerido e a requerente deverão se manter a uma distância mínima de 100 (cem) metros um do outro; b) estão também proibidos de se aproximarem, reciprocamente; c) estão ainda proibidos de manterem contato entre si por qualquer meio de comunicação; e d) quando o objetivo for as tratativas para divisão dos bens, a aproximação poderá acontecer direta ou indiretamente, por meio de mediador. Em consequência, declaro extinto o processo com resolução do mérito com fundamento no art. 487, I, do CPC. Sem custas. Determino o prazo de 01 ano para a duração das medidas protetivas, ora fixadas. Certificado o trânsito em julgado, archive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. JAICÓS, 13 de outubro de 2020 ANTÔNIO GENIVAL PEREIRA DE SOUSA Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de JAICÓS"

15.308. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE JAICÓS

Processo nº 0000095-32.2010.8.18.0057

Classe: Execução Fiscal

Exequente: A UNIÃO

Advogado(s): JOSE ANTONIO LIRA BEZERRA(OAB/PIAÚI Nº null)

Executado(a): JOSÉ OMAR & IRMÃOS LTDA ME

Advogado(s): ZARES MARIA COELHO(OAB/PIAÚI Nº 4180)

Ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. JAICÓS, 13 de outubro de 2020 TATIANY TELES SILVA, Mat.º 37.183 .

15.309. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

Processo nº 0000302-52.2015.8.18.0058

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: JOSE PEREIRA NETO

Advogado(s): LORENA CAVALCANTI CABRAL(OAB/MARANHÃO Nº 14635-A)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A

Advogado(s): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAÚI Nº 9024)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

JERUMENHA, 13 de outubro de 2020

KATYUCYA MONTEIRO RAMOS

Cedido Prefeitura - 742.800.743-72

15.310. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

Processo nº 0000274-50.2016.8.18.0058

Classe: Procedimento Sumário

Autor: RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO

Advogado(s): LORENA CAVALCANTE CABRAL(OAB/PIAÚI Nº 12751-A)

Réu: BANCO BRADESCO S.A

Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAÚI Nº 9016)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

JERUMENHA, 13 de outubro de 2020

KATYUCYA MONTEIRO RAMOS

Cedido Prefeitura - 742.800.743-72

15.311. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

Processo nº 0000242-79.2015.8.18.0058

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARIA ALICE BARBOSA LEMOS DE SOUSA

Advogado(s): LORENA CAVALCANTI CABRAL(OAB/MARANHÃO Nº 14635-A)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A

Advogado(s): FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES(OAB/PIAÚI Nº 10480)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

JERUMENHA, 13 de outubro de 2020

KATYUCYA MONTEIRO RAMOS

Cedido Prefeitura - 742.800.743-72

15.312. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

Processo nº 0000228-61.2016.8.18.0058

Classe: Procedimento Sumário

Autor: MARIA DOMINGAS PEREIRA DOS SANTOS

Advogado(s): LORENA CAVALCANTI CABRAL(OAB/MARANHÃO Nº 14635-A)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A

Advogado(s): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAÚI Nº 9024)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

JERUMENHA, 13 de outubro de 2020

KATYUCYA MONTEIRO RAMOS

Cedido Prefeitura - 742.800.743-72

15.313. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

Processo nº 0000560-28.2016.8.18.0058

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ADELINA PEREIRA DA SILVA SOUSA

Advogado(s): LORENA CAVALCANTI CABRAL(OAB/PIAUÍ Nº 14635)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A

Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

JERUMENHA, 13 de outubro de 2020

KATYUCYA MONTEIRO RAMOS

Cedido Prefeitura - 742.800.743-72

15.314. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

Processo nº 0000547-29.2016.8.18.0058

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARIA BISPO DE PASSOS SILVA

Advogado(s): LORENA CAVALCANTI CABRAL(OAB/PIAUÍ Nº 14635)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A

Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

JERUMENHA, 13 de outubro de 2020

KATYUCYA MONTEIRO RAMOS

Cedido Prefeitura - 742.800.743-72

15.315. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

Processo nº 0000308-59.2015.8.18.0058

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: FRANCISCA PEREIRA DE JESUS

Advogado(s): LORENA CAVALCANTI CABRAL(OAB/MARANHÃO Nº 14635-A)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A

Advogado(s): ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO(OAB/PERNAMBUCO Nº 23255)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

JERUMENHA, 13 de outubro de 2020

KATYUCYA MONTEIRO RAMOS

Cedido Prefeitura - 742.800.743-72

15.316. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

Processo nº 0000565-50.2016.8.18.0058

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ADELINA PEREIRA DA SILVA SOUSA

Advogado(s): LORENA CAVALCANTI CABRAL(OAB/PIAUÍ Nº 14635)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A

Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

JERUMENHA, 13 de outubro de 2020

KATYUCYA MONTEIRO RAMOS

Cedido Prefeitura - 742.800.743-72

15.317. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

Processo nº 0000529-08.2016.8.18.0058

Classe: Procedimento Sumário

Autor: MARIA BISPO DE PASSOS SILVA

Advogado(s): LORENA CAVALCANTI CABRAL(OAB/MARANHÃO Nº 14635-A)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A

Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUI Nº 9016)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

JERUMENHA, 13 de outubro de 2020

KATYUCYA MONTEIRO RAMOS

Cedido Prefeitura - 742.800.743-72

15.318. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

Processo nº 0000537-82.2016.8.18.0058

Classe: Procedimento Sumário

Autor: MARIA BISPO DE PASSOS SILVA

Advogado(s): LORENA CAVALCANTI CABRAL(OAB/MARANHÃO Nº 14635-A)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A

Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUI Nº 9016)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

JERUMENHA, 13 de outubro de 2020

KATYUCYA MONTEIRO RAMOS

Cedido Prefeitura - 742.800.743-72

15.319. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

Processo nº 0000092-64.2016.8.18.0058

Classe: Procedimento Sumário

Autor: JOSE PEREIRA LIMA

Advogado(s): LORENA CAVALCANTE CABRAL(OAB/PIAUI Nº 12751-A)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS

Advogado(s): JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR(OAB/PIAUI Nº 2338)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

JERUMENHA, 13 de outubro de 2020

KATYUCYA MONTEIRO RAMOS

Cedido Prefeitura - 742.800.743-72

15.320. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

Processo nº 0000104-73.2019.8.18.0058

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUI/ JERUMENHA

Advogado(s):

Réu: LUIS ALVES DOS SANTOS

Advogado(s): TIAGO RUBENS OSORIO OLIVEIRA LIMA(OAB/PIAUI Nº 12393)

DISPOSITIVO: Ante o exposto, a pretensão deduzida na denúncia, JULGO PROCEDENTE para condenar o acusado LUIZ ALVES DOS SANTOS pela prática do delito tipificado no art. 217-A do Código Penal, na sua forma tentada, conforme previsão do art. 14, II, do Código Penal. DOSIMETRIA DA PENA Em obediência ao princípio da individualização da pena e com fundamento no art. 68 do Código Penal, passo à dosimetria da penalidade do acusado. 1ª Fase - Circunstâncias Judiciais (art. 59 do CP) A é normal à espécie. Culpabilidade Não há nos autos informação que possa ser valorada como má, tendo em vista que o réu, malgrado responda a outros feitos criminais, não antecedentes ostenta contra si condenação penal definitiva. Não há elementos que permitam valorar a , bem como a conduta social do acusado. personalidade Os do crime são correspondentes ao tipo. motivos As do crime são normas à espécie. circunstâncias As do crime não destoam do esperado para o tipo penal em consequências. questão. O em nada contribui para conduta do agente, não o comportamento da vítima havendo o que se valorar. Considerando as circunstâncias judiciais acima analisadas, Pena-Base fixo a no mínimo legal de , por considerá-la necessária e pena-base 08 (oito) anos de reclusão suficiente à reprovação e prevenção do crime praticado. 2ª Fase - Agravantes e Atenuantes Não há agravantes e atenuantes a serem consideradas, razão penal qual . mantenho a pena-base anteriormente ficada como pena intermediária 3ª Fase - Causas de aumento e diminuição Não há causa de aumento a ser valorada. Por outro lado, resta presente a causa de diminuição de pena prevista no art. 14, parágrafo único, do Código Penal, segundo a qual o crime tentado deve ser punido com a pena correspondente ao delito consumado, diminuída de um a dois terços. É cediço que, segundo a doutrina e jurisprudência pátria pacífica, a diminuição a ser fixada deverá levar em conta o processo do (fases ou caminho do crime) e a iminência de consumação, até que se chegue a sua consumação, percorrido pelo agente. No caso em questão, como visto na fundamentação, o réu proferiu palavras para a vítima que, pelas circunstâncias fáticas, denota-se que tinham nítida conotação libidinoso, além de

ter tentado tocar suas partes íntimas (seios), o que apenas não ocorreu razão de a vítima ter colocado o braço no meio para impedi-lo, correndo logo em seguida para dentro da igreja local onde estava sua avó paterna. Observa-se, contudo, que o réu não atingiu seu intento (prática do atolibidinoso citado) porque a vítima com a simples conduta de colocar o braço no meio conseguiu impedi-lo, tendo ela corrido logo após para dentro da igreja. Nesta lógica, considerando o percorrido, entendo por aplicar a interdição de ½ (um meio - metade), do réu em fixando a pena definitiva 04 (quatro) anos de reclusão. Acerca do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade em consonância com o disposto no art. 33, § 2º, alínea "c", do Código Penal, a pena de reclusão imposta ao acusado deverá ser cumprida, desde o início, em regime aberto. No caso em análise, vislumbra-se que o réu foi preso preventivamente por conta deste processo em 03/12/2019, permanecendo nessa condição até hoje (09/10/2020), ou seja, há 10 (dez) meses e 06 (seis) dias, razão pela qual, desde logo, computo tal período como pena já cumprida, realizando, pois, a detração penal (art. 42 do CP, c/c art. 387, § 2º, do CPP), restando, assim, uma pena residual a ser cumprida de 03 (três) anos, 01 (um) mês e 24 (vinte e quatro) dias. Inaplicável a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito em virtude da não satisfação dos requisitos previstos no art. 44 do Código Penal, em especial porque no crime de estupro de vulnerável a violência é presumida (Súmula 593 do STJ). De igual modo, não é possível aplicação da suspensão condicional da pena, uma vez que não restam preenchidas as exigências contidas no art. 77 do Código Penal. MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. Analisando os autos, vislumbra-se que a prisão preventiva do acusado foi decretada visando a garantia da ordem pública a fim de evitar a reiteração delitiva, uma vez que o réu já responde processo criminal pela prática de delito da mesma espécie na Comarca de Guadalupe/PI (processo nº. 0000163-47.2917.8.18.0053). Contudo, há que se considerar que o regime prisional nesta sentença imposta ao acusado foi o aberto, cuja pena deve ser cumprida em casa de albergado ou estabelecimento adequado (art. 33, § 1º, alínea "c", do CP). Nesta toada, fixar o regime aberto e manter a prisão preventiva do réu, negando-lhe o direito de apelar em liberdade, representa a imposição de um regime prisional mais gravoso daquele que lhe fora efetivamente imposto, o que é inconcebível. Pensar contrário, poderia levar a esdrúxula conclusão de que seria bem melhor para o réu abdicar do seu direito de recorrer e cumprir de imediato a pena estabelecida na sentença, uma vez que, repise-se, seria mais benéfico para ele (Precedente: RHC 130937/SP, STJ, Quinta Turma, Relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, publicado no DJe 3m21/09/2020). Ademais, o acusado já cumpriu 10 (dez) meses e 06 (seis) dias da pena privativa de liberdade imposta, restando apenas 03 (três) anos, 01 (um) mês e 24 (vinte e quatro) dias a ser cumprida. Desse modo, também em decorrência do lapso temporal já transcorrido em que o réu permaneceu preso, considero que resta reduzida a possibilidade de reiteração delitiva, não havendo mais necessidade de sua segregação cautelar para o asseguramento da ordem pública. Por tais razões, a prisão preventiva anteriormente decretada, e REVOGO. Concedo o direito ao acusado de apelar em liberdade. PROVIDÊNCIAS. FINAIS. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas processuais (art. 804 do CPP), em face de sua condição financeira precária evidenciada nos autos, sendo ele assistido sempre por Defensor Dativo nomeado pelo juízo e pela Defensoria Pública Estadual. No tocante ao disposto no artigo 387, inciso IV do CPP, tendo em vista o contexto presente nestes autos e o depoimento de todos os ouvidos na assentada, deixo de fixar o valor mínimo de reparação por não ter elementos suficientes para tanto. Ademais, não houve pedido expresso do Ministério Público neste sentido visando submeter a questão à ampla defesa e ao contraditório, o que inviabiliza, por ora, a fixação do valor mínimo atítulo de reparação. Esse decisão serve como ALVARÁ DE SOLTURA, ante a revogação de sua prisão preventiva, devendo o réu ser posto imediatamente em liberdade, acaso por outro motivo não tenha que permanecer preso. À Secretaria para que comunique e envie cópia desta sentença ao estabelecimento prisional onde o réu se encontra custodiado. Após o trânsito em julgado, adotem-se as seguintes medidas: a) Determino a inclusão do nome do réu no rol dos culpados; b) Suspendo os direitos políticos do condenado enquanto durarem os efeitos da condenação, consoante art. 15, III, da Constituição Federal, comunicando-se à Justiça Eleitoral; c) Dê-se baixa na ação penal ora julgada e proceda-se com a distribuição, registro e autuação da execução penal desta sentença, observando-se a expedição de guia de execução definitiva na forma que determina a Lei de Execução Penal. d) Façam-se as anotações que se fizerem necessárias, adotando o Sr. Escrivão do feito as demais medidas inerentes ao seu mister. Publique-se. Registre-se. Intime-se o MP, o réu pessoalmente e o defensor constituído por publicação. Cumpra-se com URGÊNCIA, tendo em vista que se trata de ação penal envolvendo réu preso.

15.321. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

Processo nº 0000087-42.2016.8.18.0058

Classe: Procedimento Sumário

Autor: JOSE PEREIRA LIMA

Advogado(s): LORENA CAVALCANTE CABRAL (OAB/PIAUI Nº 12751-A)

Réu: BANCO ITAU (ITAU UNIBANCO S.A)

Advogado(s): PATRICIA GURGEL PORTELA MENDES (OAB/RIO GRANDE DO NORTE Nº 5424), JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR (OAB/PIAUI Nº 2338)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

JERUMENHA, 13 de outubro de 2020

KATYUCYA MONTEIRO RAMOS

Cedido Prefeitura - 742.800.743-72

15.322. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

Processo nº 0000510-02.2016.8.18.0058

Classe: Procedimento Sumário

Autor: JOSÉ DE OMAR PEREIRA

Advogado(s): LORENA CAVALCANTI CABRAL (OAB/MARANHÃO Nº 14635-A)

Réu: BANCO BRADESCO S/A

Advogado(s): ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB/PERNAMBUCO Nº 23255)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

JERUMENHA, 13 de outubro de 2020

KATYUCYA MONTEIRO RAMOS

Cedido Prefeitura - 742.800.743-72

15.323. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

Processo nº 0000327-31.2016.8.18.0058

Classe: Procedimento Sumário

Autor: IRACEMA PEREIRA DA SILVA

Advogado(s): LORENA CAVALCANTE CABRAL(OAB/PIAÚI Nº 12751-A)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS

Advogado(s): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAÚI Nº 9024)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

JERUMENHA, 13 de outubro de 2020

KATYUCYA MONTEIRO RAMOS

Cedido Prefeitura - 742.800.743-72

15.324. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

Processo nº 0000510-02.2016.8.18.0058

Classe: Procedimento Sumário

Autor: JOSÉ DE OMAR PEREIRA

Advogado(s): LORENA CAVALCANTI CABRAL(OAB/MARANHÃO Nº 14635-A)

Réu: BANCO BRADESCO S/A

Advogado(s): ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO(OAB/PERNAMBUCO Nº 23255)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

JERUMENHA, 13 de outubro de 2020

KATYUCYA MONTEIRO RAMOS

Cedido Prefeitura - 742.800.743-72

15.325. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE JERUMENHA

Processo nº 0000327-31.2016.8.18.0058

Classe: Procedimento Sumário

Autor: IRACEMA PEREIRA DA SILVA

Advogado(s): LORENA CAVALCANTE CABRAL(OAB/PIAÚI Nº 12751-A)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS

Advogado(s): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAÚI Nº 9024)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

JERUMENHA, 13 de outubro de 2020

KATYUCYA MONTEIRO RAMOS

Cedido Prefeitura - 742.800.743-72

15.326. EDITAL - VARA ÚNICA DE JOSÉ DE FREITAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de JOSÉ DE FREITAS)

Processo nº 0000179-39.2018.8.18.0029

Classe: Ação Penal de Competência do Júri

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: LEANDRO ALVES DE ARAUJO, RÔMULO ÍTALO DA SILVA

Advogado(s): RAYLSON DE SOUSA SILVA(OAB/PIAÚI Nº 16976), EDIVALDO DA SILVA CUNHA(OAB/PIAÚI Nº 6319), EZEQUIEL MIRANDA DIAS(OAB/PIAÚI Nº 3080-A)

DESPACHO: Intime-se o réu LEANDRO ALVES DE ARAÚJO para, no prazo de cinco dias, justificar o descumprimento da medida cautelar imposta, consoante relatado às fls. 380/384.

15.327. EDITAL - VARA ÚNICA DE JOSÉ DE FREITAS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de JOSÉ DE FREITAS)

Processo nº 0000150-28.2014.8.18.0029

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI**Advogado(s):****Réu:** CLEITON MARCOS OLIVEIRA DA SILVA, DAVID FEITOSA DA SILVA, LUCAS MARCIEL DA COSTA E SILVA GRANJEIRO**Advogado(s):** ANDRÉA DE JESUS CARVALHO - DEFENSORA PÚBLICA(OAB/PIAUI Nº), EZEQUIEL MIRANDA DIAS(OAB/PIAUI Nº 3080-A)

SENTENÇA: Isso posto, julgo PROCEDENTE A DENÚNCIA para CONDENAR CLEITON MARCOS OLIVEIRA DA SILVA, DAVID FEITOSA DA SILVA e LUCAS MARCIEL DA COSTA E SILVA GRANJEIRO, já qualificados nos autos, como incurso nas penas do art. 155, §§1º e 4º, incisos I e IV, do Código Penal, nos moldes da fundamentação supra. III.1. DOSIMETRIA DA PENA: Assim, passo a individualizar a pena, de acordo com o previsto nos arts. 59 e 68 do Código Penal. INDIVIDUALIZAÇÃO - 1ª FASE: Circunstâncias Judiciais art. 59 do CP No intuito de uma melhor compreensão dos fatos procederei à análise das circunstâncias judiciais em um único tópico para os dois réus. No entanto, esclareço que esse método de julgamento não acarretará qualquer prejuízo às partes, uma vez que, existindo qualquer peculiaridade em relação a um dos 03(três) denunciados, procederei, no momento oportuno, o devido esclarecimento: Culpabilidade: Normal para o tipo, sem maiores considerações; Antecedentes: o acusado DAVID FEITOSA DA SILVA não possui condenação anterior com trânsito em julgado, nada havendo a valorar. Já LUCAS MARCIEL DA COSTA E SILVA GRANJEIRO e CLEITON MARCOS OLIVEIRA DA SILVA possuem sentença penal condenatória transitada em julgado contra eles, mas por fatos posteriores ao presente, não devendo, assim, serem pesadas em seu desfavor. Personalidade: Não há informações a respeito, portanto, deixo de valorar; Conduta Social: Os acusados LUCAS MARCIEL DA COSTA E SILVA GRANJEIRO e CLEITON MARCOS OLIVEIRA DA SILVA possuem conduta social desajustada com o meio em que vivem, visto que já foram presos em outras ocasiões, os quais respondem a outras ações penais, conforme consta no sistema THEMIS WEB, demonstrando terem comportamento social voltado para delinquência; Motivos do Crime: normais para o tipo; Circunstâncias do Crime: já consistem em qualificadoras do delito, mas por existirem mais de uma circunstância que qualifica o delito, há o que valorar negativamente; Consequências: são ínsitas ao delito praticado, nada tendo que a apreciar; Comportamento da vítima: em nada contribuiu para a prática do delito; Infere-se da análise das circunstâncias judiciais que se justifica, portanto, a imposição da pena-base acima do mínimo legal. Por essas razões, baseando-se no consagrado parâmetro de aumento de 1/8 (um oitavo) para cada circunstância desfavorável, o qual passo a adotar, fazendo-o incidir sobre o intervalo da pena em abstrato do preceito secundário do crime de furto qualificado pelo concurso de agentes e rompimento de obstáculo (6 anos), chega-se ao acréscimo de 09 (nove) meses para cada circunstância judicial desfavorável, totalizando, assim, uma pena base de 02 (dois) anos e 09 (nove) meses de reclusão e 12 (doze) dias-multa para o réu DAVID FEITOSA DA SILVA. No que diz respeito a LUCAS MARCIEL DA COSTA E SILVA GRANJEIRO e CLEITON MARCOS OLIVEIRA DA SILVA, há incidências 02 circunstâncias judiciais desfavoráveis, pelo que fixo a pena base destes últimos em 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 14 (quatorze) dias-multa 2ª FASE: ATENUANTES E AGRAVANTES Sem atenuantes ou agravantes com relação aos três acusados 3ª FASE: CAUSAS DE DIMINUIÇÃO E AUMENTO DA PENA Na terceira fase, encontram-se ausentes causas de diminuição da pena. No entanto, foi reconhecida a causa de aumento da pena prevista no §1º, do art. 155, do CP, por ter sido o crime praticado durante o repouso noturno, razão pela qual elevo a pena provisoriamente calculada no percentual de 1/3 (um terço) para cada um dos condenados. Assim, torno a pena definitiva de DAVID FEITOSA DA SILVA em 03 (três) anos e 08 (oito) meses de reclusão e ao pagamento de 16 (dezesseis) dias-multa. No que tange aos réus LUCAS MARCIEL DA COSTA E SILVA GRANJEIRO e CLEITON MARCOS OLIVEIRA DA SILVA, consolido sua pena final em 04(quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusão e ao pagamento de 18(dezoito) dias-multa. Quanto à sanção pecuniária, fica fixado cada dia-multa em um trigésimo do salário-mínimo vigente à época do fato, em conformidade com a previsão do §1º do art. 49 do Código Penal, atendendo às condições econômicas dos apenados, devendo ser atualizada pelo juízo da execução. III.2. DO REGIME INICIAL PARA CUMPRIMENTO DA PENA: Tendo em vista a pena em concreto e que no presente caso foram reconhecidas mais de circunstâncias judiciais (art. 59, CP) desfavoráveis aos réus LUCAS MARCIEL DA COSTA E SILVA GRANJEIRO e CLEITON MARCOS OLIVEIRA DA SILVA, fixo o regime inicial de cumprimento da pena o SEMIABERTO, nos termos do art. 33, §2º, b, do CP. Já o acusado DAVID FEITOSA DA SILVA deve iniciar o cumprimento da pena no regime aberto, conforme o art. 33, §2º, c, do CP. III.3. DA SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITO: Os réus LUCAS MARCIEL DA COSTA E SILVA GRANJEIRO e CLEITON MARCOS OLIVEIRA DA SILVA não satisfazem os requisitos dos arts. 44 e art. 77, ambos do Código Penal brasileiro, qual seja: substituição da pena privativa da liberdade por restritiva de direitos e sursis, tendo em vista o total da pena de reclusão fixada em concreto e por serem contumazes na prática delitiva. Quanto a DAVID FEITOSA DA SILVA, presentes os requisitos dispostos no art. 44, §2º (1ª parte) e na forma do artigo 45, ambos do Código Penal, CONVERTO a pena privativa de liberdade por 02 (duas) restritivas de direito, qual sejam: a de prestação de serviços à comunidade e de prestação pecuniária, por se revelarem as condições mais adequadas ao caso, sendo àquela consistente em tarefas gratuitas a serem desenvolvidas, pelo prazo a ser estipulado em audiência, em local a ser designado pelo Juízo da Execução Penal, devendo ser cumprida à razão de 01 (uma) hora de tarefa por dia de condenação; enquanto esta última no pagamento do valor de 01 (um) salário-mínimo vigente à época dos fatos, para ser convertido em favor da vítima. III.4. DA SITUAÇÃO PRISIONAL DOS RÉUS: Concedo aos réus o direito de recorrer em liberdade, eis que responderam ao processo em liberdade. III.5. DISPOSIÇÕES FINAIS: Quanto ao art. 387, IV, do CPP, verifica-se que não houve requerimento prévio do órgão ministerial no sentido da fixação de um valor mínimo para fins de reparação quanto aos prejuízos causados pelos sentenciados aos ofendidos, motivo pelo qual deixo de fixar valor para reparação do dano. Ficam os acusados DAVID FEITOSA DA SILVA e CLEITON MARCOS OLIVEIRA DA SILVA isento do pagamento das despesas processuais, pois são assistidos pela Defensoria Pública, deduzindo-se a sua vulnerabilidade financeira, na forma do art. 804 do CPP. Por outro lado, condeno LUCAS MARCIEL DA COSTA E SILVA GRANJEIRO ao pagamento das custas e despesas processuais. Em conformidade com o disposto no art. 201, §2º do CPP, intemem-se as vítimas da presente sentença. Não sendo encontrados o(s) sentenciado(s) e/ou a(s) vítima(s) nos endereços que constam nos autos, a intimação destes deverá ser feita por meio de edital. Após o trânsito em julgado: a) proceda-se o preenchimento restante do Boletim Individual e remessa ao Instituto de Identificação, com as formalidades legais; b) comunique-se ao TRE do Piauí para fins de suspensão dos direitos políticos do sentenciado enquanto durarem os efeitos da condenação (art. 15, III, da CF/88); c) expeçam-se guias de execução definitiva à Vara de Execuções Penais, nos termos do art. 105 da LEP; d) efetue o cálculo das multas e, após isso, intemem-se os condenados para pagamento no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inclusão em CDA e encaminhamento à Fazenda Pública estadual para fins de execução, nos termos dos arts. 50 e 51 do CP. Intemem-se os réus, seu defensor, a vítima e o Ministério Público, todos pessoalmente. Realizadas as diligências de lei e com o trânsito em julgado da sentença em tela, arquivem-se os presentes autos, com baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intemem-se.

15.328. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE LUIS CORREIA**Processo nº** 0001081-04.2015.8.18.0059**Classe:** Usucapião**Usucapiente:** BERNARDO DE OLIVEIRA SOUSA FILHO**Advogado(s):** GERARDO JOSE AMORIM DOS SANTOS(OAB/PIAUI Nº 9667)**Usucapido:** ALTAIR MARIA SOUSA MARINHO, DIEGO MENDES SOUSA, EDIANE SOUSA MARINHO, FERNANDA SOUSA MARINHO E SILVA, VALDIMAR SANTOS E SILVA**Advogado(s):** ANTONIO MEDEIROS MOREIRA(OAB/PIAUI Nº 3058), DIEGO MENDES SOUSA(OAB/PIAUI Nº 14761), ALTAIR MARIA SOUSA MARINHO(OAB/PIAUI Nº 15037)**ATO ORDINATÓRIO**

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no

Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

LUIS CORREIA, 13 de outubro de 2020.

15.329. EDITAL - VARA ÚNICA DE LUIS CORREIA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de LUIS CORREIA)

Processo nº 0000866-57.2017.8.18.0059

Classe: Termo Circunstanciado

Autor do fato: WILTON CESAR DOS SANTOS ROCHA

Advogado(s): LEANDRO AYRES FURTADO(OAB/PIAÚI Nº 5865)

ATO ORDINATÓRIO: De ordem do Dr. Max Paulo Soares de Alcântara, MM. Juiz de direito substituto da Vara Única de Luis Correia, intimo o advogado citado acima do teor da SENTENÇA: "Diante do exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, decreto a EXTINÇÃO, em face de pela prescrição da pretensão punitiva DA PUNIBILIDADE WILTON CESAR DOS SANTOS ROCHA na forma do 107, IV do Código Penal. Intimem-se as partes.P.R.I".Eu, Simone Vargas Barcellos, Analista Judicial, lavrei o presente. Luis Correia, 13 de outubro de 2020.

15.330. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE LUIS CORREIA

Processo nº 0000764-16.2009.8.18.0059

Classe: Procedimento Comum Cível

Requerente: TARSO DE ARAÚJO NASCIMENTO

Advogado(s): BRAULIO JOSE DE CARVALHO ANTÃO(OAB/PIAÚI Nº 4747)

Requerido: BANCO DO BRASIL S/A

Advogado(s): JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA(OAB/PIAÚI Nº 12033)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Recolha a parte sucumbente as custas Iniciais (complementação), no prazo de 10 (dez) dias, cujo boleto já se encontra nos presentes autos (Evento 13/10/2020 - 11:34), sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado, uma vez que a parte requerida foi condenada nas custas processuais e somente recolheu as custas finais.

LUIS CORREIA, 13 de outubro de 2020

MARCOPOLO FIGUEREDO

Analista Judicial - 26592

15.331. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE LUIS CORREIA

Processo nº 0000274-86.2012.8.18.0059

Classe: Procedimento Sumário

Autor: JAIME MACIANO DA SILVA

Advogado(s): DANILO BAIÃO DE AZEVEDO RIBEIRO(OAB/PIAÚI Nº 5963)

Réu: BANCO BMG

Advogado(s): THIAGO CARTUCHO MADEIRA CAMPOS(OAB/PIAÚI Nº 7555)

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Considerando que a parte sucumbente/requerida efetuou somente o pagamento das custas finais, faltando o pagamento das custas iniciais do processo, recolha a parte sucumbente/requerida as custas iniciais do processo, no prazo de 10 (dez) dias, cujo boleto já se encontra juntado aos autos (documento de nº A45 C8E 1373608), sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado e no SERASAJUD. LUIS CORREIA, 13 de outubro de 2020

15.332. EDITAL - VARA ÚNICA DE LUIS CORREIA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de LUIS CORREIA)

Processo nº 0000080-42.2019.8.18.0059

Classe: Ação Penal de Competência do Júri

Réu: RICARDO JUNIOR LOPES ARAUJO, VULGO "SASSÁ", LUIZ GONZAGA RODRIGUES ARAUJO

Advogado(s): MARCIO ARAUJO MOURAO(OAB/PIAÚI Nº 8070)

ATO ORDINATÓRIO: De ordem do MM. Juiz de Direito Substituto, Dr. Max Paulo Soares de Alcântara, intimo o advogado acima para apresentação das alegações finais, no prazo de 05(cinco) dias. Eu, Simone Vargas Barcellos, Analista Judicial, lavrei o presente. Luis Correia, 13 de outubro de 2020.

15.333. EDITAL - VARA ÚNICA DE LUZILÂNDIA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de LUZILÂNDIA)

Processo nº 0000236-42.2010.8.18.0060

Classe: Guarda

Requerente: E. S. A

Advogado(s): DARCIO RUFINO DE HOLANDA(OAB/PIAÚI Nº 3529)

Requerido: F. D. F. P

Advogado(s):

SENTENÇA: Desse modo, com arrimo ao parecer do Ministério Público Estadual e, considerando que a parte autora informou o desinteresse na demanda, homologo o pedido de desistência da ação, extinguindo o processo, sem resolução de mérito, na forma do art. 485, inciso VIII c/c 200, § único, ambos, do CPC. Por ser o demandante beneficiário da justiça gratuita, entendo por bem suspender a exigibilidade da cobrança das custas e honorários, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data do trânsito em julgado desta decisão, somente podendo ser exigidas caso a parte, nesse interregno, adquira capacidade para pagamento. Ultrapassado o lapso temporal sem o pagamento ou a modificação da capacidade financeira do autor, reputo extintas essas obrigações, tudo nos termos do art. 98, parágrafo, 3º, NCPC.

15.334. EDITAL - VARA ÚNICA DE LUZILÂNDIA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de LUZILÂNDIA)

Processo nº 0000093-43.2016.8.18.0060

Classe: Reintegração / Manutenção de Posse

Requerente: MARIA JOSÉ DA SILVA LIMA**Advogado(s):** VITALIANO DE AGUIAR PESSOA NETO(OAB/PIAÚI Nº 11937)**Requerido:** DANIELA MARQUES PORTELA**Advogado(s):****SENTENÇA:** Diante do exposto, julgo extinto o processo, com fundamento no art. 485, inciso III e §1º, do Código de Processo Civil.**15.335. EDITAL - VARA ÚNICA DE LUZILÂNDIA****Processo nº** 0000100-50.2007.8.18.0060**Classe:** Procedimento Comum Cível**Autor:** JOÃO DE SOUSA BRITO**Advogado(s):** EUDES DE AGUIAR AYRES(OAB/PIAÚI Nº 5154/07)**Réu:** INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**Advogado(s):** ERASMO DE SOUSA ASSIS(OAB/PIAÚI Nº 1343/83)

EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 20 (vinte) dias O Dr. THIAGO ALELUIA FERREIRA DE OLIVEIRA, Juiz de Direito destacadado e comarca de LUZILÂNDIA, Estado do Piauí, na forma da lei, etc...FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, com sede na Rua Cel. Egídio, 702, LUZILÂNDIA-PI, a Ação acima referenciada, proposta por JOÃO DE SOUSA BRITO, brasileiro, maior, portador do RG nº 25541812003-0- SSP-MA, CPF nº 778.844.696-91, filho de João José de Brito e Ana Souza Brito, residente e domiciliado em, Luzilândia - Piauí em face de null. Fica parte autora por este edital devidamente intimada à comparecer à Secretaria Judicial deste Fórum no prazo de 20 (vinte) dias, para que possa dar cumprimento ao despacho de fls. 120. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (art. 257, II, do NCPC. Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de Luzilândia, Estado do Piauí, aos vinte e sete dias domês de julho do ano de dois mil e evinte,(27/07/2020). Eu, digitei,subscribi e assino.THIAGO ALELUIA FERREIRA DE OLIVEIRA Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de

15.336. EDITAL - VARA ÚNICA DE LUZILÂNDIA**AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de LUZILÂNDIA)****Processo nº** 0000201-67.2019.8.18.0060**Classe:** Ação Penal - Procedimento Ordinário**Autor:****Advogado(s):****Indiciado:** CRISTIANO DE OLIVEIRA ARAÚJO**Advogado(s):** BRENDA KARYNE DA COSTA LIMA JANSEN E SILVA(OAB/PIAÚI Nº 18506), FRANCISCO DAS CHAGAS NUNES SOUSA(OAB/PIAÚI Nº 17809)

SENTENÇA: Concedo ao réu o direito de responder em liberdade, considerando o período que o acusado ficou preso cautelar, e não encontrar presente os requisitos da prisão preventiva. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos contidos na denúncia e, em consequência, condeno o acusado CRISTIANO DE OLIVEIRA ARAÚJO como incurso no artigo 157, caput, do Código Penal, ao cumprimento da pena privativa de liberdade de 4 (quatro) anos e 2 (dois) meses de reclusão e 10 (dez) dias-multas, de 1/30 do salário-mínimo vigente à época do fato, corrigido até o pagamento, a ser cumprida em regime aberto. Condeno o réu ao pagamento das custas. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome do réu no rol dos culpados. Expeça-se guia de execução provisória ou definitiva do réu. Em cumprimento ao disposto pelo artigo 72, parágrafo 2, do Código Eleitoral, oficie-se o TRE deste Estado, comunicando a condenação dos réus, com suas devidas identificações, acompanhada de fotocópia da presente decisão, para cumprimento do quanto estatuído pelo artigo 15, III da Constituição Federal. Oficie-se ao órgão estadual de cadastro sobre antecedentes, fornecendo informações sobre a condenação do réu.

15.337. EDITAL - VARA ÚNICA DE LUZILÂNDIA**AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de LUZILÂNDIA)****Processo nº** 0000618-93.2014.8.18.0060**Classe:** Ação Penal de Competência do Júri**Autor:** ADALBERTO SALES FREITAS**Advogado(s):****Indiciado:** CLEVES CARVALHO DE ARAÚJO FILHO**Advogado(s):** JOSÉ TELES VERAS(OAB/PIAÚI Nº 2021), JOAO PAULO SALES TELES VERAS(OAB/PIAÚI Nº 6929)

DESPACHO: REDESIGNO a audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 05/11/2020, às 08:30 horas, com a presença de algumas pessoas no local e/ou participação virtual de outras que tenham condições para tanto, os quais as partes deverão acessar link: <https://cnj.webex.com/cnj-pt/j.php?MTID=me0dc15f2d0119130ba0c93c6650f47e1> plataforma Webex/CISCO, disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça.

15.338. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE LUZILÂNDIA**Processo nº** 0001076-76.2015.8.18.0060**Classe:** Procedimento Sumário**Autor:** MARIA DOS REMÉDIOS RAMOS LIMA**Advogado(s):** FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAÚI Nº 11570)**Réu:** BANCO BCV S/A (SCHAHIN) S/A**Advogado(s):** MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI(OAB/PIAÚI Nº 8203-A)

Ato ordinatório: Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.339. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO**Processo nº** 0000984-70.2018.8.18.0100**Classe:** Procedimento Comum Cível**Autor:** FRANCINETE ALVES BENVINDO CELESTINO

Advogado(s): MAIARA MESSIAS DE SOUSA RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 12759), DIÊGO MARADONES PIRES RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 9206)

Réu: PEROLA INDUSTRIA E COMERCIO DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ EIRELI

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MANOEL EMÍDIO, 9 de outubro de 2020

ABZONIAS BORGES DE MIRANDA

Técnico Judicial - 405495-4

15.340. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000010-25.2016.8.18.0093

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: CLEUSA PIRES DE ARAÚJO

Advogado(s): FILIPE RODRIGUES DE BARROS ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 9846)

Réu: ELETROBRAS DISTRIBUIDORA DO PIAUÍ

Advogado(s): MARCOS ANTÔNIO CARDOSO DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 3387)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MANOEL EMÍDIO, 9 de outubro de 2020

ABZONIAS BORGES DE MIRANDA

Técnico Judicial - 405495-4

15.341. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000322-09.2018.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: RONILSON DOS SANTOS BARBOSA, MICAEL BARBOSA DO NASCIMENTO, ALDECI DOS SANTOS BARBOSA, WYLLSON DOS SANTOS NASCIMENTO

Advogado(s): MAIARA MESSIAS DE SOUSA RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 12759), DIÊGO MARADONES PIRES RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 9206)

Réu:

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.342. DESPACHO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000479-76.2013.8.18.0093

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Autor do fato: IRIS MOREIRA DOS SANTOS, EDMAR PEREIRA DA SILVA

Advogado(s):

DESPACHO

Como requerido, cite-se o acusado Iris Moreira dos Santos, no endereço fornecido pela Receita Federal do Brasil.

Não sendo encontrado o acusado, proceda-se com a sua citação por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, a ser publicado no Diário de Justiça e afixado no local de costume, para no prazo de 10 (dez), responder aos termos da denúncia feita contra sua pessoa, podendo na resposta, arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa.

Expeça-se o competente edital.

Esgotado o prazo indicado no edital sem que o acusado tenha apresentado resposta à acusação ou constituído advogado para defendê-lo, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para ciência e manifestação no prazo de lei.

MANOEL EMÍDIO, 8 de outubro de 2020

LUCIANA CLAUDIA MEDEIROS DE SOUZA BRILHANTE

Juíza de Direito da Vara Única da Comarca de MANOEL EMÍDIO

15.343. DESPACHO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000002-05.1998.8.18.0085

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: JOÃO LOPES DA SILVA

Advogado(s):

DESPACHO

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público.

Após, venham conclusos.

MANOEL EMÍDIO, 8 de outubro de 2020

LUCIANA CLAUDIA MEDEIROS DE SOUZA BRILHANTE

Juiza de Direito da Vara Única da Comarca de MANOEL EMÍDIO

15.344. DESPACHO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000209-08.2015.8.18.0085

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

Réu: JOSÉ FERREIRA DE SOUSA

Advogado(s): JOSE MARTINS SILVA JUNIOR(OAB/PIAUI Nº 8511), MARCELO ASSIS TRINDADE DE BRITO(OAB/PIAUI Nº 13175)

DESPACHO

Compulsando os autos, percebe-se que as alegações finais em favor do acusado foram apresentadas antes da juntada das mídias contendo os depoimentos e interrogatório colhidos na instrução e e por advogado dativo que nem mesmo participou da audiência.

Sendo assim, encaminhem-se os autos à Defensoria Pública para que apresente as alegações finais, no prazo de lei.

Após, voltem conclusos para decisão.

MANOEL EMÍDIO, 8 de outubro de 2020

LUCIANA CLAUDIA MEDEIROS DE SOUZA BRILHANTE

Juiza de Direito da Vara Única da Comarca de MANOEL EMÍDIO

15.345. DESPACHO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000030-87.2019.8.18.0100

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Indiciante: A JUSTIÇA PÚBLICA

Advogado(s):

Autor do fato: JESLEY DAS NEVES RIBEIRO

Advogado(s): FREDISON DE SOUSA COSTA(OAB/PIAUI Nº 2767)

DESPACHO

Intimem-se as partes, primeiro o Ministério Público, após a defesa, para alegações finais, no prazo de lei.

Após, venham conclusos para sentença.

MANOEL EMÍDIO, 8 de outubro de 2020

LUCIANA CLAUDIA MEDEIROS DE SOUZA BRILHANTE

Juiza de Direito da Vara Única da Comarca de MANOEL EMÍDIO

15.346. SENTENÇA - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000044-23.2009.8.18.0100

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: A REPRESENTANTE LEGAL DO MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL

Advogado(s):

Réu: DOMINGOS BRITO DE FREITAS

Advogado(s): FREDISON DE SOUSA COSTA(OAB/PIAUI Nº 2767)

Isto posto, tendo em vista que houve o decurso do prazo de dois anos estabelecido no acórdão para a suspensão condicional do processo, sem que tenha havido revogação do benefício, outra alternativa não resta, senão declarar extinta a pena privativa de liberdade imposta ao acusado, com fundamento legal na norma mencionada no parágrafo anterior.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se com a devida baixa na distribuição.

P.R.I

MANOEL EMÍDIO, 9 de outubro de 2020

LUCIANA CLAUDIA MEDEIROS DE SOUZA BRILHANTE

Juiza de Direito da Vara Única da Comarca de MANOEL EMÍDIO

15.347. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000370-18.2015.8.18.0085

Classe: Execução de Alimentos Infância e Juventude

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUI, K.C. B. MENOR REPRESENTADA POR SUA GENITORA ELIZANY BARROS FRANCO, LUCIANO CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

Advogado(s): PEDRO VITAL DAMASCENO SOUSA(OAB/PIAUI Nº 11557), CARLANE ALVES SILVA(OAB/SÃO PAULO Nº 302563)

Réu:

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.348. DESPACHO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000034-90.2020.8.18.0100

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: A JUSTIÇA PÚBLICA

Advogado(s):

Réu: RAIMUNDO NONATO CAMPELO DOS SANTOS

Advogado(s):

DESPACHO

O acusado foi citado em 27 de março de 2020, conforme certidão expedida pelo Oficial de Justiça. Porém, até esta data não apresentou defesa ou constituiu advogado para representá-lo em juízo.

Encaminhem-se, pois, os autos à Defensoria Pública do Estado do Piauí para apresentar a defesa escrita, no prazo de lei.

Com o retorno dos autos à secretaria, retire-se a tarja de réu preso constante no caderno processual, uma vez que o denunciado está em liberdade.

MANOEL EMÍDIO, 7 de outubro de 2020

LUCIANA CLAUDIA MEDEIROS DE SOUZA BRILHANTE

Juíza de Direito da Vara Única da Comarca de MANOEL EMÍDIO

15.349. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000135-90.2016.8.18.0093

Classe: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil

Retificante: MÁRCIA DOS ANJOS ALBUQUERQUE

Advogado(s): DOLLY DE ALCOBACA BRITO PARENTE(OAB/PIAUÍ Nº 10990)

Réu:

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.350. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000080-55.2015.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ANAGORETE MARIA DA SILVA

Advogado(s): PAULO NIELSON DAMASCENO MESSIAS(OAB/PIAUÍ Nº 9230), MANOEL AGUINALDO TOMAZ DE SOUSA FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 12070), FAGNNER PIRES DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 8960)

Réu: JOSÉ ONOFRE DA SILVA

Advogado(s): ADÃO LEAL DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 9280), MAIARA MESSIAS DE SOUSA RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 12759)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.351. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000068-36.2018.8.18.0100

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO BRASIL

Advogado(s): NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB/PIAUÍ Nº 8202-A)

Executado(a): ANTONIO NERI COELHO NETO ME

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MANOEL EMÍDIO, 10 de outubro de 2020

ABZONIAS BORGES DE MIRANDA

Técnico Judicial - 405495-4

15.352. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000185-27.2018.8.18.0100

Classe: Ação Civil de Improbidade Administrativa

Autor: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: JOSÉ MEDEIROS DA SILVA, CONSTRUTORA MARCELO WAQUIM AVELINO LTDA, MARCELO WAQUIM AVELINO, SALETE TUMAZ DE SOUSA ME, EDILBERTO MIRANDA MARTINS

Advogado(s): EDMUNDO DA GUIA AYRES DOS SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 2987), FAGNNER PIRES DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 8960), EDMUNDO DA GUIA AYRES DOS SANTOS(OAB/MARANHÃO Nº 15015-A), MARCO AURELIO BUCAR(OAB/ACRE Nº 962)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.353. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000112-21.2019.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS

Advogado(s): LUIZ CÉSAR PIRES FERREIRA JÚNIOR(OAB/PIAÚI Nº 5172), ANTONIO BRAZ DA SILVA(OAB/PIAÚI Nº 7036)

Réu: RAIMUNDO PIMENTEL DOS SANTOS

Advogado(s): ANDERSON OLIVEIRA FERRO GOMES(OAB/PIAÚI Nº 7287)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MANOEL EMÍDIO, 10 de outubro de 2020

ABZONIAS BORGES DE MIRANDA

Técnico Judicial - 405495-4

15.354. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000899-84.2018.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MATILDE DO LAGO SOARES

Advogado(s): MARCELO ASSIS TRINDADE DE BRITO(OAB/PIAÚI Nº 13175)

Réu: EQUATORIAL PIAÚI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Advogado(s): MARCOS ANTÔNIO CARDOSO DE SOUZA(OAB/PIAÚI Nº 3387)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MANOEL EMÍDIO, 10 de outubro de 2020

ABZONIAS BORGES DE MIRANDA

Técnico Judicial - 405495-4

15.355. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000357-03.2017.8.18.0100

Classe: Divórcio Consensual

Suplicante: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUI, ERALDO JOSE DE SOUSA, MARIA DA CRUZ VIEIRA DOS SANTOS

Advogado(s):

Réu:

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.356. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000798-47.2018.8.18.0100

Classe: Reclamação

Autor: POLIANA MOREIRA DA SILVA VIRIRA

Advogado(s): PAULO NIELSON DAMASCENO MESSIAS(OAB/PIAÚI Nº 9230), DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAÚI Nº 11935)

Réu: MUNICÍPIO DE MANOEL EMÍDIO-PI

Advogado(s): LUANA FERREIRA DOS REIS(OAB/PIAÚI Nº 13114)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MANOEL EMÍDIO, 10 de outubro de 2020

ABZONIAS BORGES DE MIRANDA

Técnico Judicial - 405495-4

15.357. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000435-26.2019.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: AVERALDO DO LAGO SOARES

Advogado(s): MARCELO ASSIS TRINDADE DE BRITO(OAB/PIAÚI Nº 13175)

Réu: EQUATORIAL PIAÚI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Advogado(s): MARCOS ANTÔNIO CARDOSO DE SOUZA(OAB/PIAUI Nº 3387)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MANOEL EMÍDIO, 10 de outubro de 2020

ABZONIAS BORGES DE MIRANDA

Técnico Judicial - 405495-4

15.358. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000028-12.2012.8.18.0085

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: CANDIDA BARBOSA DA SILVA

Advogado(s): MAX WESLEN VELOSO DE MORAIS PIRES(OAB/PIAUI Nº 8794)

Réu: BANCO BMC S/A

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MANOEL EMÍDIO, 10 de outubro de 2020

ABZONIAS BORGES DE MIRANDA

Técnico Judicial - 405495-4

15.359. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000073-34.2013.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ANA MARIA DE SOUSA LEITE

Advogado(s): VICENTE PEREIRA FILHO(OAB/PIAUI Nº 2393)

Réu: BANCO DO BRASIL S.A

Advogado(s): JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA(OAB/PIAUI Nº 12033), SERVIO TULIO DE BARCELOS(OAB/PIAUI Nº 12008)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MANOEL EMÍDIO, 10 de outubro de 2020

ABZONIAS BORGES DE MIRANDA

Técnico Judicial - 405495-4

15.360. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000090-36.2014.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: SEBASTIANA SARAIVA DA FONSECA

Advogado(s): AGOSTINHO DE JESUS MOREIRA JÚNIOR(OAB/PIAUI Nº 9511)

Réu: A. S. E SILVA BARROSO - ME (ANDIARA SOUZA E SILVA BARROSO)

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MANOEL EMÍDIO, 10 de outubro de 2020

ABZONIAS BORGES DE MIRANDA

Técnico Judicial - 405495-4

15.361. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0001010-68.2018.8.18.0100

Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

Requerente: HORTEMAR RODRIGUES DA ROCHA FILHO, CRISTIANE DA CONCEIÇÃO SILVA

Advogado(s): LEONOR VELOSO DA ROCHA FONSECA CORREIA(OAB/PIAUI Nº 17141), IZIS DA MOTA FONSECA(OAB/PIAUI Nº 15737), WILLIANS LOPES FONSECA(OAB/PIAUI Nº 8658)

Requerido: HORTEMAR RODRIGUES DA ROCHA

Advogado(s): WILLIANS LOPES FONSECA(OAB/PIAUI Nº 8658)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.362. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000055-52.2009.8.18.0100

Classe: Cumprimento de sentença

Autor: NÚBIA MARIA FERREIRA DE SOUSA

Advogado(s): ITALO DE FREITAS MOREIRA(OAB/PIAUI Nº 16112)

Réu: FREDISON DE SOUSA COSTA - ME

Advogado(s): FREDISON DE SOUSA COSTA(OAB/PIAUI Nº 2767)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MANOEL EMÍDIO, 10 de outubro de 2020

ABZONIAS BORGES DE MIRANDA

Técnico Judicial - 405495-4

15.363. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000151-86.2017.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: DELZUITA MARIA DE SOUSA

Advogado(s): MARENIZE LEITE MACENA(OAB/PIAUI Nº 12080), ITALO DE FREITAS MOREIRA(OAB/PIAUI Nº 16112)

Réu: ELETROBRAS - DISTRIBUIÇÃO PIAUI

Advogado(s): MARCOS ANTÔNIO CARDOSO DE SOUZA(OAB/PIAUI Nº 3387)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MANOEL EMÍDIO, 10 de outubro de 2020

ABZONIAS BORGES DE MIRANDA

Técnico Judicial - 405495-4

15.364. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000641-74.2018.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: JOÃOZITO DUARTE ARAÚJO

Advogado(s): MARCELO ASSIS TRINDADE DE BRITO(OAB/PIAUI Nº 13175)

Réu: EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Advogado(s): MARCOS ANTÔNIO CARDOSO DE SOUZA(OAB/PIAUI Nº 3387)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MANOEL EMÍDIO, 10 de outubro de 2020

ABZONIAS BORGES DE MIRANDA

Técnico Judicial - 405495-4

15.365. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000638-22.2018.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ROSELI DA SILVA CELESTINO

Advogado(s): MARCELO ASSIS TRINDADE DE BRITO(OAB/PIAUI Nº 13175)

Réu: EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Advogado(s): MARCOS ANTÔNIO CARDOSO DE SOUZA(OAB/PIAUI Nº 3387)

PROCESSO Nº 0000638-22.2018.8.18.0100

CLASSE: Procedimento Comum Cível

Autor: ROSELI DA SILVA CELESTINO

Réu: EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MANOEL EMÍDIO, 10 de outubro de 2020

ABZONIAS BORGES DE MIRANDA

Técnico Judicial - 405495-4

15.366. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000002-97.2001.8.18.0085

Classe: Execução Fiscal

Exequente: A UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

Advogado(s): JOSE RENATO DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 112179)

Executado(a): FRANCISCO DONATO LINHARES ARAÚJO FILHO

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.367. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000207-43.2012.8.18.0085

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: MÓTORPEÇAS IRRIGAÇÃO & IMPLEMENTOS AGRÍCOLA LTDA REP. POR SEU SÓCIO JOSE ERNANDES FONTENELES DOS SANTOS

Advogado(s): MARLON BRITO DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 3904/2003)

Executado(a): MUNICÍPIO DE BERTOLÍNIA - PIAUÍ

Advogado(s): MAX WESLEN VELOSO DE MORAIS PIRES(OAB/PIAUÍ Nº 8794)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.368. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000642-59.2018.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: CLEYANE DA SILVA MORAIS

Advogado(s): MARCELO ASSIS TRINDADE DE BRITO(OAB/PIAUÍ Nº 13175)

Réu: EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Advogado(s): MARCOS ANTÔNIO CARDOSO DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 3387)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MANOEL EMÍDIO, 11 de outubro de 2020

ABZONIAS BORGES DE MIRANDA

Técnico Judicial - 405495-4

15.369. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000643-44.2018.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ESIVAN RIBEIRO DAS NEVES

Advogado(s): MARCELO ASSIS TRINDADE DE BRITO(OAB/PIAUÍ Nº 13175)

Réu: EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Advogado(s): MARCOS ANTÔNIO CARDOSO DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 3387)

VATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as

partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MANOEL EMÍDIO, 11 de outubro de 2020

ABZONIAS BORGES DE MIRANDA

Técnico Judicial - 405495-4

15.370. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000132-28.2017.8.18.0085

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ZILDA FERREIRA FEITOSA CARDOSO

Advogado(s): FREDISON DE SOUSA COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 2767)

Réu: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS

Advogado(s): ANTONIO DE PADUA OLIVEIRA JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 8597)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, **FICAM** por este **INTIMADAS** as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, **INTIMADAS** de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.371. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000148-68.2016.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ANA MARIA FRANCISCA DE OLIVEIRA

Advogado(s): MARENIZE LEITE MACENA(OAB/PIAUÍ Nº 12080), ITALO DE FREITAS MOREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 16112)

Réu: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Advogado(s): ROSEANE DE CARVALHO VALE(OAB/PIAUÍ Nº 5081)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, **FICAM** por este **INTIMADAS** as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, **INTIMADAS** de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.372. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000039-75.2011.8.18.0085

Classe: Cumprimento de sentença

Autor: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS

Advogado(s): ROSEANE DE CARVALHO VALE(OAB/PIAUÍ Nº 1178869)

Réu: MARIA LUZIA DA CONCEIÇÃO

Advogado(s): FREDISON DE SOUSA COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 2767)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, **FICAM** por este **INTIMADAS** as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, **INTIMADAS** de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.373. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000017-08.2002.8.18.0093

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARCELO DA SILVA, JOSÉ IVAN DA SILVA, VALDIVINO DE SOUSA BRITO, JOSÉ RODRIGUES DE SOUSA ROCHA, FELICIANO PINTO DA SILVA, RAIMUNDO NONATO DE SOUSA, MANOEL BARBOSA DE OLIVEIRA, FRANCISCO LEONCIO DA SILVA, LUDGERO DA SILVA FERRAZ

Advogado(s): FREDISON DE SOUSA COSTA(OAB/PIAUÍ Nº 2767/96)

Réu:

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, **FICAM** por este **INTIMADAS** as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, **INTIMADAS** de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.374. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000056-14.2011.8.18.0085

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: IRINEU PEREIRA DA SILVA, MARI A DAS DORES SILVA LIMA

Advogado(s): LUCIANO FONSECA DE SOUSA(OAB/PIAUI Nº 7166)

Réu: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, **FICAM** por este **INTIMADAS** as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, **INTIMADAS** de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.375. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000052-11.2015.8.18.0093

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: JOSÉ ARNALDO MARÇAL DE ALMEIDA

Advogado(s):

Réu: INSS (INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL)

Advogado(s): PATRÍCIA MARTINS DA ROCHA BARROS(OAB/PIAUI Nº 6344), FLAVIO ALMEIDA MARTINS(OAB/PIAUI Nº 3161)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, **FICAM** por este **INTIMADAS** as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, **INTIMADAS** de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.376. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000674-64.2018.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: LUANA BRUNA RIBEIRO MOREIRA, INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Advogado(s): WILLIANS LOPES FONSECA(OAB/PIAUI Nº 8658)

Réu:

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, **FICAM** por este **INTIMADAS** as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, **INTIMADAS** de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.377. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000739-59.2018.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: JAKSONÉLIA VIEIRA DA SILVA

Advogado(s): ITALO DE FREITAS MOREIRA(OAB/PIAUI Nº 16112)

Réu: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, **FICAM** por este **INTIMADAS** as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, **INTIMADAS** de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.378. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000332-19.2019.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: AGDA VIEIRA DE VASCONCELOS

Advogado(s): MAIARA MESSIAS DE SOUSA RIBEIRO(OAB/PIAUI Nº 12759), DIÊGO MARADONES PIRES RIBEIRO(OAB/PIAUI Nº 9206)

Réu: B.V. FINANCEIRA S.A, BANCO BRADESCO

Advogado(s): MANUELA SAMPAIO SARMENTO E SILVA(OAB/PIAUI Nº 9499), ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO(OAB/PERNAMBUCO Nº 23255)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, **FICAM** por este **INTIMADAS** as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no

Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, **INTIMADAS** de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.379. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000452-93.2013.8.18.0093

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: SANTANA RIBEIRO DA SILVA

Advogado(s): FLÁVIO ALMEIDA MARTINS(OAB/PIAÚI Nº 316199)

Réu: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL (INSS)

Advogado(s): SÍLVIA GUALBERTO CARVALHO(OAB/PIAÚI Nº 1378085)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, **FICAM** por este **INTIMADAS** as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, **INTIMADAS** de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.380. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000637-37.2018.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ALZIRA JOSEFA DE SOUSA

Advogado(s): MARCELO ASSIS TRINDADE DE BRITO(OAB/PIAÚI Nº 13175)

Réu: EQUATORIAL PIAÚI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Advogado(s): MARCOS ANTÔNIO CARDOSO DE SOUZA(OAB/PIAÚI Nº 3387)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, **FICAM** por este **INTIMADAS** as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, **INTIMADAS** de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MANOEL EMÍDIO, 11 de outubro de 2020

ABZONIAS BORGES DE MIRANDA

Técnico Judicial - 405495-4

15.381. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000204-20.2014.8.18.0085

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: JOSIRAN PEREIRA FEITOSA

Advogado(s): MAIARA MESSIAS DE SOUSA RIBEIRO(OAB/PIAÚI Nº 12759), DIÊGO MARADONES PIRES RIBEIRO(OAB/PIAÚI Nº 9206), DIEGO MARADONES PIRES RIBEIRO(OAB/PIAÚI Nº 9206)

Réu: A.S E SILVA BARROSO - ME

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, **FICAM** por este **INTIMADAS** as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, **INTIMADAS** de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MANOEL EMÍDIO, 11 de outubro de 2020

ABZONIAS BORGES DE MIRANDA

Técnico Judicial - 405495-4

15.382. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000190-02.2015.8.18.0085

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: RAIMUNDA MARIA PEREIRA DA SILVA

Advogado(s): DIÊGO MARADONES PIRES RIBEIRO(OAB/PIAÚI Nº 9206)

Réu: A.S E SILVA BARROSO - ME

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, **FICAM** por este **INTIMADAS** as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, **INTIMADAS** de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MANOEL EMÍDIO, 11 de outubro de 2020

ABZONIAS BORGES DE MIRANDA

Técnico Judicial - 405495-4

15.383. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000184-58.2016.8.18.0085

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: BANCO BRADESCO S.A

Advogado(s): AILTON SOARES CARVALHO FILHO(OAB/PIAÚI Nº 14616), WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAÚI Nº 9016)

Réu: CLICIA GOMES ARAUJO, GALBO ARRAIS DE ALENCAR

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MANOEL EMÍDIO, 11 de outubro de 2020

ABZONIAS BORGES DE MIRANDA

Técnico Judicial - 405495-4

15.384. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000636-18.2019.8.18.0100

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL HONDA

Advogado(s): LAURISE MENDES RIBEIRO(OAB/PIAÚI Nº 345401), HIRAN LEAO DUARTE(OAB/PIAÚI Nº 4482)

Requerido: IGOR GABRIEL PEREIRA DA SILVA, MARIA BERENICE PEREIRA DA SILVA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MANOEL EMÍDIO, 11 de outubro de 2020

ABZONIAS BORGES DE MIRANDA

Técnico Judicial - 405495-4

15.385. EDITAL - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MANOEL EMÍDIO)

Processo nº 0000130-39.2014.8.18.0093

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: LUIZ CARLOS ALVES DA SILVA

Advogado(s): FILIPE RODRIGUES DE BARROS ALVES(OAB/PIAÚI Nº 9846)

Réu: ERONY ARAÚJO DA SILVA

Advogado(s): PEDRO ALVES TORQUATO LIMA(OAB/PIAÚI Nº 9333)

DESPACHO: Persistindo a inércia da parte autora, intime a parte requerida via DJe, para que requeira o que entender de direito

15.386. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000015-91.2009.8.18.0093

Classe: Execução de Alimentos Infância e Juventude

Requerente: MARIA DA GUIA RODRIGUES DIONÍSIO, G. R. A. (MENOR), ALDENIR ALVES DA SILVA

Advogado(s): ANA KEYLA DA S. PAILLARD (OAB/PIAÚI Nº null)

Réu:

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.387. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000012-92.2011.8.18.0085

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ANTONIO GARCIA BATISTA DE SOUSA

Advogado(s): RICARDO SILVA FERREIRA(OAB/PIAÚI Nº 7270)

Réu: EMPRESA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

Advogado(s): MANUELLE LINS CAVALCANTI BRAGA(OAB/PIAÚI Nº 10203)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as

partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.388. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000388-49.2014.8.18.0093

Classe: Ação de Alimentos

Requerente: LAYANE DOS SANTOS MACHADO, MIGUEL MACHADO CORREIA

Advogado(s):

Requerido: EDSON MANOEL DA SILVA CORREIA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, **FICAM** por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.389. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000382-16.2017.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: AGENOR EVANGELISTA DA CONCEIÇÃO

Advogado(s): MAIARA MESSIAS DE SOUSA RIBEIRO(OAB/PIAÚI Nº 12759), DIÊGO MARADONES PIRES RIBEIRO(OAB/PIAÚI Nº 9206)

Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Advogado(s): LIDIANE CARNEIRO CUNHA GUIMARÃES(OAB/PIAÚI Nº 1422568)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, **FICAM** por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.390. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000161-88.2016.8.18.0093

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: NILDA LÚCIA DE SOUSA

Advogado(s): FLAVIO ALMEIDA MARTINS(OAB/PIAÚI Nº 3161), FILIPE ALMEIDA MACEDO(OAB/PIAÚI Nº 8489), LUANDA SANTIAGO SOARES MACÊDO(OAB/PIAÚI Nº 8182)

Réu: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Advogado(s): ERASMO DE SOUSA ASSIS(OAB/PIAÚI Nº 134383)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, **FICAM** por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.391. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000246-45.2014.8.18.0093

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARIA ARLINDA PEREIRA DO NASCIMENTO

Advogado(s): MARAIZA NUNES DE AGUIAR(OAB/PIAÚI Nº 7253)

Réu: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Advogado(s): LEANDRO MELO CAVALCANTI SILVA(OAB/PIAÚI Nº 10066)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, **FICAM** por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.392. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000177-55.2015.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARIA DE FÁTIMA DA SILVA

Advogado(s): MARENIZE LEITE MACENA(OAB/PIAÚI Nº 12080), ITALO DE FREITAS MOREIRA(OAB/PIAÚI Nº 16112)

Réu: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Advogado(s): ROSEANE DE CARVALHO VALE(OAB/PIAÚI Nº 5081), ANTONIO DE PADUA OLIVEIRA JUNIOR(OAB/PIAÚI Nº 8597)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, **FICAM** por este **INTIMADAS** as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, **INTIMADAS** de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.393. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000515-58.2017.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: FRANCISCA PEREIRA BRAZ

Advogado(s): PAULO NIELSON DAMASCENO MESSIAS(OAB/PIAÚI Nº 9230), DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAÚI Nº 11935)

Réu: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Advogado(s): LEANDRO MELO CAVALCANTI SILVA(OAB/PIAÚI Nº 10066)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, **FICAM** por este **INTIMADAS** as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, **INTIMADAS** de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.394. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000471-05.2018.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: FILIPE DE AMORIM VASCONCELOS

Advogado(s): FILIPE RODRIGUES DE BARROS ALVES(OAB/PIAÚI Nº 9846)

Réu: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Advogado(s): SILVIA GUALBERTO CARVALHO(OAB/PIAÚI Nº)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, **FICAM** por este **INTIMADAS** as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, **INTIMADAS** de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.395. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000130-39.2014.8.18.0093

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: LUIZ CARLOS ALVES DA SILVA

Advogado(s): FILIPE RODRIGUES DE BARROS ALVES(OAB/PIAÚI Nº 9846)

Réu: ERONY ARAÚJO DA SILVA

Advogado(s): PEDRO ALVES TORQUATO LIMA(OAB/PIAÚI Nº 9333)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, **FICAM** por este **INTIMADAS** as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, **INTIMADAS** de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.396. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000152-53.2016.8.18.0085

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ZULMIRENE DA SILVA SOUSA

Advogado(s): MARCELO ASSIS TRINDADE DE BRITO(OAB/PIAÚI Nº 13175)

Réu: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL- INSS

Advogado(s): LIDIANE CARNEIRO CUNHA GUIMARÃES(OAB/PIAÚI Nº 1422568)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Intimem-se as partes para ciência do retorno dos presentes autos do TRF 1ª Região. Cumpridas as intimações da parte autora e ré, arquivem-se os autos, com observância das formalidades legais.

Advirto que eventual requerimento de Cumprimento de Sentença deverá ser manejado através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, conforme dispõe o art. 4º, §1º, inciso II, do Provimento Conjunto TJ/PI.

ALONCIO DE SOUSA BRITO

Analista Judicial - 415415-0

15.397. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000548-77.2019.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARIA LOURENÇA RODRIGUES

Advogado(s): MAURICEIA ALMEIDA DE ARAUJO(OAB/PIAUI Nº 14022)

Réu: BANCO PANAMERICANO S A

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.398. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000227-18.2014.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ADONILTON ALVES DA SILVA

Advogado(s): DANIELLE PATRICE LIAR BANDEIRA (OAB/PIAUI Nº 8714)

Réu: ALBERTO MARANHÃO, ERIVELTON

Advogado(s): FREDISON DE SOUSA COSTA(OAB/PIAUI Nº 2767)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.399. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000651-55.2017.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ELINA MARIA BARBOSA DA SILVA

Advogado(s): FREDISON DE SOUSA COSTA(OAB/PIAUI Nº 2767)

Réu: FLORINALVA MARIA DA SILVA TEIXEIRA, LINDINALVA PEREIRA DA SILVA, JOSÉ VERISMAR PEREIRA DA SILVA

Advogado(s): JOSE DIAS NETO(OAB/MARANHAO Nº 15735), MARCOS ANTONIO SILVA TEIXEIRA(OAB/PIAUI Nº 14218)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.400. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000639-07.2018.8.18.0100

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: EDIVAN JOSÉ VELOSO

Advogado(s): MARCELO ASSIS TRINDADE DE BRITO(OAB/PIAUI Nº 13175)

Réu: EQUATORIAL PIAUI DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Advogado(s): MARCOS ANTÔNIO CARDOSO DE SOUZA(OAB/PIAUI Nº 3387)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.401. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

Processo nº 0000120-71.2014.8.18.0100

Classe: Execução de Alimentos Infância e Juventude

Exequente: WALKIRIA DA CRUZ OLIVEIRA, ELOÁ OLIVEIRA PIRES

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUI(OAB/PIAUI Nº 2776/96)

Executado(a): ALDENILSON VIANA PIRES

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.402. EDITAL - VARA ÚNICA DE MANOEL EMÍDIO

PROCESSO Nº: 0000632-49.2017.8.18.0100

CLASSE: Demarcação / Divisão

Requerente: RODOPRIMA TRANSPORTES LTDA

Requerido: PAULO DALTO NETO, LUIZ GONÇALVES DE ALMEIDA, PEDRO SARAIVA, RAIMUNDO NONATO SARAIVA, ANTONIO MIRANDA CASTELO BRANCO, ANTONIO MARTINS SARAIVA, JOANA SARAIVA, ANA ELVIRA DE SOUSA
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO EDITAL DE CITAÇÃO Prazo de 30 (trinta) dias

O Dr. LUCIANA CLAUDIA MEDEIROS DE SOUZA, Juiz de Direito desta cidade e comarca de MANOEL EMÍDIO, Estado do Piauí, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, com sede na Rua Azarias Belchior, nº 855, MANOEL EMÍDIO-PI, a Ação acima referenciada, proposta pela RODOPRIMA TRANSPORTES LTDA. Ficando por este edital citados os requeridos LUIZ GONÇALVES DE ALMEIDA, PEDRO SARAIVA, RAIMUNDO NONATO SARAIVA, ANTONIO MIRANDA CASTELO BRANCO, ANTONIO MARTINS SARAIVA, JOANA SARAIVA, ANA ELVIRA DE SOUSA, situados em local incertos e não sabido e demais interessados, incertos ou desconhecidos, para apresentar contestação nos autos em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia (nos termos do artigo 573 do CPC. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (art. 257, II, do NCPC). Dado e Passado nesta Cidade e Comarca de MANOEL EMÍDIO, Estado do Piauí, aos 13 de outubro de 2020 (13/10/2020). Eu,

_____, digitei, subscrevi e assino.

MANOEL EMÍDIO, 13 de outubro de 2020

LUCIANA CLAUDIA MEDEIROS DE SOUZA

Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de MANOEL EMÍDIO

15.403. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000177-58.2015.8.18.0099

Classe: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: AYMORE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A

Advogado(s): ALESSANDRA AZEVEDO ARAUJO FURTUNATO(OAB/PIAÚI Nº 11826)

Requerido: BILEANA VIEIRA DA SILVA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

SUZANA DE SALES NUNES FERREIRA

Analista Administrativo - 1036548

15.404. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000872-66.2016.8.18.0102

Classe: Alvará Judicial

Requerente: MARIZETE BESERRA DE CARVALHO SANTOS, EISSA MARA DE CARVALHO DOS SANTOS, MARIA LUCIA CARVALHO DOS SANTOS, GERALDO CARVALHO DOS SANTOS, CRISTIANA CARVALHO DOS SANTOS

Advogado(s): JOSÉ OSÓRIO FILHO(OAB/PIAÚI Nº 80), JOSÉ OSÓRIO FILHO(OAB/PIAÚI Nº 80-B), OSÓRIO MENDES VIEIRA NETO (OAB/PIAÚI Nº 13970)

Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

SUZANA DE SALES NUNES FERREIRA

Analista Administrativo - 1036548

15.405. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000171-42.2015.8.18.0102

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: VALDEIR FREITAS DA CUNHA

Advogado(s): SALOMAO PINHEIRO DE MOURA NETO(OAB/PIAÚI Nº 12199)

Réu: LOURDES OLIVEIRA RODRIGUES ROCHA ME

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

SUZANA DE SALES NUNES FERREIRA

Analista Administrativo - 1036548

15.406. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000154-73.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: MARIA DE JESUS ALMEIDA

Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 11935)

Réu: BANCO BRADESCO S. A.

Advogado(s): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 9024)

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020
REGINALDO DE PAULA LEAL ARAÚJO Portaria da Corregedoria NUCCEMIGPRO

15.407. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000096-70.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS

Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 11935)

Réu: BANCO BRADESCO S. A.

Advogado(s): FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 10480)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

PAULO ISIDORIO VELOSO

Cedido Prefeitura - 2957095

Portaria da Corregedoria - NUCCEMIGPRO

15.408. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000067-20.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: ILDA FERREIRA DE SOUSA

Advogado(s): MARCELO BENVINDO DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 15496)

Réu: BANCO BMG

Advogado(s): MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI(OAB/PIAUÍ Nº 8203-A)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

JOSÉ MARIA DO BONFIM JÚNIOR

Analista Judicial - 1032127

Portaria da Corregedoria - Nuccendigpro

15.409. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000031-75.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: JOSEFA PEREIRA DA SILVA LIRA

Advogado(s): MARCELO BENVINDO DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 15496)

Réu: BANCO BRADESCO FIN S.A

Advogado(s): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 9024)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

JOSÉ MARIA DO BONFIM JÚNIOR

Analista Judicial - 1032127

Portaria da Corregedoria - Nuccendigpro

15.410. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000129-60.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: ROSALINA PEREIRA DA SILVA

Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 11935)

Réu: BANCO BRADESCO S. A.

Advogado(s): REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI(OAB/PIAUÍ Nº 10205), KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI(OAB/PIAUÍ Nº 7197)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

JOSÉ MARIA DO BONFIM JÚNIOR

Analista Judicial - 1032127

Portaria da Corregedoria - Nuccendigpro

15.411. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000065-50.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: ILDA FERREIRA DE SOUSA

Advogado(s): MARCELO BENVINDO DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 15496)

Réu: BANCO RURAL

Advogado(s): NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB/PIAUÍ Nº 8202-A)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

JOSÉ MARIA DO BONFIM JÚNIOR

Analista Judicial - 1032127

Portaria da Corregedoria - Nuccendigpro

15.412. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000282-93.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: RAIMUNDA REGES DA CONCEIÇÃO

Advogado(s): YURE LACKSON TEIXEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 13618)

Réu: BANCO FICSA S/A

Advogado(s): PAULO ROBERTO VIGNA(OAB/SÃO PAULO Nº 173477)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

JOSÉ MARIA DO BONFIM JÚNIOR

Analista Judicial - 1032127

Portaria da Corregedoria - Nuccendigpro

15.413. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000287-18.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: JONAS GONÇALVES DOS SANTOS

Advogado(s): YURE LACKSON TEIXEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 13618)

Réu: BANCO CETELEM S/A

Advogado(s): SUELLEN PONCELL DO NASCIMENTO DUARTE(OAB/PERNAMBUCO Nº 28490)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

JOSÉ MARIA DO BONFIM JÚNIOR

Analista Judicial - 1032127

Portaria da Corregedoria - Nuccendigpro

15.414. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000275-38.2018.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: FIRMO PEREIRA DE SOUSA

Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 11935)

Réu: BANCO PANAMERICANO S/A

Advogado(s): ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO(OAB/PERNAMBUCO Nº 23255)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

JOSÉ MARIA DO BONFIM JÚNIOR

Analista Judicial - 1032127

Portaria da Corregedoria - Nuccendigpro

15.415. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000269-94.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: MARIA DE JESUS REGES FERREIRA

Advogado(s): YURE LACKSON TEIXEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 13618)

Réu: BANCO BRADESCO S. A.

Advogado(s): REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI(OAB/PIAUÍ Nº 10205), KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI(OAB/PIAUÍ Nº 7197-A)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

JOSÉ MARIA DO BONFIM JÚNIOR

Analista Judicial - 1032127

Portaria da Corregedoria - Nuccendigpro

15.416. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000200-96.2018.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: RAIMUNDA FERREIRA DA SILVA

Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 11935)

Réu: BANCO BRADESCO S. A.

Advogado(s): REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI(OAB/PIAUÍ Nº 10205)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

JOSÉ MARIA DO BONFIM JÚNIOR

Analista Judicial - 1032127

Portaria da Corregedoria - Nuccendigpro

15.417. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000066-35.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: ILDA FERREIRA DE SOUSA

Advogado(s): MARCELO BENVINDO DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 15496)

Réu: BANCO FICSA S.A

Advogado(s): PAULO ROBERTO VIGNA(OAB/SÃO PAULO Nº 173477)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

JOSÉ MARIA DO BONFIM JÚNIOR

Analista Judicial - 1032127

Portaria da Corregedoria - Nuccendigpro

15.418. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000037-82.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: MARIA HORTENCIA BENVINDO DO NASCIMENTO

Advogado(s): JERONIMO BORGES LEAL NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12087)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Advogado(s): FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 10480)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no

Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

PAULO ISIDORIO VELOSO

Cedido Prefeitura - 2957095

Portaria da Corregedoria - NUCCENDIGPRO

15.419. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000130-45.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: MARIA DO CARMO DAMASCENO

Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAÚI Nº 11935)

Réu: BANCO BRADESCO S. A.

Advogado(s): REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI(OAB/PIAÚI Nº 10205), KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI(OAB/PIAÚI Nº 7197-A)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

PAULO ISIDORIO VELOSO

Cedido Prefeitura - 2957095

Portaria da Corregedoria - NUCCENDIGPRO

15.420. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000091-48.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: MARIA DA GUIA FEITOSA DE BRITO

Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAÚI Nº 11935)

Réu: BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S/A

Advogado(s): FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO(OAB/MINAS GERAIS Nº 96864)

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.421. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000306-24.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: JOSÉ FERREIRA DE SOUZA

Advogado(s): YURE LACKSON TEIXEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAÚI Nº 13618)

Réu: BANCO CETELEM S/A

Advogado(s): SUELLEN PONCELL DO NASCIMENTO DUARTE(OAB/PERNAMBUCO Nº 28490)

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.422. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000123-53.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES

Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAÚI Nº 11935)

Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Advogado(s): KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI(OAB/PIAÚI Nº 7197)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

PAULO ISIDORIO VELOSO

Cedido Prefeitura - 2957095

Portaria da Corregedoria - NUCCENDIGPRO

15.423. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000087-11.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: MARIA DAS DORES DA CONCEIÇÃO

Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 11935)

Réu: BANCO BRADESCO S. A.

Advogado(s): JOSE ALMIR DA ROCHA MENDES JUNIOR(OAB/PIAUÍ Nº 2338)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

PAULO ISIDORIO VELOSO

Cedido Prefeitura - 2957095

Portaria da Corregedoria - NUCCENDIGPRO

15.424. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000201-81.2018.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: RAIMUNDA FERREIRA DA SILVA

Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 11935)

Réu: BANCO BRADESCO S. A.

Advogado(s): REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI(OAB/PIAUÍ Nº 10205)

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

15.425. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000097-55.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS

Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 11935)

Réu: BANCO BRADESCO S. A.

Advogado(s): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 9024)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

PAULO ISIDORIO VELOSO

Cedido Prefeitura - 2957095

Portaria da Corregedoria - NUCCENDIGPRO

15.426. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000523-29.2017.8.18.0102

Classe: Monitória

Autor: KEILON RODRIGUES FONSECA

Advogado(s): LARA DA ROCHA DE ALENCAR BEZERRA(OAB/PIAUÍ Nº 15456)

Réu: SILVANA DE FRANÇA BARROS

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

VALDIVA ALBUQUERQUE CARVALHO

Analista Administrativo - 1026232

15.427. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000102-77.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS

Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 11935)

Réu: BANCO ITAÚ S/A.

Advogado(s): NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO(OAB/RIO DE JANEIRO Nº 60359)

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web

para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

15.428. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000038-67.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: MARIA HORTENCIA BENVINDO DO NASCIMENTO

Advogado(s): JERONIMO BORGES LEAL NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12087)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Advogado(s): FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 10480)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

PAULO ISIDORIO VELOSO

Cedido Prefeitura - 2957095

Portaria da Corregedoria - NUCENDIGPRO

15.429. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000103-62.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS

Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 11935)

Réu: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A

Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/CEARÁ Nº 17314), WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

15.430. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000052-51.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: OSELINDE DE SOUSA BRITO

Advogado(s): JUCIEILON SARAIVA BORGES(OAB/PIAUÍ Nº 13830)

Réu: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

SUZANA DE SALES NUNES FERREIRA

Analista Administrativo - 1036548

15.431. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000113-09.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: JOAQUIM BATISTA DA MOTA

Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 11935)

Réu: BANCO BRADESCO S. A.

Advogado(s): REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI(OAB/PIAUÍ Nº 10205), KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI(OAB/PIAUÍ Nº 7197-A)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

PAULO ISIDORIO VELOSO

Cedido Prefeitura - 2957095

Portaria da Corregedoria - NUCENDIGPRO

15.432. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000099-25.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS

Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 11935)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Advogado(s): ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO(OAB/PERNAMBUCO Nº 23255), WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

PAULO ISIDORIO VELOSO

Cedido Prefeitura - 2957095

Portaria da Corregedoria - NUCCENDIGPRO

15.433. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000093-18.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: MARIA DA GUIA FEITOSA DE BRITO

Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 11935)

Réu: BANCO BRADESCO S. A.

Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

PAULO ISIDORIO VELOSO

Cedido Prefeitura - 2957095

Portaria da Corregedoria - NUCCENDIGPRO

15.434. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000377-60.2018.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: RAIMUNDO NONATO DA SILVA, MARIA ROSEANE PEREIRA

Advogado(s): JUCIEILON SARAIVA BORGES(OAB/PIAUÍ Nº 13830)

Réu: BANCO BRADESCO S. A.

Advogado(s): REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI(OAB/PIAUÍ Nº 10205)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

PAULO ISIDORIO VELOSO

Cedido Prefeitura - 2957095

Portaria da Corregedoria - NUCCENDIGPRO

15.435. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000115-76.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: JOAQUIM BATISTA DA MOTA

Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 11935)

Réu: BANCO BRADESCO S. A.

Advogado(s): ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO(OAB/PERNAMBUCO Nº 23255)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

PAULO ISIDORIO VELOSO

Cedido Prefeitura - 2957095

Portaria da Corregedoria - NUCCENDIGPRO

15.436. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000192-85.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: MANOEL FEITOSA PRIMO

Advogado(s): YURE LACKSON TEIXEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 13618)

Réu: .BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Advogado(s): FREDERICO NUNES MENDES DE CARVALHO FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 9024)

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

15.437. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000202-66.2018.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: RAIMUNDA FERREIRA DA SILVA

Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 11935)

Réu: BANCO BRADESCO S. A.

Advogado(s): REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI(OAB/PIAUÍ Nº 10205)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

JOSÉ MARIA DO BONFIM JÚNIOR

Analista Judicial - 1032127

Portaria da Corregedoria - Nuccendigpro

15.438. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000262-05.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: MARIA DE JESUS REGES FERREIRA

Advogado(s): YURE LACKSON TEIXEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 13618)

Réu: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A

Advogado(s): NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES(OAB/PIAUÍ Nº 8202-A)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

JOSÉ MARIA DO BONFIM JÚNIOR

Analista Judicial - 1032127

Portaria da Corregedoria - Nuccendigpro

15.439. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000258-02.2018.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: MANOEL DO NASCIMENTO SANTOS

Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 11935)

Réu: BANCO OLE CONSIGNADO S/A

Advogado(s): FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO(OAB/MINAS GERAIS Nº 96864)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

JOSÉ MARIA DO BONFIM JÚNIOR

Analista Judicial - 1032127

Portaria da Corregedoria - Nuccendigpro

15.440. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000160-80.2019.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: MARIA DE LOURDES RAMOS

Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 11935)

Réu: BANCO ITAÚ CONSIGNADOS S.A

Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020
JOSÉ MARIA DO BONFIM JÚNIOR
Analista Judicial - 1032127
Portaria da Corregedoria - Nuccendigpro

15.441. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000268-12.2019.8.18.0099
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: MARIA DE JESUS REGES FERREIRA
Advogado(s): YURE LACKSON TEIXEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 13618)
Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI(OAB/PIAUÍ Nº 7197-A)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020
JOSÉ MARIA DO BONFIM JÚNIOR
Analista Judicial - 1032127
Portaria da Corregedoria - Nuccendigpro

15.442. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000188-48.2019.8.18.0099
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: MARIA EMILIA PEREIRA DE SOUZA
Advogado(s): YURE LACKSON TEIXEIRA DE OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 13618)
Réu: BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020
JOSÉ MARIA DO BONFIM JÚNIOR
Analista Judicial - 1032127
Portaria da Corregedoria - Nuccendigpro

15.443. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000118-65.2018.8.18.0099
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: DEUSDETE FERREIRA SANTIAGO
Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 11935)
Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

15.444. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000301-02.2019.8.18.0099
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível
Autor: ALCIDES MOTA
Advogado(s): JERONIMO BORGES LEAL NETO(OAB/PIAUÍ Nº 12087)
Réu: BANCO BGN S/A

Advogado(s):
ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020
VALDIVA ALBUQUERQUE CARVALHO
Analista Administrativo - 1026232

15.445. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MARCOS PARENTE

Processo nº 0000204-36.2018.8.18.0099

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: MARIA EUNICE FERREIRA DE SOUSA

Advogado(s): DOUGLAS LIMA DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 11935)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web. MARCOS PARENTE, 13 de outubro de 2020

15.446. DESPACHO - VARA ÚNICA DE MATIAS OLÍMPIO

Processo nº 0000071-45.2019.8.18.0103

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO OPIAUÍ

Advogado(s):

Réu: ANTONIO AUGUSTO SOUSA SILVA

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ(OAB/PIAUÍ Nº), HAMILTON COELHO RESENDE FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 4165)

DESPACHO: Defiro o pedido da defesa, anuído pelo Ministério Público, pelo que, determino a expedição de Carta Precatória á comarca de Esperantina com a finalidade de que lá seja acompanhado o cumprimento da cautelar imposta (comparecimento quinzenal em juízo) na decisão que concedeu a liberdade ao acusado. Cumprida a diligência, aguardem-se os autos em secretaria o retorno das Cartas Precatórias conforme determinado na ata de audiência de fls.57/v. Cumpra-se com a urgência que o caso requer. MATIAS OLÍMPIO, 9 de outubro de 2020. DIEGO RICARDO MELO DE ALMEIDA, Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de MATIAS OLÍMPIO

15.447. EDITAL - VARA ÚNICA DE MATIAS OLÍMPIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de MATIAS OLÍMPIO)

Processo nº 0000022-19.2010.8.18.0103

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: PEDRO LEASTE DE OLIVEIRA

Advogado(s): CELSO GONÇALVES CORDEIRO NETO(OAB/PIAUÍ Nº 3958), GUSTAVO BRITO UCHOA(OAB/PIAUÍ Nº 6150)

SENTENÇA: Ante o exposto, declaro extinta a punibilidade, na forma do art. 107, inciso IV, do Código Penal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. MATIAS OLÍMPIO, 10 de outubro de 2019. DIEGO RICARDO MELO DE ALMEIDA, Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de MATIAS OLÍMPIO

15.448. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MIGUEL ALVES

Processo nº 0000504-20.2015.8.18.0061

Classe: Restauração de Autos

Requerente: VÁLTER SÁ LIMA, BANCO WOLKSWAGEN S.A.

Advogado(s): EDSON VIEIRA ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 3285)

Réu:

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MIGUEL ALVES, 13 de outubro de 2020

MIGUEL ALVES PASCUALINO VAZ FREIRE

Técnico Judicial - 4136500

15.449. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE MIGUEL ALVES

Processo nº 0000083-40.2009.8.18.0061

Classe: Adoção

Adotante: LUZIA JERÔNIMO DA SILVA

Advogado(s): FLAVIO EDSON DE SENA FALCÃO(OAB/PIAUÍ Nº 5543)

Adotado: MIRELY DOS SANTOS OLIVEIRA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

MIGUEL ALVES, 13 de outubro de 2020

MIGUEL ALVES PASCUALINO VAZ FREIRE

Técnico Judicial - 4136500

15.450. DESPACHO - VARA ÚNICA DE MONSENHOR GIL**Processo nº** 0000034-78.2020.8.18.0104**Classe:** Representação Criminal/Notícia de Crime**Requerente:** DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DO 18º DP - MONSENHOR GIL-PIAUI**Advogado(s):****Réu:****Advogado(s):**

Assim, pelo exposto ACOELHO PARCIALMENTE a manifestação ministerial para determinar que seja oficiado à 6ª Vara Criminal de Teresina, vara especializada em crimes de violência sexual contra menores para, no prazo de 10 (dez) dias, informar acerca da possibilidade da realização do depoimento especial da(s) vítima(s) por videoconferência. Indicando, em caso positivo, a data e horário para a sua realização. Oficie-se via SEI. Transcorrendo o prazo, tornem-me os autos conclusos. Notifiquem-se Ministério público e autoridade policial. Cumpra-se com urgência. **MONSENHOR GIL**, 7 de outubro de 2020 **SÍLVIO VALOIS CRUZ JÚNIOR** Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de **MONSENHOR GIL**

15.451. EDITAL - VARA NÚCLEO DE PLANTÃO SÃO RAIMUNDO NONATO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Núcleo de Plantão de São Raimundo Nonato de NÚCLEO DE PLANTÃO DE SÃO RAIMUNDO NONATO)

Processo nº 0000405-38.2020.8.18.0073**Classe:** Auto de Prisão em Flagrante**Representante:** DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE SÃO JOÃO DO PIAUI**Advogado(s):****Representado:** JOSÉ RAIMUNDO DA SOUSA CARVALHO**Advogado(s):**

DECISÃO: ANTE O EXPOSTO, homologo o presente auto de prisão em flagrante, bem como o arbitramento da fiança realizado pela Autoridade Policial. Dê-se ciência ao Ministério Público Estadual. Aguarde-se o prazo de conclusão do inquérito policial. Não sendo este remetido, requirite-o à Autoridade Policial.

15.452. EDITAL - VARA NÚCLEO DE PLANTÃO SÃO RAIMUNDO NONATO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Núcleo de Plantão de São Raimundo Nonato de NÚCLEO DE PLANTÃO DE SÃO RAIMUNDO NONATO)

Processo nº 0000404-53.2020.8.18.0073**Classe:** Pedido de Prisão Preventiva**Requerente:** DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE SÃO JOÃO DO PIAUI**Advogado(s):****Requerido:** LANDISLAU FERREIRA DA SILVA**Advogado(s):****DECISÃO:**

ANTE O EXPOSTO, homologo o presente auto de prisão em flagrante, bem como o arbitramento da fiança realizado pela Autoridade Policial.

Dê-se ciência ao Ministério Público Estadual.

Aguarde-se o prazo de conclusão do inquérito policial. Não sendo este remetido, requirite-o à Autoridade Policial.

15.453. EDITAL - VARA NÚCLEO DE PLANTÃO SÃO RAIMUNDO NONATO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Núcleo de Plantão de São Raimundo Nonato de NÚCLEO DE PLANTÃO DE SÃO RAIMUNDO NONATO)

Processo nº 0000407-08.2020.8.18.0073**Classe:** Auto de Prisão em Flagrante**Representante:** DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE SÃO JOÃO DO PIAUI**Advogado(s):****Representado:** DOMINGOS FRANCINETE DE SOUSA**Advogado(s):**

DECISÃO: ANTE O EXPOSTO, homologo o presente auto de prisão em flagrante, bem como o arbitramento da fiança realizado pela Autoridade Policial. Ademais, nos termos dos arts. 18, I, e 22, II e III, alíneas a e b, da Lei n. 11.340/2006, APLICO AO AUTUADO as seguintes medidas protetivas de urgência: I ? Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a Vítima; II ? Proibição de aproximação da Vítima EVA DA SILVA TEIXEIRA, da qual deve manter distância mínima de 200 (duzentos) metros; III ? Proibição de contato com a Vítima e seus familiares, por qualquer meio de comunicação; Deixo de fixar alimentos provisórios em razão de não existirem nos autos elementos capazes de se averiguar tal necessidade. Deixo igualmente de aplicar a medida de restrição/suspensão de visitas aos dependentes menores de idade, ante a ausência da oitiva da equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar. Esta decisão possui FORÇA DE MANDADO, ficando ainda autorizada a requisição de auxílio da força policial para o seu cumprimento, independentemente de novo despacho. O descumprimento de qualquer das medidas supra pelo Autuado configurará, em tese, o crime tipificado no art. 24-A da Lei n. 11.340/2006, podendo ser ele preso em flagrante delito, caso ocorra as circunstâncias do art. 302 do Código de Processo Penal. Intimem-se o Autuado e a Vítima, esta nos termos do art. 21, da Lei nº. 11.340/06. Dê-se ciência ao Ministério Público Estadual. Aguarde-se o prazo de conclusão do inquérito policial. Não sendo este remetido, requirite-o à Autoridade Policial.

15.454. DECISÃO - VARA NÚCLEO DE PLANTÃO TERESINA**Processo nº** 0004427-35.2020.8.18.0140**Classe:** Auto de Prisão em Flagrante**Requerente:** CENTRAL DE FLAGRANTES TERESINA PIAUI**Advogado(s):****Requerido:** GREGORIO SOARES DE SOUSA**Advogado(s):** LARISSA RAQUEL BARROZO SILVA(OAB/PIAUI Nº 18116)

DECISÃO: [...] 8. Portanto, ao lume do exposto, com base no CPP 310, II e 312, a despeito de se tratar de crime cuja pena máxima não ultrapassa 4 (quatro) anos de reclusão, e acorde com a Representação do Delegado da Central de Flagrantes e com o parecer Ministerial, converto em preventiva a prisão em flagrante ora imposta ao autuado Gregorio Soares de Sousa, devidamente qualificado nos autos, o que faço diante do justo receio de que, em liberdade, possa causar risco a ordem pública, bem como em virtude do descumprimento de medidas cautelares anteriormente impostas.

9. Concedo medida protetiva em favor da vítima:

- aproximar-se da ofendida, mantendo uma distância mínima de 200 (duzentos) metros;
- realizar qualquer tipo de comunicação com a ofendida ou testemunhas, seja por palavras, gestos, comunicação escrita, recados por terceiras pessoas, e-mails, recados e/ou mensagens em redes sociais (Facebook e congêneres), mensagens instantâneas (WhatsApp) ou outro dispositivo equivalente, ligação telefônica ou recados SMS (torpedos) em telefones celulares;
- frequentar clubes de festas, shows musicais ou praça pública, supermercado, feiras, enquanto a ofendida já se encontrar em tais lugares.

10. Expeça-se o competente Mandado de Prisão Preventiva contra o autuado, incluindo-o no BNMP, enviando-se cópias do mandado em referência, assim como desta decisão à autoridade policial signatária do auto de prisão em flagrante, para as providências de praxe.

Intimações e expedientes necessários.

Cumpra-se.

TERESINA-PI, 10 de outubro de 2020

ROBERTH ROGERIO MARINHO AROUCHE

Juiz de Direito plantonista

15.455. EDITAL - VARA ÚNICA DE PADRE MARCOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de PADRE MARCOS)

Processo nº 0000092-23.2014.8.18.0062

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: O MINISTERIO PUBLICO

Advogado(s):

Réu: ANTONIO JENICLER BERNANRDINO DA SILVA

Advogado(s): DAVID PINHEIRO BENEVIDES(OAB/PIAÚI Nº 16337)

ATO ORDINATÓRIO: O Secretário da Vara Única da Comarca de Padre Marcos, Estado do Piauí, cumprindo determinação da MM. Juíza de Direito desta Comarca, Dra. Tallita Cruz Sampaio, conforme Provimento nº 07/2012, da Douta Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí, INTIMA o advogado do réu Dr. David Pinheiro Benevides, OAB/PI 16337, para no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar suas alegações finais, nos autos do Processo em epígrafe, conforme determinado às fls. 156 dos autos. Padre Marcos - PI, 09 de outubro de 2020. Eu, Bel. Ribamar Benedito da Silva Secretário da Vara Única digitei e conferi.

15.456. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000201-54.2018.8.18.0108

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): ANA SOFIA CAVALCANTE PINHEIRO(OAB/PIAÚI Nº 11500)

Executado(a): EDIMAR FERREIRA DE MORAIS

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.457. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000005-50.2019.8.18.0108

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Autor: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): WELTON RODRIGUES LOIOLA(OAB/CEARÁ Nº 14683), ANA SOFIA CAVALCANTE PINHEIRO(OAB/PIAÚI Nº 11500)

Réu: PEDRO CLAUDINO NETO

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.458. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000200-69.2018.8.18.0108

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: VALQUIRIA DA SILVA SANTANA, RICARDO PEREIRA LIMA, VALÉRIA SANTANA FERREIRA, RENAN SANTANA FERREIRA

Advogado(s): WERITON MACHADO IBIAPINO(OAB/PIAÚI Nº 9945)

Réu: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL- INSS

Advogado(s): CLAUDIA VIRGINIA DE SANTANA RIBEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 2816)

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.459. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000007-20.2019.8.18.0108

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Autor: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A, PEDRO CLAUDINO NETO

Advogado(s): ANA SOFIA CAVALCANTE PINHEIRO(OAB/PIAUÍ Nº 11500)

Réu:

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.460. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000118-09.2016.8.18.0108

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): THALYTA MEDEIROS VIEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 6577), HELVECIO VERAS DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 4202)

Executado(a): RONACY SOARES DE MORAES-ME, MARIA ALCIONE RIBEIRO BARBOSA

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.461. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000203-92.2016.8.18.0108

Classe: Execução Fiscal

Exequente: O INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NARMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL-INMETRO, POSTO INOVAR LTDA

Advogado(s): PROCURADOR FEDERAL(OAB/PIAUÍ Nº)

Réu:

Advogado(s):

ato ordinatório

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.462. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000017-64.2019.8.18.0108

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: AILTON RIBEIRO DOS SANTOS

Advogado(s): HILÁRIO BARBOSA GUIMARAES(OAB/PIAUÍ Nº 17557)

Réu: ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): PAULO ROBERTO DE SOUSA CARDOSO(OAB/PIAUÍ Nº 17910)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.463. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000031-48.2019.8.18.0108

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: JOSÉ LUIZ DA SILVA

Advogado(s): ALYSSON LAYON SOUSA SOBRINHO(OAB/PIAUÍ Nº 13304)

Réu: COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ

Advogado(s): MARCOS ANTÔNIO CARDOSO DE SOUZA(OAB/PIAUÍ Nº 3387)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.464. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000213-05.2017.8.18.0108

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: DELIELTA VERA SOUSA

Advogado(s): NOELSON FERREIRA DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 5857)

Réu: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS

Advogado(s): LUCAS ARAÚJO FORTES(OAB/PIAUÍ Nº 8095)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.465. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000002-96.1999.8.18.0108

Classe: Cumprimento de sentença

Requerente: ALMI NUNES RODRIGUES

Advogado(s): RAIMUNDO MARLON REIS DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 2493)

Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAES LANDIM, JOSE COSTA LIRA

Advogado(s): JOSÉ SANTANA MAURIZ(OAB/PIAUÍ Nº 2407), JOSÉ IRANY SIQUEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 2456)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

15.466. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000045-42.2013.8.18.0108

Classe: Execução Fiscal

Exequente: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PIAUÍ - CRF-PI

Advogado(s): LORENA JOANA VIANA LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 7992)

Executado(a): MUNICÍPIO DE PAES LANDIM-PI

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020
CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR
Assessor Jurídico - 29715

15.467. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000168-64.2018.8.18.0108

Classe: Usucapião

Usucapiente: LUIZ MORAES DE MOURA

Advogado(s): EDUARDO LOBÃO SALIN COELHO(OAB/PIAÚI Nº 15039)

Réu:

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020
CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR
Assessor Jurídico - 29715

15.468. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000274-60.2017.8.18.0108

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: VALDEMIR BORGES DE MORAES

Advogado(s): ALYSSON LAYON SOUSA SOBRINHO(OAB/PIAÚI Nº 13304)

Executado(a): ALB TRANSPORTES LTDA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020
CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR
Assessor Jurídico - 29715

15.469. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000065-57.2018.8.18.0108

Classe: Reclamação

Autor: JOSÉLIA PEREIRA DE MORAES ANDRADE

Advogado(s): MANOEL DE LIMA SANTOS(OAB/PIAÚI Nº 8520)

Réu: MUNICÍPIO DE PAES LANDIM-PI

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020
CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR
Assessor Jurídico - 29715

15.470. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000070-45.2019.8.18.0108

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ANA MARIA DE SOUSA

Advogado(s): RODRIGO SOARES LACERDA(OAB/PIAÚI Nº 14742)

Réu: VERLEI SARAIVA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020
CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

15.471. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000159-44.2014.8.18.0108

Classe: Reclamação

Autor: ANTONIA MARIA DA CRUZ HOLANDA

Advogado(s): FRANCISCO WASHINGTON DO NASCIMENTO SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº 16822), AELTON BORGES MAURIZ(OAB/PIAUÍ Nº 10140)

Réu: O ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): LUCIMEIRE SOUSA DOS ANJOS(OAB/PIAUÍ Nº 5185)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

15.472. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000058-36.2016.8.18.0108

Classe: Cumprimento de sentença

Exequente: NÚBIA VITÓRIA CARVALHO BURQUE

Advogado(s): DEFENSORIA PUBLICA(OAB/PIAUÍ Nº)

Executado(a): RUBENS MARQUES JUNIOR

Advogado(s): LETICIA FARIAS LACERDA(OAB/PARANÁ Nº 65756)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

15.473. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000084-29.2019.8.18.0108

Classe: Monitoria

Autor: CARLOS ANTONIO ARRAIS DE CARVALHO

Advogado(s): GABRIEL SOUSA DE VASCONCELOS(OAB/PIAUÍ Nº 15099), RODRIGO SOARES LACERDA(OAB/PIAUÍ Nº 14742), YURI MENDES OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 15103)

Réu: ERIVALDO PAULO DA SILVA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

15.474. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000160-92.2015.8.18.0108

Classe: Execução Fiscal

Autor: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PIAUÍ - COREN-PI, MARIA JOSE DA SILVA

Advogado(s): HERIKA FONSECA OSORIO(OAB/PIAUÍ Nº 8351)

Réu:

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

15.475. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000128-87.2015.8.18.0108

Classe: Inventário

Inventariante: TERESINHA DE ARAUJO DIAS, JOSE WELLINGTON BARROSO DE ARAUJO DIAS, JOAQUIM WASHINGTON BARROSO DE ARAUJO DIAS, MARILANGIDA BARROSO DE ARAUJO DIAS, MARIA EVANGELINA BARROSO ARAÚJO DIAS

Advogado(s): DIOGO JOSENNIS DO NASCIMENTO VIEIRA(OAB/PIAÚI Nº 8754)

Inventariado: JOAQUIM ANTONIO NETO

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

15.476. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000175-66.2012.8.18.0108

Classe: Ação Civil Pública Cível

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI

Advogado(s):

Réu: COHISO - CONSTRUCAO, HIDROGEOLOGIA E SONDA GEM LTDA

Advogado(s): MÁRIO ROBERTO PEREIRA DE ARAÚJO(OAB/PIAÚI Nº 2209)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CARLOS DE MOURA REGO JUNIOR

Assessor Jurídico - 29715

15.477. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000117-58.2015.8.18.0108

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): LARA ROLA BEZERRA DE MENEZES(OAB/CEARÁ Nº 22373)

Executado(a): JAILSON HORTENCIO DE SOUSA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.478. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000058-65.2018.8.18.0108

Classe: Reclamação

Autor: MARILÉIA BORGES DA SILVA

Advogado(s): MANOEL DE LIMA SANTOS(OAB/PIAÚI Nº 8520)

Réu: MUNICIPIO DE PAES LANDIM - PIAUI

Advogado(s): MARCUS VINICIUS SANTOS SPINDOLA RODRIGUES(OAB/PIAÚI Nº 12276)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.479. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000191-10.2018.8.18.0108

Classe: Cumprimento de sentença

Exequente: UKÊNDILAN MENDES DA CRUZ

Advogado(s): THIAGO BRUNO DIAS(OAB/BAHIA Nº 39071)

Executado(a): ROBERLANDIO DA CRUZ

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.480. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM**Processo nº** 0000149-58.2018.8.18.0108**Classe:** Procedimento Comum Cível**Autor:** MIGUEL DE SOUSA, DAVI DE SOUSA**Advogado(s):** DANIEL GAZE FABRIS(OAB/PIAÚI Nº)**Réu:** WESLER DE OLIVEIRA RIBEIRO**Advogado(s):**

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.481. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM**Processo nº** 0000078-90.2017.8.18.0108**Classe:** Execução de Título Extrajudicial**Exequente:** BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A**Advogado(s):** FELIPE DANTAS DE CARVALHO(OAB/PIAÚI Nº 15211), THALYTA MEDEIROS VIEIRA(OAB/PIAÚI Nº 6577)**Executado(a):** MANOEL BARBOSA DE CARVALHO, MARIA ALVENI DE SOUZA CARVALHO**Advogado(s):**

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.482. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM**Processo nº** 0000073-10.2013.8.18.0108**Classe:** Execução de Alimentos Infância e Juventude**Exequente:** GREYCYANNY DA SILVA BURGEL SANTOS**Advogado(s):** MARAIZA NUNES DE AGUIAR(OAB/PIAÚI Nº 7253)**Executado(a):** JOÃO RAFAEL DOS REIS SANTOS**Advogado(s):**

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.483. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM**Processo nº** 0000103-40.2016.8.18.0108**Classe:** Execução de Título Extrajudicial**Autor:** BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A**Advogado(s):** ALEXSANDRA DE LIMA(OAB/PIAÚI Nº 13904), THALYTA MEDEIROS VIEIRA(OAB/PIAÚI Nº 6577)**Réu:** ADRIANO DIAS BARBOSA -ME

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.484. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM**Processo nº** 0000153-66.2016.8.18.0108**Classe:** Execução de Título Extrajudicial**Exequente:** BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A**Advogado(s):** LARA ROLA BEZERRA DE MENEZES(OAB/PIAÚI Nº 151785)**Executado(a):** HELDER MAURIZ LIRA (NOME DE FANTASIA FRIGOCENTER), REP. POR HILDER MAURIZ LIRA**Advogado(s):**

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.485. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM**Processo nº** 0000024-61.2016.8.18.0108**Classe:** Procedimento Comum Cível**Exequente:** BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A**Advogado(s):** ALEXANDRE PACHECO LOPES FILHO(OAB/PIAÚI Nº 5525), EDIMAR CHAGAS MOURÃO(OAB/PIAÚI Nº 3183), ALEXSANDRA DE LIMA(OAB/CEARÁ Nº 21347), AIONA ROSADO CASCUDO RODRIGUES ROMANO(OAB/RIO GRANDE DO NORTE Nº 4104)**Executado(a):** HONORINA DE SOUSA DIAS RODRIGUES**Advogado(s):** JARDEL LUCIO COELHO DIAS(OAB/PIAÚI Nº 7762)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.486. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM**Processo nº** 0000063-58.2016.8.18.0108**Classe:** Execução de Título Extrajudicial**Exequente:** BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, S/A**Advogado(s):** THALYTA MEDEIROS VIEIRA(OAB/PIAÚI Nº 6577), HELVECIO VERAS DA SILVA(OAB/PIAÚI Nº 4202)**Executado(a):** ANTONIO CARLOS DA SILVA LIMA**Advogado(s):**

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.487. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM**Processo nº** 0000054-33.2015.8.18.0108**Classe:** Monitória**Autor:** BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): ANTONIO EDMAR CARVALHO LEITE(OAB/PIAUÍ Nº 10719)

Réu: RAIMUNDO RIBEIRO GONÇALVES-ME, RAIMUNDO RIBEIRO GONÇALVES, LUZILENE GOMES DA SILVA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.488. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000076-57.2016.8.18.0108

Classe: Monitória

Autor: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, S/A

Advogado(s): THALYTA MEDEIROS VIEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 6577), LARA ROLA BEZERRA DE MENEZES(OAB/PIAUÍ Nº 151785)

Réu: ADEILTON DIAS BARBOSA, SEBASTIÃO BARBOSA DE SOUSA, MARIA ABADIA DIAS DE ARAÚJO BARBOSA

Advogado(s): CLAUDI PINHEIRO DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 264)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.489. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000075-72.2016.8.18.0108

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): THALYTA MEDEIROS VIEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 6577), LARA ROLA BEZERRA DE MENEZES(OAB/PIAUÍ Nº 151785)

Executado(a): ADEILTON DIAS BARBOSA, SEBASTIÃO BARBOSA DE SOUSA, MARIA ABADIA DIAS DE ARAÚJO BARBOSA

Advogado(s): CLAUDI PINHEIRO DE ARAÚJO(OAB/PIAUÍ Nº 264)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.490. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000149-68.2012.8.18.0108

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

Advogado(s): PEDROLOPESDEOLIVEIRAFILHO(OAB/PIAUÍ Nº 1962)

Réu: ADÃO DIAS DE ARAÚJO

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.491. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000044-52.2016.8.18.0108

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

Advogado(s): LUIS FERREIRA DE MORAES FILHO(OAB/CEARÁ Nº 16243), THALYTA MEDEIROS VIEIRA(OAB/PIAUI Nº 6577)

Executado(a): ANTONIO JOSÉ NERES

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

SOLFIERI DE ALCÂNTARA ARARIPE SEABRA

Oficial de Gabinete - 3573

15.492. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000276-40.2011.8.18.0108

Classe: Embargos à Execução

Autor: EDILBERTO DE CARVALHO MENDES

Advogado(s):

Réu: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

Advogado(s): DAVID SOMBRA PEIXOTO(OAB/PIAUI Nº 7847-A)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.493. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000095-29.2017.8.18.0108

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Advogado(s): EDIMAR CHAGAS MOURÃO(OAB/PIAUI Nº 3183), THALYTA MEDEIROS VIEIRA(OAB/PIAUI Nº 6577)

Executado(a): ELIAS MIRANDA DE SOUSA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.494. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000084-68.2015.8.18.0108

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): ALEXANDRE PACHECO LOPES FILHO(OAB/PIAUI Nº 5525), EDIMAR CHAGAS MOURÃO(OAB/PIAUI Nº 3183), ALEXSANDRA DE LIMA(OAB/CEARÁ Nº 21347), AIONA ROSADO CASCUDO RODRIGUES ROMANO(OAB/RIO GRANDE DO NORTE Nº 4104)

Executado(a): MARIA FRANCISCA DA CONCEIÇÃO

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.495. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000042-82.2016.8.18.0108

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): HELVECIO VERAS DA SILVA(OAB/PIAUI Nº 4202)

Executado(a): FRANCISCO DAS CHAGAS ARRAIS DE CARVALHO

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização

dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.496. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000226-04.2017.8.18.0108

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): ALEXSANDRA DE LIMA(OAB/CEARÁ Nº 21347), THALYTA MEDEIROS VIEIRA(OAB/PIAÚI Nº 6577)

Executado(a): ROMÃO PEDRO DA SILVA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.497. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000167-79.2018.8.18.0108

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): LARA ROLA BEZERRA DE MENEZES(OAB/CEARÁ Nº 22373)

Executado(a): JOSE FILHO COSTA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.498. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000049-40.2017.8.18.0108

Classe: Embargos à Execução

Autor: RONACY SOARES DE MORAES-ME, RONACY SOARES DE MORAES, GEIZEBEL HERNANE RIBEIRO MACHADO E SOARES

Advogado(s): ALYSSON LAYON SOUSA SOBRINHO(OAB/PIAÚI Nº 13304)

Réu: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): HELVECIO VERAS DA SILVA(OAB/PIAÚI Nº 4202)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.499. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000157-40.2015.8.18.0108

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): ANTONIO EDMAR CARVALHO LEITE(OAB/PIAÚI Nº 10719), THALYTA MEDEIROS VIEIRA(OAB/PIAÚI Nº 6577)

Réu: JOÃO EVANGELISTA ROCHA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.500. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000117-24.2016.8.18.0108

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): ALEXSANDRA DE LIMA(OAB/PIAUÍ Nº 13904), THALYTA MEDEIROS VIEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 6577)

Executado(a): FRANCISCO JOAQUIM PEREIRA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.501. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000225-19.2017.8.18.0108

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

Advogado(s): FELIPE DANTAS DE CARVALHO(OAB/CEARÁ Nº 24313-A)

Executado(a): CLAUDIO TOMAZ DA SILVA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.502. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000104-25.2016.8.18.0108

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): THALYTA MEDEIROS VIEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 6577), LUIS FERREIRA DE MORAES FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 11626)

Executado(a): SEBASTIÃO BARBOSA DE SOUSA MERCADORIA ME

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.503. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000174-71.2018.8.18.0108

Classe: Execução de Alimentos

Autor: VICTOR ALEXANDRE DA SILVA TELES

Advogado(s): DANIEL GAZE FABRIS(OAB/PIAUÍ Nº)

Réu: SIDNEY TELES

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.504. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000160-24.2017.8.18.0108

Classe: Guarda

Requerente: ANTONIO FERREIRA RODRIGUES, MARIA VALDENIRA DA SILVA, O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): CYNTYA TEREZA SOUSA SANTOS(OAB/PIAUÍ Nº)

Requerido: MARIA EDUARDA FERREIRA DA SILVA, ANTONIO FERREIRA RODRIGUES FILHO, DÉBORA FERREIRA DA SILVA

Advogado(s): RONE VON PINTO DA SILVA(OAB/TOCANTINS Nº 5593), VALDINEI PINTO DA SILVA(OAB/TOCANTINS Nº 6780)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020
CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA
Servidor Designado - 28917

15.505. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000161-09.2017.8.18.0108
Classe: Averiguação de Paternidade
Requerente: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI
Advogado(s):
Requerido: RAIMUNDO FERREIRA DE SOUSA
Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020
CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA
Servidor Designado - 28917

15.506. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000113-84.2016.8.18.0108
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Advogado(s): THALYTA MEDEIROS VIEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 6577), HELVECIO VERAS DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 4202)
Executado(a): RONACY SOARES DE MORAES-ME
Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020
CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA
Servidor Designado - 28917

15.507. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000111-17.2016.8.18.0108
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Advogado(s): THALYTA MEDEIROS VIEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 6577), LUIS FERREIRA DE MORAES FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 11626)
Executado(a): SUPERMERCADO JH LTDA ME, RONACY SOARES DE MORAES, GEIZABEL HERNANE RIBEIRO MACHADO E SOARES
Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020
CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA
Servidor Designado - 28917

15.508. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000050-25.2017.8.18.0108
Classe: Embargos à Execução
Autor: SUPERMERCADO JH LTDA ME, RONACY SOARES DE MORAES, GEIZABEL HERNANE RIBEIRO MACHADO E SOARES
Advogado(s): ALYSSON LAYON SOUSA SOBRINHO(OAB/PIAUÍ Nº 13304)
Réu: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Advogado(s): LUIS FERREIRA DE MORAES FILHO(OAB/PIAUÍ Nº 11626)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020
CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.509. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000048-55.2017.8.18.0108

Classe: Embargos à Execução

Autor: RONACY SOARES DE MORAES-ME, RONACY SOARES DE MORAES, GEIZEBEL HERNANE RIBEIRO MACHADO E SOARES, MARIA ALCIONE RIBEIRO BARBOSA

Advogado(s): ALYSSON LAYON SOUSA SOBRINHO(OAB/PIAUÍ Nº 13304)

Réu: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - BNB

Advogado(s): HELVECIO VERAS DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 4202)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.510. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000112-02.2016.8.18.0108

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): ISABEL BERNARDO DE OLIVEIRA(OAB/CEARÁ Nº 6814), HELVECIO VERAS DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 4202)

Executado(a): RONACY SOARES DE MORAES-ME, GEIZEBEL HERNANE RIBEIRO MACHADO E SOARES

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.511. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000151-62.2017.8.18.0108

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: VALDENI DIAS DE ARAÚJO

Advogado(s): THIAGO BRUNO DIAS(OAB/BAHIA Nº 39071)

Executado(a): MARCOS JOSÉ RIBEIRO GOMES

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.512. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000329-11.2017.8.18.0108

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): RENATA CRISTINA PRACIANO DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 15168)

Executado(a): JOSE EVANGELISTA VERAS

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.513. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000151-62.2017.8.18.0108

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: VALDENI DIAS DE ARAÚJO

Advogado(s): THIAGO BRUNO DIAS(OAB/BAHIA Nº 39071)

Executado(a): MARCOS JOSÉ RIBEIRO GOMES

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.514. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000106-24.2018.8.18.0108

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: VILMAR JOSÉ DA PAIXÃO

Advogado(s): JOAQUIM JOSE DA PAIXAO NETO(OAB/PIAUI Nº 8508)

Réu: MARIO CABRAL DA SILVA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.515. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000106-24.2018.8.18.0108

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: VILMAR JOSÉ DA PAIXÃO

Advogado(s): JOAQUIM JOSE DA PAIXAO NETO(OAB/PIAUI Nº 8508)

Réu: MARIO CABRAL DA SILVA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.516. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000038-11.2017.8.18.0108

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): FELIPE DANTAS DE CARVALHO(OAB/PIAUI Nº 15211)

Executado(a): JOSE DILSON PEREIRA DA SILVA

Advogado(s): ALYSSON LAYON SOUSA SOBRINHO(OAB/PIAUI Nº 13304)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.517. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000155-02.2017.8.18.0108

Classe: Embargos à Execução

Autor: JOSE DILSON PEREIRA DA SILVA, EDNA VERAS DA SILVA

Advogado(s): ALYSSON LAYON SOUSA SOBRINHO(OAB/PIAUI Nº 13304)

Réu: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): FELIPE DANTAS DE CARVALHO(OAB/PARAÍBA Nº 15132)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema

Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.518. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000032-33.2019.8.18.0108

Classe: Cumprimento de sentença

Exequente: CARLOS HENRIQUE DE MOURA VIEIRA

Advogado(s): THIAGO BRUNO DIAS(OAB/BAHIA Nº 39071)

Executado(a): AILTON EUGENIO VIEIRA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.519. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000033-18.2019.8.18.0108

Classe: Cumprimento de sentença

Exequente: CARLOS HENRIQUE DE MOURA VIEIRA

Advogado(s): THIAGO BRUNO DIAS(OAB/BAHIA Nº 39071)

Executado(a): AILTON EUGENIO VIEIRA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.520. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000007-79.2003.8.18.0108

Classe: Cumprimento de sentença

Requerente: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI, BEATRIZ ALVES DE MORAES FERREIRA

Advogado(s): PATRÍCIA MYLENA BORGES BARBOSA(OAB/PIAUI Nº 18926)

Requerido: GENIVALDO ALVES FERREIRA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.521. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000015-56.2003.8.18.0108

Classe: Cumprimento de sentença

Autor: JOSÉ CLAUDINO DE LIMA, O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): ANTONIO TITO PINHEIRO CASTELO BRANCO(OAB/PIAUI Nº 178-B)

Executado(a): CARLOS ALBERTO MARQUES DE CARVALHO

Advogado(s): FABIANA MENDES DE CARVALHO BARBOSA DA CRUZ(OAB/PIAUI Nº 4001)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.522. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000004-66.1999.8.18.0108

Classe: Cumprimento de sentença

Autor: JOAQUIM ANTONIO NETO

Advogado(s): RAIMUNDO MARLON REIS DE FREITAS(OAB/PIAUÍ Nº 2493)

Réu: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAES LANDIM, JOSE CIPRIANO DE SOUSA LIRA, JIDELTINA MARIA BORGES MAURIZ

Advogado(s): JOSÉ SANTANA MAURIZ(OAB/PIAUÍ Nº 2407)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.523. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000031-68.2007.8.18.0108

Classe: Inventário

Inventariante: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

Advogado(s): EDIMAR CHAGAS MOURAO (OAB/PIAUÍ Nº 3183)

Inventariado: JOSE HILÁRIO NETO

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.524. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000051-10.2017.8.18.0108

Classe: Embargos à Execução

Autor: RONACY SOARES DE MORAES-ME, RONACY SOARES DE MORAES, GEIZEBEL HERNANE RIBEIRO MACHADO E SOARES

Advogado(s): ALYSSON LAYON SOUSA SOBRINHO(OAB/PIAUÍ Nº 13304)

Réu: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): HELVECIO VERAS DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 4202)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.525. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000040-10.2019.8.18.0108

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: CARLOS ELEUTERIO DE HOLANDA

Advogado(s): GABRIEL SOUSA DE VASCONCELOS(OAB/PIAUÍ Nº 15099), RODRIGO SOARES LACERDA(OAB/PIAUÍ Nº 14742), YURI MENDES OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 15103)

Réu: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.526. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000030-83.2007.8.18.0108

Classe: Ação Civil Pública Cível

Autor: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL, COMPANHIA NERGÉTICA DO PIAUÍ-CEPISA

Advogado(s): SIDNEY FILHO NUNES ROCHA(OAB/PIAUÍ Nº 17870)

Réu:

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as

partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.527. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PAES LANDIM

Processo nº 0000288-88.2010.8.18.0108

Classe: Ação Civil de Improbidade Administrativa

Requerente: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI COMARCA DE PAES LANDIM

Advogado(s):

Requerido: ROBERTA ALVARENGA SALVADOR, EVA MARIA DA CONCEIÇÃO, MARLA PATRICIA M. DE ARAÚJO, ELINALDA MORAES DE CARVALHO MARQUES, ROSALINA EULÁLIA COELHO, JOSÉ LUÍS DE ARAÚJO SOARES, JOSÉLIA DE LACERDA DIAS PEREIRA, VALTALI-TANIA BORGES DE MORAES, BENTA EULÁLIA COELHO, CARMELITA COSTA DE CARVALHO, FRANCISCA ALVES FERREIRA, FRANCISCA MARIA DA SILVA, HOBSON NOVAIS DE SOUSA, HONORINDA DE SOUSA DIAS RODRIGUES, LAUDIANO SANTANA, MARIA LUCIA GONCALVES, MARIA VILANI DE ASSIS, NOÉ VIEIRA DOS SANTOS, RAIMUNDA NONATA DIAS PEREIRA, NEURACI LACERDA BORGES E SILVA, ASTROGILDO SANTANA FILHO, MARIA DE FÁTIMA CARVALHO ARAÚJO

Advogado(s): FELLIPE RONEY DE CARVALHO ALENCAR(OAB/PIAÚI Nº 8824), FABIO MARQUES DE LIMA(OAB/PIAÚI Nº 9548)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PAES LANDIM, 13 de outubro de 2020

CAROLINE MARIA NOBREGA FERREIRA

Servidor Designado - 28917

15.528. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

Processo nº 0000055-15.2015.8.18.0109

Classe: Cumprimento de sentença

Autor: OSMAR MODESTO NOGUEIRA JÚNIOR

Advogado(s): ANDRE ROCHA DE SOUZA(OAB/PIAÚI Nº 6992)

Réu: O MUNICÍPIO DE RIACHO FRIO-PI

Advogado(s): FRANCISCO DE ASSIS ALVES DE NEIVA(OAB/PIAÚI Nº 4521)

Vistos etc.

Tendo em vista a petição da parte autora (Protocolo de Petição Eletrônico. Nº 0000055-15.2015.8.18.0109.5005), EXPEÇA-SE o ofício ao Banco do Brasil para que proceda a transferência dos seguintes valores, conforme comprovantes juntados aos autos: a) R\$ 5.373,75 (cinco mil, trezentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos); e b) R\$ 1.175,03 (um mil, cento e setenta e cinco reais e três centavos), em favor de OSMAR MODESTO NOGUEIRA JÚNIOR, CPF: 420.817.773-04, Conta corrente: 19.159-0, Agência: 0609-2, Banco do Brasil.

ENCAMINHEM-SE com o ofício cópia deste despacho e dos comprovantes de depósito retrocitados.

Advirto à instituição financeira que, após a realização da transferência, deverá encaminhar a este Juízo os respectivos comprovantes.

15.529. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

Processo nº 0000051-75.2015.8.18.0109

Classe: Cumprimento de sentença

Autor: LAURENE MACIEL SILVA

Advogado(s): ANDRE ROCHA DE SOUZA(OAB/PIAÚI Nº 6992)

Réu: O MUNICÍPIO DE RIACHO FRIO-PI

Advogado(s): FRANCISCO DE ASSIS ALVES DE NEIVA(OAB/PIAÚI Nº 4521)

Vistos etc.

Cuida-se de petição apresentada por LAURENE MACIEL SILVA indicando o equívoco no despacho proferido em 24/09/2020.

Assiste razão integralmente à autora, uma vez que fora determinada a transferência de valor superior ao que lhe cabia, conforme termo de acordo contido nos autos.

Ante o exposto, REVOGO o despacho anterior, proferido em 24/09/2020, e DETERMINO a expedição de novo ofício ao Banco do Brasil para a transferência de R\$ 4.382,66 (quatro mil trezentos e oitenta e dois reais e sessenta e seis centavos) e seus eventuais acréscimos, em favor da credora, Laurene Maciel Silva, CPF: 212.284.853-72, restando autorizada, desde logo, a transferência do numerário para conta bancária de sua titularidade a seguir especificada: Conta Corrente: 10.963-0; Agência 0609-2; Banco do Brasil.

15.530. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

Processo nº 0000057-09.2020.8.18.0109

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DO ESTADO DE PIAUÍ, ABDIAS MORAIS NETO

Advogado(s):

Réu:

Advogado(s):

Vistos etc.

1. ACAUTELEM-SE os presentes autos em Secretaria até a efetiva localização do acusado OU até o término dos prazos de suspensão e prescrição, na forma do art. 366 do CPP.

Ocorrendo qualquer das hipóteses, retornem conclusos.

2. CERTIFIQUE-SE no caderno processual de nº 0000085-21.2013.8.18.0109 a abertura dos presentes autos, por ora, de forma exclusiva no sistema.

15.531. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ

Processo nº 0000244-61.2013.8.18.0109**Classe:** Cumprimento de sentença**Autor:** LEONOR RIBEIRO DA SILVA**Advogado(s):** ELIOMAR CASTRO FERNANDES(OAB/PIAÚI Nº 2317/92)**Réu:** BANCO BMG**Advogado(s):** FABIO FRASATO CAIRES(OAB/PIAÚI Nº 13278)

Altere-se no sistema ThemisWeb para cumprimento de sentença.

Intime-se a parte executada, através de seu(s) procurador(es) para efetuar o pagamento do débito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência da multa de 10% e do acréscimo dos honorários advocatícios de 10%, nos termos do art. 523, §1º do NCPC.

Decorrido o prazo sem pagamento, expeça-se de imediato mandado de penhora e avaliação.

15.532. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PARNAGUÁ**Processo nº** 0000044-49.2016.8.18.0109**Classe:** Cumprimento de sentença**Autor:** AURELIO REINAN NASCIMENTO SILVA, GOMERINO LOPES DA SILVA**Advogado(s):** MARCUS AURELIO ARRAIS GUIDA(OAB/PIAÚI Nº 13168), MIGUEL ALVES GUIDA NETO(OAB/PIAÚI Nº 2583)**Réu:****Advogado(s):**

Vistos, etc.

INTIME-SE o Exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar memória atualizada de cálculo com o fito de viabilizar as medidas constritivas, sob pena de indeferimento e arquivamento, na forma do art. 801 do CPC.

15.533. DESPACHO - 1ª VARA CRIMINAL DE PARNAÍBA**Processo nº** 0000642-04.2020.8.18.0031**Classe:** Ação Penal de Competência do Júri**Réu:** JESSICA DA SILVA ARAUJO**Advogado(s):** HELEN DANIELE SOUSA DOS SANTOS(OAB/PIAÚI Nº 8673)

Assim, intem-se a defesa e o MP para que no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre intenção de produzir outras provas. Caso nada requeiram, encerro a instrução processual e determino a remessa dos autos às partes para apresentação das alegações finais, no mesmo prazo e de forma sucessiva.

15.534. SENTENÇA - 1ª VARA CRIMINAL DE PARNAÍBA**Processo nº** 0000701-89.2020.8.18.0031**Classe:** Ação Penal - Procedimento Ordinário**Réu:** JOSE DE RIBAMAR RODRIGUES DE SOUSA**Advogado(s):** DEFENSOR PÚBLICO

EX POSITIS, julgo PROCEDENTE a denúncia para condenar o acusado JOSÉ DE RIBAMAR RODRIGUES DE SOUSA de alcunha 'ZEZINHO' nas penas do artigo 157, §§ 2º, II e VII, e 2º-A, I, do Código Penal.

15.535. SENTENÇA - 1ª VARA CRIMINAL DE PARNAÍBA**Processo nº** 0001541-70.2018.8.18.0031**Classe:** Ação Penal de Competência do Júri**Vítimas:** CLAUDIOMAR FREITAS DA SILVA- ADRYAN SANTOS SILVA**Advogado(s):** JONATÂN TIMÓTEO BRANDÃO LIMA(OAB/PI nº 16.861)**Réu:** FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS**Advogado(s):** DR. CARLOS EDUARDO M COUTINHO -OAB/PI 10.702

"(...) Em face de todo o exposto, o único caminho é a pronúncia do acusado. EX POSITIS, JULGO PROCEDENTE a pretensão ministerial e, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, PRONUNCIO o acusado FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS,, devidamente qualificado nos autos, como incurso nos artigos 121, § 2º, IV e 129, § 1º, I, todos do Código Penal para que se submeta a julgamento pelo Tribunal do Júri.

15.536. SENTENÇA - 1ª VARA CRIMINAL DE PARNAÍBA**Processo nº** 0001882-96.2018.8.18.0031**Classe:** Ação Penal de Competência do Júri**Réu:** GEOVANE ALISSON SOUSA**Advogado(s):** DEFENSOR PÚBLICO

"(...)Em face de todo o exposto, o único caminho é a pronúncia do acusado. EX POSITIS, JULGO PROCEDENTE a pretensão ministerial e, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, PRONUNCIO o acusado GEOVANE ALISSON SOUSA, devidamente qualificado nos autos, como incurso no art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V (contra a vítima David Soares Maciel), art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V (contra a vítima Paulo Henrique Lima Caldas), artigos 148, 211, 212, 347, todos do Código Penal e art. 1º, II, da Lei nº 9455/97; e art. 244-B do ECA para que se submeta a julgamento pelo Tribunal do Júri.

15.537. SENTENÇA - 1ª VARA CRIMINAL DE PARNAÍBA**Processo nº** 0001589-97.2016.8.18.0031**Classe:** Ação Penal - Procedimento Ordinário**Réu:** GEOVANE INACIO CARDOSO**Advogado(s):** CARLOS EDUARDO MARQUES COUTINHO-OAB/PI 10702

"(...) Ante o exposto, diante do longo lapso temporal transcorrido desde a data do recebimento da denúncia até a presente data, julgo extinto o feito sem julgamento do mérito, com fundamento no artigo 485, VI, do Código de Processo Civil, cumulado com o artigo 3º, do Código de Processo Penal, ante a nítida falta de interesse de agir e ainda nos termos do art. 107 c/c 109, inc. VI, do Código Penal Brasileiro, decreto a extinção da pretensão punitiva por parte do Estado e, conseqüentemente, determino o arquivamento dos autos com baixa na distribuição e demais cautelas legais..

15.538. DESPACHO - 1ª VARA CRIMINAL DE PARNAÍBA

Processo nº 0000842-11.2020.8.18.0031

Classe: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal

Autor:

Advogado(s): NATANAEL DO NASCIMENTO GOMES JUNIOR(OAB/PIAÚI Nº 14931)

Réu: RONIE FRANCISCO DOS SANTOS COSTA

Advogado(s): FRANCISCO FABIO OLIVEIRA DIAS(OAB/PIAÚI Nº 4896)

Aguarde-se a realização da audiência designada e conforme Portaria nº 1295/2020 - PJPI/CGJ/GABJACOR/GABJACORJUD, de 22 de abril de 2020, foi instituído pelo Tribunal de justiça do Estado do Piauí a utilização da plataforma de videoconferência CISCO WEBEX OU ou do SKYPE FOR BUSINESS, INTEGRANTE DO OFICCE 365, como ferramentas na realização das audiências em processos que possuem caráter de urgência.

Informo que não é necessária a instalação do aplicativo CISCO WEBEX no computador para ingressar na sala virtual onde ocorrerá a videoconferência, tendo em vista que é possível nela ingressar diretamente no navegador de internet, e ainda, para ingressar na sala virtual da videoconferência pelo celular é necessário a instalação do aplicativo CISCO WEBEX. em nenhum caso será exigida a criação de uma conta no site <https://www.webex.com.br>, sendo preciso tão somente, a realização da identificação através de nome e e-mail no momento do ingresso para sala virtual de videoconferência que deverá ser feito por meio do seguinte link:

[HTTPS://CNJ.WEBEX.COM/CNJ-PT/J.PHP?MTID=MFE6F533E1DFCCDD96E2AB716290ED03F](https://CNJ.WEBEX.COM/CNJ-PT/J.PHP?MTID=MFE6F533E1DFCCDD96E2AB716290ED03F)

Ressalta-se que esse link deverá ser acessado no dia e horário da audiência designada nos autos, qual seja: 25 DE NOVOBRO DE 2020 ÀS 08:10 HORAS;

A seguir um procedimento alternativo do ingresso da referida sala virtual: 1- acessar o site <https://www.webex.com.br/>;

2- clicar na aba "entrar";

3-inserir o número da reunião, qual seja, 173 031 9588 pressione "ENTER";

4- inserir a senha da reunião, qual seja 5qPHk5TPu52 e pressione "ENTER"

5-Entrar em reunião.

15.539. DECISÃO - 1ª VARA CRIMINAL DE PARNAÍBA

Processo nº 0000536-91.2010.8.18.0031

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: .MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAÚI

Advogado(s): MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA AMORIM(OAB/PIAÚI Nº 1539/85)

Réu: EDINARDO ALBUQUERQUE SOUSA

Advogado(s): FAMINIANO ARAÚJO MACHADO(OAB/PIAÚI Nº 3516)

Dessa feita, declaro o trânsito em julgado da sentença condenatória e determino a expedição de mandado de prisão em face do sentenciado, EDINARDO ALBUQUERQUE SOUSA, haja vista o regime inicial fixado (semiaberto).

Do mesmo modo, cumpra-se na íntegra as determinações do édito condenatório e após cumprimento do mandado, expedição da guia definitiva e cadastro no sistema "SEEU", proceda-se com o arquivamento destes autos.

15.540. DECISÃO - 1ª VARA CRIMINAL DE PARNAÍBA

Processo nº 0001222-34.2020.8.18.0031

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Requerente: CENTRAL DE FLAGRANTES DA COMARCA DE PARNAÍBA - PI

Advogado(s):

Réu: FABRICIO JUNIO DOS SANTOS ROCHA

Advogado(s): EDILSON MARQUES FONTENELE JUNIOR(OAB/PIAÚI Nº 10126)

Portanto, INDEFIRO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO e mantenho o decreto prisional preventivo do denunciado, com fundamento na garantia da ordem pública e aplicação da lei penal (art. 312 do CPP).

Após citação e apresentação da resposta à acusação, retornem os autos conclusos para designação de audiência de instrução e julgamento.

15.541. DECISÃO - 1ª VARA CRIMINAL DE PARNAÍBA

Processo nº 0004561-45.2013.8.18.0031

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Requerente: CENTRAL DE FLAGRANTES DE PARNAÍBA-PI

Advogado(s):

Réu: MARCELO ROBERTO ALVES DA SILVA, WELKER DIVINO DA SILVA

Advogado(s): JOSÉ BOANERGES DE OLIVEIRA NETO(OAB/PIAÚI Nº 5491), MARCIO ARAUJO MOURAO(OAB/PIAÚI Nº 8070)

Nesse sentido, atendendo ao disposto no art. 589, do CPP, mantenho a decisão de não-recebimento das apelações, carreada aos autos em epígrafe, ao tempo em que determino a remessa do presente recurso ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí com as saudações de estilo.

15.542. SENTENÇA - 1ª VARA CRIMINAL DE PARNAÍBA

Processo nº 0001051-77.2020.8.18.0031

Classe: Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico

Requerente: DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DE PARNAÍBA-PI

Advogado(s):

Requerido: JOSE EDILSON LIMA FONTENELE

Advogado(s):

Diante do exposto, EXTINGO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC.

Sem custas.

15.543. DECISÃO - 1ª VARA CRIMINAL DE PARNAÍBA

Processo nº 0001302-95.2020.8.18.0031

Classe: Ação Penal de Competência do Júri

Requerente: CENTRAL DE FLAGRANTES DE PARNAÍBA - PIAÚI

Advogado(s):

Réu: FRANCISCO MARIO VERAS FERREIRA

Advogado(s): ANTONIO DE PADUA CARDOSO DE OLIVEIRA FILHO(OAB/PIAÚI Nº 8660)

RECEBO a denúncia oferecida contra FRANCISCO MÁRIO VERAS FERREIRA, qualificado nos autos, pela suposta prática de crimes tipificados nos artigos 121, §2º, II, III, IV e VII e 121, §2º, II, III, IV e VII, c/c 14, II, na forma do art. 69, todos do Código Penal.

(...) Portanto, corroborando com parecer ministerial, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA DO DENUNCIADO, com fundamento na garantia da ordem pública e aplicação da lei penal (art. 312 do CPP).

15.544. DESPACHO - 1ª VARA CRIMINAL DE PARNÁIBA

Processo nº 0003130-15.2009.8.18.0031

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Réus: ANTONIO CARLOS DA CONCEICAO e ANTONIO WILSON CORDEIRO CASTRO

Advogado(s): SAULO VIANA VERAS(OAB/PIAÚI Nº 8928)

Tendo em vista que o Ministério Público já apresentou suas alegações finais, intimem-se a defesa dos acusados, para no prazo legal apresentar as alegações finais em forma de memoriais.

15.545. DESPACHO - 1ª VARA CRIMINAL DE PARNÁIBA

Processo nº 0000009-42.2010.8.18.0031

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Réu: EVALDO DA SILVA FONTENELE, JOAO DA LUZ DA CRUZ

Advogado(s): ELAINE DE SOUSA ALVES LIMA(OAB/PIAÚI Nº 5486), IRANILDO DE ARAUJO LIMA(OAB/PIAÚI Nº 7592), KELVIN SILVA PAIVA(OAB/PIAÚI Nº 16077)

A Drª ELAINE DA SOUSA ALVES LIMA - OAB/PI 5486, foi intimado via DJe, a fim de apresentar as alegações finais no prazo legal do seu cliente EVALDO DA SILVA FONTENELE, tendo sido movimentado(a) no sistema em 09/09/2020 e disponibilizado no Diário nº 8983, página 149, na Quarta-feira, 9 de Setembro de 2020, computando-se a publicação na Quinta-feira, 10 de Setembro de 2020, e até a presente data não o fez.

Determino mais uma vez a intimação da douta advogada no DJE para apresentar suas alegações finais, com a advertência que em caso de omissão será oficiado a OAB/PI subseção de Parnaíba para providências cabíveis, tendo em vista que sua é tipificada no art. 34, XI, do EAOAB como falta disciplinar punível com censura.

15.546. EDITAL - 2ª VARA DE PARNÁIBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (2ª Vara de PARNÁIBA)

Processo nº 0002453-43.2013.8.18.0031

Classe: Imissão na Posse

Requerente: PORTO DAS BARCAS ENERGIA S/A, PORTO SALGADO ENERGIA S/A

Advogado(s): DAVID ANTUNES DAVID(OAB/MINAS GERAIS Nº 84928), CRISTIANO AMARO RODRIGUES(OAB/MINAS GERAIS Nº 84933), MARCOS EDMAR RAMOS ALVARES DA SILVA(OAB/MINAS GERAIS Nº 110856)

Requerido: SARA ROCHA FERNANDES SILVA, DORIVAL CARDOSO DOS SANTOS, DORIVAL CARDOSO DOS SANTOS, DORIVAL CARDOSO DOS SANTOS

Advogado(s):

SENTENÇA:

Tendo em vista o que consta dos autos, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, a fim de confirmar a liminar anteriormente deferida para imitir a parte autora definitivamente na posse da servidão em tela, instituindo-se a Servidão Administrativa descrita na exordial. Via de consequência JULGA-SE EXTINTO o presente feito com resolução de mérito, com fulcro no disposto no art. 487, I do CPC. A parte requerida fica desde já autorizada a levantar os valores referentes à indenização depositados em conta judicial, conforme comprovantes de fl. 135.

Condeno parte requerida, o espólio de Helena Pessoa Rocha, representado por sua inventariante Sara Rocha Fernandes Silva, ao pagamento das custas e honorários advocatícios na ordem de 10% (dez por cento), o qual, todavia, permanecerá em condição suspensiva, visto que defiro os benefícios da gratuidade da Justiça.

Expeça-se mandado ao Cartório de Registro de Imóveis competente para registro da servidão.

15.547. ATO ORDINATÓRIO - 2ª VARA DE PARNÁIBA

Processo nº 0001642-98.2004.8.18.0031

Classe: Procedimento Comum Cível

Requerente: ECO ADVENTURE TOUR LTDA, MARCOS VINICIUS MIRANDA FONTELES

Advogado(s): GISLENE ARAUJO DOS SANTOS(OAB/null Nº null), JOSE CICERO FERREIRA FILHO(OAB/PIAÚI Nº 6858), CÍCERO DE SOUSA BRITO(OAB/PIAÚI Nº 2387)

Requerido: ALAN COSTA MACHADO, FRANCISCO IELDSON DE PAIVA

Advogado(s): BRAULIO JOSE DE CARVALHO ANTÃO(OAB/PIAÚI Nº 4747), IVNA RACHEL MENDES SILVA(OAB/PIAÚI Nº 4370-B) DANIEL MIRANDA CARDOSO - OAB PI11208

ATO ORDINATÓRIO (Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI) Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.548. SENTENÇA - 2ª VARA CRIMINAL DE PARNÁIBA

Processo nº 0003289-45.2015.8.18.0031

Classe: Processo de Apuração de Ato Infracional

Autor:

Advogado(s):

Menor Infrator: JESSIANE DA SILVA DE SOUSA, ANA BEATRIZ DO NASCIMENTO BRITO

Advogado(s):

Ex positis, em razão da falta de interesse processual, EXTINGO O PROCESSO em face de J. DA S. DE S. e A. B. DO N. B., com fulcro no art. 485, inc. IV, do CPC.

15.549. EDITAL - 3ª VARA DE PARNÁIBA

AVISO DE INTIMAÇÃO (3ª Vara de PARNÁIBA)

Processo nº 0002157-26.2010.8.18.0031

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARIANA GONÇALVES DE ALMEIDA, MONAMISA DOS SANTOS GONCALVES

Advogado(s): MARCOS ANTONIO SIQUEIRA DA SILVA(OAB/PIAÚI Nº 1638)

Réu: JOSÉ RAMIRO DE ALMEIDA

Advogado(s):

INTIMO o Defensor Público - Dr. Marcos Antonio Siqueira da Silva, do despacho a seguir transcrito, tendo em vista que decorreu o prazo de suspensão.

DESPACHO: Diante da possibilidade de acordo pelas partes, defiro o pedido de suspensão da ação por 30 (trinta) dias.

Após o decurso do prazo, vistas ao patrono da causa para requerer o que entender pertinente.

PARNAÍBA, 28 de junho de 2019

ZELVÂNIA MÁRCIA BATISTA BARBOSA

Juiz(a) de Direito da 3ª Vara da Comarca de PARNAÍBA

15.550. EDITAL - VARA ÚNICA DE PAULISTANA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de PAULISTANA)

Processo nº 0000075-05.2019.8.18.0064

Classe: Carta Precatória Criminal

Deprecante: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA - TERESINA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO DPAUI, AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, MARSIARELLI DA FONSECA FERREIRA BATISTA, ALCEMARRY NOBRE ARRAIS

Deprecado: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PAULISTANA-PI, JOSIELTON NOBRE ARRAIS, MARIA DE JESUS SOARES GOMES

Advogado: SORAINÉ DE VANESSA GOMES SOARES(OAB/PIAÚI Nº 5157)

DESPACHO: DESIGNO audiência para o dia 14/10/2020 às 09:40 horas, na sala de audiência deste Juízo. Em conformidade com a Resolução nº 314/2020 do CNJ c/c Portaria Nº2331/2020, que determina a realização de audiências por meio de videoconferência pela ferramenta Cisco Webex, a testemunha/parte deverá: a) Informar e-mail para viabilizar o acesso ao sistema de videoconferência Cisco Webex no dia da audiência; ou b) Comparecer ao fórum local para participar da audiência virtual por equipamentos especialmente preparados para esse fim, nos termos da Recomendação nº. 9/2020 PAULISTANA, 30 de setembro de 2020. DENIS DEANGELIS BRITO VARELA, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de PAULISTANA.

15.551. EDITAL - VARA ÚNICA DE PAULISTANA

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de PAULISTANA)

Processo nº 0000634-69.2013.8.18.0064

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Requerente: A JUSTIÇA PÚBLICA

Réu: JOAQUIM AMADEU DE ARAÚJO

Advogado: DANIEL BATISTA LIMA(OAB/PIAÚI Nº 6825)

SENTENÇA: Isto posto, com fulcro nos dispositivos legais já mencionados, em especial o art. 387 do CPP, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL, de ordem a CONDENAR o Sr. JOAQUIM AMADEU DE ARAÚJO nas sanções previstas no art. 14 da Lei 10.826. PAULISTANA, 9 de julho de 2018. TALLITA CRUZ SAMPAIO, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de PAULISTANA

15.552. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000990-90.2015.8.18.0065

Classe: Ação Civil Pública Cível

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: MUNICÍPIO DE LAGOA DO SÃO FRANCISCO

Advogado(s): DANIELLE MARIA DE SOUSA ASSUNCAO REINALDO(OAB/PIAÚI Nº 7707), PABLO RODRIGUES REINALDO(OAB/PIAÚI Nº 10049), VALBER DE ASSUNÇÃO MELO(OAB/PIAÚI Nº 1934)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.553. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001157-78.2013.8.18.0065

Classe: Alvará Judicial

Requerente: MARIA APARECIDA DE JESUS SOARES DE SOUSA, VANESSA MARIA SOARES DE SOUSA, ANDREZA MARIA SOARES DE SOUSA

Advogado(s):

Réu:

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.554. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000631-14.2013.8.18.0065

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: FRANCISCO ADRIANO DA SILVA SANTOS, GENITORA: ANTONIA DA SILVA SANTOS

Advogado(s): ISABEL CAROLINE COELHO RODRIGUES(OAB/PIAÚI Nº 5610)

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

Advogado(s): LUCAS NUNES CHAMA(OAB/PARÁ Nº 16956)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.555. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000517-07.2015.8.18.0065

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO BRADESCO S.A

Advogado(s): ALESSANDRA AZEVEDO ARAUJO FURTUNATO(OAB/PIAÚI Nº 11826)

Executado(a): L BARROSO COSTA ME, LEOMARIA BARROSO COSTA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.556. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001087-61.2013.8.18.0065

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: BANCO ITAU (ITAU UNIBANCO S.A)

Advogado(s): MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA(OAB/MINAS GERAIS Nº 91811)

Réu: DIEGO ANTONIO MARTINS ALVES

Advogado(s): JOSÉ WILSON CARDOSO DINIZ(OAB/PIAÚI Nº 2523)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.557. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000371-29.2016.8.18.0065

Classe: Reintegração / Manutenção de Posse

Autor: AZAEL CARDOSO DE MACEDO

Advogado(s):

Requerido: RAIMUNDO CARDOSO NETO

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.558. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000277-18.2015.8.18.0065

Classe: Alvará Judicial

Requerente: LUCINETE PEREIRA UCHOA, LAYLA FARIZA UCHOA, LUCIJAÍRO VENÍCIO UCHOA

Advogado(s): JOSUE BRAGA CAMPELO NETO(OAB/PIAÚI Nº 245)

Réu:

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.559. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000301-46.2015.8.18.0065

Classe: Inventário

Requerente: ANTONIO LINO RIBEIRO, EDUARDO ALVES RIBEIRO, LUCIANA ANTERO DE OLIVEIRA SOUTO RIBEIRO, ELDIR ALVES RIBEIRO, MONICA ALVES BARROS, MARCIO ROGERIO MELO SANTOS, IVONE ALVES RIBEIRO

Advogado(s):

Réu:

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.560. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000593-02.2013.8.18.0065

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MENOR - V. P. DE S., GENITORA: TERESINHA BEZERRA PEREIRA MENDES

Advogado(s): RAIMUNDO LUIS ALVES DA SILVA(OAB/PIAÚI Nº 7098), ISABEL CAROLINE COELHO RODRIGUES(OAB/PIAÚI Nº 5610)

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Advogado(s): MANUELLE LINS CAVALCANTI BRAGA(OAB/PIAÚI Nº 10203)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.561. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000756-74.2016.8.18.0065

Classe: Alvará Judicial

Requerente: ANTONIA RAQUEL FERREIRA SOUSA, EDMILSON FERREIRA NEVES

Advogado(s):

Réu:

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.562. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001028-10.2012.8.18.0065

Classe: Mandado de Segurança Cível

Autor: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PEDRO II, ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): MARCIO BARBOSA DE CARVALHO SANTANA(OAB/PIAÚI Nº 6454), BRUNO FERREIRA CORREIA LIMA(OAB/PIAÚI Nº 3767)

Réu: PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRO II - PI, O SR. ALVIMAR OLIVEIRA DE ANDRADE

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.563. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000412-98.2013.8.18.0065

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARLI PEREIRA GONÇALVES

Advogado(s): DEFENSORIA PUBLICA(OAB/PIAÚI Nº)

Réu: MUNICÍPIO DE LAGOA DO SÃO FRANCISCO

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.564. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000701-94.2014.8.18.0065

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: JOÃO BORGES DE OLIVEIRA NETO

Advogado(s): ISABEL CAROLINE COELHO RODRIGUES(OAB/PIAÚI Nº 5610)

Réu: WLADIMIR LYRA DOS SANTOS

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.565. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000807-61.2011.8.18.0065

Classe: Usucapião

Usucapiente: FRANCISCO FLORÊNCIO DA SILVA

Advogado(s):

Usucapido: HERDEIROS DE JANUÁRIO FERREIRA DA COSTA E SALVADOR DE SOUSA UCHOA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.566. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001075-13.2014.8.18.0065

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARIA DO SOCORRO ARAUJO DE SANTANA, RAIMUNDO PENAFORTE AUGUSTO DE SANTANA

Advogado(s): FRANCISCO EUGÊNIO CARVALHO GALVÃO(OAB/PIAÚI Nº 4118)

Réu: LOJAS RENER S/A

Advogado(s): NARA DE ALENCAR MARQUES DE SIQUEIRA(OAB/PIAÚI Nº 4761), RICARDO LOPES GODOY(OAB/MINAS GERAIS Nº 77167)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.567. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000231-97.2013.8.18.0065

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: MUNICÍPIO DE PEDRO II-PI

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.568. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II**Processo nº** 0000465-50.2011.8.18.0065**Classe:** Procedimento Comum Cível**Autor:** MARIA DAS CRAÇAS DE OLIVEIRA**Advogado(s):****Réu:** MUNICÍPIO DE PEDRO II-PI**Advogado(s):**

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.569. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II**Processo nº** 0000149-95.2015.8.18.0065**Classe:** Procedimento Comum Cível**Autor:** MARIA DO CARMO GALVÃO SANTOS**Advogado(s):** ISABEL CAROLINE COELHO RODRIGUES(OAB/PIAÚI Nº 5610)**Réu:** MUNICÍPIO DE PEDRO II, ESTADO DO PIAÚI**Advogado(s):**

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.570. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II**Processo nº** 0000133-44.2015.8.18.0065**Classe:** Procedimento Comum Cível**Autor:** FRANCISCO ADAILDO RODRIGUES PAIVA**Advogado(s):** ISABEL CAROLINE COELHO RODRIGUES(OAB/PIAÚI Nº 5610)**Réu:** MUNICÍPIO DE PEDRO II, ESTADO DO PIAÚI**Advogado(s):**

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.571. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II**Processo nº** 0000156-97.2009.8.18.0065**Classe:** Procedimento Sumário**Autor:** IMELDA BARROSO DE OLIVEIRA**Advogado(s):** WAGNER PASSOS DA SILVA(OAB/PIAÚI Nº 4923)**Réu:** INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Advogado(s):

Intimem-se as partes para ciência do RPV expedido nos autos.

15.572. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000017-87.2005.8.18.0065

Classe: Ação Civil Pública Cível

Autor: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PEDRO II - PI

Advogado(s): JOSE RIBAMAR COELHO FILHO(OAB/PIAÚI Nº 10489)

Réu: MUNICÍPIO DE PEDRO II-PI

Advogado(s): FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA JUNIOR(OAB/PIAÚI Nº 4075)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.573. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000084-47.2008.8.18.0065

Classe: Ação Trabalhista - Rito Ordinário

Autor: LUIZA DE SOUSA COSTA

Advogado(s): MARIANO LOPES SANTOS(OAB/PIAÚI Nº 5783)

Réu: MUNICÍPIO DE PEDRO II-PI

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.574. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000176-78.2015.8.18.0065

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: CLEIDE MARIA MELO DE OLIVEIRA

Advogado(s): ISABEL CAROLINE COELHO RODRIGUES(OAB/PIAÚI Nº 5610)

Réu: MUNICÍPIO DE PEDRO II (PI)

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.575. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000232-48.2014.8.18.0065

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ADEMAR LIMA SANTOS

Advogado(s): JOSUE BRAGA CAMPELO NETO(OAB/PIAÚI Nº 245-B)

Réu: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.576. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001022-66.2013.8.18.0065

Classe: Ação Civil de Improbidade Administrativa

Autor: MUNICÍPIO DE PEDRO II - PIAÚI

Advogado(s): BRUNO FERREIRA CORREIA LIMA(OAB/PIAÚI Nº 3767)

Réu: ALVIMAR OLIVEIRA ANDRADE

Advogado(s): CLARISSA HELENA COSTA BASTOS(OAB/PIAÚI Nº 13325), FERNANDO FERREIRA CORREIA LIMA(OAB/PIAÚI Nº 6466), MÁRCIO BARBOSA DE CARVALHO SANTANA(OAB/PIAÚI Nº 6454), IGOR SOARES DE ARAUJO(OAB/PIAÚI Nº 12285)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.577. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001224-09.2014.8.18.0065

Classe: Mandado de Segurança Cível

Autor: CLEYTON LUSTOSA LIMA

Advogado(s): MARCELO AGUIAR CARVALHO(OAB/PIAÚI Nº 4649)

Réu: MUNICÍPIO DE PEDRO II-PI, NEUMA MARIA CAFÉ BARROSO

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.578. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000795-76.2013.8.18.0065

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): ALEXANDRE PACHECO LOPES FILHO(OAB/PIAÚI Nº 5525), FABRICIO CARVALHO AMORIM LEITE(OAB/PIAÚI Nº 7861), ANTONIO DO NASCIMENTO COSTA(OAB/PIAÚI Nº 13901)

Executado(a): ARISTEU BARROS DE ALBUQUERQUE, MARIA ALVES DOS SANTOS LIMA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.579. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000583-55.2013.8.18.0065

Classe: Ação Civil Pública Cível

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: LUIZ EMILSON DE SOUSA, MARIA DE FATIMA TORRES DE SOUSA, THIAGO BARBOSA TORRES DE SOUSA, ANDERSON FRANCISCO TORRES DE SOUSA, TATIANA MARIA TORRES DE SOUSA

Advogado(s): ABIMAEAL ALVES DE HOLANDA(OAB/PIAÚI Nº 221591), ABIMAEAL ALVES DE HOLANDA(OAB/PIAÚI Nº 2215/91)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.580. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000936-32.2012.8.18.0065

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): FRANCISCA MARIA BARBOSA CARDOSO(OAB/PIAÚI Nº 11004), THALYTA MEDEIROS VIEIRA(OAB/PIAÚI Nº 6577)

Executado(a): F M DA SILVA MERCADORIAS MEE, MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS SOUSA SILVA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.581. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000091-92.2015.8.18.0065

Classe: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança

Autor: GERARDO JURACI CAMPELO LEITE SOBRINHO

Advogado(s): BRENO KARELL LIMA LEITE(OAB/PIAÚI Nº 10791), CIPRIANO JOSÉ LEITE NETO(OAB/PIAÚI Nº 3703)

Réu: MUNICÍPIO DE PEDRO II-PI

Advogado(s): MARCOS RANGEL SANTOS DE CARVALHO(OAB/PIAÚI Nº 8525)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.582. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000200-14.2012.8.18.0065

Classe: Nunciação de Obra Nova

Autor: AVELINO PINHEIRO DOS SANTOS E SUA ESPOSA, TERESINHA DE JESUS SILVA PINHEIRO

Advogado(s): JOSUE BRAGA CAMPELO NETO(OAB/PIAUI Nº 245), JOSUE BRAGA CAMPELO NETO(OAB/PIAUI Nº 245-B)

Réu: IRISMAR CARNEIRO DE ANDRADE E SUA ESPOSA

Advogado(s): ABIMAEAL ALVES DE HOLANDA(OAB/PIAUI Nº 2215/91)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.583. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000713-16.2011.8.18.0065

Classe: Usucapião

Usucapiente: MARCOS LAÉRCIO BANÍCIO MATIAS

Advogado(s): EDILSON COSTA DA CRUZ(OAB/PIAUI Nº 7752)

Réu:

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.584. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000829-80.2015.8.18.0065

Classe: Procedimento Sumário

Autor: COSMA CARDOSO DE SOUSA

Advogado(s): FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAUI Nº 11570)

Réu: BANCO BCV S.A.

Advogado(s): CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA(OAB/SÃO PAULO Nº 327026), RODRIGO SCOPEL(OAB/RIO GRANDE DO SUL Nº 40004)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.585. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000451-61.2014.8.18.0065

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: AURICÉLIA DE SOUSA BARROSO

Advogado(s):

Réu: O MUNICÍPIO DE PEDRO II - PI

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.586. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000053-80.2015.8.18.0065

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: RAIMUNDO NONATO BEZERRA DA CRUZ

Advogado(s):

Réu: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ- IAPEP/ PLANTA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.587. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000717-14.2015.8.18.0065

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: WALÉRIA PINHEIRO RUBENS, ROBSON PINHEIRO RUBEM, CESAR DA COSTA SILVA, JOÃO BATISTA ROMUALDO ALVES, FÁBIO CHAVES DA SILVA

Advogado(s): FRANKLIN DANE DE OLIVEIRA GALVÃO(OAB/PIAUI Nº 4904), ESMAELA PEREIRA DE MACEDO ARAUJO(OAB/PIAUI Nº 10677)

Réu: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, GOVERNADOR WELLINGTON DIAS

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.588. EDITAL - VARA ÚNICA DE PEDRO II

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de PEDRO II)

Processo nº 0000251-78.2019.8.18.0065**Classe:** Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal**Autor:****Advogado(s):****Réu:** EDVAN COSTA DE OLIVEIRA**Advogado(s):**

SENTENÇA: Decido. Em razão da perda do objeto, com o superveniente pedido do Ministério Público pelo arquivamento do presente procedimento, revogo as medidas anteriormente deferidas e determino a extinção do processo sem resolução do mérito, com supedâneo no art.485, inciso VI, do CPC e consequente arquivamento dos autos. Sem custas. P.R.I.C.

15.589. EDITAL - VARA ÚNICA DE PEDRO II

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de PEDRO II)

Processo nº 0000205-55.2020.8.18.0065**Classe:** Ação Penal - Procedimento Ordinário**Autor:** MPE**Requerido:** JOSE ANCHIETA PEREIRA, GERARDO NUNES DO NASCIMENTO, JANIEL DA SILVA PINHO**Advogado(s):** MARCELO VIEIRA COSTA(OAB/CEARÁ Nº 27409-B)

DESPACHO: Intime-se o advogado subscritor da petição de fl. 108 para que junte procuração assinada pelo réu Janiel da Silva Pinho dentro do prazo de 10 dias.Documento assinado eletronicamente por KILDARY LOUCHARD OLIVEIRA COSTA, Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de PEDRO II

15.590. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II**Processo nº** 0000787-65.2014.8.18.0065**Classe:** Ação Civil de Improbidade Administrativa**Autor:** O MUNICÍPIO DE PEDRO II - PI**Advogado(s):**

Réu: ALVIMAR OLIVEIRA ANDRADE, ELEONORA MARIA ALVES COSTA ANDRADE, M. F. DISTRIBUIDORA E LIVRARIA LTDA, FUNDAÇÃO JOÃO DO VALE, R. DE S. CARVALHO MEE - MERCADINHO OPÇÃO, KI BOM SUPERMERCADO LTDA, GRAFITE & CIA LTDA MEE, COOPERATIVA DE TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA - CTS

Advogado(s): AURÉLIO LOBÃO LOPES(OAB/PIAÚI Nº 3810)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.591. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II**Processo nº** 0000026-39.2011.8.18.0065**Classe:** Procedimento Comum Cível**Autor:** SIMONAL ALVES BARROS**Advogado(s):** FLAVIO ALMEIDA MARTINS(OAB/PIAÚI Nº 3161)**Réu:** MUNICÍPIO DE PEDRO II-PI**Advogado(s):**

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.592. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II**Processo nº** 0000394-48.2011.8.18.0065**Classe:** Procedimento Comum Cível**Autor:** FRANCISCA DAS CHGAS PEREIRA DA SILVA**Advogado(s):** FLAVIO ALMEIDA MARTINS(OAB/PIAÚI Nº 3161)**Réu:** MUNICÍPIO DE PEDRO II-PI**Advogado(s):**

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.593. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000042-03.2005.8.18.0065

Classe: Reintegração / Manutenção de Posse

Requerente: BRENDA VALÉRIA HOLANDA VIANA, JOÃO PAULO DE SOUZA NETO, PAULO HENRIQUE LEITE BARROS, JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS LEITE

Advogado(s): JOSE RIBAMAR COELHO FILHO(OAB/PIAÚI Nº 10489), FRANCISCO WELLIDON SARAIVA DOS REIS(OAB/PIAÚI Nº 16586)

Requerido: MUNICÍPIO DE PEDRO II-PI

Advogado(s): FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA JUNIOR(OAB/PIAÚI Nº 4075)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.594. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000250-74.2011.8.18.0065

Classe: Inventário

Inventariante: FRANCISCO MENDES NOGUEIRA, ADRIANA NOGUEIRA LIMA FREIRE, TERESINHA NOGUEIRA PINHEIRO

Advogado(s): JOSÉ REBELLO FREIRE NETO(OAB/PIAÚI Nº 5200), MAURO BENICIO DA SILVA JÚNIOR(OAB/PIAÚI Nº 2646), JOSUE BRAGA CAMPELO NETO(OAB/PIAÚI Nº 245-B), ADRIANA NOGUEIRA LIMA FREIRE(OAB/PIAÚI Nº 2877)

Inventariado: RAIMUNDA ROSA DE LIMA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.595. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000339-63.2012.8.18.0065

Classe: Mandado de Segurança Cível

Autor: VIVIANE GONÇALVES FERREIRA GALVÃO LEITE

Advogado(s): FRANKLIN DANE DE OLIVEIRA GALVÃO(OAB/PIAÚI Nº 4904)

Réu: REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAÚI - UESP, SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.596. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000341-33.2012.8.18.0065

Classe: Mandado de Segurança Cível

Autor: WESLEY BARROS DA SILVA

Advogado(s): FRANKLIN DANE DE OLIVEIRA GALVÃO(OAB/PIAÚI Nº 4904)

Réu: REITOR-CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.597. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000740-28.2013.8.18.0065

Classe: Ação Civil de Improbidade Administrativa

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: ELEONORA MARIA ALVES COSTA ANDRADE

Advogado(s): UANDERSON FERREIRA DA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 5456)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.598. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000572-84.2017.8.18.0065

Classe: Cumprimento de sentença

Exequente: JOSÉ EDUARDO UCHOA MARTINS, RAIMUNDA UCHOA DA LUZ MARTINS

Advogado(s):

Executado(a): ANTONIO MARTINS DE OLIVEIRA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.599. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001434-55.2017.8.18.0065

Classe: Ação de Alimentos

Requerente: KETLLYN DO NASCIMENTO CORREIA, JANAIANA ALVES DO NASCIMENTO

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA(OAB/PIAUÍ Nº 2818)

Requerido: CAIQUE ALVES CORREIA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.600. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001239-70.2017.8.18.0065

Classe: Ação de Alimentos

Requerente: ANTONIA EMANUELLY DOS SANTOS OLIVEIRA, FRANCILENE FEITOSA DOS SANTOS

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA(OAB/PIAUÍ Nº 2818)

Requerido: FRANCISCO LEANDRO DO NASCIMENTO OLIVEIRA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.601. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000610-62.2018.8.18.0065

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: ANTONIO EDMILSON DA SILVA

Advogado(s):**Réu:****Advogado(s):**

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.602. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000755-55.2017.8.18.0065**Classe:** Divórcio Litigioso**Autor:** MARIA LUCIANA DE SOUSA MONTEIRO, ANTONIO JAILSON GOMES MELO**Advogado(s):** DEFENSORIA PÚBLICA(OAB/PIAUÍ Nº 2818)**Réu:****Advogado(s):**

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.603. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000871-61.2017.8.18.0065**Classe:** Guarda**Requerente:** ANTONIO GONÇALVES MAIA, JOANA CAVALCANTE VERAS MAIA, CARLOS MANOEL MARTINS CAVALCANTE**Advogado(s):** ALAIRTON BARROSO CASTEDO NUNES(OAB/PIAUÍ Nº 8682)**Requerido:** MARIA ALVES MARTINS DE SOUSA**Advogado(s):**

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.604. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000516-51.2017.8.18.0065**Classe:** Ação de Alimentos**Requerente:** DOUGLAS DOS SANTOS GOMES, RAIMUNDA DOS SANTOS DE SOUSA**Advogado(s):****Requerido:** FABIANO GOMES DA SILVA**Advogado(s):**

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.605. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001462-23.2017.8.18.0065**Classe:** Ação de Alimentos**Requerente:** MATEUS DE SOUSA PINHEIRO, MARIA DE LOURDES DE SOUSA LOPES**Advogado(s):** DEFENSORIA PÚBLICA(OAB/PIAUÍ Nº 2818)**Requerido:** ANTONIO ALVES PINHEIRO**Advogado(s):**

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.606. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000773-76.2017.8.18.0065

Classe: Ação de Alimentos

Requerente: MARIA RAUANA DE SOUSA RODRIGUES, RAUL DE SOUSA RODRIGUES, EDINALDO RODRIGUES DA SILVA

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA(OAB/PIAUI Nº 2818)

Requerido: MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA ARAÚJO

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.607. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000245-42.2017.8.18.0065

Classe: Divórcio Litigioso

Autor: MARCELO TEIXEIRA DA SILVA

Advogado(s): ABIMAEAL ALVES DE HOLANDA(OAB/PIAUI Nº 221591)

Réu: MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA DA SILVA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.608. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000157-04.2017.8.18.0065

Classe: Ação de Alimentos

Requerente: GRAZIELLY DA LUZ RODRIGUES, ALINE DA LUZ RODRIGUES

Advogado(s):

Requerido: FERNANDO JOSE OLIVEIRA MONTEIRO

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.609. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001471-82.2017.8.18.0065

Classe: Cumprimento de sentença

Exequente: JOSE EMANUEL SÓTERO HIGINO, JAQUELINE SÓTERO DE OLIVEIRA

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA(OAB/PIAUI Nº 2818)

Executado(a): EMIDIO DERYKYS COSTA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.610. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001389-51.2017.8.18.0065

Classe: Divórcio Litigioso

Autor: LUIS GOMES DA SILVA

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA(OAB/PIAUI Nº 2818)

Réu: MARIA ODETE DE SOUSA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as

partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.611. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000444-11.2010.8.18.0065

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: JOÃO DE SOUSA LIMA

Advogado(s): MATHEUS STECCA(OAB/PIAÚI Nº 6194-A)

Réu: INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.612. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000405-96.2019.8.18.0065

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor:

Advogado(s):

Requerido: ADÃO PEREIRA DA SILVA

Advogado(s):

Homologado judicialmente o acordo, ao MP para fins do art. 28-A,§6º, do CPP. KILDARY LOUCHARD DE OLIVEIRA COSTA Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de PEDRO II

15.613. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000502-67.2017.8.18.0065

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: DOMINGAS BARBOSA DOS SANTOS

Advogado(s): FRANCISCA TELMA PEREIRA MARQUES(OAB/PIAÚI Nº 11570)

Réu: BANCO CIFRA L - GE CAPITAL

Advogado(s): MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI(OAB/PIAÚI Nº 8203-A)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.614. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000203-56.2018.8.18.0065

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: JOSE RIBAMAR RIBEIRO

Advogado(s): LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA(OAB/PIAÚI Nº 4027-A), ANA PIERINA CUNHA SOUSA(OAB/PIAÚI Nº 15343)

Réu: BANCO FICSA S.A

Advogado(s): PAULO ROBERTO VIGNA(OAB/SÃO PAULO Nº 173477)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.615. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001030-04.2017.8.18.0065

Classe: Usucapião

Usucapiente: ISABEL DE SOUSA SILVA

Advogado(s): ABIMAEAL ALVES DE HOLANDA(OAB/PIAÚI Nº 221591), ANA DEUSA TEIXEIRA DO AMARAL GALVÃO(OAB/PIAÚI Nº 15311)

Usucapido: ANASTÁCIO LEONARDO DE CARVALHO

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.616. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000263-63.2017.8.18.0065

Classe: Ação Civil de Improbidade Administrativa

Autor: MUNICÍPIO DE PEDRO II, ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s): ISABEL CAROLINE COELHO RODRIGUES(OAB/PIAÚI Nº 5610)

Réu: NEUMA MARIA CAFÉ BARROSO, JOSÉ HEVERTON DE OLIVEIRA, KELVENY HÁLISSON FONTENELE DE ANDRADE

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.617. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001070-83.2017.8.18.0065

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MAXIMILIANO GOMES DE CASTRO OLIVEIRA

Advogado(s): MARCOS FRANCISCO CAMPELO(OAB/PIAÚI Nº 9477), GUSTAVO DE CASTRO NERY(OAB/PIAÚI Nº 9918)

Réu: MUNICÍPIO DE PEDRO II-PI

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.618. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000177-92.2017.8.18.0065

Classe: Alvará Judicial

Requerente: GILSONE DE SOUZA SILVA, GEICYARA DE SOUZA SILVA, MARIA DOS REIS DE SOUSA, GILDOMAR DA SILVA ALVES

Advogado(s):

Réu:

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.619. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000344-12.2017.8.18.0065

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: VALÉRIA ALVES MEMÓRIA

Advogado(s): MAURO BENICIO DA SILVA JÚNIOR(OAB/PIAÚI Nº 2646)

Réu: EDIVALDO JOSÉ DA SILVA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.620. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000173-55.2017.8.18.0065

Classe: Guarda

Requerente: ANTONIO DA SILVA ARAUJO, DANIEL SILVA DE ARAUJO

Advogado(s):

Réu:

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.621. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000520-88.2017.8.18.0065

Classe: Interdição

Interditante: LUIZA MARIA DOS SANTOS MACEDO, AURENI MARIA DOS SANTOS MACEDO

Advogado(s): ABIMAEAL ALVES DE HOLANDA(OAB/PIAÚI Nº 221591), ABIMAEAL ALVES DE HOLANDA(OAB/PIAÚI Nº 2215)

Interditando: NADIA MARIA DOS SANTOS OLIVEIRA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as

partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.622. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000967-76.2017.8.18.0065

Classe: Execução de Alimentos Infância e Juventude

Exequente: JOSÉ ROBSON PEREIRA DE CARVALHO, REJANE PEREIRA DA SILVA

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA(OAB/PIAÚI Nº 2818)

Executado(a): ANTONIO UCHOA DA SILVA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.623. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000814-77.2016.8.18.0065

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MARIA AUCILENE SOUSA SOARES, ANTONIO JOSE BRASIL

Advogado(s): NIVALDO RIBEIRO FILHO(OAB/PIAÚI Nº 6743)

Réu: MARIA ALCIMONE SOUSA BRASIL, MARIA DO ROSÁRIO DE JESUS BRASIL

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.624. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000693-49.2016.8.18.0065

Classe: Guarda

Requerente: MARIA DA CONCEIÇÃO SALES VIEIRA, HENRIQUE RODRIGUES DE ALMEIDA SALES

Advogado(s):

Requerido: DAYANA RODRIGUES DE ALMEIDA, FRANCISCO DANICÉLIO SALES VIEIRA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.625. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000046-54.2016.8.18.0065

Classe: Averiguação de Paternidade

Requerente: ANTONIA ISABELLA BRITO DE MORAES, ANA LÍDIA BRITO DE MORAES

Advogado(s):

Requerido: JOSE FRANCISCO ASSIS SAMPAIO

Advogado(s): FRANCISCO DARIO MARTINS NETO(OAB/CEARÁ Nº 27098)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.626. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II**Processo nº** 0001129-08.2016.8.18.0065**Classe:** Guarda**Requerente:** PATRICIA RIBEIRO DE SOUSA, L. K. R. DA S,**Advogado(s):****Requerido:** RAIMUNDO WELLINGTON DA SILVA**Advogado(s):**

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.627. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II**Processo nº** 0000413-78.2016.8.18.0065**Classe:** Ação de Alimentos**Requerente:** TAINARA MARIA DE OLIVEIRA RIBEIRO, VANEUMA DE OLIVEIRA MARTINS**Advogado(s):****Requerido:** ANCELMO LIMA RIBEIRO**Advogado(s):**

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.628. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II**Processo nº** 0001457-35.2016.8.18.0065**Classe:** Procedimento Comum Cível**Autor:** VALDIRENE DA SILVA VIANA**Advogado(s):****Réu:** JOSÉ DA SILVA GOMES**Advogado(s):**

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.629. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II**Processo nº** 0001327-45.2016.8.18.0065**Classe:** Ação de Alimentos**Requerente:** JOSÉ GABRIEL DA SILVA UCHÔA, MARIA LETÍCIA ROCHA DDA SILVA**Advogado(s):** ANTONIO DOS SANTOS DA SILVA(OAB/PIAÚI Nº 12311)**Requerido:** JOSÉ UCHOA COSTA**Advogado(s):** JOSIANE MARIA SOTERO MARQUES(OAB/PIAÚI Nº 12804), ANA DEUSA TEIXEIRA DO AMARAL GALVÃO(OAB/PIAÚI Nº 15311)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.630. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000479-58.2016.8.18.0065

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: FILOMENA MARIA MOTA LIMA

Advogado(s):

Réu: FRANCISCO NAZARENO DOS SANTOS

Advogado(s): MAURO BENICIO DA SILVA JÚNIOR(OAB/PIAUI Nº 2646)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.631. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001577-78.2016.8.18.0065

Classe: Adoção

Adotante: PAULINA DA SILVA LIMA

Advogado(s):

Adotado: FABIANA DA SILVA LIMA, DALVA DA SILVA LIMA, FABIANO DA SILVA LIMA, CÍCERO VIEIRA LIMA, ANTONIA DA SILVA LIMA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.632. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001361-20.2016.8.18.0065

Classe: Divórcio Litigioso

Autor: TERESINHA DOS SANTOS SILVA GALENO

Advogado(s):

Réu: CARLOS HENRIQUE GALENO LIMA SILVA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.633. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000705-63.2016.8.18.0065

Classe: Ação de Alimentos

Requerente: ANTONIO DEYVID MORAES DE SOUSA SANTOS, FRANCISCA MORAES DE SOUSA

Advogado(s):

Réu:

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.634. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000692-64.2016.8.18.0065

Classe: Divórcio Litigioso

Autor: JOCILANE ARAUJO SILVA MOREIRA

Advogado(s): IVAN BENALY FERREIRA DA COSTA SILVA(OAB/PIAUI Nº 7935)

Réu: FRANCISCO DE SOUSA MOREIRA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.635. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000039-62.2016.8.18.0065

Classe: Ação de Alimentos

Requerente: VANESSA URÇULA DE OLIVEIRA, MARCOS DANILO URÇULA DE OLIVEIRA, ANDREZA URÇULA DE OLIVEIRA

Advogado(s):

Requerido: MARCOS ANDRÉ DE OLIVEIRA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.636. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000629-39.2016.8.18.0065

Classe: Ação de Alimentos

Requerente: FRANCISCO EDVAN PINHEIRO DOS SANTOS, JÚLIO CÉSAR PINHEIRO DOS SANTOS, ANA CELIA PINHEIRO DA SILVA

Advogado(s):

Requerido: EDVALDO DOS SANTOS GINO

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.637. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000219-78.2016.8.18.0065

Classe: Ação de Alimentos

Requerente: MARILLY LINHARES DE OLIVEIRA, KELLY DA SILVA LINHARES

Advogado(s):

Requerido: MARCONES OLINTO LINHARES

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.638. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000169-52.2016.8.18.0065

Classe: Execução de Alimentos Infância e Juventude

Exequente: ANTONIO GEOVANE DA COSTA SILVA, GENITORA: ANTONIA MARIA DA COSTA

Advogado(s):

Executado(a): GIL MEMÓRIA DA SILVA

Advogado(s): ANTONIO DOS SANTOS DA SILVA(OAB/PIAÚI Nº 12311)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.639. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001569-04.2016.8.18.0065

Classe: Cumprimento de sentença

Exequente: ANTONIA FRANCISCA DE JESUS

Advogado(s):

Executado(a): FRANCISCO DAS CHAGAS DE MORAES

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.640. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000923-91.2016.8.18.0065

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: ANA LUIZA VERLINDE,, SAMARA LAZZAROTTO VERLINDE

Advogado(s): DEFENSORIA PUBLICA(OAB/PIAÚI Nº)

Réu: GUILHERME DE SOUSA LORENZO

Advogado(s): IVANDRO NEGRELO MOREIRA(OAB/PARANÁ Nº 73455)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

PEDRO II, 13 de outubro de 2020

TARCIANA MARIA DOS SANTOS RÊGO

Auxiliar Judicial

15.641. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001558-72.2016.8.18.0065

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: MAXIMILIANO GOMES DE CASTRO OLIVEIRA

Advogado(s): GUSTAVO DE CASTRO NERY(OAB/PIAÚI Nº 9918)

Réu: MUNICÍPIO DE PEDRO II (PI)

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.642. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000723-84.2016.8.18.0065

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): MARIA ROSANGELA CHAVES BRAGA BARROSO(OAB/CEARÁ Nº 20675)

Executado(a): GILBERTO PAULO DE CASTRO ME, ANA MÁRCIA BARROSO CASTRO

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.643. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000826-91.2016.8.18.0065

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO BRADESCO S.A

Advogado(s): ALESSANDRA AZEVEDO ARAUJO FURTUNATO(OAB/PIAÚI Nº 11826)

Executado(a): ELIZABETE MARTINS DE ALMEIDA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.644. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000728-09.2016.8.18.0065

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): ALEXSANDRA DE LIMA(OAB/ALAGOAS Nº 13489A)

Executado(a): MANOEL ALVES DO NASCIMENTO

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.645. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000725-54.2016.8.18.0065

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogado(s): LARA ROLA BEZERRA DE MENEZES(OAB/BAHIA Nº 36368)

Executado(a): ANTONIO BRAGA MARTINS ME, JOÃO BRAGA MARTINS, TERESINHA DE ANDRADE SILVA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.646. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000252-68.2016.8.18.0065

Classe: Embargos à Execução

Autor: VICENTE DE SOUSA BRITO NETO, VALDENI DE SOUSA BRITO DE OLIVEIRA

Advogado(s): ANTONIO DOS SANTOS DA SILVA(OAB/PIAÚI Nº 12311)

Réu: BANCO BRADESCO S.A

Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAÚI Nº 9016)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.647. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000720-32.2016.8.18.0065

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO DO BRASIL S.A

Advogado(s): SERVIO TULIO DE BARCELOS(OAB/PIAÚI Nº 12008)

Executado(a): CONSTRUTORA MODULO LYDA

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.648. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000332-32.2016.8.18.0065

Classe: Execução de Título Extrajudicial

Exequente: BANCO BRADESCO S.A

Advogado(s): ALESSANDRA AZEVEDO ARAUJO FURTUNATO(OAB/PIAUI Nº 11826)

Executado(a): E BRANDÃO NASCIMENTO ME, EMANUEL BRANDÃO NASCIMENTO

Advogado(s):

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.649. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001453-61.2017.8.18.0065

Classe: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil

Retificante: ROSA LIMA DE OLIVEIRA

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA(OAB/PIAUI Nº 2818)

Réu:

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.650. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000739-38.2016.8.18.0065

Classe: Tutela Infância e Juventude

Tutelante: MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA SANTOS

Advogado(s):

Tutelado: RAIMUNDO NONATO DA SILVA DOS SANTOS

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.651. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0001426-15.2016.8.18.0065

Classe: Interdição

Interditante: ANTONIO ALVES LOIOLA

Advogado(s):

Interditando: RAFAEL ALVES LOIOLA

Advogado(s):

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.652. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE PEDRO II

Processo nº 0000579-13.2016.8.18.0065

Classe: Interdição

Interditante: AURENICE MARIA MARTINS SOUSA

Advogado(s):

Interditando: WALTER MARTINS DA SILVA

Advogado(s): AARAO ARAUJO DE OLIVEIRA(OAB/PIAÚI Nº 9688)

ATO ORDINATÓRIO

(Fundamentação legal: Provimento nº 020/2014, da CGJ/PI)

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º, incisos I, II e III, do Provimento nº 17 da Corregedoria, que disciplina sobre a faculdade de virtualização dos processos físicos distribuídos no sistema Themis Web para o Sistema Processual Judicial Eletrônico - PJe, FICAM por este INTIMADAS as partes, por seus respectivos procuradores, para que, no prazo de 10 (dez) dias, pratiquem os atos necessários para a regular habilitação no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe; ficando, ainda, INTIMADAS de que após a conclusão do procedimento de virtualização, o processo passará a tramitar exclusivamente no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, com o consequente cancelamento da distribuição no sistema Themis Web.

15.653. EDITAL - 1ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (1ª Vara de PICOS)

Processo nº 0000031-30.1992.8.18.0032

Classe: Procedimento Comum Cível

Exequente: BANCO DO ESTADO DO PIAUI S/A, MANOEL FRANCISCO LEAL

Advogado(s): JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA(OAB/PIAÚI Nº 12033), SERVIO TULIO DE BARCELOS(OAB/PIAÚI Nº 12008)

Executado(a): MARIA V. LEAL

Advogado(s):

DESPACHO: INTIMA-SE o advogado do banco para no prazo de 5 dias, manifestar-se sobre a certidão do oficial de justiça, datada 09/03/2020.

15.654. AVISO - 4ª VARA DE PICOS

Processo nº 0000540-47.2018.8.18.0032

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: PROMOTORIA FRANCISCO SANTOS

Advogado(s):

Réu: DANIEL MARIANO DA COSTA

Advogado(s): RAFAEL PINHEIRO DE ALENCAR(OAB/PIAÚI Nº 9002)

Tratam os autos de ação penal ofertada em desfavor de DANIEL MARIANO DA COSTA pelo cometimento dos delitos previstos no art. 155, § 1º e § 4º, incisos I e II, do Código Penal. Na audiência realizada em 04 de setembro de 2018, a conduta foi desclassificada para o delito previsto no art. 155, caput, do Código Penal e o Ministério Público propôs a suspensão condicional do processo pelo período de 02 (dois) anos, que foi aceita pelo acusado, mediante as seguintes condições: 1 ? Comparecimento semestral perante a Secretaria da 4ª Vara de Picos para justificar suas atividades e trazer cópias dos exames e declarações de comparecimento em consultas mensais estabelecidas pelo CREAS e pelo CAPS, do Município de Santo Antônio de Lisboa, nos dias 4 de fevereiro de 2019, 4 de setembro de 2019, 4 de fevereiro de 2020 e 4 de setembro de 2020. 2 ? Não alterar de endereço, nem ausentar-se do local onde reside por mais de 30 dias, sem autorização judicial. Foi acostada aos autos decisão que decretou a prisão preventiva do réu, em virtude de delito apurado na ação penal nº 0000247-43.2019.8.18.0032, supostamente cometido em 13 de fevereiro de 2019. O Ministério Público requereu a revogação do benefício, nos termos do ar. 89, §3º, da lei 9.099/95. É o relatório. Decido. O § 3º do artigo 89 da Lei nº 9.099/95 dispõe que será revogada a suspensão quando o beneficiário for processado por outro crime, vejamos Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal). (...) § 3º A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano. A suspensão condicional do processo, quando preenchidos os seus requisitos, é um direito subjetivo público do réu. Entretanto, deve-se revogar o benefício se o réu vier a ser processado por outro feito criminal ou descumprir as condições que ficou obrigado a observar. Se o beneficiário é processado no curso do período de prova, é obrigatória a revogação do benefício. Conforme se extrai dos autos e da consulta ao Sistema Themis Web, no curso da suspensão condicional do processo, o acusado veio a ser processado pela prática de novo crime durante o período de prova, sendo assim, em consonância com o parecer ministerial, **REVOGO o benefício da suspensão condicional do processo, nos termos do art. 89, §3º, da lei 9.0099/95. Considerando que a vítima, as testemunhas de acusação e defesa foram ouvidas, bem como interrogado o réu, revogada a suspensão condicional do processo, intime-se o Ministério Público e defesa para informar as diligências que desejam requerer, caso não haja requerimentos, abra-se vistas ao Ministério Público e intime-se a defesa para apresentarem suas alegações finais.** Expedientes necessários. Cumpra-se.

15.655. AVISO - 4ª VARA DE PICOS

Processo nº 0001634-98.2016.8.18.0032

Classe: Processo de Apuração de Ato Infracional

Requerente: DELEGADO DA 3ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE PICOS-PI

Advogado(s):

Requerido: LEYLA RAQUEL PEREIRA DE SOUSA, MAYLSON NATANAEL SILVA NASCIMENTO

Advogado(s): OZILDO HENRIQUE ALVES ALBANO(OAB/PIAÚI Nº 12491)

Tendo em vista a certidão às fls. retro, **intime-se novamente o advogado de MAILSON NATANAEL DO NASCIMENTO para apresentar alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa de 10 (dez) salários mínimos por abandono de causa (art. 265 do CPP), a qual deverá ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após o fim do prazo para apresentação da referida peça processual.** Não havendo manifestação no prazo acima mencionado, intime-se o requerido, na pessoa de seu representante legal, para no prazo de 05 (cinco) dias, constituir novo advogado a fim de apresentar suas alegações finais, sob pena de lhe ser nomeado Defensor Público. Caso decorrido o prazo para pagamento da multa acima fixada, oficie-se à Procuradoria do Estado do Piauí com as peças necessárias para inscrição em dívida ativa

15.656. EDITAL - 4ª VARA DE PICOS

AVISO DE INTIMAÇÃO (4ª Vara de PICOS)

Processo nº 0000901-30.2019.8.18.0032

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS /PI

Advogado(s):

Réu: LEANDRO HENRIQUE DA SILVA

Advogado(s): FRANCISCO DIAGO DE SOUSA DANTAS(OAB/PIAÚI Nº 16530)

DESPACHO: "Tendo em vista a Portaria nº 2121/2020, que determina o retorno gradual das atividades presenciais no Poder Judiciário a partir do dia 10/08/2020, a Portaria Nº 1020/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE, de 20 de março de 2020, que em seu art. 4º, § 3º dispõe que serão cumpridos pelos Oficiais de Justiça apenas os mandados urgentes, aqueles relativos à réu preso, e o art. 217 do Código de Normas da Corregedoria do

Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece o prazo de 18 (dezoito) dias para os Oficiais de Justiça cumprirem os mandados judiciais e a devolução à Vara de origem dos mandados enviados sem a observância deste prazo, **cancelo a audiência designada para o dia 25/08/2020 e designo para o dia 24/11/2020, às 10h45min, a continuação da audiência de instrução e julgamento...**"

15.657. DESPACHO - VARA ÚNICA DE PORTO

Processo nº 0000253-10.2017.8.18.0068

Classe: Ação Civil de Improbidade Administrativa

Autor: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: JOSE CHARLES FORTES CASTRO

Advogado(s): KASSIUS KLAY MATTOS OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 3838), SUÉLLEN VIEIRA SOARES(OAB/PIAUÍ Nº 5942)

Intimem-se as partes da data designada pelo Juízo Deprecado para realizar audiência, conforme ofício com o seguinte teor:

Excelentíssimo Senhor Juiz,

De ordem da MM. Juíza de Direito da Vara dos Registros Públicos desta Capital, Dra. Celina Maria Freitas de Sousa Moura, cumprimentando-o, e em atenção à diligência deprecada a esse Juízo, sirvo-me do presente para informar à V. Exa. sobre a redesignação de audiência para oitiva da testemunha FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO ARAÚJO, nos autos do processo em epígrafe, a ser realizada no dia 02/02/2021, às 10:00 horas, na sala de audiências desta Vara; bem assim, para querendo, intimar as partes e seus advogados do aludido ato.

Respeitosamente,

15.658. EDITAL - VARA ÚNICA DE REGENERAÇÃO

DESPACHO Vistos etc. DESIGNO a AUDIÊNCIA PRELIMINAR para o dia 25/11/2020 para os seguintes processos e horários: 10:00 - 153-51.2019.0079 10:30 - 293-85.2019.0079 11:00 - 292-03.2019.0079 11:30 - 280-86.2019.0079 12:00 - 087-71.2019.0079 12:30 - 277-68.2019.0079 13:00 - 278-19.2019.0079 ADVIRTA(M)-SE o(s) autor(es) do fato que deverá(ão) estar acompanhado(s) de Advogado ou Defensor Público. INTIME(M)-SE as vítimas, conforme o caso. INTIMEM-SE o MP e a DP e, caso queiram, informem e-mail até 15 dias antes da realização do ato para encaminhamento do link da audiência na eventualidade de ser realizada por videoconferência. EXPEÇA-SE e OFICIE-SE no que for necessário. Cumpra-se. REGENERAÇÃO, 29 de setembro de 2020 ALBERTO FRANKLIN DE ALENCAR MILFONT Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de REGENERAÇÃO

15.659. EDITAL - VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de SÃO MIGUEL DO TAPUIO)

Processo nº 0000694-15.2020.8.18.0026

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: DISTRITO POLICIAL DE CASTELO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Indiciado: JOSÉ MIGUEL INÁCIO DA SILVA

Advogado(s): GILVAN DE SOUSA RODRIGUES(OAB/PIAUÍ Nº 14555)

DECISÃO: Assim, considerando que a prisão preventiva do acautelado está devidamente fundamentada (art. 312, § 2º, CPP), no receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justificam a aplicação da medida adotada, tanto pelo juízo plantonista quanto por este, e, considerando-se ainda o teor do art. 313, III, CPP, bem como do art. 20 da Lei 11.340/2006 e art. 7º, ECA, percebe-se que, no momento, outra medida alternativa não há para ser aplicada senão a decretação da prisão preventiva. Diante de todo o exposto, RATIFICO E MANTENHO A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA de JOSÉ MIGUEL INÁCIO DA SILVA, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, de acordo com o disposto no art. 312 do Código de Processo Penal, com subsídio na garantia da ordem pública, bem como com fundamento na violação do art. 313, III, CPP, art. 20 da Lei 11.340/2006, art. 7º do ECA. Intime-se pessoalmente o órgão do Ministério Público. Intime-se o advogado do acautelado pelo diário. Notifique-se a autoridade policial para que envie a este juízo, no prazo de 10 dias, inquérito policial relativo a eventual crime previsto no art. 24-A da Lei 11.340/2006. Lavre-se o respectivo mandado de prisão preventiva, caso o mesmo ainda não tenha sido incluído no BNMP do CNJ. Providências e expedientes necessários. SÃO MIGUEL DO TAPUIO, 9 de outubro de 2020 ALEXANDRE ALBERTO TEODORO DA SILVA Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de SÃO MIGUEL DO TAPUIO

15.660. EDITAL - JECC SÃO RAIMUNDO NONATO - SEDE

AVISO DE INTIMAÇÃO (JECC São Raimundo Nonato - Sede de SÃO RAIMUNDO NONATO)

Processo nº 0000020-30.2008.8.18.0132

Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: HIGOR DA SILVA MACEDO

Advogado(s): ALEXANDRO DA SILVA MACÊDO(OAB/PIAUÍ Nº 4771)

Réu: PORTO SEGUROS CIA DE SEGUROS GERAIS

Advogado(s): ALESSANDRO MAGNO DE SANTIAGO FERREIRA(OAB/PIAUÍ Nº 2961), LARISSA ALVES DE SOUZA RODRIGUES(OAB/PIAUÍ Nº 16071)

DESPACHO:

Considerando que consta alvará judicial às fls. 114 dos autos, informe a parte autora/exequente qual o valor que considera ainda devido pela parte demandada nesta fase de cumprimento de sentença, apresentando os respectivos cálculos, no prazo de 05 (cinco) dias.

15.661. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE SIMÕES

Processo nº 0000066-13.2019.8.18.0074

Classe: Ação Penal - Procedimento Sumário

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: JOSÉ MIKAEL DOS REIS SOUSA

Advogado(s): FRANKLIN WILKER DE CARVALHO E SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 7589)

ATO ORDINATÓRIO: Faço vistas ao Procurador da parte Ré sobre a designação de audiência virtual para oitiva das testemunhas para o dia 10/02/2021, às 16h15min no Juízo Deprecado, Comarca de Angatuba/SP, e que as informações para a participação foram juntadas aos autos aos 13/10/2020 e que a Carta Precatória fora distribuída no Deprecante sob o n. 0000404-78.2020.8.26.0025.

15.662. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE SIMÕES

Processo nº 0000962-27.2017.8.18.0074

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: GERALDINO HERMINO DE SOUSA

Advogado(s): GUILHERME ANTUNES ALVES MENDES E SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 11532), AURÉLIO GABRIEL DE SOUSA ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 12406)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Advogado(s): FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 10480)

AVISO DE INTIMAÇÃO: Faço vistas ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a contestação.

15.663. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE SIMÕES

Processo nº 0001283-62.2017.8.18.0074

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: GERALDINO HERMINO DE SOUSA

Advogado(s): GUILHERME ANTUNES ALVES MENDES E SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 11532), AURÉLIO GABRIEL DE SOUSA ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 12406)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Advogado(s):

AVISO DE INTIMAÇÃO: Faço vistas ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a contestação.

15.664. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE SIMÕES

Processo nº 0000963-12.2017.8.18.0074

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: GERALDINO HERMINO DE SOUSA

Advogado(s): GUILHERME ANTUNES ALVES MENDES E SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 11532), AURÉLIO GABRIEL DE SOUSA ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 12406)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Advogado(s): WILSON SALES BELCHIOR(OAB/PIAUÍ Nº 9016)

AVISO DE INTIMAÇÃO: Faço vistas ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a contestação.

15.665. ATO ORDINATÓRIO - VARA ÚNICA DE SIMÕES

Processo nº 0000964-94.2017.8.18.0074

Classe: Procedimento Comum Cível

Autor: GERALDINO HERMINO DE SOUSA

Advogado(s): GUILHERME ANTUNES ALVES MENDES E SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 11532), AURÉLIO GABRIEL DE SOUSA ALVES(OAB/PIAUÍ Nº 12406)

Réu: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Advogado(s): FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES(OAB/PIAUÍ Nº 10480)

AVISO DE INTIMAÇÃO: Faço vistas ao Procurador da parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a contestação.

15.666. DESPACHO MANDADO - VARA ÚNICA DE SIMPLÍCIO MENDES

Processo nº 0000233-90.2020.8.18.0075

Classe: Medidas Protetivas - Estatuto do Idoso Criminal

Autor: MARIA LUIZA RODRIGUES

Advogado(s):

Réu: ALBERTO DA SILVA PEREIRA, FRANCISCO JOSÉ DA SILVA

Advogado(s): Designo para o dia 07 / 04 / 2021, às 12:45 horas, a realização de audiência preliminar do art. 72 da Lei 9.099. Intime(m)-se o (s) advogado (s), se for o caso. Notifique-se o representante do Ministério Público. Advirto que o autor do fato deverá comparecer à audiência designada acompanhado de advogado (FONAJE 09).

15.667. DESPACHO MANDADO - VARA ÚNICA DE SIMPLÍCIO MENDES

Processo nº 0000198-04.2018.8.18.0075

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor:

Advogado(s):

Réu: JOSÉ EDUARDO DE BRITO

Advogado(s): Intime-se a parte autora para comparecer à redesignação da audiência preliminar para proposição de ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL, designada para 07 de abril de 2021, às 13:00 horas no Fórum de Simplício Mendes - PI.

15.668. DESPACHO MANDADO - VARA ÚNICA DE SIMPLÍCIO MENDES

Processo nº 0000176-72.2020.8.18.0075

Classe: Termo Circunstanciado

Indiciante: 18ª DRPC - DELELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SIMPLÍCIO MENDES - PI

Advogado(s):

Autor do fato: FRANCISCO MARQUES DA SILVA

Advogado(s): Designo para o dia 09 / 02 / 2021, às 13:00 horas, a realização de audiência preliminar do art. 72 da Lei 9.099. Intime(m)-se o (s) advogado (s), se for o caso. Notifique-se o representante do Ministério Público. Advirto que o autor do fato deverá comparecer à audiência designada acompanhado de advogado (FONAJE 09).

15.669. DESPACHO MANDADO - VARA ÚNICA DE SIMPLÍCIO MENDES

Processo nº 0000159-07.2018.8.18.0075

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor:

Advogado(s):

Réu: HERNESTO FERREIRA DA SILVA

Advogado(s): Dos autos, observo que inexistente qualquer causa que autorize a absolvição imediata nos moldes delineados no art. 397 do Código de Processo Penal. Designo para o dia 18/05/2021, às 10:00 horas, a realização de audiência de oitiva de testemunhas e interrogatório do(s)

Réu(s). Intime(m)-se o (s) advogado(s). Notifique-se o representante do Ministério Público

15.670. EDITAL - VARA ÚNICA DE UNIÃO

AVISO DE INTIMAÇÃO (Vara Única de UNIÃO)

Processo nº 0000047-64.2020.8.18.0076

Classe: Ação Penal de Competência do Júri

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

Advogado(s):

Réu: CARLA VANESSA DE ALMEIDA, JOSÉ GABRIEL OLIVEIRA SILVA (VULGO BIEL), EDIMAR PORTELA (DIMAR), LUCAS MATHEUS MARQUES DE OLIVEIRA (VULGO MATEUSINHO), EDSON MARTINS PORTELA (VULGO FAROFA)

Advogado(s): ADAILTON DE OLIVEIRA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 4438), IRACY ALMEIDA GOES NOLÊDO(OAB/PIAUÍ Nº 233592)

DESPACHO: INTIMAR os advogados ADAILTON DE OLIVEIRA SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 4438), IRACY ALMEIDA GOES NOLÊDO(OAB/PIAUÍ Nº 233592), do despacho proferido no autos em epígrafe: " Redesigno para o dia 28/10/2020, às 08:30h, a audiência de instrução, por videoconferência."

15.671. DECISÃO - VARA CRIMINAL DE VALENÇA DO PIAUÍ

Processo nº 0000310-86.2020.8.18.0144

Classe: Auto de Prisão em Flagrante

Requerente: DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DA CIDADE DE VALENÇA DO PIAUÍ-PI

Advogado(s):

Requerido: ALAN PEREIRA DO NASCIMENTO, VINICIUS PABLO SOUZA SILVA, JAQUELINE VELOSO DE ARAÚJO

Advogado(s): GLEUTON ARAÚJO PORTELA(OAB/CEARÁ Nº 11777), JOYCE NARA DE SOUSA(OAB/PIAUÍ Nº 19282), FRANCISCO JEFFERSON DE SOUSA (OAB/PIAUÍ Nº 18938)

Neste diapasão, estando presentes os requisitos previstos nos artigos 311, 312, 313, I, e 318 do CPP, SUBSTITUO A PRISÃO PREVENTIVA DA ACUSADA JAQUELINE VELOSO DE ARAÚJO, já qualificada nos autos, POR PRISÃO DOMICILIAR. Outrossim, como dito acima, a fim de assegurar a completa eficácia da medida, julgo indispensável impor à custodiada o concomitante cumprimento das medidas cautelares abaixo listadas, cujo descumprimento injustificado, por mínimo que seja, importará na sua condução a estabelecimento prisional, devendo para tanto, ser expedida Carta Precatória ao juízo competente para fiscalização das condições abaixo impostas. 1) Indicar, no ato de intimação desta decisão, o local da residência onde ficará em prisão preventiva, que necessariamente deverá ser situado o município de São Luís do Piauí-PI (dado o endereço do comprovante de residência coligido e a procuração); 2) Informar, por ocasião de seu traslado, o nome, a qualificação e o grau de parentesco das pessoas com quem eventualmente compartilhe a habitação, estando a medida sujeita a reanálise em caso de coabitação com pessoas portadoras de maus antecedentes criminais, que figurem como réus em Ação Penal ou que não se comprometam a respeitar as restrições impostas neste decurso que, infelizmente, acabam por atingi-las; 3) Permanecer no imóvel ininterruptamente, estando proibida de deixá-lo sem prévia autorização judicial, ressalvadas as situações em que a natural demora da solicitação da saída, comprovadamente, possa importar em grave prejuízo a si ou a terceiros sob sua responsabilidade, a exemplo de indispensável atendimento médico em situação de urgência para salvar-se a si, a seus filhos ou a terceiras pessoas. Na última hipótese, somente será considerada regular a saída se não houver outra pessoa que possa adequadamente fazer o resgate, inclusive o SAMU; 4) Não receber visitas, excetuados seus parentes até 2º grau em linha reta ou colateral. Acaso haja dentre essas pessoas alguém que seja acusada de tráfico de drogas, a visita deverá ser previamente autorizada por este Juízo; 5) Manter-se incomunicável com o mundo extra muros da residência que vier a ser indicada, ficando proibida de estabelecer qualquer tipo de comunicação, seja por via telefônica, telemática, virtual, interpostas pessoas ou quaisquer outros; 6) Desativar sua linha telefônica e conta em rede sociais, no prazo de 24 horas, cuja comprovação deve ser juntada aos autos; 7) Não estabelecer qualquer tipo de contato com a pessoa que identificou como sendo o proprietário da droga apreendida (VINICIUS), devendo comunicar ao Juízo eventual tentativa de comunicação que por ele vier a ser implementada; 8) Não fazer uso de drogas ilícitas ou lícitas, inclusive bebidas alcoólicas; 9) Não praticar delitos de qualquer natureza. A fim de evitar alegação de desconhecimento ou errônea interpretação, em cumprimento a este decurso, o Oficial de Justiça deverá identificar pessoalmente a custodiada da imposição das medidas cautelares retro listadas, mediante leitura de seu inteiro teor. Intime-se à autoridade policial a fim de que promova o traslado da custodiada até o endereço que for por ela indicado. Por fim, expeça-se carta precatória alhures mencionada.

15.672. DECISÃO - VARA CRIMINAL DE VALENÇA DO PIAUÍ

Processo nº 0001238-82.2020.8.18.0032

Classe: Auto de Prisão em Flagrante

Requerente: DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE INHUMA PIAUÍ

Advogado(s):

Requerido: VALDINAR CIRILO DO NASCIMENTO

Advogado(s): GEOVANA APARECIDA SILVA OLIVEIRA(OAB/PIAUÍ Nº 18686), MARIA WILANE E SILVA(OAB/PIAUÍ Nº 9479)

Recebi hoje. Tendo em vista o conteúdo da certidão retro e sendo patente a incompetência absoluta deste juízo para processar e julgar o presente feito, bem como para adotar qualquer outra providência, ratifico o decurso retro, determinando o imediato arquivamento destes autos. VALENÇA DO PIAUÍ, 13 de outubro de 2020

15.673. DESPACHO - VARA CRIMINAL DE VALENÇA DO PIAUÍ

Processo nº 0000330-77.2020.8.18.0144

Classe: Auto de Prisão em Flagrante

Requerente: DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DA CIDADE DE VALENÇA DO PIAUÍ-PI

Advogado(s):

Requerido: RUDINÊ DOS SANTOS SILVA

Advogado(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ(OAB/PIAUÍ Nº)

Recebi hoje.

Diante do novel pleito de concessão da liberdade provisória sem fiança, retornem os autos ao Ministério Público para manifestação.

15.674. DESPACHO - VARA CRIMINAL DE VALENÇA DO PIAUÍ

Processo nº 0000342-91.2020.8.18.0144

Classe: Auto de Prisão em Flagrante

Requerente: 7ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE VALENÇA DO PIAUÍ/PI

Advogado(s):

Requerido: AVELINO FERNANDES MENESES NETO

Advogado(s):

Trata-se de comunicação de prisão em flagrante, registrada em desfavor de AVELINO FERNANDES MENESES NETO, nos autos qualificado, em razão da suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 140, caput, 147, caput, 163, parágrafo único, IV, todos do Código Penal e com viés de violência doméstica, além, do art. 306, caput, do CTB. Neste contexto, considerando a recomendação do CNJ, do Provimento da Corregedoria nº 62/2020 e previsão legal albergada no art. 310, §§3º e 4º, do CPP, DEIXO DE DETERMINAR A APRESENTAÇÃO DO AUTUADO PARA FINS DE REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA, razão pela qual abro vista dos autos ao Ministério Público e a Defensoria Pública (acaso não haja advogado habilitado) para manifestação acerca da prisão em flagrante, no prazo sucessivo de 03 (três) horas

15.675. DECISÃO - VARA CRIMINAL DE VALENÇA DO PIAUÍ

Processo nº 0001241-37.2020.8.18.0032

Classe: Auto de Prisão em Flagrante

Requerente: 7ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE VALENÇA

Advogado(s):

Requerido: EMANUEL LUCAS DE SOUSA ALVES

Advogado(s):

Neste contexto, com base nos documentos inquisitivos, RATIFICO ADECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE proferida pelo Juízo Plantonista, assim como MANTENHO A ORDEM DE LIBERDADE PROVISÓRIA MEDIANTE O PAGAMENTO DA FIANÇA FIXADA E CUMPRIMENTO CAUTELARES descritas na decisão mencionada.

Cientifique-se as partes. Cumpridas todas as diligências, aguarde-se em secretaria a juntada do inquérito policial.

16. EXPEDIENTE CARTORÁRIO**16.1. Edital para Publicação de Sentença de Interdição****2ª Publicação****EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO**

A Dra. ZELVÂNIA MÁRCIA BATISTA BARBOSA, Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de PARNAÍBA, por título e nomeação legais, na forma da lei, etc.

FAZ SABER ao que este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi decretada a **INTERDIÇÃO** de **MARIA APARECIDA DA SILVA SANTOS**, brasileira, solteira, sem profissão, portadora do RG nº 2007.0101.9827.8/SSP-CE [expedição: 06.06.2007] e do CPF nº 060.377.683-31, residente e domiciliada no mesmo endereço da autora, em trâmite pela 3ª Vara da Comarca de PARNAÍBA, por sentença, declarando a parte interdita relativamente incapaz de reger seus negócios e bens na vida civil, tendo sido nomeado curador o Sra. **ROSELENA DA SILVA NASCIMENTO**, brasileira, solteira, lavradora, ensino básico incompleto, portadora do RG nº 2.842.863/SSPPI [expedição: 28.03.2006] e do CPF nº 060.377.683-31, residente e domiciliada na Rua Santa Bárbara, nº 75, Bairro Alto Santa Maria, Parnaíba - PI, CEP 64.212-358 a qual prestará compromisso legal e bem exercer o munus, observadas as cautelas legais. A MMa. Juíza de Direito mandou expedir o presente edital que será publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias no Diário da Justiça, fixando-o no lugar de costume. Eu Assunção de Maria Maia Torres, Analista Judicial, digitei e subscrevo.

PARNAÍBA, 10 de setembro de 2020.

DRA. ZELVÂNIA MÁRCIA BATISTA BARBOSA

Juíza de Direito da Comarca da 3ª Vara da PARNAÍBA

16.2. EDITAIS DE PROCLAMAS

MARIA AUXILIADORA FURTADO BALUZ, titular do 1º OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL das Pessoas Naturais da cidade de PARNAÍBA, Estado PI, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER**, que pretendem casar-se e apresentaram documentos exigidos pelo Art. 1.525 do Código Civil Brasileiro, os nubentes abaixo relacionados: 1º) **JAMES CUNHA DA COSTA**, SOLTEIRO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, natural de PARNAÍBA - PI, filho de CEZARIA CUNHA DA COSTA; e **JULIANA RODRIGUES MACHADO**, SOLTEIRA, VENDEDOR(A), natural de PARNAÍBA - PI, filha de ZACARIAS DA SILVA MACHADO e MARIA DE JESUS RODRIGUES MACHADO; 2º) **FABIANO DA COSTA NASCIMENTO**, SOLTEIRO, SERVIÇOS GERAIS, natural de FORTALEZA - CE, filho de FRANCISCO DO NASCIMENTO e FRANCISCA DIOMAR DA COSTA; e **MARILENE DE SOUZA SANTOS**, SOLTEIRA, PESCADOR(A), natural de PARNAÍBA - PI, filha de LUIZ CARLOS DA SILVA SANTOS e MARIA DA GUIA DE SOUZA; 3º) **WESLEY SILVA SOARES**, SOLTEIRO, ANALISTA DE SISTEMAS, natural de TERESINA - PI, filho de EDMAR SOARES DA COSTA e ROSA MARIA FERREIRA DA SILVA; e **LUZIA RAQUEL CARDOSO DE ARAÚJO**, SOLTEIRA, AGENTE DE ENDEMIAS, natural de TERESINA - PI, filha de ROZEUDA CARDOSO DE ARAÚJO; 4º) **JONATHAN DE ARAUJO SANTOS**, SOLTEIRO, MECÂNICO, natural de PARNAÍBA - PI, filho de LAZARO CARDOSO DOS SANTOS e MARIA DAS GRAÇAS DE ARAUJO SANTOS; e **FRANCISCA MARIA CARVALHO DE SOUZA**, SOLTEIRA, CABELEIREIRO(A), natural de PARNAÍBA - PI, filha de JOSÉ CLAUDIO ARAUJO DE SOUZA e MARIA NEUSA LEOCADIO DE CARVALHO; 5º) **WILSON DE CASTRO SOUSA JÚNIOR**, SOLTEIRO, AUTÔNOMO(A), natural de PEDRO II - PI, filho de FRANCISCO WILSON DE CASTRO SOUSA e VIVIANE FERREIRA DO NASCIMENTO CASTRO; e **TIENE AZEVEDO CARDOSO BERNARDINO**, SOLTEIRA, AUTÔNOMO(A), natural de PARNAÍBA - PI, filha de FRANCISCO DAS CHAGAS BERNARDINO FILHO e SOLANGE AZEVEDO CARDOSO BERNARDINO; 6º) **JUNIO CESAR ROCHA SILVA**, SOLTEIRO, ATENDENTE, natural de PARNAÍBA - PI, filho de OTAVIANO COELHO SILVA e FRANCISCA ROCHA SILVA; e **ALANA LETÍCIA ALVES DE SOUSA**, SOLTEIRA, MANICURE/PEDICURE, natural de TUTOIA - MA, filha de MARIA VERIDENNES ALVS DE SOUSA; 7º) **JOÃO CRISÓSTOMO DE PAIVA SILVA**, SOLTEIRO, natural de PARNAÍBA - PI, filho de CRISÓSTOMO ARAUJO SILVA e MARIA FRANCELINA DE PAIVA SILVA; e **GEOVANA DE CARVALHO MENESES**, SOLTEIRA, AUTÔNOMO(A), natural de PARNAÍBA - PI, 8º) **WASHINGTON LUIZ CLEMENTE DOS SANTOS**, DIVORCIADO, natural de ALTOS - PI, filho de HERIQUE AURELIANO DOS SANTOS e MARIA DE JESUS CLEMENTE; e **FRANCISCA DAS CHAGAS MEIRELES DO NASCIMENTO**, CASADA, AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, natural de ARAIOSES - MA, filha de RAIMUNDO ALVES DA CUNHA e TERESA CARMINA DE SOUSA; 9º) **MARCELO LUCAS CUNHA CARDOSO**, SOLTEIRO, PROMOTOR DE VENDAS, natural de PARNAÍBA - PI, filho de LUIZ BATISTA CARDOSO e ANTONIA CRISTINA CUNHA CARDOSO; e **MARIANA SAVYA SILVA PENHA**, SOLTEIRA, PROFESSOR(A), natural de PARNAÍBA - PI, filha de ANTONIO SIRINO ROQUE DA PENHA e MARIA DOS SANTOS SILVA; 10º) **WILLYAN NASCIMENTO ARAUJO**, SOLTEIRO, ELETRICISTA DE AUTOMÓVEL, natural de SOBRAL - CE, filho de FRANCISCO JOSÉ DE ARAUJO e MARIA DAS NEVES NASCIMENTO ARAUJO; e **DALVA DOS SANTOS ALVES**, SOLTEIRA, CABELEIREIRO(A), natural de BURITI DOS LOPES - PI, filha de MARIA DO ROSARIO DOS SANTOS; 11º) **LUIZ FERNANDO RODRIGUES SERRA**, SOLTEIRO, ATENDENTE, natural de SAO LUIS - MA, filho de ARADI SILVA RODRIGUES SERRA e NNERVAL BRANDÃO SERRA; e **ANISLENE SILVA CUNHA**, SOLTEIRA, MOTORISTA, natural de FORTALEZA - CE, filha de RAIMUNDO NONATO PEREIRA DA CUNHA e RAIMUNDA NONATA DE ARAUJO SILVA; 12º) **WALDENES ARAUJO DO NASCIMENTO**, SOLTEIRO, BANCÁRIO(A), natural de NILOPOLIS - RJ, filho de JOSÉ MILTON DO NASCIMENTO e FRANCISCA ARAUJO DO NASCIMENTO; e **ANDRESSA MENDES DE SOUZA**, SOLTEIRA, EMPRESÁRIA, natural de PARNAÍBA - PI, filha de PAULO CESAR PEREIRA DE SOUZA e ELIANE MENDES DE SOUZA; 13º) **EVERALDO DE CARVALHO RIBEIRO**, SOLTEIRO, AUTÔNOMO(A), natural de COCAL - PI, filho de CESARIO ALVES RIBEIRO e ONESINDA DE CARVALHO RIBEIRO; e

EDNA MARIA MACHADO DA SILVA, SOLTEIRA, DOMÉSTICA, natural de COCAL - PI, filha de PERPETUO MAHCADO DA SILVA e MARIA ALZIRA MACHADO SILVA; 14º) **DIONES SOUZA CARVALHO**, SOLTEIRO, SERVICOS GERAIS, natural de LUIS CORREIA - PI, filho de MERVAL MARIANO CARVALHO FILHO e HELOISA SOUZA CARVALHO; e **MARIA LÚCIA FERREIRA LIMA**, SOLTEIRA, AUTÔNOMO(A), natural de PIRIPIRI - PI, Requereram habilitação para casamento. Quem tiver conhecimento de algum impedimento e ou causa suspensiva Art. 1.521 e 1.523 do Código Civil, poderá apresentá-lo por escrito perante este Cartório. MARIA AUXILIADORA FURTADO BALUZ Oficial(a)

16.3. PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 0806922-24.2017.8.18.0140

CLASSE: DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)

ASSUNTO(S): [Dissolução]

REQUERENTE: WALTER DA CONCEICAO RODRIGUES

REQUERIDO: ELDA MARIA AMANCIO RODRIGUES

SENTENÇA

Vistos, etc.,

Tratam os presentes autos de **Ação de Divórcio Litigioso**, proposta por **WALTER DA CONCEIÇÃO RODRIGUES**, via Defensoria Pública, em face de **ELDA MARIA AMANCIO RODRIGUES**, todos qualificados, conforme razões consubstanciadas em evento nº 154994. Juntou documentos a partir de evento nº 154995, necessários à instrução do feito.

Despacho de evento nº 232888, determinando a intimação da parte autora, por intermédio de sua Defensora Pública, para emendar a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, providenciando a regularização do referido feito, sob pena de indeferimento.

Emenda à inicial em evento nº 724772, apresentada pelo requerente, prestando as informações corretas, em atendimento ao despacho de evento supra.

Alega, em síntese, o requerente que contraiu núpcias com a requerida no dia 24 de outubro de 1988, sob o regime da comunhão parcial de bens, conforme certidão de casamento acostado aos autos, e que desta união advieram 3 (três) filhos, maiores e capazes; Diz, ainda, o requerente, que durante o casamento, o casal não adquiriu bens a serem partilhados. Requereu ao final, a procedência do pedido, com a consequente decretação do divórcio e expedição do mandado de averbação ao Cartório Competente, bem assim pela gratuidade da justiça e condenação da requerida em custas processuais.

Despacho de evento nº 7121793, deferindo a gratuidade da justiça, e designando data para realização da Audiência de Conciliação/Mediação, oportunidade em que, presentes as partes, e proposta a conciliação, esta restou infrutífera, sendo em seguida, aberto o prazo para a requerida contestar a ação, conforme se infere de termo de evento nº 8038530.

A requerida regularmente intimada, no entanto, não apresentou nenhuma manifestação, como se depreende de certidão de evento nº 10296218, motivo pelo qual, decreto sua revelia, sem a incidência de seus efeitos, nos termos do art. 345, II, do Código de Processo Civil.

Manifestação do requerente, em evento nº 9133260, via sua Defensora Pública, reiterando os termos constantes da inicial, e ao final pleiteando pelo julgamento antecipado do mérito, com fulcro no art. 355, incisos I e II, do CPC, decretando-se o divórcio das partes, nos termos do Art. 226, §6º da CF.

Partes maiores e capazes, desnecessária, portanto, a intervenção do Ministério Público no presente feito.

É o breve relatório, fundamentado e decido:

A presente ação foi distribuída em 07/06/2017. Noticiam os autos, que o casal encontra-se separado de fato há mais de 22 (vinte e dois) anos.

O requerente pleiteia a presente ação, com fundamento na separação de fato entre as partes. A requerida, embora regularmente citada, não respondeu aos termos da presente ação, razão porque foi decretada sua revelia.

Demais disso, considerando a natureza da presente demanda, basta a manifestação da vontade de qualquer dos cônjuges, para que se possa, observadas as formalidades legais, decretar a dissolução do ato que os uniu. De mais a mais, não se vislumbra prejuízo para a demandada, visto que a pretensão do autor é de apenas ver decretado o seu divórcio, mesmo porque inexistem bens, e muito menos alimentos. Portanto, não se vislumbra nenhum prejuízo para a demandada.

Portanto, consoante as provas acostadas aos autos, deve-se deferir a pretensão autoral, formulada na inicial, por preencher os requisitos legais exigidos no artigo 226 § 6º, da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 66/2010, 1.571, IV do Código Civil, e 487 inciso I do Código de Processo Civil.

Diante do exposto, com fundamento nos artigos 226 § 6º, da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 66/2010, 1.571, IV do Código Civil e ainda c/c os artigos supra mencionados, ambos do CPC, **JULGO PROCEDENTE** a pretensão autoral, em razão do que **DECRETO o DIVÓRCIO de WALTER DA CONCEIÇÃO RODRIGUES e ELDA MARIA AMANCIO RODRIGUES**, já qualificados, declarando dissolvido o vínculo matrimonial contraído entre ambos anteriormente.

Fica a critério da mulher voltar a usar o nome de solteira.

Julgo extinto o presente feito com resolução de mérito, o que faço com fundamento nos artigos 226 § 6º, da Constituição Federal, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 66/2010, 1.571, IV do Código Civil no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Deixo de condenar a parte requerida em custas processuais e em honorários advocatícios, considerando que esta não apresentou resistência a pretensão do autor.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquivem-se estes autos, com as baixas que se fizerem necessárias.

Em homenagem aos princípios da Instrumentalidade das Formas, Celeridade e Economia de Atos Processuais, esta sentença, assinada digitalmente, acompanhada da certidão de trânsito em julgado, SERVIRÁ COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Teresina, Piauí, para que proceda à margem do assento de casamento das partes, conforme certidão de ID nº 154995- pág. 1. Remetam-se, preservando o segredo de justiça.

TERESINA-PI, 14 de agosto de 2020.

ELVIRA MARIA OSÓRIO PITOMBEIRA MENESES CARVALHO

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Teresina

16.4. PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

1ª Publicação

PROCESSO Nº: 0020516-80.2013.8.18.0140

CLASSE: INTERDIÇÃO (58)

ASSUNTO(S): [Nomeação]

INTERESSADO: JOAO DA CRUZ ALMEIDA

INTERESSADO: JEAN DA COSTA ALMEIDA

SENTENÇA

Vistos, etc.

JOÃO DA CRUZ ALMEIDA, brasileiro, casado, aposentado, portadora do RG Nº 52.240 SSP/PI, CPF nº 039.001.933-04, através de advogado, requereu a INTERDIÇÃO de **JEAN DA COSTA ALMEIDA**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 1.714.982 SSP/PI, CPF nº 601.488.253-70, conforme declarações prestadas em petição inicial, alegando em resumo que o interditando é seu pai, e que apresenta um quadro de desorientação no tempo e no espaço, sendo totalmente dependente do requerente para reger seus negócios e sua vida pessoal.

Assim, conclui, pedindo considerar o exame médico como documento para a concessão da presente medida, concedendo liminarmente a curatela ao requerente, visto a comprovação da doença. Pede que caso, não seja esse entendimento, que determine audiência para que sejam ouvidos, o requerido e as eventuais testemunhas a serem indicadas, para, em seguida, ser concedida a curatela.

Juntou ao pedido os documentos necessários à instrução do feito, inclusive, laudos médicos e documentos pessoais das partes.

Conclusos os autos, foi por este juízo designada data para a realização do Entrevista do interditando, que se realizou, conforme se infere do teor do Termo de Audiência junto aos autos, oportunidade em que foi determinada a realização de Perícia Médica na pessoa do interditando, com a nomeação do Hospital Areolino de Abreu, que emitiu Laudo conclusivo, onde o perito afirmou a incapacidade civil permanente do interditando, para a prática dos atos da vida civil, necessitando de assistência e acompanhamento de outra pessoa.

Instado a se manifestar, o representante do Ministério Público, opinou pela nomeação de curador especial, nos termos do art. 752, § 2º do CPC., bem como estudo social.

O Curador especial foi devidamente intimado e ofereceu a contestação nos autos.

O NUAPSSOCIAL - Núcleo de Apoio Psicossocial às Varas de Família, elaborou, através de seus especialistas, Laudo Psicossocial nº 304/2019, onde concluiu que o interditando necessita de auxílio para reger seus atos civis.

Novamente a se manifestar, o Ministério Público opinou, no sentido de que o mesmo seja submetido à curatela definitiva e, por via de consequência, seja o Sr. JOÃO DA CRUZ ALMEIDA nomeado seu curador, mediante a prestação de contas anual com a apresentação do respectivo balanço, tudo nos termos dos arts. 84 e respectivos inciso, 85 e respectivos inciso, da Lei nº 13.146/2015.

É O RELATÓRIO, fundamento e decido, sem necessidade de produção de outras provas, considerando as já existentes, nestes autos, e sobretudo o resultado do Exame Pericial, já acostado aos autos, em evento supra.

Inicialmente, comprova-se nestes autos que o requerente é pai do interditando, conforme faz prova os documentos e as informações acostados aos autos, portanto, parte legítima para ingressar no polo ativo da presente demanda.

A Curatela é o encargo deferido por lei a alguém capaz, para reger a pessoa e administrar os bens de quem, em regra maior, não pode fazê-lo por si mesmo.

Conquanto seja cediço que a ordem de preferência listada pelo art. 1.775 do Código Civil, não possua caráter absoluto, há que se ponderar que ela impõe uma certa predileção entre os parentes do interditando/curatelando que possam vir a melhor assumir a curatela, a qual deve ser ponderada à luz do melhor interesse do incapaz. Com efeito, os elementos constantes dos autos, por si só, são suficientes para acurdir o entendimento segundo o qual a curatela ficará em melhor companhia de seu neto, havendo suficientes provas nos autos de que ela vem assistindo-a, em todos os aspectos.

Com efeito, sobre a espécie, estabelece o art. 2º da lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/Estatuto da Pessoa com Deficiência) que "considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas". Sendo assim, como se observa a deficiência por si só não mais leva a incapacidade civil, independentemente do grau. Esta aferição deve ser feita através de processo que definirá os termos da curatela, se o mesmo for incapaz.

No caso, feitas as considerações acima, tenho que o cerne da questão reside, simplesmente, em saber se o interditando JEAN DA COSTA ALMEIDA, é incapaz, se deve ser decretada sua interdição, e se a parte requerente pode ou não ser nomeada como curadora.

Diz o art. 4º do Código Civil (com redação dada pela Lei nº 13.146/2015 - institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência):

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

Já o art. 1.767 do Código Civil (com redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015 - institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência) aduz o seguinte:

Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela:

I - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

O Laudo Médico acostados aos autos, atesta, categoricamente, a incapacidade do interditando, uma vez que é portador de CID10. F71.1, retardo mental moderado com comprometimento significativo do comportamento, requerendo vigilância ou tratamento, o que o torna incapacitado para a prática dos atos da vida civil.

O exercício da curatela é um encargo exercido por alguma pessoa com finalidade de proteger e administrar a vida e os bens de outrem que não se encontra em condições físicas e mentais de cuidar de seus próprios interesses.

Quanto à escolha do curador, dispõe o art. 1.775 do Código Civil:

Art. 1.775. O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato é, de direito, curador do outro, quando interdito.

§1º Na falta do cônjuge ou companheiro, é curador legítimo o pai ou a mãe; na falta destes, o descendente que se demonstrar mais apto.

§2º Entre os descendentes, os mais próximos precedem aos mais remotos.

§3º Na falta das pessoas mencionadas neste artigo, compete ao juiz a escolha do curador.

Desta forma, em atenção ao Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana (artigo 1º inciso III, da Constituição Federal) e ao melhor interesse do interditando, tenho por possível o reconhecimento de que ele precisa e precisará de auxílio para o exercício dos atos da vida civil, devendo, pois, ser submetido a curatela, necessitando, assim, de curador para assisti-lo nos atos de natureza patrimonial e negocial, inclusive por ser o mesmo enquadrado na condição de pessoa deficiente curatelada, não poderá consumir isoladamente atos patrimoniais/negociais sem a atuação do curador, sob pena de anulabilidade (artigo 171, I do Código Civil).

Assim, deve-se deferir o pedido inicial.

Em face do exposto, **JULGO PROCEDENTE** a pretensão do autor, para o efeito de **DECLARAR a INTERDIÇÃO de JEAN DA COSTA ALMEIDA**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 1.714.982 SSP/PI, CPF nº 601.488.253-70, declarando-o relativamente incapaz de exercer os atos da vida civil, na forma do artigo 4º do Código Civil, razão pela qual, nomeio o Senhor JOÃO DA CRUZ ALMEIDA, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG nº 52.240 SSP/PI, CPF nº 039.001.933-04, para exercer a função de curador do interditando, ressaltando que não poderá o interditando praticar, sem assistência do curador, atos negociais de cunho econômico e patrimonial. Fica, ainda, o curador cientificado de que deverá prestar contas da administração dos bens e valores eventualmente existentes em nome do interditando se e quando for instado a tanto, devendo, por isso, manter registro de recebimentos e gastos relativos ao eventual patrimônio.

Julgo pois, extinto o feito, com resolução de mérito, nos termos do disposto no artigo 487 inciso I, do Código de Processo Civil, e com fundamento no artigo 1.775 do Código Civil

Intime-se o curador quanto aos crimes e infrações administrativas descritos nos artigos 89 e 91 da lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Independente do trânsito em julgado, expeça-se o Termo de Curatela Definitivo, **servindo esta SENTENÇA, ASSINADA DIGITALMENTE, de Mandado de Averbação ao Registro Civil competente**, após a publicação dos editais, para fins de averbação da interdição ora decretada, tudo nos termos do disposto no artigo 755, § 3º do CPC e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil, nos termos que segue:

Demais expedientes necessários.

Sem custas, ante a concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se no Diário da Justiça Eletrônico, por três vezes, com intervalo de 10 dias; bem assim na imprensa local, em jornal de ampla circulação, se for o caso; com a confirmação da movimentação desta sentença, fica ela automaticamente publicada na Rede Mundial de Computadores, no Portal e SAJ do Tribunal de Justiça; Publique-se na plataforma de Editais do Conselho Nacional de Justiça (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo

funcionamento, tudo nos termos do disposto no artigo 755 § 3º do Código de Processo Civil.

Esta sentença **SERVIARÁ como EDITAL**, publicando-se o dispositivo dela pelo Órgão Oficial por três vezes, com intervalo de dez dias. Esta sentença, certificado o Trânsito em julgado, **SERVIARÁ como MANDADO DE INSCRIÇÃO**, dirigido ao Cartório do Registro Civil Competente, nos termos do artigo 89 c/c o artigo 106 da Lei nº 6.015/73.

Esta sentença **SERVIARÁ como TERMO DE COMPROMISSO DE CURATELA DEFINITIVO e CERTIDÃO DE CURATELA**, independentemente de assinatura da pessoa nomeada como curadora, nos termos acima determinados. Registre-se, e após transitada em julgado, arquivem-se estes autos observadas as formalidades legais.

Teresina-PI, 22 de abril de 2020.

Elvira Maria Osório Pitombeira Meneses Carvalho

Juiza de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Teresina

16.5. PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

1ª Publicação

PROCESSO Nº: 0811958-47.2017.8.18.0140

CLASSE: INTERDIÇÃO (58)

ASSUNTO(S): [Tutela e Curatela]

REQUERENTE: ANTONIA MOURA DE CARVALHO

REQUERIDO: MARIA CRUZ DAS CHAGAS CARVALHO

SENTENÇA

ANTÔNIA MOURA DE CARVALHO, brasileira, solteira, técnica em contabilidade aposentada, RG nº 174.685 SSP-PI, CPF 067.142.933-72, requereu a **INTERDIÇÃO COM PEDIDO DE CURATELA PROVISÓRIA EM TUTELA DE URGÊNCIA**, via advogado, em face de **MARIA CRUZ DAS CHAGAS CARVALHO**, brasileira, viúva, RG nº 1.035.566 SSP-PI, CPF 411.991.623-53, conforme declarações prestadas em evento nº 293603, alegando em resumo que a interditanda é sua mãe, e é portadora de doença de Alzheimer - CID G30, com prejuízo em suas atividades de vida diária, estando a mesma impossibilitada de tomar decisões em sua vida civil e assinar documentos, não possuindo capacidade para se auto gerir em caráter definitivo.

Assim, conclui alegando que, ante a impossibilidade de discernimento necessário para a realização dos atos da vida civil, nos termos do disposto no artigo 1.767 e 1.775 do Código Civil, requerem seja nomeada curadora a requerente, com a emissão de Termo de Curatela Provisório e após definitivo, para exercer, em nome da interditanda e em seu total proveito, todos os atos da vida civil.

Juntou ao pedido os documentos a partir de ID nº 293944 e 393504, necessários à instrução do feito, inclusive, laudos médicos, Certidão de Óbito do esposo da interditanda, Termos de anuência dos filhos, e documentos pessoais das partes.

Conclusos os autos, foi por este juízo, em ID nº 301269, designada data para a realização do Entrevista da interditanda, que se realizou, conforme se infere do teor do Termo de ID nº 407631, oportunidade em que foi concedendo a antecipação da tutela com a nomeação da requerente como curadora provisória da requerida, e foi determinada a realização de Perícia Médica na pessoa do interditando, com a nomeação do Hospital Neurocare, que emitiu Laudo acostado ID nº 456063, onde o perito afirmou a incapacidade TOTAL da interditanda, para a prática dos atos da vida civil, necessitando de assistência e acompanhamento de outra pessoa.

Termo de Compromisso de Curatela Provisória expedido em ID nº 407719.

Instado a se manifestar, o representante do Ministério Público em ID nº 640451, opinou pela elaboração da certidão sobre o decurso do prazo de impugnação à interditanda; em caso negativo, encaminhamento dos autos à Defensoria Pública; e pela continuidade da prova pericial, com a realização do estudo psicossocial do caso.

Nomeado Curador Especial, a Defensora Pública apresentou contestação, através de evento 3701557, pleiteando pelo julgamento improcedente dos pedidos constantes na petição inicial.

Laudo Psicossocial juntado aos autos em ID nº 5101264, concluindo que a interditanda é dependente para atividades da vida social, portanto necessário supervisão para as atividades básicas do dia a dia e auxílio nos atos mais complexos da vida privada, não possuindo capacidade de comunicação e discernimento, sendo que não existem práticas que desabonassem a requerente.

Instado a se manifestar, o representante do Ministério Público, em ID nº 5232874, opinou pelo acolhimento do pleito, com a concessão da curatela definitiva de MARIA CRUZ DAS CHAGAS CARVALHO em favor da interditante, e a devida intimação desta para prestar compromisso, nos termos do artigo 759 do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015).

É O RELATÓRIO, fundamento e decidido, sem necessidade de produção de outras provas, considerando as já existentes, nestes autos, e sobretudo o resultado do Exame Pericial e Laudo Psicossocial, já acostado aos autos, em evento supra.

Inicialmente, comprova-se nestes autos que a requerente é filha da interditanda, conforme faz prova os documentos e as informações acostados aos autos, portanto, parte legítima para ingressar no polo ativo da presente demanda.

A Curatela é o encargo deferido por lei a alguém capaz, para reger a pessoa e administrar os bens de quem, em regra maior, não pode fazê-lo por si mesmo.

Conquanto seja cediço que a ordem de preferência listada pelo art. 1.775 do Código Civil, não possua caráter absoluto, há que se ponderar que ela impõe uma certa predileção entre os parentes do interditando/curatelando que possam vir a melhor assumir a curatela, a qual deve ser ponderada à luz do melhor interesse do incapaz.

Com efeito, os elementos constantes dos autos, por si só, são suficientes para acudir o entendimento segundo o qual a curatelanda ficará em melhor companhia de sua filha, havendo suficientes provas nos autos de que ela vem assistindo-a, em todos os aspectos.

Assim, deve-se deferir o pedido inicial.

Com efeito, sobre a espécie, estabelece o art. 2º da lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/Estatuto da Pessoa com Deficiência) que "*considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas*". Sendo assim, como se observa a deficiência por si só não mais leva a incapacidade civil, independentemente do grau. Esta aferição deve ser feita através de processo que definirá os termos da curatela, se o mesmo for incapaz.

No caso, feitas as considerações acima, tenho que o cerne da questão reside, simplesmente, em saber se a interditanda **MARIA CRUZ DAS CHAGAS CARVALHO**, é incapaz, se deve ser decretada sua interdição, e se a parte requerente pode ou não ser nomeada como curadora.

Diz o art. 4º do Código Civil (com redação dada pela Lei nº 13.146/ 2015 - institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência):

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

Já o art. 1.767 do Código Civil (com redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015- institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência) aduz o seguinte:

Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela:

I - aqueles que, por causa transitória ou permanente,, não puderem exprimir sua vontade;

O **Laudo Médico** acostados aos autos, atesta, categoricamente, a incapacidade da interditanda, uma vez que é portadora de **F00.1 da CID-10 Demência da Doença de Alzheimer de início tardio**, necessitando de tratamento e atenção constante, o que a torna incapacitada para a prática

dos atos da vida civil.

O exercício da curatela é um encargo exercido por alguma pessoa com finalidade de proteger e administrar a vida e os bens de outrem que não se encontra em condições físicas e mentais de cuidar de seus próprios interesses.

Quanto à escolha do curador, dispõe o art. 1.775 do Código Civil:

Art. 1.775. O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato é, de direito, curador do outro, quando interdito.

§1º Na falta do cônjuge ou companheiro, é curador legítimo o pai ou a mãe; na falta destes, o descendente que se demonstrar mais apto.

§2º Entre os descendentes, os mais próximos precedem aos mais remotos.

§3º Na falta das pessoas mencionadas neste artigo, compete ao juiz a escolha do curador.

Desta forma, em atenção ao Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana (artigo 1º inciso III, da Constituição Federal) e ao melhor interesse da interditanda, tenho por possível o reconhecimento de que ele precisa e precisará de auxílio para o exercício dos atos da vida civil, devendo, pois, ser submetido a curatela, necessitando, assim, de curador para assisti-lo nos atos de natureza patrimonial e negocial, inclusive por ser o mesmo enquadrado na condição de pessoa deficiente curatelada, não poderá consumir isoladamente atos patrimoniais/negociais sem a atuação do curador, sob pena de anulabilidade (artigo 171, I do Código Civil).

Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão da autora, para o efeito de **DECLARAR a INTERDIÇÃO de MARIA CRUZ DAS CHAGAS CARVALHO**, brasileira, viúva, RG nº 1.035.566 SSP-PI, CPF 411.991.623-53, declarando-a relativamente incapaz de exercer os atos da vida civil, na forma do artigo 4º do Código Civil, razão pela qual, **nomeio a Senhora ANTÔNIA MOURA DE CARVALHO**, brasileira, solteira, técnica em contabilidade aposentada, RG nº 174.685 SSP-PI, CPF 067.142.933-72, **para exercer a função de curadora da interditanda**, ressaltando que não poderá a interditanda praticar, sem assistência da curadora, atos negociais de cunho econômico e patrimonial. Fica, ainda, a curadora cientificada de que deverá prestar contas da administração dos bens e valores eventualmente existentes em nome da interditanda se e quando for instado a tanto, devendo, por isso, manter registro de recebimentos e gastos relativos ao eventual patrimônio.

Julgo pois, extinto o feito, com resolução de mérito, nos termos do disposto no artigo 487 inciso I, do Código de Processo Civil, e com fundamento no artigo 1.775 do Código Civil

Intime-se a curadora quanto aos crimes e infrações administrativas descritos nos artigos 89 e 91 da lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Independente do trânsito em julgado, expeça-se o **Termo de Curatela Definitivo, servindo esta SENTENÇA, ASSINADA DIGITALMENTE, de Mandado de Averbação ao Registro Civil competente**, após a publicação dos editais, para fins de averbação da interdição ora decretada, tudo nos termos do disposto no artigo 755, § 3º do CPC e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil, nos termos que segue:

Demais expedientes necessários.

Sem custas, ante a concessão da gratuidade processual.

Publique-se no **Diário da Justiça Eletrônico**, por **três vezes**, com intervalo de **10 dias; bem assim na imprensa local, em jornal de ampla circulação, se for o caso**; com a confirmação da movimentação desta sentença, fica ela automaticamente publicada na **Rede Mundial de Computadores, no Portal e SAJ do Tribunal de Justiça**; Publique-se na plataforma de Editais do **Conselho Nacional de Justiça** (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento, tudo nos termos do disposto no artigo 755 § 3º do Código de Processo Civil.

Esta sentença SERVIRÁ como EDITAL, publicando-se o dispositivo dela pelo Órgão Oficial por três vezes, com intervalo de dez dias. **Esta sentença, certificado o Trânsito em julgado, SERVIRÁ como MANDADO DE INSCRIÇÃO**, dirigido ao **Cartório do Registro Civil Competente**, nos termos do artigo 89 c/c o artigo 106 da Lei nº 6.015/73.

Esta sentença SERVIRÁ como TERMO DE COMPROMISSO DE CURATELA DEFINITIVO e CERTIDÃO DE CURATELA, independentemente de assinatura da pessoa nomeada como curadora, nos termos acima determinados. Registre-se, e após transitada em julgado, arquivem-se estes autos observadas as formalidades legais.

TERESINA-PI, 26 de junho de 2019.

ELVIRA MARIA OSÓRIO P. M. CARVALHO

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Teresina

16.6. PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

1ª Publicação

PROCESSO Nº: 0020516-80.2013.8.18.0140

CLASSE: INTERDIÇÃO (58)

ASSUNTO(S): [Nomeação]

INTERESSADO: JOAO DA CRUZ ALMEIDA

INTERESSADO: JEAN DA COSTA ALMEIDA

SENTENÇA

Vistos, etc.

JOÃO DA CRUZ ALMEIDA, brasileiro, casado, aposentado, portadora do RG Nº 52.240 SSP/PI, CPF nº 039.001.933-04, através de advogado, requereu a INTERDIÇÃO de **JEAN DA COSTA ALMEIDA**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 1.714.982 SSP/PI, CPF nº 601.488.253-70, conforme declarações prestadas em petição inicial, alegando em resumo que o interditando é seu pai, e que apresenta um quadro de desorientação no tempo e no espaço, sendo totalmente dependente do requerente para reger seus negócios e sua vida pessoal.

Assim, conclui, pedindo considerar o exame médico como documento para a concessão da presente medida, concedendo liminarmente a curatela ao requerente, visto a comprovação da doença. Pede que caso, não seja esse entendimento, que determine audiência para que sejam ouvidos, o requerido e as eventuais testemunhas a serem indicadas, para, em seguida, ser concedida a curatela.

Juntou ao pedido os documentos necessários à instrução do feito, inclusive, laudos médicos e documentos pessoais das partes.

Conclusos os autos, foi por este juízo designada data para a realização do Entrevista do interditando, que se realizou, conforme se infere do teor do Termo de Audiência junto aos autos, oportunidade em que foi determinada a realização de Perícia Médica na pessoa do interditando, com a nomeação do Hospital Areolino de Abreu, que emitiu Laudo conclusivo, onde o perito afirmou a incapacidade civil permanente do interditando, para a prática dos atos da vida civil, necessitando de assistência e acompanhamento de outra pessoa.

Instado a se manifestar, o representante do Ministério Público, opinou pela nomeação de curador especial, nos termos do art. 752, § 2º do CPC., bem como estudo social.

O Curador especial foi devidamente intimado e ofereceu a contestação nos autos.

O NUAPSSOCIAL - Núcleo de Apoio Psicossocial às Varas de Família, elaborou, através de seus especialistas, Laudo Psicossocial nº 304/2019, onde concluiu que o interditando necessita de auxílio para reger seus atos civis.

Novamente a se manifestar, o Ministério Público opinou, no sentido de que o mesmo seja submetido à curatela definitiva e, por via de consequência, seja o Sr. **JOÃO DA CRUZ ALMEIDA** nomeado seu curador, mediante a prestação de contas anual com a apresentação do respectivo balanço, tudo nos termos dos arts. 84 e respectivos inciso, 85 e respectivos inciso, da Lei nº 13.146/2015.

É O RELATÓRIO, fundamento e decido, sem necessidade de produção de outras provas, considerando as já existentes, nestes autos, e sobretudo o resultado do Exame Pericial, já acostado aos autos, em evento supra.

Inicialmente, comprova-se nestes autos que o requerente é pai do interditando, conforme faz prova os documentos e as informações acostados aos autos, portanto, parte legítima para ingressar no polo ativo da presente demanda.

A Curatela é o encargo deferido por lei a alguém capaz, para reger a pessoa e administrar os bens de quem, em regra maior, não pode fazê-lo por si mesmo.

Conquanto seja cediço que a ordem de preferência listada pelo art. 1.775 do Código Civil, não possua caráter absoluto, há que se ponderar que ela impõe uma certa predileção entre os parentes do interditando/curatelando que possam vir a melhor assumir a curatela, a qual deve ser ponderada à luz do melhor interesse do incapaz. Com efeito, os elementos constantes dos autos, por si só, são suficientes para acudir o entendimento segundo o qual a curatela ficará em melhor companhia de seu neto, havendo suficientes provas nos autos de que ela vem assistindo-a, em todos os aspectos.

Com efeito, sobre a espécie, estabelece o art. 2º da lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/Estatuto da Pessoa com Deficiência) que "considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas". Sendo assim, como se observa a deficiência por si só não mais leva a incapacidade civil, independentemente do grau. Esta aferição deve ser feita através de processo que definirá os termos da curatela, se o mesmo for incapaz.

No caso, feitas as considerações acima, tenho que o cerne da questão reside, simplesmente, em saber se o interditando JEAN DA COSTA ALMEIDA, é incapaz, se deve ser decretada sua interdição, e se a parte requerente pode ou não ser nomeada como curadora.

Diz o art. 4º do Código Civil (com redação dada pela Lei nº 13.146/2015 - institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência):

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

Já o art. 1.767 do Código Civil (com redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015- institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência) aduz o seguinte:

Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela:

I - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

O Laudo Médico acostados aos autos, atesta, categoricamente, a incapacidade do interditando, uma vez que é portador de CID10. F71.1, retardo mental moderado com comprometimento significativo do comportamento, requerendo vigilância ou tratamento, o que o torna incapacitado para a prática dos atos da vida civil.

O exercício da curatela é um encargo exercido por alguma pessoa com finalidade de proteger e administrar a vida e os bens de outrem que não se encontra em condições físicas e mentais de cuidar de seus próprios interesses.

Quanto à escolha do curador, dispõe o art. 1.775 do Código Civil:

Art. 1.775. O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato é, de direito, curador do outro, quando interdito.

§1º Na falta do cônjuge ou companheiro, é curador legítimo o pai ou a mãe; na falta destes, o descendente que se demonstrar mais apto.

§2º Entre os descendentes, os mais próximos precedem aos mais remotos.

§3º Na falta das pessoas mencionadas neste artigo, compete ao juiz a escolha do curador.

Desta forma, em atenção ao Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana (artigo 1º inciso III, da Constituição Federal) e ao melhor interesse do interditando, tenho por possível o reconhecimento de que ele precisa e precisará de auxílio para o exercício dos atos da vida civil, devendo, pois, ser submetido a curatela, necessitando, assim, de curador para assisti-lo nos atos de natureza patrimonial e negocial, inclusive por ser o mesmo enquadrado na condição de pessoa deficiente curatelada, não poderá consumir isoladamente atos patrimoniais/negociais sem a atuação do curador, sob pena de anulabilidade (artigo 171, I do Código Civil).

Assim, deve-se deferir o pedido inicial.

Em face do exposto, **JULGO PROCEDENTE** a pretensão do autor, para o efeito de **DECLARAR a INTERDIÇÃO de JEAN DA COSTA ALMEIDA**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 1.714.982 SSP/PI, CPF nº 601.488.253-70, declarando-o relativamente incapaz de exercer os atos da vida civil, na forma do artigo 4º do Código Civil, razão pela qual, nomeio o Senhor JOÃO DA CRUZ ALMEIDA, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG Nº 52.240 SSP/PI, CPF nº 039.001.933-04, para exercer a função de curador do interditando, ressaltando que não poderá o interditando praticar, sem assistência do curador, atos negociais de cunho econômico e patrimonial. Fica, ainda, o curador cientificado de que deverá prestar contas da administração dos bens e valores eventualmente existentes em nome do interditando se e quando for instado a tanto, devendo, por isso, manter registro de recebimentos e gastos relativos ao eventual patrimônio.

Julgo pois, extinto o feito, com resolução de mérito, nos termos do disposto no artigo 487 inciso I, do Código de Processo Civil, e com fundamento no artigo 1.775 do Código Civil

Intime-se o curador quanto aos crimes e infrações administrativas descritos nos artigos 89 e 91 da lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Independente do trânsito em julgado, expeça-se o Termo de Curatela Definitivo, **servindo esta SENTENÇA, ASSINADA DIGITALMENTE, de Mandado de Averbação ao Registro Civil competente**, após a publicação dos editais, para fins de averbação da interdição ora decretada, tudo nos termos do disposto no artigo 755, § 3º do CPC e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil, nos termos que segue:

Demais expedientes necessários.

Sem custas, ante a concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se no Diário da Justiça Eletrônico, por três vezes, com intervalo de 10 dias; bem assim na imprensa local, em jornal de ampla circulação, se for o caso; com a confirmação da movimentação desta sentença, fica ela automaticamente publicada na Rede Mundial de Computadores, no Portal e SAJ do Tribunal de Justiça; Publique-se na plataforma de Editais do Conselho Nacional de Justiça (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento, tudo nos termos do disposto no artigo 755 § 3º do Código de Processo Civil.

Esta sentença **SERVI- RÁ como EDITAL**, publicand- se o dispositivo dela pelo Órgão Oficial por três vezes, com intervalo de dez dias. Esta sentença, certificado o Trânsito em julgado, **SERVI- RÁ como MANDADO DE INSCRIÇÃO**, dirigido ao Cartório do Registro Civil Competente, nos termos do artigo 89 c/c o artigo 106 da Lei nº 6.015/73.

Esta sentença **SERVI- RÁ como TERMO DE COMPROMISSO DE CURATELA DEFINITIVO e CERTIDÃO DE CURATELA**, independentemente de assinatura da pessoa nomeada como curadora, nos termos acima determinados. Registre-se, e após transitada em julgado, arquivem-se estes autos observadas as formalidades legais.

Teresina-PI, 22 de abril de 2020.

Elvira Maria Osório Pitombeira Meneses Carvalho

Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Teresina

16.7. PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

1ª Publicação

PROCESSO Nº: 0802286-78.2018.8.18.0140

CLASSE: INTERDIÇÃO (58)

ASSUNTO(S): [Tutela e Curatela]

REQUERENTE: CRISTINA FERREIRA VICTOR

REQUERIDO: MARIA FERREIRA DE ALMEIDA VICTOR

SENTENÇA

CRISTINA FERREIRA VICTOR, brasileira, solteira, desempregada, inscrita no RG nº 1710.723-SSP/PI e no CPF nº 805.271.753-15, requereu a **INTERDIÇÃO**, via Defensoria Pública, em face de **MARIA FERREIRA DE ALMEIDA VICTOR**, brasileira, viúva, aposentada, inscrita no RG nº 788.171SSP/PI e CPF nº 802.033.293-68, alegando as razões expostas na inicial. Diz a autor que a interditanda é sua genitora, e que a mesma é portadora da doença descrita no CID 10: I:10 (Hipertensão Essencial Primária) e CID 10: I:50.0 (Insuficiência Cardíaca Congestiva), com prejuízo em suas atividades de vida diária, estando a mesma impossibilitada de tomar decisões em sua vida civil e assinar documentos, não possuindo capacidade para se auto gerir em caráter definitivo, conforme documentos médicos que junta.

Juntou ao pedido os documentos a partir de ID nº 834292, necessários à instrução do feito, inclusive, laudos médicos, certidão de nascimento, certidão de óbito do esposo da interditanda, e documentos pessoais das partes.

Conclusos os autos, foi por este juízo, em despacho de ID nº 854471, deferido os benefícios da justiça gratuita, oportunidade em que foi concedida a curatela provisória requerida na inicial, e designado data para a realização do Entrevista da interditanda, que se realizou, conforme se infere do teor de Id nº 1107180, e determinada a realização de Perícia Médica na pessoa da interditanda, com a nomeação do Hospital Areolino de Abreu, que emitiu Laudo acostado em ID nº 1946790, onde o perito afirmou a incapacidade TOTAL da interditanda, para a prática dos atos da vida civil, necessitando de assistência e acompanhamento de outra pessoa. Não houve impugnação ao pedido inicial.

Laudo Psicossocial juntado aos autos em ID nº 4750200, concluindo que a interditanda é dependente para atividades da vida social, portanto necessári supervisão para as atividades básicas do dia a dia e auxílio nos atos mais complexos da vida privada, não possuindo capacidade de comunicação e discernimento, sendo que não existem práticas que desabonassem a requerente.

Nomeado Curador Especial, na pessoa da Defensora Pública atuante nesta unidade, que apresentou contestação, através de evento 7689289, pleiteando pelo julgamento dos pedidos constantes da inicial, levando-se em consideração todas as provas colacionadas aos autos.

Instado a se manifestar, o representante do Ministério Público em evento nº 10515974, opinou pelo deferimento do pedido inicial, requerendo a decretação da interdição definitiva da Sra. MARIA FERREIRA DE ALMEIDA VICTOR, com fundamento nos artigos 1767, e seguintes do Código Civil e 755 do CPC.

É O RELATÓRIO, fundamento e decido, sem necessidade de produção de outras provas, considerando as já existentes, nestes autos, e sobretudo o resultado do Exame Pericial e Laudo Psicossocial, já acostado aos autos, em evento supra.

Inicialmente, comprova-se nestes autos que a requerente é filha da interditanda, conforme faz prova os documentos e as informações acostados aos autos, portanto, parte legítima para ingressar no polo ativo da presente demanda.

A Curatela é o encargo deferido por lei a alguém capaz, para reger a pessoa e administrar os bens de quem, em regra maior, não pode fazê-lo por si mesmo.

Conquanto seja cediço que a ordem de preferência listada pelo art. 1.775 do Código Civil, não possua caráter absoluto, há que se ponderar que ela impõe uma certa predileção entre os parentes do interditando/curatelando que possam vir a melhor assumir a curatela, a qual deve ser ponderada à luz do melhor interesse do incapaz.

Com efeito, os elementos constantes dos autos, por si só, são suficientes para acudir o entendimento segundo o qual a curatela ficará em melhor companhia de sua filha, havendo suficientes provas nos autos de que ela vem assistindo-a, em todos os aspectos.

No caso, feitas as considerações acima, tenho que o cerne da questão reside, simplesmente, em saber se a interditanda **MARIA FERREIRA DE ALMEIDA VICTOR, é incapaz, se deve ser decretada sua interdição, e se a parte requerente pode ou não ser nomeada como curadora.**

Diz o art. 4º do Código Civil (com redação dada pela Lei nº 13.146/ 2015 - institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência):

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

Já o art. 1.767 do Código Civil (com redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015- institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência) aduz o seguinte:

Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela:

I - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

O **Laudo Médico** acostados aos autos, atesta, categoricamente, a incapacidade da interditanda, uma vez que é portadora de **F00.1 da CID-10 (Demência na doença de Alzheimer de início tardio)**, necessitando de tratamento e atenção constante, *o que a torna incapacitada para a prática dos atos da vida civil. A não bastar, o Relatório expedido pelo NUAPSSOCIAL, ratificou os fatos alegados na inicial e perícia médica acima referida.*

O exercício da curatela é um encargo exercido por alguma pessoa com finalidade de proteger e administrar a vida e os bens de outrem que não se encontra em condições físicas e mentais de cuidar de seus próprios interesses.

Quanto à escolha do curador, dispõe o art. 1.775 do Código Civil:

Art. 1.775. O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato é, de direito, curador do outro, quando interdito.

§1º Na falta do cônjuge ou companheiro, é curador legítimo o pai ou a mãe; na falta destes, o descendente que se demonstrar mais apto.

§2º Entre os descendentes, os mais próximos precedem aos mais remotos.

§3º Na falta das pessoas mencionadas neste artigo, compete ao juiz a escolha do curador.

Desta forma, em atenção ao Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana (artigo 1º inciso III, da Constituição Federal) e ao melhor interesse da interditanda, tenho por possível o reconhecimento de que ele precisa e precisará de auxílio para o exercício dos atos da vida civil, devendo, pois, ser submetido a curatela, necessitando, assim, de curador para assisti-lo nos atos de natureza patrimonial e negocial, inclusive por ser o mesmo enquadrado na condição de pessoa deficiente curatelada, não poderá consumir isoladamente atos patrimoniais/negociais sem a atuação do curador, sob pena de anulabilidade (artigo 171, I do Código Civil).

Portanto, deve-se deferir o pedido inicial.

Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão da autora, para o efeito de **DECLARAR** a **INTERDIÇÃO** de **MARIA FERREIRA DE ALMEIDA VICTOR**, brasileira, viúva, aposentada, inscrita no RG nº 788.171SSP/PI e CPF nº 802.033.293-68, declarando-a relativamente incapaz de exercer os atos da vida civil, na forma do artigo 4º do Código Civil, razão pela qual, **nomeio a Senhora CRISTINA FERREIRA VICTOR**, brasileira, solteira, desempregada, inscrita no RG nº 1.710.723SSP/PI e no CPF nº 805.271.753-15, **para exercer a função de curadora da interditanda**, ressaltando que não poderá a interditanda praticar, sem assistência da curadora, atos negociais de cunho econômico e patrimonial. Fica, ainda, a curadora cientificada de que deverá prestar contas da administração dos bens e valores eventualmente existentes em nome da interditanda se e quando for instado a tanto, devendo, por isso, manter registro de recebimentos e gastos relativos ao eventual patrimônio. Torno pois, em definitiva, a liminar concedida anteriormente.

Julgo, pois, extinto o presente feito, com resolução de mérito, nos termos do disposto no artigo 487 inciso I, do Código de Processo Civil, e com fundamento no artigo 1.775 do Código Civil.

Intime-se a curadora quanto aos crimes e infrações administrativas descritos nos artigos 89 e 91 da lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Independente do trânsito em julgado, expeça-se o **Termo de Curatela Definitivo, servindo esta SENTENÇA, ASSINADA DIGITALMENTE, de Mandado de Averbação ao Registro Civil competente**, após a publicação dos editais, para fins de averbação da interdição ora decretada, tudo nos termos do disposto no artigo 755, § 3º do CPC e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil, nos termos que segue:

Demais expedientes necessários.

Sem custas, ante a concessão da gratuidade processual.

Publique-se no **Diário da Justiça Eletrônico**, por **três vezes**, com intervalo de **10 dias; bem assim na imprensa local, em jornal de ampla circulação, se for o caso**; com a confirmação da movimentação desta sentença, fica ela automaticamente publicada na **Rede Mundial de**

Computadores, no Portal e SAJ do Tribunal de Justiça; Publique-se na plataforma de Editais do **Conselho Nacional de Justiça** (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento, tudo nos termos do disposto no artigo 755 § 3º do Código de Processo Civil.

Esta sentença SERVIRÁ como EDITAL, publicando-se o dispositivo dela pelo Órgão Oficial por três vezes, com intervalo de dez dias. **Esta sentença, certificado o Trânsito em julgado, SERVIRÁ como MANDADO DE INSCRIÇÃO**, dirigido ao **Cartório do Registro Civil Competente**, nos termos do artigo 89 c/c o artigo 106 da Lei nº 6.015/73.

Esta sentença SERVIRÁ como TERMO DE COMPROMISSO DE CURATELA DEFINITIVO e CERTIDÃO DE CURATELA, independentemente de assinatura da pessoa nomeada como curadora, nos termos acima determinados. Registre-se, e após transitada em julgado, arquivem-se estes autos observadas as formalidades legais.

TERESINA-PI, 9 de julho de 2020.

Elvira Maria Osório Pitombeira Meneses Carvalho

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Teresina

16.8. PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

1ª Publicação

PROCESSO Nº: 0820020-76.2017.8.18.0140

CLASSE: INTERDIÇÃO (58)

ASSUNTO(S): [Tutela e Curatela]

REQUERENTE: FRANCISCO HENRIQUE MENDES VIEIRA

REQUERIDO: MARINETE MENDES VIEIRA

SENTENÇA

FRANCISCO HENRIQUE MENDES VIEIRA, brasileiro, casado, monitor, portador do RG nº 1674937-SSP/PI, CPF nº 833.237.913-04, requereu a **INTERDIÇÃO**, em face de **MARINETE MENDES VIEIRA**, brasileira, solteira, RG nº 942662SSP/PI, CPF nº 608.782.643-29, conforme declarações prestadas em evento nº 633034, alegando em resumo que a interditanda é sua irmã, e que esta teve paralisia cerebral ao nascer, sendo cadeirante, possuindo deficiência física, déficit motor e apresenta sequelas cognitivas severas (CID: G 80,9), com prejuízo em suas atividades de vida diária, estando a mesma impossibilitada de tomar decisões em sua vida civil e assinar documentos, não possuindo capacidade para se auto gerir em caráter definitivo. Juntou ao pedido os documentos a partir de evento nº 633024, necessários à instrução do feito.

Conclusos os autos, foi por este juízo, à fl. 58, deferido o pedido de gratuidade da justiça, e designada data para realização de entrevista da interditanda, oportunidade em que foi determinada a realização de Perícia Médica na pessoa da interditanda, com a nomeação do Hospital Areolino de Abreu, que emitiu Laudo acostado em evento nº 2820777, no qual o perito afirmou a incapacidade TOTAL da interditanda, para a prática dos atos da vida civil, necessitando de assistência e acompanhamento de outra pessoa. Não houve apresentação de impugnação ao pedido.

Nomeado curador especial à interditanda, o Defensor Público apresentou contestação em evento nº 3851445, pleiteando ao final, pelo julgamento dos pedidos constantes na inicial de acordo com as provas acostadas aos autos.

Decisão de evento nº 5286775, antecipando os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, para nomear, como **Curador Provisório da requerida MARINETE MENDES VIEIRA, o requerente Sr. FRANCISCO HENRIQUE MENDES VIEIRA.**

Laudo Psicossocial emitido em ID nº 6691661, concluindo que a interditanda é dependente para atividades da vida social, portanto necessário supervisão para as atividades básicas do dia a dia e auxílio nos atos mais complexos da vida privada, não possuindo capacidade de comunicação e discernimento, sendo que não existem práticas que desabonassem o requerente.

Instado a se manifestar, o representante do Ministério Público, em evento nº 6730127, opinou pelo acolhimento do pleito, para que a interditanda seja submetida à CURATELA DEFINITIVA e, por via de consequência, seja o Senhor **FRANCISCO HENRIQUE MENDES VIEIRA**, seu irmão, nomeado seu curador, mediante a prestação de contas anual com a apresentação do respectivo balanço, tudo nos termos dos arts. 84 e respectivos incisos, 85 e respectivos incisos, da Lei nº 13.146/2015.

É O RELATÓRIO, fundamento e decido, sem necessidade de produção de outras provas, considerando as já existentes, nestes autos, e sobretudo o resultado do Exame Pericial e Laudo Psicossocial, já acostado aos autos, em evento supra.

Inicialmente, comprova-se nestes autos que o requerente é irmão da interditanda, conforme faz prova os documentos e as informações acostados aos autos, portanto, parte legítima para ingressar no polo ativo da presente demanda.

A Curatela é o encargo deferido por lei a alguém capaz, para reger a pessoa e administrar os bens de quem, em regra maior, não pode fazê-lo por si mesmo.

Conquanto seja cediço que a ordem de preferência listada pelo art. 1.775 do Código Civil, não possua caráter absoluto, há que se ponderar que ela impõe uma certa predileção entre os parentes do interditando/curatelando que possam vir a melhor assumir a curatela, a qual deve ser ponderada à luz do melhor interesse do incapaz.

Com efeito, os elementos constantes dos autos, por si só, são suficientes para acudir o entendimento segundo o qual a curatela ficará em melhor companhia de seu irmão, havendo suficientes provas nos autos de que ela vem assistindo-a, em todos os aspectos.

No caso, feitas as considerações acima, tenho que o cerne da questão reside, simplesmente, em saber se a interditanda **MARINETE MENDES VIEIRA, é incapaz, se deve ser decretada sua interdição, e se a parte requerente pode ou não ser nomeada como curadora.**

Diz o art. 4º do Código Civil (com redação dada pela Lei nº 13.146/2015 - institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência):

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

Já o art. 1.767 do Código Civil (com redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015- institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência) aduz o seguinte:

Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela:

I - aqueles que, por causa transitória ou permanente,, não puderem exprimir sua vontade;

O **Laudo Médico** acostados aos autos, atesta, categoricamente, a incapacidade da interditanda, uma vez que é **acometida de F73.1+Q80+Q82 (Retardo mental profundo decorrente de paralisia cerebral infantil + Tetraplegia) CID-10**, necessitando de tratamento e atenção constante, o que a torna incapaz para a prática dos atos da vida civil.

Quanto à escolha do curador, dispõe o art. 1.775 do Código Civil:

Art. 1.775. O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato é, de direito, curador do outro, quando interdito.

§1º Na falta do cônjuge ou companheiro, é curador legítimo o pai ou a mãe na falta destes, o descendente que se demonstrar mais apto.

§2º Entre os descendentes, os mais próximos precedem aos mais remotos.

§3º Na falta das pessoas mencionadas neste artigo, compete ao juiz a escolha do curador.

Desta forma, em atenção ao Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana (artigo 1º inciso III, da Constituição Federal) e ao melhor interesse da interditanda, tenho por possível o reconhecimento de que ele precisa e precisará de auxílio para o exercício dos atos da vida civil, devendo, pois, ser submetido a curatela, necessitando, assim, de curador para assisti-lo nos atos de natureza patrimonial e negocial, inclusive por ser o mesmo enquadrado na condição de pessoa deficiente curatelada, não poderá consumir isoladamente atos patrimoniais/negociais sem a atuação do curador, sob pena de anulabilidade (artigo 171, I do Código Civil).

Assim, deve-se acolher o pedido inicial formulado pelo autor.

Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão do autor, para o efeito de **DECLARAR** a **INTERDIÇÃO** de **MARINETE MENDES VIEIRA**, brasileira, solteira, RG nº942662SSP/PI, CPF nº 608.782.643-29, declarando-a relativamente incapaz de exercer os atos da vida civil, na forma do artigo 4º do Código Civil, razão pela qual, **nomeio o Senhor FRANCISCO HENRIQUE MENDES VIEIRA**, brasileiro, casado, monitor, RG nº 1674937SSP/PI, CPF nº 833.237.913-04, **para exercer a função de curador da interditanda**, ressaltando que não poderá a interditanda praticar, sem assistência do curador, atos negociais de cunho econômico e patrimonial. Fica, ainda, o curador cientificado de que deverá prestar contas da administração dos bens e valores eventualmente existentes em nome da interditanda se e quando for instado a tanto, devendo, por isso, manter registro de recebimentos e gastos relativos ao eventual patrimônio.

Julgo pois, extinto o feito, com resolução de mérito, nos termos do disposto no artigo 487 inciso I, do Código de Processo Civil, e com fundamento no artigo 1.775 do Código Civil

Intime-se o curador quanto aos crimes e infrações administrativas descritos nos artigos 89 e 91 da lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Independente do trânsito em julgado, expeça-se o **Termo de Curatela Definitivo, servindo esta SENTENÇA, ASSINADA DIGITALMENTE, de Mandado de Averbação ao Registro Civil competente**, após a publicação dos editais, para fins de averbação da interdição ora decretada, tudo nos termos do disposto no artigo 755, § 3º do CPC e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil, nos termos que segue:

Demais expedientes necessários.

Sem custas, ante a concessão da gratuidade de justiça/

Publique-se no **Diário da Justiça Eletrônico**, por **três vezes**, com intervalo de **10 dias**; **bem assim na imprensa local, em jornal de ampla circulação, se for o caso**; com a confirmação da movimentação desta sentença, fica ela automaticamente publicada na **Rede Mundial de Computadores, no Portal e SAJ do Tribunal de Justiça**; Publique-se na plataforma de Editais do **Conselho Nacional de Justiça** (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento, tudo nos termos do disposto no artigo 755 § 3º do Código de Processo Civil.

Esta sentença SERVIRÁ como EDITAL, publicando-se o dispositivo dela pelo Órgão Oficial por três vezes, com intervalo de dez dias. **Esta sentença, certificado o Trânsito em julgado, SERVIRÁ como MANDADO DE INSCRIÇÃO**, dirigido ao **Cartório do Registro Civil Competente**, nos termos do artigo 89 c/c o artigo 106 da Lei nº 6.015/73.

Esta sentença SERVIRÁ como TERMO DE COMPROMISSO DE CURATELA DEFINITIVO e CERTIDÃO DE CURATELA, independentemente de assinatura da pessoa nomeada como curadora, nos termos acima determinados. Registre-se, e após transitada em julgado, arquivem-se estes autos observadas as formalidades legais.

TERESINA-PI, 12 de junho de 2020.

Elvira Maria Osório Pitombeira Meneses Carvalho

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Teresina

17. OUTROS

17.1. ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO, EM FORMATO DE VIDEOCONFERÊNCIA, DA EGRÉGIA 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL, REALIZADA NO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2020

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO, EM FORMATO DE VIDEOCONFERÊNCIA, DA EGRÉGIA 3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL, REALIZADA NO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2020.

Aos 07 (sete) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte reuniu-se, em Sessão Ordinária por Videoconferência, a Egrégia **3ª CÂMARA ESPECIALIZADA CÍVEL**, sob a presidência do Exmo. Sr. Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas. Presentes os Exmos. Srs. Des. Olímpio José Passos Galvão e Dra. Maria das Neves Ramalho Barbosa Lima (Juíza designada). Ausente justificadamente o Exmo. Sr. Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. Com a assistência da Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça, às 09:01 (nove horas e um minuto), comigo, Bacharela Natália Borges Bezerra, Secretária, foi aberta a Sessão, com as formalidades legais. Foi submetida à apreciação a **ATA DA SESSÃO ANTERIOR**, realizada no dia 30 de setembro de 2020, publicada no **Diário da Justiça Eletrônico nº 8.999 de 02 de outubro de 2020** (disponibilizada em 01 de outubro de 2020), e, até a presente data, não foi impugnada - APROVADA, sem restrições. **JULGAMENTO DOS PROCESSOS PAUTADOS: 2016.0001.005041-2 - Embargos de Declaração na Apelação Cível**. Origem: Teresina / 8ª Vara Cível. Embargante: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A (BANCO FINASA BMC S.A.). Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB/PI nº 9.016). Embargado: JANILSON MENDES MARQUES. Advogados: Joarla Ayres de Moraes Estevão (OAB/PI nº 9.464) e outros. **Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas**. **DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer dos presentes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e DAR-LHES PROVIMENTO, concedendo-lhes efeitos infringentes e modificando o acórdão recorrido somente para JULGAR PARCIALMENTE PROVIDO O RECURSO DE APELAÇÃO DO BANCO BRADESCO S.A, para determinar que não haverá repetição de valores, não estando a situação apresentada pela parte recorrida subordinada ao art. 42, parágrafo único do CDC, mantendo o acórdão embargado em todos os seus demais termos, na forma do voto do Relator**. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Des. Olímpio José Passos Galvão e Dra. Maria das Neves Ramalho Barbosa Lima (Juíza designada). Ausente justificadamente: Exmo. Sr. Francisco Antônio Paes Landim Filho. Com a assistência da Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça. **2016.0001.012921-1 - Apelação Cível**. Origem: Teresina / 6ª Vara Cível. Apelante: RAIMUNDO NONATO DIAS DE SOUSA. Advogados: José Wilson Cardoso Diniz (OAB/PI nº 2.523) e outros. Apelado: F. S. CORTEZ REPRESENTAÇÕES LTDA. Advogados: Alessandro dos Santos Lopes (OAB/PI nº 3.521) e outros. **Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas**. **DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso e dar-lhe provimento, para reformar, em parte, a sentença e julgar IMPROCEDENTE a condenação do Apelante ao pagamento do valor de R\$ 9.683,16 (nove mil seiscentos e oitenta e três reais e dezesseis centavos), referentes aos valores dispendidos pelo réu para o conserto do automóvel vendido na forma do voto do Relator**. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Des. Olímpio José Passos Galvão e Dra. Maria das Neves Ramalho Barbosa Lima (Juíza designada). Ausente justificadamente: Exmo. Sr. Francisco Antônio Paes Landim Filho. Com a assistência da Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça. **2013.0001.001601-4 - Embargos de Declaração na Apelação Cível**. Origem: Teresina / 1ª Vara Cível. Embargante: MARLENE ALVES ARAÚJO DE CARVALHO. Defensora Pública: Elisabeth Maria Memória Aguiar. Embargado: BANCO DO BRASIL S. A. Advogados: Gibran Silva de Melo Pereira (OAB/PI nº 5.436) e outros. **Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas**. **DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer dos presentes Embargos de Declaração e negar-lhes provimento, mantendo o acórdão nos termos em que foi proferido, na forma do voto do Relator**. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Des. Olímpio José Passos Galvão e Dra. Maria das Neves Ramalho Barbosa Lima (Juíza designada). Ausente justificadamente: Exmo. Sr. Francisco Antônio Paes Landim Filho. Com a assistência da Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça. **2016.0001.004420-5 - Agravo de Instrumento**. Origem: Buriti dos Lopes / Vara Única. Agravante: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Advogados: Herison Helder Portela Pinto (OAB/PI nº 5.367) e outro. Agravado: JOSÉ MARIA ARAÚJO DOS SANTOS. Advogado: Francisco José Gomes da Silva (OAB/PI nº 5.234). **Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas**,

DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara Especializada Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente Agravo de Instrumento e negar-lhe provimento, para rejeitar a exceção de pré-executividade e determinar a continuidade dos atos executivos na origem, na forma do voto do Relator. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Des. Olímpio José Passos Galvão e Dra. Maria das Neves Ramalho Barbosa Lima (Juíza designada). Ausente justificadamente: Exmo. Sr. Francisco Antônio Paes Landim Filho. Com a assistência da Exma. Sra. Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes, Procuradora de Justiça. **PROCESSOS RETIRADOS DE PAUTA: 2015.0001.005736-0 - Apelação Cível.** Origem: Teresina / 1ª Vara Cível. Apelante: CONSTRUTORA JOLE LTDA. Advogados: Álvaro Fernando da Rocha Mota (OAB/PI nº 300) e outros. Apelado: TERRAPLAN CONSTRUÇÕES LTDA. - ME. Advogados: Roselisa Mourão Eduardo Pereira Greening (OAB/PI nº 1.661) e outros. **Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas. Foi RETIRADO DE PAUTA** o processo em epígrafe por já ter ocorrido o seu julgamento na Sessão do dia 30/09/2020. **2017.0001.011983-0 - Agravo Interno referente ao Agravo de Instrumento nº 2017.0001.009072-4.** Agravante: T. M. F. de A. R. Advogada: Núbia Rafaelle Matos Teixeira (OAB/PI nº 9.977). Agravados: S. F. de A. e outros. Advogados: Thiago Santos Castelo Branco (OAB/PI nº 6.128) e outro. **Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas. Foi RETIRADO DE PAUTA** o processo em epígrafe, a pedido do eminente Des. Relator. **2017.0001.011984-2 - Agravo Interno no Agravo Interno referente ao Agravo de Instrumento nº 2017.0001.009072-4.** Agravante: V. F. de A. P. R. Advogados: Carolina Borges dos Santos (OAB/PI nº 9.527) e outro. Agravados: S. F. de A. e outros. Advogados: Thiago Santos Castelo Branco (OAB/PI nº 6.128) e outro. **Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas. Foi RETIRADO DE PAUTA** o processo em epígrafe, a pedido do eminente Des. Relator. E, nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada com as formalidades de estilo, do que, para constar, eu, Natália Borges Bezerra, Secretária, lavrei a presente ata, sendo por mim subscrita, que, após a sua publicação no Diário da Justiça e, não havendo impugnação, será assinada pelo Exmo. Sr. Des. Presidente.

17.2. ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO, EM FORMATO DE VIDEOCONFERÊNCIA, DA EGRÉGIA 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2020

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO, EM FORMATO DE VIDEOCONFERÊNCIA, DA EGRÉGIA 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2020.

Aos 08 (oito) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte reuniu-se, em Sessão Ordinária por Videoconferência, a Egrégia 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, sob a presidência do Exmo. Sr. Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas, presentes os Exmos. Srs. Des. Olímpio José Passos Galvão e Dra. Maria das Neves Ramalho Barbosa Lima (Juíza designada). Ausente justificadamente o Exmo. Sr. Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. Com a assistência da Exma. Sra. Dra. Catarina Gadelha Malta de Moura Rufino, Procuradora de Justiça, às 09h01min (nove horas e um minuto), comigo, Bacharela Natália Borges Bezerra, Secretária. Foi aberta a Sessão com as formalidades legais e submetida à apreciação a **ATA DA SESSÃO ANTERIOR**, realizada no dia 24 de setembro de 2020, publicada no **Diário da Justiça eletrônico nº 8.996, de 29 de setembro de 2020 (disponibilizado em 28 de setembro de 2020)**, e, até a presente data, não foi impugnada, não foi aprovada, sem restrições. **JULGAMENTO DOS PROCESSOS PAUTADOS: 2018.0001.002091-0 - Apelação Cível.** Origem: Esperantina / Vara Única. Apelante: ESTADO DO PIAUÍ. Procuradoria-Geral do Estado do Piauí. Apelado: VICENTE DE SOUSA PEDROSA. Advogados: Renato Coelho de Farias (OAB/PI nº 3.596) e outro. **Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso e negar-lhe provimento, mantendo a sentença e todos os seus termos, na formado voto do Relator.** Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Des. Olímpio José Passos Galvão e Dra. Maria das Neves Ramalho Barbosa Lima (Juíza designada). Houve sustentação oral: Dr. Saul Emmanuel de Melo Ferreira Pinheiro Alves (OAB/PI nº 15.891) - Procurador do Estado. Ausente justificadamente: Exmo. Sr. Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. Com a assistência da Exma. Sra. Dra. Catarina Gadelha Malta de Moura Rufino, Procuradora de Justiça. **2018.0001.001307-2 - Apelação Cível.** Origem: Teresina / 10ª Vara Cível. Apelante: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Procuradora Federal: Lídiane Carneiro Cunha (OAB/PI nº 4.363). Apelado: LIONEL MAGALHÃES FROTA. Advogado: Ana Joana Pereira dos Santos (OAB/PI nº 10.264). **Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso e dar-lhe parcial provimento, apenas para determinar de ofício que se faça integrar na sentença a quo o seguinte: A condenação deve ser paga corrigida monetariamente pelo INPC e a incidência de juros de mora deve ser calculada conforme índice de remuneração da caderneta de poupança, nos moldes de tese do Tribunal da Cidadania e do artigo 1º - F da Lei nº 9.494/97. Fixo os honorários recursais em 2% sobre o valor da causa, totalizando 12%, na forma do art. 85, § 11 do CPC, na formado voto do Relator.** Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Des. Olímpio José Passos Galvão e Dra. Maria das Neves Ramalho Barbosa Lima (Juíza designada). Ausente justificadamente: Exmo. Sr. Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. Com a assistência da Exma. Sra. Dra. Catarina Gadelha Malta de Moura Rufino, Procuradora de Justiça. **2018.0001.000996-2 - Apelação Cível / Reexame Necessário.** Origem: Canto do Buriti / Vara Única. Apelante: MUNICÍPIO DE TAMBORIL DO PIAUÍ - PI. Advogados: Francisco das Chagas Lima (OAB/PI nº 1.672) e outros. Apelado: ANTÔNIO JOSÉ CARVALHO DE SOUSA. Advogada: Maraiza Nunes de Aguiar (OAB/PI nº 7.253). **Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do reexame necessário e da apelação interposta pelo Município de Tamboril do Piauí/PI, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo a sentença proferida em primeiro grau de jurisdição, na formado voto do Relator.** Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Des. Olímpio José Passos Galvão e Dra. Maria das Neves Ramalho Barbosa Lima (Juíza designada). Ausente justificadamente: Exmo. Sr. Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. Com a assistência da Exma. Sra. Dra. Catarina Gadelha Malta de Moura Rufino, Procuradora de Justiça. **2017.0001.004867-7 - Apelação Cível / Reexame Necessário.** Origem: José de Freitas / Vara Única. Apelante: MUNICÍPIO DE JOSÉ DE FREITAS - PI. Advogados: João Francisco Pinheiro de Carvalho (OAB/PI nº 2.108) e outros. Apelado: MGM - SERVIÇOS, LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E TRANSPORTE LTDA. Advogado: George Loiola Olimpio Melo (OAB/PI nº 5.742). **Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer do presente recurso e negar provimento aos recursos oficial e voluntário, mantendo-se incólume a sentença de piso, na formado voto do Relator.** Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Des. Olímpio José Passos Galvão e Dra. Maria das Neves Ramalho Barbosa Lima (Juíza designada). Ausente justificadamente: Exmo. Sr. Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. Com a assistência da Exma. Sra. Dra. Catarina Gadelha Malta de Moura Rufino, Procuradora de Justiça. **2017.0001.009712-3 - Embargos de Declaração na Apelação Cível / Remessa Necessária.** Origem: Parnaíba / 4ª Vara. Embargante: MUNICÍPIO DE PARNAÍBA - PI. Advogados: Hillana Martina Lopes Mousinho Neiva Dourado (OAB/PI nº 6.544) e outro. Embargada: FRANCISCA VICENÇA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA. Advogado: Erlan Araujo Souza (OAB/PI nº 10.691). **Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento, vez que inexistente omissão no acórdão embargado, na formado voto do Relator.** Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Des. Olímpio José Passos Galvão e Dra. Maria das Neves Ramalho Barbosa Lima (Juíza designada). Ausente justificadamente: Exmo. Sr. Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. Com a assistência da Exma. Sra. Dra. Catarina Gadelha Malta de Moura Rufino, Procuradora de Justiça. **2017.0001.000677-4 - Embargos de Declaração na Apelação Cível / Remessa Necessária.** Origem: Teresina / 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública. Embargante: ESTADO DO PIAUÍ. Procuradoria-Geral do Estado do Piauí. Embargado: RONALD PEREIRA DE MATOS. Advogado: Carlos Henrique Passos Santos (OAB/PI nº 5.020). **Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas. DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer dos Embargos de Declaração, e dar-lhes provimento, para determinar a publicação do acórdão correto, sua juntada aos autos e a intimação**

do Estado do Piauí para apresentar o recurso que entender cabível, na formado voto do Relator. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Des. Olímpio José Passos Galvão e Dra. Maria das Neves Ramalho Barbosa Lima (Juíza designada). Ausente justificadamente: Exmo. Sr. Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. Com a assistência da Exma. Sra. Dra. Catarina Gadelha Malta de Moura Rufino, Procuradora de Justiça. **0015180-81.2002.8.18.0140 - Remessa Necessária.** Origem: Teresina / 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública. Requerente: MUNICÍPIO DE TERESINA. Procuradoria-Geral do Município de Teresina. Requerido: CIP=CASTANHA INDUSTRIAL DO PIAUÍ S/A. Advogados: Luiz Cláudio Gomes Pereira (OAB/PE nº 14.575) e outro. **Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas.** **DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer da presente Remessa Necessária e negar-lhe provimento, sob os fundamentos fáticos e jurídicos expostos no voto do Relator.** Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Des. Olímpio José Passos Galvão e Dra. Maria das Neves Ramalho Barbosa Lima (Juíza designada). Ausente justificadamente: Exmo. Sr. Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. Com a assistência da Exma. Sra. Dra. Catarina Gadelha Malta de Moura Rufino, Procuradora de Justiça. **0000959-67.2014.8.18.0045 - Remessa Necessária.** Origem: Castelo do Piauí / Vara Única. Requerente: IRANEIDE VIEIRA DE ARAÚJO. Advogados: Mariano Lopes Santos (OAB/PI nº 5.783) e outra. Requerido: MUNICÍPIO DE CASTELO DO PIAUÍ. Advogados: Danielle Maria de Sousa Assunção Reinaldo (OAB/PI nº 7.707). **Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas.** **DECISÃO: Acordam os componentes da Egrégia 3ª Câmara de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, à unanimidade, em conhecer da presente Remessa Necessária e negar-lhe provimento, mantendo-se inteiramente a sentença monocrática, na formado voto do Relator.** Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Des. Olímpio José Passos Galvão e Dra. Maria das Neves Ramalho Barbosa Lima (Juíza designada). Ausente justificadamente: Exmo. Sr. Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. Com a assistência da Exma. Sra. Dra. Catarina Gadelha Malta de Moura Rufino, Procuradora de Justiça. **PROCESSO RETIRADO DE PAUTA: 2015.0001.011790-3 - Apelação Cível.** Origem: Francinópolis / Vara Única. Apelante: EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S. A. Advogado: Sidney Filho Nunes Rocha (OAB/PI nº 17.870). Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Relator: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas.** Foi **RETIRADO DE PAUTA** o processo em epígrafe para julgamento monocrático, em razão do deferimento da questão de ordem suscitada pelo representante da parte Apelante, Dr. Endrio Carlos Leão Lima (OAB/PI nº 17.869). Presentes os Exmos. Srs.: Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas, Des. Olímpio José Passos Galvão e Dra. Maria das Neves Ramalho Barbosa Lima (Juíza designada). Ausente justificadamente: Exmo. Sr. Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho. Com a assistência da Exma. Sra. Dra. Catarina Gadelha Malta de Moura Rufino, Procuradora de Justiça. E, nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada com as formalidades de estilo, do que, para constar, eu, Natália Borges Bezerra, Secretária, lavrei a presente ata, sendo por mim subscrita, que, após a sua publicação no Diário da Justiça e, não havendo impugnação, será assinada pelo Exmo. Sr. Des. Presidente.

17.3. Aviso Nº 144/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ

O Juiz Auxiliar da Vice-Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais e regimentais e nos termos do Despacho Nº 61118/2020 - PJPI/CGJ/VICCEGJ/GABVICOR (evento.1985420), referente aos autos do Processo **SEI nº20.0.000080533-6**, torna público para conhecimento dos interessados e adoção das providências que se fizerem necessárias, com esteio no art. 13, parágrafo único da Resolução 61/2017, **a inutilização de papéis de segurança, informação(1983657)**, em virtude de erro na impressão, constantes do estoque da Escrivia de Paz de Mirim Doce, Comarca de Taió-SC, para ato de oposição na Apostila de Haia, conforme numeração serial descrita: **A6074422, A6074426, A6074427, A6074428, A6074433, A6074433, A6074434 e A6074451.**

GABINETE DA VICE-CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina 09 de outubro de 2020.

MÁRIO CÉSAR MOREIRA CAVALCANTE

Juiz Auxiliar da Vice-Corregedoria Geral da Justiça

Documento assinado eletronicamente por **Mário Cesar Moreira Cavalcante, Juiz(a) Auxiliar da Vice-corregedoria**, em 13/10/2020, às 10:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **1988114** e o código CRC **7F27EDC4**.

17.4. Aviso Nº 146/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ

O Juiz Auxiliar da Vice-Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais e regimentais e nos termos do Despacho Nº 61060/2020 - PJPI/CGJ/VICCEGJ/GABVICOR (evento.1985048), referente aos autos do Processo **SEI nº20.0.000080530-1**, torna público para conhecimento dos interessados e adoção das providências que se fizerem necessárias, com esteio no art. 13, parágrafo único da Resolução 61/2017, **a inutilização de papéis de segurança, informação (1984086)**, em virtude de erro na impressão, constantes do estoque da Escrivia de Paz de Timbe do Sul, Comarca de Turvo-SC, para ato de oposição na Apostila de Haia, conforme numeração serial descrita: **A6001915, A6001858, A6001757, A4487340, A4006430, A4006468, A4487485, A4487476, A4487459, A4487460, A4487461, A4467462, A4487463, A4487464, A4487466, A4467467 e A4487468.**

GABINETE DA VICE-CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina 09 de outubro de 2020.

MÁRIO CÉSAR MOREIRA CAVALCANTE

Juiz Auxiliar da Vice-Corregedoria Geral da Justiça

Documento assinado eletronicamente por **Mário Cesar Moreira Cavalcante, Juiz(a) Auxiliar da Vice-corregedoria**, em 13/10/2020, às 10:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **1988957** e o código CRC **72513DD0**.

17.5. Aviso Nº 145/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ

O Juiz Auxiliar da Vice-Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais e regimentais e nos termos do Despacho Nº 61070/2020 - PJPI/CGJ/VICCEGJ/GABVICOR (evento.1985121), referente aos autos do Processo **SEI nº20.0.000080516-6**, torna público para conhecimento dos interessados e adoção das providências que se fizerem necessárias, com esteio no art. 13, parágrafo único da Resolução 61/2017, **a inutilização de papéis de segurança, informação(1983588)**, constantes do estoque do Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos de Catanduva-SC, para ato de oposição na Apostila de Haia, conforme numeração serial descrita: **A3396933, A3396835, A3396825, A3396820 e A3396824**

GABINETE DA VICE-CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina 09 de outubro de 2020.

MÁRIO CÉSAR MOREIRA CAVALCANTE

Juiz Auxiliar da Vice-Corregedoria Geral da Justiça

Documento assinado eletronicamente por **Mário Cesar Moreira Cavalcante, Juiz(a) Auxiliar da Vice-corregedoria**, em 13/10/2020, às 10:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **1988956** e o código CRC **39C1023C**.

17.6. Aviso Nº 147/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ

O Juiz Auxiliar da Vice-Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais e regimentais e nos termos do Despacho Nº611192020 - PJPI/CGJ/VICECGJ/GABVICOR (evento.1985421), referente aos autos do Processo **SEI nº20.0.000080538-7**, torna público para conhecimento dos interessados e adoção das providências que se fizerem necessárias, com esteio no art. 13, parágrafo único da Resolução 61/2017, a **inutilização de 01(um)** papel de segurança, comunicado (1983670), constantes do estoque do Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis de Garopaba/SC, em virtude de erro de impressão, para ato de oposição na Apostila de Haia, conforme numeração serial descrita: **A5290563**.

GABINETE DA VICE-CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina 09 de outubro de 2020.

MÁRIO CÉSAR MOREIRA CAVALCANTE

Juiz Auxiliar da Vice-Corregedoria Geral da Justiça

Documento assinado eletronicamente por **Mário Cesar Moreira Cavalcante, Juiz(a) Auxiliar da Vice-corregedoria**, em 13/10/2020, às 10:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **1988973** e o código CRC **50D0FBD8**.

17.7. Aviso Nº 148/2020 - PJPI/CGJ/SECCOR/EXPCGJ

O Juiz Auxiliar da Vice-Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais e regimentais e nos termos do Despacho Nº61116/2020 - PJPI/CGJ/VICECGJ/GABVICOR (evento.1985417), referente aos autos do Processo **SEI nº20.0.000080526-3**, torna público para conhecimento dos interessados e adoção das providências que se fizerem necessárias, com esteio no art. 13, parágrafo único da Resolução 61/2017, a **inutilização de 02(dois)** papel de segurança, anexo (1983628), constantes do estoque do 2º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos de Blumenau/SC, em virtude de erro de impressão, para ato de oposição na Apostila de Haia, conforme numeração serial descrita: **A6265670 e A6265657**.

GABINETE DA VICE-CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina 09 de outubro de 2020.

MÁRIO CÉSAR MOREIRA CAVALCANTE

Juiz Auxiliar da Vice-Corregedoria Geral da Justiça

Documento assinado eletronicamente por **Mário Cesar Moreira Cavalcante, Juiz(a) Auxiliar da Vice-corregedoria**, em 13/10/2020, às 10:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **1988974** e o código CRC **4F7103E3**.